Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECIFICIDADE DA REDE URBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: políticas públicas territoriais e articulação regional



Pollyany Pereira Martins

Tese de Doutorado

Brasília, Distrito Federal
Outubro 2024

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECIFICIDADE DA REDE URBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: políticas públicas territoriais e articulação regional

Pollyany Pereira Martins

Orientador
Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Tese de Doutorado

Brasília, Distrito Federal
Outubro 2024

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECIFICIDADE DA REDE URBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: políticas públicas territoriais e articulação regional

Pollyany Pereira Martins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Defendida em 04 de outubro de 2024, e aprovada por:

_____
Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Orientador PPGEA – UnB

_____
Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
(Membro externo) UFG-IESA

_____
Profª. Drª. Ederson do Nascimento
(Membro externo) PPGEO-UFFS

_____
Profª. Drª. Shadia Husseini de Araújo
(Membro interno) POSGEA-UNB

_____
Prof. Dr. Rafael Rodrigues da Franca
(Membro interno) POSGEA-UNB

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira Martins, Pollyany

PP436Ff FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECIFICIDADE DA REDE URBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: políticas públicas territoriais e articulação regional / Pollyany Pereira Martins; orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho. -- Brasília, 2024.

406 p.

Tese(Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Sub-rede Urbana. 2. Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças. 3. Centralidade intraurbana e interurbana. 4. Reestruturação urbano-regional. 5. Mato Grosso. I. Araújo Sobrinho, Fernando Luiz, orientador. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese, e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação, e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Pollyany Pereira Martins

A Geografia é elemento constitutivo que possibilita o existir. Toda nossa vida, por inteiro, como indivíduos, passamos interagindo com uma geografia na sua construção e reprodução. Essa mesma geografia, que por ser fundamento do existir, cria as condições da construção do ser humano.

Elvio Rodrigues Martins (2019)

A estrutura espacial das cidades é resultado da ação conjunta de fatores e agentes socioeconômicos e políticos que, de forma articulada e contínua, definem o espaço urbano, dando-lhe características e formas próprias, que passam a desempenhar funções específicas no local e na região.

Cornélio Silvano Vilarinho Neto (2005)

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todos que acreditam que a ciência e educação são meios essenciais de evolução humana e social. E, especialmente, aos meus sobrinhos, Anny Elisy, Eloisa, Erick, Helena e Kamilly Victória, com a esperança de que eles possam saber usufruir dos frutos de muitas lutas, em prol da democratização e equidade no acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Toda construção de vida se realiza com o apoio de outras pessoas, por menor que seja a participação, há sempre alguém que nos deu apoio ou serviu como sustentação e inspiração para seguir em frente em nossas realizações pessoais e profissionais. Porém, em um trabalho acadêmico não é possível mencionar todos, por isso, aos não mencionados, mas igualmente importantes, minha gratidão!

Agradeço aos autores que me antecederam, pois minhas reflexões e capacidade de dar continuidade ao conhecimento da Geografia só foram possíveis diante de uma base consistente.

À professora Zenilda Lopes Ribeiro pelo acolhimento em Brasília, por ter-me apresentado parte dos espaços da UnB e ter ficado na torcida pela minha aprovação.

Estendo meus agradecimentos aos professores Sandro Cristiano de Melo pelo incentivo ao ingresso no curso de doutorado, e à Carline Biasoli Trentin por ter-me auxiliado com burocracias internas do trabalho institucional na UFMT, no período em que eu realizava o processo seletivo.

Ao professor Jean Carlos Vieira Santos, meu maior incentivador! Obrigada por ter-me feito acreditar que eu tinha condições de superar todas as barreiras, nunca me esqueço da sua frase: “de degrau a degrau conseguimos conquistar nossos objetivos”.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEA), da Universidade de Brasília (UnB), pela oportunidade do ingresso no doutorado, e pelo meu avanço intelectual. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos vinte e três meses de bolsa atribuída.

Ao professor Fernando pelo aceite de orientação, pela parceria, compreensão e respeito. Por acreditar que eu conseguiria pesquisar um tema, até então, visto por mim, como de pouco domínio. Pela confiança e liberdade na escrita, obrigada!!!

Agradeço a cada um dos professores que ministraram as disciplinas do curso pelos momentos de diálogos e reflexões. Minha imensa gratidão ao professor Rafael Sanzio pela motivação na produção de mapas. Para quem não sabia como acessar uma base de dados *Shapefile*, os mapas até que estão “arrumadinhos”. Graças aos tutoriais do *Geoaplicada* pelo *YouTube.*

Para chegar à defesa de uma tese, é preciso passar primeiro por uma qualificação. Portanto, agradeço aos professores, Ederson do Nascimento e Eguimar Felício Chaveiro pelas colocações e ideias. A postura de vocês contribuiu não só com o deslanchar da pesquisa, mas também com meu próprio crescimento com a pesquisa.

Aos meus pais, Edilandia Faustina Frades e Sebastião Pereira Martins, por sempre acreditarem em mim, e se demonstrarem orgulhosos pelas minhas conquistas. Tudo que faço é por vocês!

Ao meu irmão, Eder Pereira Martins, por dividir comigo o amor incondicional de nossos pais, por reconhecer meus esforços e manifestar alegria com minhas conquistas.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Hélio Moisés Junior, por estar ao meu lado desde o mestrado. Por ter-me ajudado a conseguir tempo e disposição para escrever a tese, realizar leituras, e todos os procedimentos metodológicos que uma pesquisa científica requer. Por ser minha sustentação diária, pela paciência nos meus momentos de crises de incapacidade, e pela compreensão nas minhas escolhas profissionais. Obrigada!!!

Ao Eric Victor Resende Marques, meu ex-aluno do sexto ano, hoje mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Maria, obrigada pelas correções e traduções realizadas nos artigos para revistas, e do abstract da tese.

À professora Roziner Guimarães pela agilidade e profissionalismo na correção Linguística da tese.

À minha querida amiga, Carla Francieli Mendes Ramos, por entender meu período de afastamento em decorrência da produção acadêmica. Obrigada por sempre dizer: “termina logo essa tese antes que ela acabe com você”, ou “Você vai conseguir ‘*sheid’”*! Nosso apelido carinhoso desde a graduação.

Agradeço aos professores membros da banca de defesa final pelo aceite em realizar leitura, avaliação e apontar melhorias que se fizeram necessárias. Em específico à professora Shadia Husseini de Araújo, que, mesmo afastada para recuperação de saúde, prontamente aceitou contribuir.

Embora a metade do doutorado tenha-se realizado num período em que as atividades acadêmicas se realizaram remotamente, alguns colegas como: Daniel Fel, Juzania Brandão, Werlen Raasch, Leandro Mello e Orimar Sobrinho foram importantes no decorrer dessa construção, dividindo afetos, preocupações, angústias, ansiedades, ideias, participação em eventos, ajudas nos grupos de *WhatsApp*. A vocês minha estima!

Agradeço também às pessoas que tiveram importância na construção desta tese. A saber: professora e psicóloga Malba Thania Alves Varjão, que me recebeu em sua casa com muita simpatia, concedendo que eu explorasse os materiais de seu acervo histórico e cultural referente à formação de Barra do Garças.

Às responsáveis pelo registro acadêmico da UFMT, Kelly Siqueira Ferraz e Josiane Lemes Ferreira; À secretária Welma Leite Bezerra Saturnino e à professora

Gersileide Paulino da UNIVAR; e à secretária do UNICATHEDRAL, Lorraine de Lira Pereira, por disponibilizarem o tempo de trabalho para me ajudarem com dados referentes à origem dos estudantes do semestre letivo 2023/1.

Aos responsáveis pelo setor de tributação, cadastro e alvará, Whédno Pereira de Souza, da prefeitura de Pontal do Araguaia; e Gildo Oliveira, da prefeitura de Barra do Garças. Também à professora Mayza Bergamo, pela intermediação nos contatos junto a setores da prefeitura de Barra do Garças.

Aos prefeitos das cidades de Pontal do Araguaia, Adelcino Francisco Lopo, e de Aragarças-GO, Ricardo Galvão de Sousa. A participação de vocês, na entrevista, demonstra o compromisso social e o respeito com a pesquisa científica. Estendo na mesma proporção, meus agradecimentos aos assessores de cada prefeito, Antônia Parreira Almeida e Mardon Pereira da Silva, pela gentileza de não dificultar o contato.

Aos moradores do bairro Nova Barra que optaram por responder ao questionário de investigação, permitindo que resultados pudessem ser analisados e sistematizados. A participação de vocês é um verdadeiro ato de cidadania.

À secretária de saúde municipal de Aragarças-GO, Mayara Oliveira Neves de Jesus, pela entrevista concedida de forma amistosa e gentil. E à Marezi Benício Rocha pela recepção, cortesia e agendamento da entrevista sem nenhuma tribulação.

À proprietária da transportadora Araçá pela disposição em participar da entrevista. E à Aluana Corrêa da Silva, pela solicitude na mediação do contato. Os esclarecimentos fornecidos foram de grande relevância para a compreensão das atividades de transportes de grãos.

Agradeço também aos secretários do Programa de Pós-Graduação, Sr. Jorge, Sr. Agnelo e Sra. Laiana pela atenção e presteza no atendimento das minhas solicitações junto ao curso.

Por fim, agradeço a Deus por cuidar de tudo, e ter-me dado coragem e audácia diante dos momentos de insegurança e desânimo.

RESUMO

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESPECIFICIDADE DA REDE URBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: políticas públicas territoriais e articulação regional

A pesquisa traz um estudo da sub-rede urbana de Barra do Garças, cidade média do estado de Mato Grosso com localização geográfica que a configura, conforme o IBGE (2018), como arranjo populacional de três municípios: Barra do Garças e Pontal do Araguaia no estado do Mato Grosso e Aragarças no estado de Goiás. Objetivou-se, portanto, compreender a composição do papel desempenhado pela cidade de Barra do Garças-MT enquanto nó da rede urbana na mesorregião nordeste de Mato Grosso. Buscamos responder ao seguinte problema que direcionou nossas investigações: Como ocorreu a estruturação da centralidade interurbana de Barra do Garças-MT, e quais são os papéis desempenhado por esta cidade no conjunto do Arranjo Populacional e contexto das articulações regionais? Verificamos que as consequentes reestruturações regionais desencadeadas a partir, principalmente, do final da década de 1970, muito influenciaram na configuração socioespacial dessa sub-rede urbana, que aos poucos se sustentou pelas interações espaciais intensificadas com o surgimento de novos municípios na mesorregião nordeste do estado, desmembrados do território originário de Barra do Garças. O caminho metodológico foi estruturado de modo a assegurar ou refutar a tese de que, as políticas públicas nacionais condicionaram a gênese da centralidade da cidade de Barra do Garças, e a geopolítica estadual promoveu a configuração da tríade centralidade-nodalidade-conectividade presentes no arranjo das funções urbana e de seu papel na rede de cidades. Evidenciamos, portanto, ocorrência de centralidade induzida condicionada por fatores associados a uma construção social do território regional e forte atuação do Estado, que a posição relativa dos sítios urbanos foram condições para a construção de centralidade, que o processo de urbanização foi influenciado de forma significativa pelo avanço da fronteira agrícola e pelas alterações na produção econômica e divisão territorial do trabalho ocasionadas pelo agronegócio. Há, sobretudo, na composição dessa sub-rede urbana, complementaridade nas relações cidade-campo que caracteriza o papel e a estrutura dos espaços urbanos. Também percebemos que a temporalidade no contexto da formação socioespacial e das territorialidades na mesorregião nordeste revelam as desigualdades postas na reprodução do capital, e por fim, novos reordenamentos na circulação e usos dos territórios apontam tendências de alterações no nível hierárquico dos centros desse subsistema urbano.

Palavras-Chave: sub-rede urbana. AP de Barra do Garças. Centralidade. reestruturação urbano-regional. Mato Grosso.

ABSTRACT

SOCIOSPATIAL FORMATION AND SPECIFICITY OF THE URBAN NETWORK OF BARRA DO GARÇAS-MT: territorial public policies and regional articulation

The research presents a study of the urban sub-network of Barra do Garças, a medium-sized city in the state of Mato Grosso with a geographic location that configures it, according to IBGE (2018), as a population arrangement of three municipalities: Barra do Garças and Pontal do Araguaia in the state of Mato Grosso and Aragarças in the state of Goiás. The objective was, therefore, to understand the composition of the role played by the city of Barra do Garças-MT as a node of the urban network in the northeast mesoregion of Mato Grosso. We seek to answer the following problem that directed our investigations: how did the structuring of the interurban centrality of Barra do Garças-MT occur, and what are the roles played by this city within the Population Arrangement and the context of regional articulations? We found that the consequent regional restructuring triggered mainly from the end of the 1970s, greatly influenced the sociospatial configuration of this urban sub-network, which gradually was supported by the intensified spatial interactions with the emergence of new municipalities in the northeast mesoregion of the state, dismembered from the original territory of Barra do Garças. The methodological path was structured in order to assure or refute the thesis that national public policies conditioned the genesis of the centrality of the city of Barra do Garças, and the state geopolitics promoted the configuration of the centrality-nodality-connectivity triad present in the arrangement of urban functions and their role in the network of cities. We, therefore, evidenced the occurrence of induced centrality conditioned by factors associated with a social construction of the regional territory and strong state action, that the relative position of urban sites were conditions for the construction of centrality, that the urbanization process was significantly influenced by the advance of the agricultural frontier and by the changes in economic production and territorial division of labor caused by agribusiness. Above all, in the composition of this urban sub-network, there is complementarity in the city-countryside relations that characterize the role and structure of urban spaces. We also perceive that the temporality in the context of sociospatial formation and territorialities in the northeast mesoregion reveals the inequalities posed in the reproduction of capital, and finally, new reorderings in the circulation and uses of territories point to trends of changes in the hierarchical level of the centers of this urban subsystem.

Keywords: Urban sub-networks. PA of Barra do Garças. Centrality. Urban-regional restructuring. Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Concepções elementares para estudo de rede urbana.....26
FIGURA 2- Imagem do Arranjo Populacional de Barra do Garças-M.....46
FIGURA 3- Diagrama estudo da tese.....53
FIGURA 4- Municípios com maior produção de soja - safra 2023.....80
FIGURA 5- Pontes sobre os rios Araguaia e Garças BR-070 e 158.....105
FIGURA 6- Pontes sobre os rios Araguaia e Garças no percurso anel viário.....106
FIGURA 7- Rodovia MT-100 Barra do Garças -Torixoréu-MT.....107
FIGURA 8- Tripé analítico da formação socioespacial da rede urbana.....113
FIGURA 9 - Gênese de emancipação dos municípios da mesorregião nordeste....132
FIGURA 10- Rua comercial em Barra do Garças (1979) 153
FIGURA 11- Instalações Supermercado Atacadão em Barra do Garças.....190
FIGURA 12- Instalações de grandes redes empresariais.....193
FIGURA 13- Instalações comerciais para consumo produtivo.....196
FIGURA 14- Símbolos comerciais da representação econômica regional.....200
FIGURA 15- Supermercados nativos com filiais na região.....202
FIGURA 16- Lojas de eletrodomésticos com filiais na região.....205
FIGURA 17- Publicidade de empresa barra-garcense em Aragarças/GO.....208
FIGURA 18- Empresas no Distrito Industrial de Barra do Garças.....220
FIGURA 19- Instalações da empresa Café Viola.....221
FIGURA 20- Estabelecimentos de saúde, as especializações do urbano.....254
FIGURA 21- Presença do reitor Caio B. Dias e outros em Aragarças-GO.....260
FIGURA 22- *Campus* I e II da Universidade Federal de Mato Grosso.....264
FIGURA 23- Instituições privadas de ensino superior..... 267
FIGURA 24- Comércios e serviços, representação da relação campo e cidade.... 287
FIGURA 25- Reportagem da atuação do Banco do Brasil no ano de 1964.....294
FIGURA 26- Periodização da Criação dos programas habitacionais no Brasil.....320
FIGURA 27- Áreas de maior investimento do programa MCMV- 2023.....328
FIGURA 28- Os vazios urbanos que se destinaram a expansão urbana- 2009.....331
FIGURA 29- Moradias do programa de habitação social MCMV.....334
FIGURA 30- Corredores de exportação no Norte do país.....344
FIGURA 31- Portos do arco Norte, novos rumos de escoamento.....347

FIGURA 32- Notícias de instalações de agroindústria em Querência.....348
FIGURA 33- Rotas, e caminhões aguardando serviços terceirizado.....352
FIGURA 34- Principais rotas de escoamento para exportação.....356
FIGURA 35- Novas vias de circulação entre Mato Grosso e Goiás.....363
FIGURA 36- Últimas notícias ANTT sobre andamento de obras da FICO.....365
FIGURA 37- Aprovação da construção da ponte ferroviária entre MT e GO.....365
FIGURA 38- Linhas de ônibus nos principais centros da mesorregião Nordeste....370

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Exportação de soja – Mato Grosso.....87
GRÁFICO 2 - Exportação de milho – Mato Grosso.....87
GRÁFICO 3 - Exportação de algodão – Mato Grosso.....87
GRÁFICO 4 – Exportação de feijão – Mato Grosso.....87
GRÁFICO 5 – Setores da indústria mato-grossense- 2021.....91
GRÁFICO 6 – Naturalidade da população por municípios - 2010.....120
GRÁFICO 7 – Migrantes por regiões do Brasil – 1970.....122
GRÁFICO 8 – Migrantes por regiões do Brasil – 1980.....122
GRÁFICO 9 – Migrantes por regiões do Brasil – 1991.....122
GRÁFICO 10 – Migrantes por regiões do Brasil – 2000.....123
GRÁFICO 11 – Migrantes por regiões do Brasil – 2010.....123
GRÁFICO 12 – VAB municípios de maior centralidade por setor economia.....180
GRÁFICO 13 – Empresas filiais e controladoras de origem.....186
GRÁFICO 14 – Índice de atração destino para consumo, e índice de atração de deslocamentos dos moradores de municípios de origem - 2016..... 210
GRÁFICO 15 – Atendimentos Covid-19 Barra do Garças de outros municípios.... 248
GRÁFICO 16 – Dinâmica financeira do campo e da cidade.....295
GRÁFICO 17 – Exportação de milho Barra do Garças.....311
GRÁFICO 18 – Exportação de soja Barra do Garças.....312

GRÁFICO 19 – Outras sementes e oleaginosos Barra do Garças.....313
GRÁFICO 20 – Torta e outros resíduos do óleo de soja Barra do Garças.....313
GRÁFICO 21 – Carne bovina congelada Barra do Garças.....314
GRÁFICO 22 – Carne bovina fresca ou resfriada.....315
GRÁFICO 23 – Unidades Habitacionais FGTS.....326
GRÁFICO 24 – Déficit Habitacional Total no Arranjo Populacional.....340
GRÁFICO 25 – Movimentação porto Itaqui-MA (2019 a 2023).....349
GRÁFICO 26 – Movimentação porto Vila do Conde-PA (2019 a 2023).....350
GRÁFICO 27 – Ranking movimentação em instalações Portuárias no Pará.....351
GRÁFICO 28 – Índices de atração e fluxos da agropecuária.....360

LISTA DE MAPAS

MAPA1 - Localização e ponto de cruzamento das BRs-070 e 158.....37
MAPA 2 – Mesorregião Nordeste e área de influência regional.....41
MAPA 3 – Regiões Geográficas urbanas imediatas e intermediária.....42
MAPA 4 – Países compradores de soja do Mato Grosso (2023).....89
MAPA 5 – Sistema viário Mesorregião Nordeste (2023).....102
MAPA 6 – Sistema viário do Estado de Mato Grosso (2023).....103
MAPA 7 – Sistema elétrico de Mato Grosso (2022).....111
MAPA 8 – Espacialização da origem de migrantes – 1970.....128
MAPA 9 – Espacialização da origem de migrantes – 1980.....128
MAPA 10 – Espacialização da origem de migrantes – 1991.....129
MAPA 11 - Espacialização da origem de migrantes – 2000.....129
MAPA 12 - Espacialização da origem de migrantes – 2010.....131
MAPA 13 - Expansão da malha urbana, e centros comerciais e serviços.....145
MAPA 14 - Espacialização e identificação da condição de nodalidade.....160
MAPA 15 - Área de influência e hierarquia do subsistema urbano.....163
MAPA 16 - Regiões de influência e respectivos polos de atração.....167

MAPA 17 - Fluxos para serviços em instituições públicas federais.....170

MAPA 18 - Empresas controladoras e filiais de outros municípios.....188

MAPA 19 – Regiões de influência para compra de vestuário e calçados.....223

MAPA 20 - Regiões de influência para compra de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática.....226

MAPA 21 - Destino principal para compra de vestuário e calçados.....230

MAPA 22 - Ligações para compra de vestuário e Calçados.....230

MAPA 23 - Principal destino questão 2. REGIC, 2018.....232

MAPA 24 - Ligações completas questão 2. REGIC, 2018.....232

MAPA 25 - Região de influência dos serviços em saúde.....242

MAPA 26 - Ligações entre centros para serviços de saúde.....242

MAPA 27 - Ligações serviços saúde questão 3. REGIC, 2018.....243

MAPA 28 - Ligações serviços de saúde questão 4. REGIC, 2018.....243

MAPA 29 - Ligações aéreas do AP de Barra do Garças com Cuiabá e Goiânia.....256

MAPA 30 - Ligações para aeroporto questão 8. REGIC, 2018.....258

MAPA 31 - Origem dos fluxos de estudantes para cursos de graduação na UFMT, UNIVAR e UNICATHEDRAL.....272

MAPA 32 – Ligações ensino superior questão 5. REGIC, 2018.....274

MAPA 33 - Municípios da mesorregião nordeste e períodos de emancipação político-administrativo.....279

MAPA 34 - Fluxos percentuais de participação sobre os mais frequentes transporte público coletivo de municípios de origem.....369

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População e outros indicadores da Mesorregião Nordeste.....45

TABELA 2 – Censo demográfico Região Fisiográfica e UF(s) – 1940 a 1970.....68

TABELA 3 – Censo demográfico de Mato Grosso 1980 a 2022.....69

TABELA 4 – Número das Unidades político-administrativas municipais.....70

TABELA 5 – Evolução do quantitativo de cidades em Mato Grosso.....72

TABELA 6 – Indicadores econômicos do Mato Grosso.....77

TABELA 7 – Caracterização das propriedades rurais com produtividade agropecuária.....82
TABELA 8 – Área colhida (ha) por tipo de produto em Mato Grosso.....83
TABELA 9 – Agroindústrias de alimentos em Mato Grosso (2022).....93
TABELA 10 – Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (unidades em Mato Grosso - 2017).....95
TABELA 11 – Crescimento populacional do Arranjo Populacional (AP).....152
TABELA 12 – Valor Adicionado Bruto dos municípios por setor da economia.....180
TABELA 13 – Quantitativo de unidades empresariais locais nos principais centros da sub-rede urbana de Barra do Garças -2022.....212
TABELA 14 - Municípios com estabelecimentos agroindustriais.....218
TABELA 15 - Produção agropecuária e quantitativo de propriedade.....304
TABELA 16 - Quantitativo dos bens de produção rurais nos principais centros regionais da sub-rede urbana.....308
TABELA 17 - Unidades habitacionais financiadas pelo FGTS no Arranjo Populacional.....325

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Períodos de surgimento dos centros da sub-rede urbana de Barra do Garças.....47
QUADRO 2 – Indicadores de avaliação de vínculos entre centros para definição da área de influência de cidades (REGIC, 2018).....165
QUADRO 3 – Instituições federais presentes no AP de Barra do Garças.....171
QUADRO 4 – Indicadores dos principais centros na Mesorregião Nordeste.....179
QUADRO 5 – Redes empresariais no AP de Barra do Garças (2023).....182
QUADRO 6 – Distribuição e classificação dos estabelecimentos de saúde.....244
QUADRO 7 – Institutos e cursos do *Campi* Universitário do Araguaia-CUA.....266
QUADRO 8 – Distribuição das instituições ensino superior, presencial e EAD.....269
QUADRO 9 – Domínio de internet no AP de Barra do Garças.....288
QUADRO 10- Sistema bancário no AP de Barra do Garças – 2024.....293
QUADRO 11 - Alternâncias na produção agropecuária e área de cultivo.....305

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS
LISTA DE GRÁFICOS
LISTA DE MAPAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE QUADROS
INTRODUÇÃO.....19
1 O ESTUDO E OS DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS.....29
1.1 O PONTO DE PARTIDA: PROBLEMATIZAÇÃO.....29
1.2 COMPONENTES ESTRUTURANTES: O OBJETO, RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL.....35
1.3 OS CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....48
1.4 IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DA PESQUISA DURANTE E PÓS-PERÍODO PANDÊMICO.....57
2 POLÍTICA PÚBLICA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MATO GROSSO: UM ARCABOUÇO PARA A ANÁLISE DA REDE URBANA REGIONAL.....63
2.1 MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....63
2.2 A POLÍTICA ECONÔMICA E REGIONAL MATO-GROSSENSE.....65
2.2.1 O agronegócio, motor da economia estadual..... 78
2.2.2 Breve contexto do perfil industrial mato-grossense.....90
2.3 REDES TÉCNICAS, MODERNIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS TERRITÓRIOS.....97
3 FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO
3.1 O TRIPÉ DE ANÁLISE FUNCIONAL DA REDE URBANA.....112
3.2 DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E CONFIGURAÇÃO DE CIDADES.....115
3.3 CENTRALIDADES INDUZIDAS.....133
3.3.1 A cidade e suas escalas de centralidade.....138
3.3.2 Composição espacial e temporal da centralidade.....143
3.4 POSIÇÃO GEOGRÁFICA E CENTRALIDADE URBANA.....155
3.5 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E REGIÃO DE INFLUÊNCIA.....161
3.5.1 A gestão pública na estruturação de centralidades.....168

4 COMPONENTES DE CENTRALIDADE, CONSUMO E FUNCIONALIDADE URBANA DO ARRANJO POPULACIONAL DE BARRA DO GARÇAS.....173
4.1 O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS INTERAÇÕES ESPACIAIS.....173
4.2 CONSUMO E GESTÃO EMPRESARIAL DE LONGA DISTÂNCIA.....177
4.2.1 Consumo consumptivo e consumo produtivo.....190
4.3 ATRIBUTOS DO COMÉRCIO LOCAL.....201
4.4 ATUAÇÃO DO SEGMENTO INDUSTRIAL.....216
4.5 LIGAÇÕES ENTRE CIDADES E ESTRUTURA DA REDE URBANA.....223
4.5.1 Os serviços de saúde: fluxos e especialidades.....235
4.5.2 As instituições de nível superior: fluxos e atratividades.....259
5 AS TRANSFORMAÇÕES URBANO-REGIONAL: CONTRADIÇÕES E NOVAS TENDENCIAS DA SUBREDE URBANA.....278
5.1 ELOS DE COMPLEMENTARIDADE: RELAÇÃO CIDADE E CAMPO.....278
5.1.1 atuação dos bancos: financeirização, acumulação capital.....292
5.2 REORGANIZAÇÃO REGIONAL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS……298
5.3 POLÍTICA HABITACIONAL E ESTRUTURA URBANA.....316
5.3.1 O sistema de crédito habitacional.....322
5.3.2 Jardim Nova Barra: configurações espaciais e desigualdades.....327
5.3.3 O fator demográfico e a relação com a demanda habitacional.....336
5.3.3.1 Déficit habitacional ou impulsão de mercado imobiliário?.....339
5.4 GEOPOLÍTICA DE ESCOAMENTO E AS TENDÊNCIAS NO SUBSISTEMA URBANO.....342
5.4.1 Os fluxos e fixos no reforço de redes geográficas.....345
5.5 INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS E NOVAS VIAS DE CIRCULAÇÃO.....361
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....373
7- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....379
8- APÊNDICE(s).....402
8.1 APENDICE A - Roteiro de entrevista com prefeitos de Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.....402
8.2 APENDICE B- Entrevista com secretária de saúde de Aragarças-GO.....403
8.3 APENDICE C – Roteiro de entrevista com transportadoras de grãos.....404
8.4 APENDICE D- Questionário aplicado a moradores do bairro Nova Barra em Barra do Garças-MT.....405

INTRODUÇÃO

Desde a sua origem a cidade passa por alterações constantes na sua morfologia urbana, e, estruturalmente, pode revelar indícios sociais de produção do espaço os quais, por sua vez, estabelecem condições de funcionalidades exercidas numa extensão do território municipal ou para além deste. Consequentemente, após a primeira revolução industrial, estabeleceu-se pelas dinâmicas da urbanização capitalista um incipiente processo de produção e reprodução dos espaços das cidades (Carlos, 2011; Carlos *et al*, 2012). No Brasil, esse fator promoveu diversificação funcional e uma acelerada expansão do espaço urbano das cidades-capitais, a partir do século XX, ampliando suas áreas de influência para o interior do território nacional.

São processos que condicionaram a espinha dorsal do sistema urbano brasileiro, com uma formação desigual de centros (nós de rede) em seus contextos de configuração regional. Neste estudo, apresentamos a composição de um sistema urbano de cidades que tiveram seu processo de formação territorial e de interações espaciais difundidos entre a metade do século XX e o final deste, alicerçado em uma economia primária com atividades da agricultura (rizicultura) e pecuária (bovina). Trata-se, respectivamente, da inserção e configuração do Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças no estado de Mato Grosso, como um centro regional na sub-rede urbana nacional.

Compreendemos que a cidade é em si, um fragmento espacial não isolado, sendo, portanto, um organismo de composição do espaço e, por estar sobre uma localização, compõe um conjunto articulado de cidades definido como redes geográficas (Corrêa, 2018; Dias, 2020). Entre tantas redes construídas socialmente num processo histórico e em constantes mudanças, a ênfase deste estudo foi o de apresentar a formação socioespacial do subsistema urbano da Mesorregião Nordeste mato-grossense e suas particularidades temporais e espaciais diretamente estabelecidas por interesse do Estado, e de agentes produtivos em consonância a um desenvolvimento econômico guiado pelo sistema capitalista.

Ao trazermos os entendimentos sobre a dinâmica e (re)estruturação da rede urbana de Barra do Garças, cidade que se destaca como principal nodalidade desse processo de composição, outras redes existentes e determinantes das funcionalidades urbanas e rurais são

realçadas. São redes que, em suas formas materiais e imateriais, colocam-se como complementos de compreensão das conectividades e da composição de centralidades pela abrangência dessas redes na organização e dinamização de territórios.

A rede urbana pode manifestar a organização dos diferentes centros e seus processos de urbanização, metropolização, e, sobretudo, a gestão dos territórios que se dão por interesse internos e externos em razão da internacionalização do capital. Desse modo, a produção socioespacial estabelece diferentes tipos de cidades, que, por sua vez, criam articulações regionais devido a uma condição hierárquica associada pela divisão territorial do trabalho e totalidade dos serviços requeridos pelas atividades econômicas e populações (Rochefort, 1998).

Tais condições fizeram com que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aperfeiçoasse suas metodologias no estudo das Regiões de Influências das Cidades (REGIC), desde a primeira pesquisa realizada no ano de 1966 até a última desenvolvida no ano de 2018. Para que o avanço metodológico pudesse atribuir compreensão das especificidades de centralidades e caracterização das regiões de influência, as bases teórico-metodológicas estiveram sustentadas por: Walter Christaller (1933), Michel Rochefort (1998) e Roberto Lobato Corrêa (2018). Tal como seguiu nossa sustentação, principalmente, a partir do terceiro autor, porém, complementada pela concepção teórica de Milton Santos (2004, 2012) e Marcio Catelan (2010), dentre outros que contribuem com o estudo da rede urbana brasileira.

No entanto, essa pesquisa aborda a mais complexa rede geográfica bastante estudada por Corrêa[1], a rede urbana, mas com uma delimitação específica de recorte regional. O estudo tem como temática o papel desempenhado pela cidade de Barra do Garças, localizada territorialmente entre limites estaduais com o estado de Goiás. Assim, as abordagens se voltaram para a compreensão da espacialidade dessa sub-rede, e suas articulações que se estendem para escalas mais amplas do sistema de cidades, ou seja, as articulações e respectivas interações espaciais se realizam de forma multiescalar.

Verificamos que a complexidade da rede urbana está também associada à caracterização e função exercida por uma cidade, bem como por seus arranjos e a relação campo e cidade. São processos que se colocam articulados mediante interesses sociais, políticos e econômicos, realizando-se nas diversas escalas

[1] Roberto Lobato Corrêa aborda redes geográficas em suas obras: A rede urbana (1989), Trajetórias Geográficas (2010) na quarta edição, Estudos sobre a rede urbana (2015), Caminhos Paralelos e entrecruzados (2018).

geográficas, garantindo, assim, a reprodução do capital, que tem, na divisão territorial do trabalho, uma condição estrutural, por ser essa divisão “um fato da produção e das trocas que compõem a estrutura das modernas economias” (Moreira, 2015, p. 125).

Nesse contexto, as políticas públicas nacionais de integração e de desenvolvimento muito contribuíram para o condicionamento de funcionalidades urbanas. Para Barra do Garças e municípios que compõe seu Arranjo Populacional[2], foram elementos-chave na criação dos componentes espaciais que determinamos como a tríade analítica do nosso estudo, composta por: centralidade-nodalidade-conectividade.

As redes geográficas do território brasileiro são diversas e, por vezes, complexas, como as redes urbanas. Diante disso, coube a este estudo tentar entender, além do papel de Barra do Garças como nó de rede regional, os modos como as interações espaciais conduzem articulações na região de influência e transcendem para demais regiões e centros de rede urbana, a exemplo das relações existentes até o presente, com a região Centro-Sul do Brasil.

Ao nosso recorte de estudo, evidenciamos que os fluxos na sub-rede de cidades intensificaram desde os anos 2010, e novas dinâmicas indicam como fator principal a gestão territorial atribuída aos três níveis de governo. A aplicação de infraestrutura sobre o território e redimensionamento de redes técnicas,[3] com pavimentação de rodovias, finalização de obras antes inacabadas, novos traçados de rotas que interligam para portos ao Norte do país, e aumento da capacidade de distribuição das redes de energia têm contribuído para novas dinâmicas no contexto da rede urbana regional.

Tais afirmações sustentaram a tese de que: **as Políticas Públicas nacionais condicionaram a gênese da centralidade da cidade de Barra do Garças, e a Geopolítica estadual promoveu a configuração da tríade centralidade-nodalidade-conectividade presentes no arranjo das funções urbana, e de seu papel na rede de cidades.** Na condição de arranjo populacional no estado de Mato Grosso e, em divisa com o estado de Goiás, essa cidade atua ao mesmo tempo como centro imediato e intermediário.

[2] “Arranjos Populacionais são unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar” (IBGE - Notas Metodológicas, 2020, p. 6).

[3] Ver estudo desenvolvido sobre redes rodoviárias em Goiás por Castilho (2014).

Subordinando significativo número de cidades menores, hierarquizadas pelas relações de proximidade e pela influência regional desempenhada até o momento por esse centro principal. Contudo, ao consideramos espacialidade geográfica, organização e (re)estruturação do espaço urbano, foi possível identificarmos a presença de atores econômicos que tem imposto novas redefinições funcionais e especializações urbanas e rurais deste subsistema urbano.

Entretanto, estudar a cidade a partir da sua centralidade e influência regional possibilitou-nos conjuntamente compreender as interações espaciais interescalares, econômicas e sociais entre os centros urbanos organizados por uma hierarquia e, ao mesmo tempo, heterarquia (Catelan, 2012). São condições estruturais de relações de contiguidades e de interações de pontos distantes sobrepostos, ou seja, são relações que se mantém sustentadas por horizontalidades e verticalidades (Santos, 2006).

Isso ocorre, porque a conectividade se dissemina sob várias formas e processos acarretando uma simultaneidade de participação de variados centros urbanos em diversas redes urbanas, em redefinições ocasionada pelo “poderoso papel das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas” (Corrêa, 2010).

Dessa maneira, este estudo teve como **objetivo geral**: compreender a atuação de políticas públicas estatais na composição e dinâmica socioespacial do subsistema urbano da cidade de Barra do Garças-MT, a partir da sua conjunção de Arranjo Populacional.

Para tanto, elencamos **como objetivos específicos**:

1- Investigar a gênese da centralidade hierárquica da cidade de Barra do Garças a partir da sua formação territorial e interações espaciais, numa condição de proximidade entre tecidos urbanos na divisa entre Estados (Mato Grosso e Goiás);
2-Verificar de que modo o Estado por meio das políticas públicas de planejamento territorial, teve interferência na transformação e reestruturação regional da mesorregião nordeste de Mato Grosso;
3- Identificar os elementos da formação da sub-rede urbana de Barra do Garças, e a intervenção dos processos de urbanização e dinâmicas migratórias. Assim como a delimitação da espacialidade da área de influência diante do alcance das articulações e ou ligações entre centros no sistema urbano;

4- Demonstrar a funcionalidade dos centros urbanos do Arranjo Populacional (AP), a partir da dinâmica de desenvolvimento das atividades econômicas, e os tipos de consumo e especializações produtivas desses espaços urbanos;
5- Apresentar a dinâmica das especializações produtivas do espaço rural e as relações campo-cidade no processo composição dos centros na rede urbana, bem como apontar desigualdades urbanas decorrentes das contradições do processo de reestruturação da cidade, e as tendências de alternância de centralidade na conjuntura regional.

A cidade é primeiramente entendida como uma construção social que estabelece articulação com o município e região, é um centro de dinamismo; um fragmento do espaço que se recria por intermédio do capital, regido por políticas públicas e privadas, econômicas, culturais, ideológicas e sociais, ora conduzida pela circulação de fluxos e pela criação de redes de circulação e comunicação. Assegurando interação, controle e poder sobre o território, mantido por sua vez, pela gestão pública ou privada. Espacialmente, a cidade está condicionada a uma totalidade[4].

Neste estudo, Barra do Garças-MT é entendida como uma cidade média no estado de Mato Grosso, pois, conforme Amorim filho (2018), a cidade média não se define apenas pelo indicador que aparece como adjetivo, ou seja, o termo médio. Assim, o que "define a cidade média é o papel da intermediação no contexto regional, de modo que, o termo correto para essa classificação deveria ser a de cidades intermediárias, utilizada pelos hispânicos Ciudades Intermedias (informação verbal)[5]", e utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao tratar de centro de influência regional nos estudos sobre a hierarquia do sistema urbano brasileiro, por meio da Região de Influência das Cidades (REGIC)[6].

Em consonância com os caminhos do método, a categoria de análise geográfica região[7] foi o eixo de sustentação da pesquisa, em face da escolha do tema

[4] Ver A noção de Totalidade In: A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção (SANTOS, 2006).
[5] O que são cidades médias? Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PDm8aZASdQ4&t=620s. Acesso em: 05 ago. 2022.
[6]São porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas,mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo (Vieira *et al.,* 2011, p. 59).
[7] O conceito de região apresenta diversas idealizações no percurso histórico da geografia, e se tornou fator de muito debate entre os geógrafos. Portanto, trabalhando numa corrente crítica da ciência, Souza (2013, p. 146), explicita região, apoiado numa tradição acadêmica como "um nível ou uma escala geográfica específica: aquela

e do objeto de estudo. Apoiamo-nos também em outras categorias de análise, em específico, rede, território e espaço. Os conceitos-base de ordenamento para as discussões da tese foram: rede urbana, arranjos populacionais, redes técnicas, formação socioespacial, divisão territorial do trabalho, interação espacial, articulação regional, configuração regional, horizontalidades e verticalidades, circuitos espaciais de produção, círculo de cooperação e (re)estruturação produtiva. Outros conceitos contidos no corpo do trabalho deram completude ao seu desenvolvimento.

As principais bases teóricas às quais recorremos em resposta às inquietações desta tese, apoiaram-se, primeiramente, em Roberto Lobato Corrêa, Santos (1988–2006-2008), Egler (2010-2012), Matos (2005, 2010), Dias (1994, 2007,2021), e Rochefort (1998) com estudos sobre rede urbana. Dentre outros estudiosos da geografia urbana e regional no Brasil, elencamos: Amorin Filho (2001, 2005, 2007, 2018), Araújo Sobrinho (2010), Carlos (2007, 2012, 2019), Castelan (2013), Calixto (2011,2017, 2019), Fresca (2005, 2010, 2014), Elias (2012, 2015, 2016 e 2022), Elias e Pequeno (2006, 2018), Machado (2003, 2007), Melazzo (2010, 2015), Vasconcelos (2012), Pereira e Furtado (2011), Sposito (2007, 2010, 2015), Sposito E Silva (2013, 2017), Soares (1999, 2009, 2016), Soares e França (2008), Oliveira e Soares (2014),

A temática sobre rede urbana apresenta uma diversidade de estudos e resultados que tiveram grandes repercussões no início do século XX. Porém, alguns setores da rede urbana apresentam gênese já no século XVI, e estas, de uma maneira sucinta, são apontadas como referenciais na obra de Corrêa (1989), que, ao tratar sobre a rede urbana, traz conceitos, princípios e preposições quanto à caracterização de rede urbana de Walter Christaller (1966). Isso ocorre no sentido de pôr em discussão que há diferenças entre as redes urbanas dos países desenvolvidos e

intermediária entre a escala 'local' e a 'Nacional'". Haesbaert (2014) discorre sobre a região estar marcada por um conceito polissêmico e afirma que "pensar a região é pensar antes de tudo, nos processos de regionalização, focalizando como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vivida e produzida pelos grupos sociais [...] deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação estabelecida com a 'primeira' e 'segunda' natureza" (Haesbaert, 2014, p. 24-25). E, para Milton Santos, "já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam [...] neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão -se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões [...] as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo" (Santos, 1996, p. 196-197).

subdesenvolvidos, sendo um reflexo de uma realidade social e das complexidades de composição de cada rede urbana (Corrêa, 1989).

No estado de Mato Grosso, os estudos da rede urbana estiveram voltados para a particularidade da região de influência da capital Cuiabá, caso específico da tese defendida por Vilarinho Neto (2002), posteriormente, organizada no Livro intitulado “A metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso”. Referente à cidade de Barra do Garças, Santos (2014), em artigo intitulado “Formação Espacial e Rede Urbana: O Segmento de Rede de Barra do Garças-MT”, apresentou breve discussão sobre a espacialização dessa rede urbana, apoiando-se no conceito de formação espacial e se orientando nos resultados apontados pelo (IBGE, 2007). Contudo, sem análises aprofundadas para o conjunto do Arranjo Populacional (AP), composição da centralidade, articulações regionais, configuração de redes técnicas sobre o território e reestruturações regionais decorrentes do processo de globalização.

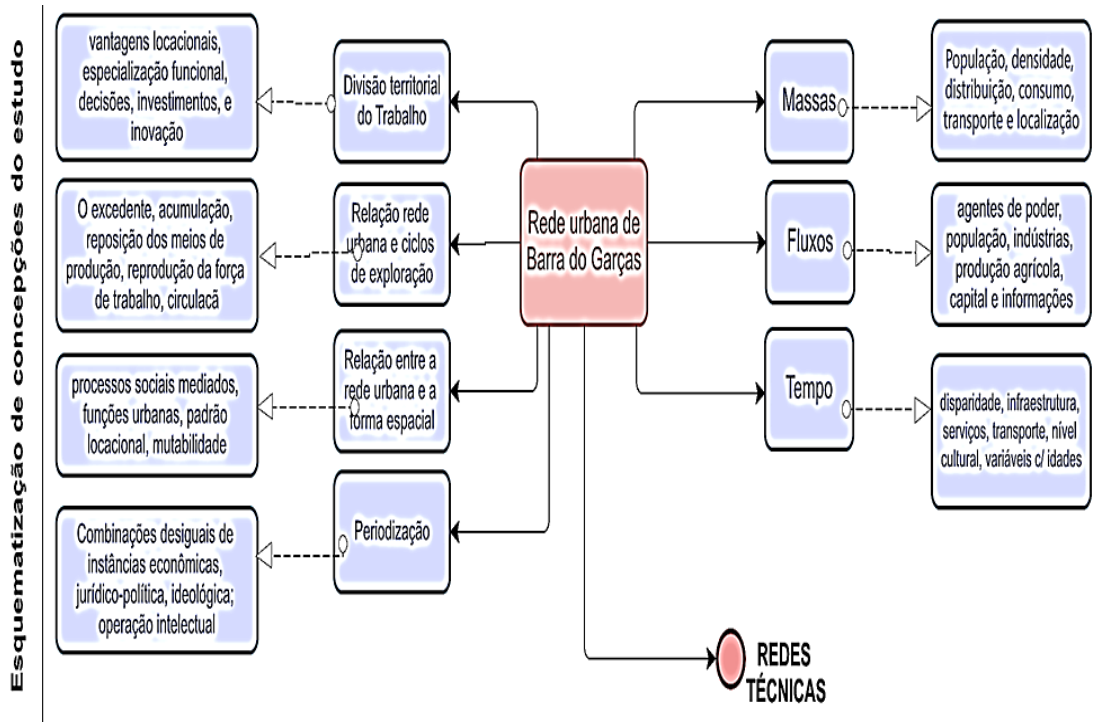
Nessa perspectiva, esta tese traz o primeiro estudo que especifica: (i) o papel de Barra do Garças na rede urbana regional; (ii) a composição formativa de sua rede urbana; (iii) as contribuições das políticas públicas territoriais na determinação de centralidades e configuração dessa rede de cidades; (iv) a atuação de agentes hegemônicos no condicionamento das articulações regionais; (v) os aspectos de (re)estruturação urbana e regional a partir das ações produtivas para expansão do capital.

Para essa difícil tarefa, apoiamo-nos na concepção de Corrêa e Santos, que, a nosso ver, traceja um caminho analítico e metodológico que utilizamos como elemento basilar na compreensão da organização desse subsistema urbano. Ei-lo: (a) divisão territorial do trabalho, (b) relação entre a rede urbana e as atividades de exploração, (c) relação entre a rede urbana e forma, e a periodização (Corrêa 2015), bem como, (a) as massas, (b) os fluxos; (c) o tempo (Santos, 2012), ambas apresentando especificações próprias.

A (Figura 1) representa um esquema de organização com palavras-chave a partir das concepções dos autores mencionados. Associado a esses compostos de análise, também está a distribuição das redes técnicas no Centro-Oeste brasileiro, discutida por Castilho (2014), em específico ao estado de Goiás. Portanto, essas redes: de rodovias, ferrovias, energia, e de comunicação (internet e telefonia) se

tornam fundamentais para a composição das demais redes geográficas, e como exclusividade da rede urbana.

Figura 1. Concepções elementares para estudo de rede urbana



Organização: autora, 2022

Ainda em contribuição com as investigações da rede urbana de Barra do Garças, Dalosto *et al.* (2019), por meio do artigo intitulado: “Ocupação e Infraestrutura de Transporte: o desenvolvimento da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso-Brasil”, trouxe estudo específico sobre a BR-158 e seus desfechos nos projetos agropecuários e planejamentos geoeconômicos para a região, indicando que essa rede técnica, juntamente com a de telecomunicação, enfatiza e cria dinamismo para a formação e organização da rede urbana.

Todavia, reforçamos que estudos referentes à dinâmica da rede urbana, sistematizados a partir de análise dos deslocamentos para aquisição de bens e serviços, podem contribuir para planejamentos de políticas públicas de natureza pública ou privada, tanto no aspecto social quanto econômico, e nas amplas escalas geográficas. Do mesmo modo, servem como produto estratégico de novos reordenamentos territoriais e articulações regionais.

Nesse contexto, entendemos que esta pesquisa de tese dispõe de relativa importância social, e pode servir de escopo para políticas públicas de desenvolvimento locais em médio e longo prazo. Pode também ser útil para os planejamentos e tomadas de decisões dos gestores públicos e privados, tanto na escala intraurbana quanto na interurbana.

Consideramos que o estudo apresenta resultados sistematizados que merecem ser analisados como fonte de dados que possibilita novas reflexões, principalmente, ao setor da administração pública, no que diz respeito ao direcionamento de planos para minimização de desigualdades estabelecidas no processo hegemônico de produção do espaço geográfico. Trata-se, sobretudo, de uma pesquisa que contribui com a literatura científica regional, e consequentemente, com a comunidade acadêmica na continuidade de novos estudos.

Dessa maneira, a presente tese se encontra organizada em cinco seções, e as considerações finais. Na primeira seção, apresentamos, de forma detalhada, os recortes e objeto de estudo, as problematizações que impulsionaram a pesquisa, os procedimentos metodológicos e as ferramentas de apoio, organizados e distribuídos nas cinco divisões do corpo textual; as implicações postas a partir da expressão conceitual de centralidade induzida e a necessidade de apreender a composição da rede urbana a partir de uma relação campo e cidade. Também apontamos as principais dificuldades encontradas no decorrer das investigações, como uma forma de compartilhar preocupações que não se devem fazer isoladas, mas tomadas como pautas de discussões acadêmicas. Todos esses passos, levando-se em consideração os rumos da pesquisa em Geografia, essencialmente, no que diz respeito à aquisição de dados primários e posturas éticas do pesquisador, diante dos percalços ao qual a pesquisa social está sujeita.

A segunda seção traz o contexto histórico da atuação do Estado e das políticas públicas formuladas como sustentáculo do avanço da fronteira agrícola e modernização do campo. O aspecto econômico e da urbanização de Mato Grosso são brevemente apresentados no sentido de melhor entender a gênese formativa da rede de cidades da Mesorregião Nordeste. Além disso, abordamos a presença e a distribuição das redes técnicas como mecanismos de expansão da modernização, pontuando periodizações dos sistemas de engenharia de transportes, e a interferência dessas infraestruturas para o uso do território e organização do espaço.

A composição do subsistema urbano da Mesorregião Nordeste, tendo o Arranjo Populacional de Barra do Garças como centralidade de maior funcionalidade, é exposto na terceira seção. Os movimentos migratórios decorrentes das reestruturações das atividades econômicas da região são discutidos como componentes do processo de urbanização. Esse movimento foi espacializado por representação cartográfica que revela a origem de migrantes dos períodos de 1970 a 2010. Não nos detivemos aos aspectos da migração campo-cidade, uma vez que a ideia foi elencar os fluxos do próprio Estado e os interestaduais. Nesta seção, o conceito de centralidade é esmiuçado, e proposto uma nova expressão analítica de estudo, sendo: centralidade induzida. Tal expressão é posta a partir da realidade empírica do processo de composição da centralidade de Barra do Garças, particularmente.

No decorrer da quarta seção, mostramos as interações espaciais decorrentes das ligações entre os centros na sub-rede urbana, e a importância do meio técnico-científico-informacional na composição dos arranjos espaciais das redes, e da gestão do território pelo Estado e pelas empresas. O consumo aparece como uma variável determinante dos movimentos das pessoas em busca de serviços e bens materiais ou imateriais. As funcionalidades urbanas e especializações produtivas são elencadas, demostrando a realidade e as circunstâncias da centralização dos estabelecimentos comerciais, de saúde e de ensino superior.

E, por fim, na seção cinco, demonstramos as manifestações na cidade decorrentes do movimento de complementaridade entre esse espaço e o campo. A atuação das redes bancárias na financeirização da produtividade agropecuária, e as transformações ocorridas nesses espaços de produção do capital. As desigualdades foram analisadas como contradições do processo de modernização, desenvolvimento e crescimento econômico. Tais desigualdades foram mencionadas partindo da implantação de políticas públicas habitacionais, que, ao serem balizadas pela valorização fundiária do solo urbano e pelos interesses imobiliários, não foram capazes de reduzi-las à dimensão do esperado, mas conduziu novas reestruturações da cidade e do urbano, reforçando a centralidade e os fluxos cotidianos. Também apontamos as novas tendências dessa sub-rede urbana, a partir do que foi possível observar dos circuitos de produção e indicadores de alteridade da Mesorregião, com a implantação de novas infraestruturas e políticas de viés econômico.

1. O ESTUDO E DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

> Criar alguma coisa significa ter humildade e disponibilidade psicológica para tentar, expor-se, errar, recomeçar, modificar, experimentar, observar (FREITAS, 2002, p.93).

1.1 O PONTO DE PARTIDA: PROBLEMATIZAÇÃO

A pesquisa científica requer que as ações investigativas sejam primeiramente delineadas, de modo a projetar o caminho a ser trilhado em busca do resultado ao problema levantado pela curiosidade, dúvida ou inquietação empírica e teórica. A origem de qualquer conhecimento parte do princípio da observação e análise de um fenômeno em curso, assim se colocam o pesquisador e o objeto pesquisado sobre uma condição de compostos e alteridade a desvelar, complexamente ou não, a intervenção de um fato inserido na realidade.

Existem diversos estudos/pesquisas, realizados no Brasil, referentes à rede urbana brasileira, seja no seu contexto regional, com análise do papel de cidades pequenas (em número menor), seja sobre a influência das cidades médias e o arranjo conjuntural das metrópoles. E cada um desses estudos tem um percurso metodológico aderido a partir do contexto do próprio objeto e da sua condição espacial, contexto socioeconômico, posição regional, referente à extensão territorial do país, e do lugar no mundo de cada pesquisador. Mesmo porque, “Se a realidade é inesgotável, temos que começar de novo” (Demo, 1985, p. 63).

Na geografia, preocupamo-nos em estudar os fenômenos socioespaciais existentes a partir das relações de contexto social e natural estabelecidas por inter-relações homem e meio, de modo que a compreensão de fatos e fatores, presentes na constituição desse espaço geográfico, ora o compondo, organizando-o e (re)organizando suas formas num desencadeamento de processos articulados entre si, possam ser entendidos a partir do que já está posto.

Dessa maneira, sendo a rede urbana um composto de gestão do território, criado por agentes que detém o poder de impor seus interesses e domínios, o problema de pesquisa se inicia pela identificação da formação, e pelas consequentes

mudanças no decorrer de sua configuração, que muito se sustenta pelas intensidades das interações espaciais e pelo surgimento de novos municípios, os quais foram desmembrados do território originário de Barra do Garças-MT.

Há, também, o contexto das atividades econômicas que passam por uma reestruturação das atividades produtivas no campo e na cidade, como efeito não só das políticas públicas injetadas sobre o território pelo Estado, pois, enquanto agente produtor do espaço, visava promover duas situações direcionadas ao atendimento da demanda econômica do país, e aos interesses dos países desenvolvidos que requisitavam por produtos do setor primário. Primeiro, instaurou-se a integração territorial para promover um desenvolvimento regional; e depois, preparou o território com implantações técnicas para facilitar e intensificar a reprodução do capital. Essas duas situações não apresentaram, inicialmente, sincronia, e foram se estabelecendo de forma desigual sobre os territórios.

A localização do Arranjo Populacional de Barra do Garças garantiu uma posição estratégica em relação ao acesso à região Norte, por quem vem do Sudeste ou Sul do país. A posição dos sítios urbanos, em relação às capitais estaduais e aos centros de maior hierarquia na rede, é fator de preponderância na centralidade regional da cidade mato-grossense, haja vista que a cidade passa a ser um ponto de atração tanto de pessoas em busca de bens e serviços quanto de empresas que querem expandir suas redes para fora das áreas metropolitanas. São condições que asseguram o consumo onde é possível encontrar o equivalente aos serviços de que necessita, seja nos centros imediatos seja no intermediário.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que subsidiou nossas investigações é: **Como ocorreu a estruturação da centralidade interurbana de Barra do Garças-MT, e quais são os papéis desempenhado por esta cidade no conjunto do Arranjo Populacional e contexto das articulações regionais?**

Reiteramos que a compreensão do papel de Barra do Garças-MT, na rede urbana, seguiu a classificação do IBGE (2015) para cidades médias num contexto regional, considerando o conjunto dos municípios que formam seu Arranjo Populacional. Apesar de a palavra “arranjo” não expressar uma definição coerente para população, tomar a decisão de escolher uma nova categoria e conceito para substituí-la e aplicá-la, nesta pesquisa, poderia nos levar a incorrer em erros conceituais. Isso porque a própria condição territorial e espacial do objeto de estudo

com as cidades que configuram o arranjo populacional já apresenta complexidades conceituais e de reconhecimento político-administrativo.

Uma vez que a gênese formativa desses espaços, associados às relações que foram se estabelecendo num contexto de interações espaciais, seja histórico, político, econômico e cultural, não foi suficiente para que o poder público dos três municípios decidisse por legislar a favor da criação e reconhecimento da existência de um aglomerado urbano. Todavia, as conexões entre esses centros dão a eles características de uma aglomeração urbana, em parte apresentados no corpo desta pesquisa.

Os municípios surgem de núcleos de povoamento assentados nas duas margens do rio Araguaia, em divisa estadual, num período de forte atividade econômica de mineração de diamantes. Assim, o eixo que sustenta tal condição é o processo de urbanização como fenômeno que organiza e caracteriza as dinâmicas dos movimentos pendulares, das relações políticas, econômicas, de expansão da malha urbana, e das conexões dos meios de transporte e comunicação etc. Contexto de reconhecimento da atual gestão municipal de Aragarças-GO e Pontal do Araguaia-MT, em fala concedida pelos prefeitos, Ricardo Galvão de Sousa e Adelcino Francisco Lopo.

> *Olha, na verdade, todo esse baixo Araguaia, o ponto de partida inicial minou aqui em Aragarças, né?! Nós tivemos aqui em Aragarças a Fundação Brasil Central, à época se instalou aqui uma infraestrutura, com o aeroporto, o principal hospital, o principal hotel, principalmente, para o crescimento dessa região, não só do município de Aragarças, mas para o crescimento dessa região de todo o baixo Araguaia. Então, a partir disso, formou-se de forma maior, o município de Barra do Garças em sua grande maioria com trabalhadores oriundos aqui do município através da Fundação Brasil Central. Então, sem dúvida nenhuma, até a questão cultural, religiosa, elas se integraram [...] essa proximidade geográfica acaba que gerando reflexos como falei, na questão de empregos, a questão de saúde, como Barra do Garças tem uma estrutura maior, acaba tendo um pouco dessa demanda indo para lá [...] É óbvio que cada município tenta trabalhar dentro da sua independência, dentro da sua gestão, os três municípios tem os seus problemas particulares, mas, eu vejo que, em alguns problemas os reflexos são os mesmos, os índices de violência, por exemplo, são afetados, tínhamos uma parceria local de poder usar certa estrutura para poder combater à criminalidade aqui em Aragarças, porque querendo ou não, a criminalidade aqui reflete um pouco na segurança de Barra do Garças, e o inverso também é verdadeiro, então seria mais ou menos nessa linha (Ricardo Galvão, fala concedida em entrevista realizada em 28/11/2023).*

> *Eu acredito que Barra do Garças, por ser uma cidade com mais tempo de emancipação, e, ser uma cidade com potencial gigantesco e com arrecadação maior, serve de referência. Porém, ela utiliza muita mão-de-obra de Pontal do Araguaia, que por ser um município criado a trinta e dois anos, têm de emancipação, e às vezes, por questão política também. Ao não fazer uma infraestrutura, de não começar pensando a cidade […] se estivesse pensando a cidade (Pontal do Araguaia) a cinquenta anos para frente, como nós estamos pensando, talvez, pontal hoje, não seria tão dependente de Barra do Garças. Seria uma cidade independente, hoje nós não temos uma infraestrutura, não temos uma rodoviária, não temos um hospital, utiliza o de lá, não temos saneamento básico, utiliza as lagoas de Barra, para descarregar os nossos dejetos. Então, a gente utiliza Barra em vários sentidos. Mas como são as três cidades em conjunto, o que acontece em uma reflete na outra. Exemplo, vai fazer uma festa cultural em Barra do Garças, a festa da cultura do caju. Automaticamente, vai comerciantes do Pontal, aqueles que tem as barracas, que tem a gastronomia vão trabalhar lá. Então, a gente tem que ter um relacionamento amigável, um relacionamento de respeito um com o outro, cada um trabalhando a política de seu município, mas sabendo que tudo que a gente faz aqui, reflete […] temos que estar trabalhando em comum acordo, para que estas três cidades possam crescer junto. Eu acho que nós temos que respeitar as legislações federais, estaduais, e cada município tem que realmente comandar da forma que achar mais correto. A gente tem que ter, como falei, um bom relacionamento entre os políticos, porque a sociedade depende disso. Nós, principalmente, com o município de Barra do Garças, temos bastantes parcerias (Adelcino Lopo, fala concedida em entrevista realizada em 28/11/2023).*

Desse modo, o arranjo populacional é compreendido como uma categoria pela qual entendemos o movimento pendular das populações entre as três unidades urbanas, em processos constantes de deslocamentos para trabalho, estudo, lazer e consumo; numa relação de proximidade e vizinhança na qual se estabelece “forte integração” (REGIC, 2018). São também as relações cotidianas que se colocam como critério analítico para as dinâmicas socioespaciais, e, portanto, no texto do segundo *e-book*, intitulado “Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil”, é explicitado que o termo integração é o mais apropriado para o contexto estudado. Sendo assim, poderíamos pensar em aderir à expressão integrações urbanas**,** no lugar de Arranjos populacionais.

Importante ressaltarmos que a cidade de Barra do Garças, no estudo de competitividade de cidades médias, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA, 2020), está regionalizada no aspecto da urbanização, a partir do modelo de macrorregiões geográficas. Trata-se de uma aproximação/adaptação das três grandes macrorregiões geoeconômicas definidas por Pedro Geiger (1964), com ampliação territorial, coincidindo com os limites das unidades da federação atuais. Assim, devido a sua localização geográfica (Mato Grosso), as análises das

articulações desempenhadas por esse centro de influência compondo a região geoeconômica Amazônia, se fazem, também com ênfase expressiva para o entendimento de articulação mantidas com a região Centro-Sul do Brasil.

Assim, a atual conjuntura nos assegurou hipótese de que Barra do Garças deixa de ser o principal centro fornecedor de bens e serviços destinados ao consumo produtivo e ou corporativo, passando a competir esse papel com outras cidades da sub-rede, especificamente, com Água Boa e Confresa. Todavia, ocorre um reforço e ampliação de papeis por parte da primeira a partir dos anos 2000 (dois mil), no setor educacional e de saúde, caracterizado pela implantação de mais um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso e ampliação dos cursos de nível superior, contribuindo com o crescimento de pesquisas realizadas na região. Tal condição possibilitou fluxos interestaduais de pessoas em busca de formação acadêmica, reforçando os movimentos interurbanos junto às universidades particulares. Importante apontarmos que houve crescimento de filiais das faculdades e centros educacionais de Ensino a Distância, com prédios físicos instalados na área central da cidade.

O setor da saúde teve grande impulso com a instalação de clínicas especializadas de média complexidade, o que pode ser justificado pela proximidade de Goiânia para aquisição de equipamentos, e maior agilidade em exames, uma vez que os laboratórios de exames clínicos (que também cresce em números e espaços físicos) precisam submeter análise de alguns exames em cidades de maior complexidade na hierarquia urbana.

Em paralelo ao crescimento desses novos estabelecimentos fixos no espaço urbano de Barra do Garças, o setor de comércio, principalmente, destinado ao consumo consumptivo é diversificado e novas empresas nacionais e multinacionais são instaladas em maior número na cidade de Barra do Garças. Entretanto, as outras duas cidades do Arranjo Populacional são importantes nesse processo de reestruturação pelas seguintes situações: (a) contribuem com o somativo populacional em circulação pendular diário para consumo, e massa de mão-de-obra; (b) disponibilidade de acesso a serviços especializados nos três centros do AP e maior concorrência de mercado; (c) maiores possibilidades de renda da terra e de benefícios com impostos municipais.

Diante do contexto apresentado, elencamos os seguintes pontos problematizadores que contribuíram para sustentação e ordenamento das ideias:

a) De que modo o Estado interferiu na particularidade da centralidade urbana da cidade de Barra do Garças, e o que esse arranjo populacional polariza?
b) Como as articulações foram sendo construídas num contexto de reorganização territorial de atividades econômicas?
c) Qual o papel das políticas públicas no processo de reestruturação territorial, e de que modo as dinâmicas do agronegócio transformaram o espaço intraurbano de Barra do Garças e das cidades que compõem seu arranjo populacional?
d) Como as contradições da produção e configuração do espaço regional são refletidas no contexto intraurbano e interurbano?
e) De que modo o arranjo populacional assegura competitividade com uma nova centralidade no subsistema urbano de mesmo nível hierárquico ou menor?

Compreendemos que as mudanças ocorridas no próprio sistema capitalista, após a década de 1990, desencadeou uma série de alterações nos sistemas urbanos, de tal modo que as cidades em rede, todas elas, passaram a estabelecer importante papel na configuração espacial de cada segmento de rede urbana. As cidades médias começaram a apresentar intensificação de papéis, justamente por se encontrarem espacialmente em posição de intermediação entre os pequenos e grandes centros na hierarquia urbana.

Portanto, ocorrem particularidades entre centros intermediários na rede urbana que requerem aprofundamento e sistematização. Barra do Garças, por exemplo, não sendo um centro isolado no estudo da rede urbana, mas compondo uma unidade conjunta a outros dois centros, tem centralidade construída sustentada pelos seguintes fatores: formação econômica, social e política; posição favorável do sítio urbano em relação ao território estadual e a localização das metrópoles regionais; área territorial que possibilitou fragmentações e reorganização regional.

Os investimentos técnicos no sistema de transportes e a divisão territorial do trabalho são elementos que garantiram as articulações entre os centros da mesorregião a outros em áreas limítrofes no estado de Goiás. A relação de proximidade também favoreceu a troca de excedentes e a circulação destes na escala da região. Todavia, a evolução das atividades agropecuárias fizera com que o campo exigisse novos bens de consumo, não só de insumos, mas de mão de obra

especializada. Com isso, as cidades do campo tiveram de atender a essas demandas, ofertando bens e serviços mais especializados.

Assim, inferimos que agentes transformadores e (re)estruturadores do território: estado e empresas, com implantação de atividades produtivas e econômicas em específico no espaço rural e em suas relações com o espaço urbano, estabelecem condições de diferenciações espaciais como de desigualdades e, portanto, essa rede urbana é a representação espacial desse processo organizacional não estando por sua vez consolidada. No âmbito de uma competitividade, o que assegura a centralidade de cada centro urbano é o setor produtivo. Na região, o arranjo populacional assegura os serviços em saúde e educação, garantindo maior valor de receita no setor de serviço e com a indústria de alimentos.

1.2 COMPONENTES ESTRUTURANTES: O OBJETO, RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL

Ao pensarmos a cidade de Barra do Garças como nó da rede urbana, precisamos trazer uma síntese histórica referente ao seu processo de formação socioespacial[8], ocorrido a partir dos anos 1920, com emancipação política no ano de 1948.

A localização geográfica do município de Barra do Garças, a partir do núcleo urbano originário, encontra-se sob a coordenada 15° 58′ 37″ latitude sul e 52° 15′ 36‴ longitude oeste. Os pontos são apresentados, pois as políticas de desenvolvimento regional, com programas de desenvolvimento direcionados ao oeste e norte do país, tiveram como marco decisório, o paralelo 13º na delimitação dos projetos e orçamentos destinados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, os

[8] Por ter entendido o espaço geográfico como o resultado do trabalho humano, ou seja, produzido e transformado pelas ações sociais, Milton Santos (1977, 1979, 1996, 2004 e 2005) buscou em Marx uma contribuição teórica para a proposição da categoria de formação socioespacial, aprimorando a epistemologia da Geografia. Para o autor, aceitar a categoria formação Econômica e Social "sem levar em conta o espaço é aceitar o erro da interpretação dualista das relações homem-natureza" [...]. Para ele, "modo de produção, formação social, espaço são categorias interdependentes", [...] e, "as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção [...] reforçando a especificidade dos lugares". (Santos, 2005, p. 22-28). Nessas concepções, o espaço é uma das instâncias ativas da constituição da sociedade, uma vez que o social é produzido no e pelo espaço.

quais se estenderam por todo o território compreendido por Amazônia legal[9]. A cidade se tornou um local estratégico e de apoio por sua localização junto ao cruzamento entre as BRs 070 e 158, que se sobrepõe ao cortar o centro comercial de Aragarças-GO, e Barra do Garças-MT. Um segundo fator está relacionado a sua proximidade espacial com a cidade goiana, que foi base da Fundação Brasil Central (FBC). No período, a FBC estabeleceu padrões urbanísticos para construção de casas residenciais e comerciais, normas que garantiram migração de pessoas do lado goiano para firmar residências na cidade mato-grossense; culminando em maior adensamento tanto de pessoas quanto de construções residenciais e comerciais à margem esquerda do rio Araguaia.

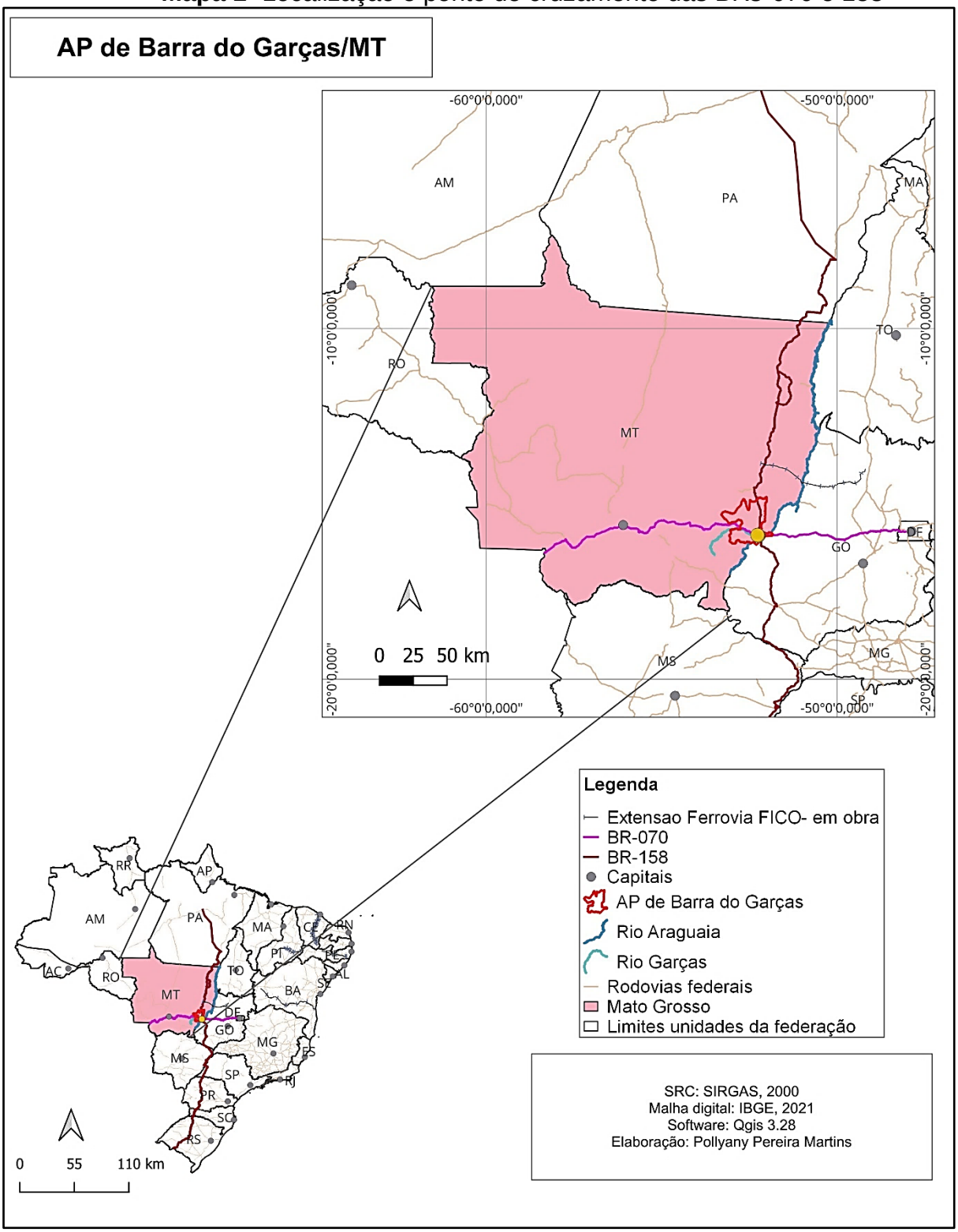
No (Mapa 1), identifica-se a espacialidade do cruzamento entre as rodovias federais, uma longitudinal: BR-158 e uma radial BR-070. A primeira se estende de norte (Redenção–PA) a sul (Santana do Livramento–RS) do país; cortando o território de oito Estados federativos (Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Todavia, ainda compõe o traçado rodoviário que passa pelo espaço urbano Barra-garcense, a MT-100 percorrendo os municípios de: Alto Taquari, Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Araguaiana. E outras duas rodovias estaduais de ligação (MT-260 e GO-164), que ligam municípios subordinados à área de influência (Torixoréu e Pontal do Araguaia) e à Aragarças–GO, município de integração urbana.

A implantação de rodovias federais possibilitou que linhas de circulação e comunicação, provenientes das regiões Sul e Sudeste até a Amazônia, fossem criadas e intensificadas por intermédios dos fluxos que decorrem a partir da inserção técnica sobre o território. O que ocasionou gradativamente novos processos de organização do espaço urbano destas duas cidades (a princípio, Pontal do Araguaia se emancipa em 1993). Referente ao crescimento populacional, na década de 1970, Barra do Garças já apresentava quantitativo superior ao de Aragarças (emancipada em 1953), que dispunha de extensão territorial muito inferior ao da primeira, não

[9] A Amazônia Legal foi instituída pela Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953, com alterações na sua delimitação conforme a evolução político-administrativa do território brasileiro. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/b1b2ba3d-3ae5-430f-8eba-2df2a400eb69 .

atraindo, portanto, projetos de colonização agropecuária e, posteriormente, de criação de núcleos urbanos.

Mapa 1- Localização e ponto de cruzamento das BRs-070 e 158



Fonte: IBGE, 2021 **Elaboração:** Autora, 2022

A tipologia e variedade comercial foi se intensificando de modo a oferecer demanda das necessidades básicas de consumo de bens e serviços à população local, e para as atividades desenvolvidas no município, cujo, extensão abrange toda a mesorregião de estudo. A pecuária e a agricultura se tornaram base da economia regional, incentivadas e beneficiadas por projetos de integração nacional[10], bem como para o desenvolvimento econômico do país.

É importante destacarmos que migrantes palestinos[11], a partir dos anos 1950, tiveram, com a atividade de "mascateação", grande influência no arranjo comercial da cidade, e monopolizaram parte do comércio local (principalmente lojas de roupas, calçados e utilidades domésticas). Hoje, apesar da presença das redes de lojas nacionais, esses empresários palestinos, e outros de composição familiar, vem mantendo a hegemonia do comércio, e do quantitativo de imóveis residenciais e comerciais no centro das cidades de Barra do Garças e Aragarças. Conforme Ribeiro (2023)[12], muitos vivem de capital rentista com os aluguéis dos imóveis, presentes na área central da cidade. A técnica implantada com políticas públicas nacionais conduziu a um (re)direcionamento do espaço urbano, afirmado pela autora em tese de doutorado:

> A construção das pontes criou uma nova área de expansão urbana em direção sul da cidade de Barra do Garças, os palestinos foram adquirindo terrenos nessa área da cidade de futura expansão, que, posteriormente, transformou-se no *central business district* (CBD), que atualmente é o lugar de trabalho e de moradia deles. Desse modo, os palestinos adquiriram terrenos ao longo da Avenida Ministro João Alberto e da Rua Mato Grosso, construíram prédios e se tornaram proprietários de imóveis onde se localiza os principais pontos de comércio, mesmo aqueles que retornaram ou mudaram para outros lugares mantém seus imóveis e vivem da renda dos aluguéis (Ribeiro, 2022, p. 73).

O município de Barra do Garças, após a transferência de sede do município de Araguaiana[13], chegou a ter uma extensão territorial de 216.429,000 mil km²[14], e, consequentemente, passou por processos de desmembramentos e reordenamento de seu território de onde surgiram outros centros urbanos e estes, atualmente,

---

[10] Ver Costa (2001) Políticas territoriais nos anos 50. In: **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**.

[11] Ver Ribeiro (2018) **Árabes:** a produção do espaço urbano em Barra do Garças-MT.

[12] Entrevista concedida ao site: https://laisoaresbarros.wixsite.com/webjorlais. Disponível no Youtube pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=0BPNyLTqIbw.

[13] Transferência de sede pela Lei estadual n.º 121 de 15-09-1948, transfere a sede do município de Araguaiana para Barra do Garças (fonte: Confederação Nacional de Municípios, IBGE/cidades)

[14] Dado extraído do site da prefeitura de Araguaia-MT, sobre fonte do portal do Estado. Disponível em: https://www.araguaiana.mt.gov.br/o-munic%C3%ADpio/hist%C3%B3ria

compõem a estrutura de relações e hierarquia da rede urbana regional, subordinados à cidade de Barra do Garças-MT. O processo de desmembramento territorial está, entre outros pontos de análise, muito vinculado às políticas de expansão agrícola, as quais proporcionaram uma segunda frente migratória com forte predominância de pessoas e empresas vindas da região Sul e Sudeste (respectivamente dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo).

Para a compreensão dessa rede urbana, uma variedade de fatores e variáveis tiveram de ser delimitados e analisados, no sentido de conhecer a região de influência da rede, e a configuração funcional da cidade de Barra do Garças. Que, mediante suas atividades e interações, fomentam funções urbanas que à classifica como uma cidade média na unidade federativa. As redes de cidades[15] configuram uma relação de interdependência entre cidades numa escala mundial, continental, nacional, regional e local, muitas vezes atuando em sistema de heterarquia urbana (Catelan, 2012). Portanto, são dotadas de complexidades específicas pelo condicionamento das inter-relações entre lugares e, por sua vez, tipos diferentes de interações espaciais.

Desse modo, o lugar, aqui pensado para as cidades do Arranjo Populacional na sua conjuntura urbana, redefine-se, como posto por Carlos (2007), "pelo estabelecimento e/ ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares". E complementa a ideia de conexão condicionada pela globalização ao descrever que "[…] assim a situação muda na trama relativa das relações que ele estabelece com os outros lugares no processo em curso de globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização" (Carlos, 2007 p. 18).

Os municípios do Arranjo Populacional de Barra do Garças-MT estão localizados em três microrregiões, a saber: Aragarças, a Noroeste do estado de Goiás, encontra-se na microrregião de mesmo nome; Pontal do Araguaia-MT a Sudeste do estado, na microrregião Tesouro; e Barra do Garças, na microrregião médio Araguaia (IBGE, 1990, 2018). A última cidade se coloca como o principal centro na região de influência intermediária[16], estendendo seu centro polarizador para municípios das

[15] Pensado por Sposito (2008), a partir de conceitos de "mundialização e globalização" (SPOSITO, 2008 p. 85).

[16] "à noção de região de influência é operacionalizada por meio de vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor, direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Dessa forma, a região de influência possui feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si". (IBGE - Notas Metodológicas, 2020, p. 7).

mesorregiões nordeste e sudeste de Mato Grosso, e outros sete municípios no estado de Goiás, conforme (Mapa 2). As distâncias percorridas em busca de bens e serviços de média complexidade são maiores do que 400 km, e, dependendo da variável de deslocamento[17], pode chegar a mais de 600 km. O fato de Goiânia estar mais próximo de Barra do Garças do que da capital Cuiabá cria um movimento de deslocamento, muitas vezes, maior para a capital goiana do que para a mato-grossense.

A população total dos municípios foi disponibilizada pelo IBGE no final do ano de 2022, e até o momento não foi apresentada a população urbana e rural separadamente. Sendo assim, o município de Barra do Garças dispõe de um quantitativo populacional total que corresponde a: 69.210 (sessenta e nove mil, duzentos e dez), com densidade demográfica de 8,28 habitantes por quilômetro quadrado; Pontal do Araguaia-MT com 6.932 (seis mil, novecentos e trinta e duas), e densidade demográfica de 2,53; e Aragarças-GO com população de 18.390 (dezoito mil, trezentos e noventa), e densidade demográfica de 27,79 habitantes por KM².

A extensão da mesorregião Nordeste mato-grossense é bastante significativa, e encontra-se atualmente dividida em três microrregiões com 25 (vinte e cinco) municípios, sendo: Microrregião Norte Araguaia, abrangendo os municípios Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica. Microrregião Canarana, envolvendo Água Boa, Campinápolis, Canarana, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Querência, Santo Antônio do Leste. E por fim, a Mesorregião Médio Araguaia, contornando os municípios Araguaiana, Barra do Garças, Cocalinho.

A composição da rede urbana está estruturada em níveis regionais de articulação, ou seja, de ligações decorrentes de fluxos de pessoas na busca por bens de consumo e serviços, como de mercadorias e capital. A metodologia utilizada pelo IBGE, para o estudo da Região de Influência das cidades (REGIC, 2018), segue a divisão urbano regional (IBGE, 2013), que estabeleceu três níveis regionais de proximidade e vínculos entre os centros, identificando os municípios com múltiplas vinculações. Desse modo, tem-se: (1) Regiões ampliada de articulação urbana (Nível

[17] Ver em Região de Influência das Cidades-REGIC (IBGE, 2018).

1- ligadas a uma metrópole, com exceção de Cuiabá e Porto Velho); (2) Regiões intermediárias de articulação urbana (Nível 2- ligadas a uma capital regional ou centro sub-regional); e (3) Regiões imediatas de articulação urbana (Nível 3- ligadas a um centro sub-regional ou centro de zona). O sistema urbano da mesorregião nordeste, está composto pelos dois últimos níveis, conforme representado no (Mapa 3).

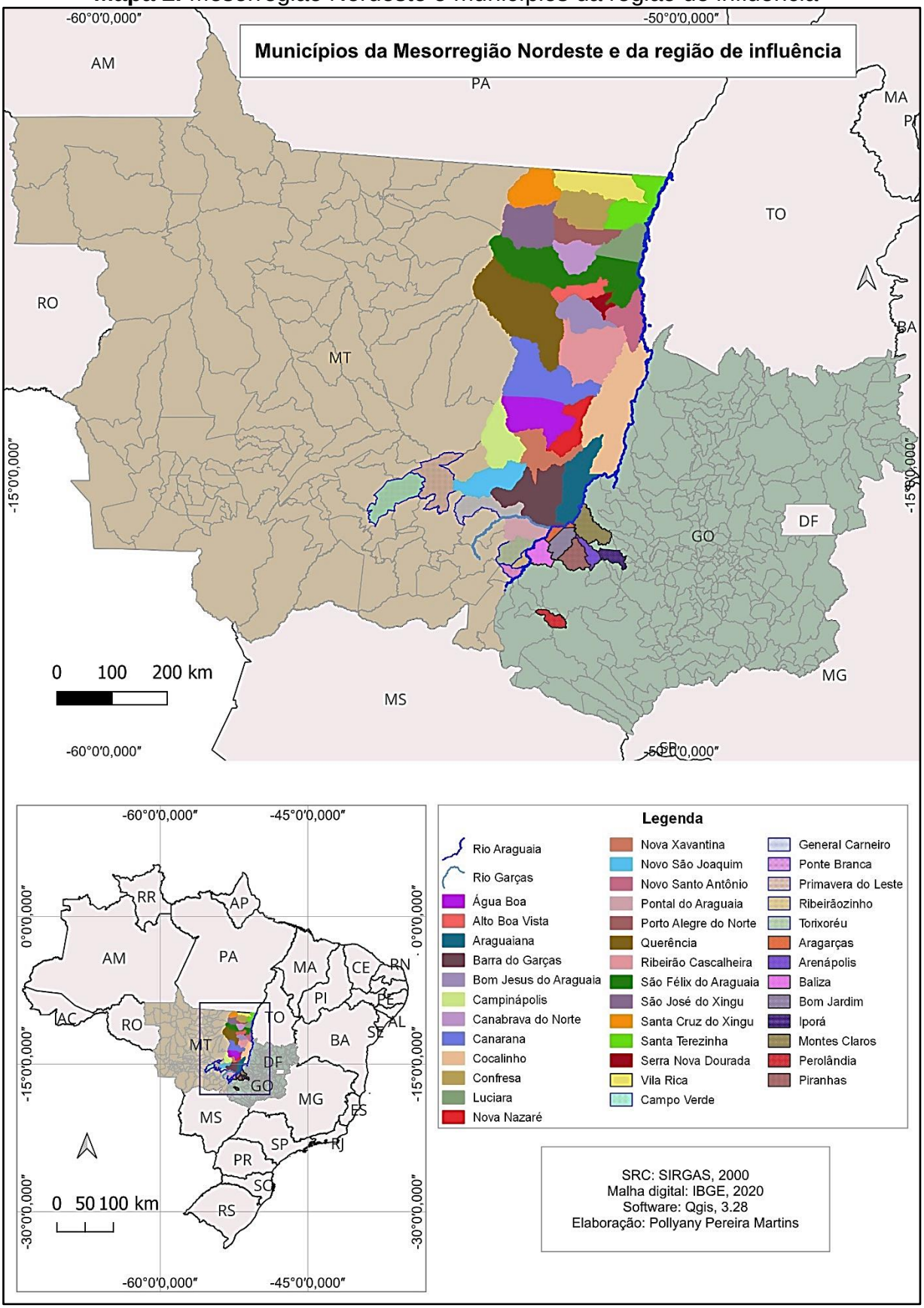
A Capital de Mato Grosso, por não ser considerada uma metrópole, está classificada no contexto urbano regional da hierarquia de rede urbana no nível 2. Portanto, buscando preservar a estrutura topológica da rede, as ligações dos níveis até centro (sub-regional A) diretos com Cuiabá são isolados. Assim, essa capital foi inserida com vínculos diretos as Metrópoles, Brasília (Nível 1B) e São Paulo (Nível 1A).

Atualmente, a população total da mesorregião Nordeste obteve acréscimos populacionais em todos os municípios com exceção de Vila Rica que perdeu população comparado ao censo de 2010. Já os municípios de maior aumento de população foram Barra do Garças e Querência conforme (Tabela 1). Todos os centros urbanos dessa mesorregião se denominam como pequenas cidades, não só pelo tamanho demográfico, mas, sobretudo, pelas suas funcionalidades, com exceção apenas de Barra do Garças, que, neste estudo, apresenta resultados das condições e funções urbanas que estabelece classificação conceitual de cidade média no estado de Mato Grosso.

Já Confresa, apesar de também ter obtido um crescimento populacional de mesma proporção que os municípios já descritos, chama a atenção para o total de população rural conforme o censo de 2010, ao ser comparado com a urbana. O que pode ser explicado pelo número de pessoas residentes nos distritos deste centro, e a quantidade de assentamentos. Salientamos que Confresa foi emancipada a partir da década de 1993, por isso os dados demográficos aparecem apenas no censo de 2000.

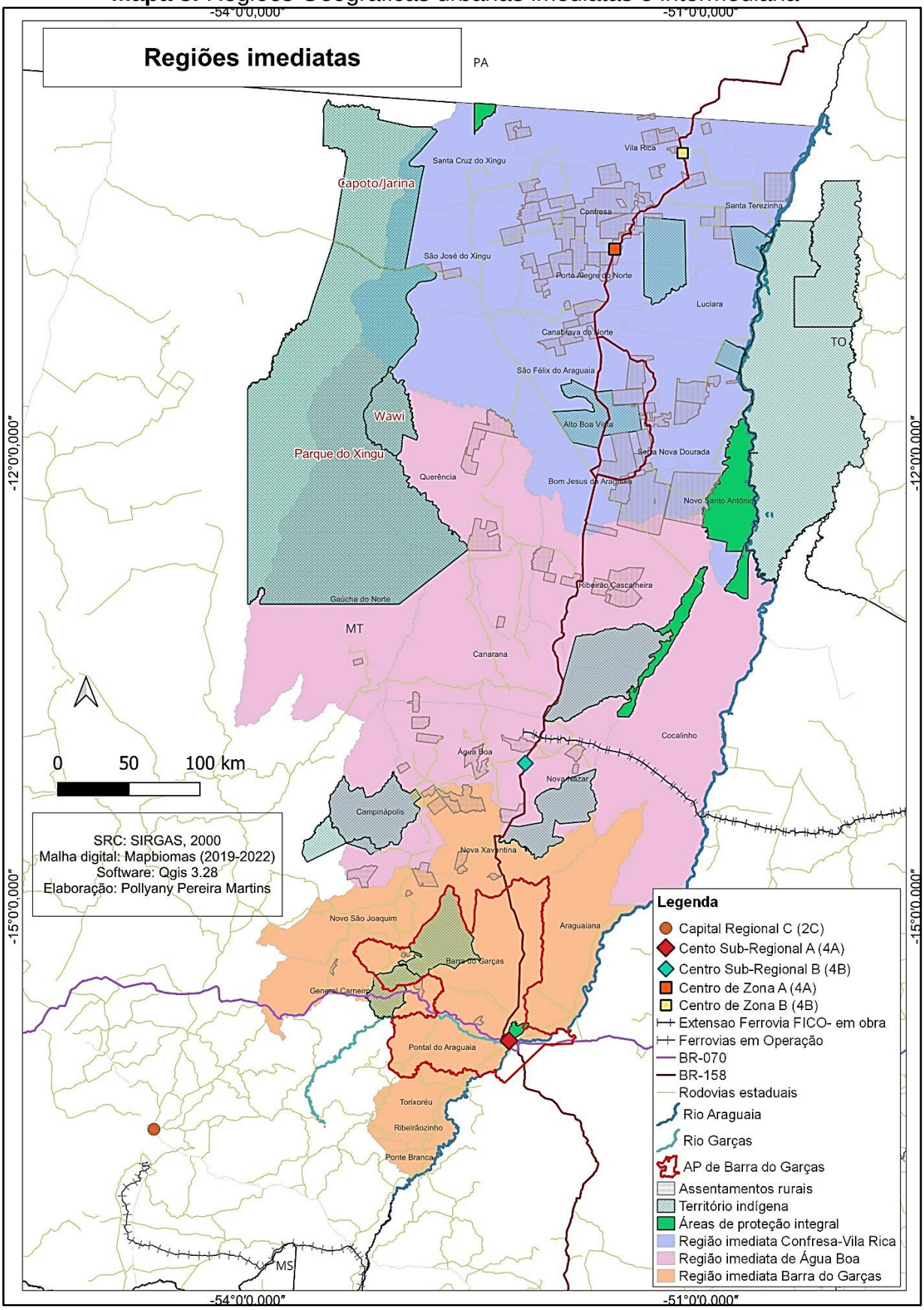
A área de influência regional do Arranjo Populacional abrange a Mesorregião Sudeste, com cinco municípios: Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ponte Branca, Ribeirãozinho e General Carneiro. A proximidade territorial entre os municípios faz com que os deslocamentos de pessoas, principalmente, em busca de bens e serviços voltados para a saúde, educação, eventos culturais e lazer e para outros tipos de consumo consumptivo e corporativo sejam constantes.

Mapa 2. Mesorregião Nordeste e municípios da região de influência



Fonte: IBGE, 2020 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 3. Regiões Geográficas urbanas imediatas e intermediária



Fonte: Mapbiomas, 2019 - 2022 e IBGE, 2021 **Elaboração:** Autora, 2023

Muitas pessoas residentes nesses municípios deixam de buscar por Rondonópolis (com 244.911 pessoas), sendo o maior centro urbano da Mesorregião Sudeste, e superior que o (AP) de Barra do Garças na Hierarquia Urbana. A contiguidade territorial entre os centros urbanos é também um fator de atração entre os municípios no estado de Goiás, referindo se essencialmente a: Aragarças, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Piranhas e Montes Claros de Goiás. Esses municípios, em muitas situações, mantém deslocamentos pendulares diários.

Ao desenvolvermos esta pesquisa, buscamos não apenas entender e discutir o papel de Barra do Garças como nodalidade de maior centralidade da rede urbana mato-grossense no seu contexto de Arranjo Populacional (Figura 2), mas, sobretudo, apresentar um estudo sistematizado dessa rede urbana, pela importância desse tipo de estudo como ferramenta de apoio em planejamentos públicos e privados em âmbito regional.

A imagem de satélite possibilita melhores detalhamentos da espacialização do urbano e do arranjo populacional de Barra do Garças. Podemos verificar que existe um espraiamento da malha urbana desta cidade em relação as outras duas (Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO), e muito se deve a sua topografia irregular. Ambas as cidades tiveram seus núcleos centrais construídos junto ao ponto de encontro dos dois rios (Araguaia e Garças), e foram se expandindo ao longo das suas margens, em sentidos opostos de crescimento de suas malhas urbanas.

Trata-se de um elo estabelecido desde suas origens, agrupamentos urbanos que se expandem territorialmente pelo processo de urbanização. Reforçando as interações sociespaciais, econômicas, políticas e culturais existente entre as três cidades. Entretanto, até o momento não foi reconhecido pelos gestores públicos municipais e estaduais, de modo a oficializar e formalizar um aglomerado urbano, conforme art. 3º da Lei nº 13.089 de 2015, o que poderia lhes assegurar políticas públicas voltadas para a governança interfederativas.

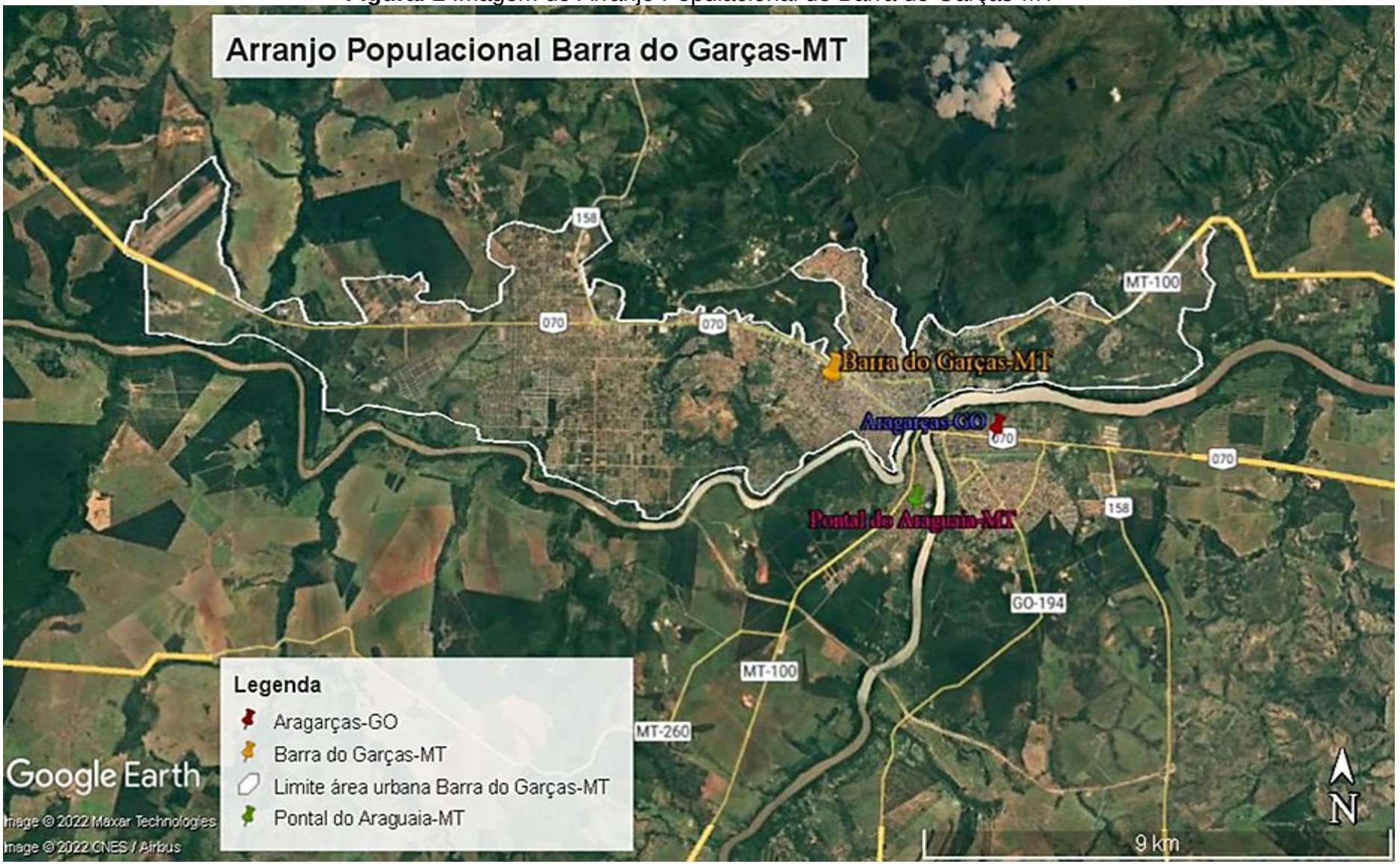
Tabela 1. População e outros indicadores da Mesorregião Nordeste

Municípios	População 2010			População total (2022)	Densidade demográfica (2022)	PIB per capita (2021- x 1000)[18]	População ocupada (2021)	IDHM 2010	Área Territorial (2022)	Área urbanizada (2021)	Distância de Barra do Garças
	Urbana	Rural	total								
Barra do Garças	50.947	5.613	56.590	69.210	8,28	41.607,18	29,75%	0,748	8.363,149 km²	30,27 km²	-
Água Boa	16.759	4.097	20.856	29.210	3,87	74.990,39	27,86	0,734	7.549,308 km²	10,79 km²	338,1 Km
Araguaiana	2.189	1.008	3.197	3.795	0,59	41.316,47	14,10	0,687	6.380,700 km²	1,42 km²	53,4 Km
Alto Boa vista	3.178	2.069	5.247	5.639	2,54	37.231,59	9,02 %	0,651	2.248,414 km²	2,37 km²	570,8 Km
Bom Jesus do Araguaia	2.648	2.666	5.314	7.280	1,71	112.613,63	16,30%	0,661	4.266,636 km²	3,20 km²	496,1 Km
Campinápolis	4.820	9.485	14.305	15.345	2,57	26.958,25	7,17 %	0,538	5.978,985 km²	3,34 km²	226,2 Km
Canarana	14.805	3.949	18.754	25.843	2,38	132.641,17	24,33 %	0,693	10.855,181km²	11,21 km²	325,9 Km
Canabrava do Norte	2.691	2.095	4.786	4.485	1,30	56.716,7	9,02 %	0,667	3.449,037 km²	2,50 km²	635,7 Km
Cocalinho	3.647	1.843	5.490	6.220	0,38	52.079,24	15,92%	0,660	16.563,136km²	3,56 km²	353,1 Km
Confresa	14.229	10.895	25.124	35.075	6,05	47.721,27	18,77 %	0,668	5.802,314 km²	12,95 km²	657,1 Km
Luciara	2.029	195	2.224	2.509	0,59	20.224,35	13,31 %	0,676	4.282,733 km²	0,89 km²	681,5 Km
Nova Nazaré	1.119	1.910	3.029	4.200	1,04	35.035,46	9,24 %	0,595	4.034,539 km²	1,31 km²	285,3 Km
Nova Xavantina	15.746	3.897	19.649	24.345	4,43	47.627,46	17,96 %	0,704	5.491,972 km²	8,05 km²	148,9 Km
Novo São Joaquim	3.717	2.325	6.042	6.919	1,32	178.424,27	21,44 %	0,649	5.225,595 km²	2,56 km²	266,0 Km
Novo Santo Antônio	1.346	659	2.005	2.015	0,46	20.458,85	8,99 %	0,653	4.394,780 km²	1,21 km²	573,3 Km
Querência	5.972	7.061	13.033	26.769	1,50	231.667,59	38,64 %	0,692	17.799,989km²	9,41 km²	457,8 Km
Ribeirão Cascalheira	5.565	3.516	9.081	9.896	0,89	72.424,03	12,89 %	0,670	11.354,555km²	3,38 km²	379,7 Km
São José do Xingu	3.783	1.457	5.240	5.965	0,80	165.549,74	12,93 %	0,657	7.465,563 km²	2,82 km²	670,2 Km
Santa Cruz do Xingu	1.251	649	1.900	2.661	0,47	118.731,1	15,22 %	0,684	5.623,390 km²	2,02 km²	723,0 Km
Santa Terezinha	2.974	4.423	7.397	7.596	1,17	35.169,16	5,80 %	0,609	6.466,223 km²	3,66 km²	818 Km
Santo Antônio do Leste	2.119	1.635	3.754	4.099	1,20	186.843,37	17,92 %	0,655	3.403,593 km²	1,23 km²	240,1 Km
São Félix do Araguaia	6.178	4.447	10.625	13.612	0,82	135.991,34	12,71 %	0.668	16.682,473km²	5,47 km²	660,6 Km
Serra Nova Dourada	813	552	1.365	1.800	1,21	43.686,5	13,67 %	0,664	1.490,793 km²	1,04 km²	514,4 Km
Vila Rica	13.962	7.420	21.382	19.888	2,67	32.627,85	10,02 %	0,668	7.436,383 km²	5,01 km²	762,4 Km

Fonte: IBGE, 2010, 2021 e 2022 **Organização:** Autora, 2023

[18] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=5101803. Acesso em 06 mar. 2024.

Figura. 2 Imagem do Arranjo Populacional de Barra do Garças-MT



Fonte: Google Earth **Organização:** Autora, 2021

Nessa perspectiva, o recorte temporal desta pesquisa abrangeu o período que se estende da década de 1970 ao ano de 2024, correspondente a um período de mais de cinco décadas de formação territorial e espacial da rede urbana, com cinco período de levantamento do REGIC pelo IBGE, desde o ano de 1966 a 2018. Isso porque a composição da estrutura de rede urbana sob comando de Barra do Garças só se inicia a partir desse período, conforme apresentado no (Quadro 1); e o tempo final se dá pela necessidade de encerrar a pesquisa em cumprimento com os prazos da pós-graduação e, principalmente, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O marco temporal estabelece, sobretudo, uma linha de raciocínio para o movimento realizado no espaço a partir de uma produção territorial, interferência de atores como o estado, e empresas voltadas ao capital internacional direcionando a investigação para as conjecturas do presente.

A delimitação temporal nos permite maior detalhamento sobre a realidade composta, possibilitando-nos percorrer olhares sobre condições históricas, e, nesse caso, de políticas públicas espaciais, ordenamento territorial, planejamento regional e as (re)estruturações produtivas com expansão da agropecuária juntamente com a modernização do campo. Tudo isso para projetar e criar condições para a reprodução do capital que tem principalmente nos centros urbanos intermediários um ponto de escoamento.

Quadro 1. Períodos de surgimento dos centros da sub-rede urbana de Barra do Garças

1948	Transferência da sede Araguaiana-MT para Barra do Garças-MT
1966[19]	Barra do Garças, com cinco distritos é classificado como centro local subordinado a Goiânia; desmembra território para o município de Luciara.
1972	Barra do Garças, com cinco distritos é classificado como centro de nível 4B subordinado a Goiânia, e mantém interações espaciais com General Carneiro, Torixoréu, Aragarças, Baliza e Bom Jardim de Goiás.
1978[20]	Barra do Garças, com sete distritos é classificado como centro de zona, subordinado a Goiânia; com dois municípios desmembrados do seu território- Luciara e São Feliz do Araguaia. Estes municípios passam a ser subordinados a Barra do Garças.
1986	Barra do Garças, tem seu território desmembrado por mais cinco municípios: Canarana, Araguaiana, Novo São Joaquim, Cocalinho e Nova Xavantina. Extingue dois distritos e fica com distritos: Indianópolis, Toricueije e Vale dos Sonhos (atuais).
1993[21]	Barra do Garças, classificado como centro de nível médio 4, tem seu território desmembrado por mais quatro municípios: Canarana, Araguaiana, Novo São Joaquim e Cocalinho. Extingue dois distritos e fica com os distritos: Indianópolis, Toricueije e Vale dos Sonhos (atuais). A rede de centros urbanos toma forma com a criação de novos municípios a partir daqueles desmembrados por Barra do Garças. Tendo agora o novo município vizinho Pontal do Araguaia, desmembrado de Torixoréu.
2000	Barra do Garças apresenta-se como Centro de influência regional "comandando" outros vinte municípios na mesorregião nordeste; quatro município na mesorregião sudeste, e quatro municípios no estado de Goiás.
2007[22]	Barra do Garças na condição de centro Intermediário (centro sub-regional A) encontra-se subordinada a Cuiabá enquanto Capital Regional A. E em área de Influência de Goiânia. A composição da rede urbana já apresenta complexidade com quantitativo maior de centros regionais, e dois centros de zona B (imediatos): Água Boa e Confresa-Vila Rica.
2018[23]	Barra do Garças se mantém em mesma posição hierárquica da rede urbana regional subordinada a Cuiabá, e em área de influência de Goiânia. E agora com dois centros que deixam a posição de zonas B para Centros de Zona A. E um total de trinta e quatro centros na área de influência de Barra do Garças-MT.

Fonte: IBGE, 2010 **Organização:** Autora, 2021

[19] REGIC (1966) nesta classificação hierárquica, o IBGE, trouxe nove níveis de centralidade de rede urbana, do maior para a menor sendo: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Centro Metropolitano Regional, Centro Macroregional, Centro Regional A, Centro Regional B, Centro Sub-regional A, Centro Sub-regional B, Centro Local A e Centro Local B.

[20] REGIC (1978) - alteram-se alguns critérios metodológicos e a composição hierárquica dos centros passa ter cinco classificações: Metrópole Regional, Centro Submetropolitano, Capital Regional, Centro Sub-regional e Centro de Zona.

[21] REGIC (1993) - Os termos classificatórios são alterados: Máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco. Barra do Garças toma posição de médio para fraco.

[22] REGIC (2007) - Apresenta as seguintes classificações hierárquicas: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Metrópole, Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C, Centro Sub-regional A, Centro Sub-regional B, Centro de zona A e Centro de Zona B.

[23] REGIC (2018) - Manteve a classificação hierárquica do Regic (2007).

1.3 OS CAMINHOS INVESTIGATIVOS

O percurso metodológico descreve o planejamento estrutural da pesquisa para o seu desenvolvimento, visto que algumas técnicas ou instrumentos muitas vezes são alterados no decorrer da sua construção, seja por necessidade de melhor adequação seja por dificuldades encontradas no caminho. É também uma maneira de deixar registrado um percurso aderido pelo(a) pesquisador(a) para um objeto mediante seu recorte temporal, e o período em que a pesquisa foi realizada.

No entanto, para o desenvolvimento desta tese, a abordagem que se colocou para todo o caminho de averiguação, análise e compreensão do fenômeno socioespacial estudado foi a qualitativa e quantitativa, estabelecendo uma composição mais consistente quanto aos dados levantados e aplicados como instrumentos de aprimoramento dos resultados. Conforme evidenciado por Pessôa (2012, p. 8), para a utilização da pesquisa qualitativa “é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos”. Na sua contextualização, a autora destaca o uso da dialética como orientação filosófica que abrange a pesquisa qualitativa; mas destaca que, sobretudo para a produção de conhecimento, é essencial o domínio tanto do conteúdo quanto das técnicas de pesquisa escolhidos.

Diante da complexidade temática do recorte de estudo, a abordagem quantitativa foi importante no sentido de trazer complemento estatístico para a interpretação do fenômeno, não se restringindo apenas ao fator da quantificação, mas de compreender a estrutura e os processos no movimento do espaço, que se compõe de elementos e variáveis, cuja intensidade tem relação com a distribuição, diversificação e nível de circulação.

A pesquisa é de natureza básica, de modalidade explicativa e composição híbrida dos métodos procedimentais para a utilização dos instrumentos técnicos sendo: monográfico, histórico, funcionalista e estatístico, tanto pelo interesse acadêmico e pela necessidade de conhecimento social, quanto pela possibilidade de comprovação teórica das hipóteses levantadas, por aspectos empíricos na análise de contradições, e análise de dados já tratados (por instituições governamentais, a exemplo específico do IBGE, IBGE/REGIC, IPEA, CONAB, ANTAQ, ANTT , SEPLAN-MT, etc.), e organização dos dados fornecidos pelas universidades referente à origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais.

O raciocínio e o pensamento geográfico referente ao objeto de estudo, se compuseram pelo método de interpretação e de pesquisa (Moraes e Costa, 1987), buscando assegurar clareza e validação dos resultados por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos, pois, ao se considerar a diversidade técnica e teórica presente no conhecimento geográfico, “cabe ao geógrafo fazer sua escolha em relação ao método e técnica, pois a complexidade do espaço geográfico é profunda e deve ter cuidado para não cair em um reducionismo ou senso comum” (Alves, 2008, p. 239).

Em contribuição a esse pensamento, Santos (2004, p. 40) esclarece que, “Quando o método está aquém da descoberta, as ciências humanas ficam atrasadas em relação ao futuro, e mesmo em relação ao presente, por trabalhar unicamente com o já feito”. As preocupações estão pautadas em um modo adequado de se conseguir ver o mundo tal como ele é, na sua essência, buscando não recair no dogmatismo epistemológico. Assim, após considerável período de revisão teórica, observação e reflexão sobre o contexto discursivo ao qual nos propusemos assumir e defender com esta tese, apoiamo-nos ao método de abordagem dialético como sustento inicial para a produção de conhecimento sobre a realidade e o dinamismo da rede urbana no Nordeste mato-grossense tendo a cidade de Barra do Garças como centro de arranjo populacional.

Atrevemo-nos em afirmar que também se faz presente no processo investigativo o materialismo histórico e dialético. E isso estabelece uma condição de hibridização metodológica ao desenvolvimento da pesquisa, numa tentativa de aproximação da verdade científica. Assim, podemos dizer que a tese está pautada por um método híbrido das análises, porém, em consciência de que esses métodos não se misturam, ou seja, não se diluem um sobre o outro, eles apenas se complementam diante da complexidade do objeto.

Não se trata de um ecletismo, assim como talvez a paixão não seja tão intensa, de fato aparece mais como um instrumento, como já identificado e apontado por Chaveiro (2020). Porém, permanece o caos, o conflito se faz presente, o pensar é constante, muitas vezes conflituoso pela necessidade de cumprir com um tempo institucional, que se digladia com afazeres de uma vida cotidiana dividida com a pesquisa acadêmica. Assim, como parece ser uma escolha pela capacidade periódica em buscar compreender o mundo a partir do lugar e da concepção de mundo daquele que pesquisa, a intenção é assegurar uma produção geográfica significativa, crítica e interventiva.

Para o autor, ter “Atenção à realidade e aos discursos de um tempo se impõe como tarefas precípuas do método” (Chaveiro, 2020, p. 14). É válido ressaltarmos que a realidade de um tempo é alterada muito rapidamente com a era da globalização, quando o espaço social sofre constantes alterações, tornando o estudo do espaço geográfico mais difícil por meio de um único método de análise. Dessa forma, Alves (2008 p. 237) apresenta a concepção do pluralismo metodológico ao entender que “somente um método não daria sustentação à investigação”.

Na fundamentação da necessidade do método, Chaveiro ainda descreve que:

> no caso específico do trabalho do geógrafo, possui um adendo: discernir as tramas que produzem e reproduzem o território e, daí, as forças que produzem a riqueza e a pobreza, que ferem a vida em nome de grupos, de classes dominantes, de corporações (Chaveiro, 2020 p. 15).

Nesse sentido, percorremos um caminho de escolhas e aplicações metodológicas que pudesse contribuir para a análise investigativa referente ao papel da cidade de Barra do Garças como centro intermediário na rede urbana brasileira, conforme classificação hierárquica apresentada na pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018)[24]. Não excluímos da pesquisa, análises dos estudos anteriores da REGIC, pois elas contribuíram para as averiguações das tendências de centralidades e de novas dinâmicas desse subsistema urbano.

Para isso, traçamos um diagrama com palavras-chave (Figura 3), como um recurso que alinhasse o pensamento a partir dos compostos conceituais que delinearam a construção da pesquisa. Apoiamo-nos nos argumentos de Mendes (2009), uma vez que o autor esclarece serem dispostos três modelos metodológicos extraídos de estudos sobre a rede urbana: (1) o estudo sobre a rede urbana é pautado na dimensão mesorregional; (2) o estudo acerca da dimensão territorial para o planejamento se utiliza das microrregiões como base; (3) e a REGIC usa o município como referência metodológica e analítica.

As técnicas e os instrumentos escolhidos para aplicação neste estudo, evidentemente, como recursos aos procedimentos metodológicos de pesquisa, seguiram um plano cuidadoso de sistematização para a realização prática. Visto que

[24] A Regic 2018 atualiza a rede urbana nacional, indicando quais Cidades estão subordinadas a quais, e até onde se estendem suas influências no território (IBGE, 2020, p. 11).

estas podem ser conduzidas mediante diferentes metodologias, mas devem ser compatíveis com métodos e paradigmas epistemológicos adotados (Severino, 2007).

O levantamento bibliográfico é um procedimento que antecede a pesquisa e se encerra pela finalização do processo investigativo. Dentre os tipos de literaturas explorados, estiveram basicamente: livros impressos e digitais (*E-books),* artigos em periódicos referente à rede urbana no Brasil e na América Latina, teses e dissertações. Uma vez que a internet, num intervalo de tempo de aproximadamente vinte e seis anos, tornou-se uma aliada no processo de busca por fonte de pesquisa, com grande capacidade para agrupamento de documentos oficiais, e acesso rápido à seleção de material por meio de investigação em Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), *Google* acadêmico, e portal Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Para um maior alcance teórico-metodológico, a seleção desses materiais não se fez apenas na seara do conhecimento geográfico, pelo contrário, expandiu-se interdisciplinarmente pelas demais ciências como: economia, história, sociologia e, também, pela arquitetura e urbanismo.

Ressaltamos que um procedimento muito adotado para busca de obras mais recentes, principalmente textos publicados em periódicos, foi a adoção da plataforma *lattes* para buscas diretas. Selecionamos uma lista de nomes de pesquisadores e recorremos ao *lattes* individual, o que proporcionou a filtragem de obras a partir dos títulos enunciados das publicações em periódicos, capítulos de livro, livros completos e/ou organizados. Também realizamos buscas e consultas em páginas de notícias locais e regionais, a fim de extrair informações que não puderam ser colhida diretamente aos agentes públicos. Bem como, assistimos vídeos de telejornais com entrevistas concedidas por agentes tanto do poder público como privado.

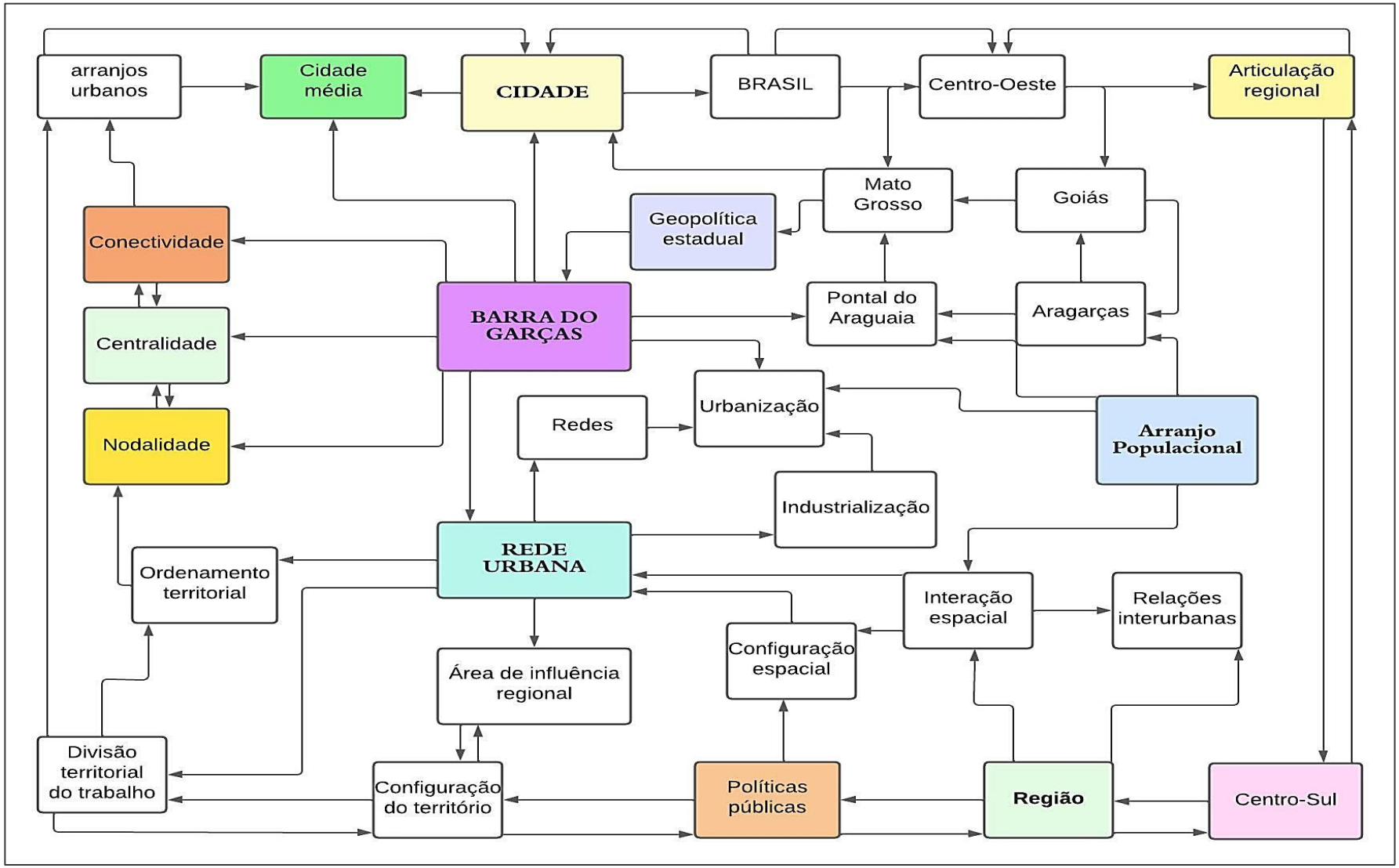
Documentos de origem secundária de informações e dados já sistematizados como: gráficos, tabelas, mapas, regimentos oficiais, plano diretor, dentre outros documentos fontes de registros, foram utilizados como recursos procedimentais complementar. O acesso a sites de instituições governamentais e organizações privadas a exemplo do: Ministério do Planejamento (MP), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), Estatística de empresas no site da Receita Federal, Relação anula de Informações sociais (RAIS), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP) e Fundação João Pinheiro, foram fundamentais para a consolidação teórica e empírica da pesquisa.

Eles muito corroboraram para a verificação e apresentação dos resultados, a exemplo dos percentuais de ligações temáticas, apresentadas a partir das 10 (dez) questões elencadas pelo IBGE para a verificação das relações entre cidades. Com a sistematização e mapeamento desses dados, foi possível identificarmos como está atribuído os deslocamentos de destino, e os índices de atração geral para as cidades do (AP) de Barra do Garças.

De praxe, fizemos manuscritos no formato de fichas de documentação, que, na visão de Severino (2007), são adequadas para registrar ideias que, ao não serem escritas, acabam por se perder. Assim, o seu uso se fez com maior ênfase no decorrer dos trabalhos de campo, e durante os encontros de orientações, pois a captura dos *insights* em momentos da escrita do trabalho científico é condição para se colocar em confronto com o raciocínio e buscar avançar para além da dúvida que sempre paira no decorrer do processo produtivo da tese.

Figura 3. Diagrama estudo da tese



Elaboração: Autora, 2022

A elaboração do diagrama é uma opção técnico metodológica que exercita o raciocínio para pontos importantes do arranjo que deve estar contido na pesquisa. É um traço para o método, já que pode revelar o contexto teórico no qual o trabalho está envolvido. É também um procedimento que direciona as escolhas de material bibliográfico, porque as palavras, ao carregarem uma carga conceitual, estão identificadas a partir de uma epistemologia científica.

A pesquisa de campo foi um procedimento essencial, pois, através dela, buscamos analisar fatos e dados empíricos que corroborassem com a sustentação do estudo após revisão de literatura. Foi por esse meio que as técnicas de: observação, registros fotográficos, solicitação de dados no setor de tributação e alvarás de cada prefeitura dos municípios do Arranjo Populacional, e entrevistas foram realizadas. Fizemos as observações de campo no espaço urbano dos três municípios do arranjo populacional, e nas bordas dos perímetros urbanos.

Nesses espaços, a fotografia foi utilizada como uma linguagem imagética de registro temporal de variáveis e fenômenos, e foi essencial tanto na composição estrutural da tese quanto no complemento do conteúdo apresentado. Haja vista que as imagens (fotografias) revelam em princípio a materialidade social construída cuja paisagem consegue representar e assegurar, por meio das formas, períodos de acontecimentos, e até mesmo a função e o processo referente ao arranjo do conteúdo estudado. As fotos são resultado de uma significante prática ativa, na qual aqueles que bem fotografam, selecionam, estruturam e moldam aquilo que vai ser registrado, e não significa que a intenção seja promover o estático, pelo contrário, é buscar entender e mostrar o que esteve e está em movimento a partir da captura da imagem.

A entrevista[25], por ser um importante instrumento para a coleta de informações, compôs as ações metodológicas. Os formulários (em anexo) foram organizados de modo que as questões se apresentassem padronizadas pelo formato abertas[26] e semiestruturadas[27], com um roteiro previamente estabelecido de perguntas predeterminadas. O público escolhido para a entrevista abrangeu setores

[25] Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 196), “Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”.

[26] De acordo com Minayo (2010 p. 64), é uma classificação de entrevista feita de forma a dar mais profundidade e reflexão, o entrevistado fala livremente.

[27] Ocorre uma combinação de perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tenha possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo,2010, p. 64).

diferentes na composição do arranjo produtivo das três cidades, e na divisão social do trabalho. Assim, os entrevistados foram: Prefeitos de Pontal do Araguaia e Aragarças, secretária de saúde de Aragarças, proprietários de uma das maiores transportadoras do (AP) de Barra do Garças, e dois funcionários representantes de empresas filiais de transportes de grãos, que optaram pela fala informal.

Também Optamos pela aplicação de questionários fechados aos moradores do Bairro Jardim Nova Barra e Jardim Nova Barra do Garças, que obtiveram as residências por meio da política habitacional Minha Casa Minhas Vida (MCMV). Parte dos questionários foram respondidos no formato remoto com uso do *Google Forms*, disponibilizado no grupo de moradores pelos representantes de bairro, e para fechar o quantitativo planejado (100 pessoas ou famílias), o restante foi realizado presencialmente com os moradores que se dispuseram a participar.

A identificação tipológica e distribuição de estabelecimentos urbanos (públicos e privados), nos espaços urbanos, possibilitou demonstrar a estrutura da centralidade-nodalidade-conectividade do Arranjo Populacional de Barra do Garças. O quantitativo de estabelecimentos foi levantado a partir do cadastro de empresas fornecido por responsáveis pelo setor de alvará das prefeituras de Barra do Garças e Pontal do Araguaia. De Aragarças, os dados foram extraídos do IBGE, por meio do CNAE/CEMPRE, devido à dificuldade encontrada em obter os dados direto do setor de alvará. Já os dados referentes à exportação e importação dos municípios de maior centralidade da Mesorregião Nordeste, foram extraídos da plataforma *Comex Stat* do Ministério da Economia. Por fim, dados do IBGE-Sidra e cidades contribuíram para a junção das informações e solidez dos resultados.

Para que pudessem ser identificadas as contribuições da variável setorial (educação) como condicionante do papel de Barra do Garças na rede urbana, e a sua articulação regional, solicitamos aos chefes de registro escolar das instituições, que ofertam ensino superior presencial regular, tais como: Universidade Federal de Mato Grosso/*campus* Araguaia (I e II), Unicathedral e Univar, dados referentes à origem dos discentes matriculados na graduação presencial do ano de 2015 a 2020. Porém, diante da demanda de trabalho exercido pelos técnicos das secretarias, foi possível apenas o correspondente ao período de 2023/1. Dados secundários (microdados) da educação superior referente ao ano base de 2022, também foram extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A tentativa do recorte temporal inicial para os dados já referidos no setor educacional se deve pela implantação de novos cursos de bacharel nas duas Instituições particulares no modelo presencial, como do funcionamento do *campus* II da UFMT[28] em Barra do Garças e implantação de novos cursos de licenciatura e bacharelado. Já para as instituições semipresencial ou no modelo Educação a Distância (EAD), optamos por organizar um quadro comparativo com o quantitativo dessas instituições instaladas no (AP) de Barra do Garças.

No setor de saúde, verificamos dados referentes à quantidade de hospitais, leitos, especialização médica, tipologia de clínicas, laboratórios etc., existentes no Arranjo Populacional, por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES-DataSus).

Importante destacarmos que é a partir dos resultados trazidos pelo IBGE sobre a Região de Influência das cidades[29] (REGIC, 2018) que traçamos o estudo apresentado por esta pesquisa. Assim, para a análise de extensão, distribuição e dinâmica espacial da rede de influência de cidades, e da articulação regional de Barra do Garças-MT com a região Centro-Sul do país, utilizamos tecnologias aplicadas ao Geoprocessamento, que dispuseram de cartografias temáticas para a leitura e interpretação espacial da rede urbana, como de outras redes técnicas fundamentais na composição da rede de cidades. Para a elaboração dos mapas, utilizamos as malhas digitais no formato Shapefiles das bases de dados da REGIC (2018).

Escolhemos o programa de informação geográfica *QGIS-3.28 (QUANTUM),* de acesso gratuito e com interface mais flexível para iniciantes do meio de geotecnologias aplicado à Geografia, para a elaboração dos mapas temáticos. A clareza sobre o tipo de instrumentação geográfica utilizada foi fundamental, visto que o mapa deve ser compreendido, como linguagem textual de domínio sobre um tema ou um fenômeno, e o seu uso deverá sempre trazer eficácia para a interpretação e para a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

---

[28] Conforme descrito por Oliveira (2020, p. 68), "Em 2009, iniciaram-se as atividades no *campus* II em Barra do Garças, com prédios e equipamentos novos, porém ainda sem asfalto e com certas dificuldades na infraestrutura[...] Em 2009, 12 (doze) cursos estavam em funcionamento e, no ano de 2010, o *Campus* iniciou suas atividades com 16 (dezesseis) cursos regulares[...] organizados em três institutos".

[29] São porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo (Vieira *et al.,* 2011, p. 59).

O uso do *Google Maps*, Google *Earh Pro*, *Vgeo* visualizador de dados Dnit, e plataforma *Mapbiomas*, como instrumentos de aparato geográfico digitais, foram aliados no processo de construção da tese, de forma reflexiva e consciente, referente ao que Anjos (2018) discute sobre um modelo institucional dispersivo e variações na qualidade de resoluções das imagens de um território continental, em que “a política cartográfica e a educação espacial estão sendo sistematicamente comprometidas” (Anjos, 2018, p. 179). Também fizemos uso da ferramenta *Street View* do *Google Maps*, como auxílio na busca por estabelecimentos de rede nacionais e multinacionais nos três espaços urbanos do arranjo populacional e das cidades de Água Boa, Confresa e Vila Rica.

E, por fim, a redação do texto deve ser ressaltada por apresentar sustentação de maneira organizada e coerente das ideias, caminhos, procedimentos e técnicas para apresentação dos resultados da pesquisa (Gil, 2008). Afinal, é, por meio do texto construído estruturalmente por embasamento teórico, concepções conceituais e análises empíricas, que se construiu a abordagem discursiva da tese.

1.4 IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DA PESQUISA DURANTE E PÓS-PERÍODO PANDÊMICO[30]

As leituras e o gosto por estudos urbanos sempre se fizeram mais constantes como fenômenos e variáveis de observação analítica para esta pesquisadora, uma vez que a categoria analítica paisagem, como representação dos movimentos do/no espaço geográfico, permite uma apreensão da realidade material da geograficidade social. Entretanto, é a partir do estímulo do orientador desta pesquisa que se desenvolve um olhar para além do espaço físico e intraurbano, no sentido de pensar a composição do papel da cidade de Barra do Garças no estado de Mato Grosso como importante nó da rede urbana regional. Assim como, as suas interações espaciais, padrão locacional e articulações nos vários níveis de escala geográfica.

[30] “Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” (Organização Pan-Americana de Saúde -OPAS, s/d). Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 17 fev. 2024.

Por sua vez, as implicações desta tese se iniciaram pela necessidade de estruturá-la a partir de uma concepção epistemológica do conjunto urbano de três municípios agrupados em divisa entre estados (Mato Grosso e Goiás). Se o estudo da rede urbana, partindo de cidades com município não integrado já apresenta complexidades, traçar um estudo a partir de um centro urbano que tem centralidade somada a dinâmica cotidiana de outros dois centros vizinhos, compondo por isso, um Arranjo Populacional, exige um esforço de análise e definição metodológica ainda maior.

Nesse contexto, foi traçado, como uma forma didática de organização do estudo, dois recortes de periodização para a formação e estruturação dessa rede urbana. O primeiro recorte se inicia nos anos 1970 a 2000, e o segundo de 2000 a 2024, por entendermos que as lógicas de integração regional se acentuaram em um período que antecede a globalização mundial e outro que se (re)estrutura pela força desse processo criado pelo sistema capitalista, sobretudo, porque concordamos com a noção de que a região aparece como chave potencial para a análise espacial. Ou seja, “Somos da opinião de que a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais” (Lencioni, 1999, p. 194).

Do mesmo modo, porque “a tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial, não quer dizer que haja uma homogeneidade desta ação” (Gomes, 2014, p. 72). Contudo, procuramos demonstrar que a formação da rede urbana de Barra do Garças está diretamente movida por ações provenientes dessa globalização. Os elementos indutores de centralidades urbanas se lançam por intermédio dessa frente, o que nos levou a concluir que as centralidades, principalmente, na escala do inter-regional são mais fortemente induzidas em alguns centros em detrimento de outros. E os registros estão, a todo modo, materializados em suas relações no campo e na cidade, ou imaterialmente em situações de sobreposição de redes técnicas e geográficas como de internet e comunicação, as quais têm como pontos fixos os canais de distribuição para a intensificação da conectividade.

Assim, ao trazermos este estudo sobre o papel de Barra do Garças e sua articulação regional com a região Centro-Sul do país, coube elencarmos como, e

através de quais condições, os fluxos de conectividade se manifestam e se posicionam por meio da cidade como uma nodalidade de rede urbana. Foi exigido esforço intelectual para traçar um caminho pelo qual o desenvolvimento da tese pudesse de fato contribuir de forma crítica para a compreensão da realidade presente. Recorremos, principalmente, à gênese formativa, à posição geográfica da área urbana, e do contexto político administrativo do arranjo populacional da qual emerge a difusão de centralidade da cidade mato-grossense.

No entanto, ao decidirmos trilhar os caminhos da pesquisa acadêmica, estamos desenvolvendo não somente um aprendizado, uma atividade intelectual, mas uma ação política cuja função primeira, é contribuir com o desenvolvimento sociocultural. Nessa construção de conhecimento, também apresentamos concepções teóricas e empíricas que de algum modo, podem minimamente contribuir com a evolução epistemologia de uma ciência, e aqui falamos especificamente, da Geografia.

Essa situação faz com que o tempo de reflexão teórica e conceitual, seja minuciosamente ajustados para um possível aprofundamento e correta relação com a realidade empírica, na qual a pesquisa se estrutura. Tendo em conta, que o conhecimento emerge com esse princípio, o de trazer respostas e análises para aqueles que se aventurarem em desvelar dúvidas sobre coisas criadas socialmente e em inter-relação com a natureza própria das coisas físicas que antecedem aos sistemas de objetos[31].

A pesquisa, e, portanto, a produção de uma tese, pelo seu rigor científico é constantemente, um fazer solitário. Por isso, os encontros com os pares e a inserção corpórea no espaço da universidade, como instituição provedora de conhecimento, é essencialmente importante. E, essa ação se mostrou muito significativa com o advento do *SARS-CoV-2*, vírus que ocasionou a pandemia mundial com a doença coronavírus (Covid-19), impossibilitando o convívio, a circulação nos espaços da universidade, dos encontros na biblioteca, das discussões nos restaurantes universitários, e tantos outros “cantinhos” de socialização que o espaço universitário oportuniza.

[31] Ver Milton Santos em A natureza do espaço “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (Santos, 2006, p.39).

A pandemia reforçou que o amanhã realmente é algo que no máximo, pode ser planejado, jamais previsto. As expectativas com a aprovação no programa de pós-graduação da universidade de Brasília, tomaram outras proporções com ingresso no ano de 2020 em formato remoto. O período de cinco meses para as devidas inserções de recursos técnicos, e adequações das plataformas para o ensino remoto esteve acompanhado de muitas incertezas, insegurança e ansiedade.

Foram fatores que de toda forma interferiram no ritmo de produtividade acadêmica esperada. Pois, se não bastasse ficarmos à deriva de como seguiria o andamento do curso, tivemos de lidar com a perda prematura de amigos, situação de pânico inicial com a falta de vacinas, e, também de ter sido acometida pela Covid-19. Vários foram os momentos de agonia e tristeza pelo sofrimento daqueles mais próximos, que tiveram de conviver com as perdas familiares, ou as aflições de não podermos estar perto de familiares que não estavam em convívio cotidiano, como meu pai e minha mãe.

A falta de socialização presencial fez com que muito pouco das expressões corpóreas pudessem ser lidas e interpretadas, e as ajudas mútuas se tornaram menos afetivas. O primeiro contato presencial entre pesquisadora e orientador ocorreu somente em 2022, o que, de certo modo, gerou uma relação de poucas emoções e histórias para serem guardadas, apesar de únicas para o período. Em paralelo à crise sanitária, ocorreu a crise administrativa do governo Federal (2019–2022). Nessa crise, ocorreram cortes de recursos financeiros na educação, atingindo, em proporções significativas, as universidades e a pesquisa.

Com isso houve redução das bolsas para aperfeiçoamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Isso resultou em maiores dificuldades em cumprirmos não só com os prazos regimentar, mas com maior número de publicações em periódicos. Diante do fato de ter sido necessário conciliar trabalho, pesquisa, e afazeres domésticos, acarretando maiores desgastes físico e mental. Manter a disciplina de leitura, e a vividez de estarmos num programa de pós-graduação com suas exigências e regulamentos, se tornou mais fatigante, e impreciso.

Os desafios do curso tomaram proporções mitigadoras em abril de 2022, quando fui contemplada com a bolsa capes para auxílio no desenvolvimento da

pesquisa. Assim foi possível a redução da jornada de trabalho na educação básica na condição de professora interina, e avançar nas observações de campo, leituras mais aprofundadas, programar os roteiros de entrevistas, repensar o caminho metodológico, enfim, produzir a tese.

Nesse caminho, ainda nos deparamos com outros dificultadores mais pontuais. Começaremos com o atraso na disponibilidade de dados atuais pelo IBGE, alguns ainda continuam indisponíveis e são notados no desenvolvimento da tese. O dado oficial do censo demográfico, por exemplo, por falta de orçamento e dificuldades logísticas, só foi liberado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final de 2022.

Outras situações que implicaram desafios à pesquisa estão relacionadas à obtenção de dados primários. Tivemos que desenvolver essa etapa com aplicação de questionários e agendamento de entrevistas só no ano de 2023, e ainda encontramos dificuldades na participação social. O que nos levou por diversas vezes a indagar se a situação, estaria associado a um contexto político conturbado pelo qual o país passou entre os anos de 2018 e 2022. Onde foi possível perceber uma crescente desvalorização da ciência e da educação como um todo.

A aquisição de material primário também nos foi dificultado. Três dos laboratórios que procuramos para obtenção de origem dos pacientes, informaram-nos que não seria possível o fornecimento dos dados, uma vez que o sistema utilizado não permitia saber os locais de origem sem acesso às fichas dos pacientes, o que não era permitido a pesquisadores (entendemos que principalmente, não correlacionado a área de saúde), e que não havia demanda de funcionários para dispor das informações solicitadas. Buscamos dados junto a secretaria regional de saúde, com mediação de um servidor que nos concedeu o endereço de e-mail da pessoa responsável no fornecimento dos dados que requeríamos. Realizamos o envio dos documentos formalizando o pedido, mas não obtivemos nenhum retorno.

Relacionado a entrevistas ou falas informais, tentamos por um período de quatro meses falar com o prefeito de Barra do Garças, mas não obtivemos êxito. Então recorremos acesso com três vereadores, e da mesma forma, não foi possível a aproximação para o diálogo. No segmento empresarial, tivemos a experiência da rejeição participativa por parte de duas transportadoras, em um total de três que procuramos.

A formalização de falas por meio de documentos expedidos pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), autorizando a gravação e posterior transcrição, é outra situação dificultosa entre sujeitos que trabalham em setores direta ou indiretamente ligados as atividades do agronegócio. Nossas conversas ocorreram de modo informal, e diante de certa insistência.

Um recurso que a priori, pareceu ser uma ferramenta facilitadora da prática metodológica, e tem nos mostrado contradição, é o questionário online elaborado pelo *Google Forms.* A duras penas e persistência conseguimos um número de participantes (moradores do bairro Nova Barra) bem menor do que o planejado (100 pessoas). Considerando a celeridade dessa tecnologia, obter dados para a pesquisa, as vezes torna-se mais tedioso, porque haverá a necessidade de se persistir e aguardar sem certeza de respostas. Diante disso, tivemos que aplicar o questionário a moradores do bairro Jardim Nova Barra em dois formatos, digital e presencial.

Entendemos que alguns pontos devem ser compreendidos ao utilizar o meio digital*,* algumas pessoas não respondem, porque não sabem manusear o recurso através do *link*. E, dependendo do público-alvo, ocorre certa insegurança em fornecer informações. Mas houve casos, no estudo do MCMV como política habitacional, que questões partidárias fizeram frente aos objetivos da pesquisa.

São muitas as adversidades no desenvolvimento de uma pesquisa, e queremos acreditar que posturas advindas como: desconhecimento, não valorização, e mesmo, resistências a participação seja algo restrito a um público muito pequeno. E que a realidade por nós encontrada, não se mantenha ao ponto da opção por desenvolver pesquisas sustentas apenas em dados secundários, se torne uma condição menos dispendiosa.

2. POLÍTICA PÚBLICA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MATO GROSSO: um arcabouço para a análise da rede urbana regional

> O espaço não é significativo por si mesmo: ele só significa alguma coisa quando ligado a uma intenção (Raffestin, 1993, p. 189)

2.1 MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

O processo de formação da rede urbana da Mesorregião Nordeste do estado de Mato Grosso, compreendendo a cidade de Barra do Garças como primeiro nó de articulação e importância ao conjunto de cidade que se compõe depois, está historicamente assentada ao modo de produção e à divisão territorial e social do trabalho. Numa configuração que ainda se encontra em movimento particular de organização dos meios de produção e do agir junto a uma natureza primária (uso da terra, e dos recursos naturais provenientes desta), e da natureza transformada; atende às necessidades da sociedade, ela mesma, criadora dessa porção do espaço em metamorfose.

Por esse fator, a composição econômica e social desse espaço regional é compreendida à luz da categoria de formação socioespacial, por se tratar de uma organização “fundada sobre a totalidade estruturada” (Santos, 2005, p. 24). Essa totalidade é evolutiva, ao tempo dos comportamentos das diversas instâncias sociais, que estão segundo o autor, classificadas de acordo com o desenvolvimento econômico, e seus comportamentos e estruturas ocorrem mediante as condições pelas quais o espaço nacional se organiza. Dessa maneira,

> O próprio Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia, do mesmo modo que a ele se devem as orientações primordiais no domínio da cultura e as possibilidades maiores ou menores, de manifestação ideológica. Além disso, através da repartição das infra-estruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas, sobre o espaço nacional (Santos, 2005, p. 67).

O autor ainda nos atribui a compreensão de que não há neutralidade no processo de construção do espaço, nas dinâmicas populacionais e na própria evolução das economias, consequência da evolução social, visto que “os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, [...] pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção” (Santos, 1979, p. 18).

Nessa conjuntura, o movimento criado pela sociedade, em atendimento às suas necessidades e ideologias, determina novas decisões e divisões do trabalho. E, portanto, novas funções emergem alterando as velhas funções; processo que se realiza com intermédio das formas e seus conteúdos, pelas quais partimos nossas bases analíticas do presente trazendo as políticas públicas como um componente ativo de materialização no “sistema de ações” e na condução dos “sistemas de objetos” (Santos, 1994). Condição que assegurou a instalação dos sistemas hegemônicos pelos quais a rede urbana se configura.

Destacamos que, nesse viés de políticas públicas, nossas premissas analíticas se sustentaram pela análise ancorada no discurso de “Políticas Públicas Espaciais” (Steinberger, 2013), pela compreensão de que toda política pública, seja ela classificada como: setorial, econômica seja social, corresponde a uma política pública espacial, afinal, sua reação se dá pelo espaço geográfico, e sua realização se dá através do território e de seus diversos agentes e atores, conforme pontuado pela autora.

Para Secchi (2013), estudos referentes à conceituação de política pública, têm publicações recentes, as primeiras a partir do ano 1951. Para o autor, existe uma dificuldade conceitual em definir políticas públicas, pelas várias vertentes de estudo, mas afirma que, se tiver um problema visto como relevante para um coletivo, e havendo uma expectativa de alcance a situações melhores, os projetos e ações desenvolvidos em âmbito estatal, privado ou em organizações não governamentais, ao se operacionalizarem numa tentativa de mitigar ou eliminar um problema público, caracteriza se como política pública. Dessa forma, a política pública seria;

> Um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados. Para aqueles que acreditam em espírito, é como dizer que a política pública é uma alma, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Políticas públicas tomam formas e programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público diretos,

> contratos formais e informais com **stakeholders**, entre outros (Secchi, 2013, p. 11).

Entretanto, o processo de planejamento se dá a partir da identificação de um problema existente, ou que, porventura, seja consequência de ações anteriormente aplicadas sobre o território num contexto social ou econômico. Neste estudo, a abordagem da política pública é trazida no sentido de apreender fatos históricos que tiveram significativa importância na produção do espaço urbano e rural desse conjunto de cidades que configura a sub-rede urbana de Barra do Garças.

O Estado em todas suas esferas promove Políticas Públicas, que compreendem suas decisões em diversas áreas, influenciando a vida de um conjunto de cidadãos. É importante lembrarmos, que junto a essas políticas públicas podem ou não ocorrer a cooperação de políticas privadas, e que estas envolvem mais do que uma decisão, tendo um ou mais públicos-alvo a se beneficiarem em maior ou menor grau. Porque como ator de força e poder na organização do espaço, o Estado é um “campo disputado de interesses públicos e privados” (Gregório, 2019, p. 11). Este último, é representado pelos interesses mercantis de grandes corporações, pelo qual o Estado em sua estrutura formativa, escolhe omitir-se diante das relações econômicas.

Nesse contexto, o subtópico seguinte traz uma abordagem de como o Estado atuou no processo de produção econômica de Mato Grosso, pois é a partir desse arranjo de formação socioespacial que melhor compreendemos a gênese da rede urbana do nosso recorte de estudo. A retomada histórica permite analisar os períodos de atividades economias e a articulação dos centros de produção com a escala nacional, ao mesmo tempo que nos possibilita perceber a ampliação dessa escala, com a mundialização da produção devido à divisão internacional do trabalho.

2.2 A POLÍTICA ECONÔMICA E REGIONAL MATO-GROSSENSE

A configuração territorial do estado de Mato Grosso foi significativamente arquitetada por intermédio de políticas públicas que tinham como propósito viabilizar a expansão capitalista em todo o território nacional. Os planejamentos estiveram travestidos por uma ideologia da necessidade de uma integração regional no país, e

essa integração de territórios trazia como pano de fundo possibilidades de dispersão demográfica, que deixava de se concentrar no Sudeste para se direcionar à expansão de atividades econômicas voltadas para o mercado externo, nas regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Essa retomada contextual contribui para o processo de reflexão sobre a composição da rede urbana regional a partir da sua gênese formativa, em razão de sua formação estar condicionada ao reordenamento territorial que ocorre prioritariamente por políticas públicas gestadas pelo Estado. Este garante que todos os meios e aparatos técnicos sejam implantados sobre o território, viabilizando que as atividades econômicas tenham a produção esperada para a demanda do mercado interno e externo.

O investimento técnico e a divisão do trabalho são resultantes da indução do capital, por assegurarem celeridade, circulação e distribuição dos produtos para o consumo em todos os setores produtivos, precisamente, na industrialização, por ser o setor responsável pela demanda de matéria-prima e de forma significativa, pela diversificação do setor de serviços. A descentralização econômica e a exploração de todos os potenciais produtivos regionais criam a necessidade de uma rede urbana bem configurada e articulada, estabelecendo exigências de políticas públicas de “desenvolvimento”, e atualmente de competitividades regionais, atendendo a uma política de modo que as desigualdades possam ser minimizadas.

Mato Grosso teve várias atividades econômicas que foram compondo a formação do seu território, da cultura de seu povo, da criação de conflitos entre grupos sociais, e da formação dos seus núcleos urbanos. Muitas atividades se fizeram pelo poder privado de produção, o que não assegurou uma integração regional pela falta, principalmente, de infraestrutura de circulação. Com a crise econômica estabelecida em 1929, o governo brasileiro se viu pressionado por uma oligarquia da produção agrícola do café, assim, teve de criar planos estratégicos voltados para o desenvolvimento econômico para o país.

Iniciamos pela escala do território estadual, uma vez que a intenção é garantir uma compreensão de que a dinâmica das transformações do espaço de produção e do desenvolvimento econômico no Estado, embora, uníssono na sua gênese formativa e reestruturação espacial, apresenta tempos de constituição desiguais. Ou seja, o processo de desenvolvimento e da presença do meio técnico-científico-

informacional nas suas áreas territoriais (mesorregiões) não ocorrem no mesmo período nem se apresentam sob as mesmas condições de especialização produtiva.

Mato Grosso dispõe de uma vasta extensão territorial, sendo o terceiro maior território federativo do Brasil, com 903.208,361 km² de superfície (IBGE, 2022). Pela sua dimensão, apresenta um conjunto de espaços geográficos construídos ao longo de um processo de ocupação social e implantação de atividades econômicas, condicionadas pelas dinâmicas do sistema capitalista de produção. Apresenta também uma diversidade físico-naturais presentes em três biomas: Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica, fatores de potencial aproveitamento econômico, mas que tem se configurado exclusivamente pela produção de *commodities* de grãos e carne.

Sua formação territorial está associada a uma estruturação produtiva ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, a fim de garantir articulações regionais que sustentasse uma “homogeneização da economia nacional” (Araújo Neto e Leite, 2009, p. 4). Para os referidos autores, a estruturação espacial de Mato Grosso e da região Centro-Oeste esteve assentada sobre duas condições de ocupação espacial e produção econômica, sendo: uma economia estruturada por iniciativa privada sem intervenção governamental, e uma economia estruturada por políticas governamentais.

De modo que esse processo de formação dos espaços rurais e urbanos, com o surgimento das primeiras cidades, tem uma periodização para o estado mato-grossense desde o século XVIII com a mineração de ouro e de diamantes; no século XIX, com a criação extensiva de gado dispersamente por vastas áreas de Cerrado e transição com a floresta amazônica em campos nativos. Uma terceira fase ocorreu com a internacionalização da navegação do rio Paraguai, o que ocasionou crescimento de atividades econômicas (Araújo Neto e Leite, 2009). Porção territorial que corresponde a Mesorregião Centro-Sul mato-grossense, Sudoeste mato-grossense, e a Mesorregião Pantanais do atual Mato Grosso do Sul.

Conforme apresentado por Maciel (2006), na nova República Federativa do Brasil, houve um processo de concentração do poder político nacional que buscava atender às demandas de determinados grupos econômicos-sociais dominantes, a fim de garantir a manutenção de um sistema pelo qual requeria a expansão de áreas geográficas como produtoras e consumidoras de mercadorias. Desse modo, “as

aglomerações são portas de entrada privilegiadas para a penetração do modelo econômico capitalista, em regiões anteriormente excluídas" (Maciel, 2006, p. 3)

Nosso ponto de partida histórico tem início com a integração do território subsidiada por relevantes intervenções governamentais a partir do período de 1970, haja vista que, até as primeiras décadas do século XX, houve um processo próprio de estruturação territorial pautado por articulações privadas e com capital internacional. As diferentes fases de atividades econômicas foram componentes responsáveis pelo processo de povoamento de populações não indígenas, onde, atualmente, estão localizados os centros urbanos do estado e suas divisões político-administrativas.

Destacamos que a divisão regional oficializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 1941, garantida pela constituição de 1937, mediante lei geográfica para a criação de municípios (Oliveira, 2008), condicionou propostas de planejamento para as políticas públicas estatais após realização do quinto censo demográfico em setembro de 1940 (Tabela 2). Entendia-se, que essa região, onde hoje se encontra todos os municípios que compõem a área de influência regional de Barra do Garças, e outras em Mato Grosso e Centro-Oeste como um todo, era um imenso "vazio demográfico".

Tabela 2. Censo demográfico Região Fisiográfica e UF(s) – 1940 a 1970

	Área km²	Popul. 1940	Popul. 1950	Popul. 1960	Popul. 1970
Centro- Oeste	2. 138,181	1.258.679	1.763.191	2.802,828	4.535,767
Mato Grosso	1. 477,041	432, 265	528,451	889, 539	1. 597, 090
Goiás	661 140	826 414	1.214,921	1.913,289	2.938, 677

Fonte: IBGE (1940, 1950,1960 e 1970) **Organização:** Autora, 2022

As regiões com maior quantitativo demográfico no período, apresentava população entre nove milhões e dezenove milhões. Ao ordenarmos essas regiões de modo decrescente (organizando as de maior população para as de menor) tem-se; Região Leste (Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo e Sergipe), Região Sul (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), Nordeste (Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte). E as regiões com menor número populacional registrado no censo eram: Norte

e Centro-Oeste. Importante ressaltarmos que o maior quantitativo populacional do estado de Mato Grosso, até a década de 1960, esteve concentrado na sua porção Sul, hoje atual Mato Grosso do Sul. Atualmente, o estado de Mato Grosso apresenta população muito superior ao do novo estado desmembrado, com maior número de população localizada nas Mesorregiões Centro-Sul e Norte do Estado (Tabela 3). Esta última corresponde a maior Mesorregião do Estado, compondo oito microrregiões e atualmente cinquenta e seis municípios.

Tabela 3. Censo demográfico de Mato Grosso 1980 a 2022

	Área km² (2023)	1980 (total)	1990	2000	2010	2022	Densidade demográfica (2022)
Mato Grosso	903.357 km²	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122	3.658.649	4,05
Mesorregião Centro-Sul		464.622	792.367	930.091	1.044.425	1.100.756	-
Mesorregião Nordeste		101.889	177.206	227.888	276.941	344.995	-
Norte Mato-Grossense		168.322	529.429	704.662	973.033	1.260.892	-
Sudeste Mato-Grossense		223.278	287.508	358.964	447.935	561.098	-
Sudoeste Mato-Grossense		180.580	234.071	278.516	320.119	346.830	-

Fonte: IBGE (1980, 1990,2000), Sinopse do censo demográfico 2010[32], e IBGE cidades (2022).
Organização: PEREIRA MARTINS, 2024

No estado de Mato Grosso, a população urbana ultrapassou a rural no ano de 1980, com percentual de 57,6% da população total. Nas décadas seguintes, esse percentual se eleva cada vez mais junto do crescimento demográfico total. Até o momento não foi disponibilizado pelo IBGE (2022), o total da população urbana e rural, porém, na década anterior, o percentual era de 81,9% de população urbana, e 18,1% rural (SEDEC, s/d)[33].

As condições que favoreceram as primeiras dinâmicas de ocupações e aquisições de terras rurais, surgimento de núcleos urbanos e formação de cidades

[32] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=21&uf=51. Acesso em: 20 fev. 2024.
[33] Disponível em: https://www.sedec.mt.gov.br/-/2998873-o povo#:~:text=Segundo%20o%20%C3%BAltimo%20levantamento%20do,%2C1%25%20da%20zona%20rural. Acesso em: 19 fev. 2024.

(Tabela 4) em Mato Grosso, estão diretamente relacionados as etapas de cada atividade produtiva e à economia de exportação. Entretanto, nem todas as atividades econômicas tiveram a mesma força de estruturação do espaço, uma vez que as articulações, que se firmavam por intermédio dos meios de comunicação, apresentavam baixíssima dimensão, além do potencial econômico e de oferta dos excedentes das atividades de cada município e de suas respectivas microrregiões.

Ao analisarmos o contexto histórico das atividades produtivas em Mato Grosso, fica evidente que a mineração de diamantes foi uma das atividades que mais estabeleceu fluxos entre estados do Norte e Sudeste, e impulsionou a formação de cidades e municípios até a década de 1950. Higa (2005) divide a atividade da mineração de diamantes em dois períodos, o primeiro ainda no início do século XIX, e um segundo na primeira metade do século XX. É nesse segundo período que Barra do Garças e Aragarças-GO apresentam as primeiras dinâmicas de estruturação de seus núcleos urbanos.

As atividades agropecuárias tiveram já naquele período significativa expressão nas relações comerciais, principalmente com a charqueada na região do Pantanal, bem como na expansão da ocupação do território tanto para o Centro-Norte do Estado, como para a porção Leste. Todavia, a extração vegetal (erva-mate e poaia), seguido da extração da borracha (látex), e da produção açucareira, também em um segundo período, entre o final do século XIX e primeiras cinco décadas do século XX, garantiram o surgimento de municípios nesse eixo Cuiabá-Diamantino, e Cuiabá-Campo-Grande.

Tabela 4. Número das Unidades político-administrativas municipais

Municípios	1940	1950	1960	1970
Centro-Oeste	112	122	132	298
Mato Grosso	28	35	62	85
Goiás	52	87	180	213

Fonte: IBGE, (1956, 1982)

Esse processo inicial de formação e ordenamento territorial do estado de Mato Grosso está intimamente relacionado à crise da comercialização do café, na década

de 1930. Com isso, uma “política econômica nacional foi redirecionada, privilegiando basicamente a hegemonia do capital urbano industrial, o que provocou mudanças na ocupação do território, incluindo Mato Grosso” (Higa, 2005, p. 31).

Assim, a proximidade territorial da antiga porção Sul do estado, atual estado de Mato Grosso do Sul, com o estado de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, e os interesses políticos da época em promover maior articulação de mercado, fizeram com que essa parte do território tivesse maiores contingentes populacionais, dispondo de maior número de sedes municipais que surgiram ao longo das vias de transporte fluvial (rio Paraguai e Cuiabá), da estrada de ferro noroeste ligando Bauru-SP à Corumbá-MS, e das estradas abertas, posteriores redes rodoviárias.

A integração do estado de Mato Grosso na economia nacional ocorre por meio de criação de programas de desenvolvimento regional, os quais são detalhados por Moreno e Higa (2005) no livro: “Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente”. O fato de Mato Grosso fazer parte da Amazônia Legal garantiu-lhe se beneficiar de programas, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei n.º 1.106, de junho de 1970. Esse Programa tinha como meta principal o financiamento de obras de infraestruturas, com abertura de rodovias federais, e possibilitou a ampliação da malha rodoviária não só no Estado, mas também em toda a área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A urbanização mato-grossense, hoje com 141 municípios e cidades sedes (Tabela 5), reconheceu no ano de 2023 Boa Esperança do Norte como sendo o mais novo município com previsão de instalação no ano de 2025. Essa configuração territorial tem como mola propulsora as políticas públicas estatais que promovem a organização do espaço, garantindo os interesses de atores hegemônicos que para ampliar o capital, precisam interferir nos modos de produção. Esses atores são representados por empresas agropecuárias, mineradoras, bancos enquanto instituição financeira, e empresas de colonizações privadas.

Nesse processo de urbanização de Mato Grosso, Silva (1997), contribui com nossas afirmativas ao sustentar que:

> a urbanização da população em qualquer sociedade constitui um processo natural, decorrente da modernização do setor produtivo rural aliada ao desenvolvimento dos setores secundário e terciário no espaço urbano. [...]

> Duas particularidades, no entanto, chamam a atenção no caso matogrossense. A primeira é o acelerado ritmo que a população vem-se urbanizando. A outra particularidade está associada à diminuta participação do setor industrial, tradicionalmente urbano, na economia estadual. [...] Essa característica confere ao setor serviços, particularmente ao comércio e à administração pública, a responsabilidade de sustentar o nível do emprego urbano formal no Estado (SILVA, 1997, p. 133).

Para Guimarães Neto (2000, p.182), “as cidades, como suportes materiais e tecnológicos da economia de mercado, engendram e garantem um determinado nível de mobilização das mercadorias e de tudo que possa ser comercializável”.

Tabela 5. Evolução do quantitativo de municípios em Mato Grosso

Número populacional	1970	1980	1991	2000	2010	2022
2.001 a 5.000	11	16	40	39	46	32
5001 a 10.000	4	17	18	23	27	31
10.001 a 20.000	1	2	15	24	24	33
20.001 a 50.000	1	3	8	11	16	26
Mais de 50.000	1	2	4	5	7	12
50.001 a 100.000	2	3	2	4	5	6
100.001 a 500.000	1	1	3	3	3	4
Mais de 500.00	-	-	-	-	1	1
Total	34	55	95	126	141	141

Fonte: Sinopse – IBGE, 2000, e Censo 2010, 2022. **Organização:** Autora, 2023

Os dados organizados na tabela acima, contribuem com evidências de que o processo de urbanização foi intensificado a partir dos anos 2000. Mas é no final da década de 1990 e 2010 que esse crescimento é maior, com novos municípios atingindo o quantitativo de população de até vinte mil habitantes. Nesse período ocorre também, emancipações político-administrativo, registrado pelo quantitativo de cidade com população inferior a dez mil habitantes, e principalmente com população entre duas mil e cinco mil pessoas.

Há, porém, municípios com população inferior a cinco mil habitantes com emancipação ocorrida entre o final da década de 1940 e 1960. Essa situação representa a perda de centralidade das respectivas sedes administrativas ocasionada

com a decadência de atividades econômicas como mineração, e extrativismo vegetal. De todo modo, é o quantitativo de municípios com população superior a 50.000 (cinquenta) mil habitantes que demonstra as mudanças iniciais nas relações entre as cidades e seus papéis na rede urbana. No último censo de 2022, os dados revelam que essas cidades compõem 27% do total de municípios.

Atualmente, além da capital Cuiabá com mais de setecentos e cinquenta mil pessoas, Mato Grosso tem municípios com população que ultrapassa (duzentos mil), é o caso de Rondonópolis e Várzea Grande. Outros como Sorriso, Sinop, Tangará da Serra, despontam com população entre (cem e cento e cinquenta mil).

Para Mota e Ajara (2001);

> A rede urbana do país, portanto, compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas (Motta e Ajara, 2001, p.10).

Apoiamo-nos nas afirmações dos autores, ao entendermos que a mesorregião nordeste, embora ainda não disponha de centros urbanos com população superior a cem mil habitantes, desempenha articulações regionais de diferentes magnitudes.

O processo de formação dos municípios e cidades em algumas regiões do Norte e Leste (abrangendo toda a Mesorregião Nordeste do Estado) está diretamente relacionado com a presença de grandes empresas colonizadoras. Conforme Moreno (2005), o Proterra financiou na região Leste do Estado projetos particulares de colonização. Os municípios de Água Boa e Nova Xavantina foram concebidos com o projeto da colonizadora Conagro-SC Ltda; a cooperativa 31 de março (Coopercol) foi responsável pela implantação do atual município de Canarana. Já o município de Querência surge com o projeto da colonizadora (Coopercana), estas são as sedes municipais mais impactadas da rede de cidades da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso.

Durante o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND e II PND), ocorreram por parte dos programas regionais Sudam e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste (SUDECO) a criação de programas integrados com o objetivo de fortalecer os projetos econômicos voltados para os grandes monopólios

nacionais e internacionais, sendo: Programas de Polos agropecuários e Agrominerais (POLOAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), este último, pouca influência teve na região de estudo desta tese. Todavia, dois aspectos são extremamente importantes na análise da formação do espaço regional do nosso recorte de estudo: o setor de transportes com as rodovias, e a construção de Brasília.

> A articulação dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal, deu nova configuração as relações inter-regionais do país, principalmente se considerarmos (dependendo da região), que esses sistemas ora completavam, ora eram completados pela antiga malha ferroviária do país, (em parte expandida e reaparelhada pelo plano) [...] Deste modo, as rodovias mesmo que criticáveis do ponto de vista do custo de transportes que representam, quando comparadas as ferrovias e hidrovias, por exemplo, passaram a se constituir num instrumento privilegiado para a 'conquista interna' do território nacional. Brasília representou a implantação de um poderoso 'posto de vanguarda' para o norte e oeste no país, regiões que o Estado vinha tentando 'capturar' há algumas décadas. Como verdadeiro pólo, ou nó de articulação inter-regional deslocou para a imensa 'hinterlândia' [...] arriscaríamos afirmar que a explicação para este fato, reside justamente na lógica que o inspirou, qual seja, a de que, não se tratava ali de um plano para o território (o que é óbvio), mas de um plano de expansão capitalista do país em sua etapa industrial (Costa, 2000, p. 52-53).

Os polos de desenvolvimentos aparecem como planos de caráter regional, seguido de suas propostas amplamente direcionada para o crescimento econômico nacional. Isso, porque, para ocupar a Amazônia, o Centro-Oeste também precisava corresponder a uma vasta área de transição na hinterlândia dos espaços regionais do Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. Assim, com intermédio do plano decenal de desenvolvimento econômico, lançaram-se estratégias com a criação de polos de desenvolvimentos regionais, os quais eram representados por um centro urbano com capacidade de irradiar seu dinamismo para a região (Goiânia foi um centro dinamizador no Centro-Oeste, ao qual a cidade de Barra do Garças compõe área de influência).

Dessa forma, com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND − 1975-1979), novos critérios de planejamento asseguraram as condições para as exportações. Isso acarretou uma frente expansionista baseada na fronteira agrícola[34],

[34] Neste contexto, o conceito de fronteira econômica era aplicado a partir de suas várias instâncias: agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infraestrutura regional etc. (Costa, 2000, p. 64).

que teve como característica uma economia ancorada no capitalismo monopolista, reforçado com os subsídios oferecidos pelo próprio Estado, como um agente garantidor da infraestrutura, das pesquisas, logística e financeirização, dentre os quais podemos citar: Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO -1975), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM -1966) com a criação do Banco da Amazônia (BASA -1966). Este último, muito influenciou a produção do espaço regional e urbano de Barra do Garças, consequentemente, projetando-lhe um papel na rede urbana, que se particulariza à medida que novas reestruturações foram ocorrendo.

Vincularam-se aos grandes programas regionais os programas setoriais como Corredores de Exportação (Corexport) e Programa Nipo-brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), sendo os de maior influência na configuração territorial e da própria rede de cidades de Mato Grosso, e do recorte deste estudo. A implantação dos corredores de exportação sobre o território estadual, fez com que traçados logísticos de circulação e escoamento de produção fossem repensados, com exigência de investimentos em melhorias da infraestrutura do sistema viário, principalmente, de rodovias federais, além de discussões para maior adesão dos multimodais para o escoamento majoritário de grãos.

O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) tinha como meta expandir as fronteiras agrícolas do País, e, para isso, tinha a função de recuperar terras e ampliar a rede rodoviária regional; bem como promover as instalações de redes de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos (a exemplo do Sudanisa, o primeiro instalado no recorte deste estudo).

Para Steinberger (1988), ocorreram-se, em períodos anteriores a 1960, “ações isoladas” de caráter assistencialista, o que justifica a criação de vários órgãos governamentais com atuação em regiões específicas. Assim, após 1967, com o Ministério do Interior (Minter) ocorre uma concentração de atribuições voltadas aos planejamentos e desenvolvimento regional, de forma que o Minter tinha também como responsabilidade

> às ações de desenvolvimento urbano, radicação de populações, ocupação do território, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, proteção contra as secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios, habitação, defesa e preservação do meio ambiente e integração do universitário ao processo de desenvolvimento (Steinberger, 1988, p. 119).

Na concepção de Steinberger, 1988, a política nacional de desenvolvimento regional deve estar atribuída ao Estado, porém, com participação ativa e compartilhada dos estados federados e municípios. Portanto, uma das funções-base do Minter é a articulação e legitimidade aos projetos de desenvolvimento. Contudo, para a garantia da implantação desses programas, o Estado geriu seu aparelho com a criação de órgão de gestão e financeirização, com destaque para a "criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)[35] e seu braço de Financiamento à Indústria" (Costa, 2000, p. 58), instituída pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

Para Higa (2005, p. 90), a divisão de Mato Grosso, em 1977, "significou um marco histórico no processo de ocupação e crescimento dos novos territórios". Não foi apenas uma cisão territorial, e, particularmente Mato Grosso teve a maior evidência quanto à expansão da ocupação das atividades econômicas, e intensa urbanização com o surgimento de novos municípios.

A atividade agrícola e seu avanço no modelo mecanizado de produção foi, segundo Vilarinho Neto (2005, p. 126), a atividade econômica que mais determinou a urbanização em Mato Grosso, uma vez que "atraiu mão-de-obra de outras regiões do país". Trata-se de uma atração muito relevante de migrantes vindos primeiramente dos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. E, após a década de 1970, o fluxo migratório foi proveniente de São Paulo e expressivamente dos Estados do Sul.

Assim, as políticas de colonização da região Centro-Oeste, embora tenham suas contribuições no surgimento de núcleos urbanos, na implantação de infraestruturas de transportes e comunicação, resultou em conflitos pela posse da terra e de territórios (Ribeiro, 2016). Com os subsídios oferecidos pelo governo e as facilidades de acesso à terra, gerou-se uma concentração de imensas áreas a empresas e proprietários individuais, resultando nos problemas agrários e na não efetivação de uma reforma agrária adequada e ideal. Com a ocupação das Terras, muitos territórios indígenas foram apropriados de forma indevida e não fiscalizada, o

[35] Instituição financeira do governo federal criado em 20 de junho de 1952, pela lei nº 1.628, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e que passou a se chamar Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em maio de 1982. Informação extraída no site da Fundação Getúlio Vargas; disponível em: https://www.fgv.br.

que ocasionou, em específico na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, a desterritorialização de povos indígenas.

O que se promovia como principal interesse para o estado de Mato Grosso era a substituição da atividade agropecuária de cunho tradicional, pouco rentável para as empresas de insumos, por uma agropecuária imbuída de técnicas modernas. A produção foi organizada de modo a atender tanto as demandas do mercado interno quanto ao mercado externo, com os volumes destinados à exportação, assegurando atualmente o maior valor adicionado bruto à atividade agropecuária de todas as unidades federativas (Tabela 6), resultado do forte incentivo à produção de grãos e oleaginosas, com expressividade para a soja, pelos preços e procura dessas *commodities* no mercado externo.

Tabela 6. Indicadores econômicos do Mato Grosso

UF	PIB (2021)	VAB (2021)	IDH (2021)	Rendimento nominal mensal per capita (2022)
Mato Grosso	233.390,203	-	0,736	1.674,00
Valores correntes (geral)	-	210.344,581	-	-
Agropecuária	-	79.882,439	-	-
Indústria	-	32.177,974	-	-
Serviços	-	73.276,756	-	-

Fonte: IBGE (2010,2020,2021) **Organização:** Autora, 2023

Nessa tarefa de modernização da agropecuária, o Estado tinha o papel de normatizar as atividades de governo, e atuar como facilitador das atividades voltadas ao setor privado nacional e estrangeiro, contribuindo com o crescimento do setor da agricultura empresarial. E, nesse sistema de produção, “as terras de fronteira são abertas ao agronegócio, ou melhor, a uma produção agropecuária de “precisão” a qual envolve grandes investimentos e muita pesquisa” (Ribeiro, 2016, p. 85).

2.2.1 O agronegócio, motor da economia estadual

Ao pronunciar a palavra agronegócio, ao imaginário, surge uma dimensão de grandeza, o que de fato é ao consideramos a organização da sua cadeia produtiva. Todavia, essa dimensão também está refletida no tamanho das propriedades, no formato e estrutura de produção da agricultura (especificamente grãos); a exceção fica para as propriedades que têm a pecuária como principal produção. Em contrapartida, a quantidade de animais criados em confinamentos e ou semiconfinamentos corresponde à proporção de grandeza e a investimentos técnicos e tecnológicos. Nós nos asseguramos na visão crítica de Elias (2022), que afirma:

> a própria etimologia da palavra explicita (agro + negócio), entre os seus principais objetivos, está a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas aos mercados urbano, nacional e internacional, de alimentos, *commodities* e agrocombustíveis. Considerando-se os principais fatores de produção da atividade agropecuária, entre as características de sua reestruturação produtiva, temos o capital e a tecnologia intensivos, especialmente buscando relativizar um dos principais problemas para a acumulação ampliada no setor: a significativa diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, sendo o primeiro sempre superior ao segundo (Elias, 2022, p. 293).

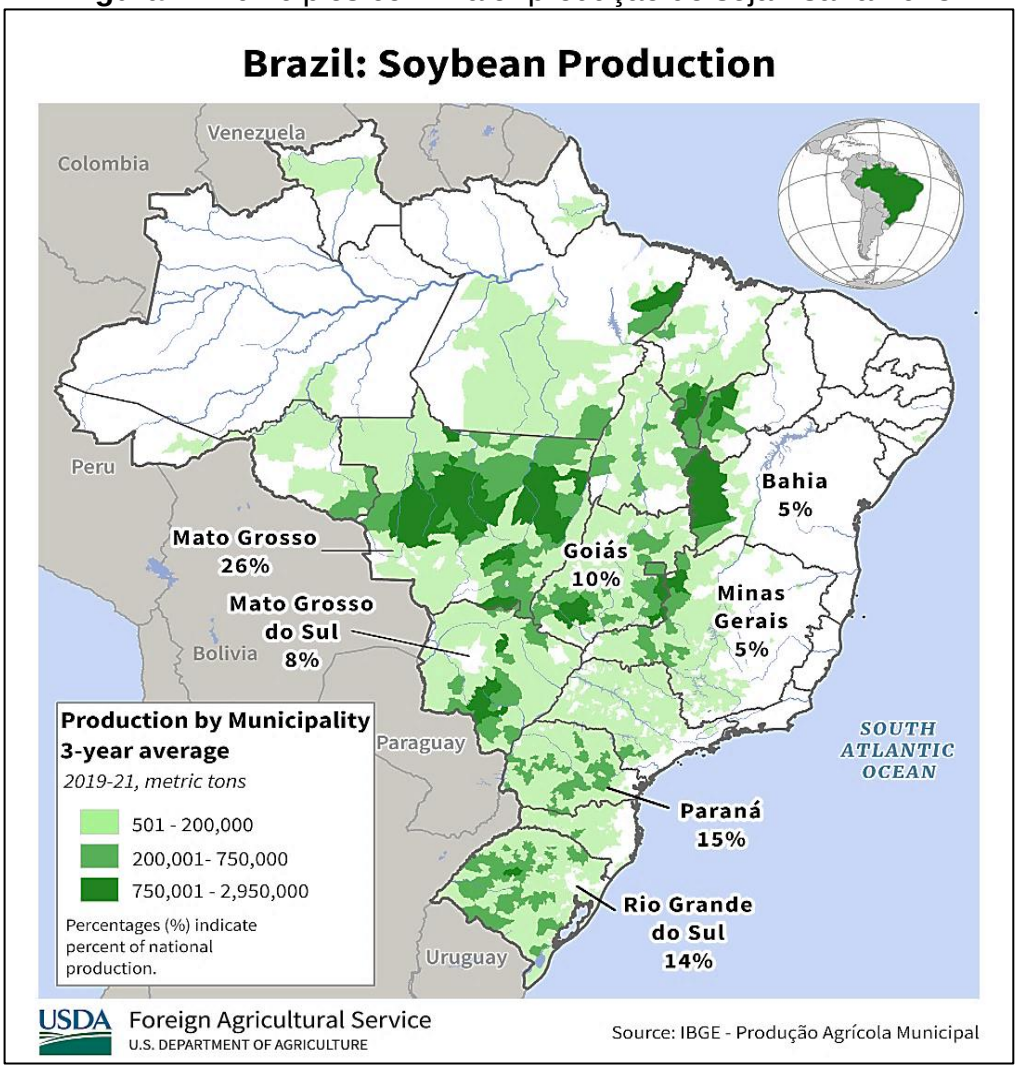
A década de 1990 é um marco cronológico para o estado de Mato Grosso, quando a produção no modelo do agronegócio toma proporções cada vez maiores e com volume de exportação muito significativos em nível de Brasil. Todos os investimentos públicos e privados, no decorrer de seis décadas, garantiram ao Estado o título de maior produtor de *commodities* de grão-soja na escala nacional com 26% (USDA, 2023)[36] da produção total (Figura 4), sendo o Estado com maior Valor Adicionado Bruto (VAB) correntes anual da agropecuária, somando o equivalente a R$:79.882,439, quase oitenta milhões de reais.

Conforme destacado por Faria (2014, p. 400) “A década de 1980 foi um período em que o país inicia um processo de integração competitiva, mas é na década de 1990 que a economia global alavancou a integração de mercados expandindo o uso de sistemas de tecnologia de informação”. Ainda para o autor, o *boom* da produção de grãos e do algodão em Mato Grosso, a partir dos anos 1997, está diretamente relacionado à capacidade de maior acumulação de capital, estabelecida pela Lei complementar, número 87, criada em 1996 pelo ministro do Planejamento

[36] Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dados referentes ao ano safra 2023/2024. Disponível em: https://ipad.fas.usda.gov/cropexplorer/cropview/commodityView.aspx?cropid=2222000&sel_year=2023&rankby=Exports. Acesso em: 07/03/2024.

Antônio Kandir. Essa Lei isentou do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); sobre produtos primários e industrializados semielaborados dentre outras transações que asseguraram a “instalação de empresas privadas nacionais e internacionais com cultivares próprias ou linhagens promissoras no Brasil” (Faria, 2014, p. 401).

Figura 4. Municípios com maior produção de soja - safra 2023



Fonte: USDA, 2023

É importante destacarmos que a (re) organização espacial e econômica, que desencadeou uma reestruturação produtiva, ocorreu inicialmente nas áreas que abrangem a porção central do território mato-grossense, no eixo das rodovias 364 e 163, expandindo-se gradativamente para as demais regiões ao longo dos anos 2000.

A ampliação e diversificação da produção agrícola e pecuária é bastante significativa após a virada do século XX para o XXI, assim como a instalação das agroindústrias de modo mais difuso, envolvendo municípios em micro ou mesorregiões diferentes; desde que suas localizações estivessem entre rotas das principais rodovias de circulação e escoamento.

Esse “desenvolvimento” econômico sustentou-se conforme Elias (2022), sob um tripé composto por: reestruturação produtiva, neoliberalismo e capital financeiro. A autora define esse modelo de sistema produtivo como “agronegócio globalizado”, o qual se consolidou por força de seus principais atores, a começar pela base, os quais se destacam: proprietários de terra, agricultores e o próprio Estado por intermédio das políticas públicas, beneficiamentos e subsídios. De acordo com Peixinho (2010), o Estado implantou uma estrutura para que a produção de soja no Cerrado, ocorresse num modelo de agricultura empresarial, sustentada por um processo que se denomina como uma modernização conservadora, com mecanismo que estabelece uma cultura dominante. Garantindo-se, dessa forma, um modelo de negócio de nível internacional, principalmente, no que se refere a escolha de territórios para instalações físicas prediais, das grandes empresas e corporações agrícolas, agroindustriais e agroquímicas.

Tal contexto permite afirmar que ocorre no Brasil e, em outros países de econômica agrícola, sobretudo, o surgimento e expansão de outros tipos de negócios direta ou indiretamente ligados e voltados para as atividades agrícolas e pecuária em grande escala de produção. Isso ocorre, porque, no decorrer dos anos, gradativamente, os espaços rurais foram se tornando mais agrários de um único tipo de cultivo, com necessidade de extensões de terras sucessivas, fazendo com que os espaços de heterogeneidade rural venham sendo afetados, quando não minimizados, pela dimensão das monoculturas.

Nesse viés, a (Tabela 7) apresenta o crescimento do número de propriedades rurais no estado de Mato Grosso por grupos de área total, onde estabelecimentos com área territorial entre 10 (dez) hectares e 100 (cem) hectares são os que mais cresceram no período de 1970 e 2006. Embora certos de que o latifúndio sempre foi uma condição planejada para o campo brasileiro, elencamos três hipóteses para esse crescimento: (a) a divisão de áreas maiores por motivos de herança familiar, (b) venda em lotes menores por empresas colonizadoras, (c) por atualizações cadastrais de

terras sem documentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e essas terras passaram por redistribuição para reforma agrária.

O sistema de arrendamento é um fator que garante a extensão de área de produção sem que a terra seja de um único proprietário. Esse modelo tem sido muito utilizado principalmente no plantio de soja e de cana-de-açúcar na região do Cerrado, e, em Mato Grosso, tornou-se a causa principal do uso de terra em pequenas propriedades, em assentamentos de reforma agrária e, até mesmo, em terras de povos indígenas, reduzindo a produção da policultura de base local e regional.

É importante destacar que, “ainda que contando com os incentivos das políticas públicas, a decisão de ocupar o Cerrado, em última análise, foi uma decisão privada dos agentes econômicos” (Contini; Júnior; Gasques, 2020, p. 61) e começou antes da modernização da agropecuária.

Tabela 7. Caracterização das propriedades rurais com produtividade agropecuária

Tamanho dos Estabelecimentos	1970	1980	1995	2006	2017
100.000ha a mais	16	19	19	-	-
10.000 a menos de 100.000ha	283	624	749	-	-
10.000ha a mais	294	643	-	-	
1.000 a menos que 10.000 ha	6.240	3.867	8.010	8.744	-
100 a menos de 1.000ha	14.747	13.273	23.861	26.457	-
10 a menos de 100ha	36.920	21.633	37.076	61.781	-
Menos de 10ha	46.727	23.902	9.801	14.989	-
Área total dos estabelecimentos agropecuários	21.949.146ha	34.554.548ha	49.839.631ha	48.688.711ha	54.922.850ha
lavoura permanente	-	-	-	-	99.608 ha
lavoura temporária	-	-	-	-	9.757.280 ha
Área irrigada	-	-	-	-	155.775ha
pastagens naturais	-	-	-	-	3.995.697 ha
pastagem plantada	-	-	-	-	19.015.554 ha
Número estabelecimentos agropecuários - MT	46.090	63.383	78.762	112.987	118.679
Com área irrigada	-	-	-	-	4.744
Pessoal ocupado	-	-	-	-	422.453
Sem laço de parentesco	-	-	-	-	151.450

Fonte: Censo agropecuário (FIBGE,1970, 1983, 1995) e IBGE (2006, 2017)
Organização: Autora, 2022.

Todavia, os projetos de colonização privada no Estado devem também ser vistos como um fator determinante para a atração de fluxos migratórios, é o que podemos assegurar, a partir das colocações de Contini; Júnior; Gasques (2020), ao afirmar que,

> A partir de 1975, particularmente em Mato Grosso, o governo alterou parte de sua estratégia de ocupação e desenvolvimento regional ao incentivar a colonização privada [...] inicialmente foi instalada estrutura física e realizada a venda dos primeiros lotes. Os agricultores foram incentivados a comprarem terras e se instalarem na região. A experiência mostrava que os potenciais compradores seriam agricultores com experiência em agricultura. Contudo, o desafio nessas áreas de fronteira era a inexistência de mercados para os seus produtos. Assim, a colonizadora criou a 'Cooperativa Agrícola Mista Celeste' (com 1% do valor da venda das terras) e contratou técnicos para transferir conhecimentos e tecnologias aos produtores vindos principalmente do Sul e do Sudeste do País (Contini; Júnior; Gasques, 2020 p.71).

O Estado beneficiou a venda de grandes áreas de Terras, assegurando que empresas colonizadoras atuassem como agentes pulverizadores de pequenos núcleos (vilas) e cidades. Mais tarde, com a modernização da agricultura, novos reordenamentos territoriais foram ocorrendo, e novos municípios foram criados; com povoamento estimulado pelos projetos de expansão agrícola de empresas provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Tabela 8. Área colhida (ha) por tipo de produto em Mato Grosso

Tipo de produto	1975	1980	1995	2006	2017	2022
Trigo em Grão	2.554	55	-	255	-	-
Soja em Grão	15.196	56.510	1.740.392	4.186.487	8.862.732	10.924.622
Milho em Grão	212.702	103.810	471.246	1.123.926	4.829.726	6.414.777
Café em coco	-	24.496	162.44	-	-	-
Cana-de-açúcar[37]	-	8.562	118.363	215.864	232.251	-
Algodão em caroço	-	4.480	66.426	392.408	596.625	1.192.260
Arroz (em casca)	-	96.513	499.464	279.813	430.727	108.515
Feijão (em grão)	-	66.641	38.696	-	207.029	177.522

Fonte: Censo agropecuário**-** IBGE, (1970,1980,1995, 2000 e 2017) e PAM-IBGE, 2022.
Organização: Autora, 2022 e 2024

[37] Primeiro registro de produção ocorreu no ano de 1985, com área colhida de 19.051 hectares (IBGE, 2017). Importante ressaltarmos que o período de referência dos dados é o ano-safra. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9829&t=series-historicas

Após os anos 2000 (dois mil), ocorreu maior estímulo (pela demanda do mercado internacional) na produção da monocultura de soja, superando a produção de milho e de algodão (Tabela 8). A pecuária, por sua vez, acompanhou tais investimentos, não só nos beneficiamentos de créditos, mas, sobretudo, na aquisição de tecnologias para a transição do modelo extensivo com uso de vastos espaços de pastagem nativa ou plantada, por um sistema intensivo de confinamento bovino.

Verificamos que a proporção de terra disponível para o plantio de soja e milho teve um crescimento expressivo ao compararmos o ano de 2017 e o ano de 1980. Quando o território do atual Mato Grosso já se encontrava separado da sua porção sul, hoje constituído pelo estado de Mato Grosso do Sul. A produção agrícola de Mato Grosso, apesar da predominância de área utilizada para as monoculturas descritas, também tem como base da economia agrícola hegemônica o algodão (em pluma e caroço), café (torrado e moído), girassol (sementes), arroz (em casca) e feijão (de cor, preto, fradinho e verde).

Esses resultados expostos com a adesão das atividades agropecuárias de alcance global são, de acordo com Santos (1979), frutos da modernização do setor, ajustadas com o avanço científico, aperfeiçoamento das técnicas e atuais investimentos no ramo informacional. Com isso, diversos objetos foram criados, “cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são cada dia que passa mais carregados de informação” (Santos, 1979, p. 78). O autor já chamava a atenção para o fato de que o campo nunca foi hostil ao capital, e, sim, adepto a novos modos de reprodução, acolhendo-os e os difundindo rapidamente com novas formas de organização, ocupação e de trabalho.

Surgem especializações do território condicionadas pelos diferentes objetos criados intencionalmente. No processo de especialização, tem-se materialmente complementariedades regionais (Santos, 1979), mais complexas quanto maior for a diversidade da produção, mas é também importante entendermos que “o envelhecimento do patrimônio técnico é rápido, logo substituído por outro de maior capacidade operacional em função da competitividade” (Bernardes, 2010, p. 14).

Assim, novos conteúdos aparecem associados às novas funcionalidades criadas. Condição pela qual Moreira (2015), ao escrever tais relações socioespaciais, econômicas e políticas, numa totalidade homem-meio guiado pela modernização e renda, contribui com a seguinte argumentação;

> [...] a modernização começa nos limites de fronteira do espaço molecular, o setor de indústria de insumo agrícola dá um enorme pulo com o deslocamento da fronteira agrícola da mata atlântica para a região de cerrado do miolo do espaço brasileiro, plantando suas raízes no planalto central e avançando para o rebordo da mata amazônica (Moreira, 2015, p. 149).

Para o autor, a modernização do espaço brasileiro se confirma com a modernização do campo por meio da mecanização e transição do modo de produção; e das cidades litorâneas com as indústrias, que logo se especializam em atender o campo. Com o avanço do capitalismo, o processo se expande para as cidades pequenas e médias nas áreas de fronteira agrícola, num híbrido da indústria e agricultura compondo as agroindústrias, que se instalam nos espaços urbanos e/ou rurais de Mato Grosso e de Goiás, criando novas particularidades nas relações campo e cidade.

Como impacto econômico desse desencadeamento funcional, o estado de Mato Grosso se coloca como o principal exportador de grãos (Gráficos 1, 2, 3 e 4), contribuindo com a pauta dos 49% total das exportações do agronegócio brasileiro no ano de 2023[38], quando o complexo soja se destaca como o setor com maior percentual das vendas. Já os impactos sociais vão desde os conflitos de resistência por parte de camponeses e comunidades tradicionais, as desigualdades sociais e espaciais, até as alterações no tipo de composição e demanda do trabalho. De acordo com os dados extraídos do Centro de Documentação Dom Tomás Bauduíno da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC Dom Tomás Bauduíno-CPT), organizados por Malerba (2022), os conflitos por terra em Mato Grosso têm aumentado com 94 (noventa e quatro) ocorrências em 2019, para 147 (cento e quarenta e sete) ocorrências no ano de 2022.

Ao todo são 62 (sessenta e dois) municípios no Estado, com registro de violência e 9.253 (nove mil duzentos e cinquenta e três) pessoas envolvidas diretamente nos conflitos por terra, água e trabalho escravo rural; e as comunidades quilombolas e povos indígenas são as mais afetadas em proporção quantitativa. Ao selecionarmos os municípios da Mesorregião Nordeste, temos os seguintes registros:

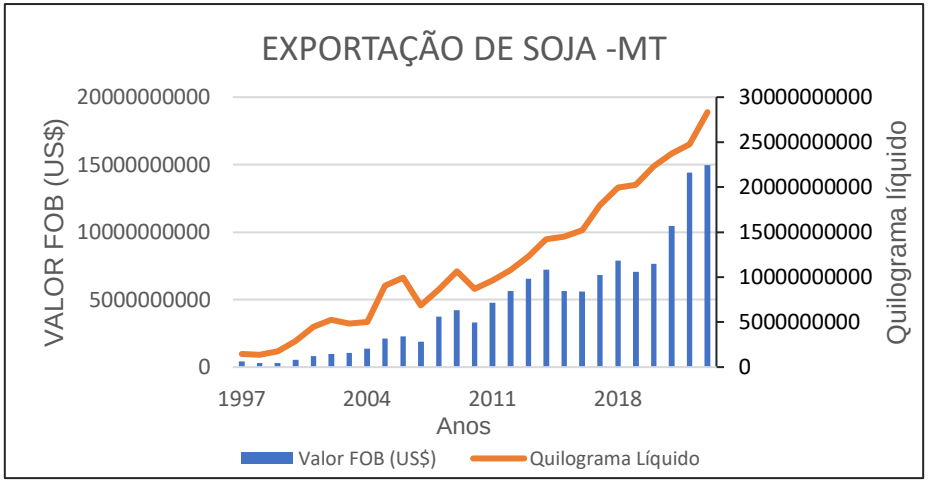
> No município de Água Boa, em 19/08/2022, conflito por terra na Comunidade indígena/ T.I Areões/Xavante, com 336 famílias. Nos municípios de Campinápolis e Nova Xavantina, em 28/04/2022, conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Parabubure/Xavante, com 955 famílias. Nos mesmos municípios em 07/08/2022, e na mesma T.I, com 300 famílias. Nos

[38] Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas. Acesso em: 14 mar. 2024.

> municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Pimentel Barbosa/Xavante, em 04/08/2022, com 48 famílias. No município de Luciara, em 20/01/2022, conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Porto Velho/ aldeia Pukañu Kanela do Araguaia, com 100 famílias. No dia 03/02/2022, o mesmo município é envolvido em um novo conflito com 1 família na T.I Porto Velho/ aldeia Pukañu Kanela do Araguaia. Os municípios de Luciara e São Félix do Araguaia em 18/02/2022, conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Cacique Fontoura, com 122 famílias. Nos municípios de Canarana, Querência e São Félix do Araguaia, em 17/07/2022, conflito por terra no Parque Indígena do Xingu envolvendo 1.875 famílias. No município de Novo Santo Antônio, em 23/02/2022, conflito por terra na comunidade quilombola do Araguaia, família Vieira Amorim, com 1 família envolvida. Nos municípios de Novo São Joaquim e General Carneiro, em 27/07/2022, conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Sangradouro/Volta Grande/Xavante, com 221 famílias. No município de Santa Terezinha na Gleba Carlos Pelisioli/Fazenda São Sebastião, em 07 e 20/08/2022, 01 e 10/09/2022, 04/10/2022, conflito por terra com 20 famílias Sem Terra. Nos municípios de São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, em 01/02/2022, 17/03/2022 e 30/06/2022 conflito por terra na comunidade indígena/ T.I Marãiwatsédé/Xavante, com 195 famílias. Já os conflitos por água na região ocorreram nos municípios de Novo São Joaquim e General Carneiro, em 07/05/2022, na comunidade indígena/ T.I Sangradouro/Volta Grande/Xavante, com 221 famílias, pelo não cumprimento de procedimentos legais em barragens e açudes. Foi registrado conflito trabalhista no município de Bom Jesus do Araguaia, na fazenda Itália em 23/03/2022 com 10 trabalhadores (MALERBA, 2022, p. 64-65-66-67 grifos nosso).

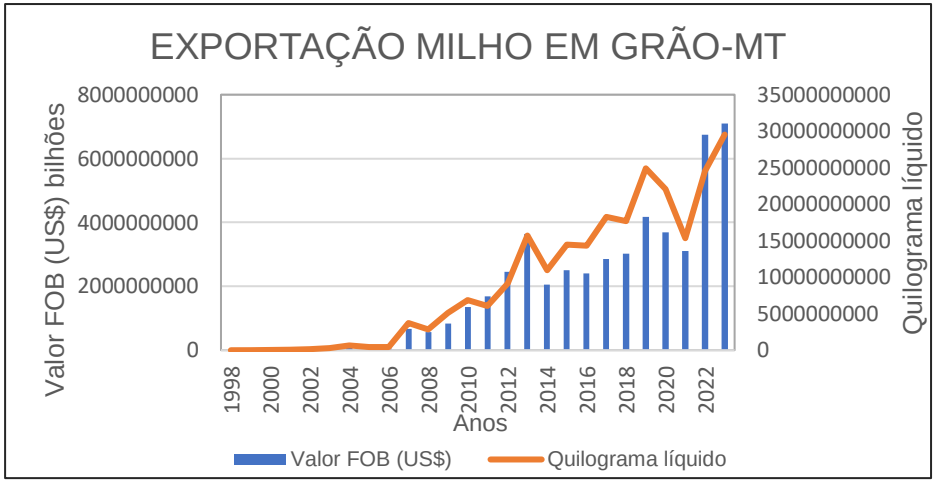
Esses resultados revelam contradições da expansão da fronteira agrícola e da expansão capitalista. O território ao mesmo tempo em que é visto como meio, e condição de desenvolvimento de riquezas para agentes hegemônicos, para agentes não hegemônicos é apenas um meio de vida e difusão de suas culturas, e estão constantemente sofrendo com atos de violência, exploração e expropriação da força e autoritarismo de determinados agentes do agronegócio. “O sistema capitalista aparece, pois, como um todo, como uma estrutura hierárquica de distintos níveis de produtividade e de acumulação, correspondendo a cada nível hierárquico uma determinada função na divisão social e espacial do trabalho” (Bernardes, 2010, p. 24). Para apreender o movimento do espaço e suas dinâmicas espaciais em rede, é necessário considerar os circuitos espaciais de produção, que se definem pela circulação dos fluxos sobre os territórios em diversas e complexas escalas.

Gráfico 1. Exportação de soja – Mato Grosso



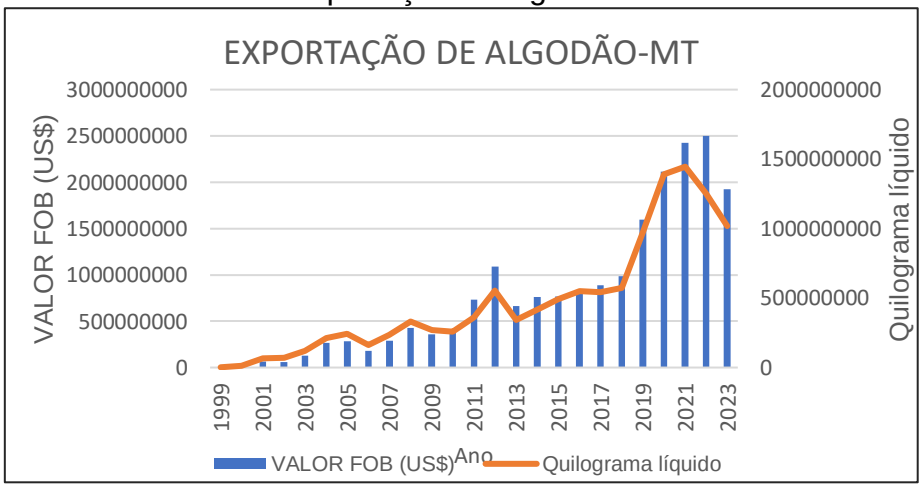
Fonte: Comex stat, 2023 **Elaboração:** Autora, 2024

Gráfico 2. Exportação de milho – Mato Grosso



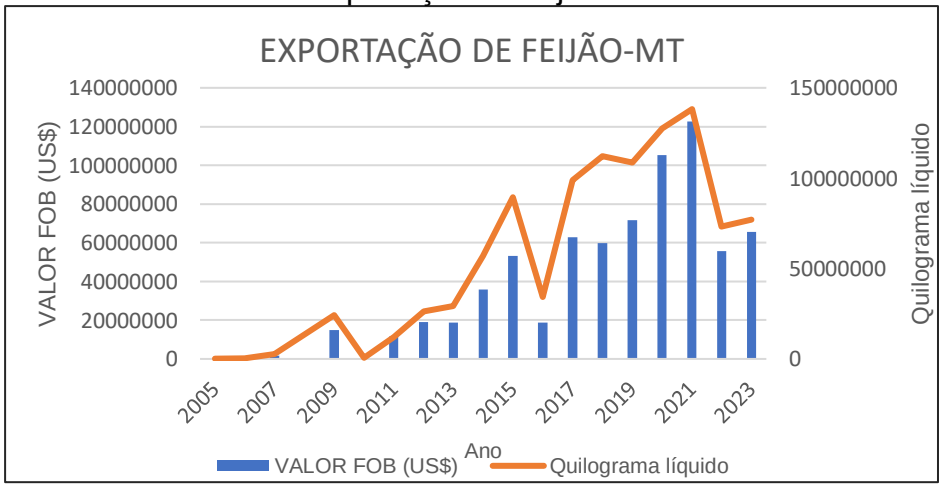
Fonte: Comex stat, 2023 **Elaboração:** Autora, 2024

Gráfico 3. Exportação de algodão – Mato Grosso



Fonte: Comex stat, 2023 **Elaboração:** Autora, 2024

Gráfico 4. Exportação de feijão – Mato Grosso



Fonte: Comex stat, 2023 **Elaboração:** Autora, 2024

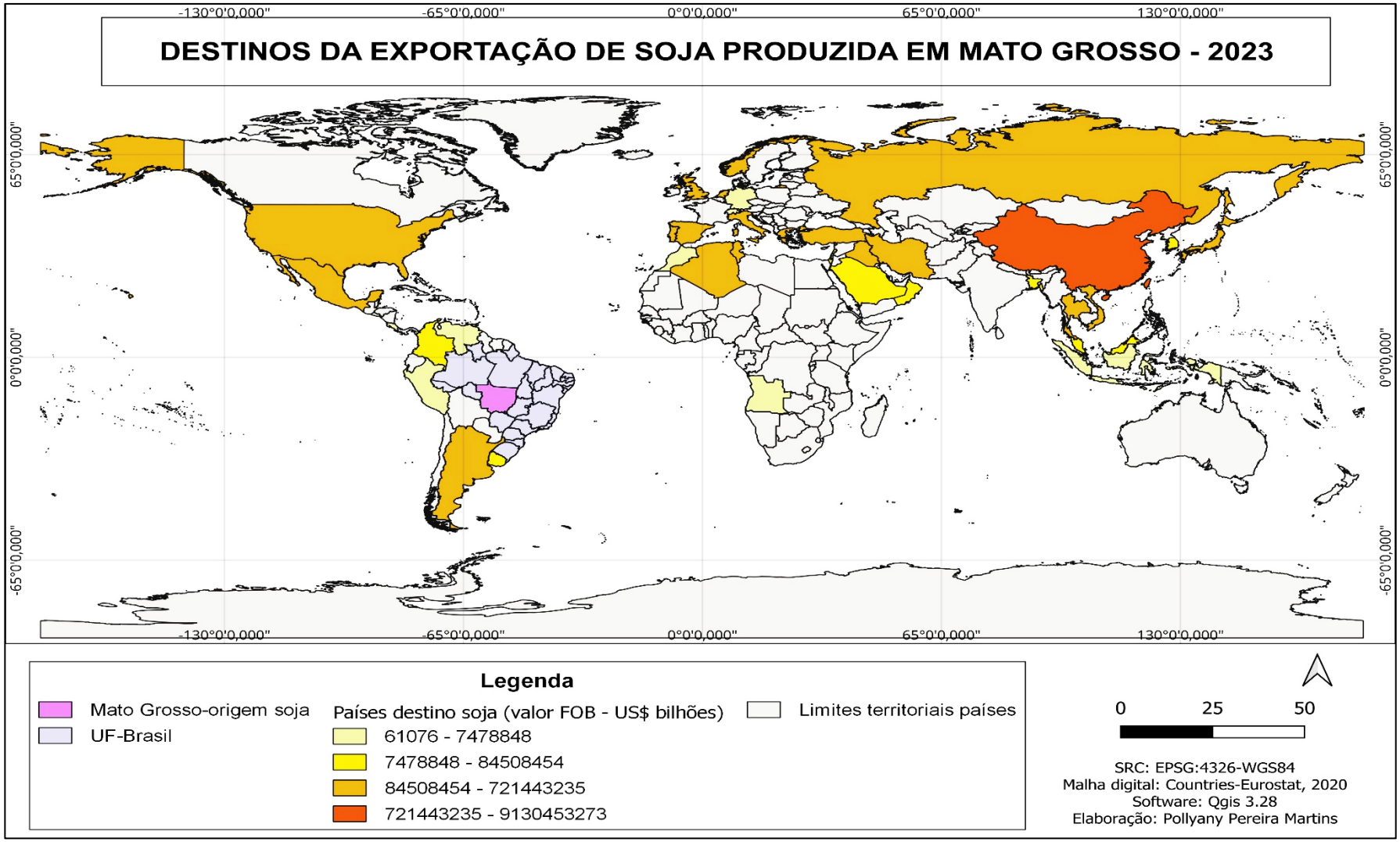
A extensão da circulação e a demanda por determinados tipos de matéria-prima criam a intensidade de fluxos e de produção. Os dados de exportação de grãos, soja, milho e feijão, e do algodão em caroço, do final da década de 1990 ao ano de 2023, contribuem para as análises que fazemos de que, quanto mais globalizante for a circulação de um determinado produto, maior será a fluidez dos circuitos de produção, constituindo:

> [...] sistemas coerentes que articulam a produção agrícola, industrial e os serviços complementares, exigindo inovações, pesquisa, direito à propriedade de patentes, infraestrutura, investimentos, mercado de capital, economias de escala, aglomeração de economias, ambiente de negócio, além de sustentabilidade, que se assenta no novo padrão ético, que envolve questões sociais e ambientais (Bernardes, 2010, p. 32).

Com tudo isso, Bernardes (2010) reforça que as regiões do Cerrado passaram por ajustes espaciais e, nas formas produtivas como produtor de soja, a "inserir-se no mercado global, significam instabilidade espacial e social em função da turbulência do mercado mundial, exigindo contínuas readaptações das técnicas envolvidas, das empresas, das instituições" (Bernardes, 2010, p. 35). Processo que é inteiramente ajustado e redefinido nas cidades como centros de atração e centralização do capital e das decisões.

O (Mapa 4) apresenta a espacialização global e destinos da *commodity* soja produzida no estado de Mato Grosso, e exportada no ano de 2023. O valor *Free On Board* (FOB), ou "livre a bordo" em português, refere-se aos preços cotados sem cálculos de fretes, ou seja, preços correspondentes para retirada nas dependências do fornecedor. Nesses fretes, o comprador se responsabiliza pelos custos de valores de transportes até o destino. Os valores extraídos da base de dados da *Comex-stat* mostram que o país que mais injetou capital com a compra de soja produzida em Mato Grosso foi a China, com valor superior a noventa e um bilhões de dólares. Somados todos os produtos de origem agropecuária produzidos em Mato Grosso, o país sozinho injetou mais de treze bilhões de dólares, com participação de 41% na compra de *commodities* produzidas no Estado para o respectivo ano.

Mapa 4. Países compradores de soja do Estado de Mato Grosso



Fonte: Comex-Stat, 2023. **Elaboração:** Autora, 2024

A visão geral anual obtida para o ano de 2023 dos produtos em fluxo de exportação foi a seguinte: 46% soja, 22% milho não moído, e 6% algodão bruto. No setor da indústria de transformação, tiveram-se 12% de farelo de soja e outros alimentos moídos para animais, a exemplo de farinhas de carnes. E, 6,6% de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada; 1,7% de gorduras e óleos, e 1% de demais produtos da indústria de transformação. Esses dados de circulação e distribuição da produção de componentes dos “circuitos superiores” (Santos, 2004) nos ajudam na orientação das escalas produtivas, uma vez que a compreensão do dinamismo dos locais, onde ocorrem a produção, “está além das nossas fronteiras” (Peixinho, 2010, p. 160).

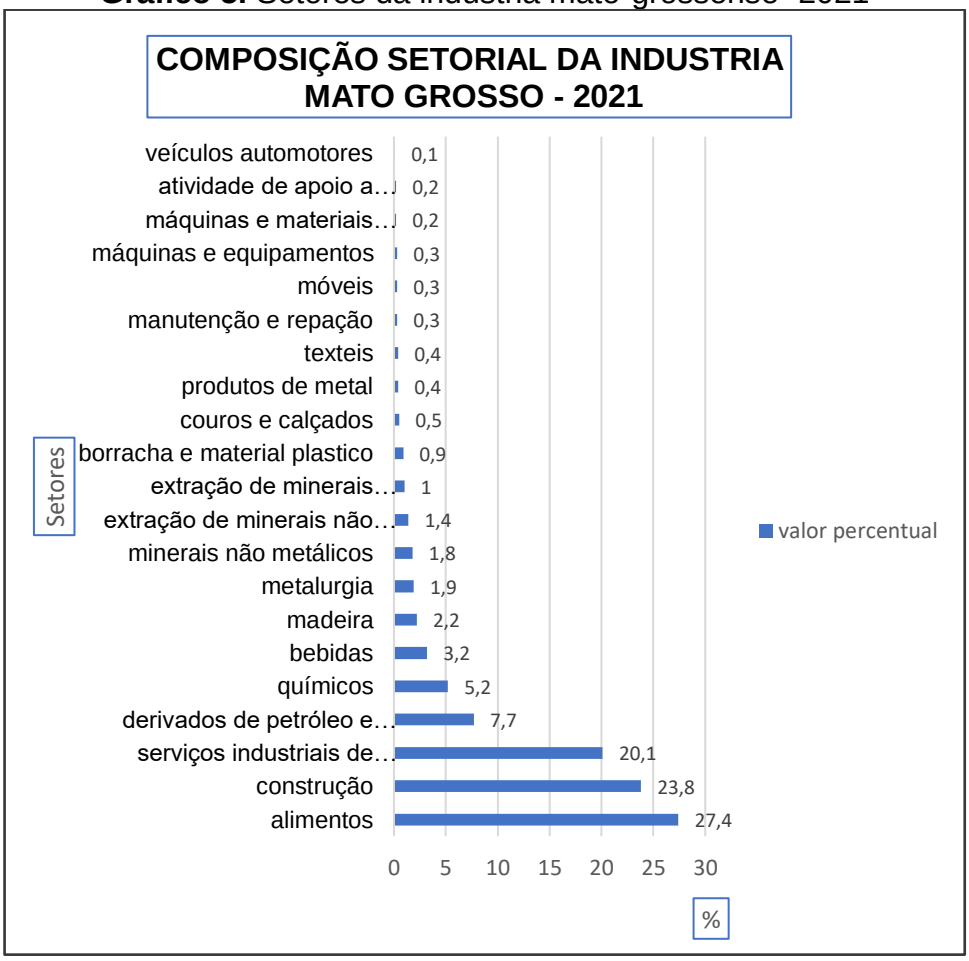
No entanto, os rendimentos e os modos de produção de uma agropecuária globalizada, denominada de agronegócio, requer que haja estabilidade dos elos de produtividade da indústria de insumos, maquinários, pesticidas, agroquímicas. Ao mesmo tempo em que o tipo de cultivo e a quantidade a ser produzida no campo são também determinados pela procura de matéria-prima pelas indústrias processadora. A alteração cíclica de determinados cultivos é um indicador do que o mercado, composto também pela indústria, está à procura. Nisso, ocorre o controle da oferta, garantindo assim a rentabilidade.

2.2.2 breve contexto do perfil industrial mato-grossense

A atividade industrial no estado de Mato Grosso ainda apresenta pouca expressividade, com participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB) nacional referente ao ano de 2021 de 1,6%, correspondente ao valor de 32,2 bilhões. Já no âmbito da unidade federativa, esse percentual é de 15,3% para o mesmo ano. Os cinco principais setores da indústria de maior contribuição no valor do PIB estadual são: alimentos 27,4%; construção 23,8%; serviços industriais de utilidade pública 20,1%; derivados de petróleo e biocombustível 7,7% e químicos 5,2%[39], também (representados pelo Gráfico 5) de composição setorial.

[39] [39] Dados estatísticos extraídos do portal da indústria, em perfil da indústria por estado. Disponível em: https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/.

Gráfico 5. Setores da indústria mato-grossense- 2021



Fonte: CNI, 2021 **Organização:** Autora

Ainda de acordo com informações extraídas do *site* da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as microempresas representam o maior quantitativo de estabelecimentos instalados, correspondendo a 74,6% em números relativos, seguido por 21,0% de pequenas empresas; 3.5% médias empresas e apenas 0,8% de grandes empresas.

O quantitativo de estabelecimentos físicos das indústrias é de 15.581 unidades (FIEMT, 2022)[40], e estão concentrados na região metropolitana de Cuiabá, e no eixo BR-163 de maior produtividade da soja, seguido pelo eixo BR-364, espacialização já estudada por pesquisadores como Peixinho (2010), Bernardes (2010) e Filho (2010). Para os autores, a atividade industrial do Estado está exponencialmente vinculada ao setor do agropecuário, e, portanto, são classificadas

[40] Informações extraídas do relatório da Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT, 2022). Disponível em: https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria.

como agroindústrias, condição que justifica a escolha locacional de um número significativo de indústrias de transformação existentes no Estado. Por agroindústria, entende-se

> [...] as atividades industriais de beneficiamento, processamento ou de transformação de produtos originados da agropecuária. Destacam-se não só na economia industrial, mas estão cada vez mais associadas à economia agrícola do estado, uma vez que alguns segmentos da agropecuária se encontram monopolizados pelo capital agroindustrial (Elias, 2020, p. 22).

As empresas que têm como atividade a fabricação de máquinas e equipamentos como recursos essenciais para a produção agropecuária são também denominadas como agroindústrias pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). De acordo com Elias (2020), são atividades que complementam e difundem a produtividade do agronegócio, impulsionado, sobretudo, pelas exigências do neoliberalismo.

Apesar de a região de estudo da autora (estado do Ceará) apresentar dinâmicas e contextos diferentes de Mato Grosso, concordamos que o uso corporativo do lugar é uma condição agregadora de interações espaciais, promovidas por empresas cuja força motriz é a agropecuária. Dessa forma, para o desenvolvimento massivo de suas atividades, criam-se “verdadeiras redes agroindustriais” (Elias, 2020), já que existe uma relação de interdependência do setor do agronegócio com a indústria e com outros setores como o comércio e os serviços (Elias, 2022), justamente pela sua necessidade de especialização no processo produtivo.

Essa vinculação das atividades e setores da produção acomete tanto as grandes empresas hegemônicas do circuito superior da economia, quanto as demais empresas que, a depender do seu porte (tamanho) e da escala de circulação de seus produtos podem compor o circuito inferior. Na (Tabela 9) estão elencadas todas as empresas do Estado classificadas como indústrias de transformação, categorizadas como alimentícias (não especificado se urbana ou rural). A intensão é trazê-las no sentido de demonstrar a interdependência das economias pela qual o território vem passando, com as reestruturações dos espaços urbanos e rurais, o que também indica as novas relações com o campo e a cidade, dinâmica que potencializa as configurações da rede urbana, fazendo com que os papéis das cidades se alternem ou se ampliem, principalmente, das cidades intermediárias no contexto do Estado.

Tabela 9. Agroindústrias de alimentos[41] em Mato Grosso - 2022

Subclasse de atividade industrial	número
Fabricação de alimentos para animais	172
Fabricação de produtos de panificação industrial	95
Frigorífico abate de bovino	86
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	81
Fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho)	80
Fabricação de laticínios	74
Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal	51
Beneficiamento de arroz	44
Fabricação de alimentos e pratos prontos	40
Fabricação de produtos de carne	39
Fabricação de outros produtos alimentícios	36
Torrefação e moagem de café	29
Fabricação de massas alimentícias	24
Fabricação de cervejas e chopes	24
Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	23
Preparação do leite	21
Fabricação de conserva de frutas	17
Fabricação de biscoitos e bolachas	16
Matadouro-abate de bovino	14
Fabricação de farinha de milho e derivados exceto óleo.	13
Abate de aves	12
Frigorífico abate de suínos	10
Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes exceto concentrados	9
Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto milho	9
Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	7
Fabricação de refrigerantes	7
Fabricação de farinha de mandioca e outros derivados	6
Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	4
Fabricação de açúcar em bruto	3
Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	3
Fabricação de pós alimentícios	3
Fabricação de amido e féculas vegetais	2
Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	2
Fabricação de produtos do arroz	1
Moagem de trigo e fabricação de derivados	1
Beneficiamento de café	1
Fabricação de vinagres	1
Fabricação de vinho	1
Total:	**1.061**

Fonte: FIEMT, 2022 **Organização**: Autora

[41] O número de estabelecimento é apresentado conforme a subclasse definida pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

Dentre as agroindústrias de alimentos discriminadas, as de maior porte e que estão quantitativamente mais distribuídas são: (1º) Frigoríficos de abate de bovinos, com 31 (trinta e um) de grande porte e 8 (oito) de médio porte; com instalações em (42) quarenta e dois municípios; (2º) Fabricação de óleos vegetais bruto, com 9 (nove) de grande porte e 5 (cinco) de médio porte; distribuídos em (8) oito municípios. (3º) Beneficiamento de arroz, com 2 (dois) de médio porte, e 3 (três) de médio porte com prédio fixo em cinco municípios. Os frigoríficos de abate de bovinos é o setor com maior número de empregos formais, totalizando para o período 22.975 pessoas; com média salarial de R$: 2.548,94 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais) mês.

As agroindústrias representam um período mais recente, e têm sido elementos significativos na composição do trabalho e dos empregos, especificamente os frigoríficos (Carmo; Vazquez; Camargo., 2017).

> Mato Grosso tornou-se referência para a expansão da agroindústria de beneficiamento, refino, produção de óleos, farinha e ração a partir de grãos (soja e milho), como ainda para a agroindústria de beneficiamento de algodão e para a agroindústria relacionada ao abate e à fabricação de produtos à base de carne de animais de criação (Carmo; Vazquez; Camargo, 2017, p. 101).

No período de 1986 a 1991, os municípios que tinham indústria de processamento de carnes eram: Barra do Garças, Várzea Grande e Araputanga. De 1995 a 2000, as empresas frigoríficas estão presentes em 11 (onze) municípios, no ano de 2010, eram 20 (vinte) municípios, e, em 2022, totalizam 42 (quarenta e dois) municípios. O crescimento do setor das agroindústrias é noticiado em página da FIEMT, no ano de 2023.

> [...] o estado de Mato Grosso teve destaque impulsionado pelos setores de produtos alimentícios (carnes bovinas congeladas, frescas ou refrigeradas e tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração do óleo de soja), que cresceu 17,8%, e de biocombustíveis (álcool etílico), coque e produtos derivados do petróleo com alta de 2,4% (Lessa, 2022, p. s/p).

Diante do exposto, compreendemos que o motor da economia do Estado é, de fato, de base agropecuária e/ou proveniente do agronegócio. Nesse sentido, as indústrias do ramo alimentício ou não (a exemplo das agroindústrias de adubos e fertilizantes entre outras) vão se incorporando no território a fim de garantir rendimentos que lhes são possíveis com: (a) lucros pela renda da terra; (b) proximidade de matéria-prima, e (c) mão de obra mais barata; (d) menores custo com transporte. Condições que resultam em lucros tanto para o setor industrial quanto para

a agricultura e pecuária, uma vez que parte do que se produz é consumido na escala regional e nacional.

No entanto, é necessário argumentarmos que, apesar do monopólio das empresas, como Mika alimentos, Agromaggi, GMS agronegócios, Caramuru alimentos, Laticínios Marajoara, Refrigerantes Marajá, Bio óleo indústria e comércio de combustível, ou das multinacionais e transnacionais JBS Brasil, Bunge, Cargill, grupo Souza Cruz etc., as agroindústrias no estado de Mato Grosso são majoritariamente compostas por micro e pequenas empresa em termos de números de estabelecimentos. A classificação CNAE e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) considera o número de empregos de cada empresa. A (Tabela 10) traz algumas dessas agroindústrias com instalações no campo. Duas das empresas não são do ramo alimentício (de algodão em pluma e caroço de algodão), optamos por deixá-las discriminadas pela pouca associação desse tipo de atividade agroindustrial a micro e pequenas empresas.

Tabela 10. Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (unidades em Mato Grosso - 2017)

Tipologia dos estabelecimentos	Lavoura temporária	Lavoura permanente	Total
Aguardente de Cana	3	-	6
Algodão em pluma	64	-	66
Caroço de algodão	11	-	12
Arroz em Grão	2	-	8
Café torrado em grão	-	4	22
Café torrado moído	2	7	14
Farinha de mandioca	772	45	1.418
Fubá de milho	3	-	6
Fumo em rolo ou corda	-	-	-
Óleos vegetais	4	-	9
Poupa de frutas	24	29	191
Queijo e Requeijão	158	22	3.360
Rapadura	69	7	160
Vinho de uva	1	-	1
Carne de bovinos (verde)	32	2	642
Cajuína	1	1	3
Creme de leite	-	-	7
Doces e geleias	58	20	609
Verduras e legumes (processadas)	4	-	11
Licores	1	-	4
Manteiga	11	-	186
Melado	34	4	82
Pães, bolos e biscoitos	7	2	117
Sucos de frutas	16	5	172
Carne de suíno (verde)	53	5	758

Carne outros animais (verde)	82	8	891
Carne tratada (de sol, salgada)	2	-	25
Embutidos (linguiças e salsichas)	6	-	123
Couros e peles	-	-	-
Carvão vegetal	3	2	21
Produtos de madeira	-	2	14
Goma ou tapioca	11	-	27
Total:	1.208	140	6.312

Fonte: IBGE-SIDRA, 2017 **Organização:** Autora, 2024

Como podemos verificar, o número de empresas do agronegócio com prédio fixo no campo é significativo, e justifica as novas relações existentes com a cidade e a reestruturação regional que se intensifica à medida que os fluxos de mercadorias e capital também se intensificam. Se considerarmos as grandes corporações, caso das multinacionais citadas para o Estado, “são muitos os fluxos provocados por essas corporações agroindustriais e são de várias naturezas, de matérias-primas, de informação, de capital, de mão-de-obra etc.” (Elias, 2020, p. 14).

A concentração espacial das agroindústrias de micro e pequeno porte não ocorre nos mesmos moldes que as médias e grandes empresas, assim como elas sozinhas, também não macro-organizam o espaço. Porém, os circuitos de cooperação e solidariedade são fatores mais presentes entre essas empresas locais e com os produtores regionais, sem desconsiderar que a natureza atual dos circuitos de produção é espacial, ou seja, configuram-se pelas dinâmicas globais. As interações espaciais entre as cidades pequenas e médias das regiões imediatas podem tornar-se mais intensas pelos processos migratórios, seja pela prestação de serviços, promovendo o movimento pendular, a migração campo-cidade, seja pela migração sazonal. Fator que é atribuído à horizontalidade dos fluxos e às relações dos lugares no acontecer do espaço banal (Santos, 2005).

Como evidenciado, as formas monopolísticas das atividades econômicas de Mato Grosso foram induzidas e estruturadas pelo Estado que é modernizador. Tais ações do Estado são dialéticas e asseguraram a dispersão dos recursos em infraestrururas técnicas e financeiras sobre o território, buscando garantir o desenvolvimento. Essa dispersão de recursos é seletiva, assim como os espaços potenciais para produção. Todavia, a modernização das infraestruturas como as de transporte e de energia são componentes que, dada a sua capacidade técnica e

alcance geográfico, viabilizam integrações territoriais e formação de redes geográficas diversas inclusive de comunicação e informação.

2.3 REDES TÉCNICAS, MODERNIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DOS TERRITÓRIOS

As redes técnicas são instrumentos de aproximação, conexão e conectividade, permeados pelo espaço geográfico a partir do uso do território e de sua crescente modernização. As rodovias, ferrovias, eletricidade, comunicação etc. são “sistemas de engenharia que dotam as regiões de novas qualidades materiais e possibilidades organizacionais” (Contel, 2014, p. 357).

É somente por meio da técnica, que as conexões se dão através das redes criadas e projetadas de tal modo que seus movimentos de fluidez provocam dinamismos ao espaço geográfico. Sabemos que as redes técnicas em sua geograficidade se apresentam de forma desigual sobre os territórios, com tempo e espaço diferenciais sobre os locais. Isso ocorre mediante a capacidade de gestão estatal ou de interesse de empresas privadas ao processo de articulação da produção, celeridade de circulação e logística que atenda às demandas e necessidades do mercado consumidor e financeiro nas suas múltiplas escalas.

> Las redes técnicas tienen em sí mismas diversas escalas articuladas, como en la circulación combinada de movilidades interurbanas con la escala urbana, las redes de capilaridad que alimentan redes troncales de circulación o los esquemas multimodales desarrollados por la logística. En el uso efectivo de estas redes se ponen em juego prácticas de los actores que traviesan las escalas (Blanco, 2015, p. 19).

Portanto, entendemos que tais redes tiveram grande projeção na configuração territorial do estado de Mato Grosso. Embora pouco se tenha discutido a respeito da formação dessas redes geográficas na Mesorregião Nordeste do Estado e de suas consequentes alterações pelos processos de reestruturações dos espaços urbanos e rurais em prol de atender aos mecanismos de produção para o crescimento econômico e consequente desenvolvimento regional.

O recorte analítico da implantação e periodização das redes técnicas sobre o território nacional e sua dimensão regional nos possibilita entender o contexto de

construção histórica, social, política, cultural e econômica desses lugares na região. Assim como nos possibilita também entender a funcionalidade concreta dos usos e manutenção estratégica das redes sobre o território, uma vez que “a técnica é um elemento chave na explicação da sociedade e dos lugares quando considerada em relação à uma dada temporalidade e espacialidade” (Silveira, 2003, p. 3).

Desse modo, elencamos as duas primeiras técnicas responsáveis por garantir conectividades nas relações interespaciais do território, as rodovias e a energia elétrica. Trata-se de dois componentes do sistema de engenharia viário e elétrico, de maior sustentação dos fluxos materiais e imateriais numa rede urbana. Conforme Castilho (2014), a rede de energia não se classifica apenas como de natureza técnica, mas também política, pelo modo como são produzidas e controladas. E ainda ressalta que ambas a redes técnicas assumem condição estratégica de âmbito técnico e político, porque existe um controle de interesse de classe dominante. “O fato é que as redes técnicas são frutos e meios de expansão da modernização, o que as torna fundamentais na organização dos territórios” (Castilho, 2014, p. 54).

O Estado[42] foi o sustentáculo da modernização do Centro-Oeste em prol da fronteira agrícola. Contudo, a implantação de programas públicos com os decretos de leis estaduais a exemplo da Lei. 7.263 de 27 de março de 2000, a qual cria o Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, e sua posterior reformulação com a Lei 10.353/2015 (SINFRA-MT, 2015), corroboraram com a ampliação e difusão das políticas públicas de governo destinadas ao setor de transportes e logística de circulação. Haja vista que o potencial de produção e desenvolvimento dessa unidade federativa ainda depende muito da qualidade de investimentos em infraestruturas das redes de transportes rodoviários, expressivamente.

A criação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB)[43] tem direcionado suas ações ao atendimento prioritário de uma política econômica de desenvolvimento voltada para o agronegócio, já que seu principal objetivo é a melhoria

[42] Estado Nacional, também explicitado como sendo “amplo e determinado pelos aspectos político-ideológicos de quem o define. Nas concepções clássicas, por exemplo, o Estado relaciona-se aos poderes Legislativo e Executivo ou é considerado interventor e mediador dos conflitos sociais” (Castilho, 2014, p. 55).

[43] O FETHAB é um programa que visa arrecadar fundo de recursos financeiros da produção regional extraído da redução do ICMS de commodities, como: Algodão, gado em pé, soja e madeira, e do óleo diesel; exclusivamente para melhoria da infraestrutura de transporte de Mato Grosso. Para os nove fundos regionais, a arrecadação financeira se faz apenas para o algodão, soja e gado em pé. Assim, a contribuição “especial” será aplicada na própria região com gestão dos municípios e do estado.

da capacidade de escoamento. De modo a não comprometer o desempenho da produção, apesar de o documento explicitar que a arrecadação por parte do Estado e dos municípios possibilita os investimentos na melhoria das rodovias para a qualidade do acesso da população que por elas circulam, em busca de serviços de saúde, educação e segurança.

A Integração regional é também uma condição decorrente de melhorias em infraestruturas. Gradativamente reforçado com a divisão territorial do trabalho, e exigindo das vias de transportes, e de outras técnicas inseridas sobre o território como as de comunicação, que estejam organizadas em redes, facilitando as conexões geograficas com todas as regiões do país e do mundo.

Entendemos que a produção dos espaços urbanos regionais, bem como a organização material e imaterial dos objetos sobre as cidades do Arranjo Populacional de Barra do Garças, fizeram-se e continuam a se projetar espacial e temporalmente, pelas condições e dimensão da aplicação dessas redes técnicas. Apesar de a manutenção da infraestrutura viária apresentar desequilíbrios rurais e urbanos no âmbito regional, pelo formato de uso da arrecadação do FETHAB. Contudo, também entendemos que os movimentos e intensidade de fluxos por essas vias são, de certa forma, efetuados a partir de interesses dos diversos atores envolvidos no uso dessas redes de circulação, e de outras que se arranjam a partir delas, como: energia, telefonia, televisão, rádio, internet, as redes financeiras, aéreas e urbanas.

É importante destacar que, na primeira década do século XX, o município de Barra do Garças foi escolhido para a instalação do segundo posto de telégrafo[44]. Esse fator histórico contribuiu para a compreensão da indução de centralidade e nodalidade programada para essa cidade, sustentada, inicialmente, por planejamentos políticos e econômicos que requeriam o uso da técnica de comunicação. Instalando linhas telegráficas que ligava Mato Grosso ao Amazonas, o posto telegráfico foi construído no distrito da voadeira (tombado como patrimônio Histórico-cultural pela portaria n.º 038/2008), atualmente em processo de estudo para restauração.

Para Sá; Sá; Lima (2008, p. 784), as linhas de telégrafos corresponderam a “atividades científicas que guardaram estreita afinidade com os propósitos

[44] Marechal Cândido Rondon foi designado para a criação de linhas de telégrafos no Estado de Mato Grosso (com criação de 24 postos) ligando o Estado do Amazonas. Disponível em: www.ipatrimônio.org – Barra do Garças-posto telegráfico de Voadeira.

republicanos de exploração e povoamento do território, os quais tiveram no Ministério da Agricultura um ator-chave". Conforme descrito pelos autores, essa secretaria havia determinado que a comissão deveria, junto a suas atividades, realizar estudos sobre população, riquezas naturais e dos solos tanto em Mato Grosso quanto no Amazonas.

As redes telegráficas eram um instrumento da modernidade que condicionava seletividade social ao seu uso, pelos altos custos agregados a suas instalações e manutenção. Isso determinava que um número reduzido de pessoas se beneficiasse de tal tecnologia, contudo, não deixou de ser um avanço para as aproximações geográficas e condição de povoamento, além de conectar as capitais às cidades menores no vasto território mato-grossense, haja vista que,

> Ao mesmo tempo que se constituía um monopólio do Estado sobre os meios de comunicação, justificado pela necessidade de integrar a nação, vencer a distância geográfica e redimir o interior do país do seu atraso material e cultural, expandia-se fisicamente a rede telegráfica pública num grande esforço de penetração do território. Esse processo de interiorização das comunicações via telégrafo é uma marca da República, que enfatizou a construção de linhas, ramais e sub-ramais, criando uma trama de redes e estações para interligar as capitais já atingidas pelo telégrafo com as cidades menores dentro dos Estados, além de desenvolver linhas de 'internação' ou 'expansão' capazes de fechar os circuitos telegráficos internos [...] O telégrafo tornava-se um dos índices para aferir o progresso e o avanço civilizador no país. (Maciel, 2001, p. 141).

Essa curta retrospectiva da influência telegráfica nos possibilita revelar fatos isolados de um processo de configuração territorial, que muito se deve a sua localização em um contexto histórico de desenvolvimento econômico. Fica evidente que existe com a inserção da técnica, como criação social, uma produção histórica do processo de evolução tecnológica e da forma de atribuição dos objetos sobre o território. Dessa maneira,

> Se pensarmos, portanto, que essas redes apresentam um nítido conteúdo técnico, resultado do processo de inovação tecnológica, podemos então nos aproximar do debate sobre a relação tecnologia e sociedade, refletindo sobre qual é o poder das redes técnicas em relação ao desenvolvimento sócio-econômico, ou sobre o possível papel estruturante dessas redes no território (Silveira, 2003, p. 5).

É nítido que há uma instabilidade na composição e forma das redes técnicas, assim como sua presença corresponde a um processo de modernidade. É instável, porque se mantém mediante a necessidade social, assim como, necessidade de inovação, diversificação e ampliação dessas redes pela reprodução do sistema capitalista. Entretanto, mas elas são instrumentos elementares de possibilidades ao

desenvolvimento e territórios promovendo reconfigurações espaciais, embora elas também se apresentem desigualmente distribuídas sobre os territórios e seus usos estejam atribuídos às intencionalidades de agentes e atores hegemônicos.

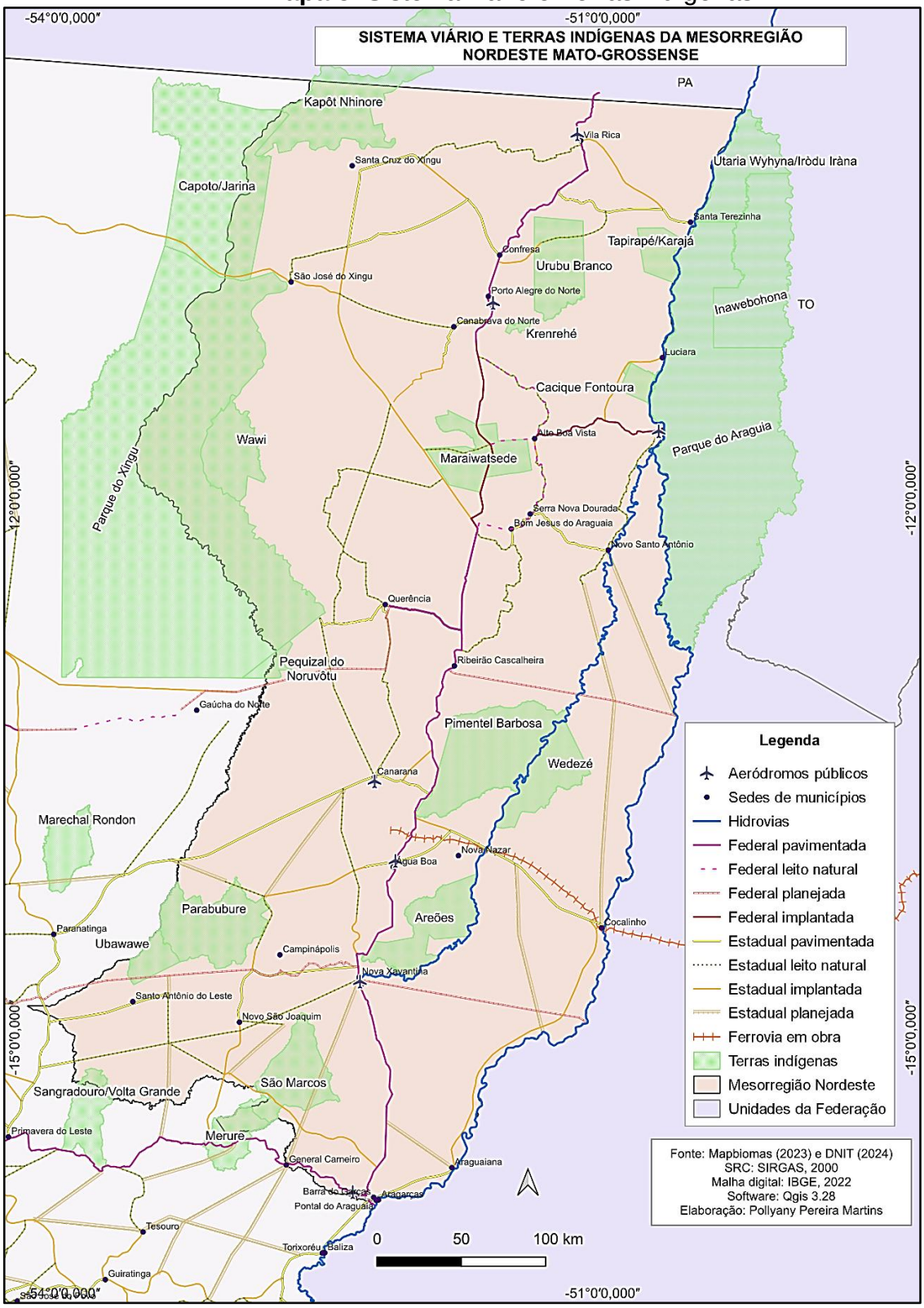
Nesse sentido, a funcionalidade das redes técnicas determina hierarquias de mercado que são articuladas pelo capital monopolista, porque existe uma exigência e condições que são postas pelos agentes hegemônicos, uma vez que “os critérios capitalistas de organização da produção, e a busca da redução no tempo da circulação estão na origem de um duplo processo de seletividade: econômica e espacial, que as novas técnicas de informação e de comunicação só farão aumentar” (Dias, 1993, p. 2).

As rodovias, como engenharia de transportes terrestres, são instrumentos técnicos que proporcionam organização do espaço geográfico e dos próprios setores de produção econômica, do local ao global. Por se tratarem de um “suporte de ações” (Silveira, 2003), carregadas de intencionalidade. As representações cartográficas (Mapa 5 e 6), mostram a distribuição espacial das vias de transportes da Mesorregião Nordeste e do estado de Mato Grosso, e contribuem para as observações de como as conectividades se dão nessa modalidade de fluxo de pessoas, mercadorias e capital. As rodovias federais são as que dispõem de trechos mais extensos de vias pavimentadas, e seus traçados garantem conexões interestaduais de Norte a Sul ou Leste a Oeste sobre os territórios e elas também atuam como importantes corredores de exportação da produção de Mato Grosso.

A BR-158 é a principal via de circulação da Mesorregião Nordeste, com escoamento direcionado tanto aos portos da região Norte como os da região Sudeste. Um trecho dessa rodovia ainda está sem pavimentação, porém, com licenciamento ambiental aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), e licitação com início de obras aprovado e liberado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), no mês de setembro do ano de 2023. O trecho sem pavimentação, corresponde a um contorno de 195,42 km de modo a não passar dentro da terra indígena Xavante Maraiwatsede. Ressaltamos que a reserva indígena do Xingu compreende a extensão de território localizada a Norte dos municípios de Paranatinga e Gaúcha do Norte, a Leste dos municípios da Mesorregião Norte, e Oeste da Mesorregião Nordeste, até a divisa com o estado do Pará. Desse modo,

todas as vias de circulação que “cortam” a reserva, ou territórios indígenas fora da reserva, são vias estaduais sem pavimentação.

Mapa 5. Sistema viário e Terras indígenas



Elaboração: RODRIGUES, 2024 **Organização:** PEREIRA MARTINS, 2024

Mapa 6. Sistema viário do Estado de Mato Grosso



Elaboração: Rodrigues, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Na concepção de Pires do Rio (2012), a reserva indígena do Xingu, e demais territórios indígenas localizados na mesorregião nordeste, as reservas de proteção integral e assentamentos rurais (Mapa 3) por não atender as demandas de produção de mercado/agronegócio, são descontinuidades espaciais da economia que atestam a diversidade de exploração, diferenças e limites entre regiões. “O confronto entre duas modalidades distintas de apropriação e exploração de recursos ameaça de algum modo os fluxos econômicos que se dirigem para a região” (Pires do Rio, 2012, p.172).

O Mapas acima, trazem atualizações do sistema de engenharia com inserção de pavimentações realizadas no último ano (2023) conforme notícia da Secretaria de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (SINFRA-MT). Como exemplo tem-se, a MT- 243 interligando a cidade de Querência ao Norte do município de Canarana; e a MT-326 de Nova Nazaré a Cocalinho. Já os municípios de Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho e Torixoréu (Mesorregião Sudeste) tiveram a conclusão da pavimentação da MT-100 com direção à Barra do Garças e a Alto Garças no ano de 2022 (Blatt, 2023).

A última observação é referente a BR-080, que liga a cidade de Ribeirão Cascalheira-MT ao distrito de Luiz Alves, no município de São Miguel, no estado de Goiás. Que, de acordo com informações extraídas do comando de política militar na região, existe um traçado com ligação até o rio das Mortes; e conforme a cartografia de transporte elaborada pela SINFRA (2023), todo o traçado até Luiz Alves se apresenta como “em implantação”.

Essa verificação da espacialização das rodovias nos permite caminhar para os resultados do quarto objetivo desta tese, referente às tendências de alternância de centralidade e de conectividade na rede urbana da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, sobretudo, porque as rodovias em si, são dotadas de objetos técnicos com elevada complexidade de engenharia, a exemplo das pontes (Figura 5), cuja função é conectar áreas com barreiras naturais como a situação encontrada no arranjo populacional de Barra do Garças.

Com as construções das pontes (imagem A) sobre o rio Araguaia, e (imagem B) sobre o rio Garças, a circulação toma dimensões aceleradas, tornando-se também um fator de proximidade territorial e intensificação das

interações espaciais numa relação de divisa entre estados. Todavia, como objeto técnico, faz-se presente nos territórios de forma desigual e combinada, de modo que os municípios e cidades que delas necessitam para aumentar a fluidez da circulação de pessoas e mercadorias, colocam-se em condição de subordinação na hierarquia urbana.

Existe uma combinação de relações técnicas para que o capitalismo se desenvolva de forma universal. E, ao se abordar a rede urbana a partir da influência de uma cidade sobre as demais na sua hinterlândia, acreditamos que a hierarquia é estabelecida pela maior ou menor combinação das técnicas determinadas pela diferença de ritmos, ou seja, os processos são desiguais no seu acontecer. Portanto, o desenvolvimento combinado seria a aproximação entre diversas etapas de produção, pelas quais as fases diferenciadas passariam por combinações, a exemplo dos saltos de formas arcaicas com as modernas. Para Lora (2021, p. 14), “o progresso e o atraso estão em inter-relação, e se condicionam mutuamente”.

Figura 5. Pontes sobre os rios Araguaia e Garças BR-070 e 158



Fonte: Acervo da autora, 2022

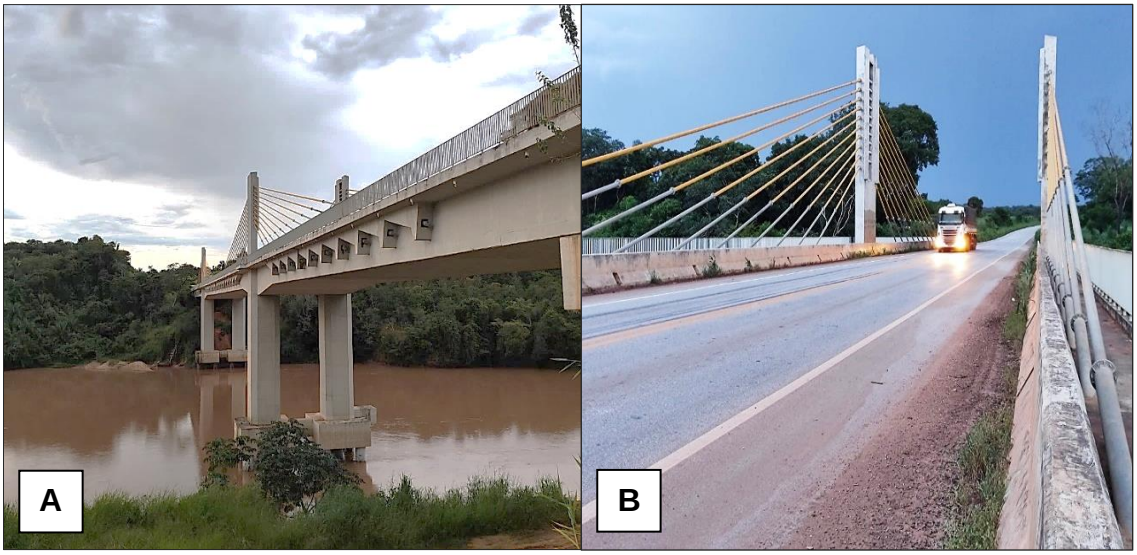
É importante destacarmos que a cidade de Araguaiana-MT, antiga sede da encampação para o município de Barra do Garças, localizada a 40 km no sentido a jusante do rio Araguaia, até hoje, não tem uma ponte que faça ligação

entre o distrito do município vizinho, Montes Claros de Goiás. A balsa é o meio técnico (Santos, 2006) para se realizar a circulação entre os dois Estados. A ponte sobre o rio Araguaia, Euder Guimarães, revela ações e intenções de atores sociais num período em que foi impulsionada a sua construção (1951-1958), do mesmo modo que se projetou as outras duas pontes (Figura 6), localizadas a aproximadamente 6 km no sentido montante dos rios, no eixo do anel viário.

Entretanto, o tempo de duração da obra das primeiras pontes, pautada por política pública de desenvolvimento nacional em 1951, é maior do que o tempo de construção das duas últimas (2018-2022), no contorno viário. Justificada pela complexidade de engenharia, e pelas distâncias percorridas no período da Fundação Brasil Central para a aquisição dos materiais para a construção civil. Foi uma obra de grande valor, pois, como escreveu Maciel (2011)

> Não é possível calcular o valor que teve a construção desta ponte, no sentido de favorecer o povoamento e o desenvolvimento econômico de ambos os estados por ela servidos, sobretudo da zona mato-grossense do vale do Araguaia. Nesta zona, a partir de então, foram surgindo, um a um, numerosos aglomerados populacionais, alguns deles depois constituídos em importantes centros urbanos regionais (Maciel, 2011 p. 14).

Figura 6. Pontes sobre os rios Araguaia e Garças no percurso anel viário

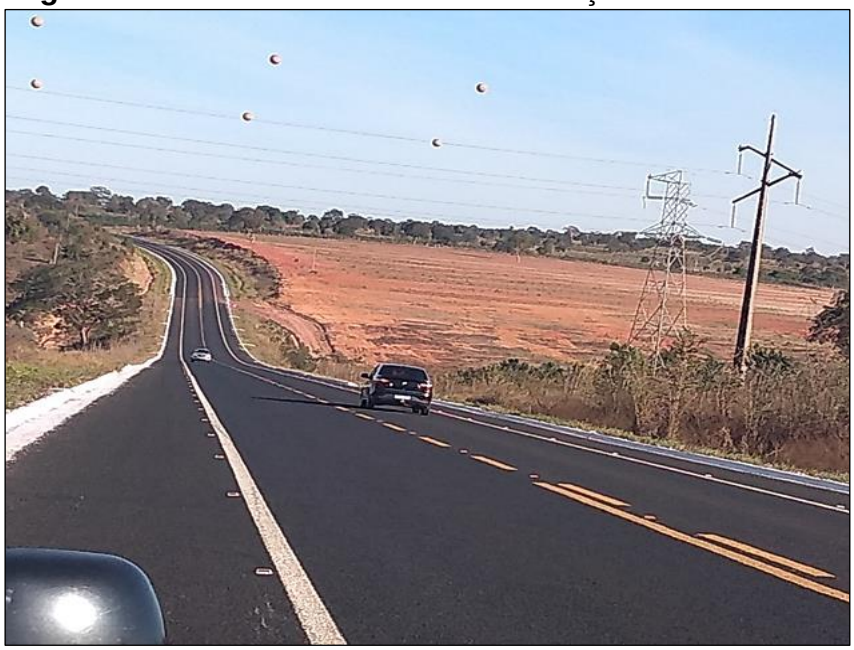


Fonte: Acervo da autora, 2022

As pontes, como objetos técnicos no espaço, são elementos que possibilitam maior mobilidade ao tráfego de veículos que escoam a produção de

commodities. Por isso, tornaram-se uma exigência de atores hegemônicos que requerem maior fluidez no tráfego das *commodities* que saem de Mato Grosso para os portos da região Sudeste ou Norte do país. A mesma situação é posta para a pavimentação das rodovias federais e, principalmente, as estaduais, a exemplo da MT-100 (Figura 7), concluída no primeiro trimestre deste ano de 2022, após praticamente quarenta anos de espera. “Espera” que muito se associa às crescentes produtividades regionais, ou seja, quando a soja (produto mais destinado ao mercado externo) começou a ser produzida em maior quantidade em regiões com menor implantação técnica, houve então, a necessidade de garantir a melhoria das redes técnicas, inclusive a qualidade das rodovias.

Figura 7. Rodovia MT-100 Barra do Garças -Torixoréu-MT



Fonte: Acervo da autora, 2022

Atualmente, os municípios cortados por essa rodovia na Mesorregião Sudeste, em específico aos municípios que estão sobre área de influência de Barra do Garças: Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ponte Branca e Ribeirãozinho, vem passando gradativamente por mudanças quanto ao tipo de suas atividades econômicas. A produção do gado de leite, em muitas propriedades, está sendo substituída pelo plantio de soja, ficando, desse modo, evidente que “esses objetos concretos tendem a alcançar uma especialização máxima e a obter uma

intencionalidade extrema” (Santos, 2006, p. 23), entendendo que a eletricidade condiciona a organização do espaço para que outras técnicas ou redes técnicas e geográficas sejam inseridas.

Sobre a concepção da rede técnica como meio e condição de fluxos, Xavier (2014, p. 337) apresenta contribuição ao afirmar que “essa fluidez possibilitou que o espaço nacional se tornasse um terreno propício para os capitais internacionais, daí novas temporalidades hegemônicas, exigentes de uma frenética circulação, instalarem-se no território”.

A partir do exposto, evidenciamos uma interdependência possibilitada pela rodovia, acompanhada de outra rede técnica, como a de energia. Escolhidas no estudo por terem sido, inicialmente, as que tiveram maior influência na configuração dessa rede urbana, numa sequência histórica dos acontecimentos. É por abrangerem um fator situacional econômico e político, que,

> enquanto instrumentos de intermediação, de intercâmbio, as redes estão fundadas no coração das operações de mercado. Assim o território onde elas se instalam informa seu conteúdo econômico e político, na medida em que a configuração espacial das redes técnicas resulta do embate político entre Estado e mercado. Nesse embate o poder público geralmente é chamado a prover o conjunto de infra-estruturas que facilitem e assegurem as melhores condições para o desenvolvimento das atividades do mercado (Silveira, 2003, p. 7).

São ações determinadas pela força do capital, exigindo “ligações necessárias para a formação de um mercado unificado” (Xavier, 2014, p.340). Essas ações promovem especializações sobre o território, ainda que espacial e temporalmente desigual, assegurando a divisão territorial do trabalho. Para Arroyo (2015, p. 41), “considerar as redes técnicas como parte dos meios de produção que possibilitam expansão da produção conforme o capital seja reinvestido, significa entender que elas participam diretamente do processo de valorização do espaço”. O que de modo geral acarreta uma competitividade por lugares ou regiões com maior oferta a infraestrutura.

A energia elétrica e a sua distribuição em redes pelo território constituem condições essenciais, é a epiderme da infraestrutura produtiva (Castilho, 2014), ainda que, como rede técnica, nem sempre aparece como elemento de modernidade, e, no composto social, tornou-se algo comum. Embora a energia

elétrica seja fonte de sustentação para as demais redes técnicas de constituição e ordenamento territorial, a má distribuição ou a instabilidade pode ser um fator de decisão para empresas (rurais e urbanas) e indústrias no momento de escolherem uma localidade para instalação. Assim como determinadas atividades econômicas só poderão ter maior rentabilidade e produtividade se o sistema de distribuição e qualidade, tanto do fornecimento quanto da energia, corresponder à demanda para as expectativas de mercado.

Em Mato Grosso, a primeira usina hidrelétrica foi instalada de acordo com histórico da biblioteca do IBGE (2022), no ano de 1928, no Rio da Casca, sobre área do município da Chapada dos Guimarães. Alguns anos depois, a distribuição de energia dessa central ficou sobre administração das Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (Cemat), autorizada para funcionar como empresa de energia em 1958 sobre a gestão do governo do Estado, que, após o ano de 1996, passou a estar sob coordenação da Eletrobrás, e mantendo parceria de intervenção de capital proveniente do BNDES.

Importante ressaltarmos que a região e o município de Barra do Garças, até a década de 1970, tinha energia produzida por geradores. A partir do ano de 1973, toda a área central da cidade já apresentava instalações elétricas com rede de transmissão, mas a energia era fornecida pela Companhia Energética de Goiás (CELG). Passou a ter um sistema de transmissão regional em rede somente após os incentivos fiscais e políticas de desenvolvimento econômico sustentados pela SUDECO e SUDAM, e a partir de 1998, por meio do sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste (Camargo *et al.,* 2002).

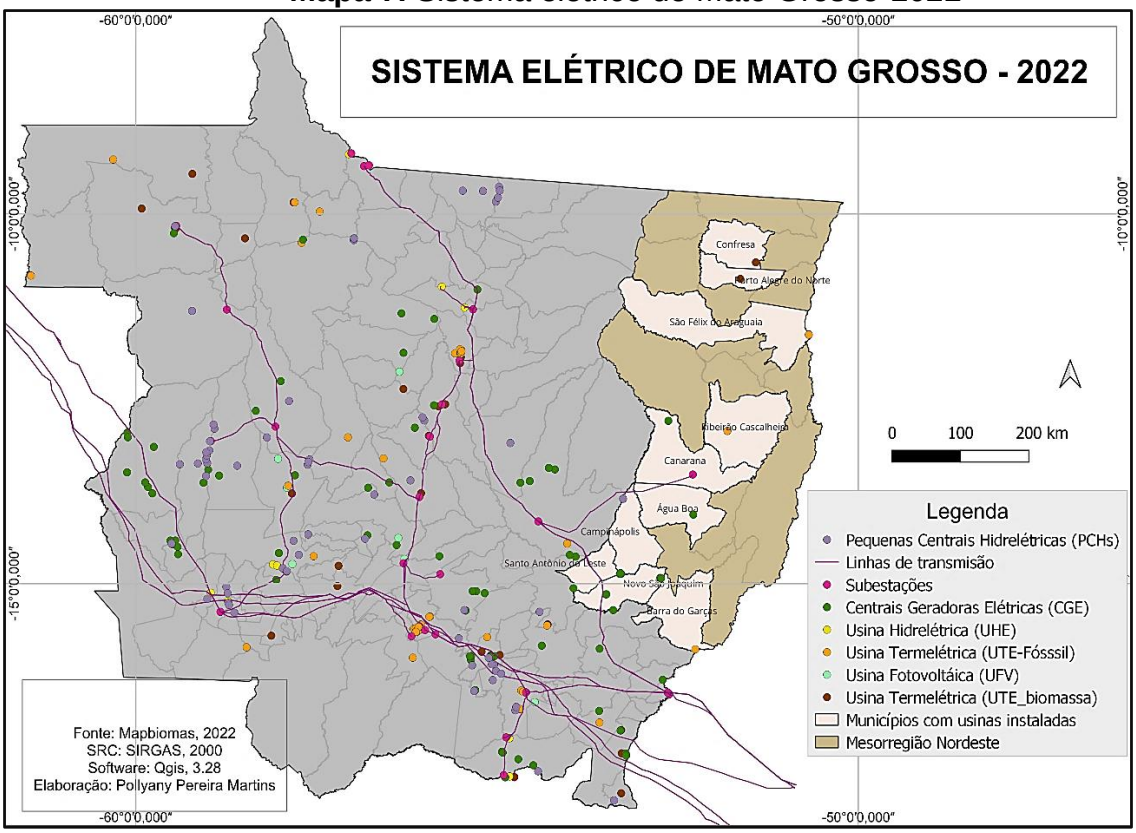
Com o sistema de geração, transmissão, transformação e distribuição ampliado, a empresa foi leiloada e comprada pelo grupo Rede, que transferiu sua gestão mediante aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no ano de 2014, para o grupo Energisa (originária da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, com sede em Minas Gerais). Atualmente, a Energisa controla onze distribuidoras em doze estados brasileiros. Conforme informação extraída do *site* da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (AGER-MT) em Mato Grosso possui atualmente um total de 215 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, gerando 3.090.648 kW de potência.

A distribuição de energia em Mato Grosso é gerida por 14 (quatorze) empresas concessionárias, por meio de 24 (vinte e seis) subestações (Mapa 7). Com predominância das Centrais Elétricas do Norte S.A (ELETRONORTE) com linhões abrangendo, principalmente, a extensão Sudeste, Centro-Norte e Oeste do território do Estado. Na Mesorregião Nordeste, há a presença de uma subestação da holding Canarana S.A. no município de mesmo nome. A origem potencial da energia é a hidráulica, apesar de o aproveitamento dos rios do Estado ser mínimo, é expressiva a quantidade de centrais geradoras elétrica e de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Através das bases de dados SIG, evidenciamos que a propriedade de muitas dessas CGE, e PCHs está associada a investidores do agronegócio.

Nos municípios de Barra do Garças, Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia, encontra-se em funcionamento uma usina termelétrica de potencial fóssil, tendo o óleo diesel como combustível. No primeiro município, a usina, pertencente ao grupo de lojas nacionais Todimo, passou a funcionar em 2012, com capacidade de 84 kWh de energia. Já no segundo Município, a usina é de concessão do grupo Energisa distribuidora de energia, operando com uso de óleo diesel desde 1993, com atual potência elétrica de 2.344,00 kW. E, no último município, a usina opera sob registro de propriedade do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA-FA); a produção é de 408 kW, com uso de óleo diesel.

Nos municípios de Porto Alegre do Norte e Confresa foi instalada uma usina termelétrica com geração energética por meio de biomassa. No primeiro, a produção de energia é realizada com uso de madeira (briquetes, cavacos, serragem); com potencial de 1.200,00 MW, de propriedade da empresa Araguassu. No último, a operação é realizada pelo grupo Gameleira, a produção potencial de 4.032,00 MW é do tipo agroindustrial, utilizando-se o bagaço da cana-de-açúcar.

Mapa 7. Sistema elétrico de Mato Grosso-2022



Fonte: Mapbiomas, 2022 **Elaboração:** Autora, 2024

A abordagem trazida no conjunto dessas redes técnicas corresponde aos aspectos elementares das políticas públicas estatais e privadas, como da composição da rede urbana regional. A infraestrutura na distribuição da rede rodoviária e das linhas de transmissão de energia determinam o movimento conjunto das outras redes (comunicação, financeiras etc.). Elas funcionam como elementos de composição de centralidade, criando nodalidade que se sustentam pelas conectividades moldadas conforme suas dimensões espaciais.

Assim, podemos afirmar que os espaços se encontram totalmente articulados quando, sobre o território, fixos e fluxos se compõem em arranjos que garantam conexões de dimensões escalares. Sem eixos de escoamento, circulação e comunicação, haverá espaços de pouquíssima participação na rede urbana. Todavia, o capital, mediante necessidade e/ou por visão de mercado sobre um território com pouca infraestrutura, cria condições para transpor qualquer barreira física, implantando meios técnicos de conexão, causando, por sua vez, recomposição na rede urbana.

3. A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO

> *Os estudos da rede urbana podem favorecer a compreensão de diferentes aspectos dos processos nacionais e subnacionais de formação socioeconômica, sendo admitidos diferentes recortes temporais e espaciais e diferentes perspectivas analíticas (Araújo Sobrinho, 2010, p. 596).*

3.1 O TRIPÉ DE ANÁLISE FUNCIONAL DA REDE URBANA

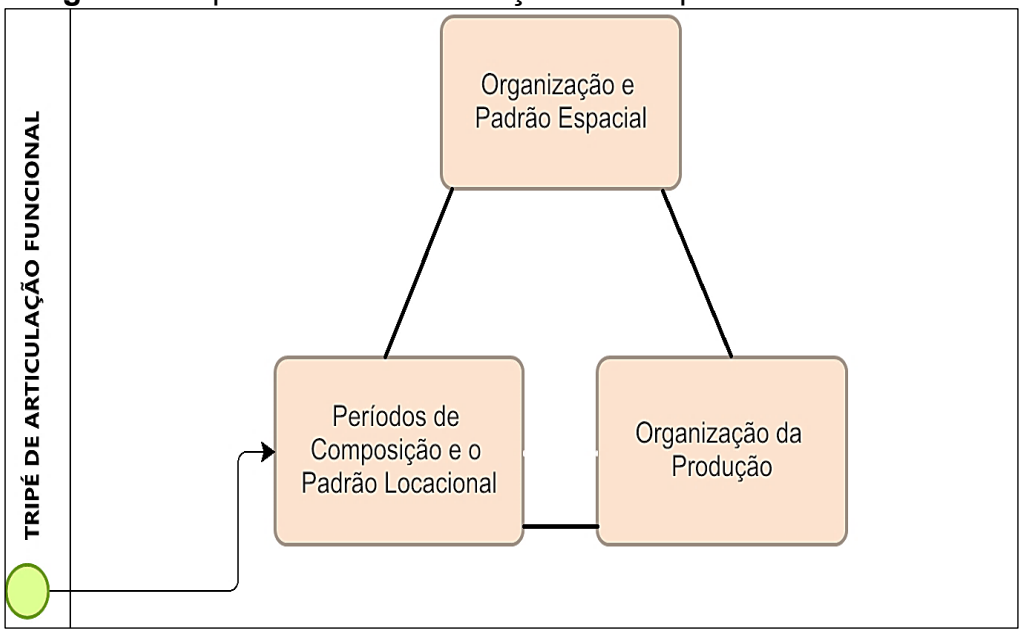
Embora se tenha delineado na introdução desta tese um esquema de composição conceitual e metodológica que auxiliasse na análise dessa rede urbana, para entender sua evolução no contexto do Arranjo Populacional e as relações com outros centros na região, precisaríamos usar fatores que favorecessem as investigações mais setoriais e, ainda, possibilitar uma aproximação de variáveis e indicadores mais relevantes para o caminho investigativo e dos resultados.

Sendo assim, três fatores fundamentais enunciados por Corrêa (1999, 2000) foram considerados com proposta metodológica no estudo dessa rede urbana, sendo: (1) período de composição e o padrão locacional, (2) organização da produção, (3) organização e padrão espacial (Figura 8). Ao considerar que existem diferentes estruturas e natureza de redes urbanas, esse tripé possibilita condição de identificar a particularidade da sub-rede e estabelecer hipóteses de novas dinâmicas estruturais, as quais estão quase sempre subordinadas às necessidades de (re)estruturação econômica, exclusiva dos agentes hegemônicos.

Os períodos de composição de uma rede urbana podem auxiliar na percepção de componentes de formação socioespacial, a exemplo da influência das técnicas, e dos processos pelos quais estiveram assentadas estruturas de poder, controle estratégico de produção, circulação, fluxos, e a configuração dos fixos, ou seja, a própria dinâmica de organização do espaço geográfico. Também é possível reconhecer evolução das interações espaciais, criadas e

estabelecidas com a cidade, e a partir do surgimento de novos centros urbanos regionais.

Figura 8. Tripé analítico da formação socioespacial da rede urbana



Organização: Autora, 2022.

A estruturação do tripé de articulação funcional facilita o entendimento do modo como empresas, indústrias e setores de serviços em geral, vão-se instalando e produzindo o espaço geográfico, principalmente o urbano, que reflete o processo e a forma como o arranjo das articulações, entre um lugar (exemplo da cidade), e destes com outros de redes diferentes, vão-se constituindo ao longo de um percurso histórico de formação da rede urbana no território brasileiro, haja vista que, “As redes geográficas não permaneceram únicas, reconhecíveis e imutáveis ao longo de um tempo em que o mundo social se transformou” (Dias, 2020 p. 4).

Os períodos de composição e o padrão locacional contribuem para a verificação histórica dessa organização social, e nos permite estudar duas escalas que são diferentes, mas complementares; já que tratamos conjuntamente da escala da rede urbana e da escala da própria forma urbana (Whitacker, 2007), ou seja, do espaço correspondente à materialidade da cidade. Esse componente contribui para avançar com observações sobre a instalação

das empresas e suas tipologias, pois é, por meio desses aspectos, que se pode entender o que o local e a região potencialmente oferecem, no sentido de agregar papéis funcionais para a inserção conectiva na rede urbana.

Dessa maneira, a centralidade tanto intraurbana quanto interurbana está assentada na estrutura do espaço de produção urbano, e por sua vez, contemplada por uma organização da produção que envolve as atividades desenvolvidas e estruturadas no espaço rural. A área de influência regional de Barra do Garças, assim como vários outros municípios da região Centro-Oeste, passou por progressivas e intensificadas alterações nas atividades econômicas desde os anos 1970. O que configura em restruturações espaciais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, as quais são pouco perceptíveis pelas pessoas em suas relações sociais com esse espaço em constantes mutações para garantir a própria reprodução social (Corrêa, 2000). A paisagem é o meio de objetivação e apreensão material ou concreta dessa construção espacial, porém, pelas suas múltiplas sobreposições de formas e fluxos nacionais ou internacionais, é difícil sistematizar a cadeia de relações entre os objetos.

Todavia, é a partir das ações de grupos sociais que processos estruturais são produzidos e reproduzidos de forma particular em localidades específicas. E esses processos estruturais são notadamente geridos por aqueles que detém o poder de conduzir as funcionalidades, seja por intermédio de políticas públicas macrorregional seja microrregional, visando os planejamentos regionais; ou por interferência direta das grandes corporações que ditam novas regras sobre aquelas já existentes e controladas pelo Estado. O que se percebe, contudo, é que o padrão locacional age como um regulador do padrão de produção.

Trazendo para a escala do interurbano, Whitacker (2007) afirma que, para o nível da rede urbana,

> há a articulação entre as situações urbanas e a combinação das localizações e situações que implicam em transformações nos fluxos e fixos de pessoas e de mercadorias. Esse processo de articulações dinâmicas das localizações e situações, que transforma uma ordem pré-existente, no atual estágio do capitalismo, pode ser chamado de reestruturação. Essa reestruturação se apresenta em dois níveis: na organização e reorganização dos espaços da produção e do consumo e nos símbolos, signos e sinais comercializados na e pela cidade (Whitacker, 2007 p. 5).

Nessa organização do espaço, está a organização da produção que se dá em tempos e espaços desiguais e combinados sobre o território, porque as redes técnicas se manifestam em intensidades e dimensões diferentes de um lugar para outro pela “combinação das relações e técnicas de produção originadas em momentos distintos da história, que definem como se realizará a produção” (Corrêa, 2000, p. 24). E isso se dá pelas formas de aplicação das atividades e uso dos solos urbano ou rurais, por grupos humanos sobre determinados espaços. Parte-se da concepção de que a organização da produção está sob forças hegemônicas das empresas, sejam elas nacionais sejam multinacionais com expressividade maior ao último tipo, enquanto o paralelo Empresa-Estado se exprime em conjunto na organização espacial.

Esses três fatores conjuntamente atribuídos para se entender a articulação funcional atual de Barra do Garças, como centro intermediário, e seu papel na hierarquia de rede urbana regional, correspondem às condições de formação dos territórios tanto para os interesses internos quanto externos de expansionismo de mercado e do capital. Assim, a formação e organização territorial foram reforçados com o processo de migrações não somente do campo para a cidade ou de cidades menores para as maiores, mas principalmente entre regiões, intensificando o processo de urbanização.

3.2 DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E CONFIGURAÇÃO DE CIDADES

Os movimentos migratórios são fenômenos que sempre existiram, porém, são intensificados no sistema capitalista, que projeta as atividades industriais e, mais tarde, a mecanização do campo, como elemento de modernização que sustentasse o crescimento econômico. Ao fazermos essa afirmação, não queremos apresentar uma ideia de que são esses os elementos exclusivos para as migrações, são quantitativamente os que mais criam força de atração. Para Beaujeu-Garnier (1980), o desequilíbrio de regiões europeias, referindo-se aos movimentos de saída de pessoas do campo para as cidades e entre cidades, mesmo fora do continente europeu, deve-se ao desenvolvimento

da indústria e dos meios de transporte, causando uma distribuição de populações.

As correntes migratórias no Brasil são movidas por quatro fatores primordiais no sistema capitalista, seguindo linearmente os diferentes períodos históricos diretamente relacionados à economia, sendo: (1) Integração territorial e ciclos de atividade econômica; (2) expansão das redes técnicas de transportes, energia e das comunicações (3) modernização da agropecuária e descentralização das agroindústrias; (4) expansão do setor de serviços, principalmente voltado para as atividades do campo, e de forma indireta, com ampliação das universidades e institutos federais.

A descoberta de recursos e a atração de lucros (Beaujeu-Garnier, 1980) foram fatores de atração que condicionaram o processo inicial de povoamento e formação das cidades do Arranjo Populacional de Barra do Garças, e de outras, em sua área de influência entre o final do século XIX e início do século XX. Mais tarde, a possibilidade de acesso à terra com custos inferiores a outras regiões e as condições de praticar as atividades de pecuária e agricultura se tornaram atrativos ainda maiores para uma população empobrecida e, principalmente, para capitalistas que buscavam centralizar poder e capital em uma região pouco explorada economicamente.

Na modernização contemporânea, ocorre uma expansão global do setor terciário, que gradativamente vai-se tornando realidade no território brasileiro em níveis e funções diferentes. Como explica Santos (2012, p. 63), “O interior se terciariza, graças a expansão do setor público e da agricultura moderna”. Ainda segundo o autor, com os programas de desenvolvimento das cidades médias, os indicadores de qualidade de vida, e de investimentos técnicos como redes de energia, água, esgoto, comunicações etc. devem ser considerados ao analisar os destinos dos fluxos migratórios.

Partindo dessa concepção, acrescentamos a presença de estabelecimentos de saúde como hospitais com leitos hospitalares, unidades semi-intensivas; e outros setores da administração pública como escolas, universidades, centros técnicos, dentre outros serviços públicos e privados, assim como o acesso à internet, e operadoras de telefonia móvel, como

componentes garantidores das comunicações. São esses alguns critérios para a escolhas de empresas pelo interior do território brasileiro, as quais, consequentemente, induzem as migrações interestaduais, intermunicipais, rural-urbano e urbano-urbano.

Dado ao contexto histórico de formação econômica do território mato-grossense e, especificamente da Mesorregião Nordeste, é possível evidenciar maiores movimentos migratórios impulsionados pela atração simbólica de uma agropecuária moderna criadora de empregos e oportunidades, e dos serviços, muitas vezes destinados a atender as demandas do setor primário, bem como as necessidades de consumo imediato de seus agentes produtores.

Entretanto, prevalece a ideia e expectativas de melhores oportunidades de empregos para um grande excedente de pessoas empobrecidas, originárias de regiões onde já ocorre uma consolidação das atividades econômicas. Não utilizando dessa maneira, o mesmo quantitativo de mão de obra que se utilizava no início das instalações, a exemplo de usinas sucroalcooleiras, de atividades industriais e/ou agroindustriais que passaram a utilizar mais tecnologia de automação, e o avanço das aplicações tecnológicas das atividades do campo. Devemos também considerar a situação de pequenos proprietários de terra que, forçados a vender suas antigas propriedades, buscam por outras regiões, em que o preço da terra é menor, assegurando-lhes a manter o seu modo de vida.

As disparidades regionais são causas relevantes para o processo migratório, e corrobora com o exposto até o momento, uma vez que, independentemente do grau de dinamismo, as áreas de produção não dispõem de mecanismos ou instrumentos que as conectem entre si. Segundo Santos (2008, p. 297), “Esses mecanismos são sobretudo da alçada do setor terciário, embora, com frequência, alimentados pelas atividades do setor secundário. É por isso que a cidade é o lugar de seu desenvolvimento”. Na concepção do autor, as desigualdades espaciais são desencadeadoras de migrações nas escalas já mencionadas anteriormente.

Para o período atual, ainda pontuamos as migrações interioranas em busca de estudos, devido à expansão dos cursos de nível superior, ou mesmo sazonais para prestação de serviços especializados etc. São várias as causas

de migração, e Beaujeu-Garnier (1980, p. 245) coloca ênfase no “descontentamento com a própria sorte econômica e em fatores psicológicos”. De acordo com a autora, numa visão planetária, a pobreza acometida pela fome e pelas epidemias seriam causa principal de emigrações. Já as migrações psicológicas, quando não se busca primeiramente o lucro, mas a liberdade política e religiosa, ou pela necessidade de se defender de perseguições, não serão arguidas, porque são condições pouco aprofundadas para o contexto do nosso recorte de estudo, e acreditamos que, em termos quantitativo, pouco influenciou na urbanização e composição da rede urbana.

Entretanto, o desemprego é uma causa extremamente relevante. Tornando-se evidente que os excedentes de mão-de-obra, qualificada ou não, são as condições que alavancam o surgimento do maior quantitativo das migrações. Como afirmam Chaveiro; Calaça e Rezende (2009, p. 106), “Em muitos casos os deslocamentos populacionais têm como motivo principal problemas socioeconômicos e também sócio-ambientais, considerando as diversidades regionais”.

O rápido crescimento populacional em determinadas regiões do interior brasileiro, expressivamente a população urbana, pode ser interpretado como consequência do que Santos (2012) denominou de inversão metropolitana. Situação em que a metrópole não para de crescer e continua sendo o grande polo econômico, mas outras áreas crescem mais rápido do que a metrópole ou a região metropolitana, o que é verificado pelo valor do PIB e do percentual de crescimento populacional.

Nessa concepção, podemos inferir que, no Estado de Mato Grosso, ocorre inversão metropolitana, com características bem expressivas para os municípios do eixo BR-163. Contudo, ao consideramos o tempo de emancipação e o percentual de crescimento populacional, por exemplo, de Querência, Confresa, e Barra do Garças na Mesorregião Nordeste, em comparação com a metrópole regional Cuiabá, esse processo, ainda que de modo incipiente, também pode ser verificado a partir do censo populacional de 2022, em que consta crescimento de 18,1% de Cuiabá, 22,4% Barra do Garças, Confresa 39,6%, e de Querência ultrapassa a 100% ao que corresponde ao total de população do censo de 2010. Todavia, esse indicador serve apenas como um

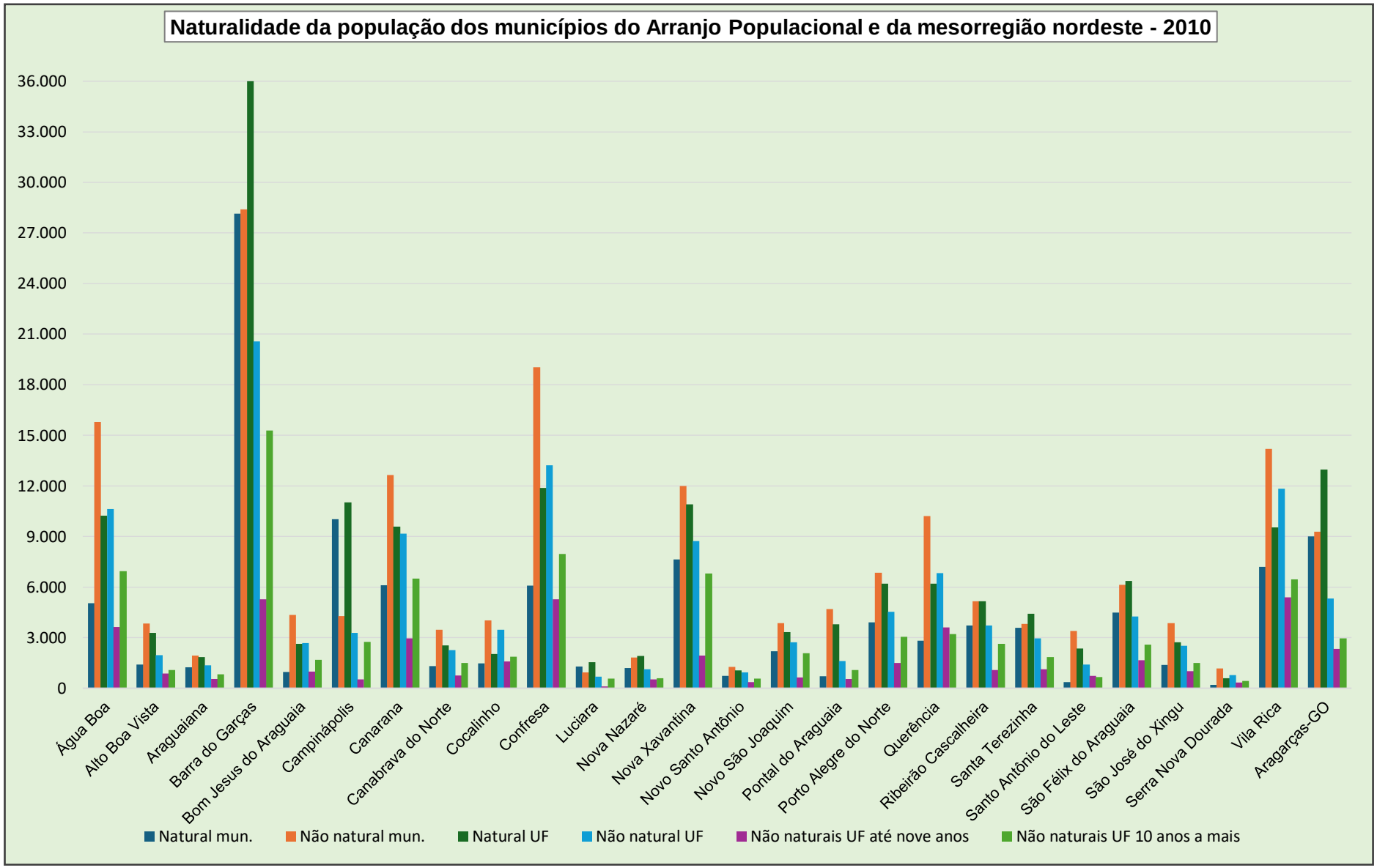
parâmetro de análise. E, no recorte deste estudo, comparar o PIB dos municípios, atualmente, ao da capital do Estado e de outros municípios do eixo citado não representaria tamanha proporção, uma vez que, economicamente, a região teve uma temporalidade mais tardia no quesito de escala de produção agrícola e de instalações das poucas unidades agroindustriais no contexto do agronegócio.

Portanto, se ajustarmos as análises com resultados das taxas de fecundidade, podemos verificar que ocorre uma dinâmica migratória interna que corrobora com os processos de urbanização das cidades em termos populacionais, principalmente, nas cidades médias em regiões de expansão do agronegócio. No (Gráfico 6), é representado a naturalidade da população dos municípios do (AP) de Barra do Garças e dos demais municípios da mesorregião, a fim de estabelecer comparação. Observamos que o quantitativo de população não natural do município é superior à população natural em praticamente todas as divisões administrativas, com exceção de Campinápolis.

Já os declarados não naturais do estado de Mato Grosso apresentam quantitativo superior aos naturais nos municípios de Água Boa, Bom Jesus do Araguaia, Cocalinho, Confresa, Querência, e Vila Rica. Quando verificamos o tempo de residência da população não natural, percebemos que em todos os municípios o período de dez anos ou mais é predominante. Apenas o município de Querência apresentou tempo de residentes de até nove anos, revelando-se um município onde o processo de urbanização está em pleno dinamismo. Esse processo de urbanização, portanto, não se mostrou presente para o município de Luciara. Porém, com menor ou maior intensidade, está presente em todos os municípios da mesorregião, com margem percentual de 50% ou superior nos três municípios do (AP) de Barra do Garças.

Tais amostras nos permitem perceber um processo de urbanização em curso, apesar dos dados censitários corresponderem ao ano de 2010, devido a não divulgação da amostra referente ao último censo de 2022 para as migrações, até o momento da escrita do texto; pode-se inferir que as cidades da Mesorregião Nordeste têm acréscimos populacionais significativos pelas migrações que são provenientes de outros municípios e unidades federativas.

Gráfico 6. Naturalidade da população por municípios - 2010



Fonte: Censo IBGE, 2010 (Resultado geral da amostra) **Organização:** Autora, 2024

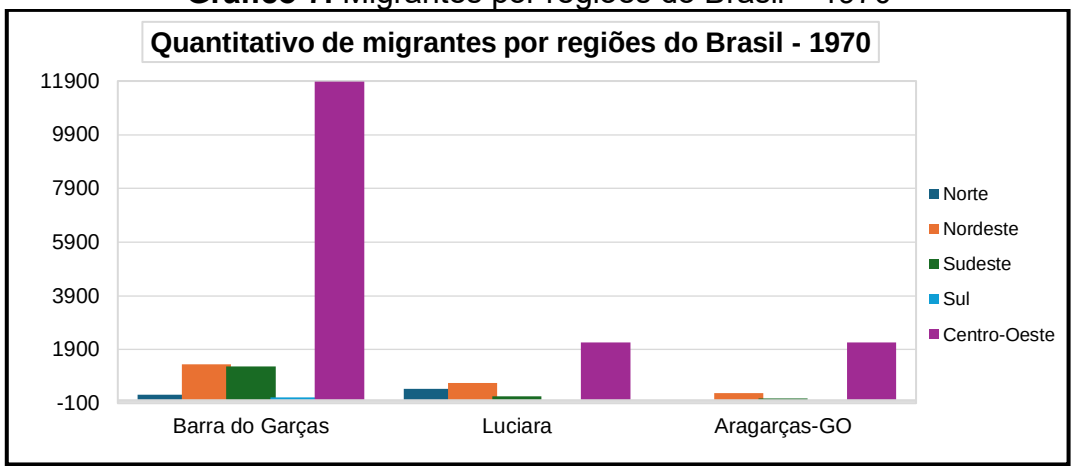
Outro fator que pode ser notado é a concentração da população em respectivamente seis, dos vinte e cinco municípios da mesorregião. Barra do Garças, por ser o segundo município criado depois de Araguaiana, continua ocupando, no censo geral de população (IBGE, 2022), a primeira colocação em números populacionais, trazido na apresentação do recorte deste estudo. Seguido por Confresa, Água Boa, Querência, Canarana, e Vila Rica.

É válido ressaltarmos que, mesmo com a concentração populacional dos centros urbanos mencionados, a criação de novos municípios entre a década de 1980, e os últimos criados, nos anos 2000, acarretaram, além de perda territorial, que estabelece novas reorganizações regionais com o aumento de pequenos centros urbanos, a perda populacional mediantes novas distribuições de população (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

A “redistribuição” de população de alguns municípios para os novos, pode configurar períodos de estagnação de crescimento demográfico nos resultados dos censos do IBGE e, consequentemente, torna-se um fator que influencia tanto na formação quanto na composição hierárquica da rede urbana sub-regional. Essa perda de população pelas migrações intermunicipais pode ser a resposta para o menor percentual de crescimento relativo, principalmente, de Barra do Garças e Aragarças nos censos de 2000 a 2010 e 2022 para a última.

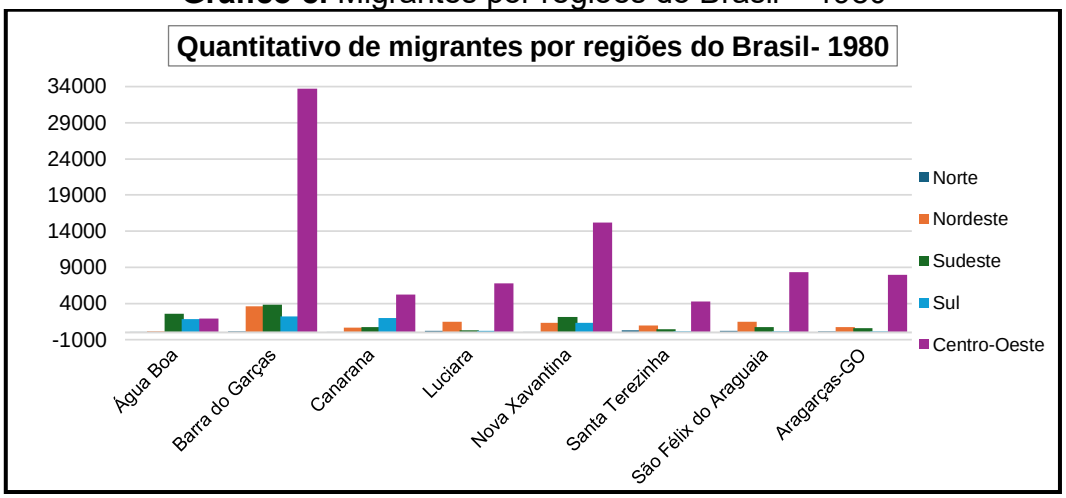
Entretanto, ao mesmo tempo que ocorrem as migrações intermunicipais, estão em fluxo as interestaduais, que, de certo modo, contribuíram para o processo político de criação dos novos municípios, haja vista que, entre as populações empobrecidas, estão migrantes que são potenciais atores na reprodução de territórios, dentre os quais podemos destacar proprietários de terras, comerciantes, investidores em mercado de terras urbanas, profissionais liberais etc. Os (Gráficos 7, 8, 9, 10 e 11) revelam o quantitativo dos migrantes de cada município da Mesorregião Nordeste, conforme naturalidade informada para as cinco regiões geográficas. A periodização do surgimento dos municípios é mantida, de modo a possibilitar a identificação cronológica do surgimento de cada um, bem como a espacialização trazida com os mapas seguintes.

Gráfico 7. Migrantes por regiões do Brasil – 1970



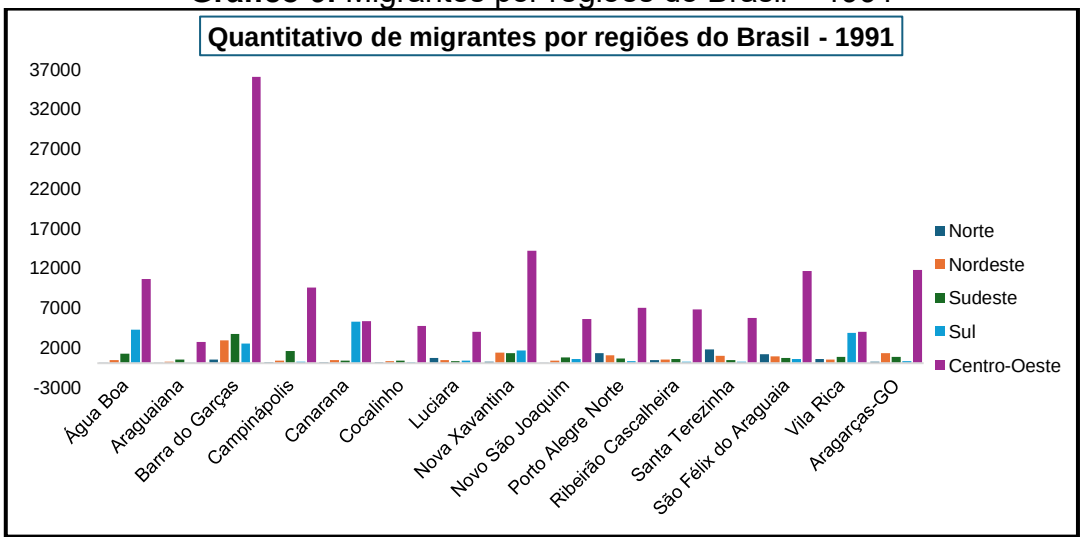
Fonte: Censo IBGE, 1970 **Organização:** Autora, 2024

Gráfico 8. Migrantes por regiões do Brasil – 1980



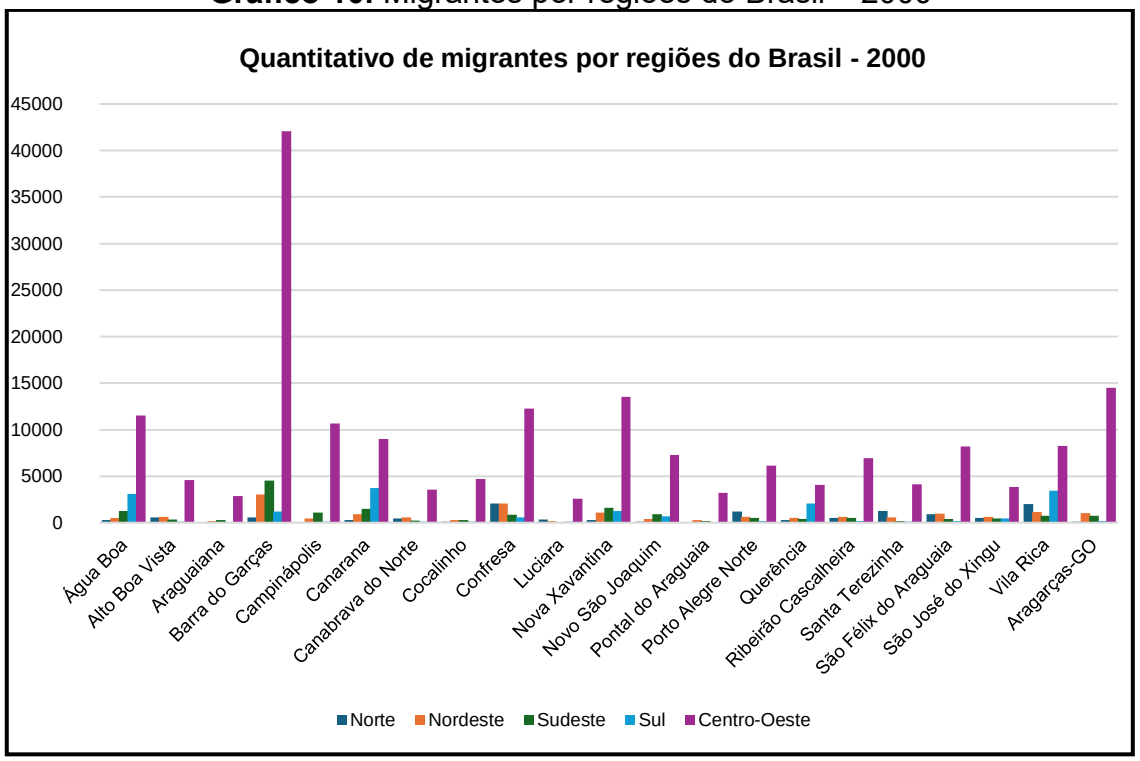
Fonte: Censo IBGE, 1980 **Organização:** Autora, 2024

Gráfico 9. Migrantes por regiões do Brasil – 1991



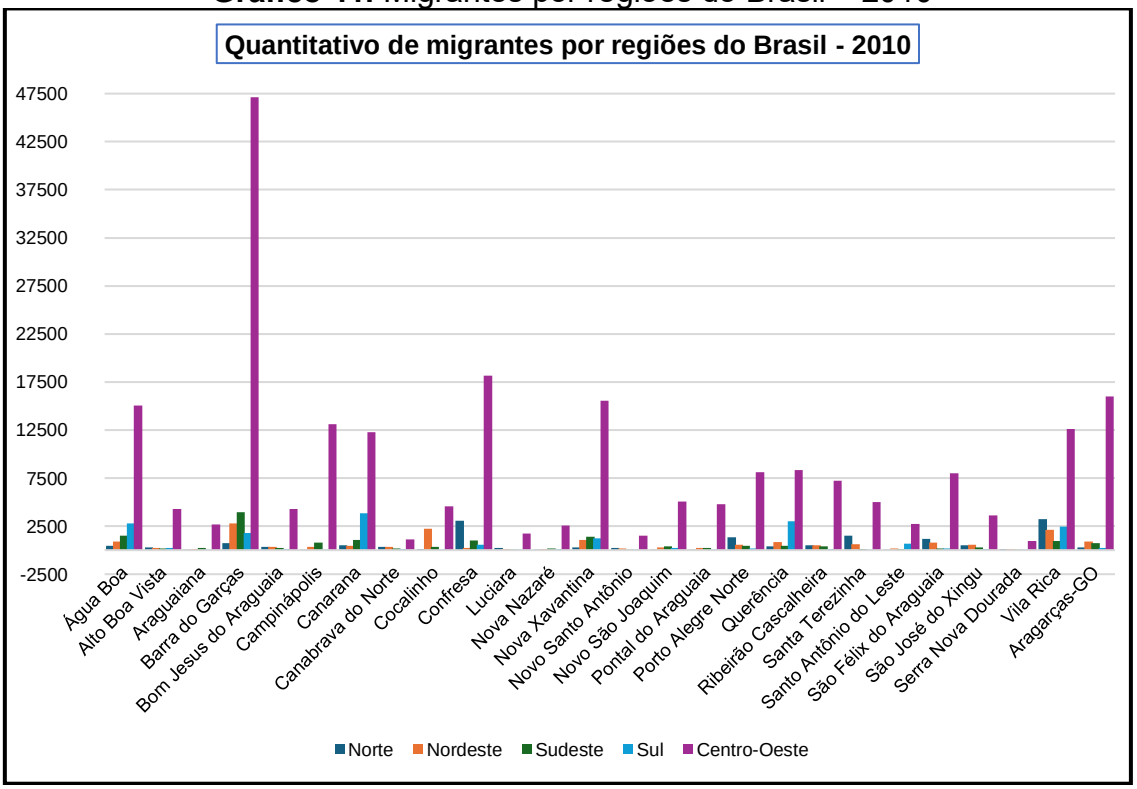
Fonte: Censo IBGE, 1991 **Organização:** Autora, 2024

Gráfico 10. Migrantes por regiões do Brasil – 2000



Fonte: Censo IBGE, 2000 **Organização:** Autor, 2024

Gráfico 11. Migrantes por regiões do Brasil – 2010



Fonte: Censo IBGE, 2010 **Organização:** Autora, 2024

Após a sistematização das amostras do quantitativo de migrações e suas origens, verificamos que os saldos migratórios se elevaram gradativamente entre os anos 1980 e 2010, no (AP) de Barra do Garças e na mesorregião com o surgimento dos novos municípios. Para todas as décadas apresentadas, a região Centro-Oeste aparece como a principal região dispersora de população, tendo o próprio estado de Mato Grosso, seguido pelo estado de Goiás como principais locais de residência anterior. Em 1970, com apenas dois municípios, os migrantes eram provenientes das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte.

Já nos anos de 1980, o quantitativo de migrantes da região Norte é significativamente reduzido, e os migrantes da região Sul compõem uma nova frente migratória para a região, tendo os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná como principais dispersores. Barra do Garças, seguida por Nova Xavantina, Água Boa, e Canarana, foram os primeiros municípios a terem um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Os dois últimos municípios foram basicamente construídos pela força política desses migrantes, assegurados, de certa maneira, pelas atividades desenvolvidas no campo, com a agropecuária. As atividades urbanas com comércio, por exemplo, no (AP) de Barra do Garças são poucas. Diferente situação ocorre nas sedes dos municípios nos quais a população reconhece como sendo “cidades criadas por gaúchos”, muitas vezes, por descuido ou desconhecimento, não fazem a distinção da população paranaense.

Na década de 1991, o embrião da rede urbana da Mesorregião Nordeste começa a tomar forma pela organização hierárquica referente à centralidade de oferta de bens e serviços das quatorze cidades existentes no período. As migrações provenientes das regiões Sul e Centro-Oeste são mais expressivas do que as da região Nordeste na maioria dos municípios, com significativa presença de migrantes da região Sudeste.

Para os anos 2000, o cenário das migrações se mantém, com presença de migrantes das cinco regiões apenas em Barra do Garças, Vila Rica, Água Boa e Canarana. No primeiro município, os migrantes vindos da região Sudeste superam os do Nordeste, Sul e Norte, com pessoas vindas em maioria dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Já o segundo município tem maior

quantitativo de pessoas vindas da região Norte, especificamente dos Estados do Pará e Rondônia.

E, por fim, nos anos 2010, a mesorregião dispõem de mais cinco novos municípios. São eles: Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada, Santo Antônio do Leste, e Santa Cruz do Xingu. O quadro de origens das migrações sofre alterações apenas para esses municípios, nos quais a origem dos migrantes é da região Centro-Oeste, com predominância quase que exclusiva de Mato Grosso e Goiás. A exceção fica para Santo Antônio do Leste, que também teve migrantes do Sul, Norte, Nordeste.

Como podemos perceber, o reordenamento territorial e político-administrativo da mesorregião é muito recente se comparado a outros estados ou mesmo regiões no próprio estado de Mato Grosso, o que resulta em uma rede urbana recente e ainda em processo de consolidação das centralidades e hierarquias. Com exceção dos municípios de Barra do Garças e Aragarças, como conjunto de cidades do Arranjo Populacional, os demais municípios têm gênese de formação voltadas para atividades agropecuárias. A maneira pela qual a região foi se configurando espacialmente sob o comando, e regras estabelecidas pelas novas sedes administrativas e, principalmente, pelo uso corporativo dos territórios no sentido de estabelecer crescimento econômico e desenvolvimento regional demonstra a existência do acontecer solidário nas suas três formas (Santos, 2005).

No período técnico-científico-informacional ocorre a modernização de áreas urbanas ou rurais pela informação especializada, o que promove as similitudes das atividades, que, por sua vez, condicionam as contiguidades locais. Assim, no acontecer homólogo, constitui-se do uso generalizado da informação nesses espaços de produção social. Já o acontecer complementar e hierárquico são nas palavras do autor:

> O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo [...] O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização, que tendem a ser concentrados e obrigam-nos a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e a vida do espaço [...] No acontecer homólogo e complementar, o território atual é marcado por um cotidiano compartido mediante regras que são formuladas e

> reformuladas localmente. Quanto ao acontecer hierárquico trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e complementar, temos o domínio das forças que são localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas [...] um centripetismo do outro (Santos, 2005, p. 140).

A difusão técnica sobre os territórios em maior ou menor intensidade conduziu o processo de reestruturação pela qual vem passando a sub-rede urbana regional como resultado das reestruturações das cidades (especificamente as do AP de Barra do Garças) e do campo. O contexto leva aos seguintes questionamentos: sob quais fatores esses processos de reestruturação dos territórios ocorrem? Quem os determina? Como as novas solidariedades se fazem presentes nessa composição de formas, processos e funções? Conforme o autor, quem normatiza e impõe racionalidade as redes é o mercado mundial equilibrado pelo neoliberalismo, considerado segundo braço da globalização. As solidariedades vão se fazer na contiguidade e vizinhança, asseguradas, portanto, pelas horizontalidades que o próprio sistema capitalista torna enfraquecida.

Ao verificarmos as formas como o processo produtivo dos setores econômicos são efetuadas, e como a política de financeirização de capital tem se expandido nos países mais pobres, percebemos que a união horizontal, proposta pelo autor anteriormente citado, dispõe-se de frágil intensidade, acometendo geralmente grupos fragmentados de atuação econômica, como as cooperativistas de produção ou financeiro, consórcios intermunicipais de saúde (mais comum), e a distribuição e comercialização de produtos do campo ou cidade entre os centros da região, intermediados por empresas dos setores primários e terciário respectivamente. Contudo, o que vem-se reforçando com as ideologias da necessidade da presença de grandes empresas nos territórios, para o seu desenvolvimento, é uma verticalização cada vez mais articulada, independente da desordem ocasionada.

A urbanização e as mudanças de papéis das cidades foram-se alterando à medida que os centros urbanos se ampliaram (em extensão do espaço urbano de alguns centros, como no aumento do número de centros na mesorregião), devido ao crescimento populacional impulsionado não só pelas migrações

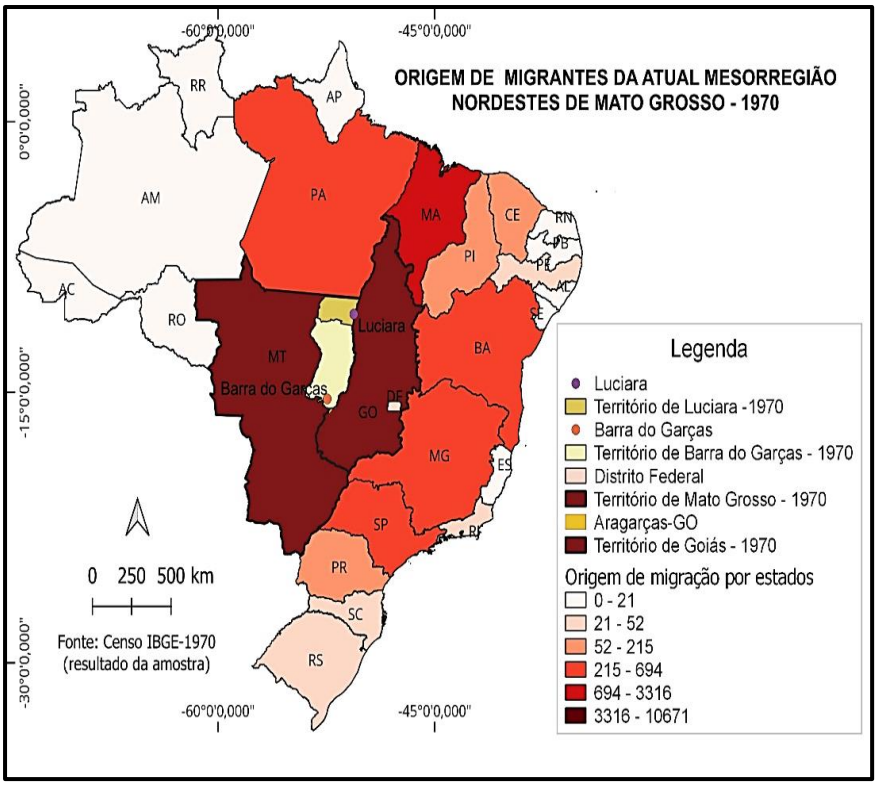
intermunicipais, mas, principalmente, pelos fluxos migratórios interestaduais. Situação que também desencadeia mudanças no papel de Barra do Garças, como principal cidade do arranjo Populacional, e maior polo regional. Após identificação das regiões de maior dinamismo migratório, os (Mapas 8, 9, 10, 11 e 12) trazem a espacialização dos estados que mais tiveram perdas populacionais para a Mesorregião Nordeste de Mato Grosso numa análise geral.

Percebemos que, na década de 1970, a rede urbana regional não dispunha de uma sub-rede interligada, a mesorregião estava composta por dois municípios, Barra do Garças (no médio Araguaia) e Luciara (no baixo Araguaia). A BR-158 não estava completamente implantada, dados apresentados por Dalosto (2018), apontam as etapas da implantação, finalizada até o trecho da divisa com o estado do Pará somente no ano de 1980. Quanto às migrações interestaduais, os estados com maior número de migrantes eram Mato Grosso, seguido por Goiás, Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e São Paulo, Ceará, Piauí e Paraná.

Em 1980, tem-se uma formação embrionária da sub-rede urbana, o território gradualmente vai-se fragmentando e dando origem a novos centros políticos-administrativos como: São Félix do Araguaia (1976), Água Boa (1979), Canarana (1979), Nova Xavantina (1980), e Santa Terezinha (1980). Ocorre uma diminuição de migrantes vindos do estado do Pará, e um crescimento dos fluxos migratórios vindos do Rio Grande do Sul. Em 1991, o estado do Tocantins, recém-criado, compõe os estados que mais se destacaram em número de migrantes (os mesmos da década anterior) acrescido pelos Estados do Amapá e Mato Grosso do Sul. Os mais recentes municípios eram: Novo São Joaquim (1981), Campinápolis (1986), Cocalinho (1986), Porto Alegre do Norte (1986), Vila Rica (1986), Ribeirão Cascalheira (1988) e Canabrava do Norte (1991).

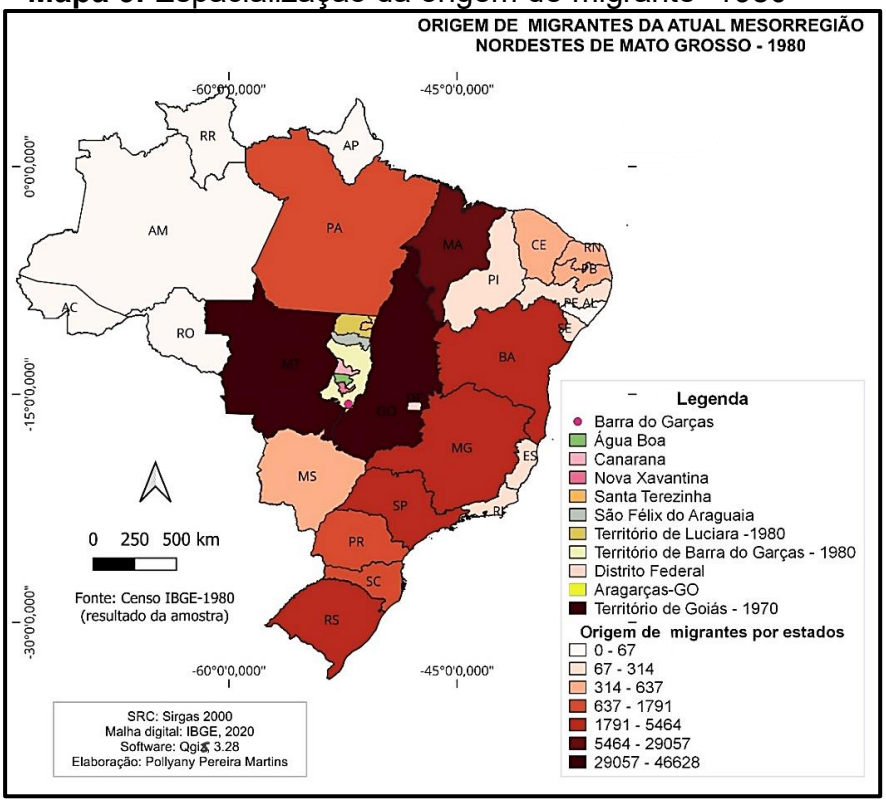
No Estudo da REGIC (1993), Barra do Garças estava classificada como centralidade de nível médio com área de influência expandida para a Mesorregião Sudeste de Mato Grosso e Sudoeste do estado de Goiás, abrangendo um total de vinte municípios. A cidade de Confresa tinha influência regional estendida para o município de São Félix do Araguaia; Vila Rica sobre o município de São Félix do Araguaia, e Redenção no Pará.

Mapa 8. Espacialização da origem de migrantes – 1970



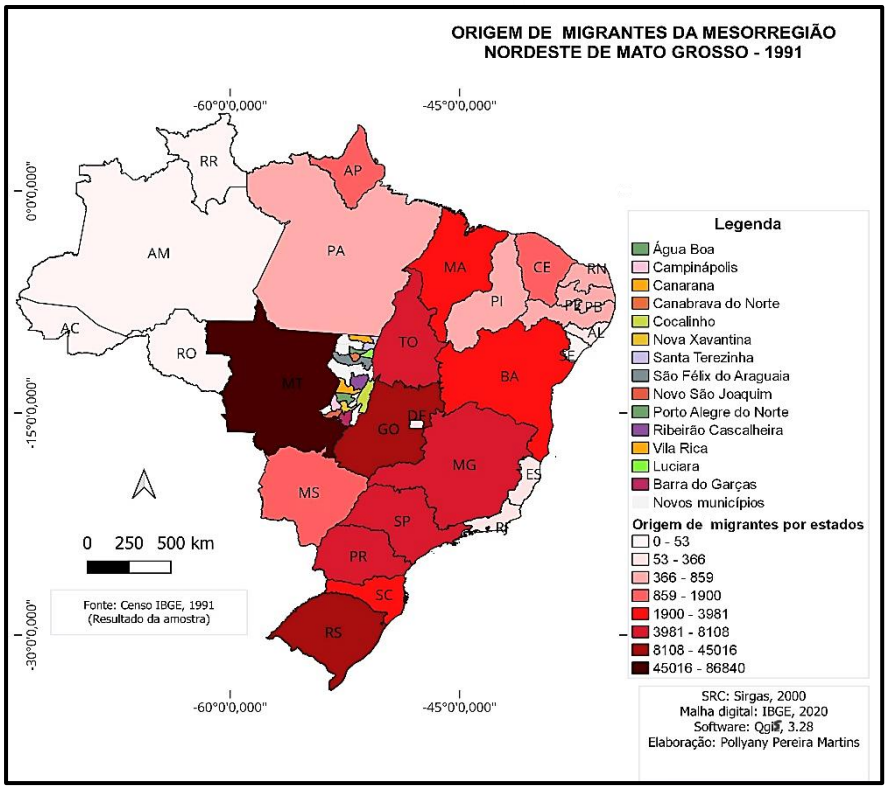
Elaboração: Autora, 2024

Mapa 9. Espacialização da origem de migrante- 1980



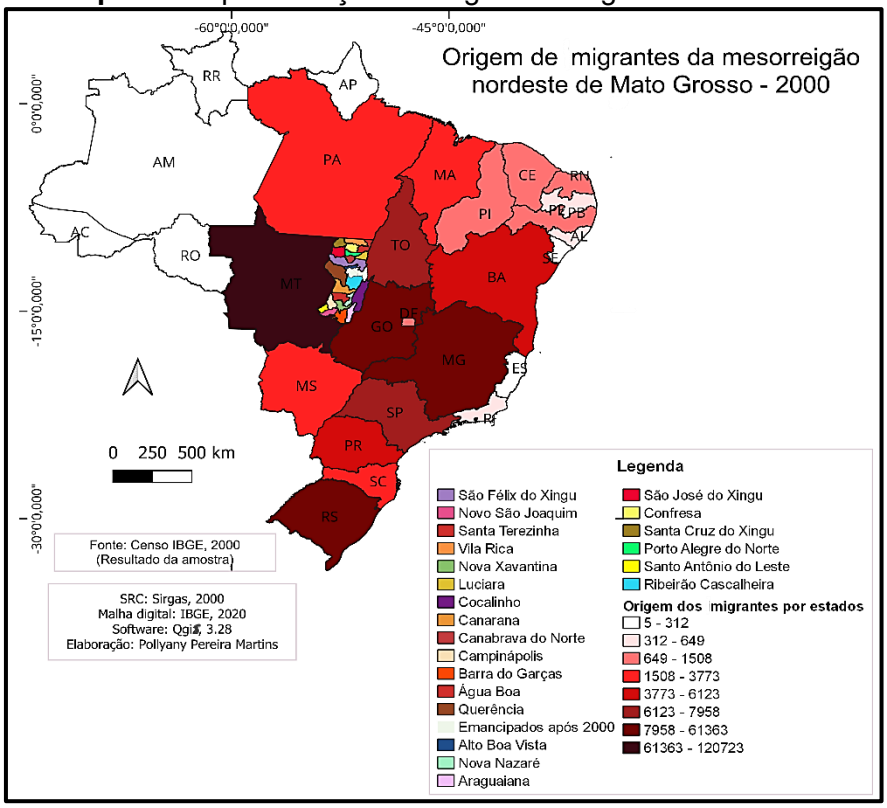
Elaboração: Autora, 2024

Mapa 10. Espacialização da origem de migrantes – 1991



Elaboração: Autora, 2024

Mapa 11. Espacialização da origem de migrantes – 2000



Elaboração: Autora, 2024

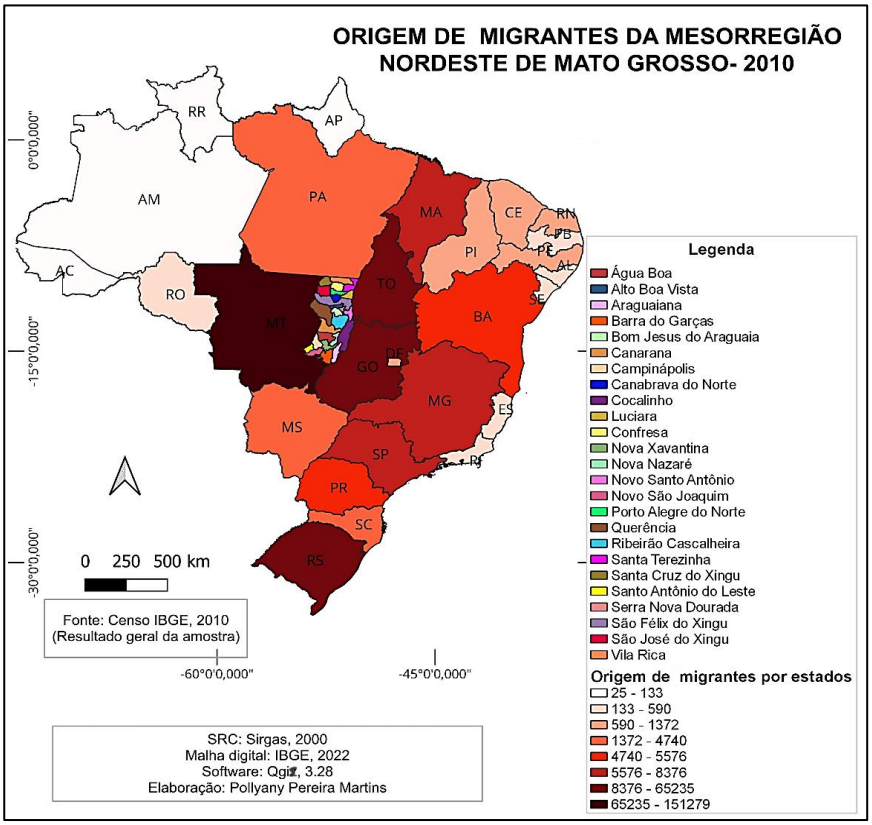
Em 2000, o número de migrantes vindos de Minas Gerais foi superior aos vindos de Tocantins e de São Paulo; equiparando-se em proporção quantitativa a Goiás, e Rio Grande do Sul. Porém, Mato Grosso continua dispersando mais migrantes para a região de estudo. Nessa década, muitas usinas sucroalcooleiras se instalaram na região do Triângulo Mineiro e Sudeste de Goiás. Uma das hipóteses é que muitas propriedades que produziam soja, gado leiteiro e de corte foram vendidas ou arrendadas para essas empresas, e novas propriedades foram adquiridas ao longo da extensão da Mesorregião Nordeste mato-grossense para a continuidade dessas produções. Tal condição é posta principalmente para proprietários mineiros ou goianos de médias e pequenas propriedades, pelas condições de “ilhamento”, as quais muitas dessas propriedades ficavam condicionadas.

Uma segunda hipótese que se direciona para todos os estados é a migração de pessoas que buscaram instalar comércios, prestar serviços, e um significativo número de profissionais públicos estaduais, municipais e federais empossados por meio de concursos. O número de cidades e municípios passam para o total de vinte e dois, com mais oito novos centros urbanos, a saber: Araguaiana (1988), Alto Boa Vista (1991), Confresa (1991), Querência (1991), São José do Xingu (1991), Santo Antônio do Leste (1998), Nova Nazaré (1999) e Santa Cruz do Xingu (1999). Ampliando a área de influência regional imediata e intermediária no estudo da REGIC (2007), com a seguinte classificação: Um centro sub-regional A, de nível (3A) composto por Barra do Garças; dois centros de Zona B (4B) formado pelos municípios de Água Boa, Confresa e Vila Rica.

A última década que se tem registros disponíveis pelo IBGE referente a dinâmicas migratórias corresponde ao censo de 2010. No período, o cenário praticamente se mantém para os estados de maior dispersão, com uma leve participação de Rondônia. A mesorregião de estudo passa a assumir certa complexidade na rede urbana, totalizando vinte e cinco municípios e centros urbanos cujos papeis são alterados por conta das reestruturações produtivas. É importante destacarmos que o fato de ter sido necessário finalizar os dados de dinâmica migratória com os dados referentes ao censo de 2010 não constitui uma limitação da pesquisa, outros dados estatísticos presentes no corpo da tese, também não são do último censo de 2022, por questões já relatadas em seções

anteriores. Assim, esperamos que a falta de dados mais recentes sejam condições para novas pesquisas.

Mapa 12. Espacialização da origem de migrantes – 2010



Elaboração: Autora, 2024

Os mapas aparecem como recurso de observação, análise e reflexão sobre as oscilações quanto aos períodos de repulsão de população de cada estado, bem como aqueles que tiveram pouco movimento de perda populacional atribuída ao processo migratório para essa porção do território mato-grossense. Para a representação espacial dos estados, somamos o total de pessoas de todos os municípios da mesorregião conforme o total de cada unidade federativa. Procedimento diferente dos gráficos, em que somamos as pessoas das unidades da federação correspondentes às grandes regiões brasileiras.

Contudo, a identificação da evolução territorial dos centros devido às fragmentações e à criação de novas cidades sedes, é uma condição metodológica de compreensão da natureza da rede urbana pela qual o AP de

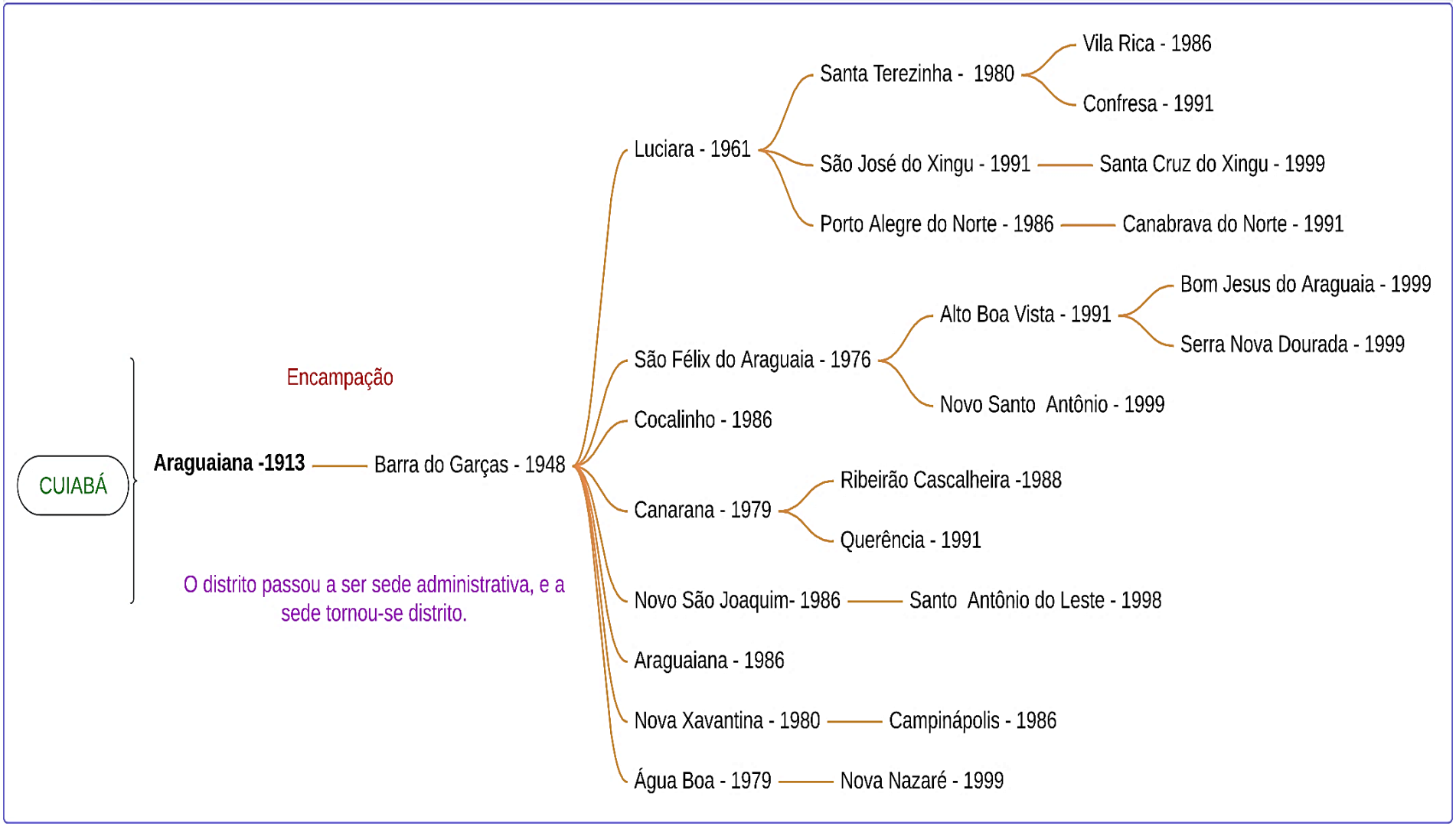
Barra do Garças apresenta posição de maior hierarquia na rede. As correntes migratórias são importantes no sentido de percebermos a composição do povoamento e os diferentes períodos pelos quais os territórios foram recebendo as populações. As origens de residência anterior dos migrantes tanto do AP de Barra do Garças quanto dos municípios, que surgiram após a década de 1980, é predominantemente urbana.

Os centros maiores, com melhores infraestruturas e diversificação funcional, concentram o maior quantitativo do fluxo migratório. Consequência de um processo de urbanização sob três eixos de crescimento populacional: (1) migrações intermunicipais urbanas e rurais; (2) migrações campo-cidade dos próprios municípios; (3) migrações interestaduais urbanas e rurais. Dessa maneira, o fenômeno da urbanização atua como um processo organizador dos territórios e da região, “orientando seu ordenamento e evolução socioespacial” (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019). Portanto, algumas cidades terão centralidades mais densas asseguradas por uma centralização de fixos e fluxos, como pela associação da produção e do consumo de bens e serviços; tornando-se centros principais e/ou polos de atração regional.

A divisão territorial do trabalho, apesar de compor um fator determinante na organização desses arranjos territoriais administrativos, pensando desde o seu planejamento político e econômico, ainda permanecem sendo reordenados de modo a possibilitar a promoção não só das interações espaciais entre os centros urbanos, mas também de garantir competitividade produtiva no que abrange os recortes espaciais das horizontalidades e verticalidades (Santos, 2006).

No organograma (Figura 9), verificamos a gênese de emancipação dos municípios e consequentemente das cidades sedes, vinculadas a cada centro a que se encontravam “subordinados”. Assim, a distribuição e as frentes migratórias foram ocorrendo conforme os territórios se fragmentavam. houve municípios com gênese vinculada pelo desmembramento territorial de dois ou três municípios, a exemplo de Confresa, desmembrado de Santa Terezinha, Luciara e Porto Alegre do Norte.

Figura 9. Organograma da Gênese de emancipação dos municípios da mesorregião nordeste



Fonte: IBGE Cidades, (2024) **Organização:** Autora, 2024

Cabe ainda ressaltarmos que nessa concepção de crescimento demográfico na rede urbana, ocasionado por uma redistribuição da população, Matos e Braga (2002), e Lobo (2010), afirmam que a continuidade da rede urbana em regiões do Centro-Oeste é bem recente. “As migrações contribuem de forma significativa, mediante criação de novos núcleos economicamente densos, para o desenvolvimento de atividades urbanas” (Matos; Braga, 2002, p. 33). E ainda nas análises de Lobo (2010),

> [...] pelo menos três aspectos são essenciais nesse reordenamento das correntes migratórias: o crescimento da emigração metropolitana, os ganhos migratórios dos centros urbanos de porte intermediário, e a intensificação das trocas de população entre os municípios de pequeno porte (Lobo, 2010, p. 133).

Os dados evidenciam tais condições de contribuição da migração para a formação territorial e crescimento demográfico dos centros urbanos da Mesorregião Nordeste. As localidades de origem dos migrantes retratam que as distâncias relativas foram sendo a cada década, eliminados pela implantação de rodovias, melhorias na logística de transportes rodoviários, e aumento no número de linhas e empresas de transporte coletivo, sobretudo, a redistribuição de populações ao longo do sistema urbano cria condições de vantagens às cidades no apogeu do processo de urbanização.

E ainda, “Os fluxos de capital e trabalho começam a convergir para as cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico” (Lobo, 2010, p. 118). Como visto, a dinâmica migratória é uma condição que está mediada pelas contradições existentes no processo de construção social do espaço, sendo um componente assegurador de centralização pela saída de pessoas e empresas principalmente de áreas metropolitanas para centros com significativo papel econômico, e potencial de desenvolvimento regional.

3.3 CENTRALIDADES INDUZIDAS

Partindo da concepção de que o espaço geográfico é uma construção social, e de que “é sobre a rede urbana que recai o processo de circulação de

capital, circulação essa cada vez mais complexa, invisível as vezes" (Corrêa, 2023, s/p)[45], seria relevante pensar em centralidade induzida para algumas situações de cidades e sua respectiva influência regional?

Entende-se que o espaço geográfico em seu movimento dialético está constantemente mediado por algum tipo de força. E assim sendo, desencadeia aos elementos existentes induções constantes, que são reforçados por uma determinação social no decorrer dos processos criadores das formas e conteúdos. Em outras palavras, o que determina uma sociedade são seus interesses, ideologias, necessidades. Assim as cidades enquanto espaços construídos se fizeram pela transformação da natureza passando a ser um produto de valor, intensificando tais condições após as revoluções industriais. Esse valor é determinado pelo uso do solo, pelos equipamentos públicos disponíveis, pela infraestrutura adequada, por sua posição geográfica em relação a disposição de rede de fluxos, pela sua capacidade de oferecer bens e serviços essenciais.

Considerando a realidade de Barra do Garças-MT, a centralidade intraurbana e principalmente interurbana enquanto componente da urbanização, não está associado apenas a localização do centro e a quantidade dos componentes comerciais e de serviços existentes, mas, pela intensidade dos movimentos gerados pelos deslocamentos de pessoas, capitais e produtos, resultantes não somente da funcionalidade atribuída, mas de um conjunto de fatores e interesses que partiram das condições espaciais, da necessidade de articulação regional para a reprodução do capital gestados, concomitantemente, por dois aspectos de base social ou instâncias, como prefere Santos (2005), o político e o econômico.

O que se põem enquanto análise e proposta reflexiva são as condições pelas quais uma centralidade torna-se induzida no contexto intraurbano e, pelas relações interurbanas na composição de uma rede urbana. Assim algumas inquietações são deixadas de modo a alavancar o debate sobre a composição de determinadas centralidades como: Por que há a perda de centralidade de um centro ou cidade em prol de outro em determinado período? Quais os motivos

[45] Palestra proferida em mesa redonda e disponibilizado no formato online (live) pelo canal do Youtube.

de surgirem expressivo quantitativo de cidades médias com centralidades em dimensões proporcionais, as quais tomam a competitividade como fator de impulsão regional?

Há sempre um determinante que é movido por ações e decisões sociais, um ou mais atores em prol de um planejamento de desenvolvimento regional, acompanhado por políticas públicas. De modo que a reprodução do capital se utiliza dos espaços da cidade e dos investimentos já postos, ou lhes asseguram novos investimentos que ao serem instalados reforçam as centralidades que já existiam, e com isso, potencializam a reprodução de novos valores como uma consequência imposta pelo acelerado tempo de mercado, ou seja, da necessidade hegemônica de adquirir retorno financeiro em menor tempo.

Ao nos sustentarmos pelas convicções Lefebvriana, entendemos que a centralidade é originária da forma urbana, e, embora coexista e se componha no centro como localização de uma área específica na cidade, faz-se de modo diferente. Como um componente do fenômeno urbano e da morfologia da cidade, o centro se produz em um ponto específico, podendo expandir espacialmente dentro de um contexto temporal criando diferentes centralidades intraurbanas.

Um recorte terminológico interessante é apresentado por Vasconcelos (2012, p. 531), após ler explicações da geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier em torno da noção de “centralidade” e “centro”. Em sua interpretação, o centro é visto não como um ponto, mas como um lugar em que extensão e importância relativa variam conforme condições específicas. Para o autor, é somente no período pós Segunda Guerra que os avanços nos estudos urbanos foram maiores, vindo, posteriormente, esses estudos a serem desenvolvidos pelas correntes teorética e crítica.

É pela corrente crítica que Santos (2012) busca, dentro de uma ordem metodológica, tecer considerações a respeito da organização urbana e redes. E, a priori, já apresenta pareceres de que, numa escala de grande país ou continente, as redes urbanas estariam mal ligadas entre si. Ao falar sobre a rede urbana, descrevendo sua gênese e limite, o autor deixa claro que a revolução dos transportes possibilitou quebrar a rigidez antes existentes por uma hierarquia

urbana. Deixando explicito as condições de tempo-espaço dos centros de rede, que são condicionados por uma estrutura social.

Assim, entendemos que a enunciação que propomos de centralidade induzida deveria ser entendida como sendo um tipo de centralidade que passou por intensa e planejada ação de diversos agentes, os quais estiveram sob constante mediação de interesses hegemônicos nacionais e internacionais, bem como de agentes públicos que asseguraram infraestrutura do território por meio de políticas de desenvolvimento tanto nacional como regional, garantindo beneficiamentos para aquisição de propriedades fundiárias tanto no espaço da cidade quanto do campo. Desse modo, a centralidade parte de uma indução significativa para sua produção, que é antes de tudo social, porém movida por interesses políticos e, principalmente, econômicos.

A centralidade se caracteriza como sendo propulsora do movimento urbano, ou seja, é o processo da materialização do evento urbano sobre uma expressão territorial que é o centro ou os subcentros da cidade. Os fluxos e fluidez são componentes essenciais que sustentam as duas escalas de centralidade: a intraurbana, que diz respeito ao espaço interno da cidade; e a interurbana que se refere à disposição dessa centralidade para um recorte espacial maior, abrangendo uma região, numa articulação com outras cidades menores dentro de um sistema de rede urbana. Nesse sentido, arriscamo-nos a apresentar uma discussão conceitual que possibilite pensar uma nova proposição, a de centralidade induzida.

Recorrendo a uma concepção conceitual, Raffestin (1993) apresenta o conceito de centralidade como sendo:

> A existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações, que fundamentam diferenças específicas [...] é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: um ‘topo’ e uma ‘tensão’. Topos e tensão que persistem, enquanto estiverem ligados, e que dinamicamente se traduzem por movimentos centrípetos ou centrífugos [...] os lugares centrais, escondem uma realidade mais profunda: resultam da probabilidade diferencial das nodosidades humanas que fazem emergir uma relação de poder com o local [...], porém, a centralidade pode se tornar marginalidade e vice-versa, num dado lugar (RAFFESTIN, 1993, p. 187 - grifo nosso).

Sendo a centralidade construída por agentes sociais num tempo-espaço, seus componentes serão produzidos mediante interesses e necessidades de

atores que dispõem de maior poder sobre a produção dos espaços e, por sua vez, do ordenamento do território. Ainda para Raffestin (1993, p. 193), “a centralidade pode ser parcial ou total [...], pode ser política, econômica, cultural, mas também pode ser só política, só cultural, ou apenas cultural”.

Nessa linha de raciocínio, Pereira (2012, p. 10), ao tratar da centralidade como categoria para se entender a dinâmica do urbano e a relatividade do conceito, esclarece que a “centralidade pode ser aferida em diferentes escalas geográficas, expressando relações socioespaciais que se manifestam desde delimitações territoriais de pequeno porte até o plano mundial”. Um ponto importante a ser mencionado é que os fluxos são conduzidos por uma divisão territorial e da concorrência no interior do conjunto dos setores produtivos, o que, na visão de Egler (2010), estabelece condições para que as cidades se organizem de modo hierárquico quanto ao nível do sistema urbano, apresentando-se dessa maneira particularidades específicas dos núcleos que se integram.

A ideia de complemento conceitual, ou mesmo, nova expressão posta em discussão, parte da concepção de que a centralidade induzida seria criada e reforçada por diferentes determinantes. Assim, pode ser, em princípio, no sentido da rede urbana, analisado na escala interurbana em três situações[46]: a) expansão territorial do mercado; b) planejamento e ordenamento produtivo; c) política interna de especialização dos setores da economia.

Os caminhos que trouxeram a essa proposição analítica partem de uma releitura conceitual, bem como do contexto histórico de formação e gestão do núcleo urbano de Barra do Garças-MT, seguido da criação de uma articulação regional em escala mesorregional, promovida de forma significativa por ações estatais e privadas, as quais asseguraram um modelo de desenvolvimento regional voltado, especificamente, para a modernização das atividades do agronegócio, agroindústrias, comércio e serviços.

[46] Silveira (1999, p. 27) define como situação geográfica “Nó de verticalidades e horizontalidades, a situação não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas também um conjunto de relações. É uma combinação que envolve, de um lado, fragmentos e solidariedades vizinhos porque constituída de pedaços contíguos de sistemas de objetos e das ações emanadas de um trabalho comum e, de outro, vinculações materiais e organizacionais longínquas e mais ou menos alheias ao lugar, como as redes e as formas de consumo e produção globalizadas”.

Esses arranjos territoriais passaram a ser uma condição do processo de urbanização que se sustentou pelas políticas de produção dos centros urbanos brasileiros e do desempenho de cidades médias em prol de um crescimento econômico. As políticas estatais são, na visão de Bernardes (2023)[47], frentes essenciais na composição de centralidades, uma vez que o mercado imobiliário sozinho dificilmente conseguiria, na criação de uma centralidade, funcionar de forma adequada.

No decorrer do texto, aparecem classificações tipológicas dos elementos determinantes de centralidades urbanas. São elas: atividades agropecuárias, industrialização e urbanização entendidas como fatores sociais e históricos; já o fator geográfico tem como elementos: o território e a localização; o fator político compõe-se de políticas públicas e estratégias geopolíticas; e por fim, o fator econômico com o elemento: sistema econômico ou de produção.

Outros fatores desencadeadores do que denominamos de elementos indutores poderiam ser elencados, porém, para iniciar uma discussão, recorreremos apenas a estes, de modo que seja suscitado inquietações e reflexões para o aprimoramento e surgimento de novos argumentos sobre a influência das cidades médias asseguradas em específico, pela(s) centralidade(s) regionais e/ou interurbanas.

3.3.1 A cidade e suas escalas de centralidade

A cidade “centraliza as criações” (Lefebvre, 2001 p. 111). Nela, tudo que é pensado, criado e, portanto, materializado pelo trabalho na sua relação humana com a própria natureza, é atraído e concentrado. A presença do mercado se torna condição essencial, e ocorre em diversas escalas do local ao global, em que todas as atividades produtivas sejam elas: culturais, econômicas, políticas são agrupadas e setorizadas, apresentando especialização ao centro urbano.

[47] Cláudio Bernardes, vice-presidente do Secovi-SP, diz que: “Apesar de ter uma função importante dentro do desenvolvimento de uma cidade, o mercado imobiliário não é, de forma solitária, responsável pela indução desse processo” (Estadão, 2023, p. 1).

Logo, a cidade, mediada pelas ações sociais, constrói seu núcleo de acontecimentos e vivências citadina. Lefebvre (2001) traz como sendo uma condição pela qual se cria a situação urbana assentada pela forma dos centros e centralidade urbana, vista como uma tendência espaço-temporal. Isso porque a centralidade se firma pelos distintos modos de produção, diferentes relações de produção, e nitidamente com a presença perigosa ou não do Estado, sendo às vezes um ator que assegura a repressão do acontecer cotidiano, uma vez que,

> Atrás da aparência e sob transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a política. Até nova ordem, ao urbano nunca falta um lado repressivo, que provém do que nele se esconde, assim como a vontade de manter os dramas velados (Lefebvre, 2001 p. 113).

Nessa trama de produção social do espaço da cidade, há os interesses predominantes de uma elite que condiciona os modelos de uso do solo urbano a partir de apropriação privada da terra e dos estabelecimentos provedores do consumo e, portanto, dos deslocamentos que asseguram os fluxos. Assim, o tecido urbano toma formas e conteúdos que estão diretamente associados a objetivos que assegurem uma reprodução do capital, que ocorre por meio de atores como: imobiliárias, proprietários fundiários, construtores, comerciantes, prestadores de serviços especializados, donos de indústrias, e agentes do poder público, uma vez que, para se “realizar a acumulação do capital, é necessário que haja a mediação, por parte do poder público, na constituição/implementação de infraestruturas que possibilitem as relações capitalistas” (Silva, 2001, p. 113).

Embora o fazer cotidiano por meio do trabalho social produzam as atividades ofertadas pelas cidades no seu contexto urbano, operacionalizando o dinamismo do comércio, serviços diversos, lazeres, e a própria produção da indústria, é a força e poder da sociedade política que perpetua sobre as decisões que são diretamente refletidas na estrutura e reestruturação do urbano. Tais atuações determinam níveis de centralidades diferentes que não se fazem apenas a extensão do tecido intraurbano de maior especialização, estende-se para uma dimensão regional estabelecendo graus de maior ou menor centralidade numa hierarquia de cidades a qual vai compondo sub-redes ou redes urbanas nas suas múltiplas escalas.

Isso ocorre, porque a centralidade é um processo dialético que se manifesta pela necessidade de concentração numa dinâmica que se compõem por pares opostos, concentração/dispersão de pessoas, produtos e capitais. Nesse viés conceitual de estruturação urbana, Silva (2001) afirma que:

> A estruturação urbana deve ser entendida enquanto processo de modificação contínua das estruturas urbana, sendo estas, apenas recortes temporais dessa dinâmica. A produção e (re)produção do espaço urbano se faz de forma coletiva, mas sua apropriação se faz de forma privada onde ocorre o consumo do/no espaço, com caráter seletivo (Silva, 2001, p. 111).

A centralidade interurbana se dá pela conjuntura e níveis do centro principal de uma cidade e dos seus subcentros. É a partir da funcionalidade exercida perante necessidades dessa sociedade, dos interesses de grupos políticos ou de capitalistas locais, representados por comerciantes, produtores rurais da “moderna agricultura” (responsáveis pela garantia das *commodities* destinada à exportação), e pelos donos das indústrias instaladas ou a serem instaladas, que a centralidade se intensifica condicionada por forças indutoras.

As redefinições de centralidade interurbanas ocorrem do mesmo modo que as intraurbanas, porém, por abranger uma extensão territorial para ocorrência dos fluxos muito maior, e depender de forma abrangente de decisões voltadas para a gestão dos territórios, de modo a garantir uma melhor divisão territorial do trabalho, e acesso com menor custo de tempo e deslocamento, elas se tornam mais lentas numa escala temporal.

Bueno (2016, p. 7), ao escrever sobre a centralidade interurbana assegura que “o debate da centralidade requer a análise da acessibilidade aos equipamentos e aos serviços urbanos, o que permite vislumbrar a lógica das localizações presentes nos deslocamentos das pessoas por meio de transporte individual ou coletivo”. O autor também afirma que a globalização é um fenômeno que condicionou novas dinâmicas para as cidades, as quais passaram por redimensionamentos.

As (re)definições das formas e estruturação espacial do tecido urbano ocorre ao mesmo tempo em que as comunicações também se aperfeiçoam, garantindo além das conexões imateriais, uma sensação de “encurtamento” das

distâncias pelas facilidades de circulação e menor tempo gasto ofertado pelas vias de circulação material, assegurando maiores

> [...] possibilidades de conexões múltiplas entre as urbes de diferentes dimensões (populacional, econômica etc.) [...] as complexidades das interconexões citadinas ensejam a construção e reconstrução de territórios na rede urbana, potencializando o processo construtivo da centralidade intraurbana (Bueno, 2016, p. 8).

Dessa maneira, a centralidade interurbana ocorre a partir da atração que uma determinada cidade, na condição de polarizadora, dada a sua oferta de serviços diversos e atividades comerciais ampliados, proporciona deslocamentos diários ou constantes de população de áreas adjacentes, ou municipalidades circunvizinhas em raios de influências particulares a cada região. Por haver centralidades em dimensões diferentes na rede urbana, ocorrerá a interação de centralidades pelos fluxos que se tornam permanentes entre elas, pela necessidade da troca e do consumo.

Assim, as reestruturações urbanas se dão ao mesmo tempo das reestruturações regionais, pois a cidade atualmente se projeta para atender às exigências que são postas pelas modernas atividades do campo, induzindo uma produção do espaço da cidade que tende a oferecer maior

> especialização funcional pela oferta de um determinado serviço por uma cidade ou por uma fração espacial, **o que** acaba por dinamizar os deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações, quer na escala intraurbana, quer na interurbana (Bueno, 2016 p. 12 grifo nosso).

Para Mello; Mello e Orrico Filho (2016 p. 3), “sob o enfoque conjuntural, centralidades resultam da interação de ações e projetos e do jogo de interesses dos elementos que interagem no espaço da cidade”. Esse processo de integração e desenvolvimento conduziu as articulações territoriais e regionais à medida que a urbanização se colocava como elemento de impulsão das atividades a serem geridas na/e a partir das cidades como centros de decisões e poderes, “uma realidade em processo permanente de transformações” (Santos, 2005, p. 56).

Ao apresentar a situação geográfica como fonte analítica, Silveira (1999, p. 27) acredita que a “situação permitir-nos-ia encontrar as mediações entre o mundo, seus eventos e a vida nos lugares”. Assim, as centralidades

interurbanas, na formação da rede urbana regional, são resultantes das condições pelas quais cada centro urbano está sendo constantemente alterado. Essas alterações estão representadas pelos eventos organizacionais. A centralidade induzida é, então, resultante das ações conjuntas na produção do espaço, pois a centralidade é resultado de concentrações produzidas no espaço por grupos sociais em diferentes épocas.

Dessa maneira não se faz igual na escala do intraurbano, e mais desigual se fazem na escala interurbana. Esse processo da/na cidade “reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho” (Sposito, 1988, p. 77).

Na produção do espaço da cidade, a centralidade no seu processo de construção, torna-se o componente urbano gerador de hierarquia e, portanto, estabelece desigualdades visíveis na expansão desse espaço, nas suas construções materiais, referindo-se a edificações, sobretudo, sociais. O conteúdo é sustentação da centralidade intraurbana ou interurbana, se este desaparece, esvazia-se o espaço.

Oliveira Júnior (2011, p. 70), ao falar de novas expressões de centralidade em cidades médias, assenta suas discussões nos conceitos defendidos por Sposito (1991), referente às centralidades múltiplas (novos centros) e à centralidade cambiante (diferentes horários e dias da semana em que ocorre concentração e circulação nos espaços na realidade intraurbana). As análises realizadas pelo autor sobre a transcendência da centralidade para o plano interurbano complementam o discurso abordado, nesse texto quando ele afirma que a multiplicação de centralidades no espaço da cidade condiciona processos de reafirmação da centralidade de cidades na rede urbana, haja vista que, quanto mais diverso for a centralidade intraurbana, mais se elevará a dimensão de centralidade na escala do interurbano.

Nesse caso, o papel do subsistema político está em modificar um modelo já posto de produção, consumo e distribuição de recursos. Para Santos (2005),

> a forma como o Estado se comporta em cada um desses domínios conduz a um resultado diferente no tocante à organização do espaço nacional. O próprio Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia, do mesmo modo que a ele se devem as

> orientações primordiais no domínio da cultura e as possibilidades, maiores ou menores de manifestação ideológica. Além disso, através da repartição das infraestruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas, sobre o espaço nacional (SANTOS, 2005, p. 67).

Cada vez mais as novas centralidades estão se incorporando de equipamentos e ou estabelecimentos que podem garantir e acender padrões e necessidade de consumo que contribuam com a atual conjuntura da reprodução do capital seguramente mantidos pela intensidade dos fluxos, seja em sua estrutura material ou imaterial. O que nos estimula a entender que centralidade induzida pode ser uma expressão a ser utilizada quando a análise parte pelo modo como os processos se deram e continuam a ocorrer mediante ações estratégicas de atores que decidem as superestruturas.

Mesmo sendo estas superestruturas instâncias criadas pelas diferentes classes sociais, há um predomínio do poder de decisão daqueles que detém o controle do capital, e com isso condicionam (re)estruturação do espaço e dos territórios voltados a interesses específicos, nem sempre sobrepostos em suas dimensões políticas, econômicas, sociais ou ambientais. De forma que, a presença de elementos criadores de centralidades começa a aparecer enquanto infraestruturas para a projeção de uma determinada cidade regional intermediária (média), que também aparece sustentada por uma proposta de planejamento que assegure a nível nacional, melhor distribuição demográfica e (re)estruturação econômica. Atribuindo novas dinâmicas funcionais para as cidades, principalmente, médias e pequenas na rede urbana regional.

3.3.2 Composição espacial e temporal da centralidade

O processo de construção da centralidade de Barra do Garças e dos centros urbanos. que compõem seu Arranjo Populacional (REGIC, 2018), pode ser entendido a partir dos seguintes indicadores: (1) processo histórico e econômico de formação; (2) contexto de crescimento urbano e populacional para a realidade regional, conforme trazido por (Hassenpflug, 2007); (3)

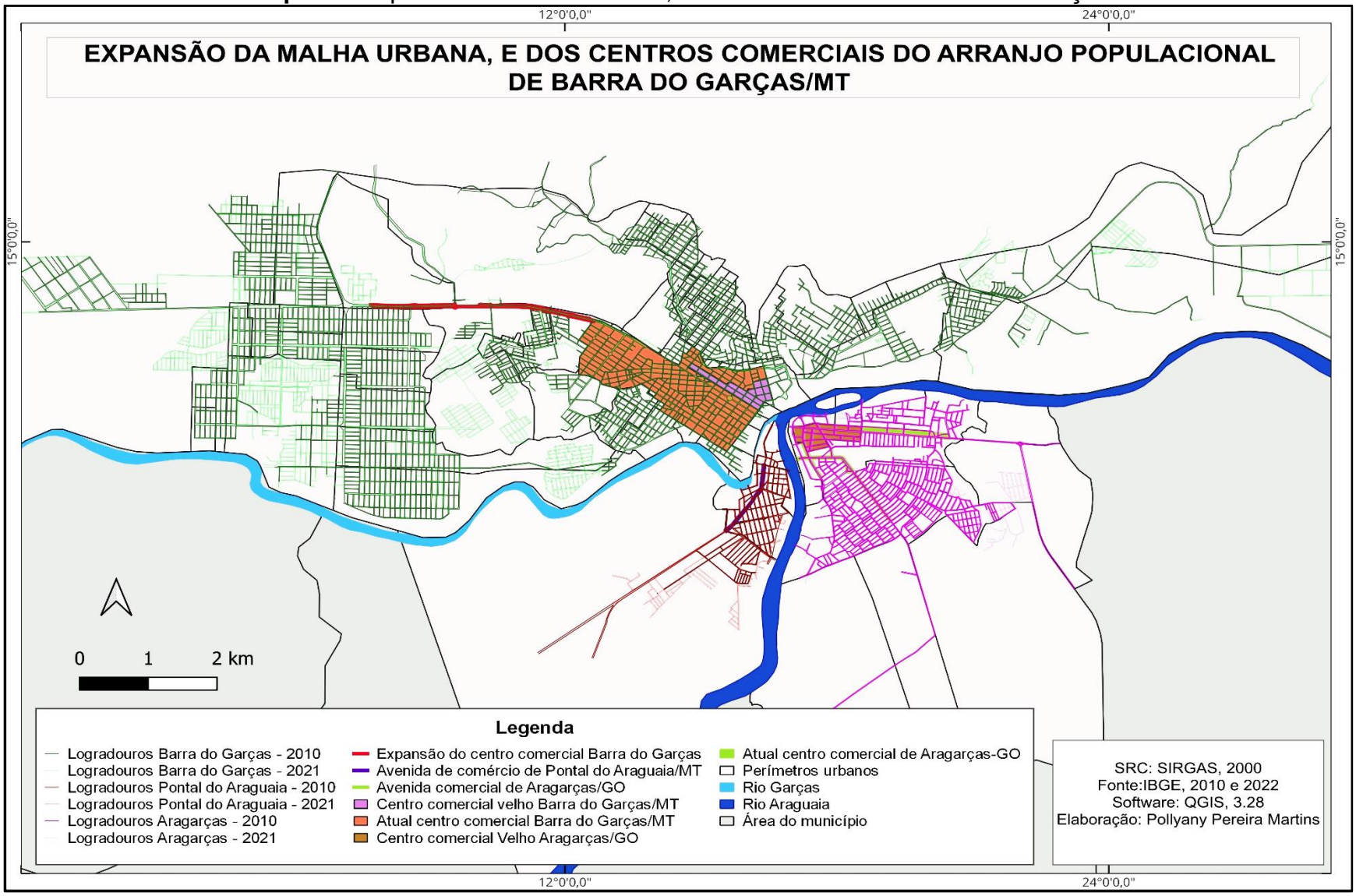
especializações produtivas e funcionalidades urbanas; e (4) expansão da malha urbana e do centro comercial (Mapa 13).

Esse percurso analítico possibilita maior compreensão sobre a atuação de atores na organização e reestruturação de centralidade, que ultrapassa o limite da escala intraurbana, constituindo-se pela própria produção do espaço urbano. Nessa escala intraurbana, a gênese de centralidade se dá a partir do seu centro, ou centros em expansão ao consideramos as novas configurações territoriais de cidades médias com tendências a multicentralidades.

A proporcionalidade da centralidade de um centro também pode ser verificada pelo tamanho das áreas da cidade e do seu limite urbano com o rural, ao considerar que, quanto maiores as áreas urbanizadas, mais densidades urbanas existem. Do total das cidades dessa região, apenas oito têm extensão urbana superior que 5,00km². A maior área urbanizada é representada por Barra do Garças com 30,27km², junto a Pontal do Araguaia com 2,26km² e Aragarças/GO 5,71KM². Em seguida, temos: Confresa com 12,95km², Canarana 11,21km², Água Boa 10,79km², Querência 9,41km², Nova Xavantina 8,05km², São Félix do Araguaia 5,47km² e Vila Rica 5,01km². Esse indicador não deve ser considerado isoladamente, uma vez que cidades muito espraiadas como Barra do Garças podem ter quantitativo populacional inferior a uma cidade como Água Boa, que tem seu espaço urbano mais concentrado.

Com a representação cartográfica, podemos identificar a localização do tecido urbano e a direção da (re)produção dos centros comerciais e de serviços das três cidades, mas especificamente de Barra do Garças por compor maior centralização de empresas, e instituições governamentais, garantindo-lhe maior gestão pública e empresarial sobre o território. Importante ressaltarmos que o centro “velho”, como popularmente referenciado ou primaz, é facilmente delimitado em extensão de área; quanto pelas rugosidades visíveis na paisagem urbana desta última cidade, e de Aragarças/GO. Pontal do Araguaia, com emancipação mais recente, dispõe apenas de uma avenida com pequena concentração de empresas com instalações prediais modestos.

Mapa 13. Expansão da malha urbana, e dos centros comerciais e de serviços



Fonte: IBGE, setores censitários e faces de logradouros 2010 e 2022 **Elaboração:** Autora

As primeiras áreas comerciais de Barra do Garças não perderam totalmente sua centralidade, os edifícios e infraestruturas foram sendo projetados conforme exigências do dinamismo atual. A modificação está relacionada aos usos comerciais, hoje voltados ao lazer, alimentação, pousada, e um estilo boêmio, principalmente para turistas, embora, ainda mantendo o uso residencial tanto na cidade mato-grossense como na goiana. Vale ressaltarmos que o dinamismo desses centros é assegurado pelos agentes públicos e privados locais, pelas suas conexões proximais históricas, e pela condição de divisa entre estados. As atividades voltadas ao turismo e atrações culturais, também são componentes essenciais na manutenção do dinamismo desses centros.

Portanto, numa lógica de acessibilidade e de expansão do uso da terra urbana, o atual centro comercial, principalmente, de Barra do Garças, constituiu-se pela necessidade de “dispersão de atividades para outras localizações” (Bueno, 2016, p. 8). O que assegurou uma centralização de lojas de vestuários, material de construção, farmácias, supermercados, hotéis, sorveterias, lojas de caça e pesca, papelaria, cosméticos e acessórios estéticos, lojas de eletrodomésticos, utilidades domésticas, artesanatos, restaurantes, agências bancárias, escritórios de contabilidade, advocacia, galerias, concessionárias de veículos, estabelecimentos de saúde, oficinas mecânicas (principalmente de ônibus e caminhões), pet shop, lojas de materiais para o campo, loja de informática, loja de produtos elétricos, a instalação do Barra center shopping, dentre outros. Tal necessidade se deve pela busca por maiores espaços pelos estabelecimentos principalmente as redes de farmácias, hotéis e atacadistas, os quais procuraram se fixar, especificamente, na avenida Ministro João Alberto (BR- 070 sobreposta pela BR-158), principal via de acesso de ambas as cidades Barra do Garças e Aragarças.

O fato de muitas empresas requererem áreas maiores, politicamente são influenciadas a se instalarem no sentido do crescimento do tecido urbano dessas cidades, embora a cidade de Barra do Garças, pela sua centralidade já construída, atue como força de retenção do setor comercial das outras cidades menores, fazendo com que o preço do solo urbano seja elevado em Aragarças e Pontal do Araguaia, situação que inibe a instalação de nova empresas na

mesma proporção com que se instalam na primeira. O poder público de Barra do Garças reforça a centralização com os estabelecimentos públicos ao escolher as novas áreas de instalações a exemplo da instalação do terminal rodoviário, Instituto Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Instalações da Secretaria de Fazenda (SEFAZ), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-MT).

Dessa maneira, o plano diretor urbano aparece como elemento que assegura a organização desses espaços de forma intencional, garantindo zoneamentos espaciais na cidade, configurando-a territorialmente mediante processos de (re)estruturação urbana que se dá devido a uma crescente especialização das atividades terciárias. Ressaltamos que o sítio desses centros urbanos é um determinante a ser considerado ao tratar especificamente da expansão urbana, e, também do centro comercial. Mas não será discutido com profundidade nesta tese, e sim em outro trabalho paralelo.

As cidades são contornadas por dois rios, Barra do Garças ainda tem o parque estadual da Serra Azul a leste do perímetro urbano, limitando sua extensão nessa direção. Pontal do Araguaia encontra-se contornada pelo rio Garças e Araguaia, formando um estreito; condição geográfica que permite a expansão da malha urbana apenas a oeste. Já Aragarças/GO tem a expansão de sua malha urbana mais abrangente, apesar da localização das instalações do quartel do exército, 58° Batalhão de Infantaria Motorizado (58º BI Mtz), atualmente, apresenta-se como um elemento balizador de expansão urbana.

Buscamos sobrepor as malhas de logradouros de 2010 (o mais antigo disponível pelo IBGE) e o de 2021 (mais recente) das três cidades. Está nítido que o maior crescimento de novas áreas (representado pelos dados de setor censitário IBGE- 2021) é de Barra do Garças, disposto em tons de verde mais claro. Ocorreu não só a expansão urbana nos dois sentidos de crescimento da malha urbana (montante e jusante) como o preenchimento dos espaços vazios, deixados como uma estratégia de especulação imobiliária. Aragarças (em tom rosa claro) e Pontal do Araguaia (vermelho claro) também demostraram expansão da malha urbana. Apesar do contexto mais recente de emancipação e pela característica do sítio urbano, a última cidade demostrou maior crescimento populacional (censo 2022), e de área de expansão territorial urbana.

Em Lefebvre (2001, p. 128) está evidente a temporalidade construtiva de centralidades urbanas, uma vez que o trabalho produtivo é posto como condição de caracterização de um tipo de sociedade, em que “cada tipo urbano propôs e realizou uma centralidade específica”. Ainda para o autor, cidades capitalistas apresentam “duplo caráter de centralidade: lugar do consumo e consumo do lugar” (Lefebvre, 2001, p. 130).

Dessa maneira, seus centros são projetados para ocorrer a movimentação de pessoas em busca de consumir bens e serviços, o que condiciona a instalação de filiais de empresas nacionais e multinacionais no setor logístico, automobilístico, de tecnologia e comunicação. Possibilitam a instalação de redes no segmento educacional e diversas instalações de instituições governamentais ou privadas de modo a expandir a oferta de produtos. E, no caso das instituições estatais, garantir o fluxo e atração ao centro urbano.

A centralização é uma estratégia de desenvolvimento urbano, vinculado a um modelo pós-fordista de organização do espaço urbano, por isso entendido como um produto de mercado guiado pelo capitalismo industrial. Há, portanto, numa situação de processos sociais e organização espacial,

> [...] um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constituiu-se em um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, relocalizações, e permanências das atividades e população sobre o espaço urbano (Corrêa, 2010, p. 122).

Nessas condições, a centralidade é criada por intermédio de forças indutoras, uma característica para o contexto da cidade de Barra do Garças, cujas ações foram projetadas por atores diversos, e com significativa expressão a partir dos anos 1970 a 2000, e, num segundo momento, entre os anos 2000 aos dias de hoje. Esse recorte é feito de modo a atender a uma linha de entendimento de que as lógicas de integração regional se assentaram em um período que antecede ao ápice da globalização mundial, e outro que se (re)estrutura pela força desse processo criado para atender às demandas do sistema capitalista.

Inferimos que os espaços se encontram totalmente articulados quando, sobre o território, fixos e fluxos se compõem em arranjos que garantam conexões de dimensões escalares, uma vez que, sem eixos de escoamento, de circulação e comunicação, haverá espaços de pouquíssima participação na rede urbana. Entretanto, o sistema econômico, mediante necessidade e/ou por garantia de mercado sobre uma determinada área isolada, cria as condições para transpor qualquer barreira física; garantindo que seja implantado infraestruturas e vias técnicas de conexão numa recomposição da rede urbana, e das centralidades existentes.

Assim, a composição da centralidade de Barra do Garças tem início com o primeiro arranjo central do núcleo urbano que se dinamiza com a tomada de decisão de encampação da sede do município de Araguaiana-MT (primeiro município criado no Leste Mato-Grossense, integrado à divisão Mesorregional Nordeste). A mudança de sede ocorre assegurada pela Lei nº 121, de 15 de junho de 1948[48], durante a gestão do primeiro prefeito Antônio Paulo Costa Bilego. Dois fatores são apresentados como condição da encampação, sendo: apesar de administrar o município de Araguaiana na época, Antônio Bilego mantinha residência e comércio em Barra do Garças (até então, distrito da primeira cidade). A segunda condição se deve à atuação da Fundação Brasil Central (FBC) à margem direita do Rio Araguaia, na cidade de Aragarças-GO, instituição criada pelo Estado para a integração territorial Centro-sul e Norte do Brasil.

Tais proposições são confirmadas em entrevista realizada por Couto (2013, p. s/p), e publicada em site de notícia;

> A decisão de Antônio Bilego causou insatisfação para algumas pessoas em Araguaiana, porém ele foi orientado pelo governador de Mato Grosso na época a tomar essa decisão e o legislativo lhe apoiou. Naquele tempo, já tinha em torno de seis mil pessoas na Barra e pouco mais de três em Araguaiana.

O trecho da entrevista evidencia que, como distrito, Barra do Garças já dispunha de quantitativo populacional muito maior do que sua sede administrativa, o motivo está na proximidade dos núcleos do garimpo da época (Baliza-GO e Torixoréu-MT), e pela migração ocasionada com a instalação da base da Fundação Brasil Central (FBC) em Aragarças-GO, cidade vizinha entre divisa estadual de Mato Grosso

[48] Informação extraída do site oficial da prefeitura municipal https://www.araguaiana.mt.gov.br/ e site Coisas de Mato Grosso http://www.coisasdematogrosso.com.br/cidades/cidade.asp?id=52&cidade=Araguaiana.

e Goiás. A comunicação também foi elemento que garantiu engajamento do município ao mercado nacional como descrito por Ribeiro (2001).

> [...] A implementação de uma rede de comunicação, ligando Barra do Garças ao Estado e Goiás e, consequentemente, aos estados de Minas Gerais e São Paulo, de fato, criaram as condições para que na década de 1970, o município pudesse se incorporar ao mercado produtivo nacional (Ribeiro, 2001, p. 34).

Ao retomarmos as análises para o contexto histórico de formação dessa região, identificamos que a centralidade que a cidade de Barra do Garças-MT exerce na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso tem gênese atribuída também de ações políticas locais, advindas por prefeitos que estiveram na gestão pública municipal, a exemplo do já mencionado Antônio Bilego; e, para o período pós década de 1980, Valdon Varjão, que atuou como vereador por três vezes, duas vezes prefeito, deputado estadual, suplente a deputado federal, suplente ao senado, e senador.

Valdon Varjão foi também proprietário do cartório de primeiro ofício, e da revista “A Gazita Magazine”, de veiculação regional (extinta no início da década de 1980). Condições que somadas a sua influência política, e ao interesse em apresentar a cidade para além das delimitações do Centro-Oeste, estabeleceu considerável atração de empresas e indústrias, a exemplo das extintas (Sudanisa-Cia Industrial Alimentos, Tudeletro S/A indústria e comércio, Grupo Drury`s-Fiel, e Coca Cola), esta última, hoje atua como centro de distribuição. São estes empreendimentos que contribuíram até certo ponto, para o gradativo crescimento demográfico do município (Tabela 11). E, de forma simultânea do município vizinho Aragarças, bem como no desencadeamento da emancipação e crescimento populacional do município de Pontal do Araguaia.

É importante salientar que a cidade de Barra do Garças não tem base econômica sustentada pela indústria, mas foi a primeira cidade da mesorregião com esse tipo de atividade especificamente voltado para o setor alimentício, retífica de motores e fabricação de implementos agrícolas, móveis, e construção civil. Atualmente, continua sendo a cidade com maior número de indústrias (classificação CNAE-IBGE), embora o setor de serviços e do agronegócio sejam as atividades principais de sua economia.

Nesse aspecto da capacidade de intervir na construção do espaço urbano de uma cidade por agentes públicos locais, concordamos com a afirmação:

> A importância do poder público municipal se evidencia na sua capacidade de intervenção nos processos que estão na constituição de arranjos espaciais no meio urbano, como força política, social e econômica que atua por meio de investimentos na construção do ambiente e na proposição e implementação de políticas públicas urbanas (Bezerra e Cavalcante, 2009, p. 220).

Todavia, há também um importante fator a ser colocado nesse aspecto analítico, a caracterização dos lugares pela presença da informação, tecnologia e ciência, ou seja, os lugares que se transformam primeiro em um meio técnico-científico-informacional trazem consequências ao processo de urbanização (Santos, 2012). Apesar das reflexões do autor tratar da metrópole, podemos num estudo de rede urbana, e no aspecto da maior centralidade, atribuir tal condição à capacidade social e econômica de criar e/ou induzir centralidades.

A urbanização na sua combinação de fatores, é um fenômeno que evolui com as técnicas e se intensifica com a industrialização, mesmo que as instalações industriais não estejam fixas em um determinado município que se urbaniza. Para Santos (2008), somente as redes ferroviárias e rodoviárias não são suficientes para a unificação do território, estas serviram para o escoamento da produção primária com extração de minérios e desenvolvimento da agricultura para exportação. Assim, somente com o mecanismo de distribuição dos produtos manufaturados de regiões mais avançadas, para as outras, garantiu-se o pleno desenvolvimento das relações do ponto de vista da hierarquia urbana. Pois, “Somente a industrialização impõe a criação de verdadeiras redes” (Santos, 2008 p. 287).

Por meio dos dados demográficos, compreendemos que os períodos de maior impulso populacional estiveram sobrepostos a fatos políticos e econômicos projetados inicialmente pelo Estado, de modo a assegurar posterior reprodução de um sistema econômico, cujo território é a base de sua sustentação. Os anos de 1970 a 1991 refletem o período de maior crescimento populacional, passando, posteriormente, por um período de recessão, que pode ser justificado pelo surgimento de novos municípios na mesorregião pós-década de 1990.

Tabela 11. Crescimento populacional do Arranjo Populacional (AP)

Sedes dos Municípios	Períodos	População total	Urbana	Rural
Barra do Garças-MT	1952	**6.628**	1.576	5.052
	1960	**12.340**	-	-
	1970	**16.570**	10.116	6.454
	1980	**33.601**	19.173	14.428
	1991	**45.650**	41.469	4.182
	2000	**52.136**	47.159	4.977
	2010	**56.560**	50.947	5.613
	2022	**69.210**	-	-
	Períodos	**População total**	**Urbana**	**Rural**
Aragarças-GO	1960	**3.022**	-	-
	1970	**8.301**	4.636	3.765
	1980	**9.690**	5.817	3.873
	1991	**13.742**	13.192	550
	2000	**16.565**	16.090	475
	2010	**18.305**	17.617	688
	2022	**18.390**	-	-
	Períodos	**População total**	**Urbana**	**Rural**
Pontal do Araguaia-MT[49]	2000	**3.739**	3.093	646
	2010	**5.395**	4.452	943
	2022	**6.932**	-	-

Fonte: Revista Brasileira de Geografia e IBGE, (1952,1970,1980,1991,2000,2010 e 2022)
Organização: Autora

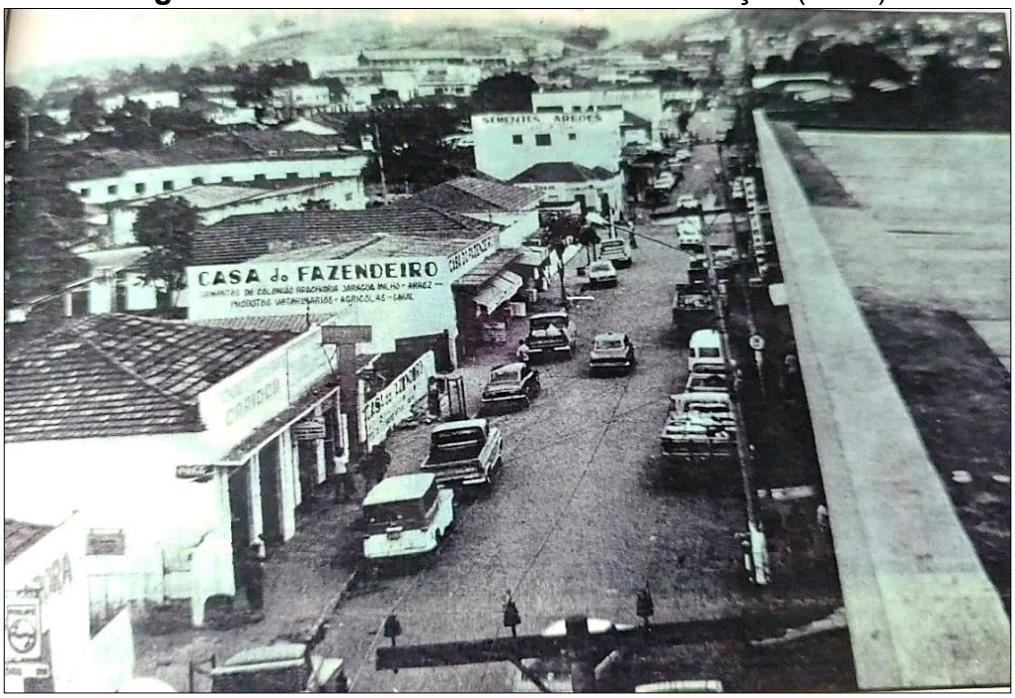
A década de 1980 marca um impulso do processo de urbanização crescente em Barra do Garças, e, ao mesmo tempo, a centralização comercial e de serviços (Figura 10), impulsionados pelo setor primário da economia com produção da pecuária extensiva e rizicultura, bem como do setor terciário com comércios e serviços de baixa complexidade.

Para Villaça (2001, p. 328), a estrutura interna da cidade "se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda". Nessa concepção, Spósito (2015, p. 128) apresenta discussão mais recente entendendo o consumo como protagonista de uma diversificação e redefinição de lógicas econômicas que "orientam escolhas espaciais,

[49] "Elevado à categoria de município com a denominação de Pontal do Araguaia, pela lei estadual nº 5097, de 20-12-1991 [...]Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Informação retirada do site do IBGE cidades, disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pontal-do-araguaia/historico

em múltiplas escalas, tanto quanto as práticas espaciais que cotidianamente, redesenham percursos nos espaços urbanos".

Figura 10. Rua comercial em Barra do Garças (1979)



Fonte: Acervo instituto Malba Thania Alves Varjão (2023)

Compreende-se que os interesses econômicos condicionados social e politicamente a partir de um modelo vigente de sistema que visa lucro, e produtividade, são forças mediadoras, difusas e impulsoras das transformações espaciais e, portanto, criadora de reestruturações urbanas e regionais. As ações praticadas, a partir de um ideário do desenvolvimento, não eliminam a desigualdade estruturalmente projetada no processo de produção socioespacial, nem mesmo com os avanços tecnológicos conforme destacado:

> [...]a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção dos superlucros. Tampouco reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social (Soja, 1993, p. 209).

Assim sendo, ao tempo que realizamos as análises de uma centralidade induzida como princípio de produção do espaço da cidade, que se reestrutura pelo comando da produção capitalista, também entedemos que a dimensão de centralidade da cidade é articulada numa escala geográfica regional, ou seja, no interurbano. E esse processo tem duas variáveis fundamentais que, na nossa

concepção, são determinantes: a) a divisão territorial do trabalho e especializações produtivas; b) a periodização e nível de urbanização na hierarquia de cidades.

A centralidade interurbana de Barra do Garças se assenta, portanto, pelo ordenamento do território regional e articulações desencadeadas por atividades econômicas e políticas espaciais[50], desenvolvidas ao longo do processo de formação da rede urbana em curso, uma vez que ainda não se consolidou. Nesse viés, é reconhecido que

> [...] centro e centralidade são objetos estruturadores das cidades e das redes, passam por fortes modificações no desenvolvimento de processos de reestruturação urbana, quando se alteram as concentrações espaciais e os fluxos urbanos para atender as demandas das atividades de diferentes agentes sociais (Maia *et al.*, 2017, p. 13).

O nível da centralidade regional, por sua vez, pode ser observado pelo aumento dos estabelecimentos urbanos públicos e privados, que se tornam elementos de (re)estruturação urbano e regional na configuração da rede urbana. Uma cidade tem centralidade "construída espaço-temporalmente, fazendo-se a partir de um processo que envolveu diferentes etapas e foi marcado por interações ou articulações estabelecidas em diferentes escalas espaciais" (Calixto, 2019, p. 17). Há forças indutoras resultantes da produção social do espaço, de modo que "à lógica capitalista passa a se apropriar da centralidade para sua estratégia de expansão" (Gaspari e Da Silva, 2018, p. 10).

No entanto, as relações em rede são organizadas conforme a justaposição de centralidades produzidas na cidade, onde:

> [...] o espaço urbano produz e reproduz a sociedade urbana materializando o fenômeno da centralidade, pois a cidade exerce uma atração sobre populações e agentes sociais e econômicos diversos, centralizando relações de todo tipo e gerando um poder de influência que se exerce na cidade e para além dela (Fernandes *et al.*, 2021, p. 4).

Assim, a estrutura da cidade se constitui diante da presença de equipamentos urbanos disponíveis como oferta de uso e de composição de centralidade que não é estática. Todavia, a localização do núcleo urbano de uma cidade é um fator de significativa importância para a concentração de empresas, e serviços de segmento

[50] Pela compreensão de que toda política pública seja ela classificada como: setorial, econômica e social corresponde a uma política pública espacial, pois sua reação se dá pelo espaço geográfico; e sua realização se dá através do território e seus diversos agentes e atores, como apontado pela autora (Steinberger, 2013).

público e privado. Situação que reflete no papel desempenhado por cada cidade, podendo alterá-lo conforme sua condição hierárquica da rede urbana ou pelas alternâncias que as sub-redes regionais vierem a passar com as reestruturações produtivas do território.

3.4 POSIÇÃO GEOGRÁFICA E CENTRALIDADE URBANA

Partimos do pressuposto de que a espacialização das cidades sobre o território nacional está associada aos diferentes períodos e características das atividades econômicas, e à necessidade expansiva do capital. No entanto, ideias de desenvolvimento regional promoveram reconfigurações territoriais significativas, de modo que os conteúdos do processo de urbanização e da criação de centralidades, no contexto de rede urbana atual, requerem ser compreendidos a partir das relações sociais e políticas de produção espacial nas múltiplas escalas.

Nessa perspectiva, surgiu a seguinte indagação: de que maneira a posição geográfica de Barra do Garças-MT e seu Arranjo Populacional condicionam uma centralidade regional a partir da produção e estruturação do seu espaço urbano? Têm-se dois pontos de base para fundamentação, o primeiro se pauta pela ampliação e expansão dos sistemas de engenharia com as rodovias, (em específico para o estudo as BRs- 070 e 158). Meio técnico de estruturação, pelo qual as cidades em estudo muito se beneficiaram dado a localização que de seus núcleos urbanos se encontram, estando os centros principais “cortados” pelas duas vias de circulação e escoamento. O anel viário finalizado no ano de 2023, e a pavimentação de rodovias estaduais de ligação, não deixa de ser uma estratégia geopolítica de atores políticos com ênfase ao estado de Mato Grosso, ampliando as conectividades.

O segundo ponto está ancorado na integração econômica do território nacional, processo que estabeleceu uma reorganização no interior da região Centro-Oeste do país. O que proporcionou um eixo de conexão e de (re)arranjos espaciais, atribuindo novas relações campo e cidade que acabam por criar funcionalidade aos centros de tomada de decisões (cidades), em especial, àqueles que apresentavam estratégias referentes à localização territorial atribuindo-lhes reforço de centralidade urbana.

Conforme Egler (2010), a cidade está representada diante da sua espacialidade produtiva e sobre duas dimensões que se articulam, sendo sítio e posição. O sítio se configura pelas condições e normas do lugar, já a posição geográfica se manifesta pelas inter-relações ocorridas entre cidade e campo e entre as cidades. Dessa forma, compreender o papel de uma cidade na rede urbana regional ou nacional requer que se identifique “condições geográficas, históricas e institucionais que as produziram” (Egler, 2010, p. 92).

Referindo-se a padrões de localizações Corrêa (2004) evidencia que o fator locacional está voltado para lógicas de necessidade e para possibilidades que uma cidade poderá desempenhar a partir de funções estabelecidas, e conforme potenciais numa visão de existência do vir a ser após seu surgimento, conforme conceitua:

> A localização de cada cidade, por outro lado, implica em ações envolvendo duas escalas espaciais: a localização absoluta (sítio- é o chão sobre o qual a cidade se estende, podendo ser natural, alterado pela ação humana, ou artificialmente produzido) e a localização relativa (posição geográfica- refere-se à situação locacional de uma cidade face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas) (Corrêa, 2006, p. 1).

Assim, compreendemos que o contexto locacional, no percurso do estudo da cidade de Barra do Garças em seu arranjo populacional, como nó de um sistema de rede urbano, seja um caminho metodológico para a compreensão do papel dessa cidade nas múltiplas escalas conectivas que se reproduz sobre um espaço. Em que as temporalidades das ações são evidentes e constantes, haja vista que as cidades, por terem suas origens condicionadas aos arranjos produtivos dos territórios, são, ao mesmo tempo, pontos de distribuição e de encontros de um fazer social em constante movimento. Esses fazeres e ações produtivas, que geram o movimento do espaço, estão materializados de forma setorizada, porém sem perderem em sua totalidade a articulação de conteúdos que se reestruturam pelo devir.

Por isso, Corrêa (2006) esclarece que a localização relativa de uma cidade pode ter períodos de importância diferente, ou seja, em um momento histórico apresentar grande importância, e em outro, nenhuma. Assim, a inquietação esteve em identificarmos se o objeto de estudo aqui apresentado sofreu mudanças significativas referente à importância relativa de sua localização, e o quanto esse fator ainda

contribui significativamente no arranjo produtivo dos lugares e na subordinação hierárquica da rede urbana.

Existe um esforço em contextualizar essa condição no conjunto de definições dos padrões tipológicos de cidades conceituados por Corrêa (2006). Embora de forma hipotética e baseado por um empirismo, inclinou-se sobre a concepção de posição do lugar central como uma característica da cidade de Barra do Garças-MT, bem como da composição de sua centralidade.

Ao todo, são apontados pelo autor treze tipos ideais[51] de posições geográficas de cidades com suas respectivas definições conceituais. O primeiro tipo e padrão é mais característico da cidade de Barra do Garças no presente, conceituado como tipo 1- posição como lugar central, é o que:

> Corresponde a posição geográfica corrente em regiões agrícolas voltadas para o mercado. O lugar central pode ser total ou parcialmente o foco aonde são encaminhados os produtos agrícolas, mas é o foco onde são satisfeitas as demandas por produtos industrializados e serviços (Corrêa, 2006, p. 318).

Partindo desse contexto, criamos a seguinte indagação: a posição geográfica de uma cidade nó de rede urbana estaria associada a uma determinação política e econômica sobre os territórios, a fim de atender a interesses e estratégias não somente interna, mas também externa de ordenamento territorial e regional do país? A densificação dos objetos técnicos realizada por meio de seletividade de lugares é uma condição política. Planejamentos e efetuação de políticas públicas de ordenamento territorial são ações determinantes no reforço e ou nova criação de localizações de cidades polos.

Conforme esclarece Dias (2014), referente à existência de uma seletividade dos espaços e suas localizações:

> O espaço não se tornou uma noção em desuso ou desprovida de sentido, tampouco qualquer coisa de indiferenciado ou homogêneo. A comunicação entre parceiros econômicos à montante e à jusante, graças às novas redes é acompanhada de uma seletividade espacial. A importância estratégica da localização geográfica foi, de fato, ampliada (Dias, 2014, p. 150).

Ao analisar e refletir sobre os elementos que compuseram e firmaram centralidade da cidade de Barra do Garças-MT, recorremos à Costa (2000) que, ao

[51] Ver em CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. In: **Revista CIDADES**. v. 1, n. 2, 2004, p. 317-323.

discutir as políticas territoriais nos anos 1950 com o Plano de Metas, deixa evidente que o setor de transportes privilegiou a expansão e criação de rodovias sobre o território nacional, principalmente as de âmbito federal. Essas rodovias são as que tinham maior capacidade de integração econômica, visto que, “a articulação dos sistemas rodoviário federal, estadual e municipal, deram nova configuração às relações inter-regionais do país [...] em particular nas regiões industriais interligadas de modo efetivo, áreas produtoras de matérias-primas” (Costa, 2000, p. 52-53).

Contudo, a rede rodoviária e de eletricidade (Castilho, 2014) possibilita e conduz os propósitos voltados para a integração do mercado nacional e circulação do capital que, por sua vez, requer garantir fluidez à modernização e à urbanização dos espaços. Essa é a condição na qual o território passa a ser primeiro um meio de produção e reprodução do poder do Estado e das empresas privadas, enquanto as políticas territoriais e regionais buscam atenuar as discrepâncias dos planos de desenvolvimento do país.

Esses agentes reguladores de territórios, produção e trabalho, regulam por meio de normas institucionais “relações mercantis, salariais e financeiras[...] que de um modo ou de outro expressam as condições geográficas, históricas e institucionais que as produziram [...]” (Egler, 2010, p. 92). Assim, ao analisar a configuração de rede urbana brasileira, deve-se considerar as relações entre os setores estatal e privado, sempre atento a sua inserção na economia global por meio das condições institucionais.

É importante ressaltar também, que a urbanização da região Centro-Oeste, foi promovida de modo a “dinamizar as funções das capitais dos estados e de cidades estrategicamente selecionadas” (Steinberger e Bruna, 2001, p. 44). Cujo critérios se seleção não eram apenas o tamanho dessas cidades, mas a localização e a relevância da função regional e da rede urbana.

A localização, por ser a posição do sítio urbano, tem sua inter-relação espacial de fluxos entre a cidade e o campo e entre as demais cidades, determinada por regulamentos provenientes de estratégias das unidades federativas, como de grandes empresas privadas, que controlam de forma significativa a divisão territorial do trabalho. Caberia, nessa situação, indagar se a dimensão da conexidade da rede urbana é desigualmente projetada ou se ela se faz desigual pela produção desigual e combinada do espaço?

Apoiamo-nos em Dias (2014), numa tentativa de apoio a uma linha de pensamento que possibilite estabelecer reflexão sobre a problemática levantada, no intuito de provocar novos argumentos e análises. Dessa forma, é posto que:

> As vantagens locacionais são fortalecidas e os lugares passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo ou telecomunicação [...] integrando os agentes mais importantes, as redes integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas preexistentes. No lugar de abrir os ferrolhos, ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades (Dias, 2014, p. 157-158).

Esse viés de pensamento se complementa com a ideia de que o elemento condutor do processo de integração seria os fluxos desencadeados entre cidades, e entre estas e o campo, posto que passaram a ser “estáveis e permanentes, formando uma estrutura dinâmica e individualizada” (Egler, 2010, p. 91) a qual o autor descreveu como uma região territorialmente integrada.

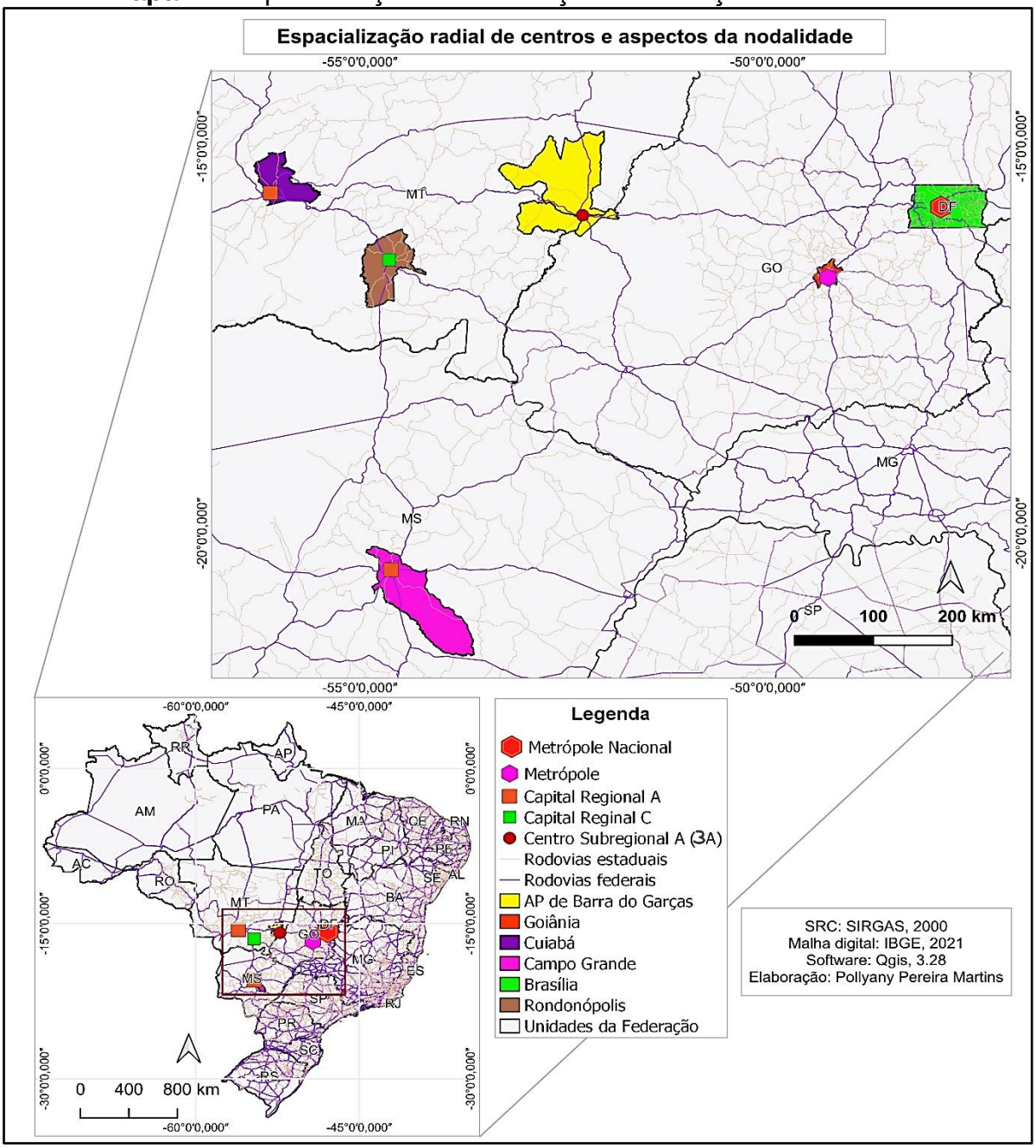
Ao analisar o (Mapa 14), identificamos, pela projeção dos territórios municipais, que Barra do Garças está localizada entre duas capitais regionais conforme nível de hierarquia no estado de Mato Grosso (Cuiabá e Rondonópolis); uma capital regional (Nível A) no estado de Mato Grosso do Sul (Campo Grande); uma metrópole regional no estado de Goiás (Goiânia); e uma metrópole nacional (Brasília). Esse arranjo espacial configura a nodalidade do espaço urbano de Barra do Garças e do conjunto de cidades do AP numa condição de unidade urbana.

Consideramos que existe um raio de distância, significativamente longínqua, entre o Arranjo Populacional de Barra do Garças e os centros de maior hierarquia para deslocamentos de pessoas na busca de bens e produtos, tornando-se um fator determinante nos ajustes existentes no processo de urbanização e do reflexo da metropolização para além do seu espaço estrutural. Destarte, torna-se fundamental pensarmos a distribuição das redes de transporte, e circulação logística sobre o território, estes são fatores que permitem compreender a obtenção de funcionalidade urbana do AP de Barra do Garças e da conjuntura da composição de sua centralidade.

Na concepção de Egler (2012, s/p), há uma significativa diferença entre centralidade e a nodalidade e, no estudo do sistema urbano, é fundamental que essa distinção seja esclarecida, assim, “significaria caracterizar a centralidade como a posição do lugar no espaço dos fluxos, enquanto a nodalidade é a expressão territorial

que fornece a base material para que o centro projete sua área de influência sobre as demais cidades".

Mapa 14. Espacialização e identificação da condição de nodalidade



Fonte: IBGE, 2020 **Elaboração:** Autora, 2024

A centralidade tem posição dirigida pelo movimento que é atribuído às ações socialmente estabelecidas e criadas. Conforme afirma Barreto (2010), referindo-se ao centro da cidade moderna pós-industrial:

> O centro da cidade transforma-se sobretudo no espaço de gestão da vida econômica e de nó essencial dos transportes que permitem percorrer maiores

> distâncias e uma mais fácil articulação entre cidades e um processo de suburbanização mais acentuado e descontínuo, pautado sobretudo pelas estações de comboio e as estradas de passagem das 'carreiras' (Barreto, 2010, p. 31).

No contexto da integração da rede de cidades na Mesorregião Nordeste, Nunes *et al.* (2008, p. 6) esclarece que "a implantação dos núcleos urbanos ganhou importância em função dos serviços básicos que começaram a oferecer, os quais atraíram mais população e recursos para a região. Assim, foi criada a frente de expansão pioneira de Mato Grosso". Devido às novas articulações entre as regiões brasileiras, a partir da década de 1970, as cidades passam a diversificar suas funções urbanas, e, no contexto da interiorização da urbanização, novas cidades surgiram, ampliando e complexificando a configuração da rede urbana regional e nacional.

3.5 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E REGIÃO DE INFLUÊNCIA

O subsistema urbano da mesorregião nordeste tem configuração recente. No estudo da REGIC (1993), essa região estava sob influência de Goiânia e Maranhão (o último, subordinando a São Félix do Araguaia e a Luciara). O processo de formação tardio dessa rede urbana demonstra as condições de desigualdades regionais características de processos produtivos e concentrações de atividades de maior integração nacional em alguns municípios, reforçando o caráter de seletividades na reprodução do capital.

De acordo com o estudo do IPEA, IBGE e UNICAMP[52] (2002), o perfil da rede urbana da região Centro-Oeste, além de ser marcada pelas economias do setor agropecuário e da agroindústria, teve como fatores determinantes na configuração dos subsistemas urbanos "tanto as transformações na base infra-estrutural como o surgimento dos dois principais aglomerados urbanos, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais" (IPEA, 2001, p. 198). Como mencionado em subtítulos anteriores, a criação de novos municípios fez com que suas sedes administrativas tivessem participação na formação do perfil e na dinâmica da rede urbana regional, condicionada por interações espaciais que vão se construindo e se intensificando.

[52] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O segmento da rede urbana está composto pelo conjunto de centros de pequeno porte e um centro de médio porte, ao considerar, por um lado, o quantitativo populacional e os aspectos da urbanização, dentro dos parâmetros da regionalização geoeconômica (Geiger, 1964), utilizada no planejamento de políticas territoriais, e de competitividade pelo IPEA, e, por outro lado, as funcionalidades desempenhas por cada centro. Conforme Nascimento, Motta e Araújo Sobrinho (2023, p. 6), as adaptações de aproximação da concepção original de Geiger, segue a seguinte organização geográfica:

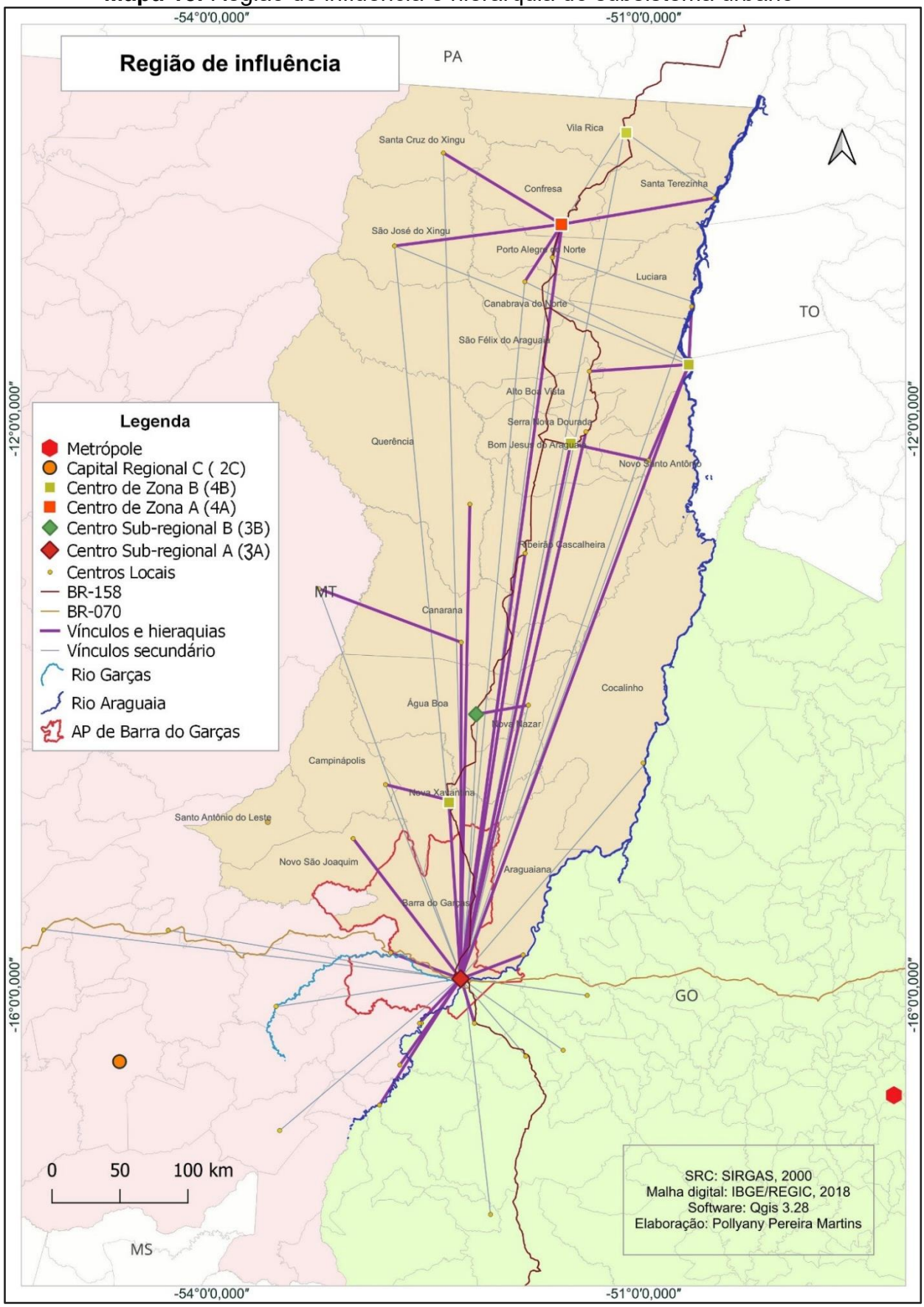
> i) *Amazônia*, que corresponde à região geográfica Norte, acrescida do estado de Mato Grosso; ii) *Nordeste*, com os mesmos estados da região geográfica homóloga, e; iii) *Centro-sul*, que articula as regiões geográficas Sul e Sudeste ao Centro-oeste (com exceção do estado de Mato Grosso).

Ainda que o estado de Mato Grosso não componha a divisão geográfica e regional do Centro-Sul no aspecto da análise da urbanização, com a tese, verificou-se que a cidade de Barra do Garças (principal nó da sub-rede regional), além de estabelecer articulações significativas com municípios de sua hinterlândia imediata e intermediária, mantém articulações mais próximas com municípios do Sudeste.

A classificação dos centros na mesorregião traz cinco níveis hierárquicos. São eles: 1 Centro Sub-regional A (Nível 3A) - AP Barra do Garças; 1 Centro Sub-regional B (Nível 3B) Água Boa; 1 centro de zona A (Nível 4A) Confresa; 1 Centro de Zona B (Nível 4B) Vila Rica; e os Centros de locais (Nível 5). Esses centros locais estão sob hierarquia de oferta de bens e serviços, de uma área imediata (distâncias curtas ligadas a um centro sub-regional ou centro de zona) ou intermediária (distâncias maiores ligadas a centros sub-regionais) na escala mesorregional.

Os vínculos de ligações entre centros, representada pelas linhas em roxo, no (Mapa 15), mostram os limites da área de influência regional imediata da unidade urbana do AP de Barra do Garças e respectivas hierarquias das cidades do subsistema urbano. Essa cidade, por compor o maior nível de centralidade no conjunto de cidades do Arranjo Populacional, assegura articulações urbano-regionais de alcance intermediário, e seu alcance é demonstrado com as linhas mais finas na cor cinza. Todas as distribuições espaciais do subsistema urbano foram elaboradas a partir de arquivos disponíveis nas bases de dados do IBGE (2018 e 2020), referente aos estudos da REGIC (2018).

Mapa 15. Região de influência e hierarquia do subsistema urbano



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Contudo, essa forma de fluxos horizontais no âmbito do processo de globalização tem sofrido alterações, mantendo uma hierarquia apenas no sistema de saúde pública, em atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com a distribuição dos sistemas de comunicação, transportes e da própria divisão territorial do trabalho, as relações de heterarquias (Catelan, 2012) são cada vez mais presentes devido as interações espaciais interescalares. As verticalidades comerciais são dinâmicas crescentes na escala nacional e internacional, determinadas pela produção e distribuição de mercadorias e capital.

Há, portanto, no sistema urbano da Mesorregião Nordeste “coexistência de estruturação hierárquica e articulação heterárquica” (Catelan, 2012, p. 58). Esse sistema urbano é notado pelos papéis desempenhados por cada centro como nós em interações multiescalares, movidos pelas atividades econômicas desenvolvidas, e a atuação dos agentes provedores dessas atividades na região.

Inferimos que as complexidades da rede urbana estão postas não apenas para a natureza da composição, mas também pelos movimentos que dela decorrem em função dos seus conteúdos, papéis dos centros, interações exercidas e articulações que podem se justapor entre cidades de níveis diferentes do particular (local) ao geral (mundial).

As centralidades no contexto da rede urbana são reforçadas ou diminuídas pela capacidade de oferta que cada cidade pode disponibilizar no setor de serviços e bens de consumo, nos diversos setores do mercado. A diversificação desses setores, no espaço da cidade, atrai maiores intensidades de fluxos de todos os tipos, de pessoas, capitais, serviços, empregos, e de novos fixos. Desse modo, o que diferencia um centro do outro no segmento de rede urbana são as especializações representada no espaço urbano pelos estabelecimentos de saúde, educação, serviços de informática, comunicação, diversificação comercial, instalações industriais, e o seu tamanho.

A instalação de plantas industriais a exemplo do frigorífico JBS em Barra do Garças contribui para o aumento do fluxo migratório interestadual, intermunicipal e até mesmo movimentos pendulares existentes entre as cidades de Aragarças e Pontal do Araguaia. Ao mesmo tempo, favorecem articulações entre as escalas local e global,

pelas exportações e importações realizadas. As grandes empresas prestadoras de serviços de internet, segurança e comunicação (principalmente nos espaços agropecuários), e atualmente as grandes lojas de utilidades domésticas, têm reforçado as articulações verticais e as dinâmicas multiescalares da rede urbana.

De acordo com Nascimento, Motta e Araújo Sobrinho (2023, p. 4), cidades médias, como Barra do Garças, “possuem papéis específicos na rede urbana brasileira, uma vez que exercem funções de intermediação nas relações de produção e consumo, desenvolvendo centralidades regionais articuladas”. Obter uma classificação da tipologia dos centros e definição da área de influência requereu uma sistematização detalhada, de tal modo que, na metodologia, foram organizadas as relações de longa distância e relações de proximidade. O primeiro tipo é comandado pela gestão empresarial adquirida pela presença de sedes e filiais localizadas em diferentes cidades no território brasileiro; e o segundo, foi verificado com a aplicação de questionário por agentes do (IBGE) em 5.503 municípios, excluindo os municípios de alto nível de centralidade (IBGE, 2018).

Os indicadores e variáveis inseridos no questionário pelo IBGE são elencados no (Quadro 2), de modo a contribuir com a compreensão referente aos atrativos dos deslocamentos de pessoas, e das articulações exercidas por cidades de menor centralidade na hinterlândia (região de influência) de Barra do Garças. As ligações entre centros de menor para maior hierarquia na rede urbana foram sistematizadas após aplicação de questionários pelo IBGE à população de cada município em todas as unidades federativas brasileiras.

Quadro 2. Indicadores de avaliação de vínculos entre centros para definição da área de influência de cidades (REGIC, 2018)

Q1- Deslocamentos dos moradores do município de origem para compra de vestuário e calçados
Q2- Deslocamentos dos moradores do município de origem para compra de móveis e eletroeletrônicos
Q3- Deslocamentos dos moradores do município de origem para serviços de saúde de baixa e média complexidades
Q4- Deslocamentos dos moradores do município de origem para serviços de saúde de baixa e média complexidades
Q5- Deslocamentos dos moradores do município de origem para ensino superior
Q6- Deslocamentos dos moradores do município de origem para atividades culturais

Q7- Deslocamentos dos moradores do município de origem para atividades esportivas
Q8- Deslocamentos dos moradores do município de origem para aeroporto
Q9- Jornais editados no município de destino que circulam no município de origem ou sem circulação de jornais
Q10- Participação do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo partindo do município de origem

Fonte: IBGE/REGIC (2018) **Organização:** Autora, 2023

Conforme exposto na explicação da metodologia da pesquisa do IBGE, três informantes em cada município foram consultados sobre qual ou quais municípios eram mais procurados pela população local na busca dos produtos e serviços selecionados. As pessoas entrevistadas pelos agentes eram atuantes nas instituições selecionadas, na qual três delas tiveram que compor o percurso metodológico escolhido,

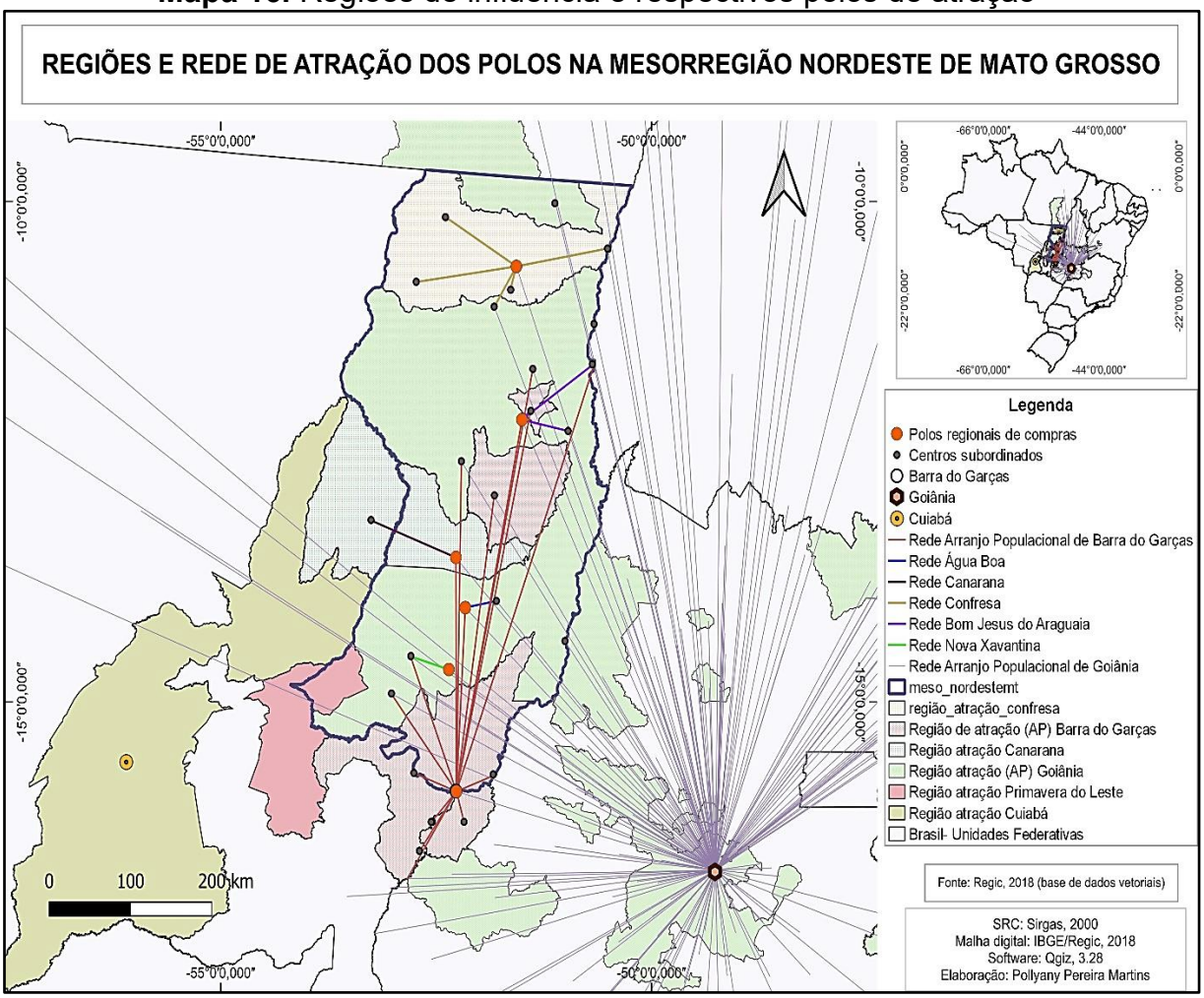
> sendo a primeira necessariamente a prefeitura municipal. As demais instituições, que poderiam ou não existir no Município em questão, foram visitadas na seguinte ordem: 2o agência dos Correios; 3o cartório; 4o fórum municipal; 5o agência bancária; 6o delegacia de polícia; 7o igreja/instituição religiosa; 8o associações de lojistas; e/ou 9o rádios locais. A ordem estabelecida deveria ser seguida, de modo que só foi buscado outro informante quando o anterior na lista não estava disponível no Município. Deve-se destacar que os informantes não forneceram respostas oficiais em nome das instituições, mas com base em suas próprias vivências e percepções, visto que a pesquisa buscou o conhecimento tácito disseminado na localidade (IBGE, 2020, p. 16).

Evidenciamos que a seleção das instituições segue aspectos do padrão metodológico apresentado por Michel Rochefort (1998). Ao ser considerado as funções do setor terciário desempenhadas no conjunto das cidades do Arranjo populacional ou da unidade urbana, percebemos que variáveis como atividades turísticas não são abrangidas pela variável “atividades culturais”. Para a seleção das instituições, inferimos que unidades de ensino básico e instituição de ensino superior público e privado poderiam ser ambientes de maior captura de informações empíricas do que fóruns e correios, já que nessas instituições, somente uma pessoa se encarrega de aproximar a realidade da dinâmica dos deslocamentos locais.

Contudo, a utilização dessa proposição metodológica não era viável para esta tese, uma vez que o objetivo proposto era o de compreender o papel de Barra do Garças na rede urbana regional. Assim, coube identificarmos os componentes

atrativos das ligações e o conjunto deles na unidade urbana formada pelo Arranjo Populacional. Referindo-se às relações de proximidades das ligações entre os centros na hierarquia da rede urbana, o (Mapa 16) traz a espacialidade das ligações entre polos regionais de compras.

Mapa 16. Regiões de influência e respectivos polos de atração



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

A polarização regional é desempenhada por cidades que tem papéis, principalmente, de gestão empresarial, de modo que elas conseguem atrair população de municípios limítrofes para compra de primeiras necessidades (centros menores) e serviços de baixa, média e alta complexidade (centros de hierarquia sub-regional a superior). Não se trata de uma organização da rede em urbano-regional em três níveis escalares de articulação urbana do território brasileiro conforme as classificações do IBGE (2013), embora o alcance espacial de atração da metrópole Goiânia na

mesorregião de estudo esteja muito próximo das delimitações territoriais de uma região ampliada e intermediária.

Dessa maneira os municípios considerados polos regionais de compras, sendo: Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Bom Jesus do Araguaia e Confresa. Apresentam áreas de influência regional definidas pelas ligações expostas pelas linhas e pela delimitação do recorte das regiões. As cidades locais, como Bom Jesus do Araguaia, Canarana e Nova Xavantina, foram consideradas dentro das relações entre cidades, centralidades para compra, principalmente, de móveis, eletrodomésticos e produtos de informática.

Nota-se que a dinâmica dos fluxos para compra, cria regiões de influência que se convergem ou estão sobrepostas por centralidades de maior hierarquia (geralmente uma metrópole). A sobreposição da região do (AP) de Goiânia mostra que as relações com a metrópole goiana, por exemplo, são maiores entre as cidades da mesorregião do que com a própria capital (regional de nível A) de Mato Grosso. Nessas relações entre cidades, Barra do Garças e Confresa dispõem de maior número de centros na sua região de influência.

3.5.1 A gestão pública na estruturação de centralidades

Os fluxos voltados aos serviços, principalmente os correspondentes a administração pública federal (Mapa 17), foram, e continuam sendo componentes relevantes dos deslocamentos regionais, e das articulações horizontais. Trata-se de uma gestão pública do território, que condiciona policentralidades tanto intraurbana como interurbana. Pois, é parte integrante do processo de urbanização, concentração e organização dos estabelecimentos urbanos na cidade.

A inserção das estruturas públicas estaduais e federais na cidade “constitui um dos primeiros fatores determinantes na estruturação do seu papel na hierarquia urbana da região” (Souza, 2022, p. 336). Tanto que para a definição da Região de influência (REGIC), o IBGE tem como componente temático complementar os fluxos de gestão pública. Contexto em que as ações do Estado estão diretamente associadas as dinâmicas de fluxos, bem como, na definição dos centros de destino procurados pelas populações dos centros de origem.

Assim, os resultados representam as instituições de âmbito nacional com atividades descentralizadas dos poderes executivo e judiciário, já que o legislativo tem operação localizada exclusivamente na cidade de Brasília (IBGE, 2014). Ressaltamos que as ligações entre as cidades foram somadas, sem considerar os níveis hierárquicos exercido por cada uma delas. E, o próprio município foi inserido na dinâmica de fluxos, diferente das demais temáticas da seção a seguir.

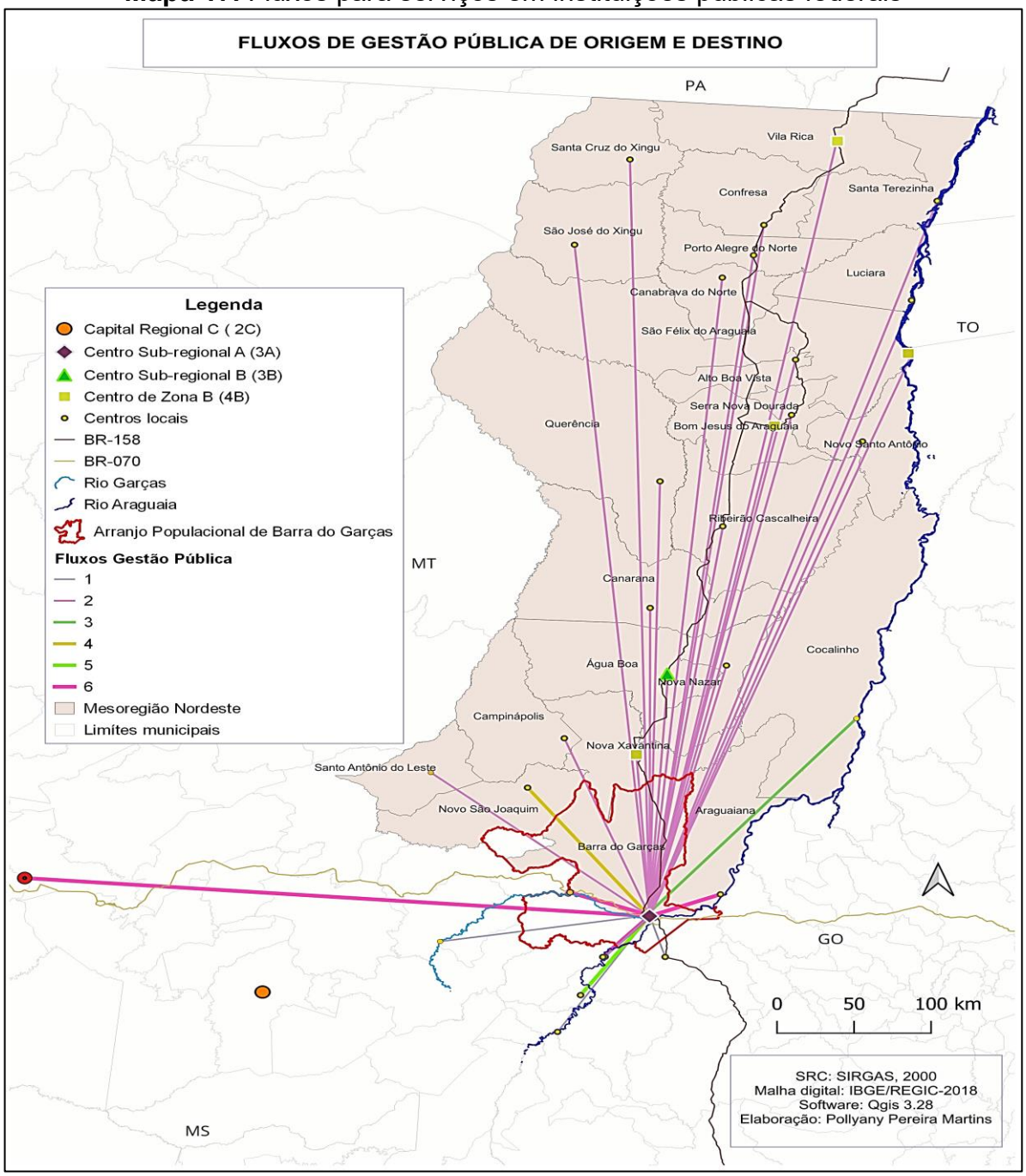
Verificamos que o Estado estabelece um padrão organizacional ao projetar essas estruturas sobre o território, o que justifica as escolhas locacionais dos centros recebedores dessas instituições. Visto que estas instituições públicas selecionadas,

> têm em comum o fato de se organizarem de maneira multilocalizada no território, com uma estrutura hierárquica interna que reflete a maneira pela qual o território é gerido. Elas são voltadas para a disseminação de ordens, decisões e realização de serviços, promoção de justiça, assim como para o recolhimento de demandas, tributos e levantamento de dados sobre a realidade do País, sendo fundamentais para a manutenção do equilíbrio federativo (IBGE, 2014, p. 26).

Nesse sentido, a quantidade de ligações entre um par de município é relativa aos serviços disponíveis ao conjunto de departamentos estatais em amostra no (Quadro 3). As maiores quantidades de ligações entre municípios efetuam-se de maneira geral na escala da microrregião. Embora, municípios pertencentes a microrregião Tesouro na mesorregião sudeste, sendo: General Carneiro, Torixoréu e Ribeirãozinho, apresentaram 6 e 5 ligações de destino com o AP de Barra do Garças. Já os municípios que abrangem a microrregião de Água Boa e Confresa, tiveram 2 ligações aos serviços públicos federais. Na condição de ligação de origem, o município de Barra do Garças apresentou 6 ligações com os serviços federais ofertados por Cuiabá.

É importante destacar que o conjunto de organismos estatais, estão estruturados conforme nível de atendimento, estabelecendo por sua vez, padrões territoriais. No AP de Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Confresa e São Félix do Araguaia, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exerce funções atribuídas a Agência Regional. O Ministério do Trabalho e Emprego, dispõe de apenas uma Agência Regional, em toda a mesorregião nordeste.

Mapa 17. Fluxos para serviços em instituições públicas federais



Fonte: IBGE, 2013 **Elaboração:** Autora, 2024

Subordinada ao Ministério da Fazenda, a Receita Federal conta com uma Agência em Barra do Garças. O IBGE, possui quatro agências na mesorregião, distribuída nos seguintes municípios: Barra do Garças, Água Boa, Confresa e São Félix do Araguaia. No respectivo a Justiça Federal, somente o município de Barra do Garças dispõem de uma subseção judiciária. Quanto à Justiça Eleitoral, ocorre a

presença de zonas eleitorais, distribuídas em dois municípios do arranjo populacional, Barra do Garças e Aragarças, outros sete municípios na mesorregião nordeste.

Quadro 3. Instituições federais presentes no AP de Barra do Garças

Características e tipologias das instituições públicas federais	Barra do Garças	Pontal do Araguaia	Aragarças-GO
Classe de centralidade de gestão pública	5	*	*
Centralidade de gestão pública (CGP)	30	*	*
INSS (nível 1)	1	*	*
MTE (Agência Regional – nível 1)	1	*	*
Receita Federal (nível 1)	1	*	*
MPF (nível 1)	1	*	*
IBGE (Agência Regional - nível 1)	1	*	*
Justiça Eleitoral (nível 1)	1	*	1
Justiça Federal (nível 2)	1	*	*
Justiça do Trabalho (nível 1)	1	*	*

Fonte: IBGE/REGIC-cidades, 2018 e visita de campo **Organização:** Autora

Comparando a distribuição espacial dos demais estabelecimentos federativos sobre o território, percebemos que por conter um maior quantitativo, a justiça eleitoral, e o IBGE com suas agências, condicionam fluxos mais curtos, que os demais órgãos. A justiça do trabalho, de acordo com o IBGE (2014), é composta na primeira instância pelas varas do trabalho. No estado de Mato Grosso, a mesorregião com o menor número de varas do trabalho é a nordeste, com apenas três; distribuídas nos municípios de Barra do Garças, Água Boa e Confresa.

“Os centros urbanos que detém entidades das instituições públicas possuem poder de comando e decisão sobre o conjunto de suas redes” (IBGE, 2014, p. 67). Mesmo que cada instituição atue conformes suas particularidades de atendimento na prestação de serviços à população, as cidades que as recebem, tem o poder de centralizar informações provenientes de diversas outras cidades, em específico das metrópoles.

Ainda que não tenham sido considerados, os estabelecimentos de gestão pública estadual também têm significativa importância na caracterização da hierarquia da rede urbana regional de proximidade. Dentre alguns com instalações no AP de Barra do Garças podemos citar: Escritório Regional de Saúde, Secretaria de Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT) e instituição militar como corpo de bombeiros. Este último por exemplo, tem atendido

ao município de Aragarças, dependente do atendimento do quartel localizado em Iporá-GO à 172 km de distância.

A mesma observação se coloca para os órgãos da administração indireta monolocalizados, com atuação de alcance nacional como: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Já o Batalhão do Exército, e Comando da Aeronáutica, inserem-se na composição de centralidade muito mais por uma expressão simbólica de poder e comando, que de fluxos. Mas não devem deixar de ser considerados na composição estrutural da urbanização e centralização dos equipamentos estatais.

Contudo, é importante ressaltarmos que, no caso específico da composição de regiões de polaridades, o limite territorial dos municípios não é necessariamente abrangido em uma única área específica. Ou seja, há municípios com ligações em mais de um segmento hierárquico da rede, sobrepondo-se, simultaneamente, nas relações entre cidades de mesmo nível hierárquico (centralidade) ou superior. Com isso, as regiões de influência ultrapassam os limites das unidades federativas revelando a concepção das verticalidades existentes em amplas escalas geográficas.

Porém, os fluxos decorrentes da gestão pública territorial, numa dinâmica de pares de municípios demonstram uma forte hierarquia da rede urbana, ocasionada pelas próprias redes institucionais. A distribuição das estruturas a partir do seletivo de cidades, e suas funções de comando regional, são condições reveladoras da verticalidade dos serviços. O que não significa afirmar que os limites das regiões de influência sejam estáticos, muito pelo contrário, elas se alternam conforme atuação dos deslocamentos, promovidas com a gestão pública e empresarial. Esses fatores são representados pelas variáveis de fluxos e de relações que as cidades vão construindo ou deixando de ter. Essa situação é melhor verificada na próxima seção.

4. COMPONENTES DE CENTRALIDADE, CONSUMO E FUNCIONALIDADE URBANA DO ARRANJO POPULACIONAL DE BARRA DO GARÇAS

> “Nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais” (Dias, 1994, p.12).

4.1 O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

As interações vão se criando pela necessidade das trocas materiais, circulação da produção, capital, e consumo cada vez mais diversificado. São fatores resultantes de um processo de integração territorial que se realizou sustentado pelas diferenças regionais. Os graus diversos de tecnificação e o dinamismo da urbanização serviram para reforçar a heterogeneidade do espaço nacional brasileiro (Santos; Silveira, 2014).

Para os autores, com a globalização, intensifica-se sobre o território brasileiro, “a irradiação do meio técnico-científico-informacional” constituindo manchas e pontos no interior do país (Santos; Silveira, 2014, p.53). A fluidez da informação e das finanças se tornaram importantes suportes para a produção, fazendo com que houvesse diferentes densidades técnicas, que, por sua vez, determinaram locais de maior ou menor influência local e regional.

Tais acontecimentos revelam que as disparidades regionais são estruturais. E as desigualdades são resultantes das diferenciações territoriais cada vez mais complexas de se analisar, devido a um maior número de variáveis muitas vezes, em combinação. Na elaboração da tese, buscamos selecionar algumas variáveis como: tipologia da produção, especialização produtiva, serviços de saúde e educação, consumo, trabalho e renda, urbanização, intensidade das ligações entre cidades, e centralização dos fixos empresarial.

Todas as variáveis selecionadas são sociais, ou seja, existem pela interferência direta de uma sociedade que atua pautada em lógicas capitalistas. Dessa forma, as interações espaciais são essencialmente mantidas pelo modo como as

densidades técnicas, informacionais, e a fluidez estão distribuídas nos territórios. Assim, no contexto da rede urbana, uma cidade ou região será densa ou rarefeita, terá fluidez ou viscosidade, compor-se-á de um espaço de rapidez ou de lentidão desses sistemas de objetos (Santos; Silveira, 2014), embasadas em decisões tomadas pelos diversos atores que produzem e organizam os espaços urbanos e rurais.

A economia classificada pelos setores de atividades: primário, secundário e terciário, pode ser entendida como um determinante tanto das interações quanto das disparidades entre os espaços e regiões. O setor secundário, sustentado pela indústria, em um primeiro momento histórico, conduziu um processo de centralização urbana desses estabelecimentos de produção, das empresas especializadas no atendimento dessa cadeia produtiva, e, principalmente, dos bancos privados de origem internacional.

A atividade agrícola já vinha despontando como principal indutor para os planejamentos, criação e melhorias dos sistemas de engenharias, ainda que de forma seletiva. A demanda externa por matéria-prima e a necessidade de substituição das importações fizeram com que o Estado atuasse como agente reformulador de crescimento e de desenvolvimento da economia. Tudo isso fez com que um novo sistema urbano se projetasse sobre o território brasileiro, “organizado” de modo a garantir a circulação de produtos industrializados para o interior do território, e o escoamento da produção comercial destinada ao mercado externo.

Já as atividades do setor terciário, sustentado pelo comércio e serviços (vinculados à administração pública ou ao segmento empresarial), diversificam-se nas cidades intermediárias (médias). E, em muitas cidades pequenas, especificamente as atividades do comércio aparecem como principais atividades da economia local. Conforme exposto por Santos e Silveira (2014), ao se referir à inserção do meio técnico-científico-informacional na região Centro-Oeste,

> O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente ‘natural’, ou melhor ‘pré-técnico’, onde a vida de relações era rala e precária [...] os novos dados constitutivos do território são dos do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidades assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais [...] Os produtos de uma agricultura globalizada – soja, milho, algodão, arroz – são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola [...] o maior consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e a utilização de tecnologia de ponta, como a agricultura de precisão [...] É uma produção de alimentos que se dá em fazendas modernas dispersas, a

> grandes distâncias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que os mecanismo de comando sejam pouco visíveis (Santos e Silveira, 2014, p. 271).

A situação é transposta para a área de estudo, uma vez que o contexto da mecanização agrícola, e das relações entre centros na escala da mesorregião e, para além dela, realizaram-se sob o mesmo dinamismo da macrorregião. As atividades comerciárias se colocam como elementos de produção do espaço urbano, são fixos que vão se estruturando pelas ações dos fluxos materiais (bens duráveis e não duráveis, dinheiro, pessoas, a circulação dos transportes etc.), e imateriais (créditos financeiros, informatização, comunicação etc.).

No setor dos serviços, podemos elencar a oferta de cursos tecnológicos ou superiores, ofertados por instituições de ensino médio técnico, e, principalmente, instituições de nível superior. Como serviços de segurança, melhorias em infraestrutura de comunicações, de manejo agrícola, contabilidade, georreferenciamento, facilidades de financiamentos etc. Há também diversos outros serviços que são requeridos por produtores rurais, empresários do agronegócio, do comércio, bancários, pela administração pública, ou seja, por pessoas e famílias independente de classe, embora, a organização e centralização de estabelecimentos urbanos, muitas vezes, tendem a atender às elites locais e regionais.

Quanto maior for o número de estabelecimentos instalados em uma respectiva cidade, e mais diversos e especializado for a oferta de serviços, maior será a sua centralidade perante as demais na sua hinterlândia. Redes técnicas, como de comunicação móvel, capacidade de distribuição e transmissão de internet, e de energia, são fatores técnicos fundamentais na atratividade de um centro e para a sua centralização. Há, contudo, uma organização produtiva gerida por atores hegemônicos e apoiada pelo Estado. Com isso, criou-se um aprofundamento das relações campo e cidade vinculados pelas reestruturações produtivas ocorridas, especificamente, a partir do final da década de 1990.

> Tais transformações no espaço agrário estão associadas às novas implantações industriais no espaço urbano, a exemplo das esmagadoras, fábricas de ração, armazéns, abatedouros, frigoríficos e outros tipos de indústria; nesses Urbanos simultaneamente vêm sendo introduzidos sofisticados sistemas de comunicação e de informações, que possibilitam a redução do tempo e redefinem a espacialidade dos circuitos de produção, emergindo um espaço organizado em rede, diluindo-se a rigidez das fronteiras entre municípios, possibilitando a fluidez maior mobilidade do

> capital [...] os governos municipais colocaram em prática a política de estímulos às grandes empresas, através da concessão de áreas para a implantação dos fixos e isenção de impostos; no âmbito do governo estadual, além da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi dada ênfase à melhoria das vias; na instância federal dominaram os subsídios governamentais através das formas de financiamento (Bernardes, 2015, p. 18-19).

Essas mudanças estruturais, que acometeram o espaço geográfico (campo e cidade), são consequências de um modelo de produção flexível pela qual passou as corporações empresariais, após a crise do modelo fordista de produção. Conforme Harvey (2008, p. 140), a acumulação flexível se “apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Ainda para o autor, as rápidas mudanças ocorridas no comércio, no setor financeiro, e o aumento do emprego terceirizado, do chamado setor de serviços, são algumas das características desse modelo de produção capitalista. As transformações ocasionadas na estrutura do mercado de trabalho, esteve significativamente projetada para a organização da indústria, porém, seus reflexos perpassaram por todos os setores da economia, e de maneira muito visível nas atividades modernas do campo.

As cidades, especificamente os centros mais importantes (metrópoles), gradualmente, foram passando por descentralizações de fixos, e intensificação dos fluxos com a formação de novos centros comerciais. Já a mobilidade geográfica, condicionada pela evolução tecnológica e pelas mudanças no sistema financeiro, (reforçada pela intensificação das telecomunicações), foi responsável pelas alterações na espacialidade e na hierarquia da rede urbana mundial. Assim, com as reestruturações econômicas, políticas e sociais, as relações entre lugares também foram sendo alteradas, não se fazendo apenas nos arranjos de contiguidades regionais, mas se expandindo nas escalas de interações espaciais.

Com as reestruturações produtivas e geográficas, ocorre uma complexificação de relações entre cidades, caraterística do padrão espacial nos segmentos de rede urbana. Assim, “as cidades passaram a se inserir de formas diferentes, alterando os seus respectivos tamanhos e papéis, bem como as interações e articulações espaciais dos centros urbanos” (Barros, 2019, p. 9).

A organização socioespacial é gerida pelas corporações empresariais, e com suporte do Estado e dos governos na gestão de políticas públicas para beneficiamento

técnico e geopolítico dos territórios e regiões. Dessa maneira, com a reestruturação e flexibilização do sistema produtivo, a partir, respectivamente, da abertura comercial da década de 1990, ocorre, no interior do território brasileiro, a ascensão de núcleos urbanos, e mudanças nos papéis das cidades médias. Para Barros (2019, p. 10), essas tipologias de cidades “passaram a se inserir de diferentes maneiras, uma vez que devido a interiorização da produção, muitas delas se dinamizaram e tornaram-se pontos relevantes na rede urbana”.

As cidades intermediárias na rede urbana desempenham um importante papel de interações espaciais. Já que elas estabelecerem articulações com cidades de mesmo porte hierárquico, de nível hierárquico superior, e, principalmente, com os centros menores do sistema urbano. Contudo, ao abordarmos o papel de Barra do Garças, devemos sempre considerar no processo de urbanização três fatores: (1) a temporalidade, uma vez que a diversificação e especialização funcional urbana ocorre de modo mais intenso a partir dos anos 2000; (2) a divisão do estado de Mato Grosso em duas unidades federativas, em 1977, contribuindo para um maior avanço técnico-científico-informacional da mesorregião Nordeste do Estado; e (3) o uso do território voltado para a agropecuária moderna, e o avanço do agronegócio.

Portanto, Barra do Garças se apresenta como um importante nó da rede urbana brasileira, um lugar de circulação e produção capitalista que também passou por reconfigurações intraurbanas. As alterações comerciais com a presença de redes nacionais e transnacionais são reflexos da presença das corporações, e da competitividade gerida, por um lado, pela disputa concorrencial dos mercados locais, e. por outro, pela concentração comercial e dos serviços na escala do interurbano.

4.2 CONSUMO E GESTÃO EMPRESARIAL DE LONGA DISTÂNCIA

O consumo é uma prática social que veio passando por processos evolutivos à medida que a produção das coisas também foi tomando novas formas. A passagem da manufatura para a produção em série, promoveu uma fabricação em massa de uma diversidade de produtos duráveis e não duráveis. Portanto, o incentivo ao consumo de bens não essenciais à sobrevivência dos sujeitos passou a ser um dos princípios-base das empresas para a garantia do lucro, de tal modo que a televisão

surge como uma tecnologia de comunicação ideal para reforçar a ideologia da importância de se consumir. Atualmente, o *marketing* e propagandas são complementados com o uso da internet, no chamado *marketing* digital.

Para Castells (2013, p. 58), “as redes digitais são globais pela sua capacidade de se autorregularem de acordo com as instruções dos programadores, transcendendo os limites territoriais e institucionais”. Nessas condições, as empresas (principalmente as transnacionais) se organizam não somente nos lugares (físicos) selecionados, mas, sobretudo, por meio de fluxos de ligações eletrônicas de comunicação, interagindo simultaneamente com outras unidades em diversas localidades do espaço geográfico a partir do seu papel nodal. Para o autor, cada rede de fluxo deve ser vista de forma específica, já que os espaços de fluxos das atividades financeiras não são as mesmas que as científicas, ou mesmo, das redes empresariais.

Outra prática desempenhada pelas indústrias, exclusividade para as de segmento eletrônico e de informática, é a condição de obsolescência programada. Assim, todo um sistema de objetos é impulsionado a estar em fluxo contínuo e com a fluidez necessária para o equilíbrio dos preços, do tempo de produção, circulação, e distribuição em escala global. O fenômeno da globalização contribui para a maior dispersão espacial multiescalar dos diversos objetos existentes, seja na forma de utilidade seja na origem cultural de produção.

Contudo, a síntese da lucratividade está no centro comercial (Baudrillard, 1995). Localidade onde ocorre um ordenamento dos tipos de objetos, os quais podem ser entendidos como: as feiras, as galerias (quase sempre localizadas em áreas centrais das cidades), a organização de lojas no núcleo central urbano, e os *shopping centers* (modo feirante de luxo), sinônimo de modernidade norte-americana. Nesses espaços grandes e pequenos comércios ofertam cotidianamente seus produtos, competindo entre si, e buscando novos meios de expansão.

Na sociedade atual ocorre um entrelaçamento da “ordem do consumo, que se manifesta como ordem de manipulação dos signos” (Baudrillard, 1995, p. 23). E é nas cidades que estão realçadas as significações e as lógicas dos sistemas simbólicos aqui tratados como a representatividade das redes de empresas varejistas. Todavia, ocorre uma seletividade de cidades, e alguns dos critérios para a instalação dessas redes estão associados a indicadores econômicos e sociais (Quadro 4), como: o porte da cidade e nível de hierarquia no sistema urbano (atendendo geralmente as grandes

e médias cidades), quantidade populacional, renda média salarial, PIB *per capita*, Valor Adicionado Bruto (VAB - a preços correntes), e potencial de articulação da cidade selecionada (polo de compras regional) com o quantitativo de centros na sua hinterlândia.

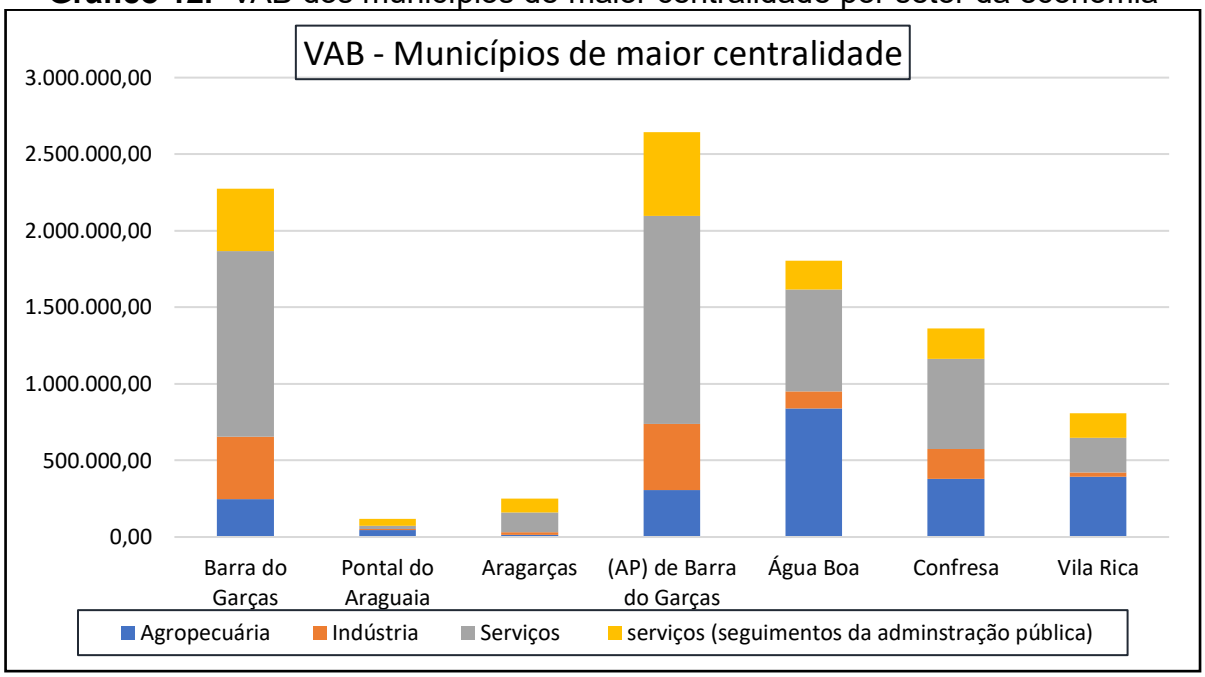
Quadro 4. Indicadores dos principais centros na Mesorregião Nordeste

Cidades		Nível da hierarquia	PIB per capita (2021)	VAB a preços correntes	População total + população dos municípios imediatos
Barra do Garças/MT	Conjunto de municípios do Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças	Centro Sub-regional A (3A)	R$:41.607,18	R$:2.273.758,638 (x 1000)	População (AP) = 94.532
Pontal do Araguaia/MT		Município integrante (AP)	R$:17.674,65	R$:116.844,906 (x 1000)	População municípios imediatos = 49.861
Aragarças/GO		Município integrante (AP)	R$:13.606,58	R$: 251.785,144 (x 1000)	
Água Boa		Centro Sub-regional B (3B)	R$:74.990,39	R$:1.804.269,939 (x 1000)	População total: 29.210 População municípios imediatos = 97.125
Confresa / Vila Rica		Centro de Zona A (4A) / e Centro de Zona B (4B)	R$:47.721,27 R$:32.627,85	R$:1.362.996,995 R$: 809.716,86 (x 1000)	35.075 / 19.888 População municípios imediatos= 65.774

Fonte: IBGE/REGIC, 2018; IBGE, 2021 **Organização:** Autora

Verificamos que o Valor Adicionado Bruto (VAB) pode revelar a capacidade produtiva e econômica dos municípios. Por isso, compõe um indicador analítico de escolha espacial das grandes redes de empresas. No Quadro 4, foram inseridos valores correntes, contudo, todos os municípios (com exceção de Água Boa) apresentam importância econômica no setor de serviços. O setor da indústria supera a agropecuária somente no município de Barra do Garças (Gráfico 12 e Tabela 12). O valor do produto interno bruto *per capita* (PIB-*per capita*) permite ter noção de renda, apesar das suas limitações relacionadas à desigual distribuição dessa renda.

Gráfico 12. VAB dos municípios de maior centralidade por setor da economia



Fonte: IBGE, 2021 **Elaboração:** Autora, 2024

Tabela 12. Valor Adicionado Bruto dos municípios por setor da economia

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Serviços (inclusos setor da administração pública)
Barra do Garças	247.955,34	408.154,10	1.211.371,50	406.277,71
Pontal do Araguaia	45.650,34	5.127,21	21.774,41	44.292,94
Aragarças	13.453,63	16.939,17	128.207,85	93.184,49
(AP) de Barra do Garças	307.059,31	430.220,48	1.361.353,76	543.755,14
Água Boa	837.748,40	113.734,61	665.895,85	186.891,08
Confresa	380.571,24	195.233,81	586.598,16	200.593,79
Vila Rica	394.344,34	25.647,50	226.576,34	163.148,68

Fonte: IBGE, 2021 **Organização:** Autora

Conforme Corrêa (2010), os centros urbanos na hierarquia de rede, trazidos por ele como localidades centrais, desempenham dois papéis que se complementam, sendo: a acumulação capitalista, e a reprodução das classes sociais. Nesse viés, estudos mais recentes apontam alterações referentes à distribuição das cidades na hierarquia urbana dada a evolução econômica de três atividades: ampliação do agronegócio, aumento da extração mineral e beneficiamento industrial primário desses recursos.

A última atividade se coloca como uma característica do município de Barra do Garças, assegurada pelas atividades desenvolvidas pela empresa de alimentos JBS fundada por José Batista Sobrinho. A companhia vem ampliando as atividades de abate de bovino e suínos, com atividades voltadas para organização e para a administração de áreas de confinamento de bovinos. É, todavia, uma empresa do setor industrial que maximiza os valores do PIB e do VAB, mas, com ela, há outras empresas do mesmo ramo, abordada mais adiante.

Na configuração do espaço urbano, o “capital geral e capitais particulares”[53] são componentes geradores de seletividades e, portanto, de desigualdades do espaço urbano e do uso do solo da cidade. Entretanto, atendendo a um sistema de mercado externo, atribuem à produção territorial da cidade centros especializados, formados a partir da concentração de estabelecimentos diversos. Tais estabelecimentos se instalam, ou seja, fixam-se no território da cidade para atender às variadas necessidades de consumo.

Nesse sentido, os padrões comerciais são a representação de alterações ocorridas na estrutura econômica e social da cidade, “na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente” (Pintaudi, 2005, p.144). Ainda na concepção da autora, essas filiais de grandes lojas varejistas têm a capacidade de tornar os fluxos de mercadorias mais rápido, já que elas surgem como fruto do liberalismo.

Já os pesquisadores Sposito e Sposito (2017), abordam a lógica e as estratégias espaciais dessas grandes empresas (Quadro 5), uma vez que o consumo, para se realizar em larga escala, precisa do território, mesmo que sustentado pelo crédito financeiro e pela dívida induzida pelas forças do neoliberalismo, que por sua vez, compõe uma parte do desenvolvimento do sistema capitalista. Para os autores, ao se pensar na lógica da concentração econômica e centralização econômicas das grandes empresas no período pós-fordismo, caracterizado pelas ações neoliberais, deve-se conjuntamente considerar

> [...] o modo que essas empresas passaram a se organizar no espaço. Todas elas ampliaram a cobertura espacial [...] promoveram em alguma medida desconcentração espacial, e esta lógica, de natureza espacial, deve ser igualmente vista como uma tendência do capitalismo. No Brasil, as maiores empresas comerciais (sobretudo as do autosserviço alimentar, mas não somente elas), estavam prevalentemente em grandes metrópoles nacionais

[53] Ver em Santos (2012, p. 129) Questões de planejamento I: Capital Geral e Capitais particulares.

> e regionais, e em grandes cidades, mas passaram progressivamente a buscar os mercados das cidades médias com importantes papéis regionais (Sposito,M e Sposito E, 2017, p. 469-470).

Com a pesquisa de tese, verificamos, no empírico, que as empresas, presentes no espaço urbano de Barra do Garças (especificamente), têm ocasionado aceleração no processo de expansão do centro urbano comercial, e que o padrão dos novos estabelecimentos, mesmo quando não é de grandes redes, apresentam áreas métricas de construção muito maiores do que as anteriores. As mudanças no espaço urbano, condicionado pelas formas dos fixos empresariais (mas não somente, pois as formas residenciais também passam por tais transformações), reforçam e intensificam os papéis da cidade.

Para os autores acima citados, as grandes empresas, tratadas, neste texto, como as redes varejistas, têm a capacidade de impor padrões de consumo, e, ao realizarem escolhas espaciais para suas instalações, interferem na redefinição da "estrutura espacial dos sistemas urbanos e do acontecer da vida urbana" (Sposito; Sposito, 2017, p. 471).

Quadro 5. Redes empresariais instaladas no AP de Barra do Garças (2023)

Tipologia comercial	Barra do Garças	Pontal do Araguaia	Aragarças-GO
Moda e esporte (vestuário)	Pernambucanas Avenida Kazzu Azzee Studio Z	-	-
Móveis	Casas Bahia Magazine Luiza Grupo Gazin Shopping do Sono		-
Supermercados, Hipermercados, Distribuidora e atacado	Super Catarinense Atacadão (grupo Carrefour)[54] Coca Cola Cervejaria Cristal Castrillon (autopeças) Diferraço Arafer (aço)	-	Arafer (aço)
Farmácias e drogarias	Ultra popular Drogasil Farmácia Artesanal Pague Menos Rosário	-	Ultra popular

[54] Informação disponível em: https://blog.atacadao.com.br/por-dentro-do-atacadao/historia-do-atacadao/ .

	Drogarias nossa rede (Febrafar)		
Redes odontológicas	Oral Sin (implantes) IMO – (Instituto Mato-grossense de Odontologia)		
Franquias	Cacau Show Kopenhagen Sabway Giraffas Golden Chicken Goya Foods Banana Food Bolos do Sítio Chiquinho (sorverteria) Gelatto (sorveteria) IGA (Gastronômia) Oca de Savóia (Pizzaria) Milky Moo Lugano cafeteria e chocolateria Frango no pote Sushi Loko IBIS – (hotel Accor) O Boticário CSclub Carmen Steffens Hering Malwee Colcci Melissa Trifil (intímus) Piticas TXC- Loja Love Brands Arena Baby Usaflex Arezzo Tupperware Anjos Colchões e sofás Kumon Fisk Wizard CCAA Instituto visão solidária Óticas Bamboo Brasil John Deere (Primavera máquinas) Sonhagro Rações comigo Dunlop (pneus) Goodyear (pneus) Budny (tratores e implementos) Inviolável (segurança eletrônica) Rede Pop pet center Shell (posto de combustível)	Shell (posto de combustível) Posto Zema (combustível)	Gelatto (sorveteria) Grupo O boticário Rede Pop pet center Shell (posto de combustível) Total Energies (posto de combustível)

	Total Energies (posto de combustível Ipiranga (posto de combustível).		
Lojas de departamentos	Americanas Havan Big Lar	-	-
Automóveis e motocicletas	Toyota Mercedes Bens Chevrolet Fiat Honda Yamaha Suzuki	-	Honda

Fonte: visita de campo (2023-2024) **Organização:** Autora

Como observado, existe significativo número de empresas instaladas no Arranjo Populacional, com centralização no espaço urbano de Barra do Garças. O número de franquias tem aumentado bastante após a construção do Barra Center Shopping, localidade de maior concentração simbólica de marcas e referência às redes empresariais com atuação em escala nacional e transnacional. O sistema de franquias passou a ganhar mais adeptos no Brasil no final dos anos 1980. As capitais, tornara-se até aproximadamente início dos anos 2000, as principais localizações deste tipo de empreendimento, atualmente, são uma realidade presente em centros de menor porte populacional, porém, com funções relevantes na rede urbana.

Para Pintaudi (2005, p. 152), as franquias são um “sistema que atua por meio de parceria entre o franqueador e o franqueado e se desenvolve através da rápida expansão de redes de distribuição e serviços, em âmbito global”. A força das marcas e as alterações nos padrões de consumo preestabelecido pela sociedade moderna, são verdadeiras âncoras para o crescimento desse modelo de rede empresarial que também tem como estratégia, quantidade populacional e distribuição de renda para suas instalações.

Costa (2008), entende a atuação das franquias como uma nova forma de relações e mudanças de alguns setores do capital. Segundo o autor,

> Nessa nova relação, a empresa franqueadora passa a usufruir de uma parte dos lucros da franqueadora [...] a tendência revela uma faceta nova do capital nesta fase da globalização. Para que o produto chegue aos mais longínquos rincões do planeta não é mais necessário a realização de grandes investimentos em produção e comercialização por parte do capital. Agora basta constituir uma rede de franqueados pelo mundo afora e, apenas com o fornecimento de conhecimento, o capital dominante pode usufruir dos

> benefícios se apropriando de parte dos rendimentos do capital dominado (Costa, 2008, p. 128-129).

Situação que denota a presença quantitativa das franquias existentes no espaço urbano de Barra do Garças, muito embora, qualitativamente, a instalação se realizou pelo alcance do produto as populações dos municípios do arranjo populacional, e as potencialidades de consumo dos demais vizinhos do entorno imediato.

A presença dessas empresas reforça a articulação existente entre a cidade de Barra do Garças, e o conjunto de seu arranjo populacional com a região Centro-Sul do Brasil, especificamente com os estados de São Paulo e Paraná (Gráfico 13). O papel de Barra do Garças, antes muito voltado a oferta de serviços públicos estaduais, federais, e as atividades econômicas sustentadas pela agropecuária e comércio local; tem apresentado maior diversificação nas funções urbanas. Essa intensificação dos papéis urbano, ocorre devido a uma maior especialização no setor de saúde, educação, comércios em redes mundiais, diversificação da rede financeira (bancos), redes de empresas que expandem seus atendimentos para os municípios circunvizinhos aos do centro imediato, maior presença de indústrias que requerem matéria-prima e mão de obra também de região imediata e intermediária, e a modernização das atividades agropecuárias, que passam a exigir redimensionamento espaços urbanos intermediários.

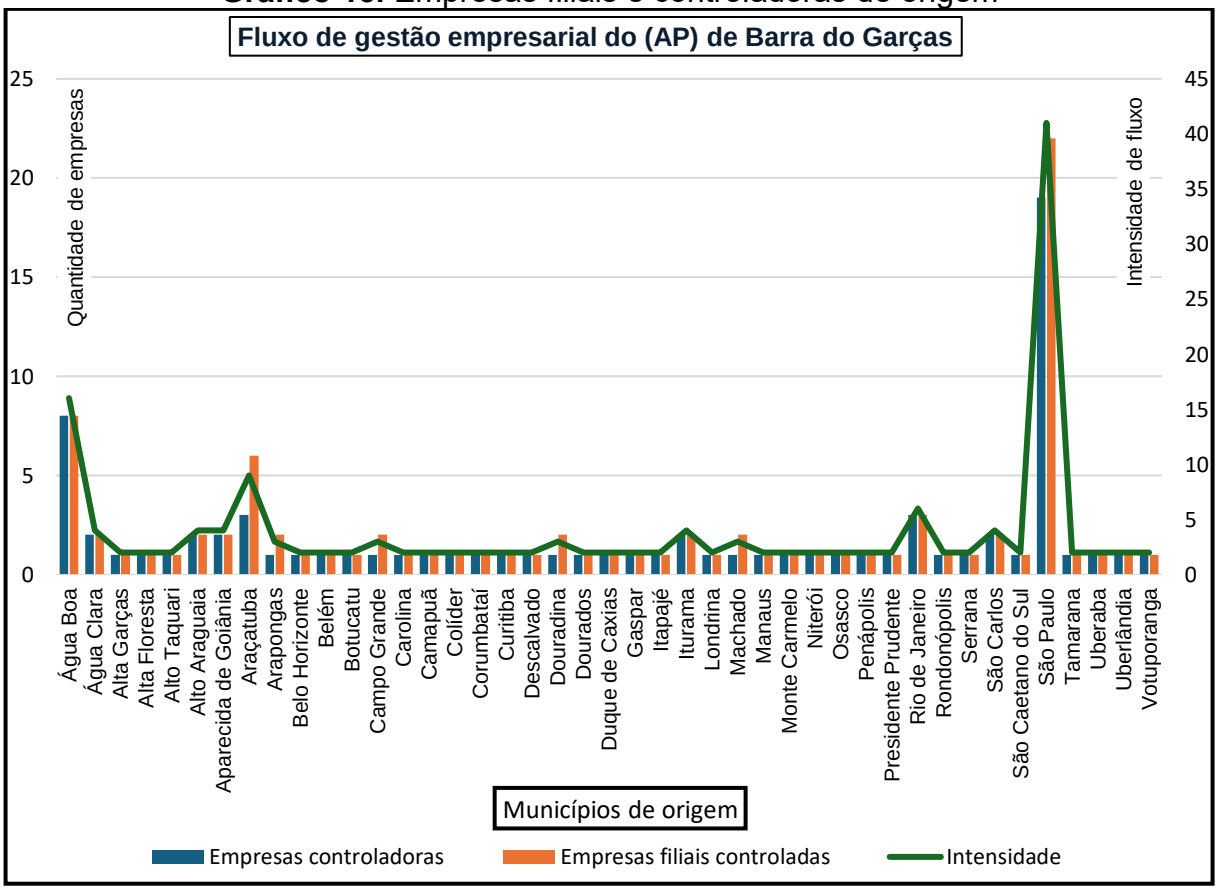
Como resultado da importância do seu papel intermediário no sistema urbano, está a escolha espacial de empresas de capital internacional como: o Atacadão, pertencente ao grupo Carrefour (maior distribuidor e atacado de capital francês) no Brasil; a rede de hotel Ibis, da companhia francesa Accor, e as concessionárias de automóveis como Mercedes (alemã) e Toyota (japonesa). As franquias como *Sabway* (norte-americana), e Instituto Gastronômico das Américas–IGA (Argentina) são também símbolos de articulação em multiescala desempenhada pela centralidade do Arranjo Populacional de Barra do Garças.

As grandes redes varejistas nacionais, como: Casas Bahia, pertencente, de acordo com Sposito e Sposito (2017), ao grupo Pão de Açúcar; Magazine Luiza, Grupo Gazin, Pernambucanas, Avenida e Americanas, as quais também atuam como determinantes no processo de mudança no consumo, em novas dinâmicas espaciais urbanas, e pelo fluxo de pessoas, capitais e produtos no tempo e no espaço, seja na

escala da cidade seja do inter-regional. Tais fatores são recorrentes nas localidades onde se instalam, uma vez que essas empresas são muito estratégicas e seletivas no momento de decidir pela distribuição territorial de suas unidades (lojas), e ao fazê-las, já estão asseguradas quanto ao dinamismo de fluxo existentes, e a gradativa intensificação destes.

Os dados de fluxo de gestão empresarial utilizados na tese, são os últimos disponíveis oficialmente pelo IBGE. Contudo, pressupomos, pelo contexto da realidade empírica, que o número de empresas controladoras e de filiais provenientes de outros estados e, principalmente, da região sudeste, tenha aumentado significativamente nesta última década. Verificamos que no ano de 2014 a origem das empresas não nativas da região, ou do estado de Mato Grosso, eram predominantes da região sudeste do país.

Gráfico 13. Empresas filiais e controladoras de origem



Fonte: IBGE, 2014 **Organização:** Autora,2024

Essas filiais de grandes empresas ou mesmo, as franquias instaladas em centros que polarizam uma região com potencialidades consumidoras são movidas conforme Moreira (2019), pela sua capacidade de atender as necessidades de fluxo e informações entre filiais e matrizes. Assim,

> [...] cada filial irá depender da agilidade com a qual as informações são repassadas e como essas distâncias serão rompidas pelos sistemas de transporte, garantindo maior eficiência e lucratividade. Dessa forma, a infraestrutura que recobre cada cidade irá garantir a fluidez e a velocidade nas interações (Moreira, 2019, p. 232).

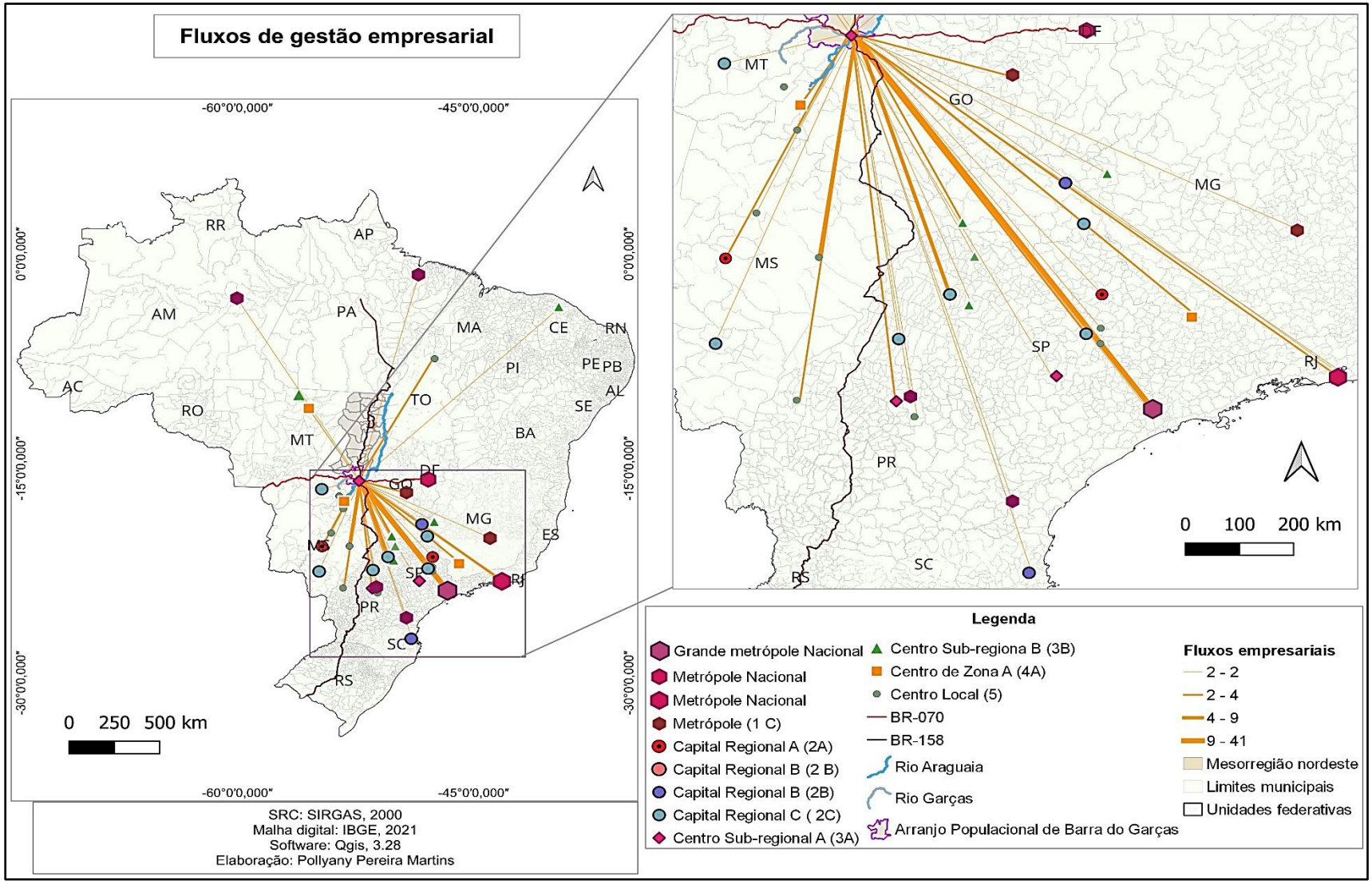
O desenvolvimento dos sistemas de transportes no país tem sido desde suas origens, mais intensificado na região Sul, Sudeste e Nordeste. O avanço das vias de transporte, especificamente o rodoviário (por tratar-se da malha com maior extensão), parte da região litorânea para a hinterlândia do território nacional. Este contexto histórico e político assegurou por muito tempo, que as articulações e interações espaciais da mesorregião nordeste de Mato Grosso tivessem ligações mais intensas com as regiões onde as rotas de transportes fossem mais rápidas. O fator distância, associado com a fluidez de rodovias, asseguraram maiores conexões com o estado de São Paulo, o qual detêm o maior número de segmentos empresariais varejistas.

Um aspecto relevante do fluxo de gestão empresarial analisado para a realidade do Arranjo Populacional de Barra do Garças, é referente a tipologia dos centros de origem das empresas controladoras. O (mapa 18), mostra a existência de empresas originárias também de centros de nível locais e sub-regionais B (na hierarquia da rede urbana) da região centro-sul, especificamente dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Tal situação pode revelar os meios pelos quais, empresas nacionais de pequeno e médio porte, buscam expandir seus mercados e reforçar seu capital financeiro para regiões onde o dinamismo econômico está em ascensão. Atuar em áreas onde as grandes empresas ainda não atuam, pode ser uma estratégia viabilizadora da competitividade de mercado na escala nacional.

Atualmente, mesmo buscando seguir lógicas gerais de estratégias espaciais e econômicas, os grupos das grandes redes varejistas podem desempenhar em algum aspecto “estratégias espaciais diferentes entre si com distribuição dos estabelecimentos de acordo com as conveniências movida pelas escolhas locacionais mais adequadas a cada situação” Sposito; Sposito (2017, p. 476).

Mapa 18. Empresas controladoras e filiais de outros municípios



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

O que significa que nem sempre, decidem por se instalarem apenas nas metrópoles, ou em cidades médias. Um fator determinante corresponde a linha de produtos que comercializam, ou o segmento de comércio aderido.

Desse modo, a instalação de uma filial está condicionada a “fatores que estimulam a expansão e a escolha de uma localização são inúmeros e podem variar de acordo com o território que se planeja ocupar pela filial” (Moreira, 2019, p. 232). A escolha pelas cidades médias ou de porte médio, deve-se também pelo dinamismo que estes centros têm assumido na hierarquia urbana.

Os meios como o consumo tem se realizado com a popularização do *e-commerce,* faz com que a necessidade de acesso a um grande centro (metrópole), seja substituído pelas funcionalidades dos centros de médio porte. Que por sua vez, detêm o controle da distribuição de bens, a partir das empresas que atuam como Centro de Distribuição Domiciliar (CDD), os quais podemos destacar: Correios, Loggi, J&T *Express*, etc. presentes no AP de Barra do Garças.

Contudo, tanto os centros de distribuição, como as redes de empreendimentos varejistas seguem o padrão locacional dos anos 1960 (Pintaudi, 2005). A escolha da localização dos estabelecimentos supermercadistas ou outros, geralmente ocorrem em vias marginais e duplicadas (Figura 10), devido a dois fatores: (a) requerer circulação de grande número de pessoas, (b) precisam de grandes terrenos para fácil acesso e capacidade de estacionamento.

Do mesmo modo que os tipos de comércios contribuem para a compreensão do fenômeno urbano (Pintaudi, 2005), para Soares Pereira (2020), o consumo se tornou de fundamental importância para se compreender a atuação do sistema capitalista e da urbanização no Brasil. A presença das grandes empresas, ou seja, das corporações empresariais em lugares selecionados (cidades), corresponde a uma denominação de gestão territorial. O que de acordo com Corrêa (2010), representa um instrumento de reprodução da sociedade, e atua na reprodução de desigualdades espaciais. Para o autor “a gestão do território é a gestão das diferenças territoriais” (Corrêa, 2010, p. 218).

Essas diferenças territoriais no contexto do urbano, são representadas pelas configurações espaciais da rede urbana. E isto se deve ao processo de seletividade na escolha locacional de determinadas empresas, atuando posteriormente, na gestão

de territórios, e estabelecendo com isso, desigualdades entre centros. Seja de acumulação de capital, ou de poder de decisão, quase sempre voltadas ao “desenvolvimento” econômico. A interferência no mercado de trabalho ocorre pelo número de empregos gerados, o que resulta numa atuação na esfera do consumo pessoal. Essas práticas criam de acordo com Corrêa (2010), condições para o surgimento de outras atividades comerciais e de serviços.

Figura 10. Instalações Supermercado Atacadão em Barra do Garças



Fonte: Acervo autora, 2023

Entretanto, o consumo perante sua natureza, encontra-se direcionado por uma divisão de classe social, desigual distribuição de renda, e um padrão de especialização produtiva. Este último, voltado a atender demandas produtivas específicas do campo, não sendo um tipo de consumo exclusivo ao atendimento das pessoas e famílias. Santos (2005) denominou essas práticas de consumo como consumptivo e produtivo.

4.2.1 Consumo consuntivo e consumo produtivo

O consumo tem sido um fator-chave da urbanização. E, ao pesquisarmos a rede urbana da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, compreendemos que o

crescimento das aglomerações urbanas está diretamente ligado aos investimentos financeiros, tecnológicos e científicos do desenvolvimento da agropecuária moderna. Portanto, a urbanização ocorrida na região se ajusta à amplificação da terceirização tratada por Santos (2005).

Para esse autor, o consumo consumptivo é ampliado ao ponto de se esgotar com ele próprio, criando, em paralelo ao mundo agrícola, formas novas de consumo denominadas por ele de consumo produtivo. O primeiro tipo de consumo retrata o consumo cotidiano e das famílias. Aquele direcionado à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação, ao vestuário, aos domésticos e aos eletrônicos, tudo que acarreta a ampliação do fenômeno da urbanização e as alterações nas formas materiais da cidade. Já o consumo produtivo aparece em complementação ao consumptivo, mas exige maquinários agrícolas, serviços especializados, laboratórios de análise de solo, escritórios de multiplicação genética bovina etc., interferindo amplamente nas alterações do espaço urbano, pois novas empresas surgem para atender a essa demanda específica do campo, e as agroindústrias se tornam presentes.

Em ambos os tipos de consumo, a heterogeneidade é uma característica. No consumptivo, a demanda se coloca de modo comparável conforme os níveis de renda e as possibilidades de aquisição, tendendo a se reproduzir na arquitetura dos centros do sistema urbano. Condição que não ocorre no consumo produtivo devido às diferenças dos equipamentos no mercado, e à demanda dos subespaços, uma consequência da diferenciação espacial.

No entanto, a superposição dos efeitos dos dois tipos de consumo contribuiu para aumentar a importância das cidades que se encontravam ou surgiram em eixos de expansão da modernização agropecuária. Ainda conforme Santos (2005), essa importância é fortalecida “tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa” (Santos, 2005, p. 126), situação que condicionou o crescimento de cidades médias no Brasil.

Os exercícios de poder capitalista nas alterações e configuração de territórios e lugares é, segundo Soares Pereira (2020, p. 15), “exercido com maior clareza e vigor, pelas grandes empresas e corporações”. Por meio delas, uma geopolítica do capitalismo se projeta intencionalmente para sua própria reprodução. E, nesse caso,

a seletividade regional e dos centros urbanos é condição estruturadora, mesmo porque o consumo se coloca como motor desse circuito de produção.

A presença das grandes empresas no espaço urbano não só expressa o poder da gestão do território e da hierarquia dos centros, mas também as diferentes demandas (necessidades e desejos criados) de consumo que vão se realizar, a partir das hierarquias sociais, e em sobreposição tipológica. A tipologia condiz ao consumo consumptivo (familiar) e pessoal/individual (Figura 12), ou, como trouxe Elias (2022), consumo da população. E o consumo produtivo seria relativo às empresas rurais, corporações que atuam no campo ou mesmo na cidade. Trata-se de um consumo de bens para a produção ou de prestação de serviços destinado especificamente à "reprodução dos meios de produção" (Elias, 2022, p. 1006), exclusivos da agropecuária moderna ou do agronegócio como prefere a autora.

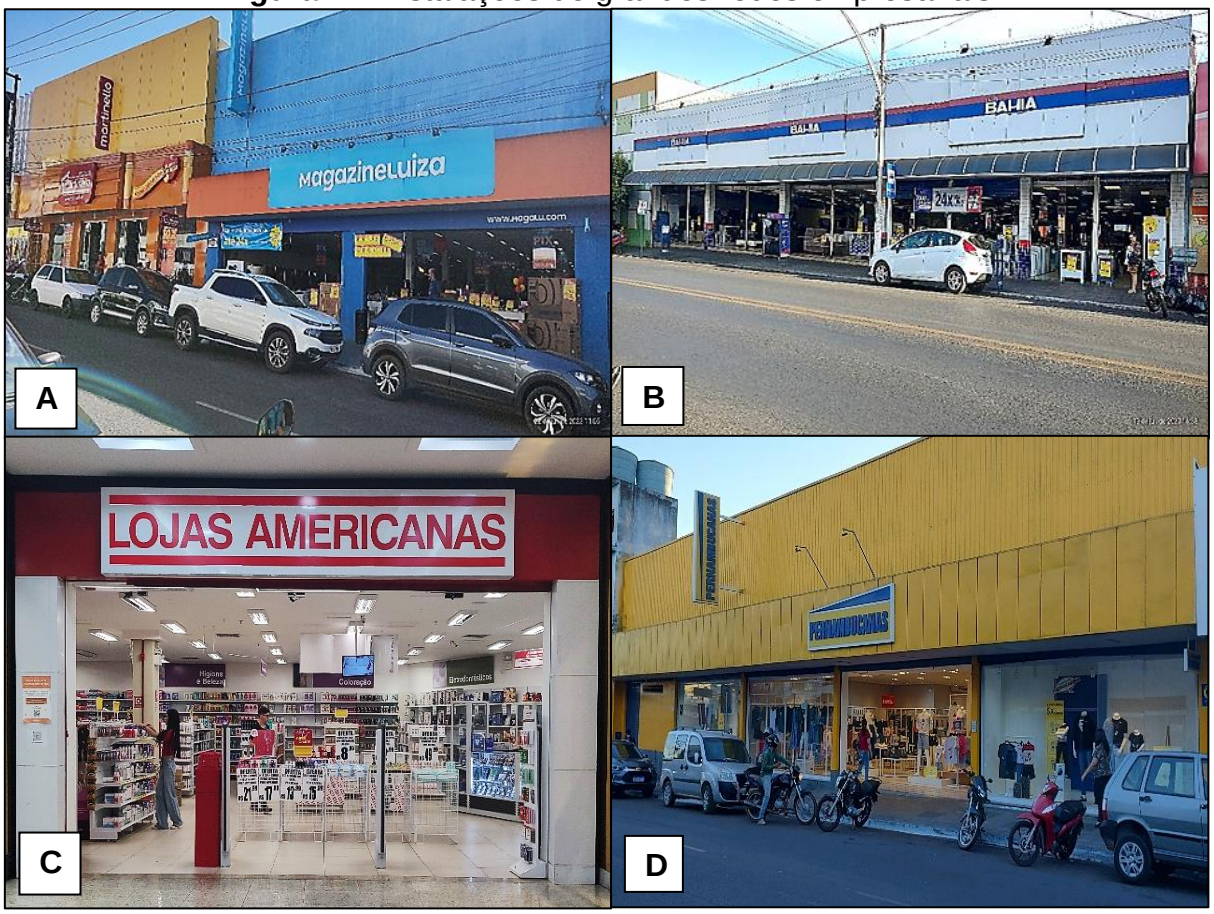
Optamos por selecionar algumas das empresas que, em suas próprias dinâmicas de mercado, tiveram grande êxito com a ampliação do consumo das classes mais baixas da população, principalmente, após a primeira década do século XXI. O poder de compra difundido entre as populações de menor poder aquisitivo, estão diretamente associadas às políticas de crescimento econômico, e, em paralelo, estiveram os programas de beneficiamento às famílias de baixa renda promovidas pelo governo federal. Tal ação corrobora a movimentação de vendas promovidas através do consumo, fazendo com que os fluxos de capital sejam constantes, assegurando, dessa maneira, uma das lógicas do capitalismo, a distribuição e circulação do produto para a rotatividade da produção.

As lojas Magazine Luiza (Imagem A) e Casas Bahia (Imagem B), em Barra do Garças, atuam no atual período mercadológico como verdadeiras "vitrines" de uma ampla rede na qual os produtos também podem ser comprados em plataformas digitais via internet, modelo de compra denominado de *e-commerce*. Ocorre que esses espaços fixos na cidade, estão optando por dispor poucos produtos a pronta entrega, e às vezes, há falta de produtos no próprio estoque de amostra ao cliente, uma vez que o modelo segue o padrão do sistema flexível. Ofertar conforme a demanda de procura, logo, os produtos passam por processos de circulação matriz-filial, filial-filial, ou mesmo, indústria-filial.

Nem por isso as desconcentrações territoriais das empresas de varejo se enfraquecem. A concentração dessas empresas pela necessidade da exposição

visual das marcas (nome da rede empresarial) respectivamente no espaço da cidade, caso exemplificado a partir das Imagens (C) das lojas Americanas e (D) Pernambucanas, instaladas no mesmo centro urbano que as anteriores citadas, criam espaço-tempo em reestruturações comandadas pela própria lógica de acumulação do capital.

Figura 12. Instalações de grandes redes empresariais



Fonte: Acervo da autora (2023)

Mais uma vez, a lógica capitalista está em possibilitar as condições de fluxo de mercadorias, de conseguir maiores preços de venda em determinadas localidades, e, principalmente, por impulsionar o consumo por meio de linhas de “crédito-compra”, ou seja, são oferecidos por essas empresas em parcerias com bancos multinacionais e cartões de crédito, um dos meios pelo qual as instituições financeiras se utilizam de empréstimos para pagamentos em créditos eletrônicos, recaindo na “creditização” da capacidade de difusão comercial em territórios com pouca expansão.

> A creditização do território dá nova qualidade ao espaço e à rede urbana, **contudo,** a creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é hoje possível de ser usado através do conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam (Santos, 2005, p. 124 grifos nosso).

Esse modelo de indução ao consumo é uma condição para amplificação do fenômeno da globalização, da competitividade entre as empresas. Todavia,

> Estes fluxos, ao se estabelecerem e se intensificarem no sistema de mediação social, terminam por não permitir observar separadamente os momentos cotidianos, assim como dificultam a própria apreensão da intensidade das suas expropriações para o homem e reapropriações pelo capital (Oliveira Júnior, 2008, p. 218).

Dessa forma, a terciarização se tornou a essência da nova urbanização, pela qual as cidades interioranas vieram passando desde o final do século XX. Assim, quanto maior o potencial de concentração das atividades comerciais e de serviços numa cidade, mais se intensificam os fluxos e a estruturação espacial. Conforme Whintacker (2007, p. 6), “a morfologia da cidade possui correlações com o desenho da rede urbana e não se trata de característica exclusiva do atual momento da urbanização”. Os fluxos são complementares à existência dos fixos, que se projetam como nós ou pontos de um sistema que se sustenta pela integração dos mais diversos componentes. Dessa maneira, as conexões em rede ocorrem pelos fluxos de energia, comunicação, transporte/circulação, pessoas, mercadorias, da informatização, do capital etc.

Há os fluxos de serviços, consumo este, muitas vezes, adquirido de municípios vizinhos ou até mesmo de outros estados, quando a especialização do trabalho se encontra centralizada. Um exemplo comum, na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, é a contratação de profissionais pilotos agrícolas provenientes de municípios da região Sudeste. Diante da reestruturação pela qual as cidades do arranjo populacional de Barra do Garças vem passando, e pela própria divisão territorial do trabalho, alguns serviços destinados ao campo começaram a ser ofertados após a criação dos cursos de medicina veterinária, agronomia e de agronegócio. Os cursos técnicos ofertados para atuação em atividades voltadas ao agronegócio são relativamente poucos se comparado a outras cidades.

Entretanto, no espaço urbano do AP de Barra do Garças, o quantitativo de fixos comerciais para o consumo produtivo (Figura 13) demostra a atuação econômica do espaço rural sobre a configuração material da economia das cidades. Como ilustração e exemplificação da tese, selecionamos uma loja de revenda de produtos agropecuários (Imagem E) que presta também serviços de manejo e criação de gado de corte ou leite. Essa empresa conta com unidades fixas instaladas em 11 (onze) estados brasileiros, e na Mesorregião Nordeste, além da loja em Barra do Garças, tem outra unidade em Confresa.

A Imagem F ilustra as instalações de uma unidade da franquia *John Deere*, da empresa Primavera Máquinas. A primeira loja física (matriz) se instalou em Canarana, e depois foi inaugurada outras seis lojas, inclusa a de Barra do Garças. Tem-se como principal negócio a mecanização agrícola (tratores, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras), porém, são conjuntamente ofertados serviços especializados em treinamento operacional e de otimização durante as etapas do ciclo produtivo.

Percebemos que o quantitativo dessas empresas (específicas para o campo) materializadas na cidade, atuam como um indicador da especialização que é ofertada. No conjunto do Arranjo Populacional, ao todo são 18 (dezoito) lojas de produtos agropecuários, entre pequenos e grandes estabelecimentos. Em Barra do Garças, estão concentradas 15 (quinze) dessas lojas, e 7 (sete) delas atuam como distribuidoras em rende nacional, a saber: Agro Amazônia, Agroboi, Agroline, Boa Safra-adubos fronteira, Casa do Adubo, Nutri Grão, Rações Comigo, e ZooFértil. Já as lojas de maquinários e peças (tratores e outros) totalizam 6 (seis) empresas, sendo: Agritex Case, Forte Peças Agrícolas, HF-(Budny) tratores e implementos, D4 Agronegócio- (Revemar Campo/Massey Ferguson), Primavera Máquinas- (Jonh Deere e TratorMaq). Todas estão instaladas no espaço urbano de Barra do Garças.

As duas últimas Imagens, G e H, representam, no período atual, a maior força econômica da pecuária nos municípios que compõem o Arranjo Populacional de Barra do Garças. As atividades com a criação de bovinos, principalmente para o corte, mel de abelha, galináceos e ovos de galinha compõem o ranking da produção animal.

A economia regional com produção expressiva de bovinos, proporcionou a criação dos Cursos de Medicina Veterinária no Centro Universitário do Vale do Araguaia; de Agronegócio no Centro Universitário Unicathedral, instituições privadas

em Barra do Garças; e o de Agronomia na Universidade Federal de Mato Grosso. A capacitação e o conhecimento proporcionado por essas instituições de ensino possibilitaram a ampliação de empresas de assistência veterinária e alteração genética, diversificando as atividades especializadas para o campo.

Figura 13. Instalações comerciais para consumo produtivo



Fonte: Acervo da autora (2023)

Dados da produção agropecuária expostos pelo IBGE (2022)[55] mostram os municípios da Mesorregião Nordeste que detêm o maior tamanho do rebanho bovino (cabeças) em ordem decrescente, sendo: Vila Rica (713.922), Cocalinho (539.282) Confresa (486.695), e Barra do Garças (451.940). Já os com menor tamanho do rebanho são: Alto Boa Vista, Santo Antônio do Leste, Luciara, Nova Nazaré, Novo

[55] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/mt , e https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/go.

Santo Antônio, General Carneiro, Querência e Santa Cruz do Xingu, estes municípios apresentaram quantitativo inferior a 130 (cento e trinta) mil cabeças. Os demais municípios apresentam uma produção mediana de acordo com as estatísticas do IBGE, com tamanho de rebanho entre 150 (cento e cinquenta) mil e 380 (trezentos e oitenta) mil cabeças.

No conjunto dos municípios do AP de Barra do Garças, Pontal do Araguaia apresenta tamanho de rebanho bovino de 133,094 (cento e trinta e três mil e noventa e quatro) cabeças. E Aragarças, 35.500 (trinta e cinco mil e quinhentas) cabeças. Porém, o quantitativo apresentado para os municípios vizinhos tanto do lado mato-grossense, como do lado goiano potencializam e complementam os fluxos gerados pela necessidade do consumo produtivo.

A atuação da atividade agroindustrial sustentada pela produção do gado de corte, dos municípios da região imediata e intermediária, é reforçada devido à presença da unidade do frigorífico JBS-Friboi (Imagem H), maior empresa do ramo industrial na região, tanto em número de geração de empregos, quanto de produtividade econômica. Sua atuação econômica está organizada com produção voltada à exportação e ao abastecimento do mercado interno. A Classificação da Forbes (2022) indica a JBS, empresa que atua no setor de alimentos e bebidas, como sendo a segunda maior companhia brasileira e segunda maior empresa de alimentos do mundo.

Além das atividades com a indústria de transformação alimentícia, esta empresa iniciará atividades de confinamento bovino no município de Barra do Garças, cujo nome fantasia é Boitel JBS. As instalações estão sendo construídas no distrito de Indianópolis com capacidade inicial para dezoito mil bovinos, e capacidade para futuramente acomodar até quarenta mil animais[56]. Outros dois confinamentos já se encontram instalados nos municípios de Água Boa e Vila Rica. Conforme nota no site da empresa, os confinamentos foram criados com o intuito de prestar serviços de engorda de bovinos aos pequenos e médios pecuaristas que não dispõem de um confinamento próprio.

[56] Informação extraídas do portal de notícias Semana 7, disponível em: https://www.semana7.com.br/#google_vignette . Acesso em: 20 maio 2024.

Percebemos que as empresas instaladas têm o objetivo de abstrair lucros com o atendimento às demandas de consumo consumptivo e produtivo. Além disso, uma vez instaladas, essas empresas atraem outras empresas de serviços ou varejo que vão prestar assistência às necessidades de consumo a uma população em geral, ou até mesmo, consumo de outras empresas. Estabelecimentos ferragistas e de pré-moldados são exemplos de empresas que têm suas produções mais direcionadas a empresas do que a pessoas físicas, porém, o leque de empresas que atuam de forma horizontal na oferta de produtos ou serviços são muitas. E nesse processo, a urbanização vai ocorrendo conforme a natureza econômica de cada região.

É necessário deixar em destaque que o processo de urbanização não acompanha as demandas por empregos da população da cidade ou o município que passa por reestruturação produtiva. Como já debatido por muitos estudiosos da Geografia e áreas afins, os espaços da globalização imbuídos de tecnologia e informatização, estão sendo cada vez mais automatizados. Sendo assim, a especialização do trabalho gera também seleção de mão de obra, processo que provoca o acréscimo do número de pessoas no setor informal da economia.

Nesse sentido, o fenômeno urbano é entendido “Como forma que trans-forma [...] des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário” (Lefebrve, 2001 p. 159). O modo como se colocam os elementos do processo urbano no espaço das cidades está atribuído às alterações ocasionadas pelos setores da economia sobre o território brasileiro. Segundo Spósito (2015), essa configuração desencadeia seis acontecimentos dos quais apenas dois serão especificados, por direcionar o tema que é apresentando nesse texto:

> 1- [...] a desconcentração espacial da atividade industrial e a ampliação da cobertura espacial dos grandes capitais comerciais e de serviços reforçam os papéis das cidades que estão nos extratos intermediários do sistema urbano;
> 2- novas áreas de ocupação pelo agronegócio precisam pouco de cidades pequenas, reforçando ou redefinindo papéis de cidades de porte médio, e compondo redes urbanas regionais rarefeitas (Spósito, 2015, p. 127).

Nos dois contextos expostos pela autora, identificamos aproximação com a realidade empírica da região de estudo. A desconcentração da atividade industrial, como já abordado, tem pouca repercussão, apesar da instalação recente de algumas delas, visto mais adiante no texto. Já a ampliação espacial dos grandes capitais comerciais e de serviços tem alterado significativamente a dinâmica dos fluxos

intraurbanos, e a própria forma das cidades de nível sub-regional na hierarquia da rede de cidades.

Evidenciamos que os centros de pouca centralidade, ou seja, as cidades pequenas, tem sido pouco alterada em termos de ampliação do setor terciário, e que ocorre uma preferência por cidades que se encontram em eixos de escoamento, ou que comporão novas rotas de escoamento dentro do planejamento de desenvolvimento regional na esfera dos governos estaduais e federal. Com isso, o processo de reordenamento de territórios se coloca de maneira desigual, fator percebido pela temporalidade das instalações de empresas como Ibis hotel em 2022, Atacadão em 2018, Casa do Adubo em 2020, Big lar em 2021, e outras redes nacionais e regionais a partir do ano de 2005, no município de Barra do Garças, e 2015 em Aragarças-GO.

“É possível perceber aqui que a questão da temporalidade no desenvolvimento geográfico desigual é importante e que a urbanização planetária e a globalização alcançam de forma diferentes os diversos lugares” (Soares Pereira, 2020, p. 47). As mudanças na morfologia dessas cidades estão em curso e, com um olhar apurado, é possível acompanhar as alterações na estrutura social e espacial, utilizando-se as categorias estrutura, processo, função e forma, uma vez que são alçadas em tempos diferentes na estrutura da globalização (Santos, 2012).

Há, sobretudo, interesses especulativos de firmas nacionais e transnacionais que são implicadas, de acordo com Santos (2012), por uma “nova divisão internacional do trabalho e que o uso capitalista do território passa a exigir investimentos vultosos em capital fixo”, nos quais as despesas requeridas para tal feito são em maior proporção aplicadas pelo Estado, uma vez que os governos estaduais e municipais dispõem de pouca capacidade para realizá-las.

A literatura estudada e a pesquisa empírica não nos deixam dúvida de que o aumento do quantitativo de comércios e da especialização de serviços destinados ao agronegócio estão entre os vetores de incremento da economia urbana. Isso faz com que a cidade tenha condições de fornecer “grande quantidade de produtos para a agropecuária (consumo produtivo), como utensílios para aviários, herbicidas, sementes melhoradas, rações e medicamentos, além de vários serviços, como de melhoramento genético” (Elias, 2022, p.1012).

A cidade também pode ser analisada como uma representação simbólica das atividades que são desenvolvidas no campo. O comércio local (nativo), com expressividade para o setor de vestuário e artigos de selaria (consumo consumptivo), tem desvelado a representatividade histórica da economia com a pecuária (Figura 14), no contexto do arranjo populacional e de toda a região que abrange a área de influência de Barra do Garças. Da mesma forma que as lojas específicas de insumos para o campo, cujo nome fantasia já direcionam o público destinado.

Todavia, esse nicho de consumo de vestuário tem atendido a procura não só de pecuaristas ou trabalhadores desse segmento, mas também de estudantes dos Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. Situação que explica a presença de duas lojas em Aragarças, e sete lojas em Barra do Garças (vestuário e artigos de selaria). Ressaltamos que o vestuário rural é, em muitas situações, idealizado para o country norte-americano; indicativo de que a globalização cultural caminha de mãos dadas com a globalização econômica. A primeira estimula a alteração de estilos e modos, enquanto a última se utiliza das marcas e dos produtos como meios de fazer com que o capital seja expandido e reproduzido de forma cíclica.

Figura 14. Símbolos comerciais da representação econômica regional



Fonte: Acervo da autora (2023)

Essa exemplificação empírica contribui para a compreensão de que a dinâmica urbana é condicionada pelas relações de trocas, da oferta constante ao consumo, das circulações de pessoas, da organização (divisão) do trabalho para a reprodução do capital e da vida cotidiana. São esses componentes do fazer social que determinam no tempo-espaço especificidade à cidade, que, na sua relação dialética com o campo, desenvolve significações, pois, conforme Santos (2012, p. 13), “os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados”.

4.3 ATRIBUTOS DO COMÉRCIO LOCAL

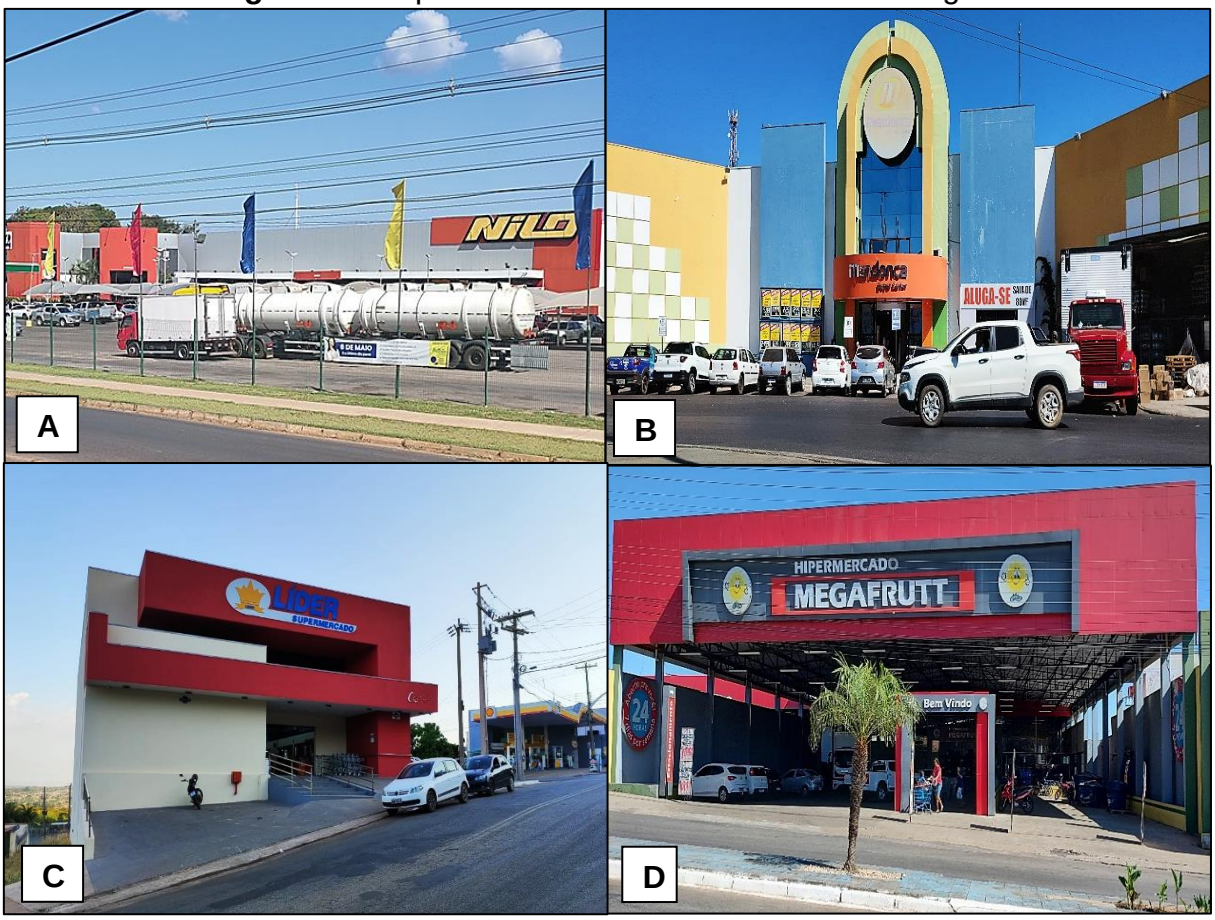
Barra do Garças, como mencionado anteriormente, foi a primeira cidade da Mesorregião Nordeste a compor um centro comercial. Junto da cidade de Aragarças, essas atividades do setor terciário foram se diversificando à medida que ocorria o crescimento desses núcleos urbanos, com a escolha locacional de novos empresários vindos, em grande maioria, da região Sudeste e Sul. A participação do setor de serviços no PIB municipal de Barra do Garças foi de 71%; de Aragarças 87,9% e Pontal do Araguaia 57% IBGE (2021). Salientamos que o percentual de serviços para os dois últimos centros é muito reforçado pelos serviços de administração pública (saúde, educação, segurança e seguridade social). Para o último município, esse segmento de serviços tem maior participação do que a soma dos privados.

Contudo, no decorrer do processo de urbanização desses centros, a centralização dos estabelecimentos públicos e privados se fizeram com maior intensidade no espaço urbano de Barra do Garças. Os fatores que tornaram esse centro uma nodalidade mais atrativa para empresários de outras regiões, e mesmo da própria região, foram abordados em seções anteriores.

As empresas de comércio local, apesar da presença das grandes empresas de hegemonia nacional, continuam resistindo à concorrência e à expansão destas últimas. Em algumas situações, como exemplo de supermercados, hipermercados e lojas de móveis e eletrodoméstico nativos (Figura 15), buscam também expandir sua área de atuação nas escalas do intraurbano, na Mesorregião, e no estado de Mato Grosso.

Destas empresas, elencamos: Nilo, com segmento comercial de supermercados/hipermercado, totalizando até o momento cinco estabelecimentos na Mesorregião Nordeste (dois em Barra do Garças, um em Nova Xavantina, um em Água Boa, e um em Querência), conta com mais de setecentos funcionários diretos[57]. Essa empresa também atua no segmento de postos de combustível e de *Shopping* (Barra Center *Shopping*), sendo o primeiro instalado na região. No mesmo ramo supermercadista, têm-se as empresas Mendonça e Líder, ambas com dois estabelecimentos instalados em Barra do Garças. Em Aragarças, a empresa *Megafrutti* dispõe de dois estabelecimentos, sendo um deles, com atendimento 24 (vinte quatro) horas.

Figura 16. Supermercados nativos com filiais na região



Fonte: Acervo da autora (2024)

[57] Informação disponível em: https://nilosupermercado.com.br/historia/. Acesso em: 22/06/2024

A importância do varejo supermercadista está relacionada à capacidade que esses estabelecimentos comerciais têm de promover fluxos de mercadorias oriundos de várias regiões e países. Práticas de mercado que organizam as articulações da produção, circulação e consumo, à medida que determinado produto é inserido no conjunto de itens disponibilizados no varejo.

Nos supermercados (não só os mencionados aqui), mas todos de uma maneira geral, é facilmente encontrado produtos como: café, farinha, leite, ovos, doces, quitandas (bolos, biscoitos, bolachas etc.), doces, arroz, hortaliças, carnes, pimentas, carnes dentre outros, produzidos por pequenas e médias empresas nos municípios do AP de Barra do Garças, na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, Noroeste de Goiás, e em todo o alcance territorial dessas duas unidades federativas.

Em outra concepção analítica, vista pela capacidade de concentração financeira e territorial dessas firmas/empresas supermercadistas, Pintaudi (2005, p.151) afirmou que:

> O supermercado significou concentração financeira e territorial, porque passo a concentrar, sob a propriedade de um único empresário ou grupo e em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço, que se constituíam em comércios especializados de pequenos capitais, tais como a padaria, o açougue, a peixaria, o bazar, a quitanda (frutas, verduras e legumes) e a mercearia (produtos de limpeza e gêneros alimentícios não perecíveis).

Essa capacidade de centralizar vários segmentos do consumo em um único ambiente comercial continua sendo uma prática principalmente dos grandes supermercados. Nos de médio porte, muitas vezes, ocorre a terceirização desses nichos especializados, o que assegura aos proprietários desses médios empreendimentos, custos menores com funcionários. Porém, garante a oferta e a possibilidade competitiva com as maiores empresas do ramo, oferecendo aos clientes variedades, e produtos frescos no segmento de panificadora e hortifruti. O que as grandes empresas atacadistas nem sempre conseguem ofertar.

Referente às empresas nativas no setor de móveis e eletrodomésticos, com filiais e redes, elencamos: *Eletrokasa*, Novo Lar Móveis e Eletro e *Styll`us* Móveis (Figura 16). As duas últimas contam com lojas em Barra do Garças e Aragarças (ao todo são duas lojas Novo Lar em Barra do Garças e uma em Aragarças; a empresa *Styllys* Móveis conta com uma loja em Barra do Garças e a segunda em Aragarças. A empresa *Eletrokasa* têm três lojas em Barra do Garças e outras 77 (setenta e sete

lojas) distribuídas em todo o estado de Mato Grosso[58]. Pontal do Araguaia até o momento não possui instalações de lojas de móveis e de grandes supermercados, assim, sua população, ao buscar comprar bens desse tipo, conduzem-se para um desses dois centros urbanos vizinhos, especialmente para compra de móveis e eletrodomésticos, mas muitos produtos de supermercados são adquiridos em mercearias ou pequenos supermercados do próprio centro urbano.

É importante deixar destacado que este último centro do AP de Barra do Garças não é assistido com linha de transporte coletivo pela empresa Delta Express (Garçastur) que atua no espaço urbano de Barra do Garças e Aragarças/GO. A Indicação para que houvesse um estudo de demanda e trajeto para criação de uma linha de ônibus foi apresentada à câmara de vereadores do município em 2018[59]. Conforme argumentos apresentados pela vereadora que indicou a proposta, o serviço já se torna indispensável, pelo crescimento do espaço urbano e a distribuição da população em áreas mais longínquas dos centros comerciais, distância que chega a 6km.

A (Imagem E), traz uma unidade da rede de lojas eletrokasa em Barra do Garças. Essa firma comprou todas as lojas da rede Móveis Estrela de Mato Grosso, a qual pertencia a uma família de imigrantes palestinos[60]. Até o falecimento do patriarca da família, o grupo Móveis Estrela detinha o controle de 120 (cento e vinte) lojas distribuídas também nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A matriz se encontrava instalada em Jataí-GO, e os investimentos em Mato Grosso se iniciaram na década de 1970. Segundo informação divulgada no site de notícias Olhar Direto (2012, s/p), o patriarca “foi um dos incentivadores para a vinda de mais de 150 (cento e cinquenta) famílias de palestinos para a cidade” de Barra do Garças nesta década.

A loja Novo Lar Móveis e Eletro, popularmente conhecida como “A loja do Leandro”, teve sua primeira loja física instalada em Barra do Garças no ano de 2008. Em Aragarças (Imagem F), a inauguração ocorreu somente no ano de 2014. A empresa foi uma das primeiras a expandir unidade filial para este centro urbano,

[58] Informação disponível em: https://www.jornaldanoticia.com.br/2018/noticia.php?codigo=24575
[59] Informação extraída do jornal A Tribuna. Disponível em: https://atribunadenizar.com/en/linha-de-onibus-para-pontal-do-araguaia-mt/ Acesso em: 24 jun. 2024.
[60] Extraído de: https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=295424&noticia=morre-dono-do-grupo-moveis-estrela-corpo-sera-sepultado-na-palestina. Acesso em: 27 jun. 2024.

localizada na avenida Ministro João Alberto (do lado goiano). Enfatizamos que a maioria das empresas comerciais de Aragarças se concentram nessa avenida, de modo que as filiais com matriz em Barra do Garças, e empresas com origem de outras regiões e estados, buscam por prédios que estão mais próximos das pontes (ponto de divisa entre estados). A situação pode ser entendida sob as seguintes condições: (1) estratégia logística de fluxos, (2) acesso rápido para clientes, e (3) economia de tempo e recursos com deslocamentos necessários para suprir estoques.

Figura 16. Lojas de eletrodomésticos com filiais na região



Fonte: Acervo da autora (2024)

Já a loja filial *Estyll`us* Móveis planejados (Imagem G) se encontra instalada na avenida Ministro João Alberto em Barra do Garças desde o ano de 2014. Sua

matriz é de Aragarças, com prédio localizado na avenida Pedro Ludovico Teixeira (segunda via mais importante de concentração comercial) dessa cidade. As instalações físicas da loja matriz, fundada em 2001[61], com atividade principal de comércio varejista de móveis, são menores do que as de sua filial. No entanto, a condição locacional e de uso do solo urbano é a mesma apresentada para a Novo Lar, e outras empresas que buscam competir no setor de varejo.

Tais condições de uso do solo urbano têm gerado transformações na forma urbana de Aragarças, principalmente, nessa área mais próxima ao encontro dos dois rios. Não se trata de uma revitalização de fato, mas é possível identificar alterações nas fachadas dos estabelecimentos comerciais, ampliação, antigas casas residenciais não compõem mais a paisagem, cedendo lugar a edificações comerciais. Essas transformações têm ocorrido com mais destaque a partir do ano de 2010.

Esses contextos empíricos, contribuem para a compreensão de que a produção do espaço urbano e suas reestruturações se realizam, de modo muito significativo, conforme interesses sociais privados (empresariais), proveniente dos diversos setores econômicos movidos pelas condições de reprodução do capital. Em muitos casos, até mesmo uma ação governamental para a produção desse espaço urbano, como pavimentação, melhoramento de vias públicas, sinalização, iluminação, sistema de drenagem e rede de esgoto, e criação de espaços de lazer, a exemplo das praças, ocorre por pressões políticas de agentes hegemônicos presente na formação da própria cidade, como lócus de reprodução da vida e do poder. Assim, “os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro” (Carlos, 2007, p. 87).

Ao tratar da cidade como um fator de socialização capitalista, Santos (2012, p.118) afirma que “a concentração reduz o custo dos investimentos em infraestrutura, gera economias externas e de escala, e diminui os custos de transportes e comunicações, tudo isso permitindo ampliar a escala do mercado”. Esclarece ainda que as concentrações ocorrem com esforço coletivo através de contribuições sociais extraídas dos processos produtivos. Ou seja, há uma transferência de recursos financeiros de uma população para algumas pessoas ou firmas pelos grandes

[61] Extraído de: https://www.diariocidade.com/go/aragarcas/guia/stillus-moveis-04435031000126/. Acesso em: 27/06/2024

financiamentos para atividades produtivas na cidade por meio dos fundos de financiamentos.

Esses sistemas de financiamento, no qual as empresas/firmas se beneficiam empiricamente, foram notados nos espaços urbanos, principalmente de Barra do Garça e Aragarças com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Vários foram os empreendimentos comerciais que ampliaram seus espaços físicos, ou construíram filiais em bairros em expansão, com recursos financeiros de crédito concedido pelo Estado para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Dentre os mais identificados em campo, estão lojas de materiais para construção, oficinas mecânicas, supermercados, loja de vestuário, loja de móveis planejados.

Portanto, nesse processo de centralização trazido para a cidade, o Estado acaba condicionando desigualdades que estão direcionadas à estrutura dos empreendimentos concebido a alguns espaços urbanos, geralmente, com função regional intermediária, ou seja, as cidades médias são beneficiadas em detrimento das cidades menores. Isso ocorre, porque se estabelece um processo seletivo para o limite financiável segundo o perfil (porte), linha de financiamento e localização do empreendimento do agente tomador do crédito.

Ao se efetuar um olhar analítico para o espaço construído, sendo este a cidade, entendemos que a concentração de objetos e ações foram historicamente agregando formas resultantes de uma divisão do trabalho pretérita, mas que, ao mesmo tempo, exigem que os arranjos espaciais se reconfigurem diante das novas funções redistribuídas e ordenadas social e politicamente pelo território da cidade e da sua região, tomados pela necessidade do capital em intensificar as especializações.

Nessa configuração do espaço urbano, o “capital geral e capitais particulares”[62] são componentes geradores de seletividades e, portanto, de desigualdades do espaço urbano e do uso do solo na cidade. Entretanto, atendendo a um sistema de mercado externo, atribuem na produção territorial da cidade centros especializados, formados a partir da concentração de estabelecimentos diversos. Tais

[62] Ver em Santos (2012, p.129) Questões de planejamento I: Capital Geral e Capitais particulares.

estabelecimentos se instalam, ou seja, fixam-se no território da cidade para atender às variadas necessidades de consumo.

Essa concentração se dá no centro da cidade ou nos seus subcentros como uma expressão da forma urbana, ou seja, os moldes da urbanização em suas especificidades temporais. Por isso que o centro é entendido como uma localidade, um nó dos variados movimentos existentes, onde o uso do solo representa a expressividade de poder administrativo, gestão dos negócios, e da política de decisões etc. É no centro que existe a intensa concentração de pessoas, dos produtos, dos fluxos, e da diversidade social.

As lógicas do mercado neoliberal não sentenciam fronteiras para a circulação de produtos, de informação ou interações mediadas por símbolos. De tal modo que a livre concorrência se tornou um dos componentes chave da produtividade econômica e política da cidade. Na (Figura 17), temos um contexto de circulação de informação, e proximidade espacial (Santos, 2005), desde a rua principal de comércios da cidade de Aragarças, entendido numa escala intraurbana e interurbana, como “dinâmica interna da cidade” (Cavalcanti, 2001, p. 13).

Figura 17. Publicidade de empresa barra-garcense em Aragarças/GO



Fonte: Acervo da autora (2024)

Sobrepomos as duas escalas urbanas, porque, visto pela primeira dimensão da paisagem, nota-se um equipamento fixo utilizado como meio de exploração de anúncio publicitário externo (*outdoor*) afixado por empresa especializada, e mediante pagamento de taxa e concessão de licenciamento municipal. Essa forma de publicidade tem crescido bastante nos últimos cinco anos, no conjunto das cidades do arranjo populacional.

No entanto, chamamos a atenção para o fato de a publicidade do supermercado Nilo, empresa de Barra do Garças-MT, ser colocada ao lado do supermercado Super Ponto Certo em Aragarças-GO. A circulação da informação, nesse caso, busca, por um lado, reforçar não só as interações espaciais já existentes entre essas cidades, mas promover o *marketing* competitivo de empresas nativas. Por outro lado, cria se uma contradição dialética do consumo, ao ser estimulado que aconteça no município vizinho, centralizador de muitas matrizes nativas e filiais de redes nacionais ou internacionais. Esse movimento, que é também político, poderia ser entendido como um acontecer solidário? (Santos, 2005, 2006).

Partindo das concepções do autor, há no território três formas de acontecer solidário, a saber: acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico. A segunda forma nos parece contemplar bem o exemplo de produção do espaço urbano capturado de forma imagética, pois corresponde à reciprocidade das relações entre cidades pela proximidade geográfica. Nesse jogo de relações funcionais, as forças são centrípetas e construídas horizontalmente; seja pelo consumo (diversos), pelo trabalho exercido também por habitantes das cidades vizinhas seja pelo capital produzido e em circulação etc.

O mercado interno, assim como o comércio local, traz em suas atuações o externo, e, com isso, criam contradições entre ambas as forças (Santos, 2012). O (Gráfico 14) mostra o quantitativo do índice de atração[63] geral dos centros de destino, sobre o total de deslocamentos dos moradores de cada município de origem, onde se dão as ligações entre centros abrangidos pela área de influência do Arranjo

[63] O percentual indicado nos questionários foi a base para a construção do Índice de Atração para cada Cidade. Esse índice foi calculado a partir da população residente nos Municípios entrevistados e o percentual dos destinos. Por exemplo, as Cidades A e B, cada uma com 100 mil habitantes, mencionam a J como destino com, respectivamente, 50% e 10%. O Índice de Atração da Cidade J será a soma de (100 mil x 0,5) e (100 mil x 0,1), resultando em 60 mil. Esse valor não corresponde ao número de pessoas que efetivamente se deslocam à Cidade J, mas oferece um parâmetro comparativo da atração entre diferentes Cidades (IBGE, 2020, p. 17).

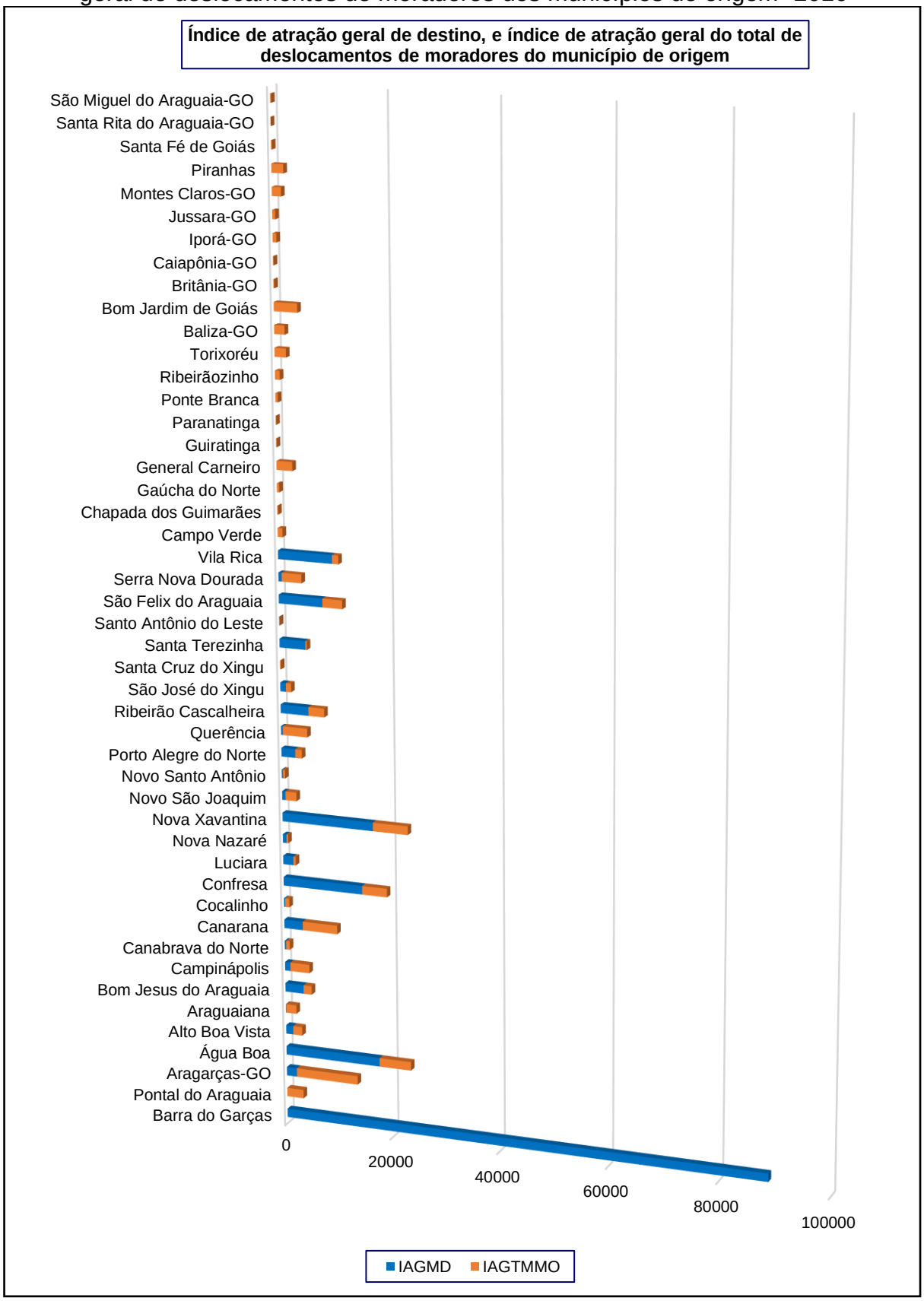
Populacional de Barra do Garças. Salientamos que o índice de atração de destino dos municípios de Goiás (exceto Aragarças) não foi inserido na sistematização, por não compor o recorte de estudo.

Sendo assim, verificamos que os municípios com maior índice de atração (cálculos estatísticos realizados pelo IBGE, 2016) da Mesorregião Nordeste mato-grossense são: Barra do Garças, complementado por Aragarças como município integrante de Arranjo Populacional. Pontal do Araguaia, por sua vez, não foi apontado como um centro de destino para consumo, mesmo compondo a integração de municípios do AP de Barra do Garças. Isso se deve pela baixa centralidade de serviços e comércio desempenhada por este último município, como já abordado anteriormente.

Na condição de municípios que não estão integrados a outro centro urbano pela contiguidade e fluxos pendulares diários, estão os municípios de: Água Boa, Nova Xavantina, Confresa e Vila Rica, como os destinos de maior atração por populações de outros municípios de origem. Já o índice de atração geral sobre o total de deslocamentos dos moradores dos municípios de origem, para consumo de bens e serviços em municípios de destino, só não foi inserido para o município de Barra do Garças por se tratar do principal centro da sub-rede urbana da pesquisa. Porém, o total de deslocamento da população desse município se faz expressivamente para os seguintes centros: Goiânia e Cuiabá.

Referente ao índice de atração geral, sobre o total de deslocamentos dos moradores de outros municípios de origem para o AP de Barra do Garças, tem-se na ordem dos maiores índices de deslocamentos populacionais: Aragarças, Canarana, Nova Xavantina, Água Boa, Confresa, Querência, Bom Jardim de Goiás, Serra Nova Dourada, São Félix e Pontal do Araguaia. Atribui-se o baixo total de deslocamento de municípios próximos, como Torixoréu, Araguaiana e Baliza, ao quantitativo populacional desses municípios, já que nem todas as pessoas dispõem de condições para se deslocarem em função do consumo.

Gráfico 14. Índice de atração geral de destino para consumo, e índice de atração geral de deslocamentos de moradores dos municípios de origem- 2016



Fonte: IBGE, 2016 **Organização:** Autora, 2024

Como afirmado por Santos (2008), a complexidade e integração da economia urbana garante preços inferiores em produtos comparativamente iguais, verificados em outras cidades do mesmo sub-sistema urbano, ou seja, da mesma rede regional. Inferimos, pois, que as especializações comerciais e de serviços disponíveis no (AP) de Barra do Garças podem, até certo ponto, assegurar preços iguais aos ofertados em capitais regionais e metrópole regional. E o motivo já foi exposto anteriormente, pela posição do sítio urbano de Barra do Garças em relação ao desses centros.

Contudo, essa condição, por um lado, também facilita a mobilidade das populações de maior renda, e, por outro lado, pode assegurar maior totalidade de consumo das populações que se encontram restritas à dinâmica da mobilidade para o consumo de bens e serviços, para além do essencial. Atualmente, com a popularização e facilidade de aquisição de cartão de crédito, o acesso à internet, e o avanço do mercado de *e-commerce,* a diferença de preço para muitos consumidores com pouca mobilidade (questão comum das pequenas cidades distantes de grandes centros) para se deslocar-se para centros intermediários ou metrópoles, começa a fazer diferença.

Referente à potencialidade comercial da Mesorregião Nordeste mato-grossense, a (Tabela 13) exibe o quantitativo de unidades locais de empresas instaladas nos centros urbanos de nível Sub-regional A, sub-regional B, Centro de Zona A, e Centro de Zona B, no sistema urbano, em que Barra do Garças se coloca como principal nodalidade. Esse indicador de economia urbana é verificado pelo número de empresas concentradas, e permite um comparativo entre os centros de maior polaridade desse recorte regional. Assim, seu nível de importância também é assegurado pelo “número de empresários, de profissionais liberais, de funcionários e de assalariados e, por conseguinte, maior é o número de compradores para os bens do comércio moderno” (Santos, 2008, p. 345).

Para a averiguação do quantitativo de comércios, optamos por agrupar três períodos temporais, a diferença foi de oito anos para cada período de amostra disponibilizada pelo IBGE. Assim, a evolução das unidades físicas de empresas do comércio nos espaços urbanos do AP do ano de 2006 para 2014, foi de 15,2%, período em que a presença de franquias e redes multinacionais ainda era incipiente. O maior dinamismo com a chegada de empresas (unidades físicas) nessas cidades

ocorreu a partir desse último período, apresentando um percentual de aumento no número das unidades de 54,9% para o ano de 2022.

Tabela 13. Quantitativo de unidades empresariais locais nos principais centros da sub-rede urbana de Barra do Garças -2022

Cidades	Unidades locais			Pessoal ocupado			Pessoal ocupado assalariados			Média salarial
	2006	2014	2022	2006	2014	2022	2006	2014	2022	2022
Barra do Garças	1.540	1.774	3.874	11.176	15.194	21.479	9.625	13.144	17.202	2,2
Pontal do Araguaia	58	89	243	231	575	817	183	468	573	2,2
Aragarças-GO	234	297	673	907	1.582	2.774	730	1.260	2.082	1,7
Água Boa	508	761	1.917	2.587	5.085	8.563	2.043	4.164	6.414	2,5
Confresa	183	422	1.774	1.609	3.300	7.719	1.444	2.811	5.915	2,3
Vila Rica	474	385	910	2.388	2.246	3.274	2.034	1.795	2.320	2,1

Fonte: IBGE/CEMPRE, 2021

O crescimento dos empregos no setor terciário fica evidente com o número de pessoal ocupado assalariado, embora não tenha sido possível o levantamento exato do total de pessoal ocupado na cidade de Barra do Garças para o setor de comércio; nesse quantitativo está inserido trabalhadores que residem nos municípios de Aragarças e Pontal do Araguaia, não sendo, portanto, um resultado sobre o total apenas da população dessa primeira cidade. Os movimentos pendulares diários para o trabalho no comércio, indústria, ou serviços diversos refletem qualitativamente essa realidade.

A análise do salário médio mensal e o quantitativo de população ocupada são importantes indicadores para se projetar potenciais de consumo em vários segmentos, pois, com base nesse indicador, muitas empresas selecionam as localidades de instalação de suas unidades físicas. E, na concepção de Egler (2010, p. 103), “a distribuição territorial da renda está espacialmente relacionada a estruturação da rede urbana”. No contexto das Políticas públicas, a renda compõe a esfera de indicadores para se traçar planos de ação e de demandas sociais, como: revitalização de espaços para lazer, eventos culturais etc., posto que um significativo número da população não ocupada no comércio, indústria, administração pública; serviços de saúde, educação, segurança, e profissionais liberais trabalham como autônomos ou de modo informal em atividades do circuito inferior da economia. Dessa maneira, condicionar possibilidades para esse grupo de trabalhadores, torna-se uma política importante no

contexto de economia urbana, e da produção efetiva do espaço da cidade por diversos atores.

Ao realizar a comparação das médias salariais desses municípios, cujos centros dispõem de maior centralidade, podemos depreender que a maior média de salário estimado para o município de Água Boa é decorrente das atividades do agronegócio. Com destaque, principalmente, para a produção agrícola, com maior visibilidade para o cultivo da soja, já que essa cultura exige maior especialização do trabalho. Assim, o segmento comercial com especialização direcionada ao atendimento de demandas de consumo para o campo, principalmente do consumo produtivo, padronizam os valores de salários.

Ainda referente ao quantitativo das empresas, dados fornecidos pelo setor de tributação e alvará das prefeituras de Pontal do Araguaia e Barra do Garças contribuem com o fundamento dos resultados da pesquisa. Pontal do Araguaia contava no mês de novembro de 2023, com um total de 802 empresas, classificadas da seguinte forma: 508 (quinhentos e oito) empresas Microempreendedor individual (MEI), 180 (cento e oitenta) Microempresa (ME), 62 (sessenta e duas) Empresa de Pequeno Porte (EPP), e 22 Empresas de Demais Portes.

Já o setor de alvará de Barra do Garças nos disponibilizou apenas os dados do número total dos estabelecimentos comerciais, sem classificação. Até o dia cinco de dezembro de 2023, este centro urbano contava com 4.702 (quatro mil setecentos e duas) empresas, sendo que 722 (setecentos e vinte e duas) tiveram alvarás abertos só no ano de 2023.

Foi protocolado formalização de pedido, solicitando os dados secundários ao setor de tributação junto à prefeitura de Aragarças, porém, até a escrita deste texto, não nos foi concedido. O quantitativo total de empresas optantes pelo Simples Nacional e SIMEI[64] também serviu de embasamento analítico referente a atividades econômicas e cadastro de empresa desses municípios. No ano de 2023, Barra do Garças registrou total de 7.332 (sete mil trezentos e trinta e duas) empresas cadastradas pelo sistema de tributação acima mencionado. Assim como Pontal do Araguaia, com 899 (oitocentos e noventa e nove) empresas, e Aragarças-GO com total de 1.915 (mil novecentos e quinze) empresas.

[64] Disponível em: https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/ConteudoApoio/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx . Acesso em: 22/06/2024

Pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), relativo ao ano de 2023, os tipos de atividades empresariais com maior número de cadastros nos três municípios são: fabricação de produtos diversos; fabricação de móveis com predominância de madeira; recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores; serviços de confecção de armações metálicas para construção; fabricação de artigos de serralherias exceto esquadrias; serviços de usinagem tornearia e solda; Impressão de material para outros usos; fabricação de outros serviços de carpintaria para construção; confecção sob medida de peças do vestuário; confecção de roupas do vestuário exceto roupas íntimas; fabricação de produtos de padaria e confeitaria; fabricação de produtos de panificação industrial; serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; serviços de poda de árvores para lavouras; coleta de resíduos não perigosos; instalação e manutenção elétrica; obras de alvenaria; serviços de manutenção e peças mecânicas de veículos automotores; comércio varejista de mercadoria em geral; comércio varejista de bebidas; comércio varejista de hortifrutigranjeiros; construção de edifícios; instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, ventilação e refrigeração; serviços de lanternagem ou funilaria, e comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotivos.

A variação das classes ou segmentos de atividades registradas pelo Simples Nacional evidencia, por um lado, a ocorrência de sobreposição das atividades de serviço e comércio, uma consequência do alargamento no tempo-espaço da terciarização das atividades econômicas em diversas cidades e regiões do país. Por outro lado, a tipologia da maioria dessas, e de outras empresas que são cadastradas, revela uma gradativa expansão e reprodução das alterações do trabalho. Essa expansão e reprodução das alterações do trabalho estão asseguradas pela ideologia do “empreendedorismo individual”, para a qual muitos sujeitos são direcionados diante da redução da demanda de empregos nos setores que atualmente mais se supriram das tecnologias e automação, indústria e agropecuária.

Muitas dessas empresas irão compor o circuito inferior da economia, que, de acordo com Santos (2008), atendem às populações com menor renda, e com capacidade de mobilidade limitada para centros maiores. Também estendem seus serviços para centros de nível inferior na rede urbana. As atividades do circuito inferior se colocam em complemento às do circuito superior, pela assimetria com que esses circuitos se desenvolvem. De modo que,

> [...] cada cidade tem, na realidade, duas áreas de mercado, correspondendo cada uma delas a um dos circuitos da economia urbana. Mesmo nas regiões de influência urbana mais ricas dos países subdesenvolvidos mais avançados, reconhece-se a existência desses dois subsistemas econômicos funcionando lado a lado (Santos, 2008, p. 353).

Na dinâmica do sistema urbano, esses dois circuitos atuam sob dimensões opostas, mas estão em constantes interações mantidas pelas classes médias da população, por conta das suas possibilidades de consumo frequentes ou ocasionais que ocorrem nos dois circuitos econômicos. As atividades do circuito superior dificilmente se encontram nas cidades locais, contudo as do circuito inferior estão em todos os níveis da rede urbana.

As horizontalidades e verticalidades são elementos constituintes de cada um desses circuitos e isso ocorre porque a área do circuito inferior é contínua, mesmo com vinculações reduzidas, enquanto a área do circuito superior está direcionada a escalas globais, criando vinculações que ultrapassam as contiguidades. Nesse movimento da economia, os fluxos populacionais ocasionados em detrimento da procura pelo consumo revelam a estrutura da rede urbana regional e nacional. Bem como pelas múltiplas relações em rede, geradoras de territorialidades cotidianas.

4.4 ATUAÇÃO DO SEGMENTO INDUSTRIAL

Analisamos as atividades da indústria na região, ou seja, no contexto do arranjo populacional de Barra do Garças, sustentados pela concepção teórica e crítica dos dois sistemas urbanos existentes nos países subdesenvolvidos (Santos, 2008), e ainda complementamos com o termo países emergentes, no sentido de aproximá-lo de conceitos e discursos atuais.

De acordo com o referido autor, a rede urbana, específica desses países, está superposta por dois sistemas de rede movida pelas atividades industriais. O que define e diferencia esses sistemas é o funcionamento de ambas, mais até do que suas formas físicas estruturais, pois uma está constituída por atividades industriais voltadas para o país e a outra está essencialmente direcionada para a exportação. Assim, no

subsistema de tipo 1[65], a organização do espaço e o conteúdo relacionado a cada nível urbano, ou seja, a condição de nodalidade e centralidade de cada cidade é definido por período de inserção tecnológica.

Nesse sentido, cidades com funções intermediárias no contexto do sistema urbano podem apresentar dinâmicas apoiadas sobre uma tríade determinante de fluxos, a qual elencamos: concentração-produção-distribuição. Mesmo diante da dificuldade de atrair atividades do circuito moderno, a necessidade de reduzir gastos com deslocamentos de produtos primários (bovinos e grãos), por exemplo, fizeram com que a desterritorialização de indústrias, iniciada para a hinterlândia das principais metrópoles, prosseguisse para o interior do território brasileiro.

Não estamos tentando afirmar que existe industrialização na região de estudo, porque esse é um termo mais próprio de um processo ocorrido em áreas metropolitanas, e que, atualmente, vem passando por uma dinâmica de decrescimento no Brasil. Todavia, não poderíamos deixar de abordar uma atividade econômica que tem apresentado relativa participação no PIB do município de Barra do Garças, especificamente. E, também, porque “a evolução econômica recente no Brasil tem relação importante com a ampliação do chamado “agronegócio” e com o aumento da extração mineral e beneficiamento industrial primário de tais recursos (Sposito, 2015, p. 126).

Portanto, a particularidade das atividades industriais existentes nessa região, e em Mato Grosso, como visto anteriormente, está estreitamente relacionada à modernização das atividades do campo, que se fizeram em resposta a uma demanda internacional e, também, pela própria demanda de indústrias nacionais. Fato que ocorre “num inesperado desdobramento em que a indústria acaba se aproximando da terra e se encontrando com a agricultura no miolo do espaço nacional” (Moreira, 2015, p. 125).

As relações existentes entre áreas de produção moderna no campo e as cidades locais são estreitas e assimétricas (Santos, 2008). A conexão é mais direta

[65] O subsistema de tipo 1, ou urbanização 1, como preferiu o autor, é entendido como aquele que reúne os tipos de atividades industriais nos países desenvolvidos. “Uma está ligada principalmente às atividades industriais voltadas para o país; a outra, às atividades voltadas para a exportação [...] Chamaremos de urbanização 1, o subsistema que compreende os tipos A e B de industrialização [...] No caso da urbanização 1, quanto mais elevado o nível de integração das atividades industriais na cidade, maior sua capacidade de dominação sobre o espaço circundante” (Santos, 2008, p. 331).

com centros urbanos de nível superior na hierarquia da rede, ou seja, como as pequenas cidades ou centros locais tem pouco a oferecer em aparelho comercial, bancário, assistência técnica etc., as relações vão se compondo de forma vertical na configuração do sistema urbano.

Basicamente, as alterações e reordenamentos das atividades no território brasileiro se deram em decorrência da dinâmica do subsistema 2, aquele em que as atividades industriais são direcionadas para exportação, uma vez que, atualmente,

> [...] essas atividades podem se instalar-se em todos os escalões urbanos, não importa em que cidade, contanto que esta reúna vantagens comparativas locais, tais como infra-estruturas locais, externalidades a baixo custo, mão-de-obra barata. Como esse tipo de indústria não exige infra-estruturas regionais complexas e numerosas, nem econômicas externas locais, pode ocorrer uma certa descentralização. Pode-se falar, até certo ponto, de uma localização “livre”, na medida em que essas indústrias são capazes de criar fácil e rapidamente o meio de que necessitam (Santos, 2008, p. 339).

Essas indústrias passam a exercer um papel importante na economia interna, devido às facilidades que lhes são impostas pelo Estado. De acordo com o IBGE (2021), a participação da indústria na economia dos municípios do arranjo populacional é de: 18% Barra do Garças, 4,9% Pontal do Araguaia, e 6,7% Aragarças-GO. O primeiro e o último município tiveram participação maior nesse setor da economia do que na agropecuária, 11% e 5,4 % na ordem anunciada. Já o município de Pontal do Araguaia teve participação de 39% no PIB da agropecuária.

Dentre as atividades categorizadas conforme Classificação CNAE, frigoríficos de abate de bovinos, fabricação com predomínio de madeira, laticínios, matadouros, fabricação de artefatos e calçados em couro, fabricação de farinha de mandioca, torrefação e moagem de café, e fabricação de rações balanceadas para animais, e fabricação de artefatos de concreto são os instalados nos municípios com classificação de grande, médio e pequeno porte. Entretanto, as empresas com classificação Microempreendedor (MEI) são as que apresentam ascendência (Tabela 14).

Pesquisa realizada na plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao quantitativo dos estabelecimentos do setor da indústria de transformação correspondente ao ano de 2022, registraram um total de 47 (quarenta e sete) unidades distribuídas entre os três municípios do AP. Destas, 36 (trinta e seis) estão localizadas

em Barra do Garças; outras 5 (cinco) em Pontal do Araguaia, e Aragarças apresentou 6 (seis) unidades. Concernente ao número de pessoal efetivamente registrados, os dados apontam um total de 2.364 (duas mil trezentos e sessenta e quatro) pessoas. Destes, 17 (dezessete) em Pontal do Araguaia, 35 (trinta e cinco) em Aragarças, e os demais em Barra do Garças.

Tabela 14. Municípios com estabelecimentos agroindustriais

Municípios	Grande	Médio	Pequeno	Micro	Total
Barra do Garças	2	1	1	18	22
Pontal do Araguaia	-	-	-	4	4
Aragarças-GO	-	-	1	12	13
Água Boa	1	-	1	16	18
Querência	-	-	2	14	16
Nova Xavantina	1	-	3	10	14
Confresa	1	-	2	9	12
Vila Rica	-	-	2	8	10
Bom Jesus do Araguaia	-	-	-	3	3
Ribeirão Cascalheira	-	-	-	3	3
Novo São Joaquim	-	-	-	2	2
Cocalinho	-	-	-	1	1
São Félix do Araguaia	-	-	-	1	1
Unidades regionais					119

Fonte: Sistema Fiemt, 2023[66]

Os resultados ajudam a demonstrar que, apesar da região dispor de uma dinâmica significativa para a produção da agropecuária, as agroindústrias, principalmente de médio e grande porte (que representam produção e especialização integrada a economia internacional), ainda apresentam número bem restrito na Mesorregião, não existindo, portanto, complexos agroindustriais como na porção Centro-Norte do Estado, com os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Primavera do leste, Tangará da Serra, Alta floresta etc.

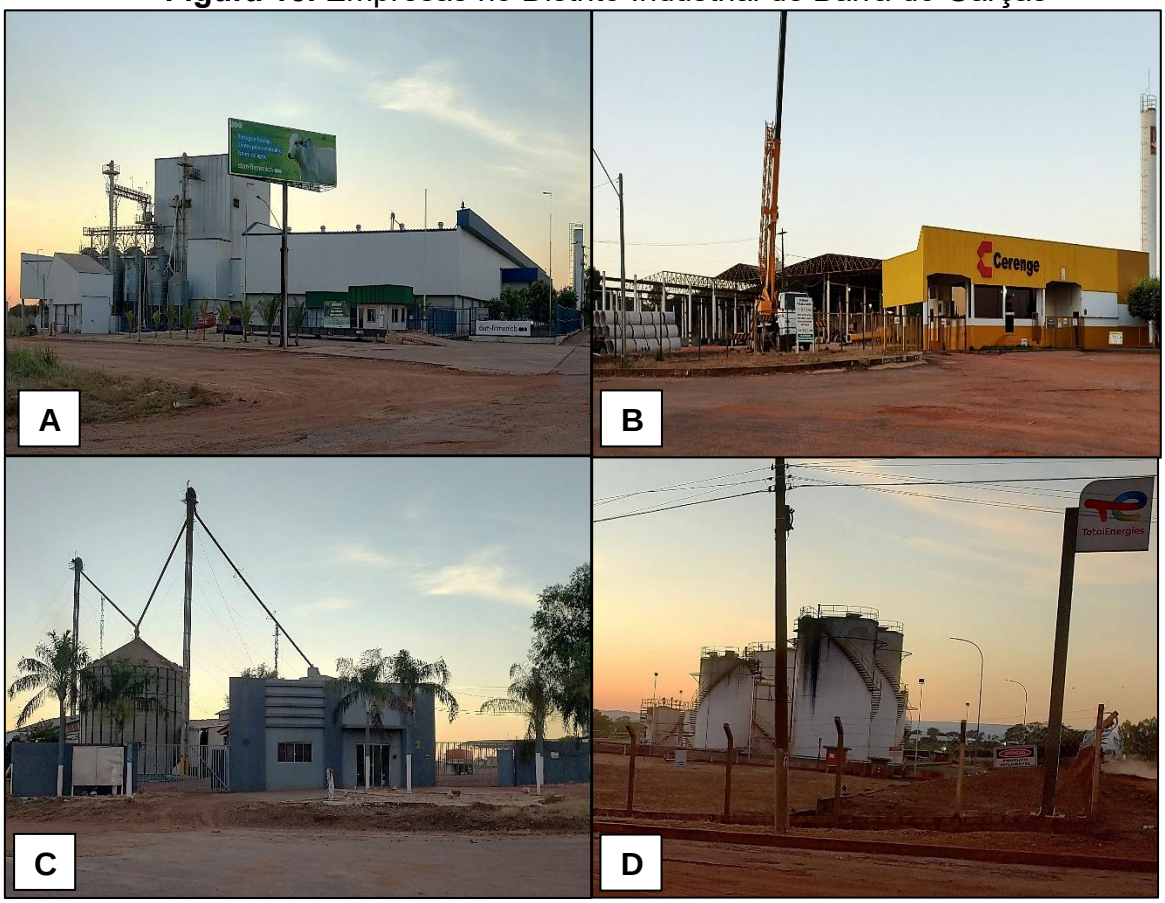
Ressaltamos que apenas a cidade de Barra do Garças dispõe de um Distrito industrial em uso (Figura 18), embora ainda se encontre estabelecimentos industriais fora desse espaço de zoneamento. A indústria Prodap/DSM (Imagem A) é a mais recente, instalada no município no ano de 2020, produzindo suplementos de nutrição animal (ração e sal mineral). Com fabricação de artefatos de concreto, a empresa Cerenge (Imagem B) se instalou no município no ano de1982. As imagens C e D trazem duas empresas de armazenagem e distribuição; a primeira, com o grupo

[66] Disponível em: https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria

Disbral distribuidora de asfalto, e a segunda traz o grupo TotalEnergies, com distribuição de produtos petroquímicos e de energia.

O distrito industrial da cidade de Pontal do Araguaia foi criado no ano de 1993. O art. 1º da Lei municipal nº 029/93 apresenta: “As empresas que instalarem suas sedes ou filiais industriais dentro do município de Pontal do Araguaia-MT, receberão gratuitamente uma área de terras no distrito industrial para construção de suas sedes.” A hipótese da não instalação de empresas industriais nesse município esteve associada à mobilidade de transporte, pois tinha como via de fluxo a passagem entre as pontes de Aragarças ou Barra do Garças. Atualmente, com a construção do anel viário “cortando” esse município, no sentido Oeste de seu território, o distrito industrial passou a ter localização privilegiada quanto ao fluxo de escoamento de produção.

Figura 18. Empresas no Distrito Industrial de Barra do Garças



Fonte: Acervo da autora (2024)

Já a cidade de Aragarças se encontra em processo de estudo para a escolha da área, de tal modo que, para traçar as políticas de aquisição do terreno, as

normatizações de uso do solo, e organização dos lotes para futuras empresas, o coordenador geral e secretário de Indústria e Comércio estiveram, no ano de 2021[67], na cidade de Rio Verde-GO, para visita técnica ao distrito industrial dessa última cidade. Identificamos, em entrevista, a intensão dos gestores de Pontal do Araguaia e de Aragarças de se estabelecerem práticas espaciais no espaço dessas cidades, mediado através de políticas de ordenamento do uso do solo urbano. Desse modo, a determinação de uma área para a concentração de atividades industriais é vista como fundamental para atração de empresas do ramo e desenvolvimento da economia dos municípios em específico.

Atualmente, as maiores empresas com atividades classificadas como indústria desses municípios integrantes do Arranjo Populacional de Barra do Garças são: laticínios, panificação, ferragistas, serralheiras, marcenarias, fabricação de móveis planejados, e confecção de uniformes. Já o município que encabeça a unidade das três cidades dispõe de maior diversificação de empresas do setor industrial, e unidades de maior porte, como: frigorífico, matadouro, torrefação e moagem de café, duas fábricas de nutrição animal, duas fábricas de tintas e texturas, fábrica de telas e alambrados, três cerâmicas industrial, indústria de pré-moldados, estrutura metálica e concreto usinado, laticínio, fábrica de sorvetes e confecção de uniformes.

Há também no município de Barra do Garças, as instalações da indústria rural Bio Brazilian Italian Oil indústria comércio e exportação de biocombustíveis ltda, inaugurada no ano de 2014, com localização na BR- 158, km 39, próximo ao distrito Vale dos Sonhos.

A empresa Café Viola (Figura 19) desempenha atividades de moagem e torrefação de café desde o ano de 1996. De acordo com informações extraídas do site da empresa[68], o café em grão tem origem no Sul do estado de Minas Gerais, produzido por pequenos produtores.

Dados da produção agropecuária IBGE (2022) mostram que não foi obtido nenhuma informação de cultivo de café para os municípios da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso. Embora o Estado tenha apresentado quantidade produzida de 9.348 (nove mil, trezentos e quarenta e oito) toneladas, numa área colhida de 11.825 (onze

[67] Informação do site de notícias, disponível em: https://araguaianoticia.com.br/noticia/36826/prefeitura-se-prepara-para-criar-setor-industrial-em-aragarcas.
[68] https://www.cafeviola.com.br/historia/

mil, oitocentos e vinte e cinco) hectares. Com exceção do município de Primavera do Leste, o cultivo de café está concentrado em municípios a Oeste das Microrregiões Aripuanã, Alta Floresta e Alto Guaporé.

Figura 19. Instalações da empresa Café Viola



Fonte: Acervo da autora

A abordagem sobre a empresa Café Viola se deve ao fato de esta empresa, mesmo classificada como micro pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), segue a mesma lógica de oligopólio das grandes empresas nacionais e transnacionais. as marcas Café Viola, Café Garimpeiro, Café Divisa, Café Canta Galo e Café Caseiro Confresa pertencem a mesma empresa.

Embora as atividades industriais (particularmente as de transformação), atualmente, não estabeleçam grande influência na dinâmica espacial da rede urbana, e no contexto da metropolização do espaço[69], a presença desses estabelecimentos caracteriza diversidade econômica da cidade. Como características de um processo

[69] De acordo com Ferreira (2015, p. 71), a metropolização do espaço não se restringe à região metropolitana, incorpora as cidades médias e pequenas; transcende a cidade e chega ao campo. Transforma e engloba as formas de gestão do território. O movimento de metropolização surge com a conjuntura da cidade como empreendimento, ou seja, da cidade como negócio. Nisso, Ferreira, Rua e Mattos (2015, p. 16) dizem que "a metropolização incorpora algumas características anteriores e desenvolve outras. Trata-se [...] da grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento da s atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração da atividade de gestão e administração, de cada vez maior utilização de tecnologias de informação e comunicação, da grande variedade de atividade econômica com maior concentração de serviços de ordem superior, da exacerbação da associação entre o capital financeiro, promotores imobiliários e da indústria da construção, da produção de um modo de viver e de consumo que se espelha no perfil da metrópole"

anterior de urbanização da metrópole, diretamente influenciada pela Industrialização, as novas dinâmicas estão fortemente associadas à intensificação do setor de serviços dado ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação.

Essa condição de metropolização atual configurou novas relações cidade e campo, em que as atividades do agronegócio se colocam como principais elementos protagonistas na “distribuição do fato urbano” (Sposito, 2015, p. 127). Portanto, essa complementariedade econômica vai alterando e atribuindo novos papéis às cidades, em específico às que se encontram na condição de ponto nodal intermediário, na rede de cidades.

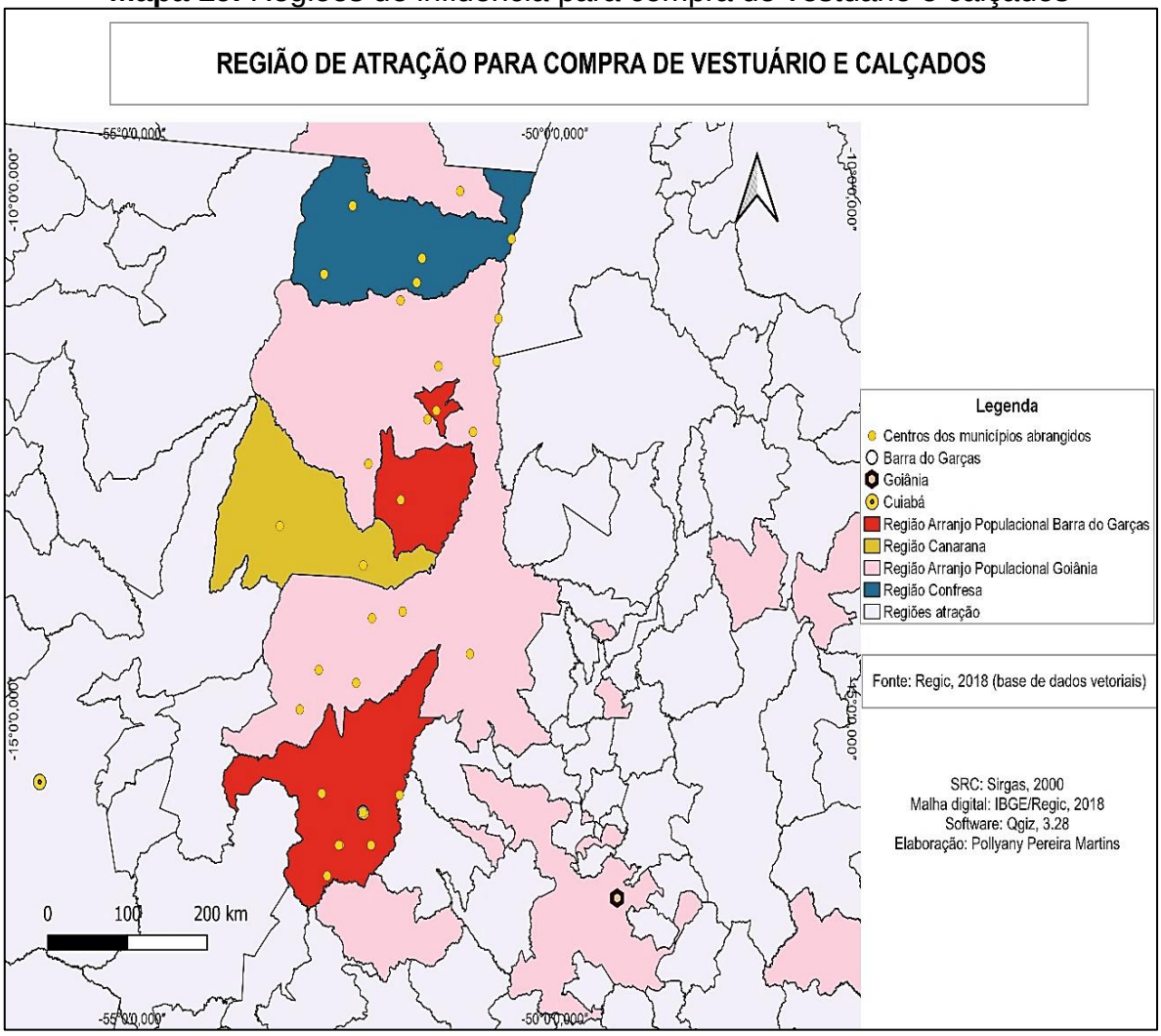
4.5 LIGAÇÕES ENTRE CIDADES E ESTRUTURA DA REDE URBANA

Analisamos as bases de dados do IBGE/REGIC (2018), no intuito de entender como está configurada a dinâmica dos fluxos para consumo de bens e serviços no sistema urbano do Arranjo Populacional de Barra do Garças e percebemos como a influência desses circuitos da economia interferem na organização espacial da rede urbana e na criação de “regiões estendidas”. Aderimos a essa denominação como referência ao alcance e projeção espacial que algumas cidades, geralmente, as pertencentes ao grupo de nível 1 e Nível 2, podem abranger, superpondo outras áreas de influência, que ultrapassam divisas territoriais de unidades da federação, a exemplo do Arranjo Populacional de Goiânia (Mapa 19).

A espacialização regional para compra de vestuário e calçados é organizada a partir da atração das principais cidades da Mesorregião de estudo, com potencial de oferta comercial para esses itens de consumo. Portanto as regiões revelam um recorte espacial comandado pelas cidades de Barra do Garças, Canarana e Confresa. Os demais municípios, fora da área de delimitação, estão diretamente subordinados ao AP de Goiânia, capital goiana.

No entanto, mesmo configurando uma região polarizadora, Canarana e Confresa se encontram diretamente vinculadas e subordinadas à Barra do Garças. Assim como essa última está vinculada à Cuiabá e à Goiânia para compra de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática. Essas cidades polos regionais apresentam potencial de atrativo diferente para o comércio entre elas (IBGE, 2020).

Mapa 19. Regiões de influência para compra de vestuário e calçados



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

A diferenciação ocorre tanto no quesito funcionalidade quanto de formação e organização dos espaços urbanos, o que resulta nas hierarquias entre as cidades. Essa construção das diferenciações e da hierarquia na rede de cidades é explicada por Correia (1999, p. 46), no final do século XX, como sendo uma consequência direta da globalização. De acordo com o autor, o fato desse fenômeno se “manifestar de diferentes modos e por intermédio de diversos agentes sociais” foi-se concretizando no país no tempo e no espaço desigualmente.

Esse movimento de concretização, no entanto, não está finalizado no segundo decênio do século XXI. E, o modelo de expansão, criação e refuncionalização de espaços urbanos (médio e pequenos) segue os mesmos elementos de composição, com exceção do primeiro e quinto: Industrialização, e industrialização do campo (para nossa região de estudo). Os demais elementos são inseridos na seguinte ordem:

2- Urbanização: com aumento da população urbana e adoção de novos comportamentos, inclusive o padrão de consumo.

3- Maior estratificação social: complexificando a esfera do consumo.

4- Melhoria na circulação de mercadoria, pessoa e informações: garantido pelos investimentos no reaparelhamento de portos, integração de rodovias e inovação das redes de telecomunicações.

6- Incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras: Amazônia e Cerrado, como áreas pastoris, tornaram-se agrícolas.

7- Mudanças na organização empresarial: Com a entrada de grandes corporações estruturadas em rede, alterações interempresariais em partes foram afetadas com formas de controle indiretos, a exemplo das franquias, e subcontratações.

8- Por fim, as mudanças no setor de distribuição atacadista e varejista: estabelecendo relações diretas entre as indústrias e varejistas. E a difusão de shopping centers.

Esses elementos ou características são identificadas pelo autor como sendo efeitos do processo de globalização sobre os espaços urbanos, que tiveram como produto a criação de novos centros (muitos deles, pequenos) e a refuncionalização de pequenos centros já preexistentes. A criação, como a refuncionalização de centros na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, é um fato historicamente concretizado. Os centros da sub-rede com exceção de Barra do Garças, todos têm quantitativo populacional inferior a 35.000 (trinta e cinco mil habitantes), e suas funcionalidades se diferenciam, basicamente, pela dimensão de suas centralidades e quantitativo de estabelecimentos comerciais e de administração pública estadual e federal.

No entanto, são as diferenciações espaciais e as dimensões de centralidade urbana, que atribui ao comércio varejista, como móveis e eletrodomésticos, fragmentação dos espaços contíguos tornando os percursos de deslocamentos mais curtos, pela gestão empresarial, condicionando novas regiões de fluxos. Conforme representação espacial (Mapa 20), além das três regiões de comando, outras são estabelecidas pelas centralidades das cidades de: Água Boa (Centro sub-regional B – 4B), Nova Xavantina e Bom Jesus do Araguaia (Centros de zona B-4B). Inferimos que o custo com transporte na compra realizada no AP de Goiânia ou Cuiabá e a presença de unidades do grupo Eletrokasa e Gazin na Mesorregião são dois fatores que contribuíram para esse arranjo espacial da rede urbana.

Essas regiões de ligações diretas entre centros da hierarquia urbana são criadas a partir da necessidade de consumo das populações, uma vez que, para as empresas e corporações, o alcance das especializações e do consumo não são limitados, geralmente, ocorrem na escala global. Contudo, essa caracterização espacial do sistema de cidades é condicionada pelo potencial de concentração atribuído a cada cidade, e na seletividade das firmas/empresas. A diversificação e preços reduzidos dos produtos são fatores de gestão, atração e alargamento das áreas de influência dos centros de maior comando.

Conforme exposto por Galindo e Tavares (2020), o estudo do urbano e, Consequentemente, da urbanização:

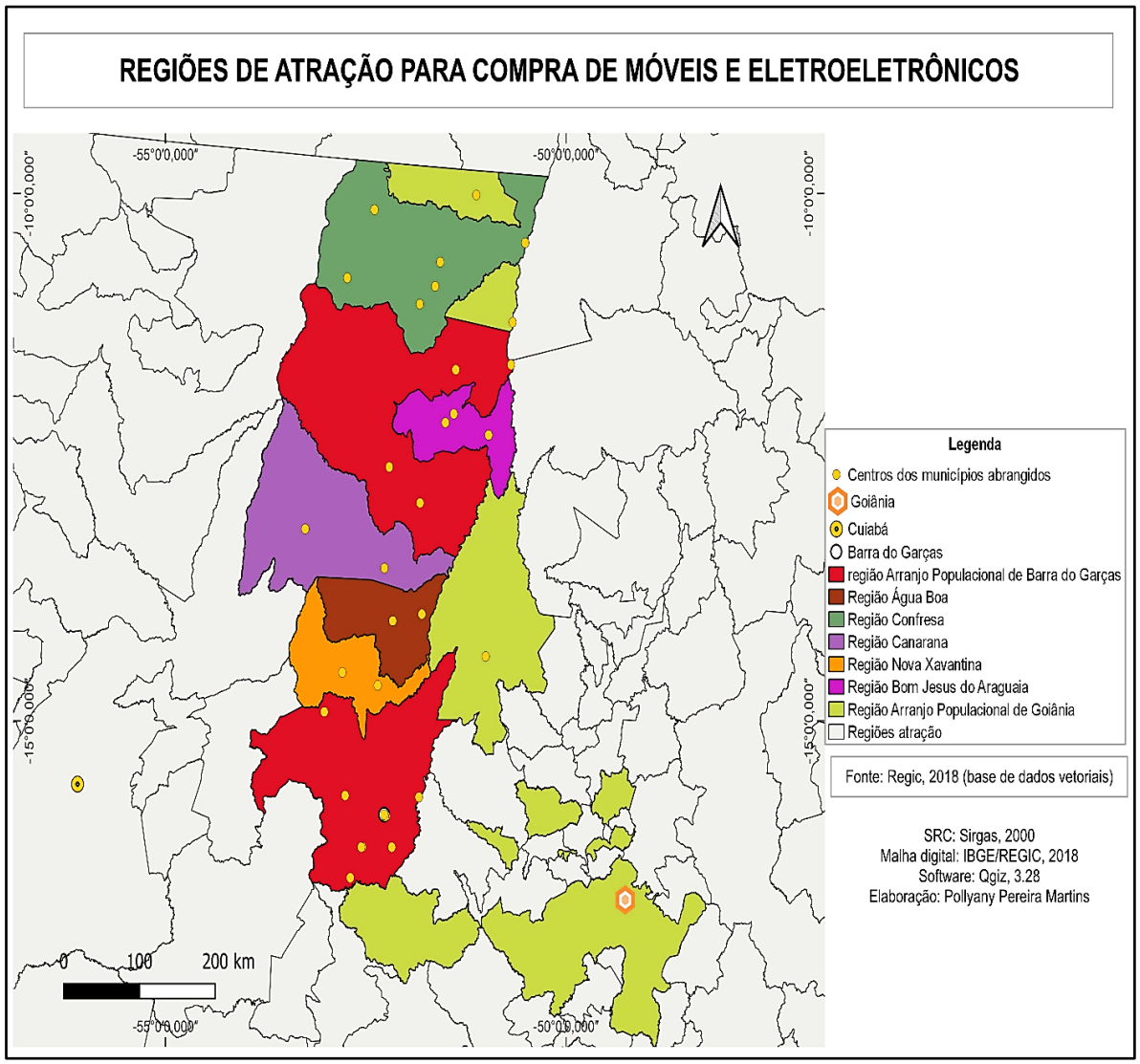
> Demanda, portanto, uma compreensão integrada do espaço, percebendo suas consequências em todo o território, mas compreendendo as relações em rede que se desenvolvem entre os territórios. Em escala e em dimensão temática deve se apropriar das análises regionais, de rede urbana, mas avançando na compreensão dos impactos socioeconômicos dessas relações na população (Galindo e Tavares, 2020, p. 4).

Os impactos socioeconômicos, portanto, advêm das difusões do processo de urbanização reforçada pela globalização da produção. Os impactos nas esferas econômicas, sociais, culturais e políticas são simultâneos ao processo de organização espacial. Esses impactos, todavia, surgem “sobre as formas, funções e agentes sociais” (Corrêa, 1999, p. 44) desigualmente.

Assim, a organização espacial da rede urbana desse recorte territorial, composto pela Mesorregião Nordeste está assentada numa “modernização das estruturas econômicas” (Araújo Sobrinho, 2010, p. 595), que contribuiu tanto com a transferência de populações residentes e trabalhadoras do campo para a cidade, dessa mesma região, como atraiu populações urbanas e rurais de outras regiões e unidades federativas, conforme abordado anteriormente.

Como essas estruturas econômicas não são completas, mas atuam em complementação de setores e regiões menos dinâmicos, desenvolvem-se relações entre pares de cidades na rede urbana. Essa relação de vínculos, portanto, não segue necessariamente, uma hierarquia entre cidades (da menor para a maior), principalmente, se as ligações forem empresariais, ocorrendo articulações horizontais caracterizadas pelas interações sobrepostas do atual sistema de redes urbanas.

Mapa 20. Regiões de influência para compra de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informática



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

As ligações entre cidade movida pelo deslocamento de populações em busca de bens e serviços, não encontrados no centro local de residência, também ocorrem em múltiplas sobreposições de rede, haja vista que podem se utilizar de um centro de Zona, ou centros sub-regionais, capitais e mesmo metrópoles, a depender da condição financeira de mobilidade, tipo de transporte, dos serviços e produtos de interesse de consumo, e do tempo de deslocamento relacionado ao tempo que esses sujeitos têm para realizá-los.

Dessa maneira, o IBGE utiliza algumas variáveis como aparato metodológico e base analítica para definir subordinação dos centros da rede urbana, possibilitado,

por sua vez, a identificação do papel de cada centro, funcionalidades, nível de centralidade e área de influência. As variáveis são:

- Diversidade de atividades comerciais e de serviços
- Oferta de equipamentos e serviços
- Oferta de ensino superior
- Oferta no atendimento em saúde (principalmente internações hospitalares)
- Gestão empresarial
- Gestão federal
- Oferta de serviços bancários
- Ligações aéreas
- Cobertura de emissoras de televisão
- Presença de domínio de internet

Nesse contexto, os deslocamentos individuais ou coletivos para bens e serviços de conveniência, ou seja, básicos e essenciais no dia a dia, para consumo próprio ou revenda, geralmente ocorrem a distância menores. Quando essas distâncias passam de 150km, elas tendem a ocorrer em intervalos de tempo maiores, e o índice proporcional de fluxos tende a se reduzir.

A análise dos deslocamentos da população da Mesorregião Nordeste, na rede urbana regional, para compra de vestuário e calçados, ocorre, sustentada na pesquisa realizada por agentes do IBGE, em três instituições de cada cidade (origem e destino), e três pessoas em cada uma delas para responderem ao questionário, contendo 10 (dez) questões temáticas, selecionadas como variáveis de atributos para maior aproximação da realidade dos destinos mais buscados para consumo e serviços.

A temática vestuário e calçados, como as demais variáveis seguintes, condiz apenas ao consumo próprio das populações, não considerando pelo IBGE/REGIC (2018) revenda, compra pela internet, nem compra no próprio município. Assim, o (Mapa 21) traz resultados dos fluxos e articulação que se mostraram direcionados à metrópole regional Goiânia, de nível 1C, como o principal destino; ou seja, a cidade mais indicada para compra desses produtos básicos. O que se justifica pelo fato dessa cidade compor um grande polo de confecções, lojas de tecidos, e outros segmentos comerciais de vestuário.

Os outros dois centros apontados como principal destino foram, em segunda ordem, Barra do Garças, e, em terceira, Confresa. Essa classificação foi sistematizada a partir das respostas, nos questionários, das pessoas participantes da pesquisa, conforme detalhado anteriormente. Verificando-se a extensão das linhas de fluxos,

fica nítido que o alcance da centralidade de Barra do Garças e do conjunto de seu arranjo populacional foi escolhido não apenas nos limites de abrangência da sua região imediata, confluindo-se também para outros municípios de influência intermediária, como: Ribeirão Cascalheira e Alto Boa Vista.

Confresa, por sua vez, apresentou influência no seu entorno imediato com os municípios de Luciara, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte. Esse último compõe território limítrofe ao município de Confresa, e dispõe entre os demais subordinados, de maior quantitativo populacional, sendo: 12.127 (doze mil cento e vinte e sete) pessoas.

No (Mapa 22), a intensidade das ligações para compra de vestuário e calçados são demonstradas. Vale ressaltar que esse indicador e os seguintes, neste texto, demonstram a composição da área de influência urbano regional (Araújo Sobrinho, 2010). Assim, os deslocamentos de pessoas de uma cidade para outra, no sentido de adquirir produtos, estabelecem percentual de ligações numa ordem de grandeza (1º lugar, 2º lugar ...) determinada metodologicamente pelo IBGE, para fins de cálculos dos percentuais de cada resposta temática (questão do questionário) particular a cada um dos 5.503 municípios onde a pesquisa foi realizada.

Verificamos, portanto, que entre o rol de indicações para compra no AP Barra do Garças, os municípios que compõem a região imediata de Confresa não tiveram como primeira opção essa cidade para consumo em comércios, o que também acontece para os municípios do lado goiano, com exceção de Bom Jardim e Baliza. Na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, o município de Ponte Branca também apresentou baixo percentual de ligação para compra de vestuário e calçados, mas, de uma maneira geral, praticamente todos os municípios tiveram como indicação, em alguma das colocações na ordem de grandeza e escolha, esse centro intermediário.

Uma segunda situação observada é o não segmento hierárquico entre as cidades de nível 4, ou seja, Centro de Zona B, para as de nível 3, Centros Sub-regionais A e B. Ao não ter como principal destino de significativo número de centros locais, as cidades de Água Boa, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Nova Xavantina e São Félix, fica evidente heterarquia para consumo de produtos básicos.

Referente aos principais destinos para compra de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática, o cenário de relações de municípios de origem

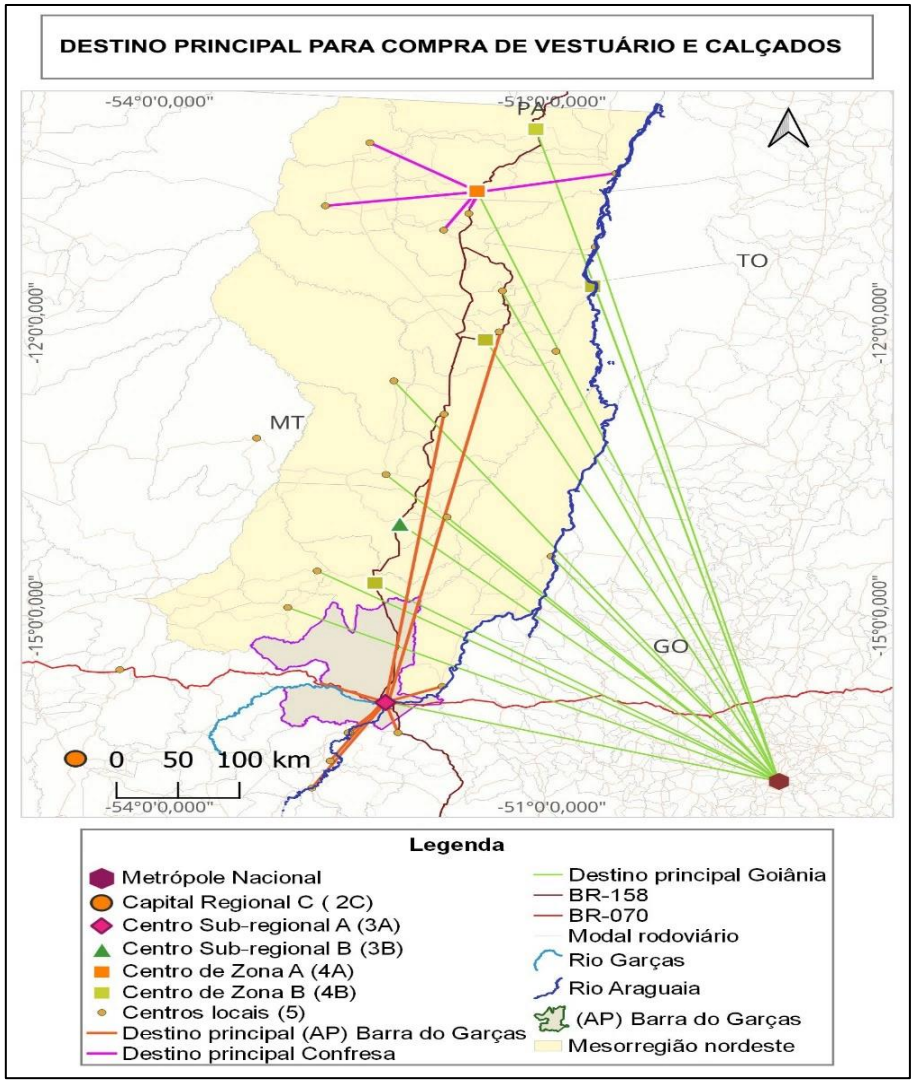
apresenta considerável mudança, para com o município de destino. Percebendo-se, no (Mapa 23), um crescimento do número de municípios articulados, sendo: Nova Xavantina, Querência, Canarana e General Carneiro. Todavia, ocorre relativa articulação entre o AP de Barra do Garça e o AP de Goiânia, de acordo com os dados referentes à temática da questão 2 do questionário aplicado.

Inferimos que, em muitas ocasiões, ocorre a compra de móveis de alto padrão, ou na linha de madeira e fibra sintética, em municípios do entorno de Goiânia. Algumas dessas empresas trabalham com catálogos de venda física ou em sites próprios de venda. No entanto, pela localização geográfica dessas empresas, ocorre uma designação desses centros do entorno da metrópole, tanto por parte das próprias empresas quanto dos compradores de municípios de origem, identificando-os, pelas suas localidades, como sendo a metrópole em si mesma. Entendemos ser essa situação um fator relevante para análise no decorrer da aplicação dos questionários, pois, provavelmente, isso envolve outros contextos, de consumo em cidades localizadas no entorno de regiões metropolitanas, que não estão vinculadas a um Arranjo Populacional.

O alcance das ligações para consumo dos itens trazidos pelo IBGE, na questão 2, é mais curto, conforme ilustrado no (Mapa 24). Ainda assim, ocorre percentual relevante de articulação de municípios com distâncias superiores a 181 Km, média apresentada para Mato Grosso (IBGE, 2020). O município de Alto Boa Vista, com distância de 570 Km do AP de Barra do Garças, apontou alto percentual estimado de participação do destino sobre o total de deslocamentos dos moradores, entre 63 e 82%.

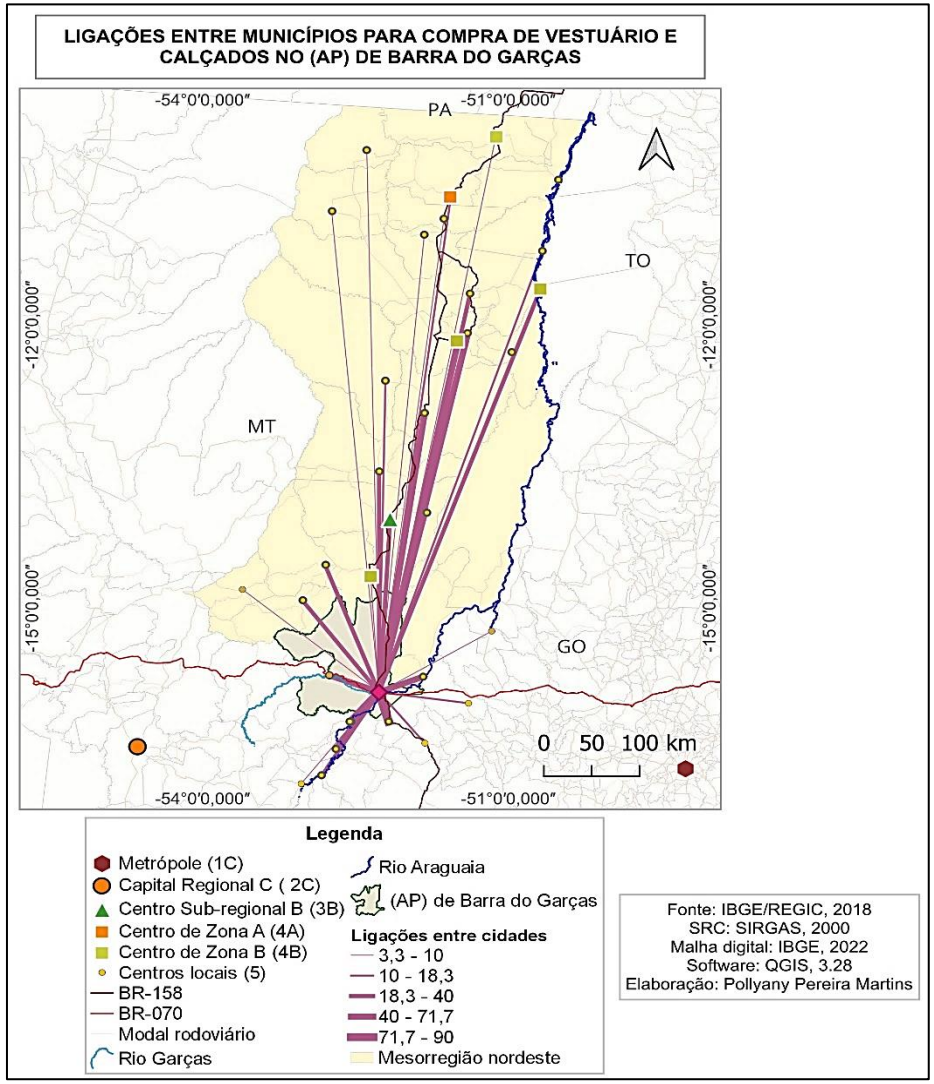
Essa é uma circunstância que pode ser explicada pelo quesito preço do produto no centro local. Há uma única loja de móveis nesse último município citado, e nenhuma pertence a redes atuantes na Mesorregião. Em municípios mais próximos, (polos regionais) como Confresa ou Bom Jesus do Araguaia, encontram-se lojas de móveis da rede Eletrokasa e Gazin. Nesse caso, a possibilidade de os preços dos produtos nessas filiais serem maior do que os encontrados no AP de Barra do Garças deve ser considerado. Sendo assim, ao realizar a compra numa matriz ou filial com maior centralidade e concorrência, paga-se um preço menor, e o produto pode ser entregue de uma loja mais próxima, compensando os gastos com deslocamentos.

Mapa 21. Destino principal para compra de vestuário e calçados



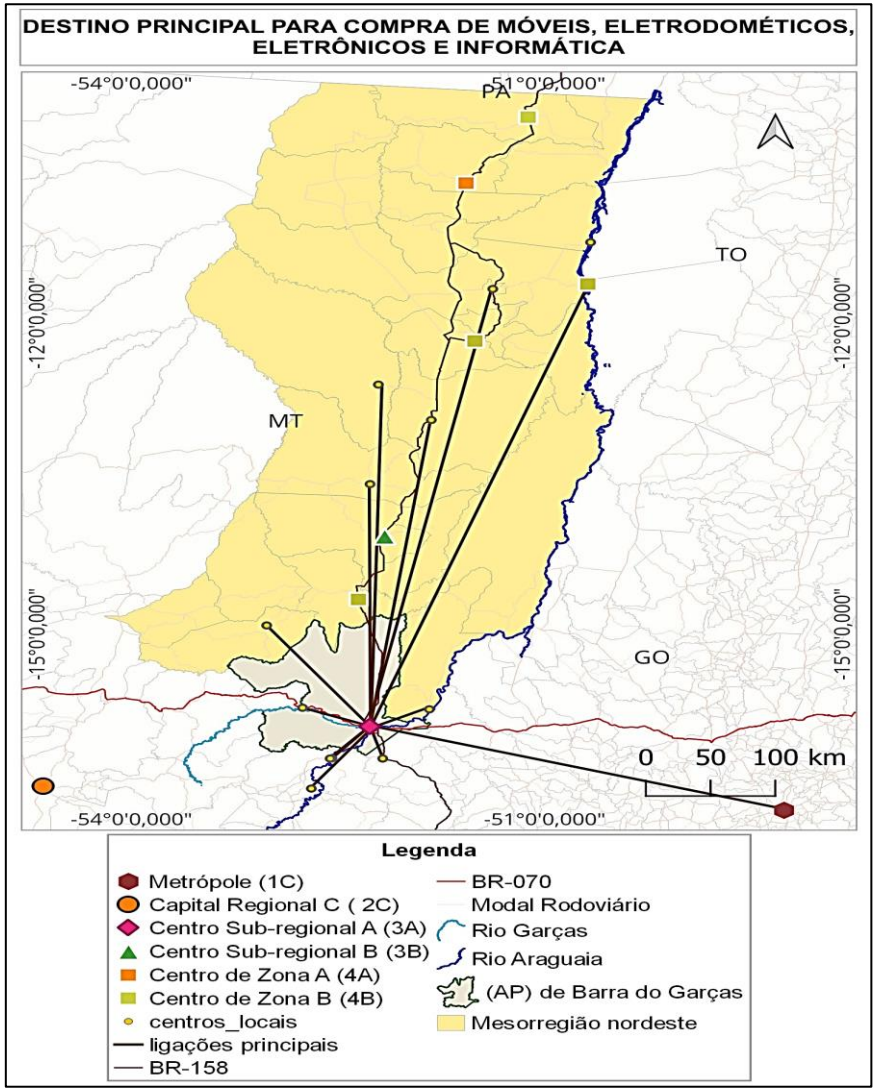
Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 22. Ligações para compra de vestuário e Calçados



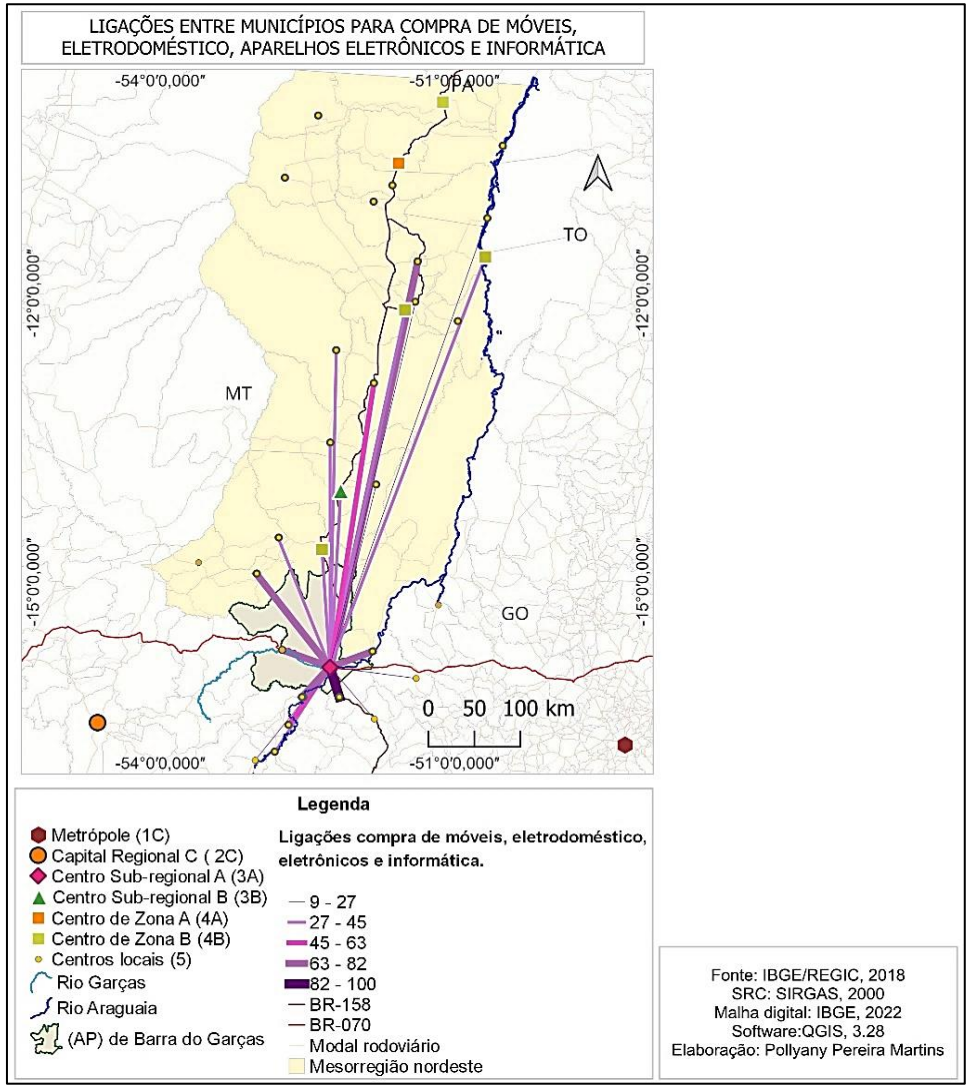
Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 23. Principal destino questão 2. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 24. Ligações completas questão 2. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Com as mudanças ocorridas no modo de aquisição de mercadorias (formato *e-commerce),* a logística dos transportes se tornou fator fundamental, assim como a articulação multimodal, possibilitando fluxos mais rápidos. Com a sofisticação da internet e a criação de plataformas exclusivas de compras, ou de oferta de serviços, as interações espaciais e as redes de cidades se tornam mais complexas. Alargadas pelas inovações da comunicação e pelo melhoramento dos transportes, as articulações entre centros em diferentes escalas da rede urbana acontecem. E isso alterou a forma clássica e rígida da rede urbana.

Evidentemente, esse meio de acesso ao consumo e à aquisição de bens e serviços ainda é limitado, em específico para cidades locais de algumas regiões do Mato Grosso. Algumas questões se referem à desigualdade na distribuição técnica das redes de comunicação, especificamente na capacidade de cobertura completa de sinal de internet, ou nos preços dos serviços cobrados por operadoras de telefonia, e empresas especializadas, não compondo a renda de significativa parcela da população.

Um segundo quadro, direcionado ao consumo consumptivo via *e-commerce* das populações, corresponde a não segurança no modelo de *e-commerce* e nos transtornos ocorridos em compras, seja com transporte, produtos incompatíveis com anúncios de venda, atrasos na entrega, seja por preferirem não aguardar prazos de entrega, e poderem verificar o produto no momento da compra.

A estrutura da rede urbana é configurada a partir de um processo social, econômico e político, e os fluxos das pessoas, produtos e capitais são componentes essenciais de sua formação. Sendo assim, “a rede urbana é fruto das relações e processos construídos historicamente que se rearticulam, dinamicamente, em novas configurações socioespaciais, de acordo com as novas dinâmicas, resultando em novos padrões, sistemas e tipologias” (Araújo Sobrinho, 2010, p. 621).

No sistema de fluxo, mediado pelo mercado virtual, por um lado, os três componentes (pessoas, produtos e capitais) se mantêm, mesmo que o movimento físico daquele que consome o produto ou o serviço não ocorra no espaço geográfico (são novas formas de conectividade imaterial) Por outro lado, é substituído por sujeitos (muitas vezes, sem situação de trabalho precarizado) envolvidos com o novo mercado de entregas (o *delivery*), organizado por empresas terceirizadas, a fim de fazer circular

o produto pelo território, até o destino. No caso dos serviços (exemplo, da telemedicina), há uma conexão direta entre aquele que oferta e aquele que solicita, e compõe a demanda. Nesse caso, o fluxo pelo território é imaterial.

Todavia, os resultados de fluxos extraídos pelo IBGE são de deslocamentos realizados pela própria população de um centro local para outro centro local, intermediário, capital regional, metrópole, e metrópole nacional, não levando em consideração as compras realizadas pela internet ou os serviços adquiridos; nesse caso, os fluxos são de tipologia material. Quanto à dinâmica dos fluxos na sub-rede urbana de Barra do Garças, verificamos a ocorrência de fluxos sem submissão de nível hierárquico, adquirindo uma condição de heterarquia. O contrário ocorre apenas para serviços de saúde ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Por heterarquia, entende-se, portanto, as relações horizontais com articulações entre centros de mesmo nível, e variavelmente entre os que apresentam funções e papéis diferentes na rede urbana (Catelan, 2012). E ainda, nas palavras do autor:

> De nossa parte, acreditamos que a heterarquia urbana advém das interações espaciais interescalares na rede urbana e poderá ser posta à prova para além das tipologias das cidades. As funções e os papéis que elas exercem na rede dependem em grande parte das articulações entre lógicas das escalas local à global, e é ao atingir a última escala que a complexidade se aprofunda. Elas tanto atingem a escala global, como as lógicas da escala global as atingem, e isto faz diferença na análise. Ocorre que, agora, as lógicas da escala global as atingem via agentes econômicos que instalam em seus territórios não somente capitais fixos, mas lógicas suficientes para modificar as articulações delas na rede urbana. É neste sentido, que podemos considerá-las como novos nós na rede urbana e, portanto, a heterarquia urbana revela, também, as relações verticais na rede de cidades (Catelan, 2012, p. 62).

A formulação do autor é a de que, no momento atual, principalmente as cidades médias, por estarem mais dotadas de tecnologias e de capital fixo, desempenham interações espaciais condicionando um par hierarquia-heterarquia nas relações interescalares expandidas com a globalização.

Nessa linha de pensamento, Egler (2010) reforça a ideia de que o setor econômico, capaz de delimitar e atrair investimentos de capitais globais,

> Passa a depender diretamente da consolidação e operação das redes logísticas, que não podem mais ser vistas como um conjunto de redes separadas (energia, transporte e comunicação), mas, sim, uma estrutura integrada, multimodal e interdependente, fundamental para garantir o controle sobre porções selecionadas do território, que constituem os novos

> domínios, de onde se projetam ramos ou linhas de expansão, abrindo fronteiras em novas zonas de influência no mercado mundial (Egler, 2010 p. 92).

Barra do Garças foi a primeira cidade da Mesorregião de estudo a dispor de comércios, que foram se diversificando à medida que ocorria o aumento populacional de seu município, bem como dos municípios limítrofes. Como já explanamos, a implantação e a ampliação das redes técnicas de comunicação sobre o território também contribuiram para a composição do arranjo da estrutura urbana da cidade.

A centralização dos estabelecimentos públicos e privados foi, aos poucos, ocorrendo com atividades terciárias (comércio e serviços), direcionadas para as atividades do campo e para consumos básicos da população. E, em seguida, para atividades de serviços de maior especialização como escritórios de contabilidade, advocacia, gráficas, agrimensura, topografia, clínicas de atendimento médico, consultórios odontológicos, laboratórios de exames clínicos, hospitais, ensino superior, pesquisa etc.

No entanto, o processo de urbanização, referente ao crescimento populacional, como o de oferta de serviços de bens de consumo, e as atividades produzidas no espaço urbano, é um fator que condiciona os arranjos no estrato urbano. Com a exigência da agricultura moderna e de precisão por infraestrutura e serviços especializados no setor do agronegócio, outros serviços especializados são comumente organizados como de saúde e educação. Logo, o centro que detém social, histórica e geopoliticamente maiores condições de ofertas polariza os demais centros.

4.5.1 Os serviços de saúde: fluxos e especialidades

Como visto até agora, a maior diversidade de bens e serviços de uma cidade está diretamente associado ao seu nível de urbanização. As cidades em si são fixos distribuídos no território, materialidades espaciais e, ao mesmo tempo, também são lugares pelo seu movimento cotidiano regulamentados pelo/no urbano. Porém, é por esses locais e lugares que as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais se constroem. As relações também são redefinidas e transcendidas para o nível do interurbano, ou melhor, para o nível regional.

A cidade, em face da presença e das ações dos seus agentes sociais (hegemônicos e não-hegemônicos), determina diferentes usos e lugares de consumo, justamente por ser um centro de produção material e imaterial. Assim, a centralidade é construída temporal e espacialmente de acordo com interesses e necessidade do capital que também se faz fixo pela cidade. E a representação desse capital fixo pode ser evidenciado pelas estruturas urbanas. Assim, ao tratarmos das diversas atividades produzidas no espaço das cidades, com ênfase paras os serviços, precisamos entender o urbano como uma reunião de formas simultâneas.

Santos (2012) argumenta que a cidade e sua constituição por diversos atores sociais se materializa de modo que:

> Sua materialidade é formada por justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e capitais menos exigentes. Cada lugar dentro da cidade tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista e da divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente (Santos, 2012 p. 125).

Consequentemente, as configurações do urbano são diversas, e os fatores de atração estão relacionados ao potencial de oferta aos bens e serviços que garanta o consumo independentemente de especificidade. As especializações, contudo, são fatores substanciais de deslocamentos e composição de regiões de influência. Os serviços de saúde, por sua vez, estão classificados de acordo com o nível de especialização de conhecimento e potencial técnico utilizado. Dessa maneira, os serviços são agrupados conforme os atributos de baixa, média e alta complexidade, ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como para os de domínio privado, embora o atendimento privado atue diretamente com especialidade média a alta.

Por baixa complexidade de saúde, são compreendidos os atendimentos em Unidades Básicas de Saúde (UBS), consultas e exames de rotina, atendimentos residenciais de prevenção e diagnósticos, cujo atendimento é realizado por multiprofissionais ou profissionais especializados no atendimento à saúde da família (médicos clínicos gerais). O serviço de baixa complexidade ou de atenção primária (Frasão; Ribeiro, 2022) se compõe, portanto, por atenção hospitalar, atenção domiciliar e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU- 192). A tecnologia empregada é de baixa densidade e as ações se realizam na esfera municipal.

Na média complexidade, os equipamentos são mais avançados, principalmente os de raio-X, aparelhos para exames de ultrassonografia, endoscopias, ecocardiogramas etc. Ocorre atendimento de urgência e emergência em hospitais com maior número de leitos, e às vezes com semi-UTIs; há Unidade de Pronto Atendimentos (UPAs). Quanto aos profissionais, além de clínicos gerais, também atuam médicos com especializações específicas, como: cardiologista, dermatologista, urologista, ginecologista, ortopedista, pediatria, oftalmologista etc.

E o terceiro nível, ou serviço de alta complexidade, corresponde ao atendimento em grandes hospitais públicos ou privados com amplo investimento em infraestrutura tecnológica, como aparelhos de ressonância magnética, tomografia, hemodiálise, hemodinâmica etc. Dentre as especializações médicas estão nefrologistas, oncologistas, e todas as especializações pediátricas. Normalmente, os casos atendidos, na alta complexidade, são mais raros e não foi possível o tratamento pelo serviço de média complexidade, como cirurgias de queimaduras, reprodutivas, bariátricas, dentre outras.

Ressaltamos que a regionalização de saúde é abordada no contexto da análise da rede urbana, tanto para deslocamentos promovidos pelo SUS (caso em que se segue rigidamente a hierarquia as cidades, no âmbito das suas unidades federativas) quanto pelos fluxos decorrentes para consultas, e tratamentos no sistema privado (não havendo hierarquia no âmbito federativo).

Antes de descrevermos a organização de cada região, é importante esclarecer que, mesmo compondo o arranjo populacional de Barra do Garças, o município de Aragarças-GO sustenta as relações nos serviços de saúde com a primeira, preferencialmente pelo sistema privado. Mesmo diante do contexto de configuração socioespacial entre essas cidades, até o momento não foi desenvolvido um consórcio interfederativo, que pudesse melhor atender, principalmente, as populações que trabalham em um município e residem no outro.

Conforme a secretária de saúde de Aragarças, há um interesse em realizar uma pactuação interfedertiva com Barra do Garças, o que ainda está impedindo a ação são as burocracias estabelecidas.

> *Esse consórcio na verdade, é muito ativo em Mato Grosso, mas em Goiás não. Agora é que está começando a se falar. Quando a gente fala nessa oferta de serviços de saúde por parte de outros municípios, a gente fala em pactuações, e no caso com Barra do Garças seria uma pactuação*

> *interfederativa; o que é mais burocrático. Nesse caso a gente precisa passar nossas demandas para uma reunião de Comissão Intergestores Regional (CIR), que vai levar a uma Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de âmbito estadual, e depois vai para a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) em comitê federal. Aí, lá sendo definido, a gente consegue fazer essa pactuação entre Goiás e Mato Grosso, mas é um processo muito burocrático. A gente tem o interesse sim, principalmente na parte de hemoderivados, né?! Porque nós não temos um banco de sangue no município ainda, então nossa referência é Iporá, e Barra do Garças tem um hemocentro. Então para nós, seria muito mais viável a pactuação com Barra do Garças, o que é muito burocrático por conta do financiamento mesmo, da saúde né?! Ele se dá tripartite, o governo federal repassa para estados uma parcela, repassa uma parcela para os municípios. E a parcela estadual é dividida para os municípios de sua região (Mayara Oliveira Neves de Jesus, entrevista concedida em 26/06/2024).*

Apenas atendimentos de emergência ou urgência são realizados no hospital Getúlio Vargas em Aragarças, ou na Unidade de Pronto Atendimento de Barra do Garças, por se tratar de um aspecto de saúde em que há o risco de se perder a vida de uma pessoa. Porém, assim que estabilizado, o paciente é encaminhado para seu município de origem para a continuidade do atendimento. Essa situação ocorre pela descentralização do SUS até o alcance da própria população. A gestão descentralizada foi estabelecida a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, e regulamentada pelas Leis 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e 8.142/90 (Barata; Tanaka; Mendes, 2004), tendo como princípios de atendimento a descentralização dos serviços para as três esferas de governo, União, estados e municípios.

Ainda na entrevista realizada com a secretária de saúde de Aragarças, levantamos a seguinte questão: Mediante quais condições a população de Aragarças é atendida pelo SUS em Barra do Garças, centro mais próximo de maior complexidade no atendimento à saúde? Ela nos concedeu a seguinte fala, transcrita mediante autorização:

> *O SUS é universal, e nós precisamos entregar essa universalidade para o paciente, a todo e qualquer usuário que tem essa necessidade. Mas ele também funciona de forma descentralizada e regionalizada. Então, o que acontece, hoje, aqui em Aragarças, é que nós temos uma dificuldade muito grande com relação a essa divisa de estados. Hoje o suporte que a população aragarcense, de Pontal do Araguaia e de Barra do Garças tem no serviço de saúde pública das três cidades, seria somente através do serviço de urgência. Um paciente* ***(referindo-se a populações dos municípios vizinhos do lado mato-grossense)*** *que entrar no hospital Getúlio Vargas em estado de urgência ou emergência, ele será prontamente atendido. Agora para as questões ambulatoriais, né?! Que são questões que não são graves, que o paciente não corre o risco de morte, aí já é direcionado para o seu município de origem. Então, é essa a organização que se dá no SUS. O que a gente tem é uma parceria, porque o primordial na saúde é salvar vidas, e como a nossa referência é muito longe, né?! 400 km, porque geralmente as vagas saem mais para Goiânia, por ser um grande centro. Em caso de ter um*

> *paciente que não consegue chegar até Goiânia, e Barra do Garças tendo o suporte para atender, a gente também tem essa comunicação. E muita das vezes, eles conseguem nos auxiliar recebendo esse paciente. Mas assim, é uma parceria que não pode ser abusiva, é sempre nos últimos casos mesmo, que a gente busca essa alternativa primando pela vida do paciente (Mayara Oliveira Neves de Jesus, entrevista concedida em 26/06/2024).*

A composição regional dos deslocamentos de primeira aproximação envolvendo a região de influência do AP de Barra do Garças é representado pelo (Mapa 25). Optamos por agrupar as regiões de média e alta complexidade, entendendo, também, que a baixa complexidade não deixa de compor esses dois níveis. Os municípios que compõem essa região são: Araguaiana, General Carneiro, Novo São Joaquim e Ponte Branca - as populações se deslocam primeiro para o AP de Barra do Garças (média complexidade) e para o AP de Cuiabá (Alta complexidade).

As populações dos municípios integrantes do AP de Barra do Garças se deslocam para Barra do Garças (atendimento de média e alta complexidade), ou para o próprio arranjo, já que o IBGE considera os arranjos populacionais como uma cidade em unicidade. Na sequência, tem-se os municípios de Campinápolis e Bom Jardim de Goiás, nos quais o deslocamento para média complexidade é feito para o AP de Barra do Garças, e, para os de alta complexidade, buscam o AP de Goiânia; Em Nova Xavantina, os deslocamentos para média e alta complexidade, ocorrem para o AP de Barra do Garças. Já o município de Ribeirãozinho apontou deslocamentos de média complexidade para o AP de Barra do Garças, e Alta complexidade para Barretos.

O município de Água Boa, na condição de centro sub-regional B, nível 3B na hierarquia da rede urbana, tem uma região de primeira aproximação no atendimento de saúde de média e alta complexidade, formada pelos seguintes municípios, além do indicativo da sua própria população: Bom Jesus do Araguaia, Nova Nazaré, Querência, Ribeirão Cascalheira, com deslocamentos para Água Boa (média complexidade), e para AP de Goiânia (alta complexidade); Em Novo Santo Antônio, os os deslocamentos ocorrem para Água Boa (média complexidade), e para o AP de Cuiabá (Média complexidade); Já em Serra Nova Dourada, os deslocamentos ocorrem para Água Boa tanto para média quanto para alta complexidade dos serviços de saúde.

Confresa é o último município da Mesorregião definido como centralidade com índice de alta complexidade em saúde, portanto, atendendo aos três níveis de

especialização. Classificado como Centro de Zona A, nível 4A, tem sua região sobreposta pela centralidade de Palmas, capital do estado de Tocantins. A região é composta pelos municípios de Canabrava do Norte, São José do Xingu e Santa Terezinha – com deslocamento populacional para serviços em saúde em Confresa (média complexidade) e AP de Cuiabá (alta complexidade); a população de Confresa obtém atendimento de média complexidade no próprio município, e busca pela capital Palmas para atendimentos de alta complexidade; em Porto Alegre do Norte, os deslocamentos seguem para Confresa (média complexidade), e AP de Goiânia (alta complexidade); e a população de Santa Terezinha, para os deslocamentos de média complexidade, busca Confresa, enquanto os de alta complexidade se direcionam para Barretos.

Percebemos que ocorre, além das sobreposições de comando referente à maior centralidade exercida por uma cidade, buscas populacionais por destinos de longa distância como Barretos. De tal modo, que as regionalizações não se limitam ao recorte territorial das unidades federativas, podendo ser estendidas por todo o território nacional. O que pode justificar essas configurações de fluxos pela rede urbana, no contexto dos serviços de saúde, seria as parcerias e vínculos que cada município estabelece para o tratamento de algumas doenças, por exemplo, tratamento do câncer.

Provavelmente, essa é a condição que colocou para a conexão dos municípios de Ribeirãozinho e Santa Cruz do Xingu com a cidade de Barretos no estado de São Paulo. Evidenciando que, quanto maior for a complexidade de saúde, maior serão os números de municípios vinculados com longas distâncias. Centros muito reconhecidos em determinados tipos de tratamentos, como cirurgias estéticas, tratamento oncológicos, entre outros, tendem a ter regiões de influência mais amplas.

Com a identificação das ligações dispostas no (Mapa 26), a influência de Palmas sobre a região imediata de Confresa e Vila Rica são reveladas. Assim como o índice de atração do AP de Barra do Garças pela capital de Goiás, em seu AP de Goiânia. Essa condição faz com que a capital do estado de Mato Grosso tenha dificuldade em assegurar sua centralidade e abrangência sobre as áreas de influência, não se elevando como metrópole na hierarquia da rede urbana nacional.

Para Falcón (2015), o nível de centralidade e a delimitação da área de influência é determinada pelo poder, gerido pelos diversos atores de transformação de territórios e dos espaços produtivos.

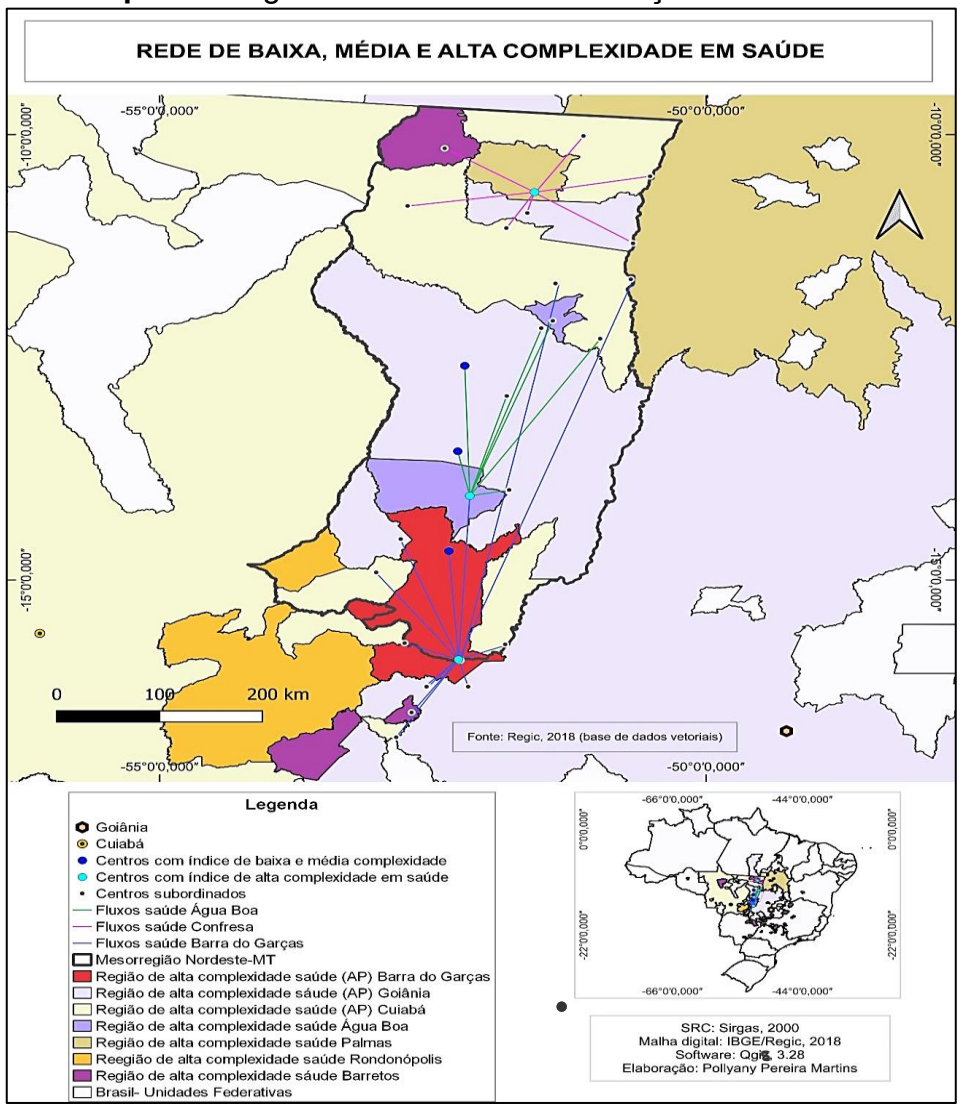
> O poder sobre o território define a hierarquia das centralidades: quanto maior a área de influência, maior o nível da centralidade. Esse poder é medido pelos fluxos que cada centralidade comanda (decisão, mercadorias, pessoas, financeiros, culturais etc.), tanto em relação à complexidade dos fluxos quanto em relação à intensidade. As regiões de influência formam redes de cidades, nas quais os fluxos comandam o processo de organização do território, e a questão principal é que esse espaço está conectado de maneira desigual. Essas diferenças resultam em acesso assimétrico a serviços, oportunidades, informação e renda (Falcón, 2015, p. 29).

Referente aos fluxos percentuais dos municípios de origem para o centro de destino na busca por serviço de saúde, destacamos que o AP de Barra do Garças foi a única centralidade de destino observada, conforme os (Mapas 27 e 28). O maior percentual de deslocamento, em relação ao quantitativo da população do município de origem, ocorre para serviço de médica complexidade, abrangendo a área de influência do entorno da região imediata. Municípios mais distantes (em região imediata de Água Boa e Confresa/Vila Rica) apresentaram percentual inferior a 37%.

A dinâmica dos fluxos para alta complexidade em relação às ligações de origem e destino apresentam poucas alterações. Porém, quanto ao percentual dos deslocamentos, o maior percentual registrado foi de 33,3% para os municípios de Torixoréu e São José do Xingu. Inferimos que o baixo fluxo está relacionado a duas hipóteses empíricas. A primeira corresponde ao fato de estar os deslocamentos de alta complexidade promovidos pelo SUS, coordenado por um centro de atendimento de média complexidade como Água Boa e Confresa. Nesse caso, o envio é realizado diretamente para o AP de Cuiabá por ser a centralidade com maior especialização na esfera estadual.

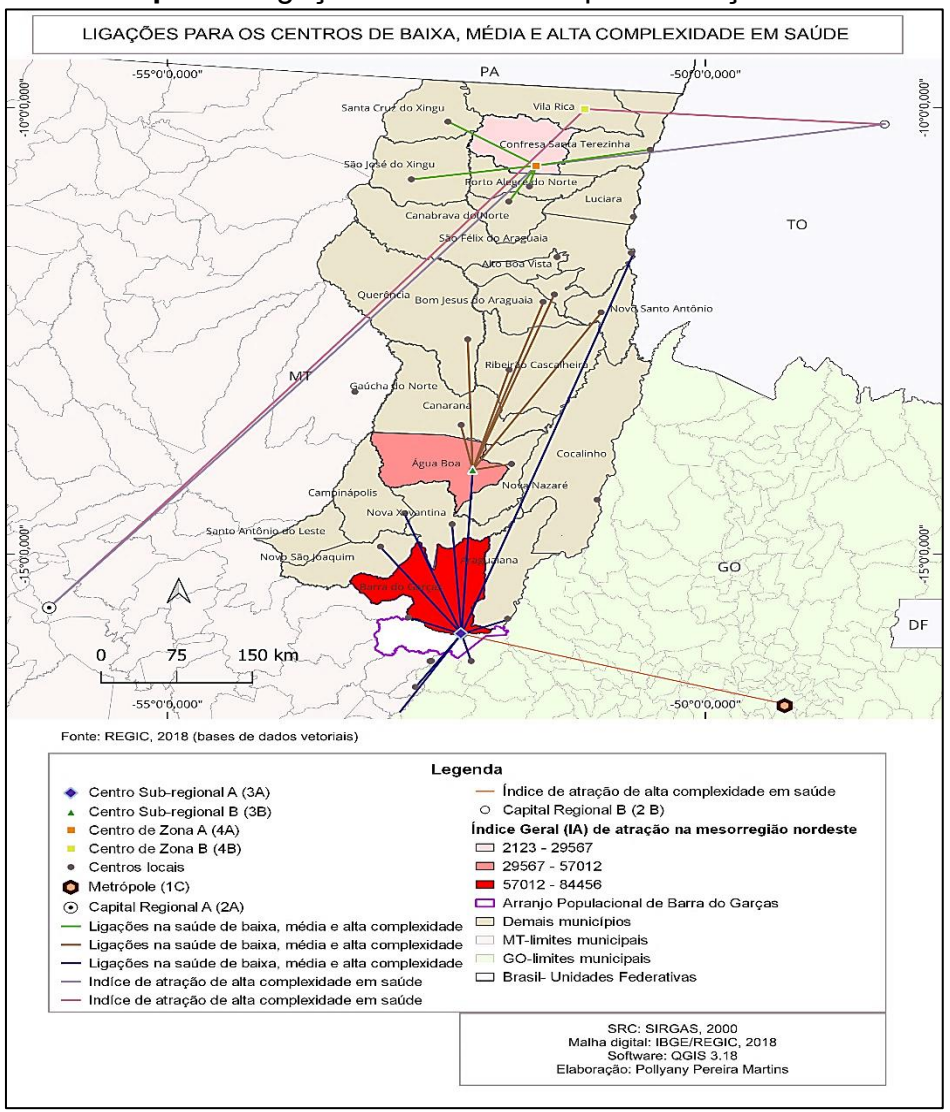
A segunda hipótese está diretamente relacionada à condição de deslocamento e de renda da população que busca por serviços de alta complexidade no sistema privado de saúde. O que faz com que as escolhas estejam direcionadas para os centros onde há maior variedade e especialização ao serviço que se procura. No caso específico de Mato Grosso, esse público se inclina a escolher capitais maiores que a do próprio Estado, percorrendo com tranquilidade distâncias muito superiores à média calculada, de 370 km (IBGE, 2018).

Mapa 25. Região de influência dos serviços em saúde



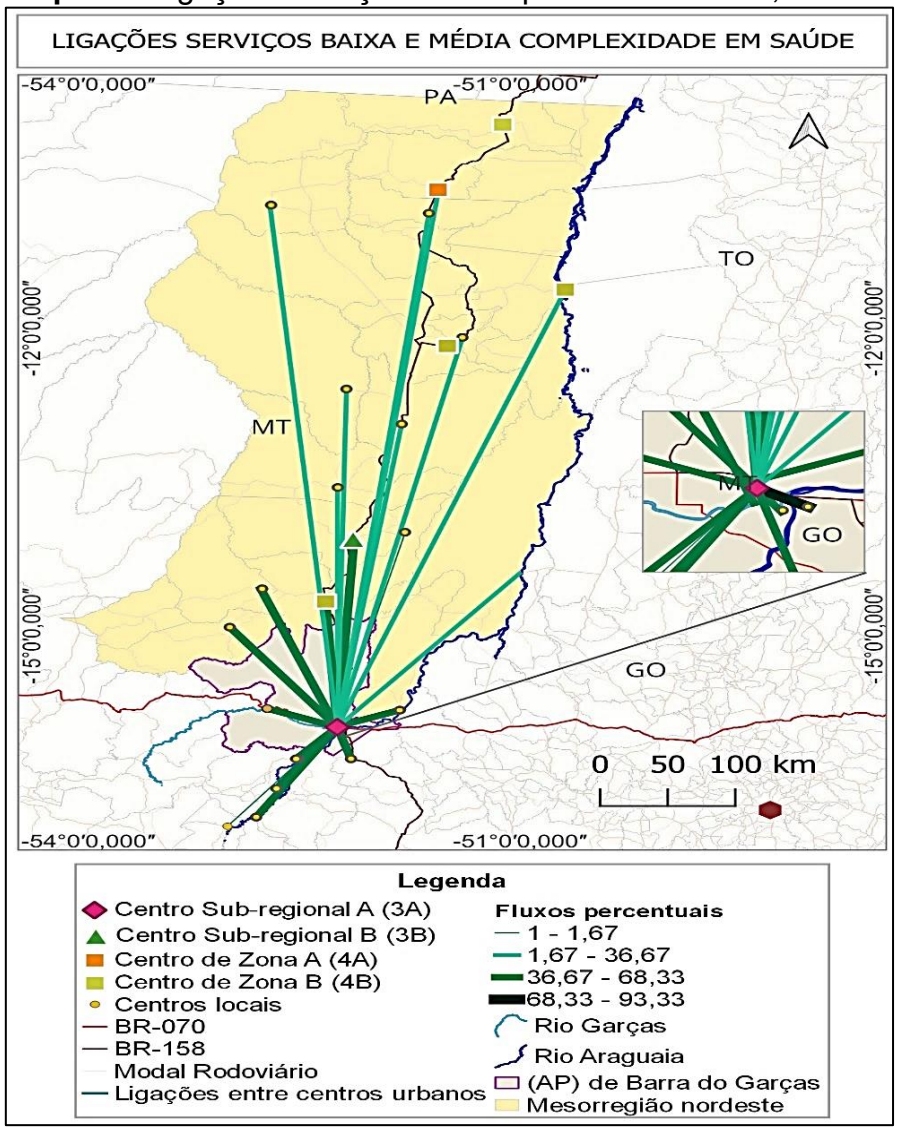
Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 26. Ligações entre centros para serviços de saúde



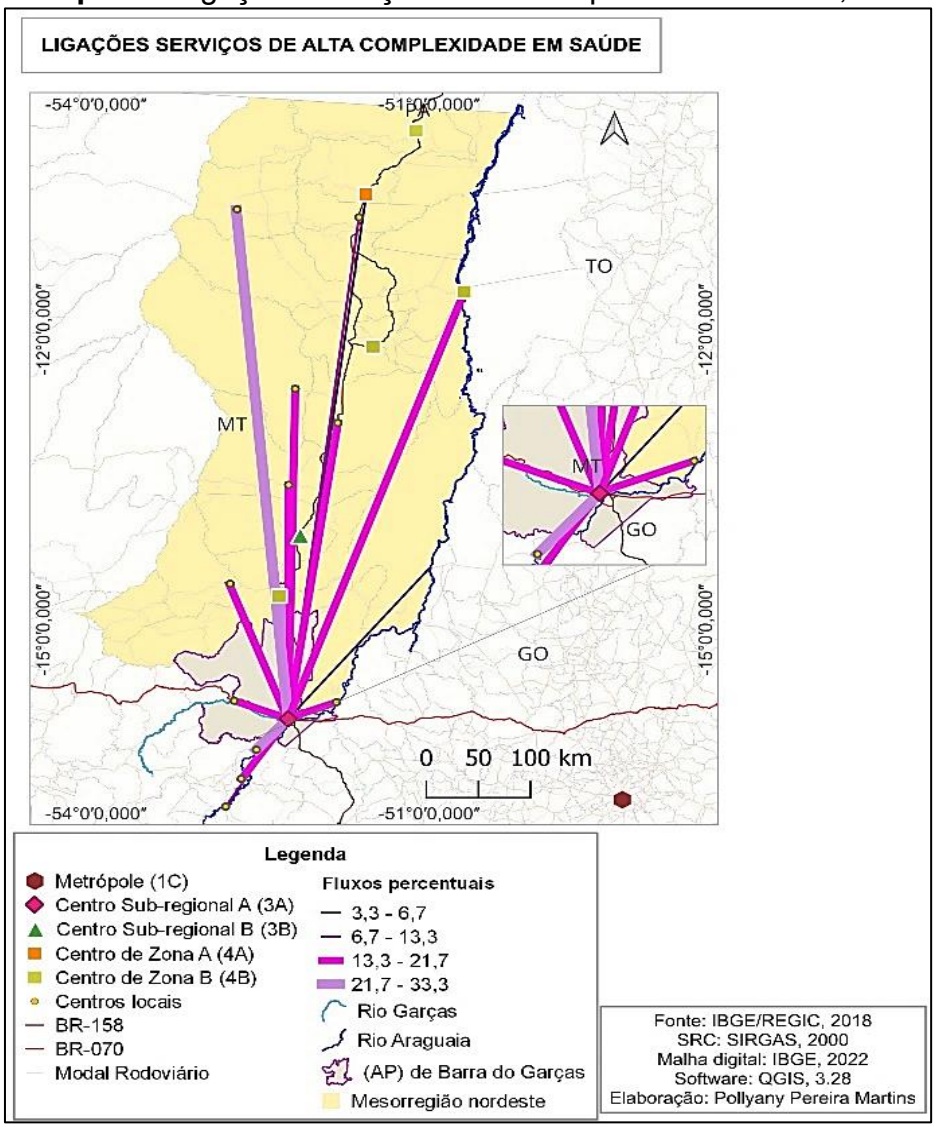
Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 27. Ligações serviços saúde questão 3. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Mapa 28. Ligações serviços de saúde questão 4. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 Elaboração: Autora, 2024

Esse comportamento dos fluxos pela estrutura espacial da rede urbana da Mesorregião Nordeste contribui não apenas com a identificação das regiões de atendimento e de cidades polarizadoras dos serviços de saúde (IBGE, 2020), mas, sobretudo, para desenvolvimento de políticas públicas, tais como: melhoramento logístico das infraestruturas dos modais rodoviários, e inclusive na avaliação do quantitativo de equipamentos de domínios públicos e privados utilizados na demanda dos serviços, haja vista que as transformações no território ocorrem por intermédio das redes de cidades como enfatizado por Falcón (2015):

> As redes de cidades têm grande força de transformação do território e raramente isso é considerado pelo planejamento econômico e social do desenvolvimento. As cidades sempre deveriam ser compreendidas em conjunto, observando suas relações com outras cidades e com os espaços rurais e seus povoados ou distritos. Elas são como nós em um sistema neural, estabelecendo fluxos no espaço, de onde vêm e para onde vão convergindo informações, pessoas, mercadorias, costumes, normas, cultura (Falcón, 2015, p. 20).

Optamos por acessar a plataforma de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), na qual se pode obter acesso à base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). Tal procedimento nos permitiu realizar levantamento do quantitativo de estabelecimentos de saúde (público e privado) existente em cada município do AP de Barra do Garças, e de todos os municípios que compõem os consórcios intermunicipais de saúde Garças/Araguaia (CISRGA), Médio Araguaia (CISMA) e Araguaia/Xingu (CISAX). Como complemento de analítico, inserimos a classificação tipológica dos estabelecimentos nos centros sub-regionais A e B, e centro de Zona A e B (Quadro 6). Essa metodologia favorece a identificação e a comparação das especializações presentes nesses centros urbanos.

Quadro 6. Distribuição e classificação dos estabelecimentos de saúde

Sedes de município	Estab. saúde Geral	Classificação / tipologia	Hospitais e laboratórios [70]	Total
Barra do Garças	235	Posto de saúde[71] Centro de Saúde/unidade básica Policlínica Hospital Geral Hospital Especializado[72] Consultórios isolados[73] Clínicas Unidade de apoio Diagnose e Terapia Unidade móvel terrestre Farmácia Unidade de vigilância saúde Central de gestão em saúde Centro de atenção Hemoterapia /Hematologia Centro de atenção Pisicossocial Unidade de saúde indígena Pronto atendimento Serviço domiciliar (Home Care) Laboratórios de saúde pública Central de abastecimento	Hospitais	Público= 2 Privado= 2
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 7
Pontal do Araguaia	13	Centro de saúde/unidade básica Clínica/centro de especialidade Unidade de Diagnose e Terapia Farmácia Central de gestão em saúde Laboratório de saúde pública Central de acesso	Laboratórios	Público= 1 Privado= 1
Aragarças-GO	28	Centro de saúde/unidade básica Hospital Geral Clínica/centro de especialidade Unidade de Diagnose e Terapia Unidade móvel pré-hospitalar Farmácia Unidade de vigilância em saúde Central de Gestão em saúde Centro de atenção psicossocial Serviço domiciliar (Home Care) Central de regulação	Hospitais	Público= 1
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 2
Água Boa	85	Centro de saúde/unidade básica Hospital Geral Consultório isolado Clínica centro de especialidade Unidade de Diagnose e Terapia Farmácia Central de gestão em saúde Centro Hemoterapia/Hematológica Centro de atenção psicossocial Centro de saúde da família Unidade de saúde indígena Laboratório de saúde pública Central de regulação do acesso Centro de imunização	Hospitais	Público= 1 Privado= 1
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 5
Araguaiana	9		Laboratório	Público= 1
Alto Boa Vista	21		Laboratório	Público= 1 Privado= 1
Bom Jesus do Araguaia	14		Laboratório	Público= 1
Canarana	73		Hospitais	Público= 1 Privado= 2
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 6
Campinápolis	27		Hospitais	Público= 1 Privado= 0
			Laboratórios	Privado= 1
Canabrava do Norte	15		-	-

[70] Laboratórios de exames clínicos
[71] Distribuído nos quatro distritos
[72] Corresponde ao Instituto de Nefrologia e Oncologia do Araguaia, de domínio da UNIMED-Araguaia
[73] Consultórios privados com especializações diversas/atendimentos ambulatoriais

Cocalinho	21		Hospitais	Público=1 Privado= 0
			Laboratório	Público= 1
Confresa	74	Centro de saúde/unidade básica Policlínica Hospital Geral Consultório isolado Clínica centro de especialidade Unidade de Diagnose e Terapia Unidade móvel pré-hospitalar Farmácia Central de gestão em saúde Centro Hemoterapia/Hematológica Centro de atenção psicossocial Unidade de saúde indígena Central de regulação do acesso Centro de abastecimento	Hospitais	Público= 1 Privado= 1
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 7
General Carneiro	11		Hospital	Público= 1 Privado= 0
			Laboratório	Público= 1
Gaúcha do Norte[74]	29		Hospitais	Público= 1 Privado= 0
			Laboratórios	Privado= 1
Luciara	9		Laboratórios	Público= 1
Nova Nazaré	10		Laboratórios	Público= 1
Nova Xavantina	44		Hospital	Público= 1 Privado= 1
			Laboratório	Público= 1
Novo Santo Antônio	6		-	-
Novo São Joaquim	13		Hospitais	Público= 1
Ponte Branca	9		Hospitais	Público= 1
Porto Alegre do Norte	14		Hospitais	Público= 1
Querência	59		Hospitais	Público= 1 Privado= 1
			Laboratórios	Privado= 4
Riberirãozinho	7		Hospitais	Público= 1
Ribeirão Cascalheira	27		Hospitais	Público= 1
			Laboratório	Privado= 2
São Félix do Araguaia	30		Hospitais	Público= 1
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 1
São José do Xingu	10		Laboratórios	Privado= 1
Santa Cruz do Xingu	8		-	-
Santa Terezinha	10		Hospitais	Público= 1
			Laboratórios	Privado= 1
Serra Nova Dourada	7		Laboratórios	Público= 1
Torixoréu	13		Hospital	Público= 1
			Laboratório	Privado= 2
Vila Rica	38	Centro de saúde/ unidade básica Hospital Geral Consultório isolado Clínica/centro de especialidade Unidade de Diagnose e Terapia Farmácia Central de gestão em saúde Centro de atenção psicossocial Laboratório de saúde pública Central de regulação do acesso Centro de imunização	Hospitais	Público= 1
			Laboratórios	Público= 1 Privado= 4

Fonte: Ministério da Saúde **/** CNESNET[75] (2024) **Organização:** Autora, 2023

[74] Não faz parte da mesorregião nordeste, porém compõem o consórcio intermunicipal conduzido por Água Boa.
[75] Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde. Os dados são extraídos do departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).

Com a sistematização dos hospitais e dos laboratórios de exames clínicos, percebemos que ocorre uma centralização e, portanto, distribuição desigual dos laboratórios privados entre os municípios da Mesorregião. Assim como há municípios que não são assistidos por nenhum laboratório público, havendo apenas os de domínio privado. Não tomamos como de grande relevância os hospitais, por entendermos que são estabelecimentos mais onerosos para os municípios. Assim, os municípios que não os têm, deveriam pensar as possibilidades em aproximar as interrelações no atendimento à saúde, por meio dos consórcios intermunicipais.

Os consórcios de saúde em Mato Grosso são modelos de descentralização proposta pelo governo federal. A proposta de consórcios pressupõe que os municípios são capazes de organizar um sistema único de saúde mais adequado às necessidades de sua população, por estarem diretamente em contato com a realidade dos munícipes. A respeito dos consórcios de saúde no Brasil, Coimbra e Barbastefano (2020) destacam que:

> Embora a Lei 11.107/200517, ou Lei dos Consórcios, tenha institucionalizado a figura dos consórcios públicos no Brasil, apenas em 2005 verifica-se a existência de mecanismos de consorciamento anteriores a essa data. Nessas estruturas, os grupos de entes federados, majoritariamente municípios, associavam-se de forma horizontal e cooperada e decidiam agir de forma conjunta, sem fins lucrativos, para solucionar problemas comuns em determinada área, sem personalidade jurídica, possuindo apenas um protocolo de intenções (Coimbra e Barbastefano 2020, p. 328).

Após a união passar a responsabilidade para os estados e munícipios, as questões de ordem financeira e deficiências na organização dos serviços se tornam um problema em consequência da fragmentação de serviços, necessitando, desse modo, de acompanhamento de coordenação estratégica. Portanto, os consórcios intermunicipais de saúde (CIS) criam condições de maior integração regional na rede urbana. “Esse tipo de modelo possibilita o planejamento regional estratégico, através do mapeamento conjunto das demandas, estabelecimento de prioridades e oferta de assistência técnica visando à elaboração de projetos integrados” (Coimbra e Barbastefano, 2020, p. 328).

Os três consórcios de saúde da Mesorregião Nordeste estão organizados pela seguinte composição intermunicipal:

1- CISRGA-Barra do Garças, composto atualmente por sete municípios, dois da Mesorregião Nordeste (Araguaia e General Carneiro), os outros quatro são da Mesorregião Sudeste (Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ribeirãozinho e Ponte Branca).

2- CISMA-Água Boa, todos os municípios são da Mesorregião Nordeste, (Canarana, Campinápolis, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira).

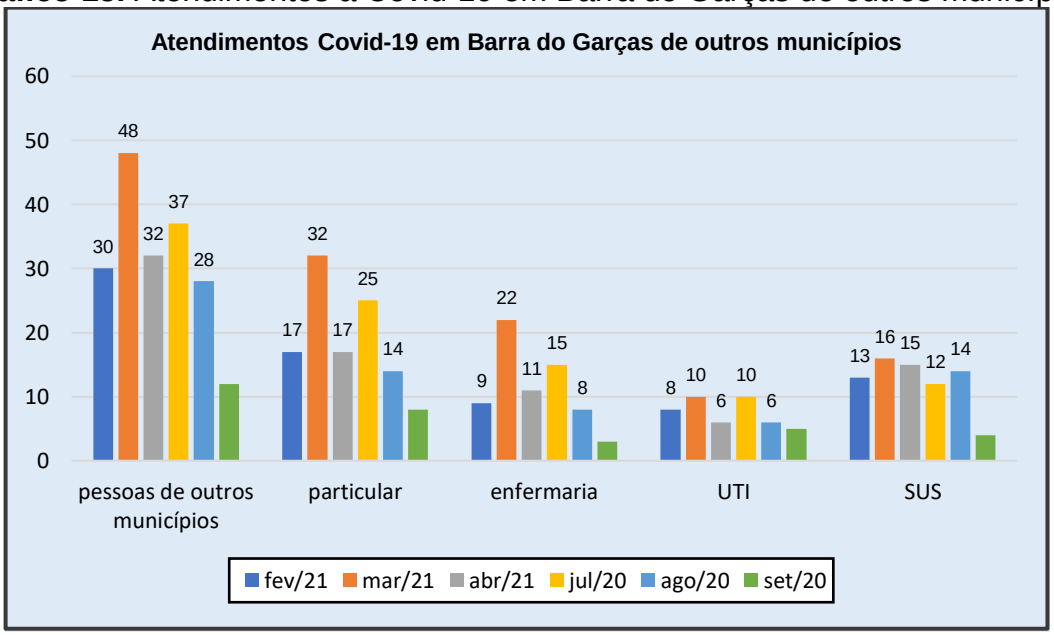
3- CISAX-Confresa-Vila Rica, todos os municípios estão localizados na mesma Mesorregião Nordeste, (Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Santa Terezinha, Canabrava do Norte).

Outros três municípios até o momento não estão integrados aos consórcios intermunicipais de saúde: São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada e Novo Santo Antônio. Nessas situações, o atendimento de média complexidade e de alta complexidade por um município menor não consorciado irá se realizar pela hierarquia da rede de saúde do SUS. De toda forma, numa situação de pandemia como a de Covid-19, os consórcios não conseguiram cobrir tais necessidades de atendimento conforme ilustrado no (Gráfico 15).

Os resultados da amostra foram elaborados por meio da tabulação de dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde de Barra do Garças. Optamos por selecionar três meses referentes ao ano de 2020 e 2021, como referência de análise de fluxos ocorridos para o tratamento contra a Covid-19.

Os atendimentos realizados por estabelecimentos particulares (hospitais) foram maiores do que os atendimentos realizados pelo SUS. Condição que pode ser justificada pela maior distribuição de equipamentos nos municípios subpolos em saúde, bem como de “montagem” de leitos com UTIs em hospitais dos municípios de Água Boa e de Confresa. Ainda assim, o boletim da Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Garças, correspondente ao mês de fevereiro de 2024, apontou um total de óbitos (geral do início da pandemia) de pacientes de outros municípios de 194 (cento e noventa e quatro) pessoas, o que nos permite inferir que o quantitativo de entradas de pacientes para tratamento vindos de outros centros pelo SUS foi quantitativamente significativo.

Gráfico 15. Atendimentos à Covid-19 em Barra do Garças de outros municípios



Fonte: Secretaria municipal de saúde de Barra do Garças-MT
Elaboração: autora, 2022

Na Mesorregião, os municípios com população acima de vinte cinco mil habitantes dispõem de maior número de estabelecimentos públicos e privados para atendimento a exames e internações. Entretanto, nenhum destes apresentou número menor do que dois públicos e três privados (hospitais e laboratórios). O AP de Barra do Garças dispõe de três estabelecimentos públicos para internações e de dois privados. Para serviços de exames clínicos, são três laboratórios públicos e dez privados.

Quanto aos resultados para fluxos de clientela, verificamos que existe um quantitativo para o conjunto do arranjo populacional de 276 (duzentos e setenta e seis) estabelecimentos, organizados pelo Ministério da saúde em espontâneo e referenciado. O primeiro diz respeito às situações em que ocorre o comparecimento de pacientes de forma inesperada, por uma questão aguda de saúde ou quando o próprio paciente julga necessário exames de rotina. No atendimento referenciado, o paciente é indicado a buscar atendimento médico especializado por solicitação de um primeiro médico ligado ao atendimento por demanda espontânea. Desse total, 148 (cento e quarenta e oito) correspondem a estabelecimentos privados, e 128 (cento e vinte e oito) ao SUS.

Referente à quantidade de leitos (não inseridos no Quadro 6), o AP de Barra do Garças dispõe de 157 (cento e cinquenta e sete), incluso leitos hospitalares,

cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátricos, crônicos e complementares (UTIs). Desse total, 109 (cento e nove) são ofertados pelo SUS, e 48 (quarente e oito) particulares e com planos de saúde, o que correspondem a 1,6 leitos para cada 1.000 (um mil habitantes), muito inferior ao índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 3 a 5 leitos para cada 1.000 habitantes

É válido ressaltar que, com a Covid-19, foi necessário instalar no pátio da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Barra do Garças, uma estrutura para hospital de campanha montado pelo exército brasileiro através do 58º Bimtz de Aragarças-GO, devido ao total de leitos ter sido insuficientes para o período de crise epidemiológica.

Uma vez entendido que a sub-rede urbana do AP de Barra do Garças é composta predominantemente por um conjunto de cidades pequenas, ainda conseguimos verificar, com a distribuição dos estabelecimentos de saúde (hospitais e laboratórios), que esses urbanos podem apresentar contextos e complexidade diversos. Sobre essa concepção, Fresca (2011) reforça que:

> O número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena (Fresca, 2011, p. 76).

A compreensão que é posta pela autora está diretamente relacionada às etapas da divisão do trabalho sobre o território, que altera de forma qualitativa e quantitativa as atividades realizadas pela cidade, e como o capital cria sua dinâmica nesses espaços urbanos. Existe também, junto a essa linha de raciocínio, a de que o agronegócio, por não ser um único tipo de atividade particular, e, portanto, com especificidades, faz emergir uma enorme diferença entre as cidades pelo consumo produtivo que se diversifica. “Neste sentido cada um dos agronegócios acaba por suscitar diferentes atividades em cada uma das pequenas cidades, dinamizando-as mais ou menos” (Fresca, 2011, p. 80).

Entretanto, as diferenças locais são fatores de um processo da produção do espaço, e as conexões que vão se construindo pela circulação do capital caracterizam

o espaço urbano e rural pelo modo de produção desempenhado e pela intensificação da técnica como um meio de estabelecer infraestruturas para o consumo. De tal modo, a cidade de Barra do Garças, como centralidade maior de uma região de influência urbana, terá serviços consumidos à medida que os demais centros menores na hierarquia de rede não a puderem ofertar.

Na concepção de Silva (2013), existe uma seletividade espacial que conduz produção do espaço gerando desigualdades socioespaciais, combinando os espaços de pobreza e miséria. Todavia, criam-se outros espaços com maior concentração econômica e dinamismo, mas existe um cenário que vem mudando com o fortalecimento do significado da região suplementar articulada e integrada a partir do século XXI, e uma cidade pequena pode possuir contatos econômicos direto com o estrangeiro. Isso ocorre, porque a hierarquia de cidades que prevaleceu no século XX, posta por Walter Chistaller, muda no século seguinte com a evolução dos meios técnicos-científicos-informacionais (Santos, 2012), sustentado por um sistema capitalista que se autoconstrói, reestruturando territórios, lugares e, portanto, o espaço.

No entanto, nem todos os segmentos se desfizeram da hierarquia tradicional de cidades, Silva (2013) traz contribuições a esse respeito ao descrever que:

> Algumas hierarquias tendem a se manter, como é o caso da análise da rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), onde os deslocamentos das pessoas podem coincidir com elevação contínua de porte de cidade até chegar ao patamar superior em busca de serviços médicos mais sofisticados da rede urbana (Silva, 2013, p. 122).

Ainda assim, as interações espaciais criadas no contexto intrarregional e inter-regional se configuram pela condição de interdependência entre municípios de uma mesma região imediata para uma região intermediária por meio da rede urbana. A respeito, Cabugueira (2000) apresenta conceito e característica de uma região polarizada. Para o autor, a região polarizada seria um tipo de região que apresenta interações internas muito maior do que as interações externas à região. Desse modo,

> um aspecto característico das regiões polarizadas é o fato de serem compostas por unidades heterogéneas, mas, funcionalmente, ligadas entre si através de fluxos. Estes fluxos podem referir-se a dados relativos a comunicações (contactos telefónicos e transportes); a movimentos da população, a transações comerciais, etc. (Cabugueira 2000, p. 105).

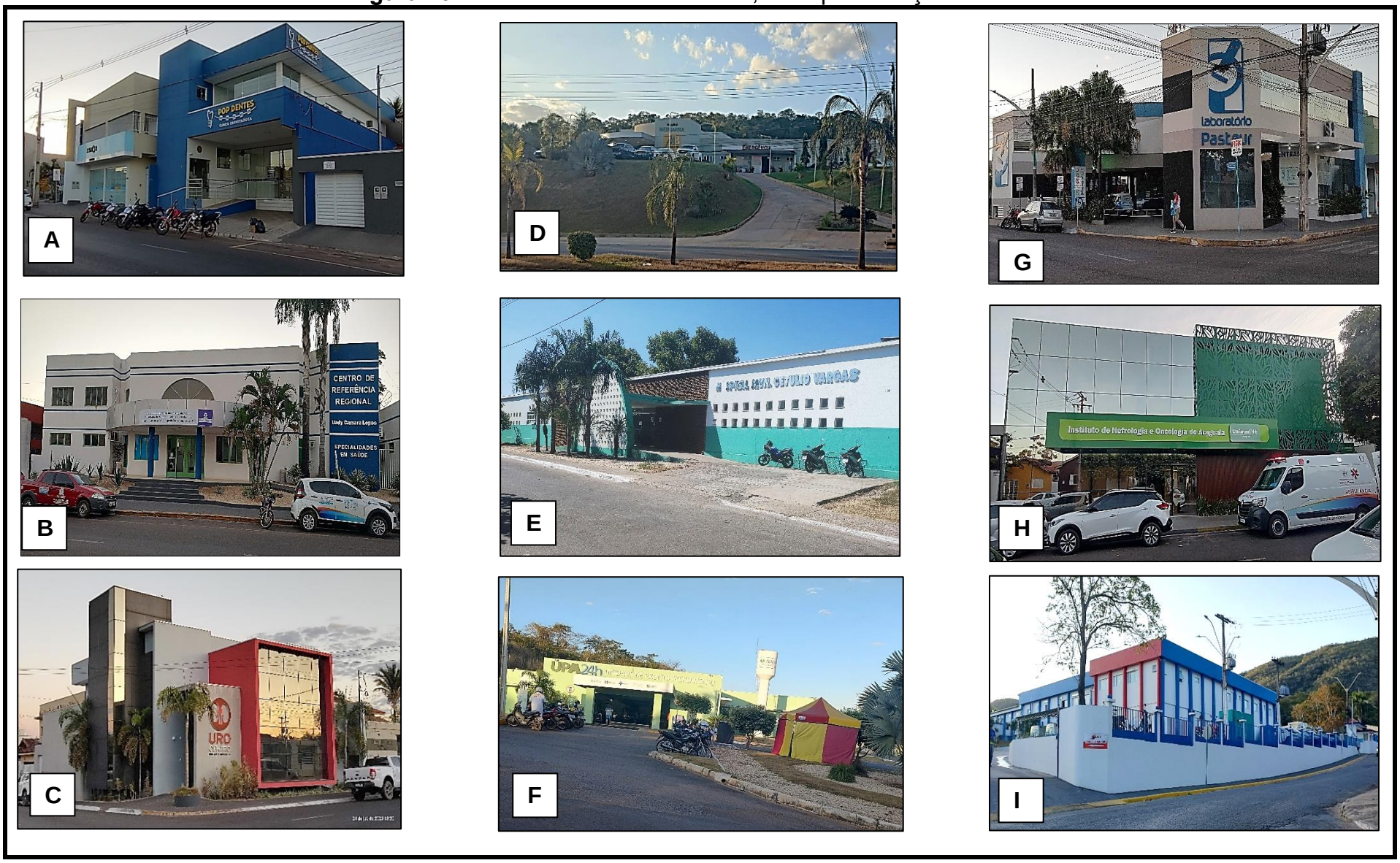
Tais heterogeneidades refletem no ordenamento do espaço urbano, na sua composição estrutural, nas funções desempenhadas, e nas suas formas, que são o reflexo de seus conteúdos. Na condição de polo regional de saúde, o AP de Barra do Garças tem centralizado diversas especializações em saúde, e, como fixos, materiais no/do urbano (Figura 20) se tornam, de acordo com Santos (2005), complementariedades regionais, que, por consequência, traçam a dinâmica dos fluxos que vão se tornando necessários.

A (imagem A) traz uma das clínicas, em Barra do Garças, especializadas em odontologia. Verificamos *in loco* que a presença de estabelecimento de médio e grande padrão arquitetônico, e inclusive redes como Dentista Popular, Pop Dentes, Doutor Sorriso, Oral Sin, estão construindo territorialidade no espaço urbano de Barra do Garças. Assim como o Instituto Mato-grossense de Odontologia (IMO). Esses estabelecimentos contribuem para a alteração estética e estrutural do centro urbano da cidade, sendo, portanto, o reflexo da metropolização do espaço discutida por Sposito (2015), ao se referir à reestruturação da cidade e a do urbano em cidades médias.

Os estabelecimentos de saúde voltados ao atendimento exclusivo pelo SUS são representados pelas (Imagens B) (Centro de Referência Regional), atendem, conforme informação local, cerca de 33 (trinta e três) municípios da região, devido a oferecerem especialidade no atendimento à saúde; situação parecida ocorre na Unidade de Pronto Atendimento, registrado na Imagem F, por ser um centro de média complexidade em saúde; na (Imagem I), o registro é do hospital e pronto-socorro municipal, onde estão concentrados o maior número de leitos complementares (UTIs).

Outro estabelecimento de saúde com atendimento pelo (SUS) é o hospital Getúlio Vargas em Aragarças-GO (Imagem E), primeiro hospital regional da região, com arquitetura traçada por Lúcio Costa. Atende majoritariamente a população municipal, atualmente, tem recebido repasses financeiros insuficientes para a criação de leitos complementares (UTIs).

Figura 20. Estabelecimentos de saúde, as especializações do urbano



Fonte: Acervo da autora, 2024

A (Imagem C) mostra uma clínica especializada em tratamentos de urologia com atendimentos realizados pelo sistema privado. complementado pelos serviços de saúde ofertados pela Unimed Araguaia, através do Instituto de Nefrologia e Oncologia (Imagem H). Compondo o atendimento do mesmo grupo da associação médica do Araguaia, o hospital MedBarra (Imagem D) é outra opção de internações e cirurgias no quesito particular, assim como o hospital Cristo Redentor (de menor porte), que se tornou o primeiro hospital privado de Barra do Garças, localizado no centro da cidade.

Um dos laboratórios de exames clínicos é mostrado na (Imagem G). Esse é outro tipo de estabelecimento de saúde que têm se concentrado bastante nos espaços urbanos do arranjo populacional, ao todo são 10 (dez) privados, além de 3 (três) públicos. Como verificado, existe uma dinâmica de concentração dos estabelecimentos de saúde especificamente no espaço urbano de Barra do Garças.

Ao pesquisar sobre os proprietários de algumas dessas empresas, os sobrenomes remetem a descendentes da elite médica pioneira e de proprietários de terras rurais no município e região, o que nos faz concluir que a localização desses fixos voltados para serviços de saúde muito se deve às condições de aquisição de terrenos em período pretérito por atores diferentes, num processo de expansão do tecido urbano. Dessa maneira, com os novos usos do solo urbano ou com a implantação de novos elementos de especialização, cria-se, a partir do centro em expansão, o fenômeno da reestruturação intraurbana.

É válido trazer como reflexão que a menor distância da capital de Goiás (Goiânia) em relação à capital Cuiabá é um determinante da maior presença e permanência de empresas, não só no segmento de saúde diante do acesso facilitado a insumos, medicamentos e à indústria farmacêutica, uma vez que ocorre maior facilidade (envolvendo custos) na circulação e no acesso a transportes (exemplo das transportadoras), para a distribuição de produtos que são encontrados apenas em metrópoles com os atributos de Goiânia ou superior. No ramo empresarial e de negócios, um outro fator está diretamente relacionado à possibilidade de deslocamento aéreo (Mapa 29), contribuindo com a dinâmica da centralização, que, por consequência, intensifica a centralidade urbana.

O aeroporto municipal de Barra do Garças foi inaugurado no ano de 2016, para realização de voos comerciais, resultante do Programa Voe MT, idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (SEDEC)[76]. A empresa *Azul Conecta* é a responsável pelo controle das linhas Barra do Garças-Cuiabá e Barra do Garças-Goiânia. Contudo, as linhas foram suspensas temporariamente em 2020 em consequência da pandemia de Covid-19, retomando depois, no ano de 2021, apenas a primeira linha. Depreendemos que os custos das passagens aéreas sejam condições de baixa demanda para a permanência dos voos com destino à capital de Goiás.

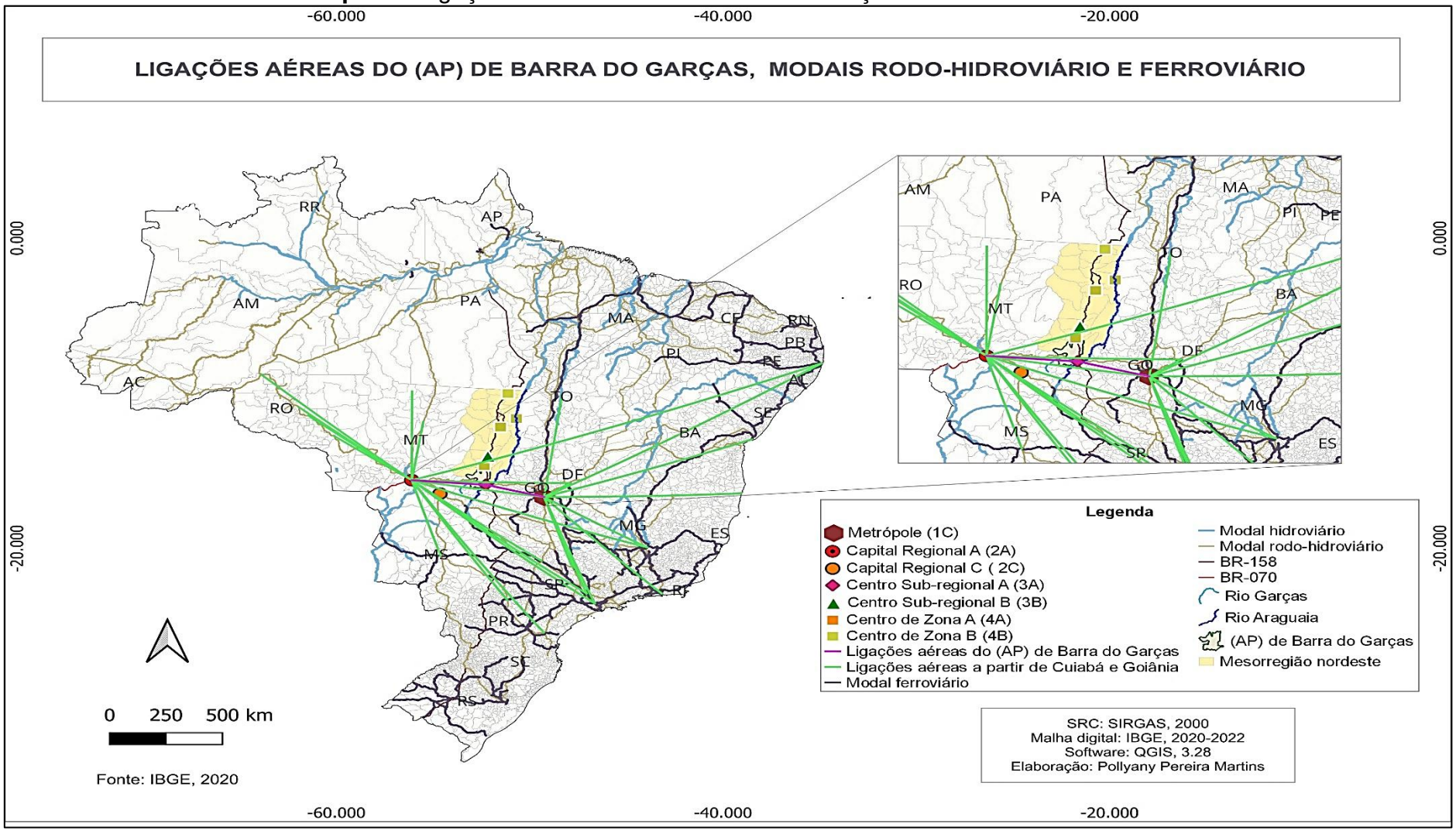
Para completar essa discussão referente ao transporte aéreo, espacializamos o percentual estimado do destino sobre o total dos descolamentos de moradores de outros municípios para o aeroporto de Barra do Garças (Mapa 30). O fluxo de pessoas, em busca de aeroporto nos centros de destino, compõe a questão temática de número oito, do questionário aplicado pelo IBGE/REGIC (2018). Assim como as outras temáticas representativas do histórico de pesquisa, o percentual foi a priori, estimado pelo participante.

> A partir do resultado apresentado pelos três informantes, foi obtida a lista de todos os destinos e calculada a média simples dos respectivos percentuais de cada tema. Já para estabelecer o destino principal do Município, considerou-se a média simples do resultado de cada um dos 10 temas (os nove constantes do questionário e os destinos adaptados das ligações rodoviárias e hidroviárias), selecionando o destino com maior percentual (IBGE, 2020, p. 7).

Os dados do IBGE (2018) revelam que o maior percentual de procura pelos serviços de aeroporto é dos municípios de Luciara, Serra Nova Dourada, São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e Nova Nazaré, com percentuais entre 67 e 85%. Na sequência, entre 47 e 67% da procura, estão os municípios de Araguaiana, General Carneiro, Torixoréu e Piranhas-GO. Ao considerarmos o custo da passagem aérea e a distância dos primeiros centros, evidenciamos que os usuários dos serviços são, em maioria, funcionários da administração pública, e empresários do agronegócio.

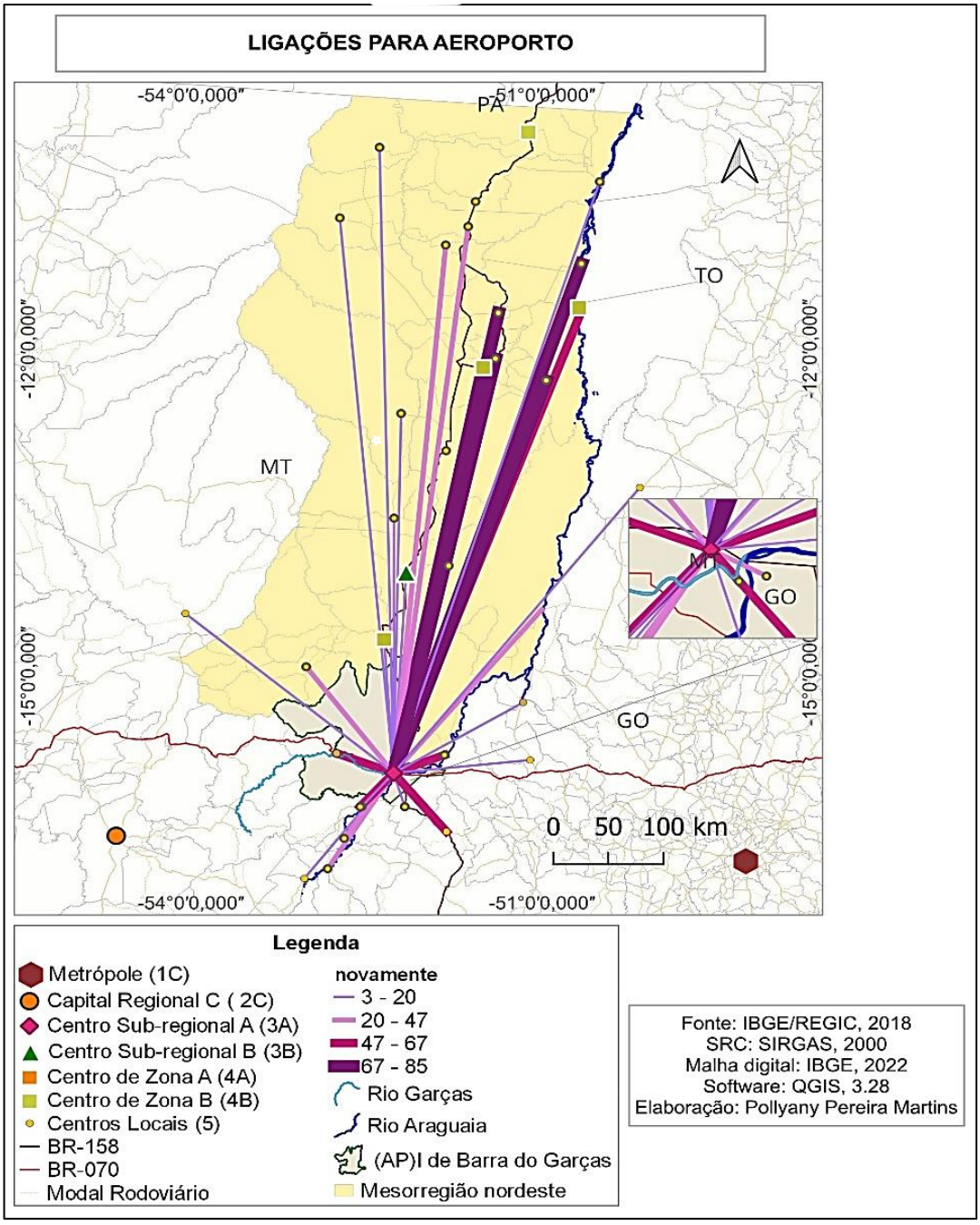
[76] Informação retirada do site de notícias da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA). Disponível em: https://www.sinfra.mt.gov.br/-/5212908-governo-inaugura-aeroporto-de-barra-do-garcas-que-passa-a-receber-voo-de-cuiaba.

Mapa 29. Ligações aéreas do AP de Barra do Garças com Cuiabá e Goiânia



Fonte: IBGE, 2020-2022 **Elaboração:** Autora, 202

Mapa 30. Ligações para aeroporto questão 8. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Ao verificarmos as atividades de saúde produzidas na cidade, fica entendido que, na formação do espaço urbano, ocorre uma reunião de formas simultâneas, considerando-se esse urbano uma espacialidade de produção das condições materiais de existência e das possibilidades de mudanças que vão ocorrendo mediante uma necessidade de reorganização espacial. Assim, a cidade e o urbano

estão, portanto, diretamente influenciados pela sociedade ou por determinados grupos dominantes.

A cidade se materializa por meio da mediação do fenômeno urbano, que cria um espaço onde as atividades comerciais, da indústria, da educação, de saúde, do financeiro, de construções diversas para a existência do viver coletivo, de circulações (de pessoas, mercadorias, de capitais e de ideias) e também da composição política e de leis, de tomada de decisões, de planejamentos para o município.

Concluímos, sobretudo, que as concentrações de estabelecimentos voltados ao consumo determinam um movimento na vida cotidiana daqueles que vivem na cidade intermediária (dispondo de suas forças de trabalho para a continuidade de uma produção do espaço), e dos que dela necessitam diante da não disponibilidade dos recursos em cidades de menor porte. Carlos (2019), ao trazer uma análise sobre o cotidiano sustentada em Lefebvre (1961), afirma que:

> O cotidiano aparece como exigência da explicação do momento histórico em que, para continuar se reproduzindo, o capitalismo precisa superar sua fase crítica ampliando a multiplicidade de objetos de consumo de todos os tipos, o que faz subsumindo todos os espaços-tempos da vida cotidiana à lógica do capital [...] Assim, o cotidiano – como realidade e como categoria de análise – aparece como exigência do capitalismo no processo de reprodução da sociedade, num determinado momento da história ligando-se à produção do urbano. Nessa direção, o cotidiano aparece como nível da análise no qual se estabelece o neocapitalismo, já que é o lugar onde se reproduzem as relações sociais para além do lugar do trabalho, ganhando a sociedade inteira, bem como o espaço inteiro (Carlos, 2019, p. 462- 463)

Entretanto, “segue-se que a ‘sociedade”, no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em rede de cidade” (Lefebvre, 2001, p. 13), realizada por intermédio de uma divisão do trabalho sustentada pelas técnicas, pela divisão social do trabalho, e por uma política de manutenção econômica, que também se assegura, pela presença das instituições especializadas na educação técnico profissional e de nível superior.

4.5.2 As instituições de nível superior: fluxos e atratividades

O desenvolvimento regional também se projetou com a interiorização dos conhecimentos acadêmicos e com a inserção das práticas de estudantes em áreas

territoriais desoladas e empobrecidas. Antes mesmo de ocorrer fluxos de pessoas em prol de realizar um curso de graduação no AP de Barra do Garças, esse movimento de estudantes se fez no sentido de aprimorar os conhecimentos teóricos com uma prática vivenciada em estágios promovidos pelo projeto Rondon[77] (Fase I), em parceria com universidades públicas brasileiras.

Para além do aprimoramento formativo e dos atendimentos com mão de obra especializada prestados à sociedade local, a extensão universitária garantia aos estudantes de graduação possibilidades de aprender com a realidade e com as particularidades que o interior do território brasileiro apresentava, como as desigualdades, os modos de vida e as culturas locais. Ao estudar o projeto Rondon, Arno (2012) afirmou que:

> O Projeto Rondon é uma concepção operacional de extensão universitária, interativa e integrativa entre professores e alunos das universidades e com as comunidades, desde as mais próximas (entorno, mesma localidade ou região) até as mais distantes geograficamente (distintas regiões, diferentes estados, diferentes países). A comunidade externa não apenas recebe benefícios, mas contribui com as universidades, realimentando-a para a revisão de seu papel no desenvolvimento integral e sustentador das sociedades, assim como possibilita o contato estreito, intenso e prático dos estudantes com a realidade (Arno, 2012, p. 61).

Tais condições foram experienciadas com o *campus* avançado da Universidade de Brasília (UnB) em Aragarças no ano de 1971, na primeira fase do projeto, conforme (Figura 21).

[77] O Projeto Rondon surgiu em julho de 1967 quando universitários liderados pelo professor Wilson Choeri, da Universidade do Estado da Guanabara **(atual estado do Rio de Janeiro**), planejaram e realizaram um estágio no território de Rondônia. Através desta experiência os universitários sentiram não conhecer plenamente os problemas existentes no interior brasileiro, conscientizando-se de que deveriam levar às regiões menos desenvolvidas do país as noções e técnicas adquiridas nas Universidades, motivando assim as comunidades a encontrar o modo de resolver seus problemas e contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento nacional. Esta equipe pioneira, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e a sua filosofia de integração, denominou PROJETO RONDON ao movimento que surgia e que passou a ter âmbito nacional (Mendes; Trevizan; Cunha, 1978, p. 33).

Figura 21. Presença do reitor Caio B. Dias e outros em Aragarças-GO



Fonte: Arquivo Central UnB - código1B16-00079 (online)[78]

Menezes (2012), em entrevista realizada com pioneiros de Aragarças e Barra do Garças, afirma que as ações desenvolvidas com a extensão da Universidade de Brasília (UnB) para a realização de prática de estágio e residência beneficiou o desenvolvimento local, haja vista que alguns dos estudantes, ao término dos cursos, firmaram residência exclusivamente na segunda cidade, já que faltava mão de obra especializada. Outra condição associada à presença do *campus* avançado da UnB, atendendo às populações do arranjo populacional, foi a de que serviu como condição de incentivo para a criação, especialmente, dos centros de ensino superior.

De acordo com a autora, havia um grupo muito empenhado politicamente em cobrar das autoridades locais de Barra do Garças a oferta de cursos de graduação para a população, que, muitas vezes, tinha de buscar as capitais dos estados ou centros maiores para fazer cursos de nível superior.

> No que se refere à instalação do Centro Pedagógico de Barra do Garças, este se deu por iniciativo de um grupo de profissionais da área de ensino. A prof.ª Braulina Morbeck evidencia a importância do engajamento do prof. Albérico Rocha Lima. Ele era morador de Barra do Garças e se mudou para Goiânia, para trabalhar na Universidade Federal de Goiás – UFG. Após ter sido admitido como Técnico da UNB, passou a residir em Brasília. Retornou à região onde morava para atuar na Administração do Projeto Rondon, do

[78] Disponível em: https://atom.unb.br/index.php/00079.

> *Campus* Avançado da UNB, em Aragarças. O início de seu funcionamento foi no Grande Hotel – hotel presidencial. Isso pode ser comprovado, considerando o depoimento que a professora Braulina Morbeck concede para esta pesquisa (Menezes, 2012, p. 48).

Entretanto, o empenho do poder público local, juntamente com o apoio de lideranças políticas estaduais e federais do executivo de Mato Grosso (Oliveira, 2020), fez com que as primeiras atividades de ensino superior na região ocorressem no ano de 1981, por meio da expansão de polos de ensino da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sediada na capital Cuiabá com fundação em 1970, através da Lei n.º 5.647. O Centro Pedagógico de Barra do Garças compôs a primeira unidade estrutural dos dois atuais *campus* universitários do Araguaia (UFMT, 2019). E o projeto Rondon, ao que corresponde a sua primeira fase (1966-1989), foi extinto no ano de 1989.

O conhecimento acadêmico, no período, esteve primeiramente organizado para a formação de docentes no formato licenciatura curta (duração de dois anos, para atuação no ensino fundamental) e licenciatura plena (com duração de quatro anos, para atuação em todo ensino básico), devido à falta de professores para aturarem nas respectivas áreas dos currículos de formação escolar. Os cursos iniciais foram: Licenciatura curta em Ciências e Licenciatura plena em Letras (Both; Both; Baraldi, 2019). Ainda segundo as autoras,

> O Centro Pedagógico teve início com uma sala de administração, que funcionava na Câmara Municipal de Barra do Garças, e duas turmas de cursos noturnos (Letras e Ciências), cujas aulas aconteciam na Escola Estadual Gaspar Dutra. Depois, devido ao aumento no número de alunos, o CPBG foi transferido para uma escola maior, no bairro Jardim Amazônia, e utilizava a sede da Associação de Bairros para administração, biblioteca e setores de gestão. Em tal período a Universidade chegou a construir algumas salas naquela escola. Posteriormente, a UFMT transferiu o setor administrativo para um mercado que se encontrava desativado, naquele período, no município (cujo prédio a prefeitura havia recebido em troca de impostos devidos). Já as aulas passaram a ocorrer no espaço da Escola Estadual João Batista, local onde a Universidade funcionou até a transferência para seu *campus* definitivo, em 1989. Este *campus* foi construído no município de Torixoréu, em um distrito denominado Pontal do Araguaia (conurbado a Barra do Garças) que mais tarde foi emancipado, desmembrando-se de Torixoréu. Conforme os entrevistados destacados em Both (2016), isso aconteceu porque a Universidade exigia uma área de sessenta hectares para a construção do *campus* e, naquele momento, a prefeitura de Barra do Garças, que seria o polo escolhido pela UFMT, não conseguiu dispor de algum terreno, no tamanho exigido, que fosse próximo à sede do município. Os responsáveis locais pela Universidade entraram, então, em contato com o município vizinho, Torixoréu, e o prefeito Valdemar Nogueira, à época, dispôs da área para doação à UFMT. Quando o *campus* foi inaugurado, contava com um número suficiente de salas de aulas e laboratórios, além de ter salas específicas para os setores administrativos e de gestão (Both; Both; Baraldi, 2019, p. 343).

Com a construção e inauguração do *campus* no atual município de Pontal do Araguaia, a nomenclatura foi alterada para Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia (Cesma), em seguida, Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia (ICLMA), e, atualmente, *Campus* Universitário do Araguaia - CUA. Hoje em dia, o *campus* abrange duas edificações, composto por *campus* Médio Araguaia I (em Pontal do Araguaia) e *campus* II (em Barra do Garças). A área ocupada é de aproximadamente 64 (sessenta e quatro) hectares para a primeira cidade e 70 (setenta) hectares para segunda (UFMT, s/d)[79].

As instalações da segunda unidade (*Campus* II) em Barra do Garças foram efetivadas no ano 2006, utilizando o antigo estabelecimento da indústria de *whisky Drury`s.* Oliveira (2020, p. 58) confirma que, "quando o Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977, a UFMT já estava com o projeto de interiorização que, a princípio visava formar professores e ofertar cursos que atendessem as necessidades de cada região".

Em um trecho apresentado pela autora, referente a uma entrevista concedida, o entrevistado, um dos professores pioneiros da UFMT *campus* Araguaia, diz que, a princípio, o centro universitário tinha como objetivo trabalhar a qualificação de profissionais para atuarem na região, devido à grande demanda. Hoje, com o crescimento do *campus*, essa ideologia mudou, uma vez que os profissionais se formam em várias áreas, e são aptos para aturarem dentro e fora do país.

A visão de que a presença do *campus* universitário do Araguaia no AP de Barra do Garças contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região é unanime em todas as fontes que buscamos. Assim como no trecho da autora anteriormente citada.

> Em curto espaço de tempo, a comunidade presenciou significativas transformações geradas pela presença da UFMT na região. Com a emancipação do município de Pontal do Araguaia e a implementação do primeiro *campus* local da UFMT, foram criados diversos serviços e órgãos públicos, como escolas, a agência dos correios, a delegacia, instituições comerciais e a creche católica (hoje desativada), o que favoreceu muito o desenvolvimento social e econômico da região (Oliveira, 2020, p. 62).

[79] Disponível em: https://ufmt.br/curso/engalimentos/pagina/curso/9969#top_page

Tanto a materialização da unidade do *campus* em Pontal do Araguaia, como da unidade II em Barra do Garças, resulta de esforços que serviram como indutores da formação socioespacial local e regional, bem como para a construção da centralidade exercida por esse centro na sub-rede urbana. Ressaltamos que as instalações desses dois *campi* universitários (Figura 22) refletem a especialização tecnológica e científica inserida no território, de modo a assegurar e diversificar as atividades regional, garantido por meio de políticas públicas, no intuito de promover o desenvolvimento e minimizar as desigualdades existentes no território brasileiro.

E ainda, nas palavras proferidas pelo Pró-Reitor Rodrigo Ferreira, no documentário intitulado “Vídeo Institucional Comemoração aos 40 anos do *Campus* Universitário do Araguaia”, o potencial de fluxos financeiros é fundamental para a dinâmica econômica local.

> Eu vejo que ela tem uma importância no sentido econômico, financeiro, porque há investimentos com a quantidade de servidores e terceirizados que nós temos, né?! Então isso injeta na econômica um valor superior a três milhões de reais mensal, e isso para mim, é como se fosse um investimento maior que certas indústrias, então, pra gente vê o nosso potencial. E no sentido social, pelos projetos de extensão, pelos projetos de assistência aos nossos alunos, permitindo que pessoas que por vezes na vida não teriam condições de estar numa universidade pública e gratuita estejam aqui, recebendo um recurso, um auxílio, podendo desenvolver seus estudos (CineClube Roncador, 2021).

Tais reconhecimentos demonstram a importância das políticas de expansão e multiplicação das instituições de ensino superior (IES) em regiões menos favorecidas do território brasileiro, com muita celeridade entre os anos de 2003 e 2014.

Na Mesorregião de estudo, a presença de instituições estaduais de ensino superior ocorre no ano de 1991, com uma unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), no município de Nova Xavantina. Uma situação diferente de muitos estados, em que as universidades estaduais foram as primeiras a ofertar educação superior. Existe apenas esse *campus* de nova Xavantina em toda a extensão da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, os demais municípios, Água Boa, Confresa, Querência, São Félix do Araguaia e Vila Rica dispõem de núcleos pedagógicos, com oferta de cursos em turmas únicas pela modalidade diferenciada (UNEMAT, 2024)[80] .

[80] Informação extraída do site: https://unemat.br/site/institucional/por-c%C3%A2mpus. Acesso em 18 jun. 2024.

Figura 22. *Campus* I e II da Universidade Federal de Mato Grosso



Fonte: Acervo da autora, 2023

Com isso, podemos perceber a dimensão da importância regional atribuída, especificamente, a esse papel de aptidão educacional das cidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia. Aragarças-GO, até o momento, não tem nenhuma instituição de ensino superior com instalações no município, mas contribui no aspecto

de moradia. Devido aos preços de aluguéis serem mais baratos, e dispor de linha de transporte coletivo, muitos estudantes optam por residirem na cidade.

O *campus* I de Pontal do Araguaia (Imagem A) conta atualmente com oito cursos de graduação (Quadro 7) e um total aproximado de 563 (quinhentos e sessenta e três) discentes matriculados, conforme dados extraídos do Instituto Anísio Teixeira (INEP, 2022). Em Barra do Garças, o *campus* II (Imagem B) dispõe de outros oito cursos de graduação e quantitativo de discentes de 1.076 (Um mil e setenta e seis). Informamos ainda que, para o ano letivo de 2023/1, o registro acadêmico nos forneceu um quantitativo de 1.663 (Um mil seiscentos e sessenta e três) matrículas para os *campi* I e II. Esses dois *campi* universitários ainda contam com cinco mestrados, conforme descrito no (Quadro 8).

Muitos desses estudantes são de outros municípios e estados, e ingressaram nos cursos de graduação da UFMT/CUA por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Optamos por trazer a realidade dos cursos apenas presenciais, justamente por conta desse movimento de saída temporária de pessoas de outras localidades para se concentrarem no AP de Barra do Garças para cursarem um nível superior, pois, mesmo não sendo residentes permanentes dos municípios integrados, contribuem para o dinamismo econômico desses centros, seja no comercio, setor de alimentação (formal e informal), eventos culturais seja na construção civil, que, por sua vez, expande as produções de pequenas moradias (quitinetes), já que as universidades ainda não ofertam moradias estudantis.

Quadro 7. Institutos e cursos do *Campi* Universitário do Araguaia-CUA

Campus Universitário do Araguaia-CUA	Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET)	Ano	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS)	Ano	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)	Ano
Pontal do Araguaia	Matemática Química Engenharia de Alimentos	1989 2004 2009	Ciências Biológicas Farmácia Educação Física Enfermagem Biomedicina	1987 2004 2005 2007 2009		
Barra do Garças	Agronomia Ciência da Computação Engenharia Civil Física	2009 2009 2010 2005			Letras Jornalismo Geografia Direito	1981 2009 2010 2015
Instituições privadas de ensino superior e cursos presenciais						
Graduação presencial	Centro Universitário Unicathedral	Ano			Centro Universitário do Vale do Araguaia	
Barra do Garças	Administração Arquitetura e urbanismo Agronomia Biomedicina Ciências Contábeis Designer de Interiores Direito (noturno) Engenharia Civil Enfermagem Farmácia Fisioterapia Nutrição Pedagogia	2003 2021 2021 2022 2002 2019 2003 2016 2022 2022 2022 (prev p/ 2025) 2007			Administração Agronomia Ciências Contábeis Direito Educação Física Enfermagem Estética e Cosmética Farmácia Fisioterapia Medicina Veterinária Nutrição Odontologia Pedagogia Psicologia Zootecnia	1989 2012 1990 2019 2020 2008 2014 2009 2008 2011 2009 2014 1992 2014 2011

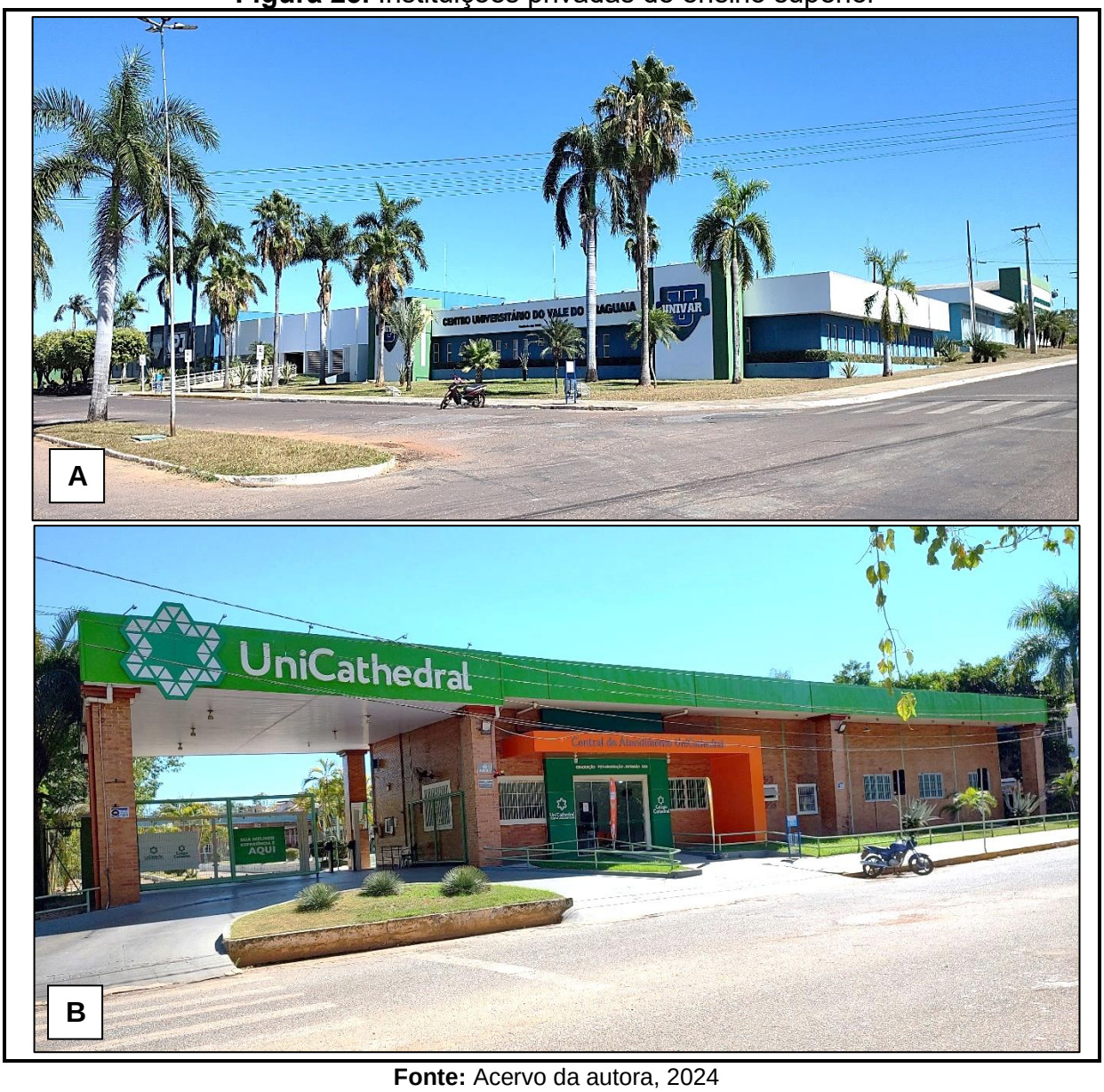
Fonte: UFMT (2024), INEP (2022) e e-Mec/Ministério da Educação (2024)
Elaboração: Autora, 2024

Por mais que a seleção de alguns cursos possa ter ocorrido de forma a atender às atividades exigidas pelas necessidades do capital, e pela manutenção da divisão territorial e social do trabalho, entendemos que a distribuição dos cursos, assim como a das IES, foram condições essenciais de médio e longo prazo para a minimização de desigualdades regionais e de redirecionamento populacional com exclusividade para cidades médias.

Os períodos de início de cada curso de graduação, tanto na UFMT quanto nas duas instituições privadas de ensino superior (Figura 23), asseguram nossas

concepções temporais relativo ao aumento da centralidade, a partir dos anos 2000, bem como, da importância de Barra do Garças, como nodalidade de expressiva relevância no estado de Mato Grosso.

Figura 23. Instituições privadas de ensino superior



Fonte: Acervo da autora, 2024

O Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR) (Imagem A) foi inaugurado no ano de 1989, credenciada como Faculdades Unidas do Vale do Araguaia. Seu recredenciamento com nova nomenclatura ocorreu no ano de 2017[81]. Ao longo de sua trajetória, dois cursos foram extintos, História e Serviço social. E

[81] Informação colhida do site: https://site.univar.io/quem-somos/. Acesso em: 20 jul. 2024.

outros ainda estão em fase de inicialização como Fonoaudiologia e Terapia Social. Até o momento são ofertados quinze cursos de graduação conforme detalhado no Quadro 7. O quantitativo Geral de estudantes matriculados no ano de 2022, conforme dados do INEP, era de 2.187 (Dois mil cento e oitenta e sete). Já os dados concedidos pela secretaria de registro acadêmico, referente ao semestre letivo de 2023/1, apontou um quantitativo de 2.545 (Dois mil quinhentos e quarenta e cinco) matrículas efetuadas distribuídas entre os cursos ofertados.

Mais jovem, o atual Centro Universitário Cathedral-Unicathedral (Imagem B) teve suas instalações concluídas em 2001, e as primeiras turmas iniciadas no ano de 2002, com denominação de Faculdades Integradas do Vale do Araguaia (FIVALE).[82] A Instituição dispõe até o momento de treze cursos de graduação presencial, elencados no Quadro 7 acima. No ano de 2022, contava com um quantitativo de 1.533 (Um mil quinhentos e trinta e três) estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial (INEP, 2022). E, para o semestre letivo de 2023/1, a secretaria de registro acadêmico nos informou um total geral de 1.854 (Um mil oitocentos e cinquenta e quatro) discentes no regime presencial e EAD.

Ressaltamos que não nos apegamos ao quantitativo de matrículas para cursos de especialização e mestrado. Nos primeiros, pelo fato de todos serem ofertados no formato EAD, pelas instituições privadas e pela UFMT, limitando o movimento de saída dos municípios de origem. Ainda assim, a Univar dispõe de vinte e quatro cursos de especialização em diversas áreas, com foco mais abrangente no direito, saúde, educação e agrárias. O Unicathedral, não foge muito das escolhas referentes às áreas, e conta com vinte e três cursos de especialização e sete cursos superiores tecnológicos. O caso dos mestrados, a não apresentação do quantitativo, deve-se ao fato de os estudantes serem em grande maioria residentes do AP de Barra do Garças e, por cumprirem um número limitado inferior a quinze vagas por curso.

[82] Informações colhidas do documento Relato Institucional de 2023. Disponível em: https://unicathedral.edu.br/wp-content/uploads/2024/06/RELATO-INSTITUCIONAL-2023.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

Quadro 8. Distribuição das instituições de ensino superior, presencial e EAD

				Presenciais e semipresenciais					
Cidades do (AP)	**Classe de centralidade no ensino de graduação**	**Classe de centralidade no ensino de pós-graduação**	**Classe de centralidade no ensino a distância**	**UFMT**	**UNIVAR**	**UNICATHEDRAL**	**UNOPAR**	**UNIASSELVI**	**ANHANGUERA**
Barra do Garças	7	7	10	1	1	1	1	1	1
Pontal do Araguaia				1					
Aragarças				*	*	*	*	*	*

Ensino a distância (EAD)									
UNICESUMAR	**Cruzeiro do Sul**	**Estácio**	**UNIGRAN**	**Universidade Paulista (UNIP)**	**UNIFATECIE**	**UNIFACVEST**	**UNINASSAU**	**(UNICV)**	**Centro Universitário das Américas (CAM)**
1	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**

Pós-Graduação Stricto sensu (presencial)	
Mestrado (UFMT)	Ciência de Materiais
	Ensino de Física - PROFIS
	Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas
	Matemática - PROFMAT
	Saúde da Família - PROFSAÚDE

	IFMT- OFERTA DE CURSOS SUPERIOR EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	
	Graduação	Especialização
	Administração Zootecnia Tecnologia em Gestão Pública	Agroecologia (semipresencial)

Fonte: IBGE/REGIC (2018), INEP (2016) e registros de campo **Organização:** Autora, 2023

Optamos por elencar todas as instituições de cursos superiores presenciais, semipresenciais e de Educação a distância (EAD), no Quadro 8, de maneira a garantir uma análise da concentração desses fixos institucionais no espaço urbano, e de suas atuações no sentido de reforçar a centralidade e estabelecer condições multidimensional de conectividades.

Esse quantitativo de universidades sediadas com ensino presencial é resultado primeiro de ações políticas voltadas aos interesses de agentes sociais dominantes, seja para trazer cursos, possibilitando especializações à população ao obter formação em um nível superior, seja para atender a uma exigência do mercado de trabalho, que prioriza a mão de obra qualificada, não somente para o atendimento das necessidades de elites locais, mas, sobretudo, para atender a uma divisão territorial do trabalho e das atividades do agronegócio, da indústria de transformação, do comércio e serviços.

Percebemos, portanto, que o sistema neoliberal avança com a oferta, e flexibilidade de cursos superiores em instituições privadas de ensino, tanto presencial quanto na modalidade a distância. A expansão dessas instituições a distância, originárias da região Sudeste e Sul do país, mostra como os diferentes agentes estabelecem usos sobre determinados territórios e favorecem articulações regionais.

Por considerarmos ser uma Instituição que também se expandiu territorialmente com o propósito de interiorização do conhecimento, capacitação de mão de obra, e aplicações tecnológicas, o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) tem papel relevante na formação social e técnico científico na região. Além dos cursos técnicos, selecionados de acordo com estudos de demanda regional, atuam com oferta de cursos de graduação. No AP de Barra do Garças, os cursos técnicos de nível médio são: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, Técnico em alimentos, Técnico em Comércio, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Informática.

Quanto à graduação presencial, existem três cursos autorizados, sendo: Bacharelado em Zootecnia, e Administração; e um tecnológico em gestão pública. O último teve início no ano de 2017, com limite máximo de vagas de 40 estudantes anuais (e-MEC, 2024). Também conta com um curso de especialização semipresencial de Agroecologia autorizado no ano de 2016. Ainda assim, o alcance

de fluxos para o acesso aos cursos de graduação, no IFMT, é irrisório, quando comparado com o das instituições de ensino superior presencial.

Referente à educação profissional, atualmente o AP de Barra do Garças conta com apenas uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). A unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) encerrou suas atividades na região no ano de 2020, após corte financeiro da contribuição compulsória do governo federal de 50%. A unidade do Senai de Barra do Garças tinha o papel de ofertar cursos educacionais de formação profissional em toda a Mesorregião Nordeste, inclusive nas unidades prisionais.

Entretanto, acreditamos que o sistema educacional atua no desenvolvimento regional e na composição de centralidade urbana das cidades no sistema de rede urbana, ao mesmo tempo que viabiliza interações espaciais e articulações econômicas, culturais, sociais e políticas nas diferentes escalas geográficas. Nesse sentido, trouxemos a dinâmica dos fluxos ocasionados a partir da origem dos estudantes de graduação presencial, para as IES do AP de Barra do Garças (Mapa 31).

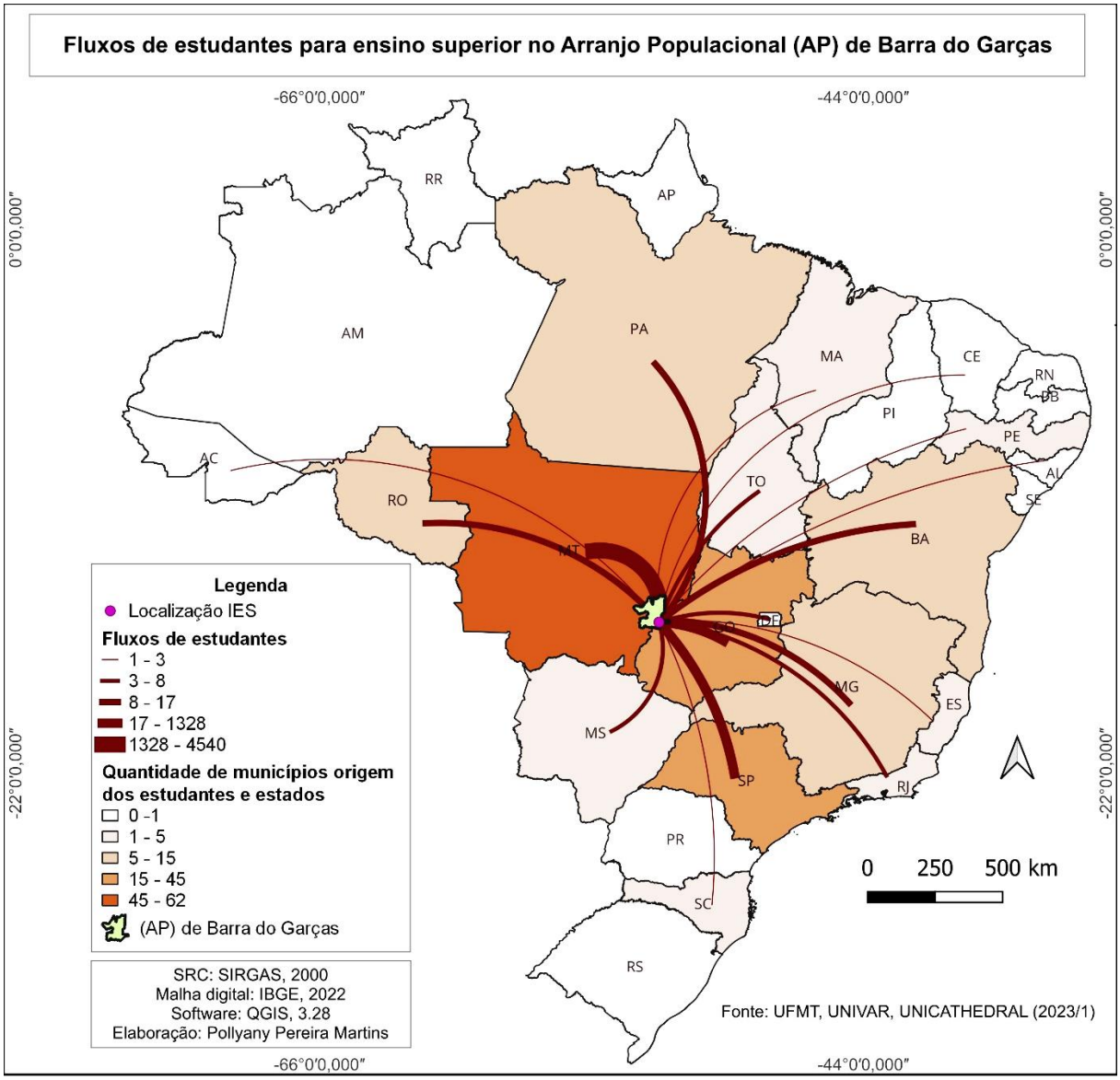
Os dados de fluxos dos estudantes correspondem ao semestre letivo de 2023/1, disponibilizado pelas secretarias das instituições privadas e registro acadêmico da UFMT. Para a representação temática, separamos o total de municípios e respectivos estados de origem, depois somamos o total de alunos de cada unidade federativa unindo todos os cursos, uma vez que a intensão não foi identificar a origem por cursos, mas a origem dos deslocamentos da migração temporária para estudo no AP de Barra do Garças, excluindo casos de permanência.

Referente à análise dos estados que tiveram maior número de municípios de origem de estudantes, Mato Grosso apresentou o maior quantitativo. Porém, há significativa participação de Goiás e São Paulo. Seguido pelos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pará e Rondônia. A UFMT, por receber estudantes por meio do sistema SISU, dispõe de maior alcance na escala nacional, tanto que o maior quantitativo de origens fora da região Centro-Oeste correspondeu à atratividade dos cursos ofertados pelas duas unidades federais de ensino superior.

Para o semestre letivo 2023/1, os dois *campi* da UFMT tinham um total de 859 (oitocentos e cinquenta e nove) matrículas com origem do município de Barra do

Garças. Em Pontal do Araguaia, eram 73 (setenta e três), e em Aragarças-GO, 181 (cento e oitenta e um), proporcional a um percentual de 67% de estudantes que não tiveram de se deslocar para outros municípios, regiões ou estados para cursar um nível superior. Todavia, 33% das matrículas eram de estudantes provenientes de outros municípios e estados, o que equivale dizer que, por ano, aproximadamente 550 (quinhentos e cinquenta) pessoas se deslocam para o AP de Barra do Garças em função dos cursos superiores presenciais ofertados pela UFMT.

Mapa 31. Origem dos fluxos de estudantes para cursos de graduação na UFMT, UNIVAR e UNICATHEDRAL



Fonte: UNIVAR (2023), UNICATHEDRAL (2023) e UFMT (2023) **Elaboração:** Autora, 2024

As universidades particulares de ensino superior, Univar e Unicathedral, para o mesmo período 2023/1, apresentaram alcance de atratividade para os deslocamentos de origem no âmbito da região Centro-Oeste, especificamente nos Estados de Mato Grosso e Goiás. A primeira teve um total de 1.209 (um mil duzentos e nove) matrículas de estudantes do município de Barra do Garças, 78 (setenta e oito) Pontal do Araguaia, e 276 (duzentos e setenta e seis) de Aragarças. Correspondente a 62% das matrículas da universidade, e outros 38% das matrículas são de pessoas originárias principalmente dos municípios da Mesorregião Nordeste do Estado, e de municípios goianos do entorno imediato.

Já a segunda universidade apresentou um total de 64% das matrículas da universidade proveniente do AP de Barra do Garças, e 36% de matrículas de outros municípios de Mato Grosso e Goiás. Entretanto, os municípios de origem pouco se divergiram da dinâmica da primeira universidade particular.

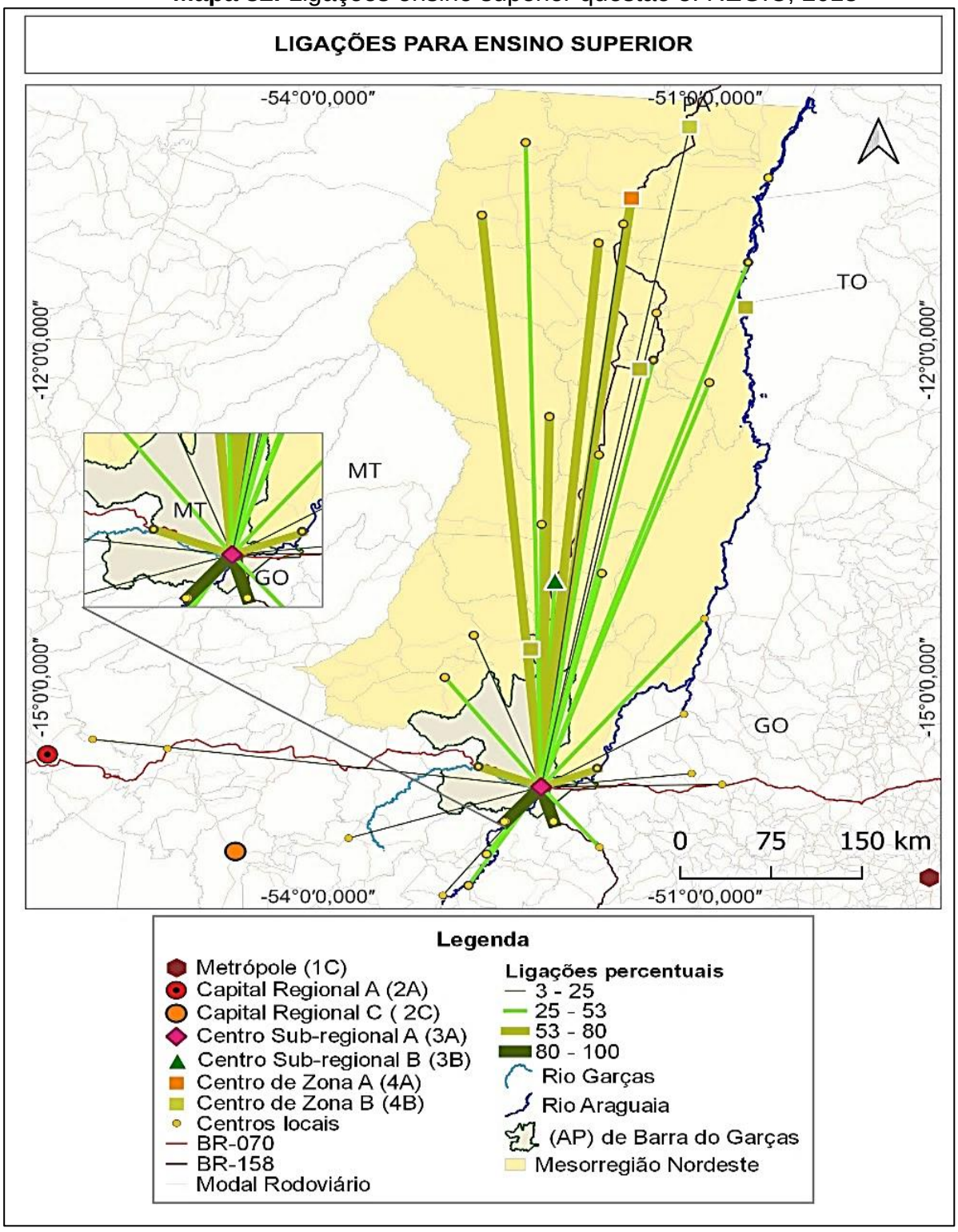
Essa expansão da oferta do ensino superior privado, conforme Souza (2022, p. 347), é resultado da política pública de expansão das IES públicas, pelo qual as instituições privadas puderam expandir seus cursos na “esteira criada pelos incentivos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) do governo federal para ampliação do acesso ao ensino superior no país”.

Nesse contexto da polarização do AP de Barra do Garças, na oferta de ensino superior, a Regic (2018) dispõe dos percentuais de fluxos decorrentes da sua área de influência regional, em amostra no (Mapa 32). Assim, fica evidente que a participação dos municípios circunvizinhos como Torixoréu e Bom Jardim de Goiás na busca pela educação superior é muito significativa. Outros municípios, como Araguaiana, General Carneiro, Nova Xavantina, Querência, Canarana, São José do Xingu, Confresa e Canabrava do Norte, apresentaram ligações percentual estimadas entre 53 e 80 sobre o total dos deslocamentos dos moradores do município de origem.

Estudantes de municípios próximos, como Araguaiana, Torixoréu, Baliza, General Carneiro, Bom Jardim de Goiás-GO, e Nova Xavantina, realizam movimentos pendulares diários, devido às distâncias percorridas serem inferior a 100km, com exceção de Nova Xavantina, 149km. A realidade é diferente para aqueles que buscam um curso de graduação em uma dessas instituições mencionadas, e são de

municípios cujas distâncias são superiores a 100km, ou que o município não dispõe de transporte público gratuito para deslocamento dos estudantes.

Mapa 32. Ligações ensino superior questão 5. REGIC, 2018



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Elaboração:** Autora, 2024

Dessa maneira, ocorre as migrações temporárias (situação majoritária) para os espaços urbanos de uma dessas três cidades que compõe o AP de Barra do Garças. Tais condições favoreceram o dinamismo do trabalho na construção civil e promoveram a valorização do uso do solo, e especulações imobiliárias. “O acesso ao crédito do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do governo federal” (Souza, 2022, p. 348), também é reflexo das alterações intraurbanas, ocorridas nesses centros urbanos, onde a polaridade é uma construção complementar de políticas governamentais para o desenvolvimento regional.

Com isso, compreendemos que a urbanização estabelece diferenciações espaciais, vista pela composição de estabelecimentos urbanos básicos para o atendimento à saúde e ao ensino superior, e mediante o quantitativo populacional das sedes municipais da Mesorregião Nordeste, dentre outros aspectos funcionais. Os diferentes períodos de emancipação dos centros urbanos, com gênese desde os anos 1948 até respetivamente 1993, são fatores temporais a serem considerados na configuração espacial da sub-rede urbana, como do papel desempenhado por cada cidade.

Na concepção de Corrêa (2018), uma articulação regional no país mais efetiva só ocorreu a partir da década de 1960. No contexto da região de estudo, afirmamos que esse processo teve início só a partir do final da década de 1980. E, portanto, as cidades pequenas e médias vieram passando por transformações em decorrência do processo de globalização mundial.

E, diante de alguns contextos empíricos, é possível assegurarmos que ocorre uma ação política voltada para reforçar ainda mais a centralidade dessa cidade no que diz respeito à expansão dos cursos superiores e à consolidação da polaridade na saúde. O Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR) tem investido na ampliação do espaço da universidade com construção de laboratórios e salas exclusivas para a criação do Curso de Medicina. A última notícia referente à implantação desse Curso diz respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme o Semana 7[83] (2024).

> Uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que tinha como alvo a abertura de novos cursos de medicina, deve favorecer a abertura do curso de medicina no Centro Universitário do Vale do Araguaia (Univar), em

[83] https://www.semana7.com.br/cidades/decisao-do-stf-favorece-criacao-de-curso-de-medicina-em-barra-do-garcasvideo/68395#. Acesso em: 22 jul. 2024.

> Barra do Garças. A instituição já possui conceito final 4,44 (em uma escala de 1 a 5) do Ministério da Educação (MEC) e aguarda a publicação de portaria que autoriza a implantação da graduação na cidade (Semana 7, 2024, p. s/p).

Ainda conforme informação extraída do site da UNIVAR, a Instituição já está firmando convênios, e a prefeitura foi a primeira a firmar oferta de leitos do município para o Curso de Medicina, que receberá 10% da arrecadação da Instituição, como repasse para investimentos na saúde municipal.

É relevante a importância dessa concentração de estabelecimentos educacionais na atração de outros, bem como na composição da centralidade urbana e de seus níveis de hierarquia regional. Para Bueno (2016, p. 4),

> o essencial do urbano é a centralidade, a qual, por exigir um conteúdo, acaba por ser o sentido do espaço-tempo citadino [...] a cidade centraliza as criações e as produções, pois nada existe sem relações – troca, aproximação, distanciamento. O poder inerente ao contexto citadino e o urbano realizado na cidade propiciam a construção de uma centralidade, para onde convergem os acontecimentos dos fazeres diários (Bueno, 2016, p. 4).

Trata-se, todavia, de uma sociedade urbana capitalista (Lefebvre, 2001) cuja realidade social é completamente modificada pelos usos e consumos. Entretanto, essas modificações não alteraram a essência e o papel da cidade como centro de acumulação do dinheiro e de enormes riquezas representado pelos objetos, e concentradas em grupos específicos sendo: comerciantes e proprietários de terras rurais. Tal análise assegura o pensamento de Bezerra e Cavalcante (2009 p. 239) de que, na formação e transformação da centralidade intraurbana, sustentam-se “processos contraditórios e contenciosos”.

Para as autoras, a centralidade urbana tem seu processo de formação e transformação fortemente assegurada pela atuação do poder público municipal por intermédio de instrumentos legisladores (Plano Diretor) que regimentam o ordenamento territorial para a produção do espaço urbano. Contudo, tratando-se de uma estrutura do poder, suas ações se tornam comprometidas por um processo político. Dessa forma,

> [...] os Planos Diretores têm um papel relevante em elementos formadores da centralidade intraurbana, na concentração de atividades e na acessibilidade [...] ao reconhecer o papel desse instrumento, faz-se necessário entender que, em sua formulação e, na sua implementação, outros fatores concorrem para que seu desempenho na formação de centralidades não seja efetivo (Bezerra e Cavalcante, 2009, p. 239).

Barra do Garças atua como eixo de integração de Mato Grosso, e sua centralidade corresponde à intensidade dos seus atrativos e às atividades ofertadas. Todavia, a centralidade de cidades no conjunto da rede urbana constitui-se de modo desigual, e os fatores são diversos, desde a gênese formativa do núcleo urbano, o padrão das atividades econômicas do município, a densidade dos investimentos técnicos, a força política e econômica dos agentes de poder local, a dimensão da atuação do Estado etc. Assim, entendemos que ela também pode ser também combinada, pois, “tanto o espaço quanto o tempo, estão sendo transformados sobre o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação, das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica” (CASTELLS, 1999, p. 467).

Sobretudo, existe nesse lugar-cidade relações de favorecimento na composição socioespacial em detrimento de outros na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, e, portanto, na sub-rede urbana. Desse modo, a centralização desse espaço foi e continua sendo determinado por “sistemas de objetivos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008), condicionados pelas necessidades sociais de consumo, e de acumulação de mais-valia, sobre o excedente que, para a garantia do lucro, deve se colocar em circulação.

5. AS TRANSFORMAÇÕES URBANO-REGIONAL: CONTRADIÇÕES E NOVAS TENDÊNCIAS NO SUBSISTEMA DA REDE URBANA

> A realidade aponta para o futuro como tendência. o futuro (no plural, pois, na verdade, em cada momento os futuros são muitos) pode apenas ser reconhecido pelas tendências, que são manifestações do real orientadas as mudanças (Santos,1990 p.110)

5.1 ELOS DE COMPLEMENTARIDADE: RELAÇÃO CIDADE E CAMPO

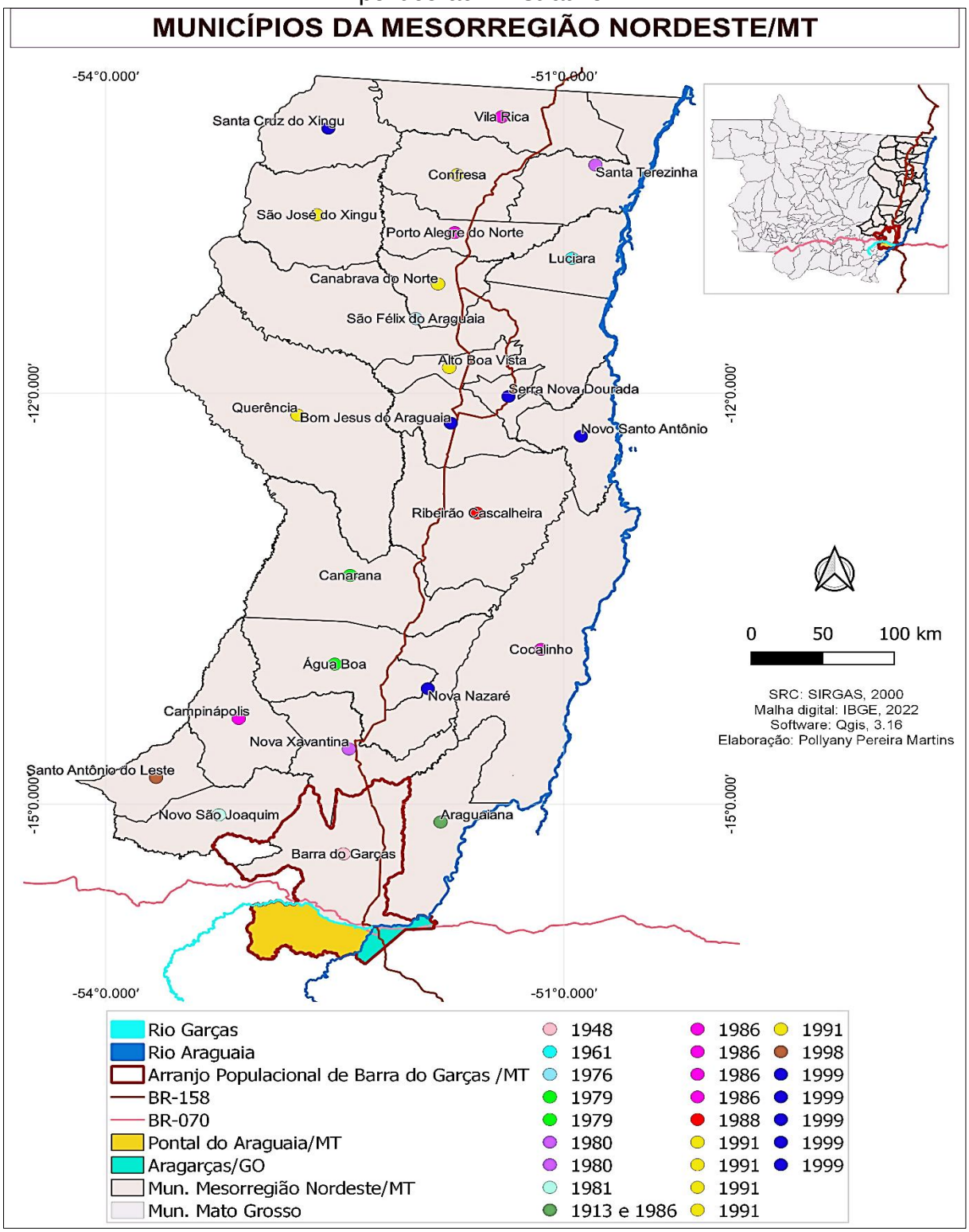
Vimos até aqui que a centralidade do (AP) de Barra do Garças se construiu sustentada por indução da acumulação capitalista, bem como, foi, e continua sendo reforçada pela gestão do poder político local e de investimentos do Estado. Tais ações hegemônicas se reproduzem sobre o território das cidades e de suas regiões (municípios), fazendo da cidade espaços privilegiados que “se hierarquizam segundo a acessibilidade das redes e a capacidade das iniciativas locais” (Becker, 1991, p. 179).

É importante que sejam consideradas as potencialidades físicas, tecnológicas e de recursos materiais, no conjunto analítico das vocações que são delineadas no processo de planejamento e uso do território, pois, na lógica do sistema capitalista e, em se tratando, respectivamente, do fator econômico, a competitividade está muitas vezes associada à capacidade de desenvolvimento e crescimento econômico. Nesse viés, os núcleos urbanos, por serem locais/centros de disputas e decisões coletivas, também convergem para a instauração do poder.

> Os núcleos urbanos são a base logística para a gestão do território e sua potencialidade política se amplia, na medida em que a Constituição de 1988 reconheceu o município como um ente da federação, isto é, com competência equivalente às demais esferas governamentais (Becker, 1991, p.180).

Essa condição foi determinante para o surgimento de municípios por todo o interior do território brasileiro, e, portanto, apontamos no (Mapa 33), os períodos de emancipação de cada um dos municípios cujas sedes administrativas se apresentam como nós importantes no subsistema da rede urbana.

Mapa 33. Municípios da mesorregião nordeste/MT e períodos de emancipação político-administrativo



Fonte: IBGE, 2022 **Elaboração:** Autora, 2023

Ao observarmos essa configuração territorial dos municípios na formação da mesorregião de estudo, e em área de Amazônia legal, continuamos a nos apoiar em

Becker, que trouxe argumentos referentes à geopolítica traçada para a instrumentalização do território. Ação voltada a atender às demandas de expansão e acumulação do capital em um período de crise e necessidades de mudanças no sistema de produção, bem como de projeção das grandes empresas de países centrais em territórios de países subdesenvolvidos, conduzindo e encorpando a globalização.

> O planejamento tornou se o instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal para ordenar o território segundo a política e a estratégia estabelecidas. Por sua vez, a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações (Becker, 1991, p. 178).

De acordo com Corrêa (2015, p. 263), a criação de novos centros urbanos deve ser vista como impactos da globalização, assim como as alterações funcionais dos pequenos centros preexistentes. Muitos núcleos urbanos em áreas de fronteiras agrícolas na Amazônia e Amazônia Legal (essa última compondo nosso recorte de estudo) tem suas origens vinculadas à “concentração da força de trabalho rural”. E, Ribeiro (2021) vê, especificamente, para a Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, como sendo uma ação geopolítica.

E, no processo de organização espacial, promoveu uma estruturação do urbano nas escalas do intraurbano e interurbano. Soares (1999), Steinberger e Bruna (2001) trazem reflexões sobre essa política territorial discutindo as ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em que se definiram diretrizes por meio do Programa para as Cidade de Porte Médio. Conforme as autoras, o Programa beneficiou, na sua primeira etapa, ações votadas para projetos intraurbanos em cidade com número populacional menor do que cinquenta mil habitantes, num total de setenta e seis cidades.

Já na segunda parte do Programa, o total de cidades atendidas passa para cento e quinze, e também, cidades com população superior a cinquenta mil pessoas. Essas últimas cidades, atualmente em quantitativo muito superior, exercem importante papel de “equilíbrio interurbano, possibilita a interrupção do fluxo migratório para as metrópoles” (Soares, 1999, p. 56). Embora a concepção base da autora tenha uma abrangência para a discussão conceitual de cidade média, e a espacialização dessas cidades até a década de 1990, entendemos que foi uma construção política

determinante na projeção do que hoje analisamos para o contexto regional da sub-rede urbana do (AP) de Barra do Garças.

Para Alvarez (2019, p. 75 e 77), o plano da produção do espaço caracterizado pelas políticas regionais de desenvolvimento e redução de desigualdades “induziu e incluiu a urbanização do território”, que ampliou as hierarquias e fragmentações do espaço. Ou seja, diante do avanço das atividades de reprodução capitalista sobre o território brasileiro, “a utopia da transformação radical da sociedade que significaria de fato o fim da produção de desigualdades, se esfumaçou em relação à disputa pela distribuição da mais-valia, via planejamento do Estado”.

Referindo-se a mesma concepção de que o Estado promoveu o processo de urbanização, com as políticas de beneficiamento e implantação da modernização agropecuária, Ribeiro (2021) sentencia que:

> As alterações ocorridas na estrutura fundiária do País e, em particular, na da Amazônia Legal, mostram a existência de uma situação de classe muito bem orquestrada pela burguesia brasileira, que busca, se não pôr um fim no campesinato como classe social, reduzir seu número e, consequentemente, seu poder. Por esse prisma, os números indicam que, a partir dos anos sessenta, o processo de esvaziamento da população camponesa no Brasil é assustador. Nesse período, mais da metade da força de trabalho do País estava concentrada na área rural. Desse período em diante, o processo começou a se inverter, fazendo com que se chegasse em 1997 com apenas 23% de população na área rural e 77% na urbana. Trata-se de um processo que se acentua a partir das políticas de colonização dirigidas à Amazônia e o incentivo à agropecuária em todo o País (Ribeiro, 2021, p. 146 -147).

No contexto da produção do espaço econômico, principalmente, após a década de 1970, e de como o processo de globalização tem articulado a divisão social e territorial do trabalho, após final da década de 1980, aproximamos das concepções de Hentz e Motter (2016), de que a reestruturação do espaço urbano está diretamente ligada a novas diretrizes do campo moderno e a padrões de consumo produtivo.

Entendendo que essas transformações são consequências de uma substituição e reorganização espacial das atividades econômicas, apontamos, como proposição analítica e reflexiva, a condição de que a rede urbana possa apresentar formação e estruturação do seu esqueleto de ligações/vinculações espacial entre centros, diretamente associados à relação cidade e campo, o que, no sistema capitalista, é visto como cidade e região. Esses espaços estão integrados por meio de dois ciclos de exploração, comandado pela cidade, visto que

> No primeiro, a grande cidade, cabeça de rede urbana, extrai do campo força de trabalho, renda fundiária e produtos agrícolas, quer matérias-primas, quer produtos alimentares. No segundo, que realimenta o primeiro ciclo, trata-se, portanto, de um mesmo processo, a cidade exporta para o campo capitais, novos usos da terra, força de trabalho, ideias e valores, bens e serviços (CORRÊA, 2015 p. 30).

Entretanto, há também a apropriação pela indústria, comércio e serviços, da mão de obra proveniente do espaço rural. Devido à presença de uma massa populacional forçada por diversas situações, a migrarem para os centros urbanos que apresentam possibilidades de emprego, moradia e estudo. Essa migração pode continuar ocorrendo dentro de uma hierarquia de centros urbanos que proporcionem, na maioria dos casos, possibilidades de melhorias das condições de vida.

O que analisamos, sobretudo, foi a dinâmica integradora das atividades presentes no campo e a oferta de atividades provenientes da cidade. Como serviços diversos, comércios ou indústria se instalam no perímetro urbano de modo a também atender às exigências funcionais do espaço rural, principalmente, após a diversidade produtiva desencadeada pela tecnificação do campo. Ou ainda (pensando outras regiões do Estado e do País) da comercialização na cidade de produtos cujo processamento ou transformação industrial ocorreu no campo, independentemente do tamanho do estabelecimento empresarial. Ressaltamos que tal classificação entre campo e cidade se dá por um aspecto socioespacial da localização e do tipo da propriedade.

De acordo com Corrêa (2015, p. 37), “as relações cidade/campo não se constituem em um mecanismo através do qual estabelece -se uma reciprocidade entre ambas: as relações não são simétricas, equilibradas”. Isso, porque, para o autor, o modo de produção capitalista se propaga a partir da cidade. Todavia, entendemos que, com a modernização agrícola, há uma divisão do trabalho que estabelece meios de articulações funcionais ampliada e modificada. Um modelo introduzido mediante um “pacote tecnológico na chamada ‘Revolução Verde’”, em que se salienta o significado das grandes empresas transnacionais na transformação dos sistemas de cultivo e dos sistemas criatórios” (Suzuki, 2007, p. 92).

Dessa maneira, atividades comerciais e de serviços mais sofisticados se encontram em cidades cujo território passou ou está em processo de transformação modernizadora, apesar de não ser exclusividade das metrópoles. Acontece que existe

uma composição de serviços especializados, e estabelecimentos empresariais sofisticados, representados por interesses econômicos voltados a atender demandas de um mercado externo, ou de multinacionais que atuam no setor do agronegócio.

Outra questão importante está no fato de essa produção do campo criar excedentes de valores importantes para a cidade, estabelecendo relações de complementariedade, elos de integração na composição e reestruturação socioespacial. Os quais não devem ser obscurecidos pela lógica da racionalidade Taylorista, que de acordo com Moreira (2019, p. 267), cria um arranjo cidade-campo "apoiado nos princípios de tecnologia e de mercado, que industrializa o campo e põe a cidade no comando, o campo trabalhando para suprir a cidade e a cidade trabalhando para tecnicizar o campo".

Nesse contexto, Spósito (2010) reforça que é necessário

> [...] que se dê menos peso às distinções entre esses dois espaços e mais luz à análise das articulações entre o rural e o urbano. Trata-se, portanto de priorizar o estudo dos papéis desempenhados pela cidade e pelo campo, no lugar das realidades materiais correspondentes, cada vez menos distinguíveis num período em que a urbanização se realiza de forma difusa e os processos de aglomeração urbana estabelecem-se em múltiplas escalas (Spósito, 2010, p.57).

A relação cidade-campo cria articulações entre os diferentes modos e atividades de produção. Com isso, múltiplas interações espaciais vão dissipando as diferenças existentes entre lugares e regiões, pois é pelas interações espaciais que ocorrem as reestruturações produtivas, uma vez que as ações que antecedem os processos de transformações do campo ou da cidade só se realizam pela necessidade social, econômica e política de ampliação técnica dos transportes e da comunicação, bem como da evolução científica. Assim, as articulações entre lugares, cidades e regiões ocorrem pela crescente divisão territorial do trabalho (Corrêa, 2006).

Tal contexto de construção socioespacial evidencia a participação efetiva de agentes econômicos hegemônicos, sobre as atividades econômicas (agricultura e pecuária) no arranjo da composição do sistema urbano regional, revelando que a (re)estruturação regional é firmada pela expansão tecnológica e científica do agronegócio, nas diversas atividades e serviços direta ou indiretamente ligadas a essa especialização de produção, que acaba por perpassar por todos os setores da economia.

Contudo, ao tratarmos da relação campo e cidade como elos mediadores da produção funcional, particularização, e estruturação de sistemas urbanos, partimos do pressuposto de que as estruturas e processos espaciais, por vez, articulados pela existência dos fixos e fluxos, influenciam os papéis das cidades, descrevendo funções e conteúdos próprios de cada centro na rede urbana.

Tal composição dos centros urbanos, com a presença de especializações produtivas, são conduzidos para atender, pelo menos, ao mínimo dos interesses das grandes corporações multinacionais, que escolhem uma localidade a partir de suas lógicas e estratégias de capitalistas. Isso faz com que suas atuações sobre o território proporcionem mudanças nos espaços rurais e, sobretudo, nos espaços urbanos de cidades pequenas e médias.

Há, no entanto, diversos impactos provenientes dessas dinâmicas de reestruturação da economia, que são refletidos conjuntamente nesses espaços de uso do território, seja com migrações, expansão do tecido urbano, degradações ambientais, ampliação e modernização de estabelecimentos públicos e privados, seja, em alguns casos, a redução dessas centralizações de estabelecimentos; existência de conflitos sociais, concentração de riquezas e poder, dentre várias outras contradições decorrentes das características do sistema econômico vigente no mundo.

Nessa abordagem da relação campo e cidade na configuração da rede urbana, buscamos registrar algumas das materialidades fixas no AP de Barra do Garças (Figura 24), que surgiram como representação da integração decorrente não só das demandas do consumo produtivo na região, mas também, do fato de a organização espacial desses espaços de produção ocorrer mediante uma totalidade.

Os estabelecimentos comerciais e de serviços representados pelas Imagens da D4 agronegócio-Máquinas e Implementos (A); do Agro Amazônia e Agroline – Insumos agropecuários, veterinários, serviços e tecnologia (B); e do Campo Vale – Máquinas, implementos e peças (C); com empresa em Barra do Garças, Água Boa e Confresa, demonstram que há uma concentração de serviços especializados na cidade para atendimento das exigências do campo.

As Imagens da Madeireira São Pedro (D); franquia Frig. Goiás (E); e Eucalipto Titano da Metra industrial (F) ilustram as formas materiais de organização das

atividades e do trabalho existentes na cidade, como expressão da gestão produtiva e da interligação entre os setores da economia. Essas empresas compõem a paisagem urbana de Barra do Garças, porém suas atuações ultrapassam a escala do município, e do conjunto do Arranjo Populacional. Centros menores como Água Boa, Canarana, Confresa, Querência e Nova Xavantina também podem dispor de estruturas materiais como essas, ainda que, em menor porte e número, elas compõem os arranjos das funções urbanas desses centros.

Tais materialidades são representações mediadas quase sempre, por ações de grupos hegemônicos de poder, por vezes influenciados pela produção regional que, de acordo com Santos e Silveira (2014, p. 282), “as atividades de fabricação e serviços são, em geral, tributárias da atividade regional relativamente especializadas a partir dessa inspiração”. Ressaltamos ainda que as relações que se desenvolvem entre campo e cidade, no âmbito da divisão social e territorial do trabalho, não necessariamente se limitam à ordem da escala do intrarregional. Com a difusão da tecnologia no processo produtivo, seja do campo seja da cidade, e maior fluidez dos transportes, o reflexo dessas relações podem se projetar com maior amplitude.

As imagens são trazidas de modo a elucidar a concepção de que o espaço da cidade e do campo nas suas interrelações criam condições de articulações regionais no sistema urbano e, portanto, entre a rede de cidades. Sabemos que as especializações das atividades produtivas se organizam conforme os interesses dos agentes políticos, econômicos, financeiros e do próprio Estado em detrimento de suas esferas administrativas.

Para Hespanhol (2013),

> Campo e cidade são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem e, portanto, qualquer definição a priori que se apresente de forma estanque pode impossibilitar uma análise mais completa da realidade que, em si, é dotada de uma multiplicidade de sentidos (Hespanhol, 2013, p. 109).

Assim, tais conteúdos se manifestam conforme os espaços vão se (re)estruturando, pois a (re)estrutura dos territórios só ocorre mediante as demandas capitalistas de produção. O que garante que empresas de insumos ou serviços se concentrem nos espaços urbanos, cujas infraestruturas básicas de comunicação,

internet, transportes, e maior concentração de pessoas pela centralidade comercial exercida se tornem um atrativo a competitividade.

Essa análise é feita no sentido de estabelecer uma compreensão de que, no contexto da hierarquia de cidades, a estrutura intraurbana está condicionada a níveis de urbanização que se constitui pelo crescimento populacional, de infraestruturas, redes de conexão (transporte, aéreo, informação e comunicação), presença de estabelecimentos financeiros, comerciais, instituições de pesquisa de formação tecnológica, entre tantas outras entidades.

Figura 24. Comércios e serviços, representação da relação campo e cidade



Fonte: Acervo autora, 2022

Com o intuito de analisar o alcance e distribuição da rede de internet no AP de Barra do Garças, o (Quadro 9) traz informações da base de dados do IBGE (2019), referentes à quantidade de domínio de internet. O que demonstra uma gestão territorial de fluxos imateriais no quesito da capacidade de conexão de cada centro ou nodalidade do sistema urbano regional. Esses dados são importantes na análise da dinâmica da concentração dos domínios imateriais da comunicação e da produção de informação, pois, se ocorre maior quantitativo de domínio de rede de internet, significa que existe melhor capilarização desses serviços técnicos-científicos-informacionais, e consequentemente, maior aplicação sobre o território.

Quadro 9. Domínio de internet no AP de Barra do Garças

Cidades do (AP)	Quantidade de domínio de internet	Quantidade de domínio de internet por 1.000 habitantes	Centralidade para redes de televisão
Barra do Garças	672	7,6	5[84]
Pontal do Araguaia			
Aragarças			
Água Boa	195	7,5	7
Confresa	136	4,3	7
Querência	122	6,9	7
Nova Xavantina	124	5,8	5

Fonte: IBGE/REGIC (2018), Registro.br 2019 **Organização:** Autora, 2024

Se levarmos em consideração a quantidade de domínios de internet, com a questão da capacidade e potencial de conectividade dos centros da sub-rede urbana da Mesorregião Nordeste, o AP de Barra do Garças é o que detém, até o momento, maiores condições de integração e interações via conexão imaterial. O que lhe é assegurado também pelas estruturas materiais, com maior número de estabelecimentos empresariais, número de computadores, redes de infraestruturas como as torres de transmissão de telefonia, de energia, estação de rádio (ERB) etc.

Entretanto, grosso modo, o domínio de internet é um nome único registrado para identificação de um ou mais computadores conectados em rede mundial, e se associa a conteúdos específicos, essencialmente de uso comercial. Conforme

[84] Sendo: SBT Barra do Garças HD, Record News, TV Cidade HD, TV Centro América Sul (Globo), Rede Vida (Rede Vida Educação / Rede Vida Educação).

explicitado por Motta (2013), a distribuição espacial dos domínios no Brasil é concentrada na região Centro-Sul e Nordeste do país. Ainda para o autor,

> Os domínios estão relacionados com processos materiais da sociedade, desde a mera localização das pessoas com habilidades de criá-los até a capacidade de algumas localidades de gerarem ambientes propícios aos negócios online, passando pelo tamanho e pelos padrões das economias locais. Daí é necessário comparar sua repartição no espaço com padrões preexistentes, como a demografia e a geografia das atividades econômicas, assim como verifica de que forma se dá sua difusão [...] Embora nem todo domínio seja de uso comercial, essa dimensão está fortemente presente em toda a Internet. Mesmo em páginas e conteúdos não voltadas para o lucro, é comum a utilização de anúncios publicitários, parcerias com empresas de e-negócios e outras formas de levantamento de fundos, o que torna razoável a comparação da distribuição espacial dos nomes de domínios com as atividades econômicas convencionais (Motta, 2013, p. 314-315).

Na concepção de Bertollo (2019), essas condições favoreceram uma nova estrutura de ligações entre cidades na rede urbana, enfraquecendo as hierarquias e condicionando heterarquias pelas conexões em pontos descontínuos. Todavia, são conexões que se fazem fortemente pelo comando de corporações e do Estado.

> A partir das transformações tecnológicas que se refletiram em todas as escalas espaciais pela expansão e capilarização da internet, a fluidez no território e a segmentação social tornaram-se mais complexas e demandaram, além das inovações no campo, a complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros [...] A variedade de agentes, heranças e suas relações são intensificadas por ações que visam tornar mais eficiente e capilarizado o novo paradigma de conexão entre os lugares e regiões não contíguas por meio da implantação de redes pelo Estado e pelas corporações. Nesse momento, essa integração começa a envolver relações interescalares, em que diversos pontos do território se conectam a diversas redes que têm diferentes papéis e obedecem a ordens que emanam de pontos distantes (Bertollo, 2019, p. 266).

Há, sobretudo, na dinâmica desses fluxos, interações espaciais que partem, inicialmente, das relações concebidas entre as atividades produzidas no campo e na cidade, pela feição complementar existente entre esses espaços, e, consequentemente, expandido com a ampliação dos instrumentos e maquinários com alto nível de precisão tecnológica. A pulverização na região Centro-Oeste e Norte das *AgTechs* (segmento de *startups),* ou seja, empresas emergentes que visam inovação e automação no desenvolvimento de negócios, já é muito presente no campo, da região Centro-Sul do Brasil.

As discrepâncias espaciais do uso das tecnologias, compostas pela Internet das Coisas / *Internet of Things* (IoT), está diretamente vinculadas aos distintos usos

do território, que se realiza também de acordo com a distribuição das diferentes tipologias de empresas rurais (Bertollo; Castillo; Busca, 2022). De acordo com os autores, essa especialização das atividades do campo, estão projetadas com apoio do Estado ao macro circuito da economia.

> [...] composto pelos pontos mais modernos do território e engloba os mercados nacional e internacional [...] podemos dizer que, de maneira geral, as empresas do micro-circuito e parte daquelas que pertencem ao meso-circuito, têm mais restrições para custear infraestruturas de conexão e equipamentos para uso da IoT em sua produção e gestão no campo (Bertollo; Castillo; Busca, 2022, p. 4).

Diante do real contexto, os autores enfatizam a necessidade de se promover políticas públicas nas várias esferas do Estado, para o beneficiamento de pequenos agricultores familiares, haja vista que a aplicação de tecnologias no campo, desenvolvidas pelos centros de pesquisa científica e de tecnologia, devem contribuir para a qualidade, distribuição e acesso igualitário dos alimentos, elevação do consumo, segurança alimentar e conservação ambiental.

Diferentemente da capilarização de outras ferramentas e recursos tecnológicos de informação e comunicação, a internet das coisas (IoT), no campo, é dificultada pela desigual distribuição de renda entre proprietários rurais; as infraestruturas permitem a acessibilidade à internet, uma vez que as empresas prestadoras desses serviços escolhem áreas com maior densidade demográfica; e a concentração fundiária. (Bertollo; Castillo; Busca, 2022, p. 11).

Tal situação acarreta áreas de rarefação de redes geográficas (Dias, 2020), no campo. Assim, se esse campo corresponde ao território-região de uma sede municipal (representado pela cidade), asseguramo-nos em afirmar que esse centro urbano, considerando a ausência de materialidades fixas concentradas geralmente, no território da cidade, apresenta menor centralidade no conjunto da rede urbana.

Em todo o estado de Mato Grosso, correspondente ao ano de 2020/2021, havia apenas 30 empresas Agtechs, com a maior concentração em segmentos e categorias de atuação, nos municípios de Cuiabá, Lucas do Rio Verde e Rondonópolis (Figueiredo; Jardim; Sakuda, 2021). Na Mesorregião Nordeste, apenas o município

de Água Boa registrou uma Agtech no segmento genômica e reprodução animal; a RG Genética, de propriedade do veterinário e pecuarista Renato Girotto[85].

Especificamos que a relação campo-cidade, pensada no processo de formação da rede urbana, coloca-se, pela concepção de que a cidade não se constitui tanto na forma quanto em seus conteúdos políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, sem relação de continuidade com o campo. Assim sendo, a cidade e os elementos de centralidade urbana não devem ser analisados isoladamente.

Nesse sentido, apoiamo-nos dezenas afirmações de Hespanhol (2013, p. 110), ao enfatizarem que a "consolidação de relações de proximidade entre os espaços rurais e urbanos está associada às condições de acesso a infraestrutura, equipamentos coletivos e serviços à população rural que garantam a cidadania e a autonomia". Todavia, historicamente, a urbanização está associada aos avanços das fases da industrialização que exigiu matérias-primas diversas, as quais foram disponibilizadas por meio das atividades do campo.

Outro ponto a ser destacado é que, devido ao processo de industrialização impulsionar o agronegócio globalizado (Elias, 2013), ocorre, com isso, uma maximização do mercado na ordem interna e externa (Santos, 2012). Na ordem interna, ou seja, nacional, o maior quantitativo e diversificação dos mercados se concentram onde há maiores densidades demográficas, seguindo também uma lógica do aproveitamento das infraestruturas.

Todavia, a configuração do tecido urbano dessas cidades, metrópoles regionais ou nacionais, e até mesmo cidades médias, podem em algum contexto apresentar ligações com áreas rurais distantes, não sendo mais exclusividade apenas da relação com seu próprio campo ou hinterlândia. Com a globalização, e a ampliação das condições de interações e articulações espaciais, a ordem de proximidade campo-cidade não mais se mantém unicamente voltada para aspecto geográfico de continuidade territorial. Mas ocorre também, pelas relações de ordem das ligações produtivas, com os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (Santos e Silveira, 2014), já que estamos lidando com redes de circulação, cuja função é garantir expansão e reprodução de um sistema econômico.

---

[85] Informação extraída do site: https://rggenetica.com.br/

Elias (2011) assegura que:

> Tal situação acontece, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas e, assim, criar muitos novos fluxos, materiais e de informação, próximos ou não, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação buscam nexos distantes (Elias, 2011, p. 159).

Relações que são intensamente afuniladas com a presença de fixos e fluxos bancários, numa sustentação de complementariedade para a produção e reprodução do capital, no campo e na cidade.

5.1.1 A atuação dos bancos: financeirização e acumulação capital

Sustentados pela afirmação de Denise Elias, quanto à importância de se apreender as novas relações campo e cidade, entendemos que, no decorrer da tese, exemplificações foram apresentadas, ainda que implicitamente. Ainda assim, buscamos por meio da análise da presença dos bancos (Quadro 10), como fixos de redes financeiras, reforçar as discussões da composição de centralidade regulada pela presença desses equipamentos urbanos no AP de Barra do Garças.

Enfatizamos que, para o período, a classe de centralidade de serviços financeiros não mais corresponde ao exposto na base de dados do IBGE/REGIC (2018), visto que o total de agências bancárias para o AP populacional de Barra do Garças apresenta maior número. Outras instituições financeiras direcionadas a empréstimos e consórcios como: Crefisa-crédito financeiro e investimentos, Ademicon- consórcio e crédito, e HS consórcios; também compõem o rol de instituições financeiras. Tanto essas duas últimas empresas, localizadas em Barra do Garças, quanto as cooperativas de créditos Sicoob e Sicredi em Aragarças, tiveram instalações registradas nos últimos três anos.

Mas não foram só esses estabelecimentos que surgiram como elementos do espaço urbano. O Banco Santander abriu sua agência no ano de 2020, totalizando 26 (vinte e seis agências) em Mato Grosso. Já o Banco Mercantil do Brasil foi inaugurado com prédio exclusivo em 2021, antes, efetuava atendimento em sala anexa ao prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).








Quadro 10. Sistema bancário no AP de Barra do Garças - 2024

Cidades do (AP)	Classe de centralidade de atividades financeiras	Banco do Brasil	Bradesco	Itaú	Santander	Caixa Econômica Federal	Banco da Amazônia	SICOOB[86]	SICREDI[87]	Banco Mercantil[88]
Barra do Garças	7	1	1	1	1	2	1	1	1	1
Pontal do Araguaia		-	1	-	-	-	-	-	-	
Aragarças		-	-	1	-	1	1	1	-	

Fonte: IBGE/REGIC (2018), Estban (01/2024) e registro de campo[89] **Organização:** Autora





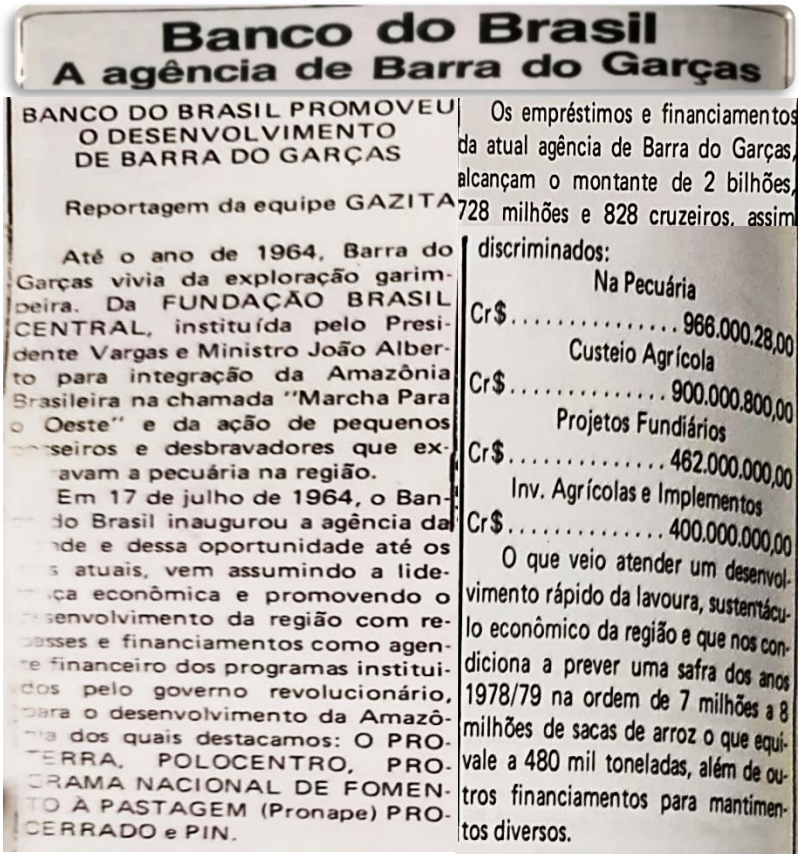





[86] Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil.
[87] Sistema de Crédito Cooperativo.
[88] Banco brasileiro, com matriz em Belo Horizonte.
[89] As imagens dos estabelecimentos bancários são do acervo da autora

Ao todo no AP de Barra do Garças, totalizam-se quinze agências bancárias incluindo as cooperativas de créditos. A agência do Banco do Brasil em Barra do Garças foi a primeira que se instalou, com atendimento em toda a Mesorregião Nordeste, com finalidades bem específicas para a época, como podemos analisar no trecho recortado da extinta Revista Gazita (Figura, 25).

Figura 25. Reportagem da atuação do Banco do Brasil no ano de 1964



Banco do Brasil
A agência de Barra do Garças

BANCO DO BRASIL PROMOVEU O DESENVOLVIMENTO DE BARRA DO GARÇAS

Reportagem da equipe GAZITA

Até o ano de 1964, Barra do Garças vivia da exploração garimpeira. Da FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL, instituída pelo Presidente Vargas e Ministro João Alberto para integração da Amazônia Brasileira na chamada "Marcha Para o Oeste" e da ação de pequenos [illegible]seiros e desbravadores que exavam a pecuária na região.

Em 17 de julho de 1964, o Ban[illegible]do Brasil inaugurou a agência da [illegible]de e dessa oportunidade até os [illegible]s atuais, vem assumindo a lide[illegible]ça econômica e promovendo o [illegible]senvolvimento da região com re[illegible]sses e financiamentos como agen[illegible]e financeiro dos programas institui[illegible]dos pelo governo revolucionário, [illegible]para o desenvolvimento da Amazô[illegible]nia dos quais destacamos: O PRO[illegible]TERRA, POLOCENTRO, PRO[illegible]GRAMA NACIONAL DE FOMEN[illegible]TO À PASTAGEM (Pronape) PRO[illegible]CERRADO e PIN.

Os empréstimos e financiamentos da atual agência de Barra do Garças, alcançam o montante de 2 bilhões, 728 milhões e 828 cruzeiros, assim discriminados:

Na Pecuária
Cr$ 966.000.28,00

Custeio Agrícola
Cr$ 900.000.800,00

Projetos Fundiários
Cr$ 462.000.000,00

Inv. Agrícolas e Implementos
Cr$ 400.000.000,00

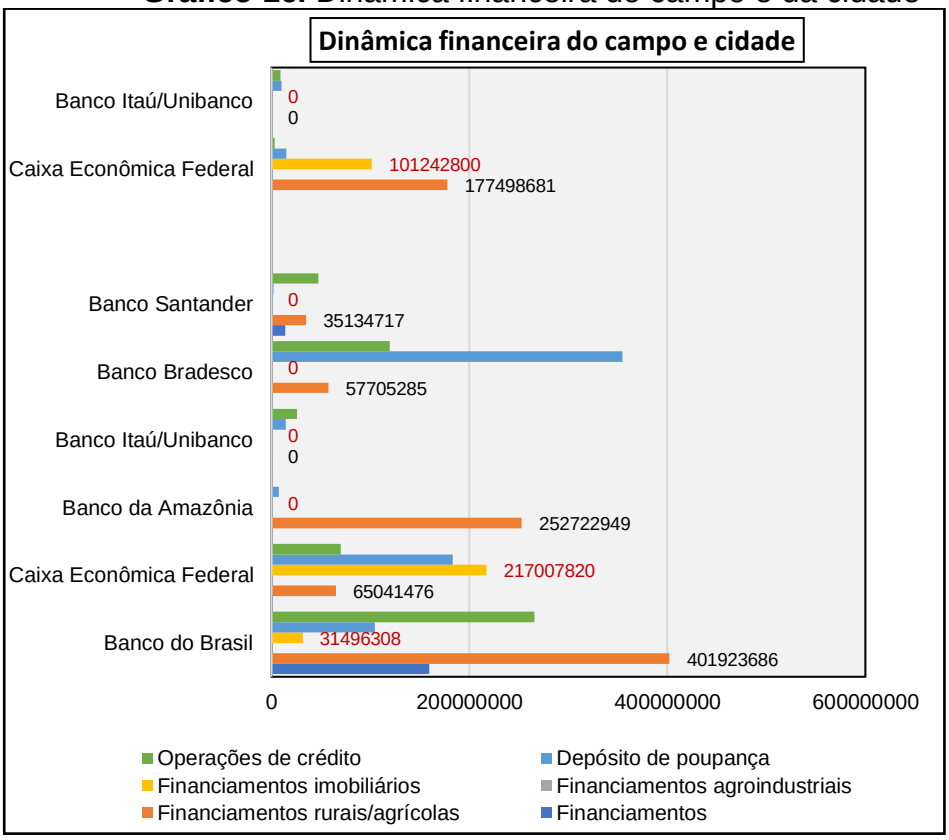
O que veio atender um desenvolvimento rápido da lavoura, sustentáculo econômico da região e que nos condiciona a prever uma safra dos anos 1978/79 na ordem de 7 milhões a 8 milhões de sacas de arroz o que equivale a 480 mil toneladas, além de outros financiamentos para mantimentos diversos.

Fonte: Acervo do Instituto Malba Thania Varjão

Buscando analisar esses aspectos da financeirização das atividades produtivas no campo e na cidade, organizamos o (Gráfico 16). Nele, podemos observar os valores de financiamento discriminado por agência. Separamos as agências por municípios do Arranjo Populacional, as de Aragarças aparecem em primeiro (Banco Itáu e Caixa Econômica Federal), seguido pelas de Barra do Garças, iniciando pela agência do Banco Santander pela ordem como ficou elencado no gráfico mencionado. A agência do Bradesco de Pontal do Araguaia não apareceu no relatório de valores referentes a janeiro do ano de 2024.

Ao verificarmos as variáveis elencadas, é possível percebermos que, por um lado, os valores de financiamento rurais, referentes ao mês de janeiro, são superiores a R$: 867.280,033 (Oitocentos sessenta e sete milhões, duzentos oitenta mil e trinta e três). O Banco do Brasil e da Amazônia são os que mais injetam dinheiro em financiamentos rurais, parâmetro seguido há mais de seis décadas. Por outro lado, os financiamentos imobiliários estão centralizados em quantitativo de valores, pela Caixa Econômica Federal, que somou valor de R$: 349.746,928 (Trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos quarenta seis e novecentos e vinte e oito).

Gráfico 16. Dinâmica financeira do campo e da cidade



Fonte: Estban/Banco Central-Estatística de valores **Organização:** Autora, 2024

Entretanto, como os bancos são as representações das estruturas do capitalismo financeiro, difundem-se no espaço-tempo corroborando processos de urbanização. “O sistema bancário se coloca como ligações essenciais na relação campo-cidade, enquanto espaços complementares e de existência e produção dos diferentes níveis de cidades na escala mundial” (Corrêa, 2006). Com isso, as cidades que mais recebem essas instâncias de poder refletem o comando em áreas de maior

rarefação de agências, estendendo dessa maneira, os serviços da rede do sistema financeiro.

As agências bancárias hoje, altamente automatizadas, colocam “as cidades em contato direto com os grandes centros econômicos nacionais e internacionais” (Frederico, 2008, p. 57). Ainda na concepção do autor,

> Na nova fase, a cidade tornou-se o lócus principal da produção, pois é nela que se concentram os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários a produção [...] quanto maior a especialização produtiva do campo, e seus respectivo conteúdo e ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade (Frederico, 2008, p. 59-60).

Dias e Lenzi (2009) abordam a estratégia locacional dos bancos no território brasileiro, especificamente dos bancos privados. Damos, como exemplo, o Banco Santander, recentemente instalado em Barra do Garças (2020), Água Boa, Canarana e Querência (2022). É válido destacarmos que, nesses municípios, as agências se utilizam de espaços em prédios já construídos, realizando pequenas alterações internas e modelagem de fachada. Por vezes, dividem o mesmo prédio com outras lojas/empresas. A exceção se coloca para a segunda cidade mencionada. Nela, o prédio é exclusivo e com maior investimento arquitetônico, recorrendo a uma estética em *Aluminum Composite* Material (ACM) e *structural glazing*, ou pele de vidro.

Essas características estéticas em fachadas de empresas de todos os portes e tipologia (apesar das precursoras serem do setor da saúde e instituições financeiras) estão sendo muito presentes na paisagem urbana das cidades médias e pequenas (com maior dinamização regional) em regiões não metropolitanas de Mato Grosso. Isso revela aspectos da metropolização abordada pela lógica da planetarização do urbano e contexto neoliberal (Lencioni, 2019), com a metropolização do espaço visto pelo viés do consumo (Sposito, 2015).

Relativo à primeira observação das instalações (tamanho e divisão de espaços), isso demonstra estratégias de eliminação de gastos com aquisição ou locação de prédios por duas questões lógicas: (1) cidades com baixa densidade demográfica, cujo poder aquisitivo *per capita* médio é inferior a dois salários-mínimos e meio, quando o atendimento buscado está implicitamente voltado a um público pequeno, mas com muita concentração de renda. (2) A evolução da automação do sistema financeiro fez com que hoje tenhamos a possibilidade de utilização dos

bancos digitais. O que requer menor presença física tanto de agências quanto de funcionários, reduzindo a necessidade de uma agência com imponência predial, principalmente em regiões onde a tendência é a predominância do agronegócio como motor econômico.

Alinhado a esse ponto de compreensão, Dias (2015, p. 86-86) cita uma arquitetura do conhecimento utilizado pelas redes do sistema bancário, em que ocorre a "transformação da tradicional interação face a face pela difusão dos serviços bancários sem agências". Ou seja,

> [...] quando clientes estão sendo selecionados e avaliados, à distância, pelo uso das tecnologias de informação e comunicação apoiadas em bancos de dados, sistemas de pontuação de crédito, entre outras estratégias do setor [...] Nessa nova 'arquitetura do conhecimento' coexistem pelo menos duas dimensões interrelacionadas na sua estrutura locacional: a geografia dos 'canais de distribuição' e a geografia das 'funções centralizadas' (Dias, 2015, p. 85-86).

Quando nos referimos à predileção dos bancos na prestação dos serviços financeiros, tal observação de fatores pode ser evidenciado pela linguagem de discurso do superintendente executivo, em gravação realizada e disponibilizada no canal do Youtube pela imprensa de notícias do 'Notícias Interativa' (2022)[90], e do próprio site de imprensa do Santander (2020)[91].

> A proposta nossa, com a região do Araguaia é participar do crescimento que está tendo na região. O Santander quer levar o banco ao interior, para que a gente tenha um atendimento humanizado junto a população. É um atendimento simples, pessoal e justo, para apoiar todo mundo. Desde o pequeno empreendedor até o grande empresário, o produtor rural, e servidor público. Então o Santander vem para atender todo mundo. O Santander quer se consolidar como o banco do agronegócio, então, a alguns anos, é estratégia do Santander crescer nesse segmento. Nós especializamos esse segmento, colocamos gerentes especializados, e hoje no Brasil nós temos mais de 300 gerentes especializado em atender único e exclusivamente o produtor rural. Hoje no Centro-Oeste nós temos cento e cinquenta agências e mais de um mil e duzentos funcionários, que estão inclusive, espalhados em noventa municípios (Youtube-Notícia Interativa, 2022).

> Estamos muito felizes em inaugurar nossa primeira agência na cidade que tem grande potencial de crescimento. A economia de Barra do Garças é pujante, seja pela agricultura e a pecuária, seja pelo turismo. Além disso, vimos que nos últimos anos muitas empresas têm aberto suas portas na cidade. Acompanhamos esse movimento e esperamos poder contribuir para o crescimento sustentável do município e ajudar a gerar bons negócios na região (Santander, 2020).

[90] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ycX5nEoQAwE

[91] https://santanderimprensa.com.br/santander-abre-agencia-em-barra-do-garcas-mt/

Nesse ínterim, evidenciamos a interferência das heranças concebidas no território (Santos, 2012), enquanto fatores que podem determinar vocações e valorização econômica afetam, conjuntamente, campo e cidade. Essas heranças do uso do território por projetos de colonização agrícola também revelam a dinâmica da divisão social e territoriais do trabalho, que vão conduzir, ainda que numa temporalidade diferenciada, uma reorganização das atividades rurais e urbanas cada vez mais dependente de tecnologia e ciência.

5.2 REORGANIZAÇÃO REGIONAL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Nesse processo de configuração da rede urbana, que ocorre alicerçada por uma reestruturação produtiva regional, a cidade se torna um constructo social que estabelece articulação com o município e região. Nesse sentido, a cidade é, portanto, um nódulo espacial que assegura a reprodução do capital, sustentando seu ciclo de produção através da circulação mantida pelas redes urbanas.

Como abordamos, a articulação regional se dá, no início, pela entrada de capital industrial proveniente do Centro-Sul, e internacionalmente pelos empréstimos realizados pelo Estado para promover infraestrutura sobre os territórios e para manter os subsídios concedidos na aquisição de terras, compra de maquinários e insumos agrícolas. Esse processo social, político e econômico no território apresenta ritmos com periodização diferentes.

No Centro-Oeste, ocorreu a partir da década de 1950, na atual porção territorial do estado de Mato Grosso, na década de 1970, tornando-se dinâmico e expressivo na Mesorregião Nordeste do Estado, mais precisamente com a divisão do Estado em 1977. A partir desse fato histórico, uma nova composição social e de modos de produção rural e urbana são realizadas. Todavia, destacamos que o pioneirismo da expansão e modernização agropecuária é um destaque da Mesorregião Sudoeste, Noroeste e Norte do Estado, fato que justifica a Mesorregião Nordeste apresentar o menor quantitativo populacional entre as Mesorregiões do Estado.

De acordo com Oliveira (1991), houve uma geopolítica muito bem traçada pelos governos militares, ao utilizarem terras na Amazônia legal, da qual todo o estado de Mato Grosso faz parte, inclusive para o acesso de empresas estrangeiras, compondo o conjunto das políticas “contrarreforma agrária”. Essas empresas se beneficiaram das condições postas para desenvolverem atividades agropecuária em fazendas cuja extensão era tão grande, que parte dessas terras se encontravam em situação de ociosidade, ou seja, sem produção, e, portanto, sem função social alguma. Eram, na verdade, reserva de capital.

Dentre as ações políticas traçadas em programas de âmbito nacional referente à expansão socioeconômica pós 1960 para o Centro-Oeste (IPEA, 2002), três, em específico, tiveram alcance expressivo no Mato Grosso e na Mesorregião estudada. São elas:

1) crédito rural subsidiado que possibilitou não só a expansão das áreas já com estrutura produtiva, mas a intensificação da mecanização e o financiamento para aquisição de novas área e comercialização dos produtos. 2) Programa de incentivo à pecuária que tinha como objetivo a melhoria e qualidade dos rebanhos junto a uma prática de tecnificação assegurando a produção intensiva por confinamentos. 3) política de preços únicos dos combustíveis para o território nacional reduzindo os preços dos transportes de carga e da mecanização rural.

Dois órgãos federais criados com a finalidade de garantir pesquisa e assistência técnica para o campo tiveram muita contribuição na expansão da fronteira agrícola, no avanço das técnicas de plantio e manejo da produção, e, portanto, na reorganização das atividades do/no campo. São eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o primeiro é responsável pelo controle e fiscalização das Terras e pelos projetos de colonização ocorridos como plano de governos. Já o segundo, responsável por estudos para correção de solos do cerrado, pela prestação de serviços técnicos principalmente a grandes produtores agrários, e, posteriormente, com a implantação de grãos geneticamente alterados (liberação da soja transgênica em 1998).

Exclusivo ao estado de Mato Grosso, o Serviço de Extensão Rural se constituiu oficialmente em 1965 contribuindo para a capacitação e desenvolvimento econômico de pequenos, médios e grandes produtores rurais, porém, foi extinto no

ano de 1976, substituído pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), empresa que esteve vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado. Em 1992, a fusão entre Emater e a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMPA) criam a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), que, a partir do ano 2011, passou a se vincular à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF).

A descrição temporal de composição das instituições prestadoras de serviços técnicos e assistência à produção das atividades econômicas rurais possibilita maior compreensão de que as mudanças ocorridas no campo, em específico para o recorte de estudo abordado, tiveram apoio do Estado em vários segmentos. Projetos de extensão rural eram elaborados no sentido de implantar modelos de estudo nas regiões do Estado, e um fragmento extraído da Revista gazita6 (1978, s/p) revela esse fato:

> Com o advento do incremento de formação de pastagem artificial em área de Cerrado, a EMATER-MT, instalou dois campos demonstrativos de pecuária de corte no município de Barra do Garças. Respectivamente localizados nas fazendas Santa Cruz da Serra (Vale do Sonho) e fazenda São Bento (Toriqueije), com o objetivo de propagar a tecnologia adequada e econômica para este tipo de exploração em área de Cerrado […] ARROZ IRRIGADO-EMATER-MT- Tem um projeto numa área de 700 há na fazenda Florquilha no distrito de Cocalinho, município de Barra do Garças, que está sendo implantado com pleno sucesso (Varjão, 1978, s/p).

Após a atividade do garimpo, a pecuária extensiva para corte e leiteira (essa última em menor proporção) passa a dividir espaço não só com as pequenas produções de subsistência. O arroz de sequeiro se torna um grande investimento na região (fazendo frente à expansão da fronteira agrícola), seguido pela produção de soja, milho, algodão e sorgo. Ocorreu rapidamente a inserção da suinicultura e de galináceos com significativa produção, e juntas, passaram a exigir especializações em prestações de serviços, conduzindo transformações não só no campo, mas também na cidade.

Essas transformações impulsionadas pela força da globalização e integração econômica dos territórios criaram impactos socioambientais que refletiram, sobretudo, sobre as pequenas propriedades de subsistência, nas reservas naturais e territórios indígenas. Esses são os fatores negativos da ocupação socioeconômica e espacialização técnica requerida para o uso de novas áreas territoriais, que, por sua

vez, foram se reordenando e se reestruturando, principalmente, à medida que os incentivos à migração eram postos pela dinâmica das frentes de trabalho, apresentadas por grupos empresariais do setor do agronegócio, e por particulares.

A agropecuária foi a atividade predominante nos programas de "desenvolvimento". Trata-se de um conjunto de ações construído numa linha histórica de acontecimentos que asseguraram: o surgimento de agroindústrias, o processo de urbanização alavancado pela metropolização, e a modernização telemática do campo. Tais metamorfoses garantiram a intensificação da tríade que alicerça a reprodução do capital (produção, circulação, consumo), além de novas projeções de fortalecimento do sistema econômico de domínio capitalista.

O *boom* da produção de grãos e do algodão em Mato Grosso, a partir dos anos 1997, está diretamente relacionado à capacidade de maior acumulação de capital, estabelecida pela Lei Kandir, Lei complementar número 87, criada em 1996 pelo ministro do Planejamento Antônio Kandir. Essa Lei isenta o imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); de produtos primários e industrializados semielaborados dentre outras transações que asseguraram a "instalação de empresas privadas nacionais e internacionais com cultivares próprias ou linhagens promissoras no Brasil" (FARIA, 2014, p. 401).

No entanto, tal configuração espacial da rede de cidades ocorreu devido a dois fatores: "novas possibilidades de fluidez somada a intensificação capitalista da produção" (Elias, 2006, p. 28), em qualquer setor da produção econômica inserida no processo de globalização. Essa forma capitalista de produzir condiciona, conforme a referida autora, reestruturação produtiva; alterando substancialmente os espaços do campo e da cidade, graças às inovações técnico-científica-informacional (Santos, 2006) e às novas formas e intensidade de consumo.

O atual patamar que se encontra a configuração e o uso do território nesta porção do espaço mato-grossense se atribui às implantações técnicas, e à melhoria da circulação que permite não só explorar um recurso, mas "deslocá-lo para sua utilização econômica" (Arroyo, 2015, p. 40). A autora, apoiada na concepção de Santos (2002), revela evidências quanto ao processo de organização do espaço da Mesorregião Nordeste ao associar as intensidades de redes técnicas e circulação aos graus de produtividade espacial, uma vez que:

> A produtividade espacial revela a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial. Haverá lugares que ofereçam as empresas uma produtividade maior ou menor em função de suas virtualidades, provenham de intervenções técnicas ou políticas (Arroyo, 2015, p. 42).

Entendendo que o espaço urbano se adapta para servir ao agronegócio, há também um (re)arranjo do comércio, dos equipamentos urbanos, do uso do solo, dos serviços, e, portanto, das funções urbanas dessas cidades de regiões com predomínio econômico do agronegócio. Contudo, os sistemas técnicos, assim como os de engenharia de circulação e comunicação, não se fazem presente de forma homogênea nem no espaço nem para os grupos de pessoas na sua condição de classe.

Nessas condições, “algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e normativos inerente à agricultura científica e ao agronegócio” (Elias, 2006, p. 29). Esse fato, cria, consequentemente, uma configuração de hierarquia quanto aos níveis de centralidade de sub-redes urbanas, que, em área de expansão recente da agropecuária globalizada, não apresentam uma consolidação. Importante também destacarmos que as transformações no campo e na cidade se fazem de forma diferente, adquirindo particularidades inerentes à forma seletiva (Elias, 2006) pela qual o setor da agropecuária atua, garantindo especialização de determinadas áreas e culturas em detrimento de outras.

O cenário da produtividade econômica desses municípios está associado aos seus períodos de surgimento, que muito estiveram ligados à expansão e melhoria das redes técnicas no caso da rodovia federal BR-158, seguida pelas redes de energia, comunicação e, também das rodovias estaduais que fazem as conexões internas entre os municípios para a circulação no eixo principal BR-158. Dalosto *et al.* (2019) apresenta estudo específico sobre a importância da BR 158 e seus desfechos nos projetos agropecuários e planejamentos geoeconômicos para a região. Indicando que essa rede técnica, juntamente com a de telecomunicação, enfatiza e cria dinamismos para a formação e organização da rede urbana na Mesorregião Nordeste mato-grossense.

Evidenciamos, portanto, que a reorganização da produção agrícola regional ocorre com maior ênfase nos municípios mais velhos, uma vez que os mais novos surgem devido ao potencial produtivo das *commodities* de grãos (soja) e carne

(bovina) dentro do processo de territorialização do capital no campo, e da projeção do poder desses espaços nas sedes administrativas, ou seja, nas cidades desses municípios (Tabela 15).

Entre os municípios que compõem o arranjo populacional, a variável agricultura só teve registro de produção para os cultivos: milho, soja e arroz (escolhidos por serem base da economia da Mesorregião) para o município de Barra do Garças. O cultivo de arroz, como pode ser observado, não dispõe de registro em 12 (doze) dos atuais territórios municipais da Mesorregião, o que evidencia que o arroz, principalmente de sequeiro, cultivo que foi frente de abertura da fronteira agrícola, está sendo substituído pela soja, seguido pelo milho.

Outra variável da reestruturação produtiva é a inserção de granjas nos espaços de produção bovina ou de agricultura, a produção de galináceos e ovos apresenta relevante quantitativo que, indiretamente, reflete na procura por serviços e estabelecimentos comerciais nos centros urbanos da região. A criação de gado de corte é muito expressiva, se considerarmos o quantitativo em toneladas de soja colhida para os mesmos municípios produtores. Essa situação demonstra o reforço dos confinamentos junto à produção da pecuária extensiva e à atuação do mercado alimentar de carne bovina.

Outro panorama de produção agropecuária é analisado no (Quadro 11), para os municípios do AP de Barra do Garças e para os demais, cuja sede é importante nodalidades da sub-rede urbana da Mesorregião Nordeste. Percebemos que as lavouras temporárias, que utilizam a maior proporção em área de terra por hectares para plantio, são de soja e milho, substancialmente, nos municípios de Água Boa, Confresa e Vila Rica. No primeiro município, os espaços de plantio são também distribuídos com o cultivo de algodão e arroz. Assim como Pontal do Araguaia, que apresentou maior produção de arroz do que de milho e soja. Já Barra do Garças tem maior produtividade no cultivo de feijão, seguido do de soja e de milho; e, por fim, Aragarças-GO apresentou para o momento maior produção agrícola de cana-de-açúcar.

Tabela 15. Produção agropecuária e quantitativo de propriedade

Censo agropecuário - 2017										
Municípios	pecuária					agricultura			Nº prop.	Área total
	bovino	galináceo	leite	ovos	suíno	milho	soja	Arroz		
Barra do Garças	360.017	47.000	2.846,000 (L)	106.000 (dz)	4.743	760 (t)	107.490(t)	60 (t)	823	601.340ha
Aragarças-GO	23.420	13.000	1.191,000	40.000	864	x	-	x	261	44.851
Pontal do Araguaia	127.653	11.000	1.490,000	78.000	1.992	x	x	-	391	214.528
Água Boa	297.349	62.000	4.256,000	505.000	7.256	183.271	489.823	3.394	1.009	676.628
Araguaiana	228.955	13.000	631.000	29.000	955	94	9.120	-	251	414.394
Alto Boa vista	20.613	6.000	1.028,000	22.000	888	6.919	53.197	1.200	207	98.099
Bom Jesus do Araguaia	109.829	41.000	4.864,000	256.000	5.438	204.064	365.518	x	943	330.691
Campinápolis	209.104	25.000	12.396,000	226.000	3.604	34.530	68.134	762	831	290.040
Canarana	170.764	143.000	990.000	1.891,000	4.178	474.450	658.853	x	444	790.209
Canabrava do Norte	127.836	28.000	5.700,000	47.000	4.964	34.373	53.837	-	744	215.450
Cocalinho	454.709	23.000	1.007,000	113.000	3.556	2.735	14.514	x	505	1.401,251
Confresa	327.332	96.000	26.501,000	592.000	13.915	88.669	106.902	158	2.300	440.014
Luciara	30.589	9.000	77.000	71.000	1.351	x	x	-	218	154.860
Nova Nazaré	56746	10.000	1.205.000	15.000	1.528	4.621	41.479	648	275	132.065
Nova Xavantina	273.149	60.000	11.786,000	95.000	8.770	82.222	118.062	-	1.362	417.852
Novo São Joaquim	212.016	30.000	9.980,000	216.000	3.973	303.050	277.620	-	823	389.466
Novo Santo Antônio	32.877	7.000	181.000	25.000	1.147	5	x	-	229	140.272
Querência	89.024	33.000	1.576,000	512.000	4.300	1.058,733	1.266,233	1.154	678	834.190
Ribeirão Cascalheira	277.711	37.000	4.196,000	135.000	5.879	52.625	209.857	1.087	861	767.409
São José do Xingu	269.925	17.000	3.001,000	99.000	2.726	278.488	229.543	-	342	612.152
Santa Cruz do Xingu	118.416	12.000	821.000	169.000	1.091	42.368	62.731	988	262	336.436
Santa Terezinha	184.098	30.000	6.654,000	100.000	3.416	43.145	73.530	2.549	818	356.744
Santo Antônio do Leste	46.588	5.000	349.000	43.000	944	375.923	331.627	1.446	121	269.173
São Félix do Araguaia	266.015	36.000	2.608,000	102.000	4.773	376.877	702.589	879	1.070	1.015,648
Serra Nova Dourada	57.325	13.000	1.156,000	66.000	1.431	16.462	17.744	x	462	92.924
Vila Rica	514.631	70.000	14.049,000	289.000	10.402	117.955	104.741	32	1.514	699.719

Fonte: IBGE, 2017**,** 2022 **Organização:** Autora, 2023

Salientamos que a observação comparativa das produções referentes aos respectivos anos de 2004 e 2021 possibilitou nossa identificação a respeito de oscilações produtivas em determinados tipos de cultivos, o que nos permitiu inferir que a alternância das produções está diretamente relacionada a valores de balança comercial e à demanda de mercado. O que justifica o fato de, em um determinado ano, os produtores optarem pelo maior plantio de um produto em relação a outro, cultivado em anos anteriores.

Esses fatores de alternância de gêneros sofrem menor interferência nos cultivos de exportação devido ocorrer, entre produtores e empresas compradoras, contratos de produção e safra, que podem variar entre regiões, e ainda entre

produtores. E, sem dúvida, esses produtos (commodities) pouco se alternam, por serem eles mesmos bens utilizados na reestruturação dos espaços do campo e, consecutivamente, da cidade que o retroalimenta. Processo inclusive que já vinha ocorrendo desde o final do século XIX, em regiões do Sudeste e Sul do país, com modificações do espaço geográfico e impactando as formas da organização espacial (Hentz e Motter, 2016).

Quadro 11. Alternâncias na produção agropecuária e área de cultivo

Municípios	**Produção permanente**	**2004**	**2021**	**Produção Temporária**	**2004**	**2021**
Barra do Garças	Banana	5 ha	-	Abacaxi	8 ha	10 ha
	Borracha	27 ha	30 ha	Arroz	2.825 ha	-
	Coco-da-baía	37 ha	37 ha	Cana-de-açúcar	60 ha	846 ha
	Palmito	5 ha	-	Feijão	109 ha	1.180 ha
	Uva	4 ha	4 ha	Mandioca	120 ha	30 ha
				Milho	250 ha	3.000 ha
				Soja	14.103 ha	37.500 ha
				Sorgo	270 ha	-
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos	468.378 UA	443.537 UA
				Suínos	4.171 UA	10.322UA
				Galináceos	31229 UA	38.782UA
				Mel(abelha)	2.618 kg	54 mil kg
Aragarças-GO	**Produção permanente**	**2004**	**2021**	**Produção Temporária**	**2004**	**2021**
	Banana	7 ha		Abacaxi	2 ha	-
				Arroz	120 ha	-
				Mandioca	45 ha	30 ha
				Milho	50 ha	-
				Cana-de-açúcar	-	846 ha
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos	30.000 UA	35.000 UA
				Suínos	503 UA	1.000 UA
				Galináceos	7.530 UA	12.500 UA
				Mel(abelha)	-	280 Kg
Pontal do Araguaia	**Produção permanente**	**2004**	**2021**	**Produção Temporária**	**2004**	**2021**
	Borracha	100 ha	230 ha	Arroz	1.211 ha	-
	Coco-da-baía	32 ha	32 ha	Cana-de-açúcar	60 ha	846 há
				Mandioca	50 ha	-
				Milho	60 ha	250 ha
				Soja	-	2.205 ha
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos	1.247 UA	135.330 UA
				Suínos	1.695 UA	5.594 UA
				Galináceos	14.829 UA	30.978 UA
				Mel (abelha)	-	1.200 Kg
Água Boa	**Produção permanente**	**2004**	**2021**	**Produção temporária**	**2004**	**2021**
	Banana	50 ha	-	Abacaxi	-	-
	Borracha	476 ha	270 ha	Arroz	335.532 ha	5.500 ha
	Coco-da-baía	37 ha	26 ha	Cana-de-açúcar	50 ha	-
	Palmito			Feijão	-	-
	Uva	120 ha	-	Mandioca	-	-
		13 ha	-	Milho	200 ha	270 ha
				Soja	2.000 ha	38.000 ha
				Sorgo	44.800 ha	175.000ha

				Algodão	- -	- 489 ha
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos Suínos Galináceos Mel (abelha)	390.597 UA 7.216 UA 35.940 UA 3.064 kg	359.043 UA 1 3.106 UA 8 9.125 UA 180 kg
	Produção permanente	**2004**	**2021**	**Produção temporária**	**2004**	**2021**
Confresa	Banana	41 ha	39 ha	Abacaxi Arroz Cana-de- açúcar Feijão Mandioca Milho Soja	10 ha 4.000 ha 4.912 ha - 60 ha 595 ha 3.600 ha	4 ha- 43 ha 23 ha - 210 ha 19.000 ha 55.809 ha
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos Suínos Galináceos Mel (abelha)	351.045 UA 19.115 UA 141.958 UA 2.780 Kg	459.190 UA 18.566 UA 106.497 UA -
Vila Rica	**Produção permanente**	2004	2021	**Produção temporária**	2004	2021
	Banana Borracha	73 ha -	- 100 ha	Mandioca Milho Soja Arroz	309 ha 1.014 ha 1.000 ha 2.496 ha	90 ha 25.000 ha 45.000 há -
				Pecuária	**2004**	**2021**
				Bovinos Suínos Galináceos Mel (abelha)	526.000 UA 18.609 UA 104.671 UA 3.150 Kg	697.234 UA 13.128 UA 13.281 UA 302 Kg

Fonte: IBGE Cidades, 2017 - 2021 **Organização:** Autora, 2023

As observações que trazemos a partir das alternâncias de cultivo, redução ou ampliação de áreas plantadas são a respeito das necessidades de oferta de serviços e de comércios varejistas que o campo irá exigir da sua sede municipal. Não havendo tais especializações, seja nos serviços seja no varejo, é natural que os fluxos se estendam para as cidades com capacidades mínimas de atender às demandas, que não giram em torno apenas da agropecuária de exportação, mesmo porque, a estes grupos, as cidades médias e as metrópoles são o ponto nodal de seus consumos, quando não o realizam diretamente por importações.

Entretanto, há também os grupos de médias e pequenas agropecuárias que movimentam a economia e os fluxos entre cidades, principalmente se quantitativo e preço dos produtos ou serviços a serem consumidos se tornarem dentro da lógica de lucros, mais rentável. Esses grupos são os que, por vezes, têm capacidade reduzida e uma macroorganização do espaço (Santos, 2008), mas não podemos subestimar seu dinamismo numa escala regional.

Esses elementos agregadores da produção espacial, contudo, são operacionalizados por dois circuitos da economia conforme apresentado por Santos (2008 p. 277): “as atividades capazes de uma macroorganização do espaço e as atividades incapazes de uma macroorganização do espaço”. O primeiro é comandado pelo Estado e por monopólios e multinacionais sobre os territórios em uso. E o segundo tem alcance limitado. Essa dinâmica é facilmente identificada no espaço urbano, que também agrega o que se é produzido no campo em pequenas propriedades rurais, sendo quase sempre inseridas no plano econômico por intermédio dos comércios temporários, caso específicos das feiras.

Sobretudo esse fluxo econômico, e por vezes de pessoas para consumo, seja consumptivo seja produtivo, também deve ser analisado pelas relações de trabalho e renda que são integrados no desenvolvimento dessas economias. Na (Tabela 16), elencamos alguns dos componentes necessários para a realização das atividades no campo, os quais denominamos de bens de produção rurais. A intenção foi de mostrar a relação existente entre os quantitativos desses bens de produção com a dinâmica cotidiana que são desencadeadas no espaço urbano, em função da manutenção da qualidade produtiva desses bens (maquinários e pessoas/trabalhadores).

Verificamos, por exemplo, que o quantitativo de caminhão, caminhão-trator, reboques e tratores/implementos representam 7,3% do quantitativo populacional do arranjo populacional de Barra do Garças. Água Boa 13,4%, Confresa 5,4%, Vila Rica 8,9%, Canarana 14% e Querência 12%. Quantitativamente, pode parecer um fator insignificante, porém, qualitativamente, analisando a procura de serviços especializados no segmento da sub-rede urbana, é um movimento significativo na organização espacial das empresas prestadoras de serviços, bem como de venda e revenda, o que reflete diretamente na composição dos componentes materiais dos espaços urbanos. Isso ocasiona movimentos de oferta a serviços fornecidos e exigidos, criando inter-relação entre o campo e a cidade.

A quantidade de maquinários ou insumos agrícolas, nesses centros selecionados, também revelam uma adesão a políticas agrícolas projetadas pelo Estado para aquisição desses implementos, que ocorreram de modo paralelo aos incentivos da modernização do campo, e ainda continuam no rol das agendas de beneficiamento estatal, visando uma projeção do que é hoje, o agronegócio globalizado (2011, 2022).

Tabela 16. Quantitativo dos bens de produção rurais nos principais centros regionais da sub-rede urbana

Bens materiais e humanos	Barra do Garças	Pontal do Araguaia	Aragarças-GO	Água Boa	Confresa	Vila Rica	Canarana	Querência
Tratores/implementos	702	345	99	1.198	397	699	1.227	1.149
Semeadeiras/plantadeiras	107	57	16	419	79	151	424	442
Colheitadeiras	33	-	-	320	42	78	321	502
Adubadeiras	40	-	-	266	58	127	255	259
caminhão	1.414	63	455	961	642	573	972	821
Caminhão trator	857	33	79	756	284	173	628	561
Reboque	1.973	126	777	1.001	575	319	789	698
Semi-reboque	1.419	60	94	1.285	509	310	1.025	1.037
Pessoal ocupado com laço de parentesco	1.923	735	552	2.229	5.307	3.640	1.156	3.113
Pessoal ocupado sem laço de parentesco	1.554	441	202	1.423	1.209	1.489	1.467	2.657
Vínculos RAIS - 2022	1.890	337	291	2.970	1.333	1.777	3.436	4.615
Faixa remuneração média RAIS	3,2 (SM)	2,5 (SM)	2,0 (SM)	3,5 (SM)	3,2 (SM)	3,0 (SM)	3,5 (SM)	3,7 (SM)

Fonte: IBGE Cidades (censo agropecuário 2017, e frota de veículos, 2023) e RAIS (2022)
Organização: Autora, 2024

No que concerne ao quantitativo de pessoal ocupado na agropecuária (IBGE, 2017), e registrados com vínculos ativos em atividades do campo, sob Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), divisão denominada “Agricultura, pecuária e serviços relacionados” da base de dados de Relação Anual de informações Sociais (RAIS), percebemos que o cenário é de um número relativamente baixo de mão de obra no campo; substancialmente, se levarmos em conta a quantidade de pessoal sem laço de parentesco com o contratante.

Dos municípios elencados, Querência exibiu o maior quantitativo de pessoal ocupado sem parentesco, seguido por Barra do Garças, Vila Rica e Água Boa. Já no que concerne ao quantitativo de pessoal ocupado com laço de parentesco, o município de Confresa foi o mais expressivo, acompanhado por Vila Rica, Querência, e Água Boa. E em todos os munícipios, esse panorama de colocação no emprego expõe uma seleção de mão de obra, muitas vezes, destinadas a cargos com funções de maior qualificação, que nem sempre é levado em consideração conhecimento e preparação para o trabalho. Outro fator que verificamos, foi o crescimento de trabalhadores jurídicos na prestação de serviços do setor agropecuário, sinalizando que as alterações nos modos trabalhistas não estão restritos ao espaço da cidade; pelo contrário, essa característica funcional urbana pode abranger esses espaços geográficos em unicidade.

Apesar dos registros RAIS acerca dos vínculos de trabalhadores ativos apresentar desproporção, em relação aos dados de pessoal ocupado, por ele conseguimos identificar uma faixa média salarial em atividades relacionadas à agropecuária nos municípios selecionados. Querência, Canarana e Água Boa dispuseram de uma faixa salarial média entre 3,5 e 3,7 salários-mínimos, para o setor CNAE elencado. Todos os municípios apresentaram, portanto, margem salarial, no setor da agropecuária e de serviços relacionados, superior ao do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) que correspondeu à média de 2,2 e 2,5 salários.

Contudo, esse pessoal ocupado, mesmo apresentando rendas diferentes, que variaram de 1,5 (um salário-mínimo e meio) a 10,0 (dez salários), requerem consumos consumptivos que, numa superposição de seus efeitos aos do consumo produtivo, contribuem para ampliar a urbanização e a importância dos centros urbanos na escala da rede urbana, e se diferenciam pelas capacidades de respostas às exigências do campo (Santos, 1994).

A diferença de renda, porém, torna se um fator intensificador das contradições postas com o desenvolvimento e modernização das atividades do agronegócio, as quais se fazem muito refletidas nos espaços urbanos, sob diversas condições sociais e espaciais. A questão do déficit habitacional e de condições precárias de moradias é, talvez, a mais alargada pelas correntes migratórias. Ainda assim, são fatores sociais, que fomentam políticas públicas habitacionais, que, em suas ações mitigadoras, também contribuem para a reestruturação dos espaços urbanos.

As transformações nos aspectos da produção e consumo foram tão substanciais que aportes técnicos de todas as espécies são criados para a sua ascensão. Nesses novos padrões de consumo, o comércio se especializa para atender às demandas de cada etapa de um produto agrícola e/ou de um setor produtivo, contribuindo com a elevação do nível de centralidade de cidades na rede urbana, conduzida pela centralização e escolha locacional das empresas dentro do subsistema urbano. Essas são as condições do jogo entre local e global, face ao movimento de globalização trazido por Santos e Silveira (2014), em que;

> As cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana

> acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional (Santos e Silveira, 2014, p. 281).

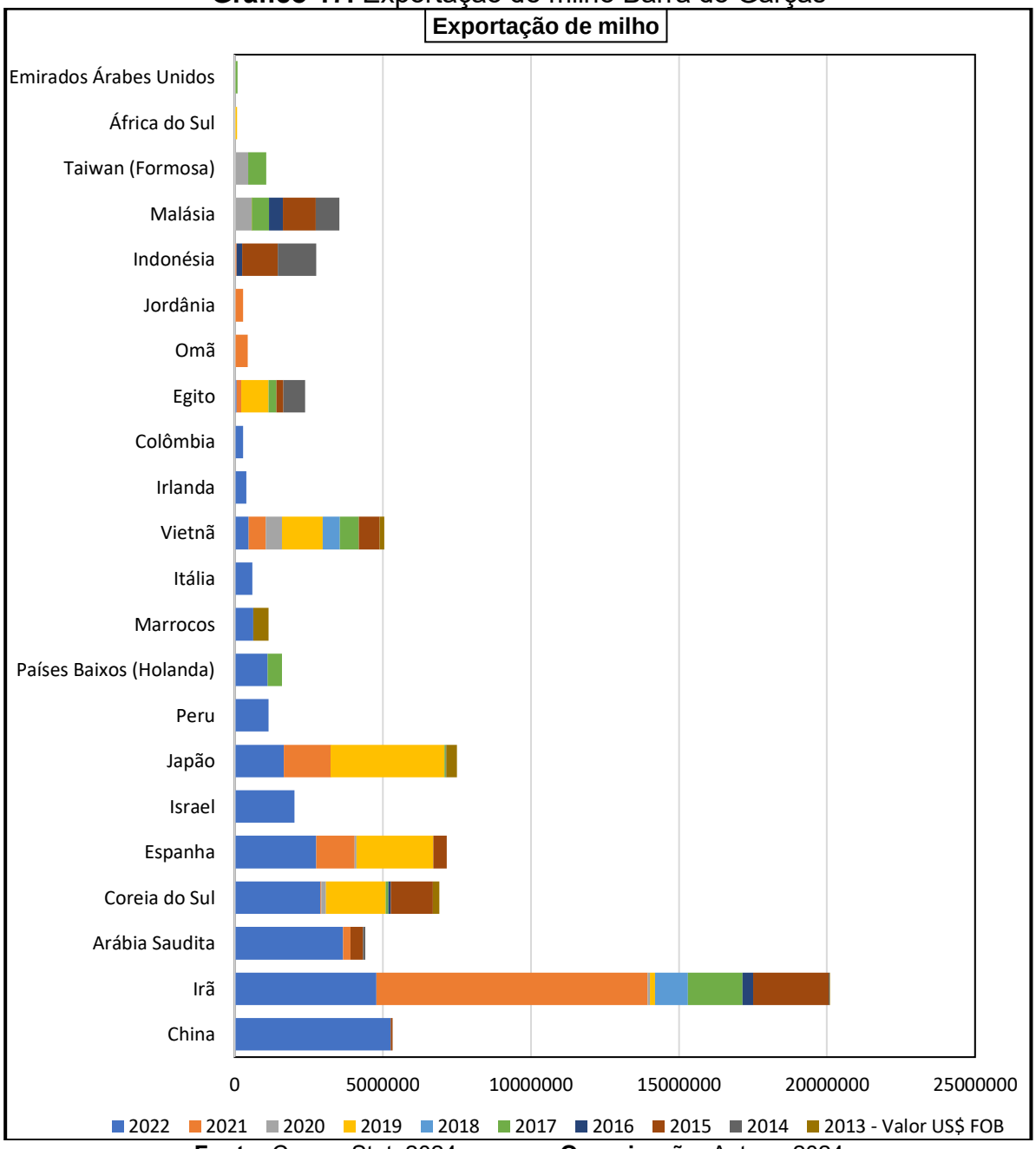
E ainda nas afirmações de Hentz e Motter (2016), de que:

> A recente reorganização do território brasileiro, em função da modernização da agricultura, entre outros fatores, e o consequente desenvolvimento do consumo produtivo, impôs uma nova lógica de estruturação dos espaços agrários e urbanos, evidenciando que o processo de (re)estruturação urbana é algo recente, acelerado e multifacetado, que impôs características semelhantes em diferentes territórios, embora as diferenças existam (Hentz e Motter, 2016, p. 124).

Todas as reestruturações pelas quais campo e cidade vieram passando tiveram como princípio basilar atender àsd demandas “do mercado urbano interno e à produção de commodities para exportação, seja in natura ou passando por algum tipo de transformação industrial, aumentando seu valor agregado” (Elias, 2013, p. 14). Diante disso, entendemos que seria importante apresentar um elenco de gráficos que demonstrassem a dinâmica das exportações das principais *commodities* produzidas na escala dos municípios do AP de Barra do Garças.

Como aferido no (Gráfico 17), a exportação do milho apresenta registros a partir do ano de 2013, embora tenhamos delimitado o período entre o ano de 2010 e 2022. Selecionamos apenas os vinte e três primeiros países com maior participação na aquisição externa dos produtos locais, a fim de possibilitar melhor apresentação dos dados. Assim, confere-se que os países com compras mais regulares são: Irã, Coréia do Sul, Espanha, Japão, Vietnã, Egito e Malásia. E o maior valor em compra é mantido pelo Irã, com quase vinte milhões de dólares, somados os períodos de participação. Considerando a maioria dos países, os anos em que ocorreram exportação foram: 2015, 2017, 2018, 2021 e 2022.

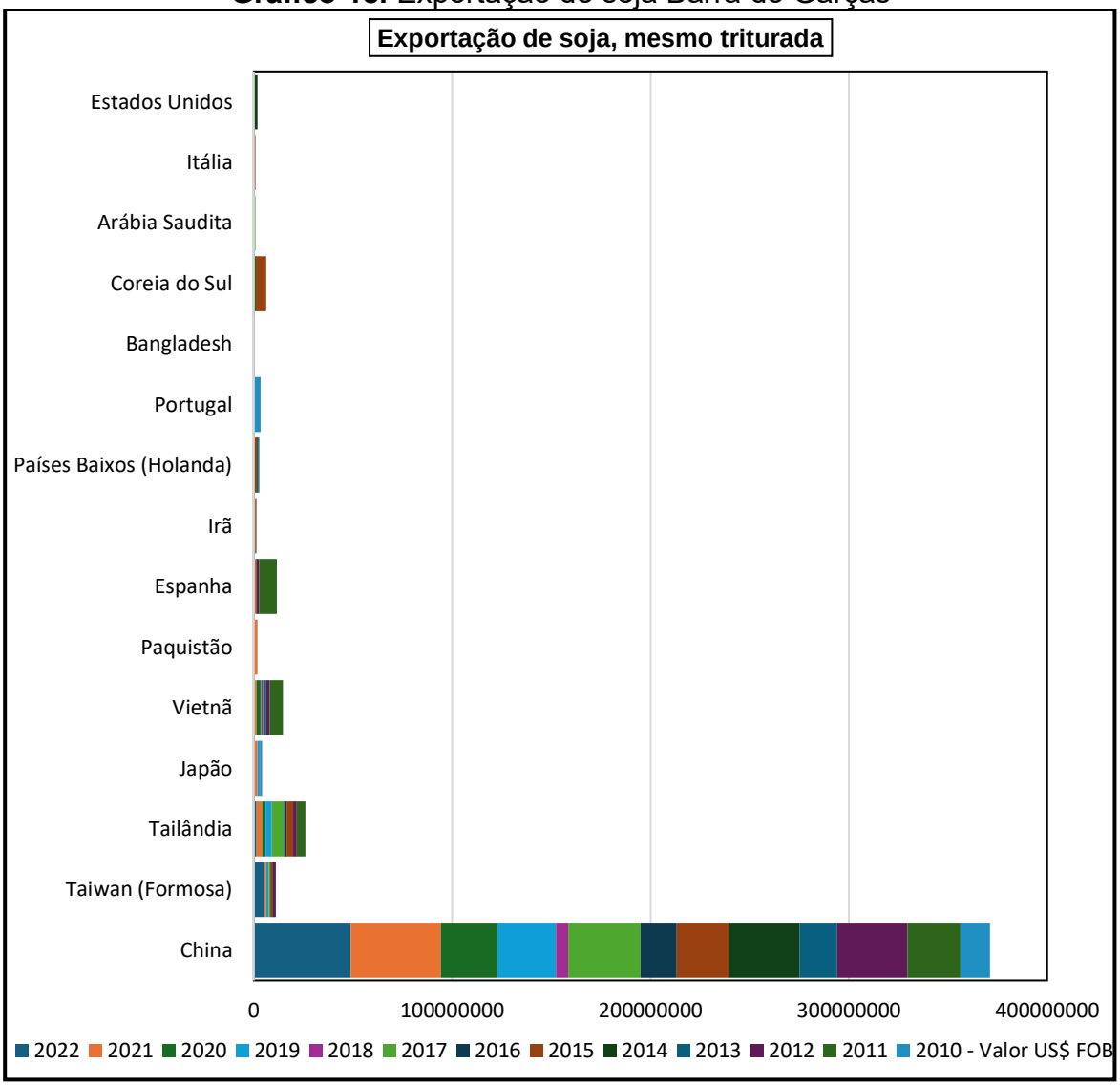
Gráfico 17. Exportação de milho Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

O mesmo padrão analítico seguiu para as commodities dos gráficos sequenciais. Para a soja em grão ou triturada (Gráfico 18), a China, como se vê, e, sem fugir à regra para o estado de Mato Grosso, é o maior comprador com registros em todos os anos de 2010 a 2022; e com montante de valor expressivo, comparado aos demais países elencados, somando mais de trezentos e setenta e um milhões de dólares. Tailândia e Vietnã também tiveram participações em compras recorrentes, apesar de valores máximo de dezoito milhões de dólares.

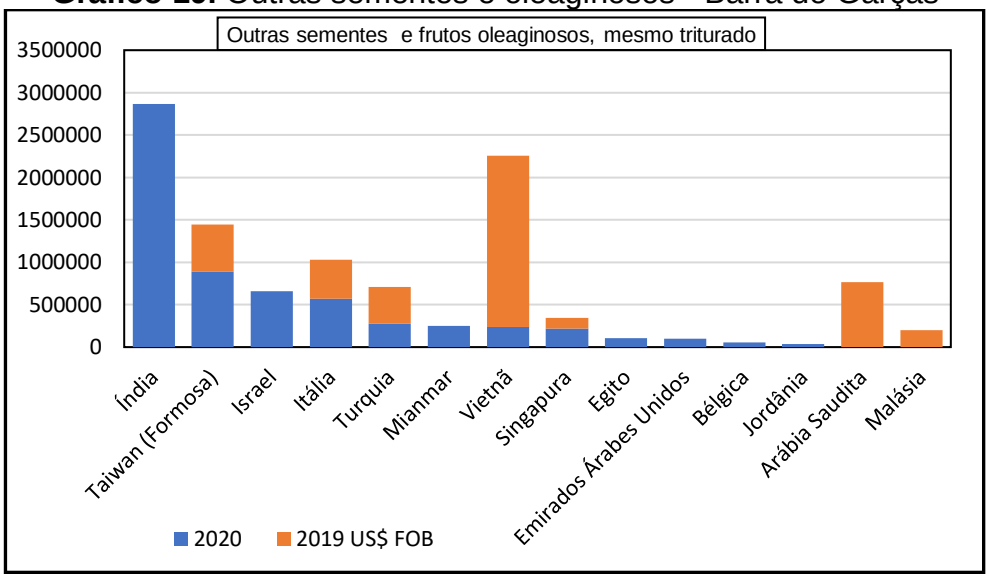
Gráfico 18. Exportação de soja Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

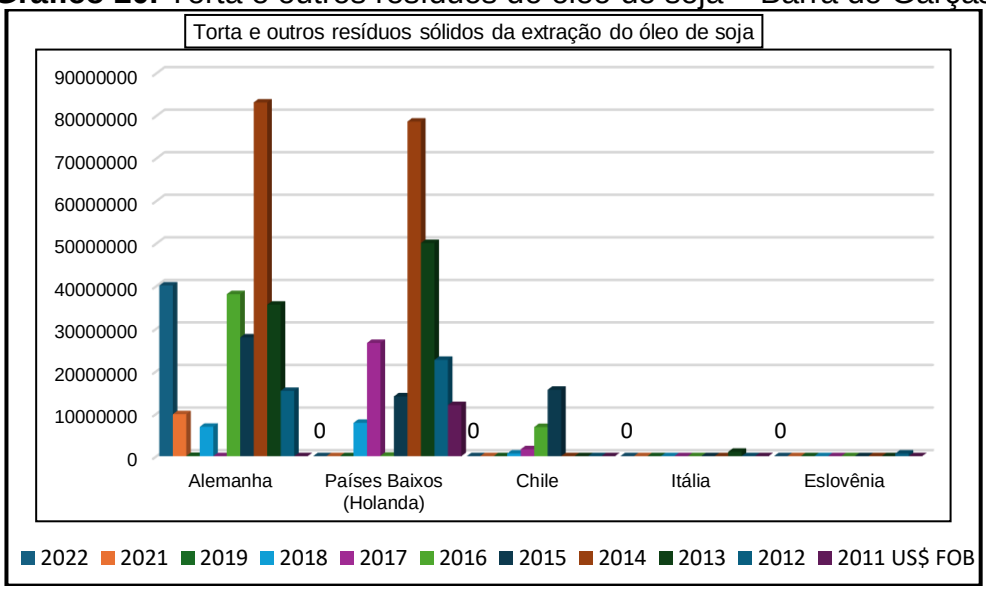
Identificamos, na plataforma do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no sistema de divulgação estatística do Comércio Exterior do Brasil *Comex Stat,* que emerge na região do AP de Barra do Garças, novas atividades com oleaginosas (não identificadas), com cultivo destinado à exportação (Gráfico 19). Os principais compradores foram Índia, Vietnã, Taiwan e Itália, só eles adicionaram um valor de exportação de US$: 7.595.797, entre o ano de 2019 e 2020. Utilizada como recurso energético, a torta é a parte sólida que sobra do processo de moagem na fabricação de óleos, e aos poucos vem tornando-se um produto de importância comercial da região (Gráfico 20). Até o momento, Alemanha e Holanda foram os principais compradores, e acrescentaram um valor de US$: 468.781.733.

Gráfico 19. Outras sementes e oleaginosos - Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

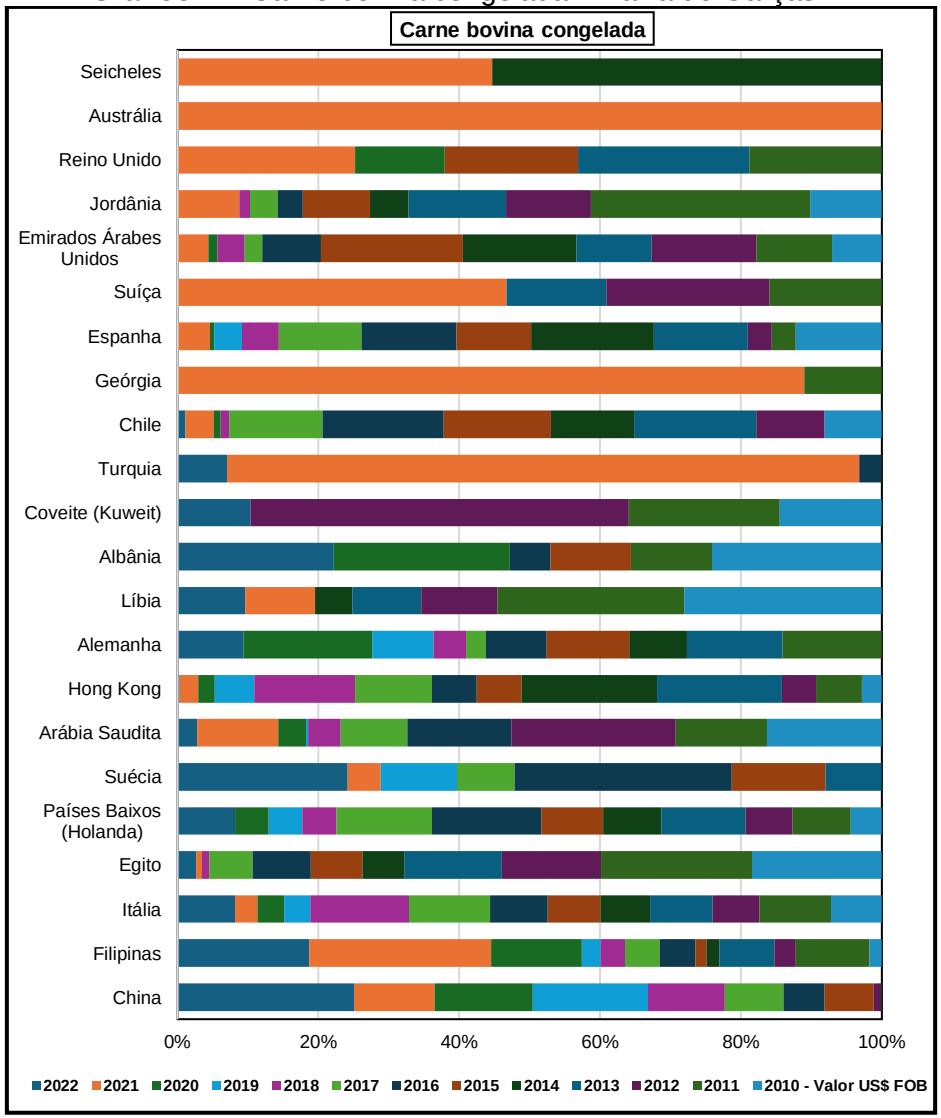
Gráfico 20. Torta e outros resíduos do óleo de soja – Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

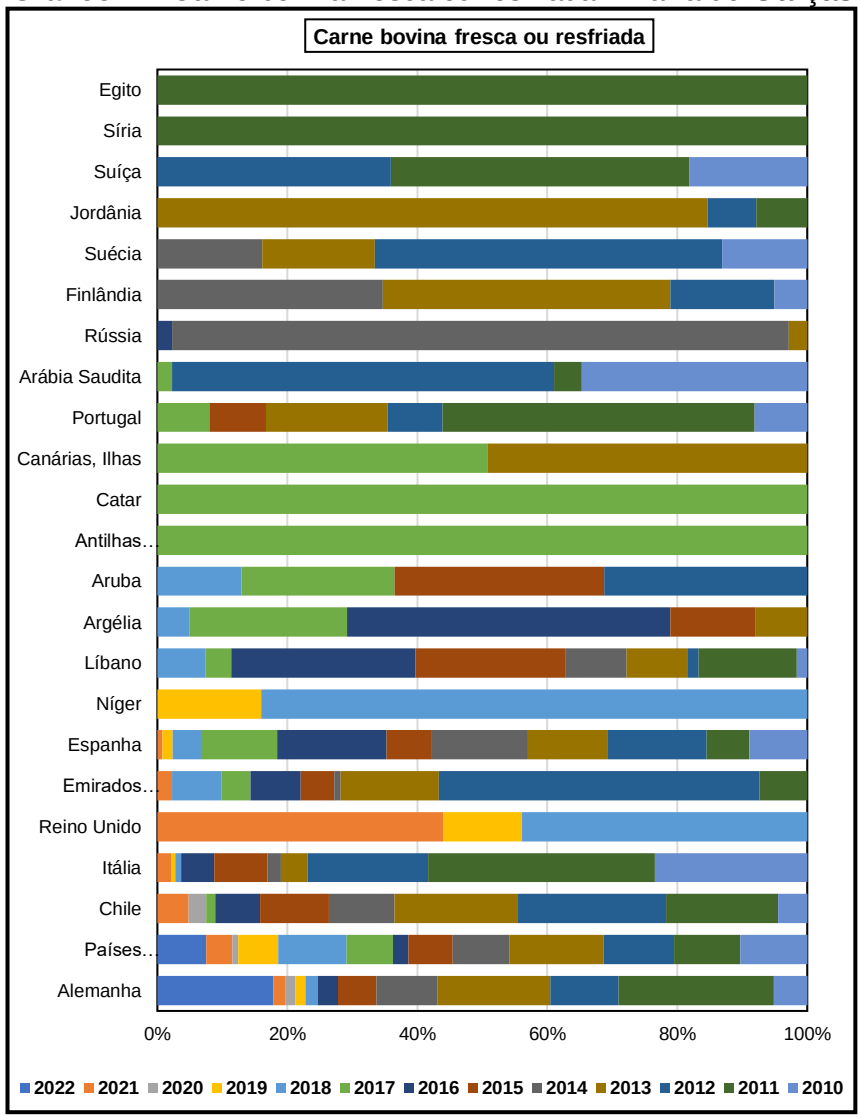
Na cadeia produtiva do gado de corte (Gráficos 21 e 22), existe uma variedade de produtos que são exportados, não se restringindo apenas aos cortes de carne e couro. O aproveitamento máximo de todos os componentes e propriedades da matéria é, de fato, um padrão comum do sistema industrial/agroindustrial. Porém, restringimo-nos em trazer como demonstrativo das relações exógenas com outros países apenas os itens de maior valor agregado, como fizemos com os produtos agrícolas.

Gráfico 21. Carne bovina congelada – Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Gráfico 22. Carne bovina fresca ou resfriada – Barra do Garças



Fonte: Comex Stat, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Esse modelo de gráfico distribui melhor os períodos (ano) em que ocorreram exportações para os principais países compradores. A ordem de verificação segue a sequência das datas no sentido decrescente. Assim, os anos em que ocorreu maior exportação da carne (peças congeladas), intermediada pela *Tradings* Frigorífico JBS, foram: em 2022, 12 (doze) países compraram; em 2021, 18 (dezoito) países; em 2018, 12 (doze); em 2012, 13 (treze); e em 2010, 14 (quatorze) países. O país que se destaca como maior comprador, pelo critério de capital injetado e quantidade do produto (toneladas), é a China com valor equivalente a US$: 1.310.466,968, mais de um bilhão trezentos e dez milhões. Hong Kong, Egito, Itália, Filipinas, Holanda, Arabia Saudita, Espanha, Emirados Árabes e Chile seguem a lista dos maiores compradores da matéria-prima processada no (AP) de Barra do Garças.

Já a exportação de carne bovina fresca ou refrigerada, o (Gráfico 22) apresenta alterações no rol de países consumidores. O quantitativo de países por cada ano é menor que o número apresentado para compra de carnes congeladas. Assim, o ano com maior número de países foi 2013 e 2012, ambos com (quatorze) países, 2011 (treze), e 2010 (onze). Os anos de 2022 e 2021 tiveram menor número de países compradores. Nessa tipologia de envio, o maior comprador foi o Chile, com valor de US$: 143.467.717. Seguido por: Itália, Espanha, Holanda, Líbano, Alemanha, Emirados Árabes Unidos e Rússia.

Nessa relação de interações espaciais de escala global promovida pelos circuitos de produção, buscamos elencar também os países em que ocorrem importações. Numa sequência de maiores ocorrências de compras efetuadas de 2010 a 2022, são eles: Itália, China, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Argentina. A descrição dos produtos é diversa, então optamos por não os trazer ao texto, uma vez que o objetivo foi verificar as articulações entre países e os produtos da região com especialização para a exportação, ou seja, as principais *commodites* de valor agregado, a tal ponto de estabelecer alterações territoriais e organização dos espaços para sua produtividade.

Para Castillo (2016), as tradings agroindustriais como Grupo Amaggi, *Louis Dreyfus Company* (LDC), Bunge, *Archer Daniels Midland* (ADM), Cargill, *Raízen*, e JBS Friboi comandam os circuitos espaciais de produção. O que também é afirmado por Faccin (2017), em seus argumentos analíticos;

> as grandes empresas do agronegócio dominam as principais etapas do circuito espacial produtivo da soja e atuam em diversos lugares e países, ao mesmo tempo em que não estabelecem nenhuma relação de compromisso ou responsabilidade com nenhum lugar ou país em particular (Faccin, 2017, p. 153).

As concepções da autora estão direcionadas para o contexto de vulnerabilidade, com que as regiões produtivas se colocam perante os altos investimentos geridos em torno de uma monocultura que passa a ser a principal atividade econômica competitiva fortemente ligada ao mercado internacional, e a incerteza de preços sujeitos a oscilações.

Acreditamos que a composição produtiva dos municípios do AP de Barra do Garças ofereça menores riscos futuros, por conta da sua menor oferta produtiva no setor agrícola comercial comparado com outros municípios da mesorregião. Porém, é nítido o comando exercido pela JBS Friboi, sobre a atuação de agentes políticos e excepcionalmente, na concepção ideológica da população que por vezes, desconhecem o desprendimento por parte dessas empresas, em suas relações com o lugar. Não existe, portanto, por parte dessas grandes corporações, solidariedade orgânica, mas uma solidariedade organizacional (Santos e Silveira, 2014).

Muito embora, desempenhe papel na construção política e econômica da centralidade urbana e na geração de empregos. Possibilitando por intermédio do trabalho formal, conjunta “articulação entre o mundo do trabalho e o mundo urbano” (Rodrigues, 2015), na construção de políticas públicas habitacionais decorrente da contribuição com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS).

5.3 POLÍTICA HABITACIONAL E ESTRUTURA URBANA

Os programas habitacionais são exemplos de políticas públicas, os quais, ao serem desenvolvidos, acabam por atender não apenas a população que necessita de moradia própria ou a um único objetivo traçado em discursos e narrativas impressos nos documentos que os regulamentam. Uma política pública, ao ser aplicada, possibilita que seus resultados acometam duplos conteúdos, uma vez que não se sustenta apenas por uma ideologia ou interesse.

Sendo assim, trouxemos uma síntese das contradições postas no espaço urbano mediante atuação do Estado para equilibrar a economia na sua escala local, regional e Nacional. Apresentando as condições pelas quais o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tem induzido não só a expansão e (re)estruturação do espaço intraurbano do Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças, mas as condições do processo de produzir o espaço em uma cidade média no estado de Mato Grosso.

Enfatizamos que o recorte analítico se fez com maior detalhamento para o bairro Nova Barra (cidade de Barra do Garças), por ser o que dispõe de maior número de unidades habitacionais na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), e por ter utilizado o maior investimento em obras de engenharia para traçados de vias urbanísticas, redimensionando fluxos e estrutura urbana da cidade com reflexos para as interações e conjecturas espaciais das cidades que compõem o (AP).

Desde a sua criação e diligência, o programa MCMV esteve organizado em etapas, ou fases de realização, sendo: 2009-2011, 2012-2015, 2016-2019. Muitos pesquisadores se debruçaram em estudá-lo em diversas cidades do país, principalmente em regiões metropolitanas, e vários foram os vieses analíticos. Porém, os temas referentes à condição de favelização, segregação “socioespacial”, valorização fundiária, homogeneidade das paisagens dos empreendimentos e suas tipologias etc. são os mais numerosos.

Para (Thery, 2017), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tem criado bairros com áreas territoriais extensas, configurando-se como os maiores empreendimentos urbanos dos últimos vinte anos. E esse padrão tem-se mantido nas cidades médias, em regiões onde o agronegócio é atividade econômica dominante, ocasionando a expansão da malha urbana e se tornando elemento de reestruturação territorial e espacial.

Os impactos estabelecidos no espaço urbano por intermédio de ações governamentais atribuídas à União, Estados e Municípios com políticas públicas habitacionais requerem estudos de escala local. Assim, possibilitam melhor apreensão das especificidades e particularidades que se estendem para a escala regional imediata e/ou intermediária, porque, por ser um Programa traçado no âmbito federal, as abordagens e os resultados são diferentes e dependentes das dinâmicas e políticas urbanas de cada município e/ou região (Carvalho e Medeiros, 2017).

O PMCMV se divide em dois subprogramas, sendo um voltado ao atendimento das famílias instaladas no espaço urbano (Programa Nacional de Habitação Urbana- PNHU) e outro, para famílias no espaço rural (Programa Nacional de Habitação Rural- PNHR). No PNHU, são oferecidos três padrões: faixa 1, faixa 2 e faixa 3. No contexto do arranjo populacional de Barra do Garças e para o recorte analítico do bairro Jardim Nova Barra do Garças, o atendimento à modalidade Faixa 1 abriu frente para os investimentos imobiliários, assegurados por construtoras e pessoas físicas na produção de habitações para financiamento nos padrões de Faixa 2 e 3, e, de modo mais impulsionado, na terceira fase do PMCMV, entre os anos 2015 e 2018.

Para o atendimento da modalidade Faixa 1, cujos municípios sãos os responsáveis pela escolha da terra para as construções habitacionais, dois setores são responsáveis pelas produções: (a)-FAR e (b) Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)-Entidades. Conforme Carvalho e Medeiros (2017), ambos atuam em municípios com população acima de cinquenta mil habitantes. Já para os municípios com população inferior, como Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO, a modalidade é a Oferta Pública de Recursos (OPR), e o financiamento habitacional no padrão faixa 2 e faixa 3. Essa OPR ocorre pelo financiamento de balcão (pessoa física) com aquisição do imóvel na planta, e financiamento de produção das Unidades Habitacionais (UH), no sistema pessoa jurídica (construtoras e incorporadoras).

As políticas públicas voltadas para o habitat, como já posto por estudiosos da área, são de fundamental importância para buscar pelo menos amenizar o problema da habitação social, e da exclusão social, promovida por uma urbanização ditada pelos moldes neoliberal e pela divisão social do trabalho (Nascimento, 2016).

O que temos visto, tanto no empírico quanto nas abordagens teóricas, são exclusões do direito de morar, de usufruir do habitat como uma garantia da reprodução da vida e da própria força de trabalho. Conforme Zandonadi (2022), são as contradições no fazer e nas transformações da dinâmica imobiliária, seja na cidade seja no campo, que estabelece o que optamos por denominar de “situações de desvantagens”. Isso porque, tratando-se de mercado imobiliário a qual as políticas habitacionais são incorporadas, as edificações dispõem de valor de uso e de valor de troca.

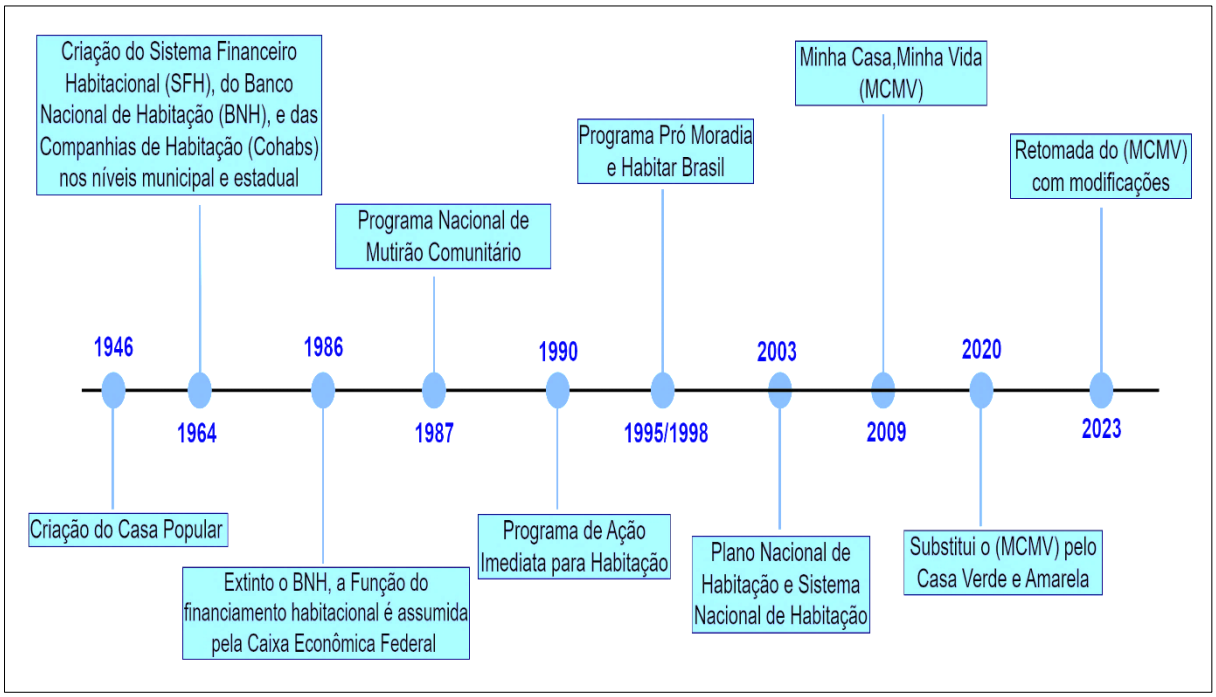
Na análise do autor anteriormente citado, o valor de uso é assim definido por “serem equipamentos de consumo coletivo, habitat de proteção contra intempéries e necessárias à reprodução da vida e força de trabalho. Como valor de troca: são produzidas e comercializadas para a circulação e produção do capital” (Zandonadi, 2022, p. 466). Assim, as contradições são postas pela forma como os diversos agentes, promovidas pelo Estado, passam a atuar nos espaços das cidades em específico, com a criação de demandas por habitações, as quais, de toda forma, são asseguradas por déficits resultantes de um processo de urbanização crescente.

Dentre todos os programas habitacionais criados e exercidos no contexto brasileiro (Figura 26), o MCMV foi o que conseguiu entregar maior número de unidades habitacionais subsidiadas ou não com financiamento disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, por meio dos fundos de poupança com o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com Maricato (2006, 2017), a pouca importância dada pelo poder executivo federal às questões urbanas que surgiam ao longo do século XX desencadearam os primeiros passos de movimentos sociais em prol da regulamentação dos assuntos urbanos. Embora tímidos, esses movimentos ocorreram ainda na ditadura militar, mas se fortaleceram posteriormente ao término desse governo.

“O início dos anos 40 marca o começo da ação sistemática do Estado no campo da produção e comercialização da habitação popular no Brasil” (Villaça, 1986, p. 24). Mas, de fato, uma política habitacional definida e um órgão responsável por tal implementação apenas se efetivará no ano de 1946 com a Fundação Casa Popular, no governo de Gaspar Dutra. Para o autor mencionado, o caráter populista das políticas habitacionais esbarrou em problemas de autofinanciamento pelo orçamento da união com limitações de assegurar uma política de retorno dos investimentos ao Estado e a garantia de lucros de produção pelas empresas do ramo imobiliário.

Com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a função social da propriedade e a função social da cidade foram instituídas como leis e como condições a serem asseguradas pelos governos em seus diferentes níveis de poder. Esse fator garantiu que o movimento se mantivesse firme na criação do projeto Moradia, desenvolvido entre o ano de 1999 e junho de 2000, apoiado principalmente pelo Instituto Cidadania e Fundação Djalma Guimarães.

Figura 26. Periodização da Criação dos programas habitacionais no Brasil



Fonte: Bendlin (2020)[92] **Organização:** Autora, 2023

Para Costa, Gomes e Adriano (2017) e Zandonadi (2022), a implantação do (PMCMV) tem origem nos movimentos sociais, os quais se tornaram sustentação para a criação do projeto moradia, que, por sua vez, estabelece parâmetros para a criação do ministério das cidades, no ano de 2003. Importante pontuar que todo o percurso de ações realizadas no sentido de garantir moradia e condições dignas de vida nas cidades tiveram seu tripé de amparo com a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da cidade, posteriormente com a criação do Ministério das cidades, e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNUD).

Entretanto, partimos da concepção de Villaça (1986), que uma política pública pode servir a mais de um objetivo, e assim sendo, tornam-se conflitantes, apresentam contradições e, muitas vezes, são escondidas ou omissas pelo Estado. Nesse contexto, empreendimentos habitacionais populares, a exemplo do PMCMV, são analisados como uma política pública que não só atende às questões de déficit

[92] Disponível em: https://imobireport.com.br/programas-habitacionais-anteriores-ao-mcmv-fizeram-muito-pouco-pra-resolver-o-deficit-habitacional/. Acesso em: 16 dez.2023.

habitacional, mas que também dão ao espaço urbano novas estruturas. Para Rodrigues (2015, p. 264), “a implantação do MCMV provoca metamorfose no território urbano, são recursos estatais e públicos colocados à disposição do setor empresarial para a produção de moradias”

Ações que são acentuadas nos discursos apresentados por Costa, Gomes e Adriano, (2017, p. 221), no qual “o PMCMV teria colocado os interesses dos setores ligado ao capital à frente da melhoria da qualidade de vida nas cidades”, trazendo impactos diretos no tempo de deslocamentos das pessoas no que diz respeito ao tempo de mobilidade casa-trabalho.

Essa situação é resultante, por um lado, das alterações no (re)arranjo dos traçados urbanísticos, que, por outro lado, interfere na centralidade e condiciona um movimento de expansão de comércios de atendimento básico (supermercados, farmácias, lojas de materiais de construção, gás e água, e de serviços como oficinas mecânicas, segurança, refrigeração etc.) para os novos conjuntos criados nas periferias do tecido urbano.

Tratamos aqui de uma vertente oposta àquela apresentada por Sposito (2007), com condomínios fechados de médio e alto poder aquisitivo. Percebemos que a relação da fragmentação espacial e da reestruturação são mantidas na situação analítica que apresentamos. O diferencial está na caracterização comercial, no poder aquisitivo das pessoas e na capacidade de reduzir o tempo de deslocamento cotidiano. Ainda assim, concluímos haver a projeção de multicentralidade se desenvolvendo no tempo e espaço.

Entendemos ser importante reforçar que a centralidade exercida e desempenhada pela cidade de Barra do Garças fez com que seus limites urbanos se expandissem mais rápido do que os espaços urbanos das duas cidades que compõem seu Arranjo Populacional. Mesmo dispondo de uma barreira natural a Leste (Parque Estadual da Serra Azul) que, por vezes, dificultou e alterou os direcionamentos do crescimento da área territorial da cidade, bem como pelo seu relevo acidentado que dita condições de instalações e das próprias práticas espaciais (Maciel, 2022), no sítio urbano, e, em algumas situações, onerando os custos em obras de engenharia e implantação de infraestruturas.

Por ser a cidade com maior quantitativo populacional do Arranjo Populacional, a especulação imobiliária também se faz com maior intensidade nesse espaço urbano em detrimento de suas vizinhas. No entanto, essas condições de estruturação dos espaços urbanos pela indústria da construção civil ocasionam não somente uma expansão territorial, mas também geram maior articulação urbana entre as cidades que compõem sua região de influência, haja vista que, a essa dinâmica concentrada nas cidades médias ou de função regional ocorre “intensificação dos fluxos populacionais, atuação de capitais **na aquisição de imóvel (popular ou alto padrão)**, e também a reprodução dessas lógicas imobiliárias nas cidades pequenas do entorno das cidades médias” (Zandonadi, 2022, p.467 grifos nosso).

5.3.1 O sistema de crédito habitacional

No ano de 2004, mudanças legais asseguraram a construção de unidades habitacionais por incorporadoras, construtoras e investidores, o que condicionou um *boom* imobiliário pelo aumento na produção de casas e de apartamentos financiados no país. Tal afirmação se reforça em Maricato (2006), quando ela afirma que

> A necessidade de ampliação do mercado privado de habitação inspirou um projeto de lei proposto pelo governo federal e aprovado no Congresso Nacional de modo a dar segurança jurídica aos investidores na produção de imóveis: a Lei no 10.391/2004, que visa dar segurança a promotores, financiadores e compradores (Maricato, 2006, p. 217).

Assim, tem-se observado no AP de Barra do Garças, embora não seja uma especificidade desta cidade, mas de cidades médias ou mesmo pequenas, uma efetivação da moradia via PMCMV por intermédio do financiamento na planta ou da casa pronta. Esse financiamento ocorre não somente por uma empresa (imobiliária), mas também por pessoas físicas que constroem as casas e depois “passam” o imóvel por avaliação de um engenheiro indicado pela Caixa Econômica ou Banco do Brasil, e, posteriormente, emite-se parecer do preço da casa à instituição financiadora. O comprador, geralmente famílias com renda acima de três salários-mínimos, assina o contrato no banco ou numa representante.

Muitas casas, construídas atualmente nas três cidades, têm um valor de

venda no mercado acima do teto máximo oferecido pelo PMCMV, conforme a Faixa de renda (situação que acomete as Faixas 2 e 3 respectivamente). Lembramos que o atendimento do PMCMV tem um teto de até dez salários-mínimos. Nesse caso, a pessoa física (construtora) recebe parte do pagamento do comprador e o restante (valor de avaliação da instituição financeira) entra como valor a ser financiado pelo Programa até seu limite máximo. O quantitativo desses imóveis financiados foi solicitado à prefeitura, que justificou não ter os dados exclusivos para financiamentos MCMV, estando apenas tipificados como imóveis financiados.

Constatamos, ao analisar tempo de lançamento de projetos e entrega dos imóveis, que as maiores empresas imobiliárias ou incorporadoras estão voltadas para a venda de terrenos ou para a produção de imóveis em condomínios verticais, por disporem de maior valor agregado, como exemplo, temos o condomínio popular Vale da Serra. Recentemente, começaram a investir em Barra do Garças, nos condomínios de alto padrão, Liz Tower Residence (em finalização), e Connect Tower a ser construído nas proximidades do primeiro. Compondo esse "nicho" de mercado imobiliário, estão os condomínios horizontais de alto padrão, como Parque da Serra, na saída para Araguaiana (MT-100), Village Veredas, e Parque das Flores (ainda em fase de implantação, com vendas de terrenos), localizados próximos ao Clube das Águas Quentes. Tais práticas dos atores imobiliários na seleção do setor residencial, vai de encontro com as afirmações de Ramos (2015), quando afirma que

> Os promotores imobiliários não veem lucro, e não se interessam pela construção de casas para a população pobre, por isso quando a construção de casas de alto padrão fica saturada estes empresários procuram o Estado para financiar a construção de casas para a população pobre. O Estado, então, financia a construção de moradias como meio de solucionar o problema de moradias para estas pessoas sem poder de compra. O que agrada as construtoras. O Estado passa a arcar com as possíveis inadimplências (Ramos, 2015, p. 30).

Trata-se de uma dinâmica imobiliária em que o lucro é uma condição essencial. Com isso, a opção desses promotores imobiliários tem sido a venda de lotes (terrenos) em áreas mais periféricas, tanto para população de baixa renda, quanto para população de média e alta renda (para esta última, dotada de infraestrutura). Isso ocorre, porque, na produção do espaço urbano, o "desenvolvimento do mundo da mercadoria invadiu completamente a vida cotidiana, impondo uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo de acumulação"

(Carlos, 2011, p. 121).

Retomando o contexto da construção de moradias populares, e com ênfase no MCMV, a produção de casas na planta por pessoas físicas (investidoras do mercado imobiliário) tem reestruturado a malha urbana e assegurado arquiteturas homogêneas. Os lotes são cada vez mais fragmentados, com medidas que variam de um bairro para outro. No bairro Nova Barra, os lotes chegam a medir 225 M² (com 7,5 m² de frente e 30² de comprimento). A mesma condição foi verificada em Pontal do Araguaia e Aragarças-GO, onde o tamanho mínimo do lote deve atender a 200m².

Inferimos que a ampliação do crédito e a impulsão imobiliárias também têm sido uma política econômica investida no PMCMV. Com isso, a financeirização de imóveis não se restringe a uma característica exclusiva das metrópoles ou de suas regiões metropolitanas, mas de todos os municípios beneficiados com a política pública habitacional. Como resultado, tem-se a "reprodução do espaço urbano como mercadoria a ser apropriada [...] corroborando com a ideia de que a habitação e o crédito habitacional foram utilizados no Brasil a serviço da acumulação do capital" (Souza e Ferreira Junior, 2020, p. 5).

Dos empreendimentos MCMV, apenas o Residencial Nova Barra do Garças e Residencial Margarida, os quais, juntos, apresentam quantitativo inferior a 400 unidades habitacionais, cuja construtora foi uma imobiliária regional (LL Construtora). O Residencial Carvalho I, II e III, após quase dez anos de obras paralisadas, retoma as atividades com a Construtora Servmix Tecnologia, Engenharia e Meio Ambiente LTDA, do Estado do Pará.

A (Tabela 17) e o (Gráfico 23), foram organizados com o intuito de facilitar a análise comparativa do quantitativo de habitações entregues nos municípios do (AP) de Barra do Garças na modalidade financiamento pelo FGTS. O recorte do ano de 2009 a 2020 corresponde ao período em que o programa habitacional teve efetiva ação política, sendo substituído pelo Casa Verde e Amarela entre os anos de 2021 e 2022.

Tabela 17. Unidades habitacionais financiadas pelo FGTS no Arranjo Populacional

	Barra do Garças-MT	***Pontal do Araguaia-MT***	***Aragarças-GO***
2009	117	7	2
2010	139	11	1
2011	92	7	20
2012	124	6	18
2013	227	5	18
2014	117	2	39
2015	162	2	38
2016	210	3	48
2017	303	2	30
2018	269	3	25
2019	229	4	28
2020	207	0	22

Fonte: Ministério das cidades[93] **Organização:** Autora, 2023

A retomada do MCMV ocorreu no ano de 2023, após Luiz Inácio Lula da Silva ser eleito presidente da república do Brasil pela terceira vez. Nesse ano, 79 (setenta e nove) famílias do município de Barra do Garças, e 4 (quatro), no município de Aragarças-GO, realizaram financiamento da casa própria através do Programa MCMV e Caixa Econômica Federal. Apenas o município de Pontal do Araguaia-MT não apresentou nenhum financiamento habitacional dentro do PMCMV para o respectivo ano.

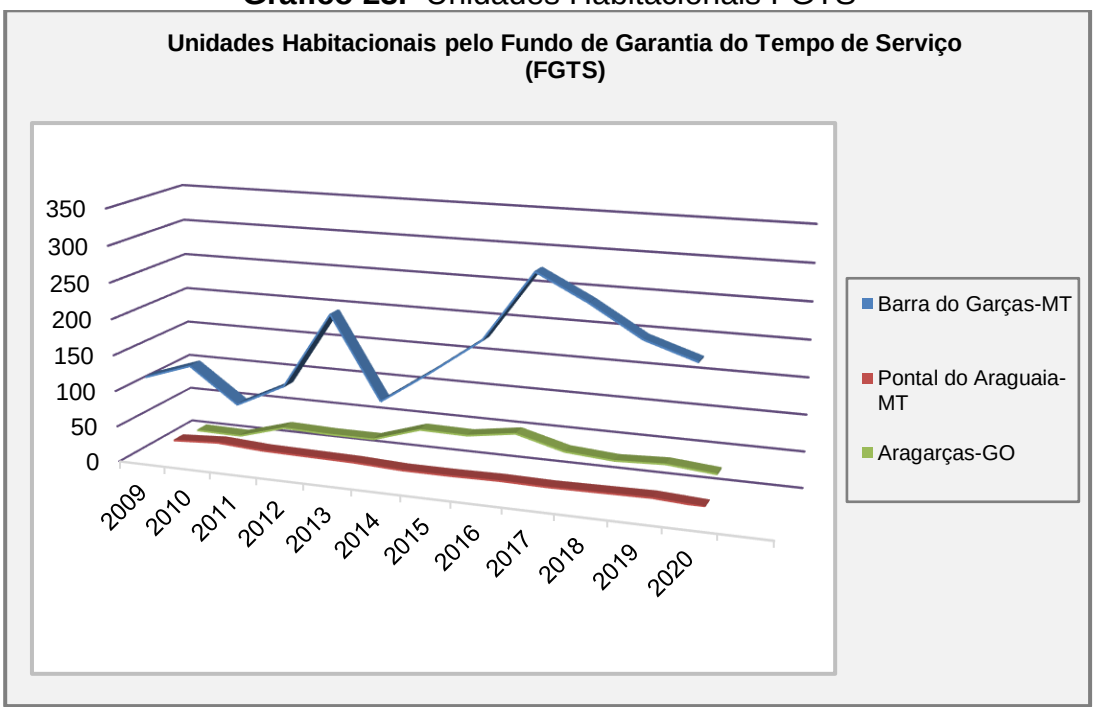
Percebemos que os períodos de maior aquisição de imóveis, ou seja, de consumo realizado por intermédio de financiamento bancário para a compra da casa própria no AP de Barra do Garças, corresponde aos anos de 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017, com oscilações nos demais anos. Os dados indicam que estes foram os períodos de maior dinamismo no mercado, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico voltados para a construção civil.

De acordo com Rodrigues (2015, p. 265), a geração de empregos, impulsionada pela política de habitação, deve ser analisada a partir do estímulo de empregos “tanto para ‘trás’ (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia etc.), como para ‘frente’ (eletrodoméstico, mobiliários), gerando, consequentemente, crescimento significativo na oferta de empregos”. Nessa geração de empregos o programa teve

[93] Dados do Minha Casa, Minha Vida (2023). Disponível em: https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/dados-do-minha-casa-minha-vida. Acesso em: jan. 2024.

como objetivo contornar a crise financeira internacional assentada nos países centrais (desenvolvidos).

Gráfico 23. Unidades Habitacionais FGTS



Fonte: Ministério das cidades **Organização:** Autora, 2023

Contudo, nesses períodos, também foram produzidas no AP de Barra do Garças Unidades Habitacionais (UH), no maior empreendimento residencial do Programa na região o Carvalho I, II e III. No ano de 2013, houve repasse financeiro para a construção de 1.436[94] UH nesse conjunto habitacional, que paralisou suas obras por questões com legislação ambiental. Em 2022, foram retomadas as atividades com mais investimentos financeiros do Estado com Orçamento Geral da União (OGU), e atualmente, encontra-se em pleno canteiro de obras.

No município de Barra do Garças, conforme dados extraídos do Ministério das Cidades, no ano de 2012, houve repasse para construção de 317 unidades (Residencial Nova Barra do Garças), equivalente ao valor de 414.899.000 (quatrocentos e quatorze milhões e oitocentos e noventa e nove mil reais). O empreendimento, no formato de conjunto habitacional hoje, compõe o espaço territorial do bairro Jardim Nova Barra, a Sudoeste. Já o Residencial Jardim Margarida

[94] Trata se do maior empreendimento MCMV do município, Residencial Carvalho I, II e III.

I e II ocupa duas quadras descontínuas ao Sul, no mesmo bairro, [sem dados de repasse financeiro na fonte utilizada].

Em Pontal do Araguaia, teve 40 UH, correspondente ao ano de 2013, com valor de investimento de 1.000.000 (Um milhão de reais). Não foram apresentados dados no mesmo arquivo para a cidade de Aragarças-GO. Importante ressaltarmos que, no final do ano de 2023, conforme relato de moradores do residencial Jardim Nova Barra do Garças, as prestações, que variavam conforme renda familiar, foram quitadas de forma automática pelo governo federal[95].

5.3.2 Jardim Nova Barra: configurações espaciais e desigualdades

Apesar de ser esta porção territorial da cidade (Figura 27), aquela que apresenta maior frente de expansão urbana e investimentos imobiliários voltados para o financiamento da casa própria pelo PMCMV, temos de ressaltar que está ocorrendo em Barra do Garças, e, em detrimento das duas cidades do seu arranjo populacional, crescimento da malha urbana voltada também para outras direções do tecido urbano.

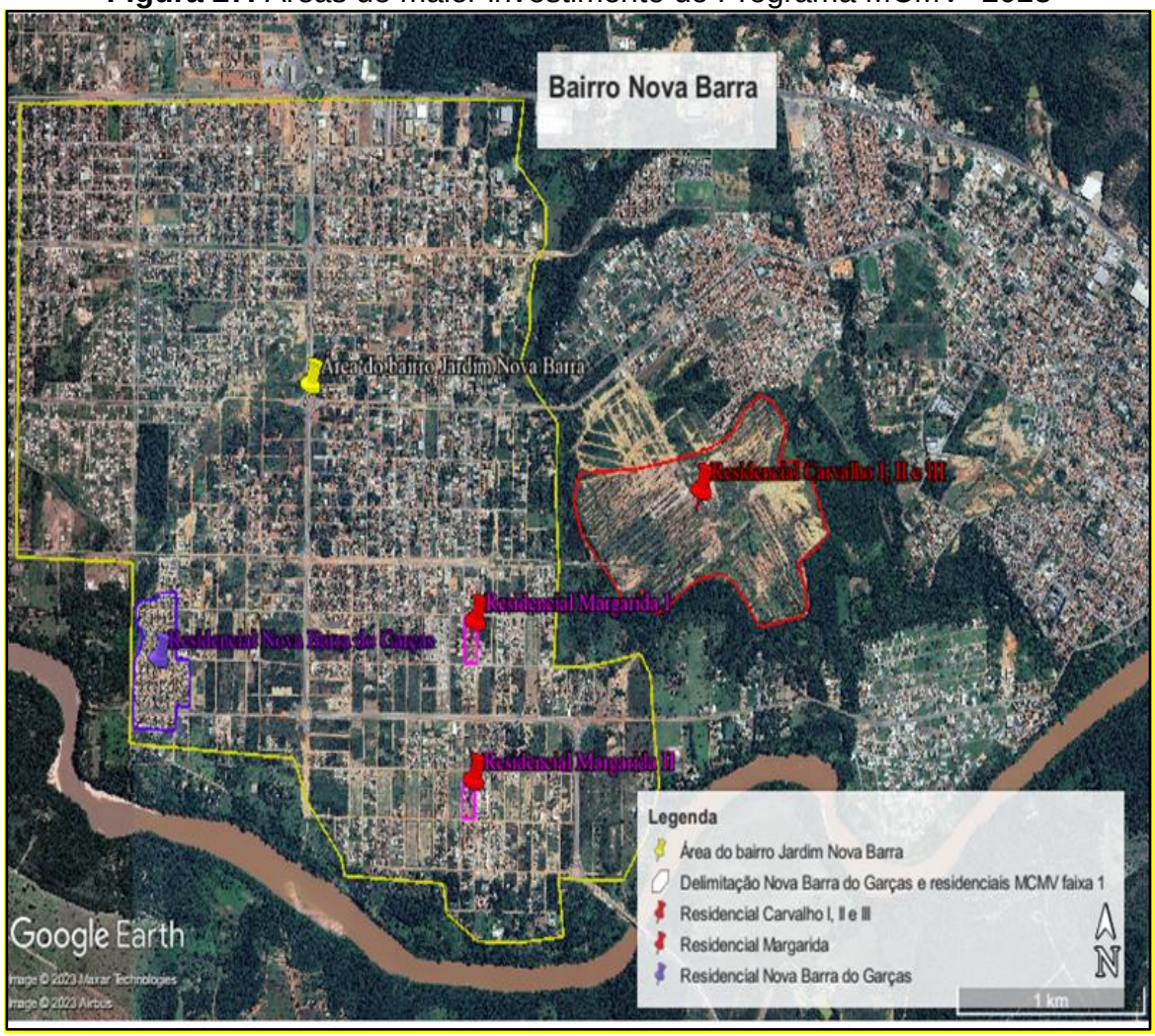
Está claro que o espraiamento intencional do perímetro urbano possibilitou que espaços vazios e/ou áreas de remanescentes pudessem ser deixados como futuros recursos de valorização imobiliária, para serem utilizados na reprodução do capital financeiro.

Identificamos que a reestruturação voltada para vias de circulação com duplicação de pista, e o traçado urbanístico, se projetou para a porção Oeste, Noroeste e Sudoeste do sítio urbano de Barra do Garças. São áreas do espaço urbano onde estão localizados os atuais bairros Jardim Nova Barra (Norte e Sul), Vila Maria Gomes, Residencial Jardins, Jardim Palmares, Vila Canaã, Jardim Ouro Fino, Jardim Toledo, Residencial São Conrado, Residencial Tamburi e Residencial Garças *Sollar Ville*. Importante deixar destacado que esses bairros, até o momento, não estão

[95] Atendendo à Portaria MCID nº 1.248, previstas nas Leis nº 11.977, de 2009, e 14.620, de 2023, garantindo isenção de pagamento aos beneficiários do Bolsa Família e Benefício Prestação Continuada, nas modalidades (FAR, FDS e Rural).

voltados para a classe média alta da sociedade barra-garcense, pelo contrário estão compostos pela maioria de trabalhadores de baixa e média renda familiar.

Figura 27. Áreas de maior investimento do Programa MCMV- 2023



Fonte: Google Earth pró, 2023 **Elaboração/organização:** autora, 2023

Os investimentos em duplicação de vias melhoraram a mobilidade urbana, e seguem parâmetros normativos estabelecidos no plano diretor (2007)[96] para "ampliação das redes de infra-estutura urbana", em projetos urbanísticos assegurado pelo estatuto da cidade (2001). Tais características, apreendidas pela paisagem das vias de circulação intraurbana, são analisadas por Carvalho e Medeiros (2017), a partir

[96] O art.40, parágrafo 3º do estatuto da cidade (2001) prevê que: "a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos". No entanto, o plano diretor da cidade de Barra do Garças que está vigorando até o presente é de 2007.

do contexto da relação social com o espaço, mediante as fragmentações existentes na estrutura urbana.

De acordo com Carvalho e Medeiros (2017, p. 398), ocorre na configuração da cidade e na “relação entre território e política habitacional, segregações e integração espacial (acessibilidade entre as partes)”. Estas duas situações são reveladas pelas conexões entre as vias, que interferem relativamente nos fluxos da rede urbana. Há segregação, por exemplo, se as interações com os demais centros ocorrerem mediadas por uma articulação frágil (não integrada) pelo baixo potencial de fluidez entre as vias, não assegurando articulações integradas com o entorno imediato.

Nossas análises, ao contrário do percurso metodológico dos autores citados, dão-se apenas pelo viés qualitativo, sustentado por interpretação dos elementos existentes na configuração do recorte de estudo. Partindo de variáveis elencadas para extração das medidas estatísticas, Carvalho e Medeiros (2017) descrevem: (1) Integração Global-Rn. Trata da acessibilidade topológica das vias de acesso dos empreendimentos em relação ao complexo urbano total (aspecto de segregação de fluxos interurbano). Condição reforçada no contexto do arranjo populacional com a finalização do anel viário (um dos trajetos de conectividade da sub-rede urbana), “cortando” parte significativa do bairro Nova Barra (onde estão os empreendimentos de modalidade FAR, e de Financiamentos — Faixa 1 e Faixa 2), hoje o maior da região, e pelas novas vias (duplicadas) de acesso do sistema intraurbano já mencionadas.

Consideramos que as vias de transporte coletivo intraurbano são bem definidas, com significativo número de vias de acesso ao terminal rodoviário (localizado no centro da cidade), como para a circulação particular. (2) Integração local-R3 (relação de fluxos do conjunto habitacional (PMCMV) e seu entorno imediato. Ao trazermos para a especificidade do AP de Barra do Garças, verificamos que ocorre descontinuidade pelas distâncias do núcleo central, que variam de uma cidade para outra de 3 km (Aragarças–GO), 3 km (Pontal do Araguaia–MT) e até 12 km ou mais, entre bairros de (Barra do Garças), principalmente se considerarmos as UH construídas pela modalidade FAR, apesar de existir vias de fluxos nessas áreas bem distribuídas. (3) Conectividade, essa variável expressa a quantidade de conexões de cada eixo (vias de acesso na localidade do conjunto habitacional). E para o objeto

observado, inferimos que há boa conexão, pois as vias são bem costuradas, espaçadas e com capacidade de fluxo mais rápido que em outros espaços (bairros) da cidade e do AP.

(4) Controle, variável que manifesta grau de dominância em relação às vias do entorno imediato. É um padrão que ainda não está bem definido, e os demais eixos conectados não apresentam conectividade inferior. O anel viário, principal via de fluxo na escala inter-regional, apresenta sazonalidade de fluxos, por vezes não se tornando mais conectada do que os principais eixos que a conectam. E, para a última variável selecionada (5) Controlabilidade, observa-se a dependência de uma via em relação às demais. Ocorre que as vias não duplicadas apresentam maior dificuldade na costura com a via principal, dependendo das vias duplicadas, que denominamos de vias secundárias de articulação interurbana no espaço do conjunto habitacional.

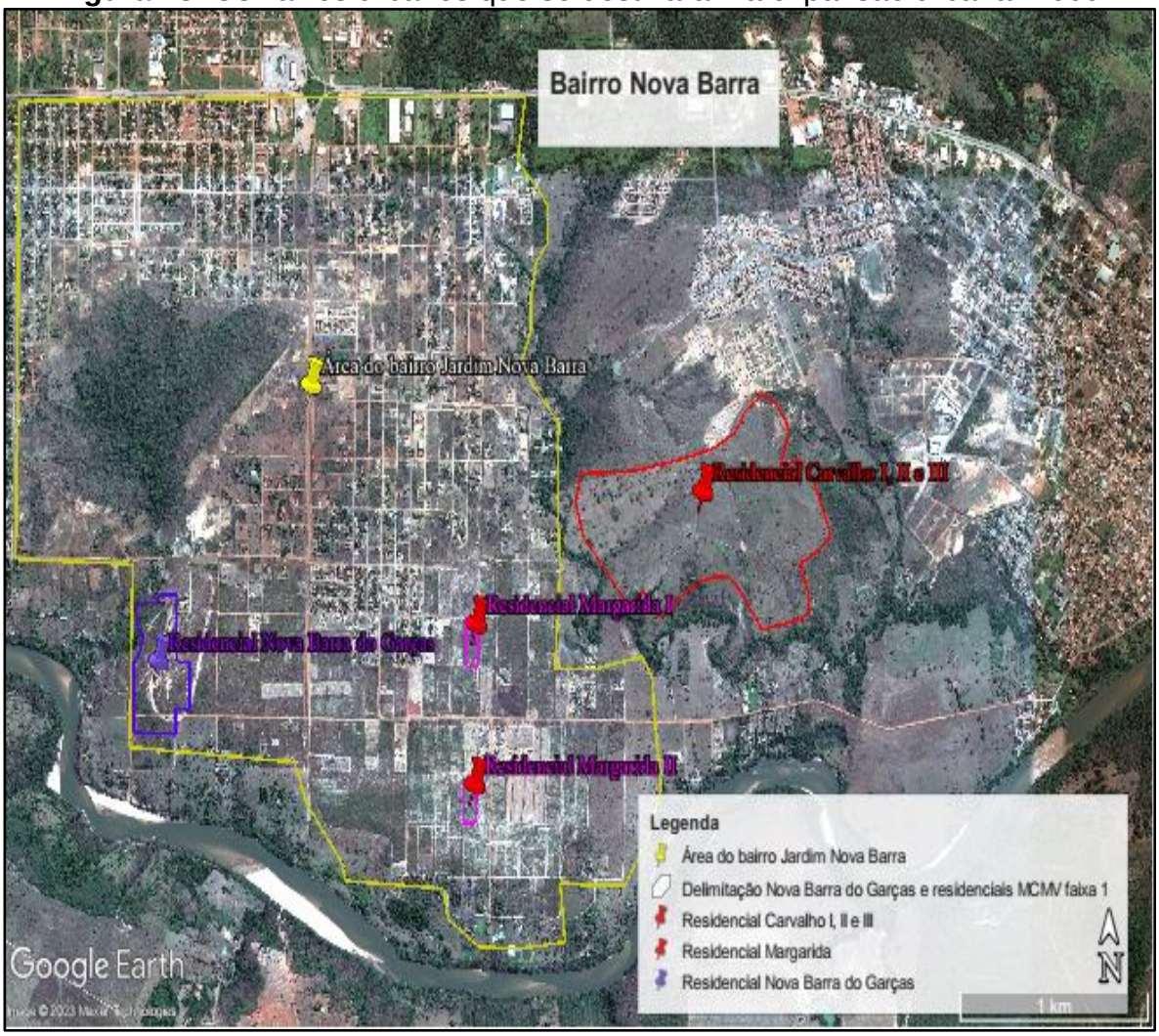
Constatamos que o sistema viário intraurbano é reajustado de modo a garantir não apenas maior rapidez nos fluxos, mas de estabelecer conexões com as redes de água, energia, esgoto, de drenagem pluvial etc., contribuindo para que a cidade se reestruture conforme às necessidades de seus agentes construtivos. As imagens retratam essa condição quando observamos a (Figura 28) e a comparamos com a Figura 26, ficando nítidas as vias de transporte que foram “abertas” de modo a interligar o bairro Jardim nova barra (dividido em Norte e Sul), aos demais bairros vizinhos e ao centro da cidade, na direção Leste.

Esse serviço de infraestrutura é, em sua maioria, ou totalmente, custeado pelo Estado nos seus níveis hierárquicos de governo. Geralmente são onerosos financeiramente (mesmo que a exigência de qualidade no uso de recursos técnicos nem sempre sejam atendidos no decorrer das obras), sobretudo quando há presença de morros, uma condição topográfica encontrada na morfologia urbana de Barra do Garças.

Antes da expansão da malha urbana impulsionado de forma significativa pelo bairro Jardim Nova Barra, havia apenas duas vias principais de transporte que conectavam essa parte da cidade e os bairros circunvizinhos existentes a Oeste (Vila Maria e São José, atual bairro Nova Barra Norte), ao centro da cidade. As vias eram: Av. Ministro João Alberto ou BR-070, e a Av. Ezequiel de Carvalho, que contorna a margem direita do rio Garças para Av. Brasília (nas imediações dos bairros Jardim

Sena Marques e Jardim São João), ligando ao setor central sul, centro comercial e setor Cidade Velha (sítio inicial do tecido urbano).

Figura 28. Os vazios urbanos que se destinaram à expansão urbana- 2009



Fonte: Google Earth pró, 2023 **Elaboração/organização:** autora,2023

Antes da expansão da malha urbana impulsionado de forma significativa pelo bairro Jardim Nova Barra, havia apenas duas vias principais de transporte que conectavam essa parte da cidade e os bairros circunvizinhos existentes a Oeste (Vila Maria e São José, atual bairro Nova Barra Norte), ao centro da cidade. As vias eram: Av. Ministro João Alberto ou BR-070, e a Av. Ezequiel de Carvalho, que contorna a margem direita do rio Garças para Av. Brasília (nas imediações dos bairros Jardim

Sena Marques e Jardim São João), ligando ao setor central sul, centro comercial e setor Cidade Velha (sítio inicial do tecido urbano).

As características que apresentamos desse espaço urbano também ocorrem pela padronização excessiva gerida pelo mercado imobiliário que mantém seus projetos de empreendimentos de moradia popular no mesmo padrão em todo país, raramente se leva em consideração as características geográficas regionais, o que garante uma centralização dos investimentos em obras geridas pelas “máquinas de mercadorização” da cidade.

Isso porque, ao prover as políticas de moradia, o Estado não consegue se eximir de reforçar as desigualdades já postas pelo sistema capitalista. Fatores como localização e valor da terra são elementos que induzem, a princípio, a desigualdade ao acesso e tempo de circulação cotidiana. De acordo com Calixto *et al*. (2022), os baixos salários e o difícil acesso à terra (pela sua valorização fundiária) são estruturas do capitalismo que reforçam as desigualdades espaciais na cidade. Assim, pessoas despossuídas de renda suficiente para acesso ao consumo coletivo de bens e infraestrutura são dispersadas para áreas ausentes ou pouco servidas de serviços urbanos de qualidade.

Ao observarmos a tipologia, homogeneidade arquitetônica e relevo (Figura 29), sob o qual está assentado o conjunto habitacional (1) Residencial Carvalho I, II e III, os (2) residenciais Nova Barra do Garças, (3) Margarida I e II, e (4) projetos da Faixa 2, no bairro Nova Barra, é possível perceber uma caracterização da renda dos seus respectivos moradores, sem precisar comparar com os condomínios de alto padrão (verticais ou horizontais), mesmo diante dos empreendimentos apresentarem tipologias únicas, existentes nas classificações tipológicas de habitações atendidas pelo Programa MCMV.

Destacamos que nenhum dos três municípios do (AP) tem construção do tipo unidades em bloco, torres, ou no formato de condomínio (Rolnik *et al.*, 2015), as unidades são quantitativamente descontinuas nos espaços urbanos. Ainda assim, o predomínio de uma paisagem monótona advindos dos empreendimentos Faixa 1 e 2 demora a se dissipar. Contudo, o formato de casas em construções horizontais permite que, ao longo do tempo, e, a depender da ascensão econômica dos

moradores, diferenciações no projeto original da planta possam ocorrer, ainda que as características (rugosidades) do bairro permaneçam, haja vista que

> cada grupo de pessoas terá seu lugar específico no espaço urbano, obedecendo a uma lógica capitalista de distinção pelo poder de compra e inserção no mercado de trabalho. À sua maneira o mercado, dentro do processo geral de produção, consegue engendrar a desigualdade social concretizada no espaço em forma de segregação (Ramos, 2015, p. 46).

Tais desigualdades são postas em modelos estruturais: (a) pela própria estrutura da organização do habitat e seu entorno; (b) tempo de acesso a determinados componentes físico institucional na cidade (agências bancárias, Hospitais, Correios, e a grande maioria dos órgãos estaduais e federais que tendem a se localizarem em espaços mais centralizados); (c) condições de deslocamento associado a cada tipo de transporte utilizado (particular ou coletivo); (d) acesso de qualidade a meios de comunicação (telefone e sinal de internet de qualidade); (e) condições de renda, que conduz as melhorias no imóvel (ampliação, fechamento do lote, calçamento etc.).

A (Imagem 1) mostra o Conjunto Residencial Carvalho em canteiro de obras, as famílias amplamente beneficiadas (1.436 famílias no total) não terão de pagar prestações pela aquisição da casa própria, pois compõem o grupo que atende aos critérios de beneficiamento do governo para a modalidade (FAR). Em outras palavras, são famílias beneficiárias do Bolsa Família e de Prestação Continuada.

No Conjunto Residencial Nova Barra do Garças (Imagem 2), as famílias pagaram, até novembro do ano de 2023, parcelas entre 35 e 75 reais mensais. Já na (Imagem 3), correspondente ao Residencial Margarida I, a aquisição da casa ocorreu via financiamento pelo FGTS com parcelas que variavam de 250 a 750 reais conforme renda bruta familiar. E a Imagem 4 revela alguns padrões de casa Faixa 2, de financiamento pelo FGTS com parcelas entre 550 e 1.000 reais mensais, distribuídas no bairro e reforçando o adensamento territorial e à valorização imobiliária existente.

Tal situação de valorização imobiliária pode ser verificada a partir dos preços dos terrenos, que, nos anos 2010, estavam com valor de venda equivalente a 15,00 reais o metro quadrado; hoje, em áreas próximas ao anel viário, estão sendo ofertados por 177,00 reais. Há, portanto, uma dinâmica de “expansão territorial caracterizada pela dispersão do tecido urbano” (Calixto e*t al.,* 2022, p. 14).

Figura 29. Moradias do Programa de Habitação Social MCMV



Fonte: Autora (2023)

Os aspectos de configuração socioespacial de bairros construídos para atender às demandas de moradias sociais devem ser observados a partir da composição de agentes envolvidos no processo de formação da cidade (com forte influência do poder público). Pelo qual, o processo de reestruturação ocorre conforme suas lógicas neoliberais, condicionando “espraiamentos” com a diluição das

edificações, e criando áreas de menor intensidade de fluxos na cidade. A concepção de “estrutura de provisão de habitação” parte de um olhar crítico e analítico de Maricato (2009, p. 34), referente às condições pelas quais são realizadas as políticas públicas de habitação, em canteiros de obras onde se dá a produção, e posterior distribuição da habitação.

Segundo a autora, as atividades determinantes dos canteiros de obras são critérios históricos a serem considerados ao se estudar a construção de habitações, pois a eles está posto a divisão social do trabalho, como as diversas tipologias derivadas dos diferentes arranjos de financiamento, de construção e comercialização etc. Outro ponto de observação que a autora coloca está na necessidade de analisar o Estado como um “agente ativo de segregação territorial, estruturação e consolidação do mercado imobiliário privado” (Maricato, 2009, p. 35).

Tais critérios de análise nos possibilita, por exemplo, entender as desconformidades não só na forma de provisões habitacionais, mas na quantidade construída entre cidades a depender da sua quantidade populacional, como já visto no Arranjo Populacional de Barra do Garças. A construção, como um produto, não deve ser ignorada, pois, se assim for feito, não serão consideradas as relações permanentes entre capital (fixo e variável) e o próprio processo de trabalho. E, esse último tem sido um fator também de atraso na entrega das produções habitacionais, pela falta de mão-de-obra com qualificação para atender aos requisitos das construtoras em muitos municípios.

Em Barra do Garças, para o andamento do residencial Carvalho, o prefeito atual teve de anunciar a oferta de empregos, dos quais o próprio município junto à construtora estava responsável pela pré-qualificação do pessoal contratado (situação que cabe ser estudada). Referimo-nos, sobretudo, a um processo de urbanização no qual as desigualdades estão presentes de diferentes maneiras. Aqui abordamos ligeiramente a questão da moradia por se tornar um dos componentes-chave de estruturação e reestruturação dos espaços urbanos contemporâneos, principalmente em regiões cuja base econômica é sustentada pelo agronegócio. O AP de Barra do Garças é estudado a partir do viés metodológico da: cidade do mercado imobiliário, da cidade informal e espontânea, e da cidade da política pública (Pequeno e Elias, 2015).

Para os autores, a estrutura do tecido urbano, conduzida nesses arranjos, ocorre de forma desigual, e, portanto, tornam-se territórios da exclusão social em vários aspectos. Neste estudo, atentamo-nos, também, aos aspectos de localização periférica e relevo (com exclusividade para o residencial carvalho), acesso à terra urbana, e de material investido na construção da casa e traço arquitetônico. No entanto, se associarmos esse modelo habitacional periférico com os de condomínios fechados, onde vivem os mais ricos, o grau de desigualdade é ainda maior.

Sobretudo, quando nos debruçamos a entender as implicações do PMCMV no arranjo populacional (AP) de Barra do Garças, em especial análise para a expansão urbana da maior malha urbana, temos consciência de que a produção da cidade capitalista é reforçada pela variável socioespacial (Nascimento, 2017). Quando visamos apreender o processo das novas estruturas urbanas, a desigualdade no acesso a espaços privilegiados, quanto a uso de bens e serviços coletivo, e de integração social, econômica e de lazer, está explícita.

Isso ocorre não só em relação ao acesso a eles, mas na inserção de melhorias desses espaços da cidade pelos agentes do poder público. Contudo, a segregação socioespacial é um primeiro fator de desigualdade que identificamos com os projetos do PMCMV, pois, ao bônus de aquisição da casa, projeta-se uma divisão social do espaço. Para os conjuntos habitacionais Faixa 1, essa divisão é maior, devido, quase sempre, localizarem-se em sentido oposto ao dos bairros de classe média e, principalmente, dos condomínios fechados. Para o autor anteriormente citado, o principal condicionante dessa separação espacial é a desigualdade socioeconômica.

5.3.3 O fator demográfico e a relação com a demanda habitacional

A quantidade populacional tem sido um indicador essencial para as definições de demandas habitacionais. Embora pareça uma questão lógica, no Brasil, a união população e habitação só ocorre de forma principiante a partir da década de 1970 (Oliveira e Givisiez, 2018). Tomamos o aspecto demográfico e a demanda habitacional como variáveis que possibilitam a compreensão da dinâmica exercida no âmbito local e regional pelo PMCMV. Como fator de crescimento populacional nos

espaços urbanos, tivemos o processo de urbanização. Movimento seguido em todas as cidades que passaram por rápidas alterações nas suas bases econômicas nas décadas de 1970 e 1980, seja pela industrialização seja pela agricultura moderna. As diferenças se fizeram no grau de intensidade e da temporalidade dos lugares, com menor ou maior disposição técnica sobre os territórios. As relações de trabalho e de produção no campo passaram por rápidas mudanças, o que desencadeou sobra de mão de obra e, consequentemente, intensa migração do campo para a cidade (Calixto *et al.,* 2022; Nascimento, 2017).

A esse aspecto, consideram-se, também, as variáveis (1) migrações interurbanas e entre unidades federativas, (2) as taxas de fecundidade, e (3) a elevação na média de expectativa de vida. Desse modo, o crescimento populacional e a urbanização têm grande impulsão a partir da década de 1980. E o processo de expansão territorial urbano se intensifica na virada dos anos 1990 (Calixto *et al*., 2022). A densidade demográfica passa a ser também um indicador importante para as metrópoles e cidades médias, que se projetam seguindo os mesmos padrões e problemas urbanísticos metropolitanos, apenas em intensidade menor.

A necessidade do morar, e morar com condições adequadas, são um determinante da demanda residencial, seja para empreendimento populares seja para um público de médio e alto poder aquisitivo. Compondo um dos principais fatores de estudo, o quadro evolutivo do número de populações no Arranjo Populacional (já representado anteriormente), e principalmente relativo aos dados do último censo realizado pelo IBGE (2022), contribui para dois pontos de análise: o primeiro se refere ao percentual de acréscimo populacional nos três municípios do AP de Barra do Garças, e o segundo ao verificar o tipo de demanda residencial para cada um desses municípios.

Inferimos que a redistribuição de população no (AP) de Barra do Garças é uma variável de relevância identificada tanto no questionário aplicado com a pesquisa quanto nas observações e entrevistas espontâneas realizadas *in loco*. Durante as conversas, alguns dos moradores relataram ter residido antes em bairros como: Santo Antônio, Jardim Piracema e no centro de Barra do Garças. Alguns pagavam aluguel e outros moravam em casas de parentes, ou junto de familiares. Outros relataram que as casas tinham estruturas antigas, ou correspondiam a cômodos em fundo de lotes, ou em fundo de comércios (barracões), muitas vezes insalubres.

Notamos que os períodos de maior crescimento populacional urbano dos municípios corresponderam às décadas de 1990, com aumento maior do que o dobro comparado na década anterior, para os municípios de Barra do Garças e Aragarças-GO. A virada do século XX para XXI também apresenta significativo crescimento populacional, dessa vez nos três municípios.

Ocorreu um crescimento populacional também no espaço rural nesses municípios no ano de 2010. Nossa hipótese é a de que esse fenômeno está relacionado a um período em que, certamente, houve distribuição de terras em assentamentos de reforma agrária. Assim, um número maior de famílias passou a residir no meio rural, já que os municípios também passaram a investir recursos com transporte escolar.

No censo de 2022, novamente se evidencia considerável crescimento populacional, principalmente, para o município de Barra do Garças. Os dados urbano e rural ainda não estão disponíveis nesse censo, mas se colocarmos uma tendência percentual igual ao da década anterior para o espaço urbano, teríamos um aumento de aproximadamente 6,7%, o que chegaria a um total de 64.572 (sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e duas) pessoas na cidade de Barra do Garças. De 3,7% em Aragarças, com total aproximado de 17.709 (dezessete mil setecentos e nove) pessoas residindo no espaço urbano, e Pontal do Araguaia com 17.5%, num total aproximado e 5.719 (cinco mil setecentos e dezenove) de população urbana.

Depreendemos que o percentual demográfico expõe taxas de crescimento da população nos três municípios. Isso assegura a existência de demandas por moradias tanto de habitação social (pouco atendidas desde os anos 2000 até o momento), no que se refere à produção de conjuntos habitacionais, quanto para aquela que melhor ajusta a cidade como produto, “transformando-se em cidades-negócio” (Maia e Lucena, 2015). A finalidade da produção de moradias tem sido atender a uma economia de mercado que se mostrou muito dinâmica nos últimos dez anos na região. Os investimentos imobiliários se tornaram uma realidade pujante, principalmente entre os centros de maior produção no PIB agropecuário da Mesorregião Nordeste do Estado, a saber: Barra do Garças, Água Boa, Querência e Confresa.

5.3.3.1 Déficit habitacional ou impulsão de mercado imobiliário?

Podemos evidenciar as duas coisas, uma vez que o problema da habitação se reforça junto ao processo de urbanização. E, portanto, habitar se torna um problema pelo fato de a terra ser um recurso privado. Conforme Villaça (1986), devido a terra apresentar condições de divisões, ou seja, ser divisível e apropriada em parcelas fixas a partir das fragmentações delimitadas por medidas estabelecidas em metros, hectares ou alqueires, a depender da unidade de medida adotada, ela (a terra) se tornou uma mercadoria com o capitalismo.

Assim, na cidade, a terra passa a ter um valor de uso diferenciado, e seu acesso dificultado para aqueles que não dispõem de dinheiro ou de crédito financeiro para pagar pelo seu preço; a casa, sendo uma mercadoria especial, necessita de uma porção de terra para ser construída. Dessa maneira, dificultar o acesso às mercadorias que o capitalismo pode produzir é, segundo Villaça (1986), um mecanismo fixador de preços cuja origem está na escassez dos produtos, por ser pela escassez que o capitalismo mantém a concorrência, afinal, sem ela, não haveria sobrevivência desse sistema econômico.

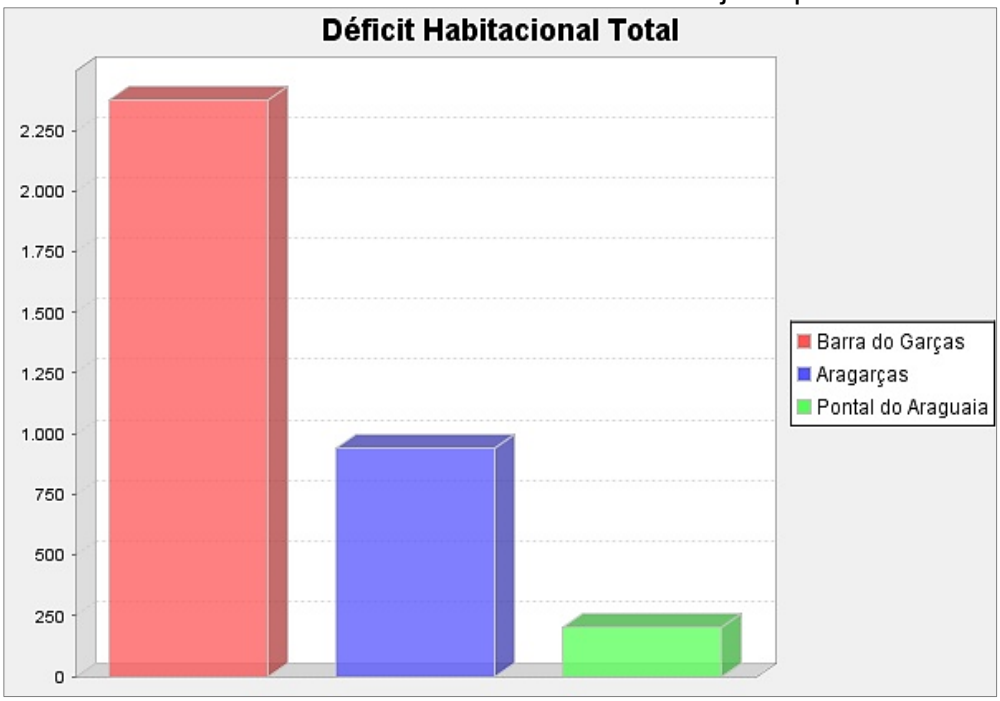
Para Krause *et al.* (2013), se a análise partir pela provisão habitacional para faixa de renda familiar entre três e dez salários-mínimos, teríamos em maior proporção uma demanda de mercado como guia da produção habitacional no Brasil, haja vista que o número de UHs contratadas para essa faixa de renda já teria sido superado. Logo, a questão do déficit habitacional não se torna o único foco do Estado e dos agentes do poder público com a implantação de políticas habitacionais. Nesse sentido, organizamos o Gráfico 24, com o déficit habitacional total do Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças com o intuito de demostrar tais implicações colocadas para reflexão.

Importante destacarmos que os dados disponíveis pelo IBGE e Fundação João Pinheiro correspondem ao ano de 2010. É um cenário estatístico com defasagem, mas que pode ser analisado (principalmente para o caso de Barra do Garças) pelo contexto dos empreendimentos entregues na modalidade Faixa 1, e que ainda se encontram em obras, conforme já mencionado anteriormente no texto. Outra forma de aproximar a realidade do déficit habitacional para esses municípios é pelo

indicador proporcional de crescimento populacional, comparado com o total da população urbana referente ao censo demográfico de 2010.

Observamos que Barra do Garças apresentava um déficit habitacional de 2.376 (duas mil trezentos e setenta e seis) famílias. Esse resultado corresponde ao total de famílias no espaço urbano e rural que viviam em situações de moradia correspondente aos critérios e componentes adotados para fins de cálculo, sendo: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. A condição de déficit é seguida pelo município de Aragarças com 938 (novecentos e trinta e oito), e Pontal do Araguaia, com 200 (duzentos) famílias.

Gráfico 24. Déficit Habitacional Total no Arranjo Populacional



Fonte: Aplicativo Fundação João Pinheiro, base de dados IBGE, 2010[97]
Organização/Elaboração: autora, 2023

Se considerássemos o mesmo percentual para o quantitativo populacional obtido pelo IBGE (2022), último censo, teríamos, hoje, aproximadamente, um déficit de moradias estimado em: 2.907 Barra do Garças, 975 Aragarças e 275 em Pontal do

[97] Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/deficit_habitacional_Setup.Zip

Araguaia. Quando associamos esses dados com os de produção de casas entregues, anteriormente apresentado, podemos inferir que o déficit habitacional no (AP) ainda é significativo, uma vez que em nenhum dos municípios ocorreu a produção habitacional de interesse social para famílias com renda inferior a 1.600 reais, cujo percentual tivesse atingido pelo menos a metade do total discriminado acima. Encontramos um percentual de 13.3% para Barra do Garças, 5% Aragarças e 20% Pontal do Araguaia. A esse percentual, deve-se levar em consideração o quantitativo populacional de cada cidade e, especialmente, o déficit habitacional total.

Entretanto, ao analisarmos o quantitativo de casas produzidas utilizando o FGTS, com subsídio parcial (famílias com renda de até três salários-mínimos), ou sem nenhum subsídio (para rendas acima de três salários-mínimos) de abatimento no valor do imóvel financiado, a realidade é diferente. Tem-se um total de 2.191 casas financiadas em Barra do Garças, 289 em Aragarças e 52 em Pontal do Araguaia.

Esses dados estão descritos na Tabela 17 (anteriormente apresentada), organizada conforme informações extraídas do Ministério das cidades. Nessas condições, tem-se a demanda por habitação, que é diferente de déficit. Na demanda habitacional, existe o interesse e vontade particular das famílias em adquirir o imóvel, se houver condições de compra por meio do financiamento, nem sempre sendo uma necessidade social. A Caixa Econômica Federal (CEF) classifica a demanda habitacional em duas categorias: (1) Demanda Habitacional Demográfica-DHDE, (2) Demanda Habitacional Domiciliar-DHDO (KRAUSE *et al.* 2013). Na primeira, entendemos que ocorre uma impulsão realizada pelo mercado imobiliário e instituição financeira, já que, evidentemente, pela dinâmica demográfica e social, haverá formação de novos arranjos familiares ou não familiar.

Segundo KRAUSE *et al.* (2013), aspectos técnicos como o valor dos empreendimentos do MCMV/FGTS devem ser levados em conta, pois viabiliza a produção de áreas mais valorizadas. Esse contexto está muito evidente na paisagem urbana de Barra do Garças, inclusive no bairro Nova Barra, o maior da cidade e região por aspectos já comentados no texto, as conjecturas são de quantitativo populacional superior a 30 mil pessoas. Atualmente, tornou-se o mais procurado por migrantes de outros estados, municípios e ou mesmo de trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Ao sistematizarmos os resultados do questionário aplicado a 100 (cem) moradores, identificamos que as famílias beneficiadas pelo MCMV/FAR Faixa 1 já eram moradoras do município e estão residindo no bairro há mais de cinco anos. Das pessoas que disseram ter financiado suas casas pelo MCMV/FGTS, ou não obtiveram as moradias por linha de financiamento, 48% disseram residir a menos de cinco anos, 17% entre 10 e 15 anos, e 35% entre 15 e mais de 20 anos.

O uso do questionário teve como um dos principais objetivos metodológicos, verificar moradores que residiam na cidade de Aragarças. A fim de comprovar a hipótese de que o não crescimento populacional dessa cidade, conforme censo IBGE (2022), estivesse correlacionado com a migração de pessoas para a cidade vizinha (Barra do Garças), uma vez que, até a substituição do Programa MCMV pelo Casa Verde e Amarela, o limite de financiamento da casa era maior neste último município, correspondente ao valor de 125 mil (mínimo), e, em Aragarças, o valor equivalia ao limite máximo de 90 mil reais. Outro fator está relacionado à valorização do imóvel, já que Barra do Garças, influenciada por sua centralidade regional, condiciona especulações imobiliárias. O preço do aluguel também é superior ao das cidades vizinhas, atraindo compradores de imóveis para investimento.

Todavia, a amostra dos questionários traz um percentual de 8% de pessoas que moravam em Aragarças, indicando que o déficit no crescimento populacional desta cidade pode também estar relacionado a migrações para Barra do Garças. Contudo, 43% das pessoas disseram ter vindo de municípios localizados na Mesorregião Nordeste, e 18% da Mesorregião Sudeste do Estado de Mato Grosso. Outros 21% vieram de municípios do Estado de goiás, e 10% da região Sul do Brasil.

Esses percentuais contribuem para o entendimento da dinâmica migratória na região, apesar de não revelar a totalidade do processo no contexto do AP de Barra do Garças. Entretanto, os apontamentos feitos até aqui trazem evidências de que o PMCMV “tem forte orientação nas estratégias de desenvolvimento ou crescimento econômico” (Krause *et al.*, 2013, p. 47) de um município e região.

5.4 GEOPOLÍTICA DE ESCOAMENTO E AS TENDÊNCIAS NO SUBSISTEMA URBANO

A política de circulação e escoamento, por meio da integração dos modais de transportes no Brasil, arrasta-se desde as quatro últimas décadas do século XX, com significativa atuação do Grupo Executivo de integração da política de Transportes (GEIPOT), criado através no Decreto No. 57.003 em 1965, passando a assessorar o Ministério dos transportes em 1973 com programas de corredores de exportação (Filho, 2016). O Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), aprovado em 2006, teve como objetivo a retomada das atividades de estudos e planejamento da organização multimodal dos sistemas de transportes, no qual se estabeleceu um recorte temporal de ações com horizonte de 15 anos, com início em 2008 e término em 2023, com planos de ação em três etapas. A primeira de 2008 - 2011 teve integração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2007) do governo federal (Brasil, 2007).

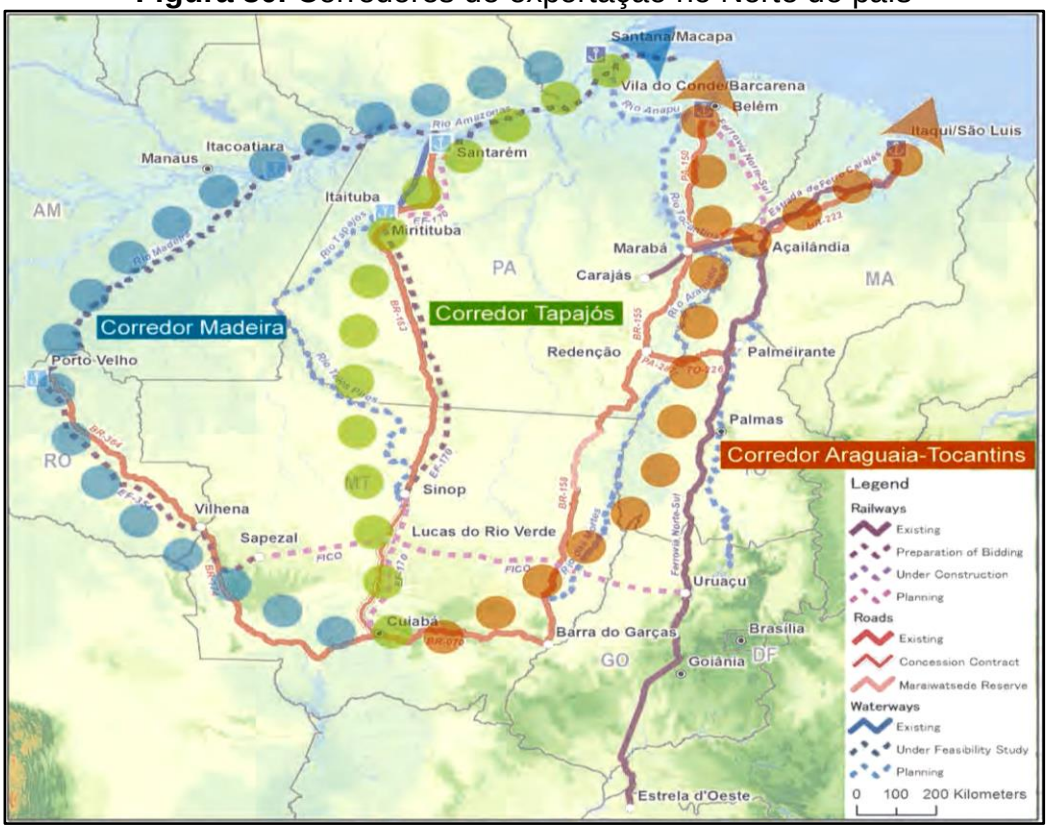
Com os investimentos estatais e privados, aplicados na infraestrutura das rodovias da região Norte, relativamente ao que abrangeu toda a porção territorial acima do paralelo 16ºS, fez com que o estado de Mato Grosso apresentasse nova composição da circulação, e organização dos corredores para escoamento de minerais e grãos, respectivamente. O corredor Tocantins-Araguaia (Figura 30), se utiliza predominantemente de rodovias pela BR-158, PA-222 e PA-475 até Barcarena, onde se localiza o Porto Vila do Conde; ou pela BR-158, e BR-155 até o Porto de Marabá no estado do Pará. E, para se conectar ao Porto de Itaqui em São Luiz do Maranhão, faz uso da rodovia BR-158, BR-155, e da ferrovia Carajás.

> as concepções geopolíticas foram sendo sistematicamente pensadas a fim de responder ao processo de territorialização do capital, fato que levou à abertura de novos fronts agrícolas e pecuários, se espraiando em diversas direções do enorme território que forma a Amazônia Legal, como o baixo Araguaia, região situada a leste de Mato Grosso, também ao sul do Pará, na chamada Terra do Meio e ao oeste do Maranhão, mostrando uma racionalidade cuja intenção é gerar uma estrutura logística destinada a se aproximar de portos como o de Santarém, no Pará, e de Itaqui, no Maranhão, que estão mais próximos dos principais centros consumidores de commodities, como os Estados Unidos e a Europa [...] A produção de soja de Mato Grosso que tradicionalmente tem saído pelos portos do sul do País, teria seus custos com transporte reduzido em mais ou menos 1.200 quilômetros se transportada via Porto Franco, no Maranhão. Para que isso seja viabilizado, a rodovia estadual PA-150, foi transformada em rodovia BR–158, no trecho Santana do Araguaia – Redenção o que possibilitou negociações entre a Cia. Vale do Rio Doce e o Governo Federal, a

> recuperação de pontes e asfaltamento dessa rodovia federal, por meio de Parceria Público-Privada, além da criação de um entreposto próximo a Ferrovia Carajás, no município de Marabá (Ribeiro, 2021, p. 138 -144).

O novo investimento técnico, de acordo com notícias da Gazeta do Vale do Araguaia, concerne à construção da Estação de Transbordo de Cargas (ETC), no município de Marabá no Estado do Pará. “Instalada no rio Tocantins, a estação irá receber caminhões carregados com as safras, em seguida transfere o conteúdo para barcaças que passarão pelas eclusas de Tucuruí, chegando no Porto de Vila do Conde, no mesmo Estado” (Camacho, 2021, s/p).

Figura 30. Corredores de exportação no Norte do país



Fonte: West Java Province Office of Energy and Mineral Resources, 2010 *apud* Brasil (2015)

Toda a geopolítica estabelecida pelo Estado, essencialmente nas esferas federal e estadual, teve, no plano de ação, cronograma que indicava a proporção dos financiamentos requeridos em sua aplicação de curto, médio e longo prazo. Dessa forma, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), e dos Planos Plurianuais

(PPA), com delineamentos dos investimentos públicos dos estados e da União, foi conduzido à implantação das infraestruturas que também contou com investimentos privados.

Os resultados dos planos de desenvolvimento logístico, na região do (AP) de Barra do Garças, apresentam-se com a construção do anel viário, e pavimentação da MT-100, nos percursos que conecta Barra do Garças a Araguaiana e de Barra do Garças ao município de Alto Araguaia. No contexto da Mesorregião algumas rodovias estaduais foram pavimentadas como a MT- 240 e MT- 413. E em setembro de 2023, o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) assinaram ordem de serviço para pavimentação do primeiro lote do trecho de 12km da BR-158, “no contorno da área reconhecida como Terra Indígena Marâiwatsédé, pertencente à etnia Xavante” (Brasil, 2023, s/p.). Outro trecho da BR-158, correspondente à extensão de 145,6 km, no estado do Pará, foi concluído neste ano, entre o Km 699 e Km 889 (DNIT, 2024).

Diante dos investimentos estatais e privados voltados a garantir melhor competitividade das comodities brasileiras, transformações são ocasionadas no território, condicionando organização espacial que são diretamente refletidas sobre as cidades. Logo, partimos do pressuposto de que, por ser a rede urbana uma formação socioespacial gerida pelos movimentos e intensidade de fluxos de todos os tipos, materiais e imateriais, poderá, portanto, sofrer interferências no decorrer de sua composição estrutural ainda não consolidada.

5.4.1 Os fluxos e fixos no reforço de redes geográficas

Nesse viés analítico, procuramos identificar variáveis que pudessem servir de indicadores para o fenômeno de perda de centralidade, ou melhor, perda de centralidade sobre extensão de área de influência regional; no âmbito do subsistema urbano regional com gênese de centros nodais muito recentes, se comparado a outras sub-redes da rede nacional de cidades. Algumas dessas variáveis são: crescimento populacional, renda média dos salários formais do comércio e agropecuária, PIB, evolução do quantitativo de empresas comerciais instaladas nos centros com nível de hierarquia Sub-regional A, B e Centro de Zona A; polaridade no atendimento à saúde,

e, especificamente, as bases produtivas da economia desses municípios comparados as do AP de Barra do Garças.

Outras variáveis e indicadores são apresentados neste e no próximo subtítulo, assegurando-nos de não cairmos no determinismo do “desenvolvimento” promovido pelas redes do sistema viário. Porém, dada a complexidade analítica e as condições como ocorre a organização socioespacial, essas variáveis serão colocadas apenas como uma aproximação metodológica, com o intuito de conseguirmos mostrar as tendências de reestruturação na dinâmica dessa rede de cidades no contexto da sua realidade local e da Mesorregião, bem como dos atuais investimentos na economia de Mato Grosso.

As empresas independentes de tipologia e porte, ao se inserirem no movimento dos circuitos espaciais produtivos, tornam-se dependentes de estruturas logísticas, uma vez que visam sempre os rendimentos, ou seja, a mais valia extraída dos excedentes. Assim, as melhores rotas de escoamento são constantemente averiguadas por empresas do setor de transporte e por tradings, que, ao buscarem se manter no controle da distribuição e ou mesmo no consumo de *commodities* como grãos, mais precisamente soja e milho, organizam-se espacialmente no território, e a partir de então, condicionam territorialidades.

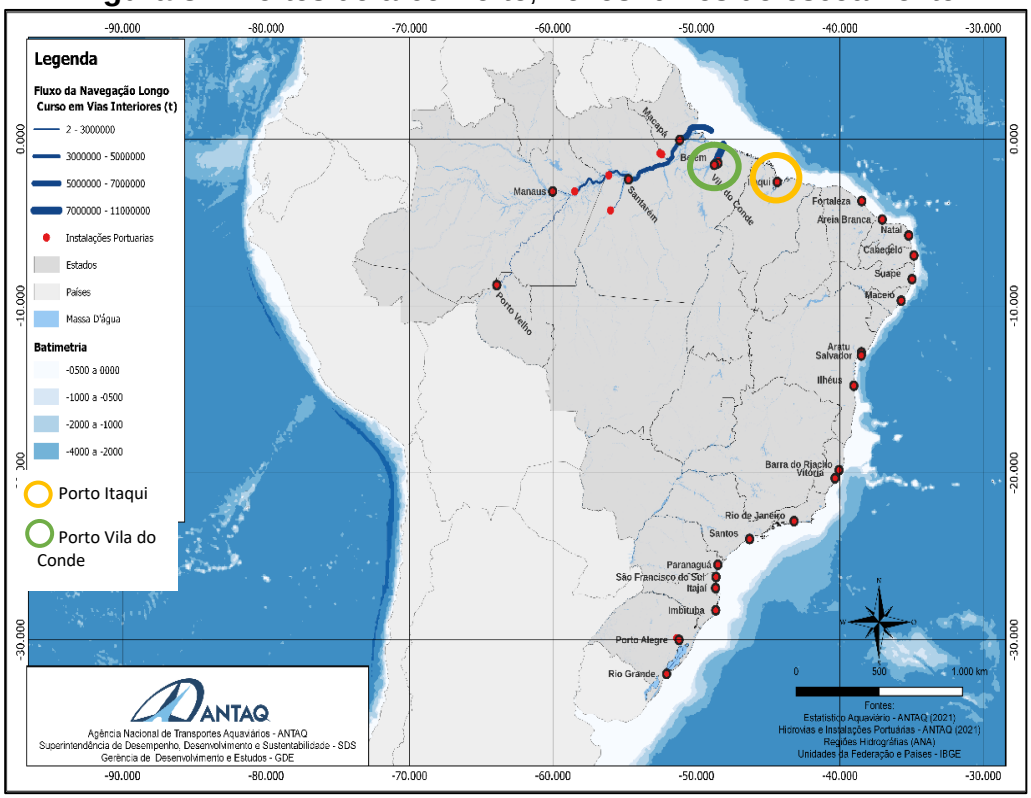
Diante do fato, os portos de Itaqui, no Estado do Maranhão, e Vila do Conde, em Barcarena, estado do Pará (Figura 31), são potenciais percursos para o escoamento da produção de soja e milho da porção Leste de Mato Grosso, ou Mesorregião Nordeste. Essa saída de mercadorias para exportação já é uma realidade forte na porção central e em toda a extensão que fica a Oeste da reserva indígena do Xingu, também denominada de “nortão”, com o escoamento da produção reservada à exportação direcionada para o porto de Santarém-PA.

Não conseguimos dados quantitativos referente ao escoamento específico da Mesorregião Nordeste destinado à exportação por esses portos, por isso, trabalhamos com a hipótese de que o crescente aumento das toneladas registradas no grupo de mercadoria relativo ao fluxo de movimentação do porto de Itaqui e de Vila do Conde (Gráficos 25 e 26) contribua como indicador de um novo redirecionamento logístico regional, basicamente, dos municípios das microrregiões Norte Araguaia e Canarana. O primeiro com influência regional de Confresa e Vila Rica, e o segundo por Água Boa.

Mas nos recorremos às afirmativas de Higa e Gatti (2020), pesquisadores do Estado há bastante tempo.

> Em relação ao escoamento da produção do leste e nordeste mato-grossense, as exportações, em volume significativo, têm sido feitas via porto de Itaqui no Maranhão. Para chegar a esse porto, as cargas saem do estado por caminhão, percorrendo, inicialmente, a BR-158, a partir da qual acessa outras rodovias e finaliza o percurso pela estrada de ferro Vale do Rio Doce ou pela estrada de ferro Norte-Sul, que chegam a Itaqui (Higa e Gatti, 2020, p.101).

Figura 31. Portos do arco Norte, novos rumos de escoamento



Fonte: Antaq / Estatístico Aquaviário / SIGTAQ **Organização:** Autora, 2024

Observamos que, do ano de 2019 a 2023, tanto a soja quanto o milho apresentaram aumento nas toneladas embarcadas. O milho apresenta menor representatividade visto que é também utilizado pelas agroindústrias de biodiesel e etanol no Estado. Inclusive, obtivemos em conversa informal com representante da empresa Rodo Viva transportes LTDA, que parte significativa do milho produzido no município de Barra do Garças e outros na Mesorregião são destinados para a usina *Fueling Sustainability* (FS), localizada em Primavera do Leste-MT. O informante ainda declarou que a mesma empresa construirá uma usina de etanol do milho no município de Querência, e que as instalações estão sendo construídas na BR-242, em sentido Ribeirão Cascalheira, conforme verificado em site de notícias (Figura 31).

As instalações das novas agroindústrias na região representam, na visão economicista dos agentes políticos locais, “desenvolvimento”. Os discursos são os mesmos de outrora, em regiões pioneiras que tiveram concentração de corporações nacionais ou multinacionais, é certo que novas dinâmicas serão ocasionadas nos municípios recebedores e na Mesorregião. Isso impulsionará migrações, expansão do tecido urbano, crescimento da valorização imobiliária, incluindo mudanças nos níveis de hierarquia urbana, ou seja, haverá reestruturação da cidade e do urbano (Sposito, 2015), não só do campo.

Figura 32. Notícia de instalações de agroindústria em Querência



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Quarta usina da FS será instalada em Querência (MT), informa prefeito

Publicado 4 meses atrás em 1 de abril de 2024
Por Redação

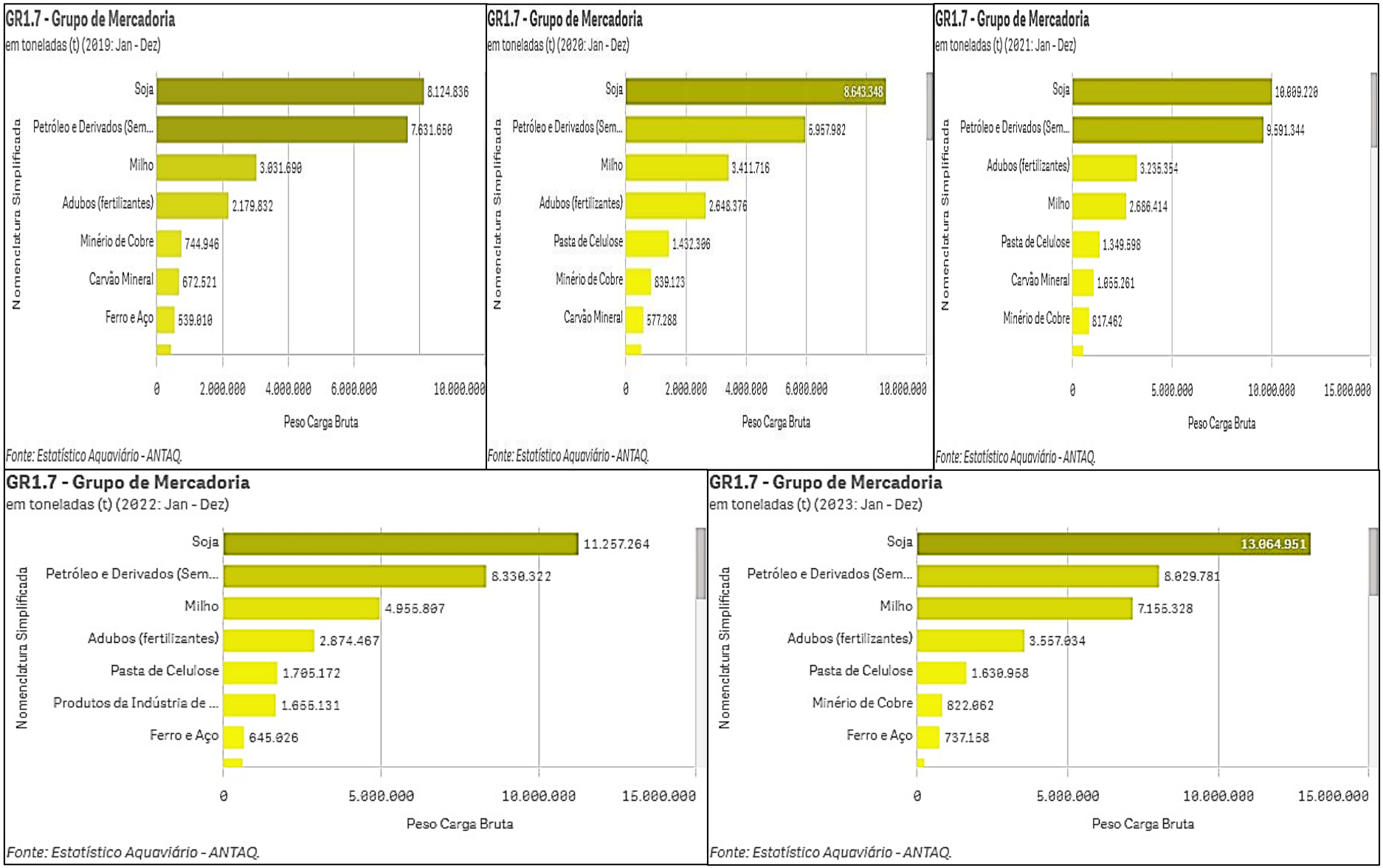
Unidade é a terceira usina de etanol de milho anunciada no Vale do Araguaia; investimentos no setor na região chegarão a R$ 5 bilhões

O Vale do Araguaia se tornou alvo de grandes investimentos de Mato Grosso. Depois de Canarana e de Porto Alegre do Norte receberem anúncios de instalação de usinas de etanol de milho da Agrícola Alvorada e da 3Tentos, respectivamente, nesta semana foi a vez da prefeitura de Querência (MT) confirmar uma unidade da FS.

Fonte: RPA News cana e indústria, 2024 **Organização:** Autora, 2024

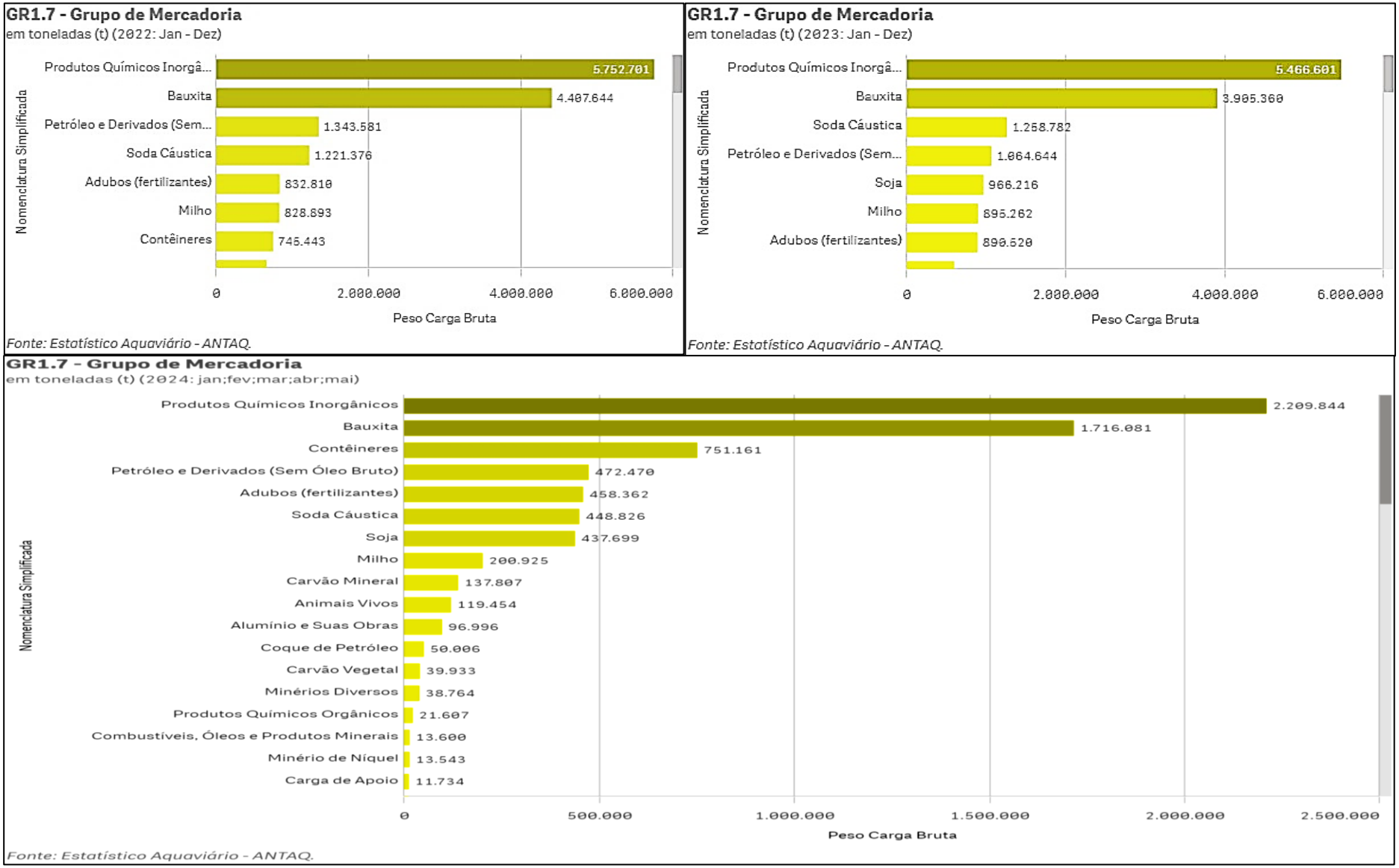
Tais processos incluem as contradições da organização capitalista do espaço geográfico, incluindo alargamento de desigualdades sociais, porque essa construção ainda se faz “produzindo espaços socialmente desiguais e segregados, com a manutenção de grandes parcelas da população excluídas do processo de integração econômica e social. Até mesmo nas cidades mais ricas” (Nascimento, 2016, p. 53).

Gráfico 25. Movimentação porto de Itaqui-MA (2019-2020-2021-2022-2023)



Fonte: ANTAQ, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Gráfico 26. Movimentação porto Vila do Conde – Barcarena-PA (2019-2020-2021-2022-2023)

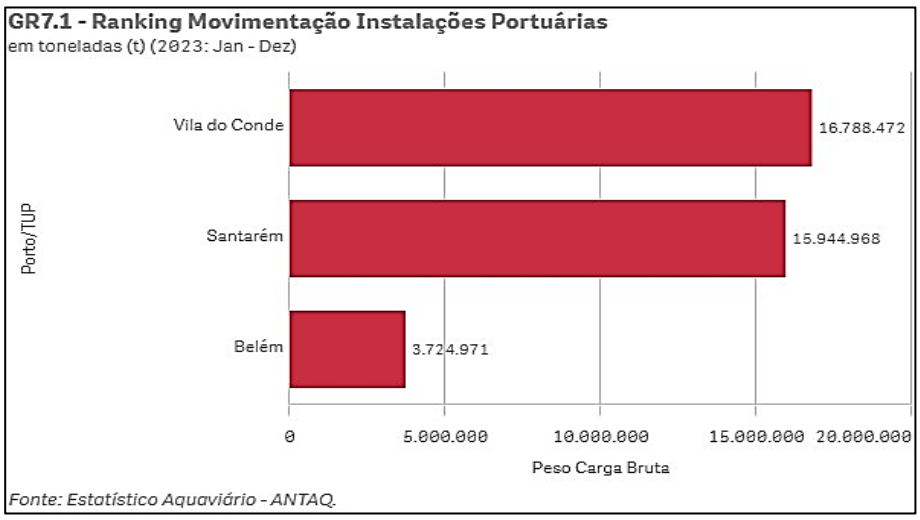


Fonte: ANTAQ, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Ainda referente à movimentação portuária, verificamos que, embora o porto de Vila do Conde tenha mantido sua operação para graneis minerais, relativo ao recorte temporal elencado, no ano de 2020, demostrou movimentação para o milho; e, no ano de 2023, para os dois principais gêneros agrícolas do Estado. Além disso, as estatísticas para o ano de 2024, referentes aos meses de janeiro a maio, indicam aumento no quantitativo de toneladas em relação aos anos anteriores.

O (Gráfico 27) traz o ranking de movimentação nas instalações portuária do Estado do Pará. Como visto, o porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, no ano de 2023, apresentou a maior movimentação de atracações com movimentação de cargas, e esse indicador está sendo mantido desde o ano de 2019. Do percentual de movimentação de 2023, 47,5% corresponderam a embarcados com carga bruta de 7.967.666 (sete milhões, novecentos e setenta e sete, seiscentos e sessenta e seis) toneladas. E, 79,2% do perfil de carga foi de granel sólido, ou seja, correspondente aos produtos do tipo agrícola.

Gráfico 27. Ranking de movimentação em instalações Portuárias no Pará



Fonte: ANTAQ, 2024 **Organização:** Autora, 2024

Na pesquisa de campo aos escritórios (anexos) de empresas do setor de transporte ao posto de combustível Dracenão e Vale da Serra em Barra do Garças, verificamos com maior exatidão os municípios que já estão realizando o escoamento de grãos para o porto de Vila do Conde; o registro foi possível graças aos painéis de origem e destino afixado pelas filiais em seus espaços de intermediação (Figura 33). Dentre as filiais das maiores empresas que, neste momento, encontram-se

espacialmente distribuídas no território brasileiro, podemos citar: Fribom transportes, Belluno logística e transportes, Rodo Viva Transportes, Mafro transportes etc. Salientamos que todas essas filiais estão organizadas em rede com matrizes situadas nas principais cidades de cada Estado, em Mato Grosso por exemplo, a base matriz fica em Rondonópolis. E, na Mesorregião Nordestes, as filiais (escritórios anexos) estão distribuídas nas seguintes cidades: Barra do Garças, Água Boa, Canarana, Querência e Confresa.

Figura 33. Rotas e caminhões aguardando serviços terceirizados



Fonte: Acervo da autora (2024)

É importante destacar que essas empresas não trabalham só com frotas próprias de caminhões, também terceirizam de pessoas físicas ou de transportadoras locais. O que justifica o ajuntamento de caminhões em postos de combustível (geralmente, em pontos de encontro de rodovias e contornos viários) no perímetro urbano de cidades do agronegócio (Elias, 2011, 2013, 2022), conforme exposto na Figura 32. Para Santos e Silveira (2014, p. 148), “os circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado”.

Essa forma das empresas de transporte se organizarem em rede, e do mesmo modo as tradings com a distribuição de armazéns em lugares seletos, corresponde ao uso de uma racionalidade do espaço (Santos e Silveira, 2014), em territórios que lhes são favoráveis ao controle da circulação e informação, assegurando competitividade. As redes aparecem, sobretudo, como instrumentos singulares de organização do espaço, as quais, na sua conexidade entre nós, apresenta duas faces: a que solidariza os elementos em suas conexões, e a que exclui ou limita conexões (Dias, 2014), essas condições inibem a construção de uma rede máxima.

Outro fator importante que se coloca para a situação da organização do território, mediado pelo poder das redes, é o papel da rede de circulação como testemunho da rede de comunicação, pois “o movimento da informação comanda a mobilidade dos seres e das coisas” (Raffestin, 1993, p. 203). E isso caracteriza uma condição de flexibilidade na composição e atuação das redes, essencialmente, quando tratamos de rede urbana.

Ainda nos dizeres de Raffestin, (1993),

> A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço às mudanças que advém no tempo (Raffestin, 1980, p. 204).

Nesse sentido, não só as agroindústrias se espacializam no sentido de garantir a gestão territorial dos circuitos de produção e da competitividade, juntos estão *tradings* dotadas de conhecimentos logísticos, empresas de transportes, dentre outras empresas varejistas, bancos etc.

Frederico (2008, p. 143 - 145) argumenta que o circuito está associado a uma noção de ligação entre vários pontos e nós o que na sua funcionalidade material e imaterial indicam uma formação reticular, e, por isso, não alcançaria uma totalidade de uso. E a circulação, portanto, traz uma noção de "movimento do circuito, de deslocamento de um conjunto de atividades no espaço". Ainda para o autor, as hierarquias entre lugares se criam pela "diferença entre a frequência e a qualidade dos fluxos materiais e imateriais, e a distribuição material dos fixos, que os possibilitam estabelecer uma hierarquia entre os lugares"

O autor ainda chama atenção para a compreensão do papel da logística e sua atuação na configuração espacial, ao afirmar que:

> O termo logístico não se limita mais apenas ao transporte e armazenagem (atividades operacionais), mas se tornou uma atividade estratégica da competividade das empresas e dos lugares. A logística não é apenas uma ferramenta gerencial, mas é também uma importante atividade económica, agregando valor aos fluxos e contribuindo de forma significativa para a diminuição dos custos das empresas (Frederico, 2008, p. 163).

Diante do que já foi colocado, inferimos que, em relação ao contexto da Mesorregião Nordeste, poderíamos elencar três fatores elementares que contribuem com a composição de centralidades de cidades-região (compreendendo a unidade política-administrativa como um todo), sendo: (1) Localização do sítio urbano em pontos estratégicos das principais vias de fluxos; (2) capacidade produtiva dos principais produtos destinado ao mercado externo, seja *in natura*, ou processados por agroindústrias nacionais, (3) garantir escolha locacional de grandes corporações.

Dessa maneira, o atual panorama de movimentação para os dois portos do arco Norte aparece como mais um indicador de ascensão de centralidade de outros centros urbanos em detrimento de uma provável contenção do dinamismo demográfico e econômico do AP de Barra do Garças. A centralização de armazéns de grãos em alguns dos centros urbanos da Mesorregião, que vem ascendendo seu nível de centralidade na hierarquia urbana, corrobora como variável de atração para que outras empresas venham a se instalarem nos municípios.

Por meio da base de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realizamos o levantamento da distribuição de armazéns graneleiros pertencentes a pessoas físicas e jurídicas de todos os municípios da Mesorregião. Esse tipo de fixo, está presente em 17 (dezessete) dos 25 (vinte e cinco) municípios

que compõem a região de abrangência detsa pesquisa. E, em apenas 9 (nove deles), tem instalação de pelo menos uma unidade de armazenamento pertencente às maiores corporações do setor. A saber: **Água Boa-** *Louis Dreyfus Company* (LDC), Amaggi, Caramuru e Cargill; **Bom Jesus do Araguaia** – Bunge; **Canarana** - *Louis Dreyfus Company* (LDC), Cargill, Bunge e Caramuru; **Confresa -** *Louis Dreyfus Company* (LDC); **Querência -** *Archer Daniels Midland* (ADM do Brasil), Amaggi, Bunge, Cargill e Caramuru; **Porto Alegre do Norte –** Bunge; **Santa Cruz do Xingu –** Bunge; **São José do Xingu –** Cargill e Amaggi; **São Félix do Araguaia –** Bunge.

A espacialização da multinacional Bunge é expressiva, dispõe de fixos em 6 (seis) dos municípios de maior produção agrícola. Entretanto, a maior gestão do território, efetuada por essas empresas, ocorrem de forma mais concentrada nos municípios de Água Boa, Canarana e Querência. Porém, ao consideramos a localização do sítio urbano em vias de maior densidade e fluidez de circulação, o primeiro município tem vantagem em relação aos dois últimos.

Esse fator nos leva a inferir, ainda que de forma hipotética, que há uma nítida tendência, apoiada no que apresentamos até agora, de que, em princípio, o município de Água Boa se colocará, em um patamar de centralidade igual ao do Arranjo Populacional de Barra do Garças. Essas mudanças na rede urbana irão ocorrer a longo prazo, pois também não acreditamos que, no próximo Regic (ano 2029 ou 2030), a ser apresentado pelo IBGE, tal condição de igualdade quanto ao nível de comando regional desses dois centros seja concretizado, mesmo porque a construção de territorialidades demanda temporalidades (Saquet, 2011a).

O arrefecimento dessa elevação de nível ainda está intensamente correlacionado à baixa presença de estabelecimentos de ensino técnico, superior, e atendimentos em saúde de média e alta complexidade do município em ascensão, abrindo vantagem para Barra do Garças que se beneficia de duas situações geográficas: (1) posição relativa entre as principais vias de circulação federal, (2) relação de continuidade e proximidade com os centros que compõem seu Arranjo Populacional.

No entanto, são várias as complexidades envolvidas na construção e mudança de centralidade de rede urbana, assim como as possibilidades direcionadas para centros como Querência, Canarana, Confresa e Ribeirão Cascalheira, se levarmos em conta a rota de escoamento apresentada pelo movimento pró-logística

adaptado por Higa e Gatti (2020), explicitado na (Figura 34). Para esses autores, “A confirmação dessas mudanças depende da consolidação das novas rotas de exportação, que se encontram em curso e, dificilmente, serão revertidas” (Higa; Gatti, 2020, p. 105).

Figura 34. Principais rotas de escoamento para exportação



Fonte: Higa e Gatti (2020)

Num contexto político e econômico de redução de custos e escolhas logísticas, simultaneamente ocorrem atividades de circulação e distribuição para o consumo interno e externo, com ligações diversas entre pontos de armazenamento, processamento, e os portos como destino para exportação, ou redistribuição entre portos (navegação de cabotagem). Em outras palavras, tratando-se do escoamento da soja, monocultura de maior produção em Mato Grosso, seu consumo interno em

toneladas é significativo, mesmo porque o Estado tem-se firmado nas duas últimas décadas como o maior produtor brasileiro.

Essa realidade garante alternância na circulação e distribuição da soja mato-grossense na própria região Centro-Oeste, atendendo demandas, principalmente, do Estado de Goiás. Situação que verificamos ao buscarmos participação na pesquisa por parte das três maiores transportadoras de grãos instaladas no município de Barra do Garças. Todas elas atendiam somente rotas direcionadas à extensão das três unidades federativas. Ressaltamos que apenas uma dessas empresas (transportadora Araça) nos concedeu entrevista dentro do prazo que tínhamos para concluir a pesquisa.

Assim, com vinte cinco anos de atuação no mercado de transporte e logística, a proprietária da Araça transportes, Joice Bardusco, disse-nos que atua com frota própria e não possui filial, por considerar que Barra do Garças se encontra bem localizada, entre todas as demais cidades que realizam embarque e desembarque, e, por isso, não tem intenção de abrir em outra cidade. Ao perguntarmos quais os municípios de destino de cada carga, e se a escolha do destino era determinada pela transportadora ou por produtores? Ela nos esclareceu dizendo:

> *Trabalhamos com o carregamento de soja e milho, e as descargas são realizadas geralmente, no terminal ferroviário Rumo, em Rondonópolis; em Rio Verde e São Simão, ambas em Goiás. Os proprietários da produção (carga), lançam em uma plataforma as ofertadas disponíveis com o local de carregamento e descargas. Ficando a critério do transportador a decisão mais viável. E isso inclui cálculo com combustível, pedágios, impostos, e condição da rodovia a percorrer (Joice Bardusco, entrevista concedida em 01/07/2024).*

Perguntamos ainda quais são os municípios de atuação da empresa, e se, no decorrer desse tempo de serviços prestados, ocorreu redução da área de coleta de carga em detrimento da atuação de outras empresas que estão mais direcionadas ao transporte para o Norte e Nordeste do país? *“Atuamos com carregamento nos municípios de Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Querência e Bom Jesus do Araguaia. E não houve redução da área de coleta, todos os anos têm aumentado a área de plantio” (Joice Bardusco, entrevista concedida em 01/07/2024).*

Também perguntamos quais eram as empresas de *commodities* onde a transportadora mais descarregava cargas? E, se com as alterações geopolíticas na circulação da BR-158, dado os escoamentos de grãos para os portos do Arco Norte,

poderia afetar a empresa? E, por fim, quais eram as maiores dificuldades da empresa ao realizar as atividades de transportes de grãos?

> *descarregamos na Bung, LDC, Amaggi, Cargill e COFCO **(China Oil and Foodstuffs Corporation).** Pode diminuir o escoamento para Goiás, onde é o local que optamos hoje. As maiores dificuldades são as condições climáticas, rodovias em más condições, com isso temos que fazer cálculos dos custos versus benefício para fazer a viagem (Joice Bardusco, entrevista concedida em 01/07/2024 **grifos nosso**).*

Ao relacionarmos as falas da proprietária da empresa local, com as dos intermediários das filiais de transportadoras regionais e nacionais, percebemos, por um lado, que as empresas, com atuação em rede, conseguem se adiantar em alguns aspectos vinculados à informação. Recaindo nas afirmações de Raffestin (1993, p.203) que, ao se referir às redes de comunicação, afirmou que “um dos trunfos do poder é hoje informacional”. Por outro lado, ficou claro que, para esse setor específico de empresas, a perda de centralidade de um espaço urbano, pouco afeta suas atuações sobre o território.

Diante da tendência de ascensão da centralidade de outro centro subordinado ao AP de Barra do Garças, arriscamo-nos a apontar o município de Água Boa pelas condições já elencadas. Ou seja, as instabilidades pelas quais o território usado se coloca diante de maior ou menor valorização da sua fração segundo o tipo de produto e demandas externas. Assim, “o território tende a funcionar dentro de um modelo de sístoles e diástoles, um modelo combinado o qual alguns dos seus pontos tendem a reunir recursos e forças, levando a fenômenos aglomerativos, enquanto em outras partes é o contrário que se verifica” (Santos e Silveira, 2014).

Essa situação, conforme o autor, estabelece hierarquias funcionais. Dessa maneira, um território que constantemente passa por períodos de desordem as ligações e articulações entre as redes de cidades também estão sujeitas a mudanças de conteúdos, e, portanto, de funcionalidades em rede. Isso ocorre justamente porque é pela composição de seus conteúdos que os lugares são fortalecidos em suas diferenciações. O que nos faz concordar com Corrêa (2018, p. 53), quando ele afirma que “há temporalidades nas redes geográficas”. Bem como com a afirmação de Higa e Gatti (2020, p. 99) de que “novos eixos de exportação deverão alterar bastante a logística de escoamento da produção de Mato Grosso e provocar mudanças significativas na rede urbana regional”.

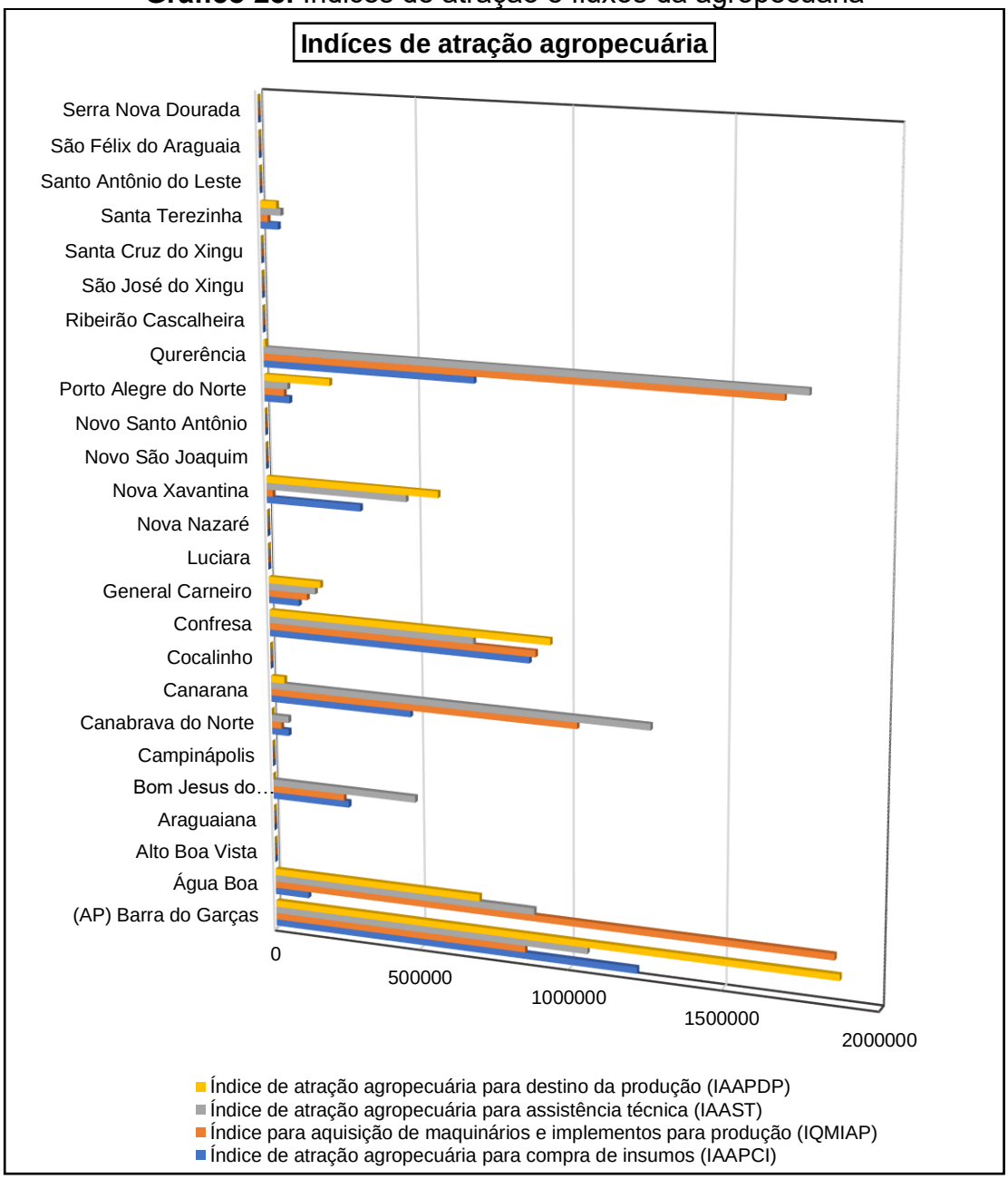
Todavia, existe também uma complexidade de causas que direcionam e articulam as ligações entre centros de uma rede urbana, incluindo os fluxos agropecuários decorrentes do acesso a serviços e bens, e à distribuição de produção realizada no campo. Ressaltamos que os fluxos agropecuários não foram considerados pelo IBGE/REGIC (2018), no cálculo da rede urbana por não compor uma função central, mas compôs os três módulos inseridos no questionário aplicado pelos agentes de pesquisa para verificar as relações urbanas de proximidade[98]. E é sob essas condições analíticas das relações de proximidade que observamos a dinâmica dos fluxos assegurado pelo índice de atração de cada centro urbano.

Tais análises nos mostram que ocorre complementaridade de funções exercidas entre os municípios de Barra do Garças, Água Boa e Querência, basta observarmos que, enquanto o primeiro município apresentou maior índice para destino da produção, o segundo teve atração na aquisição de maquinários e implementos para produção; já o terceiro dispõe de maior atração para assistência técnica.

Mas por que isso ocorreu? O IBGE/REGIC (2020), para cada questão em amostra no (Gráfico 28), classificou cinco produtos segundo o valor da produção deste em cada município. Então, para cada município de origem, elencou-se a relação de fluxo com o município de destino a partir de um produto principal. O que acontece é que, em toda Mesorregião Nordeste, a especialização agropecuária está sustentada em duas frentes de produção majoritariamente: agricultura com a soja, e pecuária com bovinos de corte. Mesmo existindo instalações do frigorífico JBS Friboi em Água Boa e outro em Confresa, a maior capacidade de abate e a regularização para exportação é um atributo, até o momento, da unidade de Barra do Garças. Na outra frente, os municípios de Querência e Água Boa dispõem de maior capacidade de armazenamento e processamento do grão.

[98] Nesse módulo, os informantes, diferente do módulo principal (destino para compra de vestuários, móveis e eletroeletrônicos, tratamento de saúde, ensino superior etc.), podiam indicar o próprio município de origem como destino do produto de maior valor produtivo.

Gráfico 28. Índices de atração e fluxos da agropecuária



Fonte: IBGE/REGIC, 2018 **Organização:** Autora, 2024

Assim, a distribuição dos fluxos correspondeu à maior capacidade funcional agropecuária de cada um dos centros urbanos. Contudo, essa situação, diante do que foi posto inicialmente, requereu que outra variável de análise pudesse ser agrupada. Por isso, optamos pela implicação das novas infraestruturas postas sobre o território viabilizando, dessa forma, novas rotas de acessibilidade entre as divisas Mato Grosso e Goiás.

5.5 INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS E NOVAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Vimos que a formação da rede urbana da Mesorregião Nordeste se assentou pela presença da rodovia BR-158, como um componente técnico de configuração territorial. Assim, tal configuração tem ligações direta com o ordenamento pelo qual se projetou o sistema de engenharia em Mato Grosso no período em que se lançava uma política de integração entre as regiões brasileiras. No presente, políticas públicas de desenvolvimento têm investido nas interconexões dos sistemas de engenharia a fim de viabilizar maior conectividade e fluidez do território, principalmente, quanto ao uso de transportes multimodais de carga, agilizando o processo de escoamento da circulação de produtos para o mercado internacional.

Outras infraestruturas, como construções de pontes a jusante do rio das Mortes e do rio Araguaia, em divisa com o estado de Goiás, surgem como novas possibilidades de circulação. Do mesmo modo, o projeto da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), com obras iniciadas em outubro de 2023, no município de Mara Rosa (GO), torna-se um potencial investimento sobre o território podendo ocasionar mudanças significativas no dinamismo urbano de cidades como Nova Xavantina e Campinápolis (BR-251), Ribeirão Cascalheira (BR-080) e Água Boa, particularmente, por ser a localidade onde será instalado o terminal de cargas da ferrovia FICO.

Para Saquet (2011a), hoje, pontes e estradas facilitam a circulação e a acumulação de capital de forma instantânea e simultânea, assumindo importância na organização de territórios. Nesse contexto argumentativo, Moreira (2019, p. 227) contribui com as informações, declarando que “Os meios de circulação abrem para uma imensa riqueza de possibilidades de interações espaciais”. E, ao entendermos que, tanto as vias quanto os meios unem produção e consumo, a viabilidade de alcance a novas rotas provedoras de redução de tempo e alargamento dos acessos se tornam fermentos da política de crescimento econômico.

Corrêa (1999), ao falar da reestruturação urbana a partir das relações existentes com o fenômeno da globalização, aponta a ampliação da acessibilidade como um fator que favorece a perda de centralidade. Posteriormente, o autor sustenta que:

> A complexidade funcional dos centros urbanos deriva das múltiplas possibilidades que cada localização oferece para a implantação de atividades econômicas. É, assim, passível de ser apropriada por diferentes agentes sociais, locais e externos, de pequeno ou grande porte e com propósitos e experiências distintos. Essas possibilidades são favorecidas pelas diversas redes de circulação (Corrêa, 2018, p. 60).

Nessa conjuntura de análise, entendemos que toda a porção Leste de Mato Grosso, ou como alguns preferem, sob denominação de vale do Araguaia, apresenta rarefação quanto à conexão dos fluxos viários. A conectividade com os estados de Goiás e Tocantins é ainda limitado por elementos físicos geográficos como rios, e baixo investimento tecnológico sobre o território como abertura de estradas, pavimentação, construção de pontes etc. A distribuição da malha rodoviária estadual e federal em Mato Grosso é muito irregular, sendo nítidas as áreas que ficaram fragmentadas e desigualmente assistidas nesse jogo do mercado global.

Essa configuração espacial fez com que fluxos e interações entre pequenas cidades localizadas nos limites das divisas estaduais apresentassem baixo dinamismo. A própria fluidez da comunicação e circulação foram, em parte, afetadas diante da seletividade que é posta pelo Estado e por um mercado de união vertical e entrópico (Santos, 1998). Isso enfraqueceu, em toda ordem, as uniões horizontais, pois, mesmo em suas solidariedades em prol das melhorias técnicas, as ações estão imbuídas de racionalidade voltadas a atender a normatizações externas. Suas próprias normatizações por parte daqueles que tem o poder de fazê-las são criadas com esse fim.

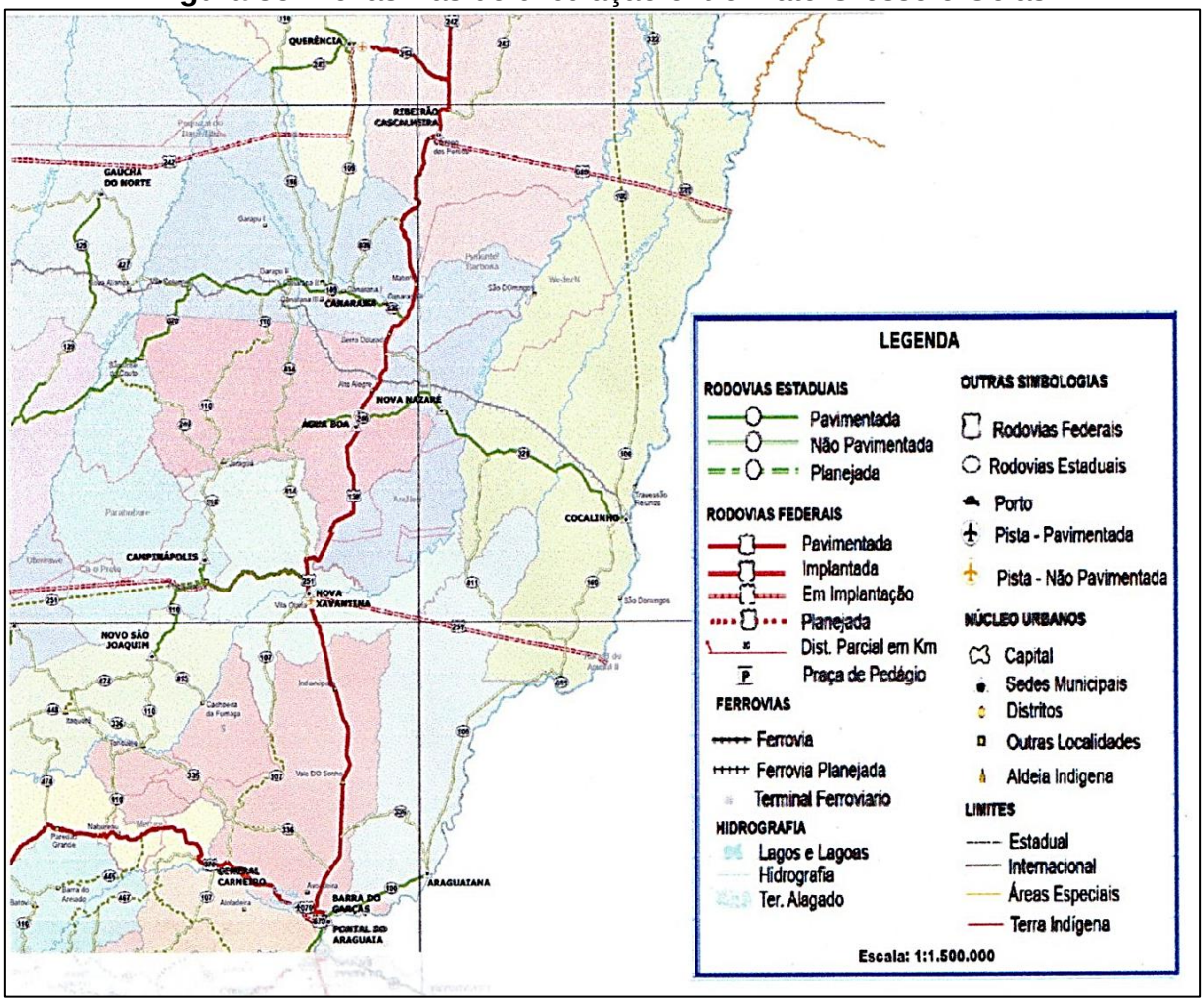
Quando dizemos que a comunicação e circulação dessa região específica foram apenas em parte afetadas, deve-se ao fato de ter havido outras vias (referindo-se ao acesso por Barra do Garças), que, mesmo alongando as distâncias e o tempo, realizaram-se, impulsionadas pela própria globalização que necessita atingir todos os recantos que consigam responder com consumo e produção de matéria prima.

Entretanto, essa nova projeção técnica-científico-informacional (Santos, 2012), posta para a circulação e desenvolvimento logístico da região citada, faz-se mediante intencionalidades, e a isso, sustentamos a ideia de que, para além das pressões políticas de produtores agropecuários, para a construção das pontes sobre o rio Araguaia nas divisas de Cocalinho-MT e Aruanã (GO), há uma nítida influência

de ações provenientes de atores ligados à produção de calcário realizada no primeiro município.

O constante aumento anual da produção de soja nas regiões pioneiras de Mato Grosso também vem ocasionando a necessidade de mais vias de escoamento do grão, de modo a reduzir congestionamento de caminhões em rotas e terminais de exportação. Consequentemente, resultou a implantação dos projetos de infraestrutura e logística (Figura 35), abrangendo as duas unidades federativas (Mato Grosso e Goiás).

Figura 35. Novas vias de circulação entre Mato Grosso e Goiás



Fonte: Sinfra, (2023) **Organização:** Autora, adaptado do mapa original escala 1:1.500.000

Procuramos descrever as infraestruturas postas sobre o território na seguinte ordem de acontecimento: (1) finalização da ponte sobre o rio Araguaia, ligando os municípios de Cocalinho-MT e Aruanã (GO) pela MT- 326, no ano de 2017. A obra

realizou-se por meio de parceria público-privada envolvendo, na construção da ponte, o governo de Goiás e o Consórcio Caminhos do Sol. O governo de Mato Grosso ficou responsável pelo aterro e encabeçamento da ponte do lado mato-grossense e pavimentação do trecho de 170km conectando a MT-326 com a MT-240 e BR-158 (Barros, 2017). (2) Construção da ponte sobre o rio das Mortes MT-326, no município de Nova Nazaré, concluído no ano de 2022 com recurso público.

Em fase de finalização, a ponte sobre o rio Araguaia na divisa entre Cocalinho (MT) e o distrito de Luiz Alves em São Miguel do Araguaia (GO), na extensão da BR-080, deve ser inaugurada pelo governo federal até o ano de 2025, essa via interligará a circulação de transportes com a BR-158 no município de Ribeirão Cascalheira.

De acordo com o relatório emitido pelo Movimento Pró-logística e Estradeiro Aprosoja, referente ao percurso realizado na BR-080, no mês de setembro de 2022, existem dois trajetos para circulação. O primeiro, mais indicado entre Ribeirão Cascalheira até São Miguel do Araguaia (GO), tem distância de 388,9 km; e o segundo, com extensão de 250km (atalho por fazenda, não utilizado para público em geral), requer travessia do Rio das Mortes por balsa particular, com capacidade máxima de dois veículos por travessia completa de 80 minutos. A malha viária apresentou as seguintes caracterizações:

> [...] é apenas planejada, sem implantação, ou seja, no itinerário foram utilizadas estradas rurais entre as fazendas da região. Do povoado de Luiz Alves/GO até a cidade de São Miguel do Araguaia/GO, a BR-080 encontra-se pavimentada, não duplicada, com asfalto novo, bem-sinalizado e acostamento adequado. [...] possui 4 (quatro) balsas, no trecho entre Ribeirão Cascalheira/MT até a obra da ponte do Rio Araguaia, no povoado de Luiz Alves/GO; (Movimento Pró-Logística/MT, 2022, p. 3-4).

Compondo esses elementos dinamizadores da gestão logística dos sistemas de transportes de Mato Grosso, está a construção da ferrovia de integração do Centro-Oeste (FICO), e a ponte ferroviária entre os municípios de Aruanã (GO) e Cocalinho (MT). Conforme chamada de notícia da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (Figura 36 e 37), em nota sobre o andamento das atividades de construção da ferrovia, a agência deixou o seguinte esclarecimento:

> As obras da alça de ligação da FICO com a Ferrovia Norte-Sul, que já está em operação no Tramo Central, na altura de Mara Rosa/GO, estão bem adiantadas e em breve permitirão a instalação de trilhos, o que promoverá o carregamento de materiais para o avanço das obras com maior eficiência logística. Também estão em andamento as obras de infraestrutura no pacote

> 3, entre os km 80 a 104, próximo a Santa Terezinha de Goiás (ANTT, 2024, s/p).

Conforme averiguado, as políticas públicas de integração do Centro-Oeste, seja com a ferrovia seja com rodovias, estão sendo realizadas. Regiões antes “desassistidas” pelos governos estaduais e federal se tornaram localidades importantes para as atuais necessidades dos circuitos de produção. As redes de transportes vão aos poucos se tornando mais completas pela maior possibilidade e multiplicidade de rotas que também intensificam as vinculações entre centros de uma mesma rede urbana, ou de subsistemas diferentes.

Figura 36. Últimas notícias ANTT sobre andamento de obras da FICO


TRANSPARÊNCIA

Visita técnica da ANTT atesta avanços nas obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)

Iniciativa vai promover integração nacional, desenvolver economia e ligar regiões do Centro-Oeste à Ferrovia Norte Sul

Publicado em 25/04/2024 09h38 | Atualizado em 25/04/2024 10h00 Compartilhe:

Fonte: ANTT (2024) **Organização:** Autora, 2024

Figura 37. Aprovação da construção da ponte ferroviária entre MT e GO


TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Projeto para implantação da Ponte sobre o Rio Araguaia na FICO é aprovado pela ANTT

Iniciativa faz parte do Pacote 7 do Lote 2 da FICO e atravessa o Rio Araguaia na divisa entre os estados de GO e MT

Publicado em 30/04/2024 15h22 Compartilhe:

Fonte: ANTT (2024) **Organização:** Autora, 2024

De acordo com Braga e Castillo, (2013, p. 236), “A crescente especialização produtiva de lugares e regiões selecionados passa a exigir, cada vez mais, infraestruturas, normas e serviços operacionais em nome da otimização dos fluxos materiais, em termos de custos, tempo e qualidade”. Fatores como esses fazem com que recortes espaciais mais viscosos e dotados de maior lentidão tenham capacidade

de se organizarem localmente, assegurando participação nas diversas escalas dos circuitos de produção e dos circuitos de cooperação (Santos, 1994).

Assim, entendemos que a instalação de um nó logístico, a exemplo do terminal ferroviário (Braga; Castillo, 2013), nessa sub-região, com localização no Município de Água Boa, poderá conduzir alterações regionais e intraurbanas pela competição territorial que se cria na utilização desses fixos. Os autores ainda diferenciam os nós de transportes de nós logísticos. Para eles,

> [...] os nós logísticos 'possibilitam a conexão entre um ou vários modais de transporte (rodoviário, ferroviário, aeroviário, hidroviário e dutoviário), tendo como uma de suas principais funções a transferência intra e intermodal de mercadorias [...] os nós logísticos das mais diversas categorias também conferem competitividade aos lugares, regiões e territórios onde se instalam, na medida em que elevam suas densidades técnicas e normativas, atraindo investimentos produtivos e serviços associados aos fluxos materiais.' (Braga e Castillo, 2013, p. 240).

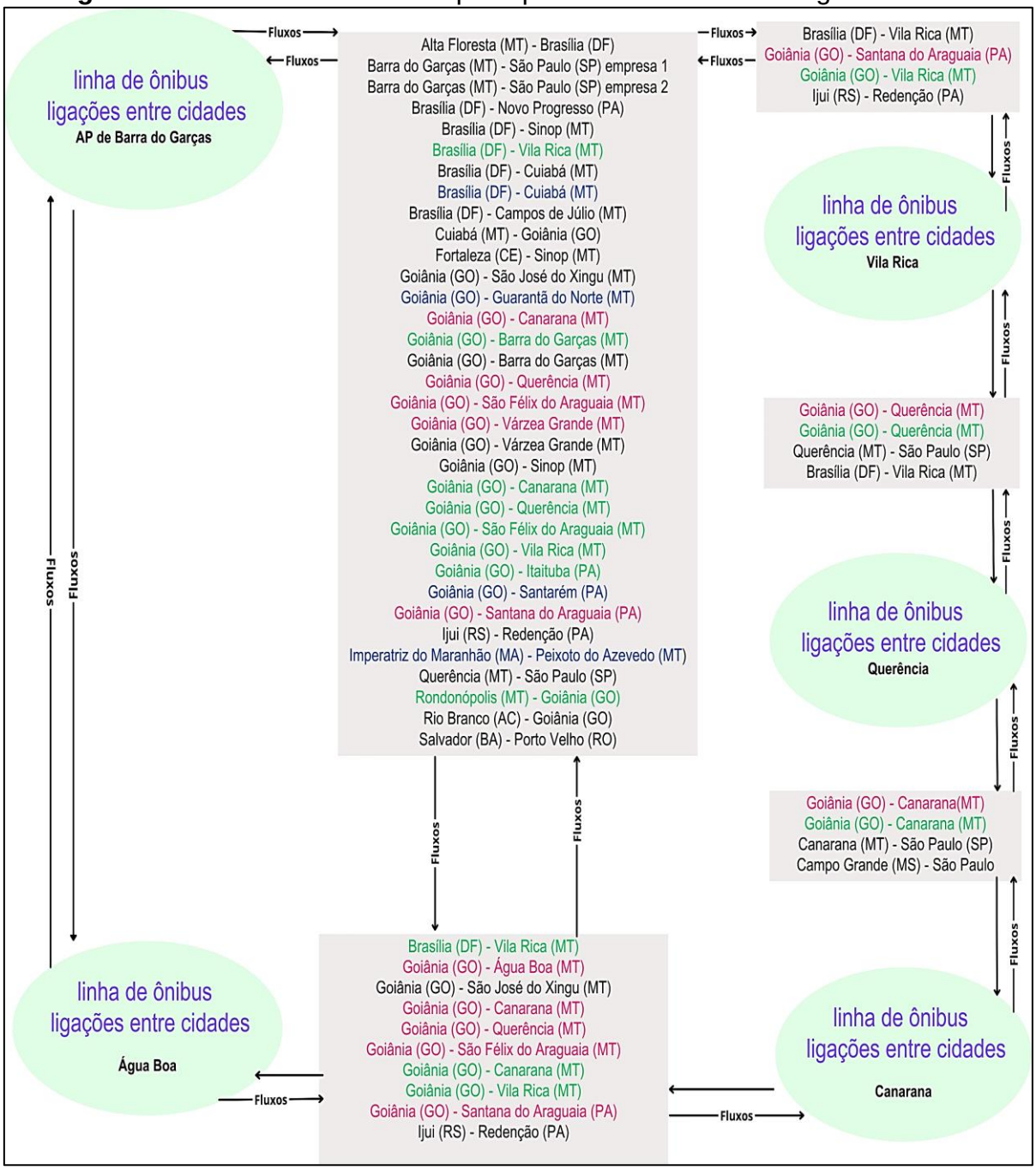
Diante disso, a preocupação que permanece entre os autores, e se estendeu também a nós, é o quanto esses investimentos atendem e irão atender aos pequenos produtores? Para eles, há a necessidade de que mudanças na regulação das ferrovias e dos contratos do Estado com as concessionárias ferroviárias aconteçam, ou ao contrário, antigos erros insistirão em acontecer, pelo fato de, ao implantar uma política pública de infraestrutura sobre o território, entender que já é o suficiente para o "desenvolvimento" acontecer. É extremamente necessário que mais agentes sejam atendidos, e ocorra uma verdadeira democratização do uso do território (Braga e Castilho, 2013).

Nessa conjuntura de análise da inserção de infraestruturas sobre a sub-região que pontuamos, também inferimos que os fluxos de transportes coletivos interestaduais encontrarão, nesse arranjo da conexão de vias estaduais e federal, alternativas para novas disputas entre empresas de ônibus por concessão de novas linhas. Ao analisarmos o padrão da distribuição espacial das linhas de ônibus ativas na Mesorregião Nordeste, verificamos a hegemonia de três empresas na atuação regional dos serviços de transporte coletivo.

Como já considerado nesta tese, a posição geográfica dos sítios urbanos do AP de Barra do Garças garantiu a esse conjunto de centros nodalidade expressiva na rede de cidades de Mato Grosso, assegurado, especialmente, pela sua condição de importância como nó na rede de circulação de transportes rodoviários. Condição que

lhe assegura atualmente um total de 35 (trinta e cinco) linhas de ônibus interestaduais (Figura 38), distribuídos em 142 (centro e quarenta e dois horários) ofertados por doze (doze) empresas. Porém, 3 (três) delas apresentam significativa hegemonia na distribuição espacial das linhas de circulação. Optando por não as citar no texto, destacamos em cores verde, azul e rosa, as linhas sob concessão dessas empresas.

Figura 38. Linhas de ônibus nos principais centros da Mesorregião Nordeste



Fonte: ANTT, (2024) **Organização:** Autora, 2024

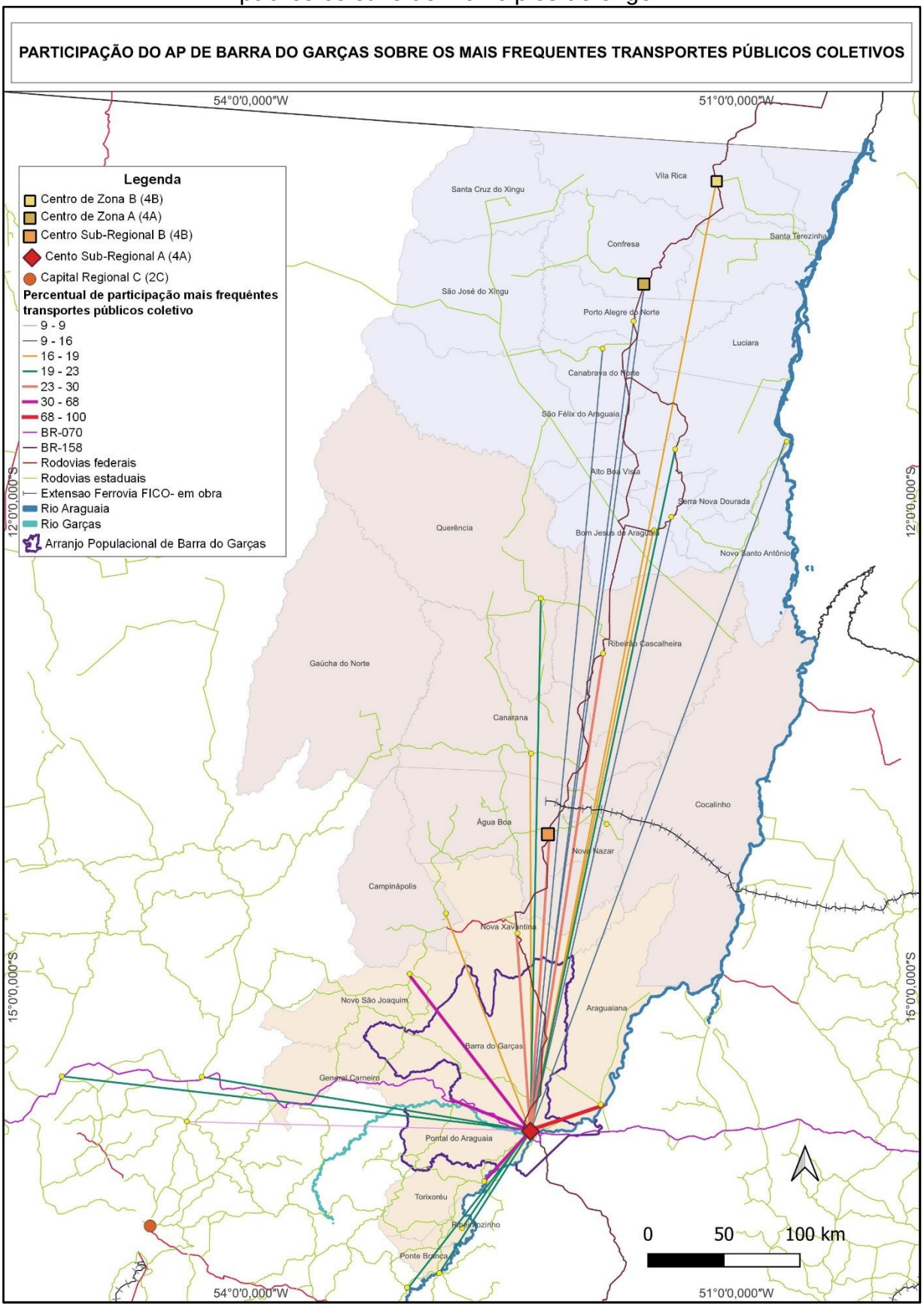
Ressaltamos que todas as linhas, relacionadas na Figura 37, tem como principais rotas a BR-070 e BR-158. Uma terceira rota de transporte coletivo entre Goiânia - Água Boa é realizada pela MT-326. Contudo, as ligações de origem e destino estão vinculadas da seguinte forma: Barra do Garças – ponto (nodalidade) de passagem entre 8 (oito) capitais, sendo: Brasília, Campo Grande, Goiânia, Fortaleza, Porto Velho, Rio Branco, São Paulo e Salvador. Para Água Boa – ponto (nodalidade) de passagem entre 4 (quatro) capitais; Brasília, Campo Grande, Goiânia e São Paulo. Para Canarana e Querência, sítios urbanos fora do eixo BR-158, as ligações se realizam entre 3 (três) capitais, Brasília, Goiânia e São Paulo. A cidade de Vila Rica, último município do eixo BR-158, é um ponto (nodalidade) das ligações entre apenas duas capitais, Goiânia e São Paulo. Existe uma linha proveniente do Estado do Rio Grande do Sul, criando uma ligação entre a cidade Ijuí (RS) e a cidade de Redenção (PA), ambas classificadas como centros de nível sub-regional A.

A base de dados do IBGE/REGIC (2018) nos possibilitou elaborar o (Mapa 34). Nele, podemos observar os percentuais de participação que o AP de Barra do Garças, como município de destino, têm sobre os mais frequentes usos de transportes públicos coletivos que partem de municípios de origem. Percebemos que a região imediata de Água boa dispõe de três municípios, Água Boa, Canarana e Querência, com oferta de serviços de ônibus com ligação direta para as principais capitais do país, Brasília, Goiânia e São Paulo.

Na região de influência imediata de Confresa/Vila Rica, a concentração dos horários e destinos organizados pelas empresas de ônibus estão no município de Vila Rica na divisa com o estado do Pará. Contudo, três empresas diferentes buscaram ofertar o serviço de transporte com ligações de origem de Goiânia a São Félix do Araguaia, e Goiânia a São José do Xingu. Essa escolha locacional das empresas está relacionada à demanda de fluxos ligada aos serviços de transportes públicos coletivos, e da capacidade econômica e de controle espacial delas na Mesorregião.

Todavia, municípios como Luciara, Santa Terezinha, Gaúcha do Norte são atendidos com menor fluidez (Santos e Silveira, 2014), visto que há definição de dias na semana para a oferta dos serviços, fazendo com que essas áreas sejam mais viscosas. Todavia, essa característica não se deve apenas pela forma de atuação da empresa de transporte coletivo, e, sim, pelas condições da baixa aplicação técnica das vias de circulação desses espaços.

Mapa 34. Fluxos percentuais de participação sobre os mais frequentes transporte público coletivo de municípios de origem



Fonte: IBGE/REGIC, (2018) **Elaboração:** Autora, 2024

Entretanto, a maior articulação regional referente ao uso de transporte coletivo mais frequente por municípios de origem é realizada pelo AP de Barra do Garças. Essas condições estão estreitamente relacionadas a sua posição geográfica e a sua situação de nodalidade, o que lhe assegura ligações com um maior número de centros urbanos de maior hierarquia na rede urbana nacional. Isso, todavia, não a classifica como apenas uma cidade de passagem. Diferentemente dos demais centros da Mesorregião Nordeste, o AP de Barra do Garças dispõe de maior densidade de vias de circulação, e, por isso, suas conexões são mais ativas, considerando o número de linhas e horários disponíveis para a população requerente dos serviços de transporte.

A essas condições, Santos e Silveira (2014, p. 263) definem de espaço de rapidez, que do "ponto de vista material são dotados de vias de boa qualidade, e do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural".

Mesmo dispondo de maior alcance na participação sobre os transportes públicos coletivos, o AP de Barra do Garças divide tal atuação com os municípios de Água Boa, Canarana, Querência e Vila Rica, justamente pelo fato de as empresas atuarem basicamente sobre duas vias federais de circulação, BR-070 e BR-158. Nisso, sua participação percentual é reduzida nas áreas onde essas cidades atuam, como verificado pelas linhas de fluxos do Mapa 34, os percentuais são maiores em municípios com distâncias mais próximas, e que não necessariamente tenham que passar pelos terminais rodoviários das cidades referenciadas.

Assim, como vimos na Figura 38, o maior quantitativo de linhas tem conexão direta com a metrópole Goiânia, dotada de um espaço de muita rapidez. O que possibilita às pessoas usuárias de transporte público coletivo refazerem conexões com qualquer outra cidade no território brasileiro. Fator que nos conduziu a levantar a hipótese de um redesenho na circulação da Mesorregião, incluindo aberturas de linhas de transportes a partir da realização da ampliação das rodovias BR-080, MT- 326, e, caso se efetive de fato, a BR- 261 entre Xavantina e Aruanã (GO), principalmente, porque a circulação desencadeia via redes de interligações, estruturações territoriais e, por consequência, mudanças no espaço geográfico com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e especialização do território. Todavia, é preciso considerar que haverá por parte do Estado um tempo de acontecimentos. Já que o

Brasil é “um país ótimo na elaboração de planos, mas péssimo na capacidade de executá-los” (Silveira, 2015, p. 51).

Dessa maneira, concordamos com Araújo Sobrinho, ao afirmar que:

> A configuração atual e as tendências de evolução da rede urbana são expressão e condição das lógicas e políticas que determinam a dimensão territorial do planejamento de um país, bem como a reflexão sobre os desdobramentos das dinâmicas que envolvem o urbano, o regional e a conformação de territorialidades (Araújo Sobrinho, 2010, p. 620).

Mesmo porque “As temporalidades influenciam diretamente na efetivação das centralidades e dos centros, principalmente em processos econômicos e políticos” (Saquet, 2011a, p. 79). Nessas circunstâncias, o processo de alteridade dos níveis de centralidades dos centros desse subsistema urbano depende não só das variáveis que apresentamos, mas de tantas outras que não conseguimos para o momento. Entretanto, podemos certamente afirmar que Barra do Garças, mesmo em seu agrupamento de municípios compondo um Arranjo populacional, já não exerce, mais sozinha, centralidade sobre a Mesorregião Nordeste do Estado, e que a sua maior representação de centralidade está assegurada pelo dinamismo das especializações na saúde e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos revelou que o papel de Barra do Garças é assegurado pela sua condição geográfica e pelo dinamismo existente em decorrência do agrupamento de cidades (IBGE, 2007, 2018). O contexto de vizinhança com os municípios de seu arranjo populacional promove significativos movimentos pendulares que caracterizam o cotidiano dessas três cidades. Situação reforçada com as populações de municípios do entorno, que abrange sua região de influência imediata. A maioria desses municípios se localizam a um raio de distância máxima de 70 km deste centro intermediário.

O processo de reestruturação produtiva, ocorrido no estado de Mato Grosso, ao longo das últimas cinco décadas, e o crescente processo de urbanização impulsionado pela globalização, fizeram com que os centros urbanos já existentes tivessem seus papéis ampliados. Tais condições se devem ao alargamento das especializações no espaço da cidade diante do crescente aumento das atividades do setor terciário.

Diante da melhor distribuição de infraestruturas técnicas sobre o território, algumas cidades do agronegócio (Elias, 2006, 2012, 2022) surgem em decorrência do avanço e da intensificação do sistema capitalista de produção, representado pelo seu fenômeno singular (Costa, 2008), a globalização. Como sustentação da internacionalização da produção e financeira, a globalização induz a projeção dos centros urbanos, dotando-os, ainda que desigualmente, de especializações.

Essa dinâmica é refletida na estrutura da rede urbana, onde centros menores passam a desempenhar funções relevantes, dividindo, em algumas situações, papeis com centros de âmbito superior no mesmo subsistema urbano. Esse exemplo é nítido entre Barra do Garças, Água Boa, Canarana e Querência. O papel antes atribuído à primeira cidade, como sendo o principal centro de consumo de bens e serviços especializados para o campo, hoje é realizado por esses três últimos centros. Com períodos de emancipação entre 1979 (segundo e terceiro municípios) e 1991 para o último.

Ressaltamos que o atributo, antes assumido por Barra do Garças, não necessariamente se coloca em função do seu arranjo populacional, uma vez que os municípios que o compõe apresentam pouca relevância e número de comércios voltados para as demandas da agropecuária moderna ou para as agroindústrias, exceto, pela oferta de mão-de-obra. Esse fator foi, e continua sendo, um ponto fundamental em nossas averiguações, pois percebemos que, em termos de complementaridade funcional, Pontal do Araguaia e Aragarças-GO dispuseram de uma estreita participação na oferta de bens materiais, sobressaindo na oferta de serviços. A cidade goiana, até mesmo pelo seu tempo de emancipação e relação de divisa interestadual, assegura com mais ênfase a abrangência comercial e de serviços com Barra do Garças.

O arranjo populacional, fazendo jus à própria terminologia, estabelece condições relacionadas ao quantitativo populacional e a sua dispersão entre os espaços urbanos de contiguidade, aglutinando áreas centrais, fomentando o consumo onde há maior centralização e diversificação de estabelecimentos comerciais, e de serviços, nos mais variados setores, mas, especificamente, os de saúde, educação e financeiros.

Todavia, não significa dizer que as cidades que compõem o arranjo populacional de Barra do Garças não ocasionem fluxos. Os resultados nos possibilitam afirmar que os fluxos mais constantes, envolvendo os três espaços urbanos como sendo uma cidade única, são mais explorados e dinamizados por populações que residem na área de influência imediata.

No entanto, a construção dessa centralidade de Barra do Garças e do desenvolvimento dos seus papéis como um centro de alcance intermediário se deve ao conjunto do movimento urbano, ou seja, dessa dinâmica de vizinhança existente entre os três centros urbanos, haja vista que a escolha locacional de muitas empresas instaladas na cidade de Barra do Garças se deve, primeiro, ao componente demográfico, e, em seguida, às estruturas já preparadas para recebê-las. Isso favorece a centralização desse urbano e faz com que a centralidade se coloque como elemento estruturador da cidade ao redirecionar a expansão do centro comercial.

As articulações regionais decorrem, essencialmente, dos fluxos de proximidade pela busca por serviços de ensino superior, sendo até o momento aptidão exclusiva do (AP) de Barra do Garças pela crescente oferta de cursos e maior

quantitativo de instituições públicas e privadas, tanto no sistema presencial como ensino à distância (EaD). Os serviços de saúde também têm demostrado crescente especializações e oferta tanto em número de profissionais quanto de estabelecimentos de saúde, especificamente, no setor privado.

Nesse aspecto, afirmamos que Barra do Garças desempenha mais de um papel na condição de cidade média, ou intermediária do subsistema de cidades da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso. Entretanto, seu destaque atual está concentrado para os serviços imateriais do setor da educação superior, e material com atendimentos médicos, hospitalar e odontológicos. Seguido por um comércio voltado ao consumo consumptivo.

As articulações regionais de longa distância acontecem pela gestão do território gerido pelas empresas filiais ou sedes nacionais e transnacionais, bem como pelas instituições federais conforme seus níveis de hierarquia. Nossas investigações apontaram que a crescente terceirização, comandada por empresas transnacionais, em sistema de franquias, pode gradualmente resultar em novas condições de centralização das cidades em rede.

Isso porque, ao não ser mais necessário grandes empreendimentos por parte da franqueadora, a escolha da localidade torna-se mais flexível. Por conta das novas relações entre o pequeno capital (empresário local) e o grande capital (empresa global), o comércio de grife (Costa, 2008), ostentado por uma elite exigente, não necessariamente precisará estar em uma metrópole, e, em algumas situações regionais, nem mesmo na cidade média. Em razão do novo funcionamento ocorrer em redes espalhadas por todo o território nacional.

Tais contextualizações se fizeram a partir do alcance dos objetivos traçado para a pesquisa. Por meio dos quais foi possível entender que:

1- A composição da rede urbana da Mesorregião Nordeste, e em toda a extensão do Estado de Mato Grosso, responde ao modelo da divisão territorial do trabalho, já firmado por Corrêa (1989). Assim, ocorre novas condições e necessidades de organização da estrutura dos objetos e tipos de atividades produtivas, de modo que as funções e os processos rurais-urbanos se realizem seguindo os parâmetros do processo de globalização, construindo conteúdos socioespaciais que estão políticos e

economicamente desiguais em âmbitos regionais. Esse processo é possível tanto pelas diferenças locacionais das potencialidades produtivas quanto pelos níveis de tecnificação e especializações aplicadas. Estejam as atividades de produção localizadas no campo ou na cidade, as contradições que se apresentam são necessárias à própria sustentação do sistema capitalista.

2- As relações em rede são essenciais na celeridade de lucro, por isso, devem ser expandidas. Cabe, portanto, à urbanização desencadear processos de mobilidade constantes nas múltiplas escalas do território e, nesse impasse, a cidade atua como palco de oferta e realização dos deslocamentos e consumo. Esses processos servem como pontos de concentração da riqueza e pobreza, ao mesmo tempo que as propaga, são por isso, verdadeiras forças centrípetas e centrífugas que estabelecem hierarquias funcionais em uma região (Santos e Silveira, 2014). A reorganização da produção e a expansão dessas atividades econômicas criaram outras dinâmicas espaciais como a migração. Fenômeno recorrente e constante em regiões onde as atividades econômicas dispõem de características da contratação periódica e da necessidade de serviços especializados, como as requeridas pela agricultura de mercado internacional. Condição que proporciona o processo de urbanização tanto dos centros de maior dinamismo quanto de alguns menores na Mesorregião.

3- As novas estruturas ou (re)estruturações das cidades e do urbano, do nosso recorte de estudo, ocorrem pelo comando da produção capitalista, que, geralmente, orienta-se estrategicamente pelos interesses e pelas necessidades sociais historicamente construídas em favor do capital. Arriscamos, assim dizer, que tais centralidades intraurbanas e, principalmente, interurbanas são induzidas. São criadas socialmente por indução de fatores, elementos, e/ou agentes que mediam a organização socioespacial, reconstruindo assim uma totalidade. A composição da centralidade urbana também deve ser analisada pela posição geográfica do sítio da cidade em relação à distribuição das redes técnicas e da maior ou menor proximidade com uma capital regional, pois as lógicas

empresariais estão pautadas no rápido alcance com o mínimo de custo. Esse é um dos princípios da acumulação por meio do excedente.

4- O padrão espacial e organizacional da cidade se manifesta pela distribuição da renda, um indicador determinante na escolha locacional das corporações, assim como demografia e, em alguns casos, especialização da mão de obra. O consumo consumptivo e produtivo, estão também relacionados aos dois circuitos da economia (Santos, 2005). E tivemos em vista mostrar esses componentes da organização do espaço urbano como determinantes de centralidades e de alcance dos fluxos na escala regional. Embora as atividades do circuito inferior não consigam determinar hierarquias ou heterarquias na rede de cidades, pois elas estão em todos os lugares, independente de infraestruturas técnicas; o par dialético no arranjo e no movimento da composição do sistema de rede urbana é constante e complementar e faz com que a sub-rede urbana do Arranjo Populacional de Barra do Garças apresente sobreposição de fluxos. Por isso, teve casos, como compra de eletrodomésticos, em que os centros de nível inferior não buscaram o centro de maior hierarquia, mas o centro mais próximo de maior importância, classificados como polos regionais.

A implantação de novas infraestruturas técnicas sobre o território da Mesorregião Nordeste, promovidas pela atuação do Estado, as políticas territoriais e econômicas, como as de escoamento de commodities em andamento, poderão promover novos redesenhos na estrutura hierárquica da sub-rede de estudo em virtude da ampliação da circulação e das rotas de ligação interestaduais (Mato Grosso e Goiás). Do mesmo modo, é possível que a popularização da internet em larga escala, associada às redes de serviços terceirizados de entrega, que já superam os serviços dos correios, traga significativas alterações no padrão espacial dos comércios e na atuação das grandes empresas varejistas quanto ao uso do território.

Nessa perspectiva, as tendências de mudanças funcionais dos centros urbanos, e dos níveis de hierarquia urbano regional devem ser um conteúdo em investigação contínua, não apenas ao domínio do conhecimento acadêmico, mas de gestores públicos e empresarial, pois estamos lidando com alterações no sistema de cidades promovidas pelas modernizações que se projetam mediadas por uma

racionalização espacial, quase sempre comandadas pela constante reprodução do capital.

Apesar de todas as políticas públicas implantadas no âmbito federal, estadual e mesmo municipal, para atender aos planejamentos regionais e de desenvolvimento econômico de Mato Grosso, persistem as desigualdades nas áreas de investimentos em produtividade econômica. As contradições são históricas, e elas ocorrem pelo modo como os meios de produção são apropriados, pela divisão social e territorial do trabalho, criando não apenas desigualdades espaciais e sociais, mas desarranjos ambientais. Situação que requerer novas posturas ao planejamento de competitividade, assegurando participação e inclusão de oportunidades aos diversos agentes e não apenas a um pequeno grupo de elites (Farias, 2014).

A metodologia que adotamos nos permitiu atingir os objetivos elencados e apontar respostas ao problema de pesquisa. Assim como sustentar a tese que as Políticas Públicas nacionais condicionaram a gênese da centralidade da cidade de Barra do Garças, e a Geopolítica estadual promoveu a configuração da tríade centralidade-nodalidade-conectividade presentes no arranjo das funções urbana, e de seu papel na rede de cidades.

As bases de dados do IBGE/REGIC (2018) são de fundamental importância para a apreensão da dinâmica da rede urbana. Não tivemos como averiguar outros fluxos além dos de origem dos estudantes de ensino superior. Contudo, sugerimos que outras pesquisas possam se valer de averiguar os fluxos decorrentes das compras efetuadas para revenda, e compras pessoais realizadas por meio do sistema de plataformas *e-commerce,* identificando, igualmente, a origem e a distribuição locacional das empresas responsáveis pela distribuição do produto até o consumidor.

O estudo crítico da rede urbana brasileira torna se importante não somente para o desenvolvimento científico e acadêmico, mas também para haver produção de conhecimento que direcione a promoção de novas políticas públicas que atendam demandas sociais mais urgentes, relacionadas, especialmente, à saúde, educação e a empregos. Podendo por parte das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) determinar ações que assegurem uma gestão do território que minimize as desigualdades, sobretudo, as sociais.

Por fim, acreditamos que este estudo traz contribuições para se pensar a composição e formação de redes urbanas, principalmente, em regiões de predomínio

econômico do agronegócio a partir do par dialético campo e cidade, e não somente dos condicionantes de organização urbanos. Aderimos, portanto, a essa escolha metodológica haja vista que não a encontramos em outras pesquisas que abordaram o estudo da rede urbana. A sistematização cartográfica das bases de dados do IBGE referente aos fluxos e ligações entre cidades também é pouco trabalhada na maioria dos trabalhos que realizamos leitura, e acreditamos ser uma ferramenta de grande potencial para averiguar situações empíricas muitas vezes essenciais para se pensar os planejamentos de políticas públicas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental:** a Sudeco no espaço matogrossense, contextos, propósitos e contradições. Editora: UFGD; Dourados, 2014.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Planejamento e produção do espaço. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **A necessidade da Geografia.** Editora Contexto; São Paulo, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre método e técnicas em Geografia Humana. *In*: **DIALOGUS,** v. 4, n. 1, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: http://www.unimaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/. Acesso em: 10/07/2021.

ALVIM, Ana Márcia Moreira; BESSA, Kelly; FERREIRA, Guilherme Luiz Lopes. Urbanização, Migração e rede urbana do Tocantins: concentração de atividades políticos-econômicas, e redefinição dos papéis dos principais centros urbanos. *In:* **Boletim de *Geografia***, Maringá, 2019. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/38979. Acesso em: 31/03/2024.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica*. In:* **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 99, p.169-184, 2018. Disponível em: https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/view/. Acesso em: 29/10/2020.

ARNO, Rieder. A extensão universitária através do projeto Rondon: participação das universidades públicas de Mato Grosso*. In:* Revista Gestão Universitária da América Latina-GUAL, Florianópolis, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n2p58/22569. Acesso em: 14/07/2024.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Rede urbana do Brasil e da América do Sul: Caracterização e Tendências. *In:* IPEA. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. V. 2, Livro 6; Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3211?locale=pt_BR. Acesso em: 12/05/2023.

ARAÚJO NETO, Mário Diniz de; LEITE, Cristina Maria Costa; Desenvolvimento socioeconômico no contexto da região Centro-Oeste. *In:* HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Editora: entrelinhas; Cuiabá, 2005.

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. *In:* ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Território e Circulação:** a dinâmica contraditória da globalização. 1ª edição, Editora:Annablume, São Paulo, 2015.

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestre. **Linhas de ônibus**. Ministério dos Transportes, 2024, Disponível em: https://portal.antt.gov.br/web/guest/linha-de-onibus. Acesso em: 12/08/2024.

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Visita técnica da ANTT atesta avanços nas obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO).** Ministério dos transportes, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/visita-tecnica-da-antt-atesta-avancos-nas-obras-da-ferrovia-de-integracao-centro-oeste-fico. Acesso em: 14/08/2024.

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Projeto para implantação da Ponte sobre o Rio Araguaia na FICO é aprovado pela ANTT.** Ministério dos transportes, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/projeto-para-implantacao-da-ponte-sobre-o-rio-araguaia-na-fico-e-aprovado-pela-antt. Acesso em: 14/08/2024.

BACELAR, Tânia. Dinâmica Regional Brasileira nos Anos Noventa: Rumo à desintegração Competitiva? *In*: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (orgs.). **Redescobrindo o Brasil:** 500 anos depois. 3ª ed. Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Tradução (Artur Mourão), Editora: Edições 70, Lisboa, 1995.

BLANCO, Jorge. Territorio, Circulación y Redes: Articulaciones y tensiones. *In:* **Território e Circulação: A dinâmica contraditória da Globalização.** 1ª ed. Editora: Annablume; Pinheiros-SP, 2015.

BLATT, Guilherme. **Governo de MT já interligou 47% dos municípios que não tinham rodovias asfaltadas.** [Notícias SINFRA-MT), Cuiabá, setembro, 2023.

BARATA, Luiz Roberto Barradas; Tanaka, Oswaldo Yoshimi; MENDES, José Dínio Vaz. Por um processo de descentralização que consolide os princípios do sistema único de saúde. *In:* **Epidemiologia e serviços de saúde**. V.13, nº-1, 2004. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742004000100003. Acesso em: 05/06/2024.

BARRETO, Rogério. O centro e a centralidade urbana: aproximações teóricas a um espaço em mutação. *In:* CEGOT-Cadernos curso em doutoramento em Geografia, 2010. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/site/geral. Acesso em: 29/08/2022.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. A produção do espaço urbano nos diferentes padrões de acumulação: O fordismo e a acumulação flexível em perspectiva. *In:* **Espaço e Economia.** Revista brasileira de Geografia Econômica; ano VII, número 14. 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/5841. Acesso em: 18/05/2024.

BARROS, Walmor. Ponte do Cocalinho foi inaugurada neste sábado 29/07/2022. *In:* **Notícias prefeitura de Cocalinho, 2022.** Disponível em:

https://www.cocalinho.mt.gov.br/not%C3%ADcias-em-geral/item/3099-ponte-do-cocalinho-foi-inaugurada-neste-. Acesso em: 15/08/2024.

BRAGA, Vanderlei; Castillo, Ricardo. Tipologias e topologias de nós logísticos no território brasileiro: uma análise dos terminais ferroviários e das plataformas multimodais. *In:* Boletim Campineiro de Geografia, V. 3, Nº, 2, 2013. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2484. Acesso em: 10/07/2024.

BRASIL, Ministério dos Transportes. **Plano Nacional de Logística e Transportes:** relatório executivo, Brasília, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transporte-terrestre/plano-nacional-de-logistica-e-transportes/relatorio-executivo-2007. Acesso em: 08/08/2024.

BRASIL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. **DNIT dá a largada para a implantação e pavimentação da BR-158/MT.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-da-a-largada-para-a-implantacao-e-pavimentacao-da-br-158-mt. Acesso em: 12/08/2024.

BRASIL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. **Ministério dos Transportes revitaliza 145,6 km da BR-158, no estado do Pará.** Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/dnit-conclui-servicos-em-145-6-quilometros-da-br-158-no-estado-do-para. Acesso em: 12/08/2024.

BRASIL. Ministério das cidades-**Dados abertos Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 2023. Disponível em: https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/dados-do-minha-casa-minha-vida Acesso em: 15/12/2023.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**, v. 53, n.3, Rio de Janeiro, 1991.

BENDLIN, Ana Carolina**. Programas habitacionais anteriores ao MCMV fizeram muito pouco pra resolver o déficit habitacional.** Imobireport, 2020. Disponível em: https://imobireport.com.br/programas-habitacionais-anteriores-ao-mcmv-fizeram-muito-pouco-pra-resolver-o-deficit-habitacional/. Acesso em: 07/12/2023.

BERNADES, Cláudio. Indução do adensamento nos municípios depende da ação do poder público**.** *In:* **Jornal Estadão**, 26 de abril, 2023. Disponível em: BERNADES, Cláudio. Indução do adensamento nos municípios depende da ação do poder público**.** *In:* **Jornal Estadão**, 26 de abril, 2023. Disponível em: https://summitimobiliario.com.br/wp-content/uploads/2023/04/26.04-caderno-summit-imobiliario.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2022.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira moderna: BR-163 matogrossense. *In:* BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire. **Geografia da Soja:** BR-163 fronteira em mutação. Editora: Arquimedes, 1ª Reimpressão, Rio de Janeiro, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão. Novas fronteiras do capital no Cerrado: Dinâmicas e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. *In:* Revista Scripta Nova, Universidade de Barcelona, Vol. XIX, núm. 507; Barcelona, 2015. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/. Acesso em: 12/03/2024.

BERTOLLO, Mait. Dinâmica na rede urbana brasileira atual e a capilarização da informação pelo smartphone no território. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/15818. Acesso em: 17/07/2023.

BERTOLLO, Mait; CASTILLO, Ricardo Abid; BUSCA, Matheus Dezidério. Internet das Coisas (IoT) e novas dinâmicas da produção agrícola no campo brasileiro. *In:* Revista Confins, nº. 56, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/47229. Acesso em: 30/05/2024.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. Tradução; Leônidas Gontijo de Carvalho; atualização ortográfica; Isabel Cury Santana. 2ª. ed. rev. e atualizada, Editora: Nacional, São Paulo, 1980.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; CAVALCANTE, Cládia Varizo. O plano diretor e os elementos formadores de novas centralidades intraurbana. *In:* **Ci. & Tróp.,** Recife, v.33, n.2, p.219-241, 2009. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/851. Acesso em: 19 de maio de 2023.

BOTH, Bruna Camila; BOTH, Eliete Grasiela; BARALDI, Ivete Maria. Uma História da Formação de Professores (de Matemática) em Cuiabá e Barra do Garças –MT *In:* Revista Edumat/MS, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/9495/7061. Acesso em: 14/07/2024.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. Centralidade interurbana: uma abordagem conceitual. *In:* **Revista Equador**, (UFPI), Vol. 5, Nº 5, p.71 – 93, 2016. Disponível em: http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador . Acesso em: 06 de maio de 2023.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. *In:* **Revista Gestão e Desenvolvimento**. nº.9, 2000. Disponível em: https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/9. Acesso em: 10/05/2024.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. *In:* **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, dez. 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/159878. Acesso em:15/08/2022.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora; MAIA, Doralice Sátyro; ARAÚJO, Caline Mendes de. Do BNH ao PMCMV: O processo de conformação de novas periferias urbanas em cidades médias brasileiras. *In:*

GEOgraphia, v. 24, Niterói, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/52452. Acesso em: 18/12/2023.

CAMARGO, João Carlos; SILVA, Ennio Peres da; CANAVARROS, Otacílio Borges *et al.* Fornecimento de energia elétrica através de células a combustível utilizando reforma de etanol em comunidade isolada do Estado de Mato Grosso. *In:* **Anais do 4º Encontro de Energia no Meio Rural**. Campinas-SP,2002 Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo. Acesso em: 24/09/2022.

CAMACHO, Augusto. **Estradeiro Aprosoja MT visita futuras instalações da estação de transbordo de cargas de Marabá-PA.** (A gazeta do Vale do Araguaia), 2021. Disponível em: https://agazetadovale.com.br/2021/08/26/estradeiro-aprosoja-mt-visita-futuras-instalacoes-da-estacao-de-transbordo-de-cargas-de-maraba-pa/. Acesso em: 14/08/2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. Editora: Labur edições, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp. Acesso em: 05/10/2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** Editora: Contexto, São Paulo, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1ª edição, 1ª reimpressão, Editora: Contexto, São Paulo, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma Geografia do espaço. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **A necessidade da Geografia.** Editora Contexto; São Paulo, 2019.

CARMO, Robert Luiz do; VAZQUEZ, Felipe Ferraz, CAMARGO, Kelly. Agronegócio e dinâmica populacional: a soja e os frigoríficos em Mato Grosso. *In:* **Boletim regional, urbano e ambiental.** IPEA, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8154. Acesso em 22/10/2023.

CARVALHO, Alice de Almeida Vasconcellos de; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. O papel do Programa Minha Casa, Minha Vida no processo de construção das cidades: a perspectiva configuracional. *In:* **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/FkFLVPCZLTtkbY8hpP5RBYP/?lang=pt. Acesso em: 09/01/2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma Geografia da Cidade: elementos da produção do espaço urbano. *In:* Geografia da Cidade: A produção do espaço urbano em Goiânia. Editora: Alternativa, Goiânia, 2001.

CATELAN, Marcio José. **Heterarquia Urbana:** Interações espaciais interescalares e cidades médias. Tese de doutorado, 227p. Presidente Prudente, agosto 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105058. Acesso em: 12/10/2020.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede.** Editora: Paz e Terra; 4ª ed. São Paulo, 1999.

CASTELLS, Manoel. **O poder da comunicação.** [Tradução] Rita Espanha. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.

CASTILHO, Dênis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3500. Acesso em: 15/10/2020.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do Agronegócio: novas relações campo-cidade e reestruturação urbana*. In:* **Revista da Associação Nacional de Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v.12, nº. 18, especial GT, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6406. Acesso em: 12/08/2023.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A Paixão do Método. *In:* Rev. **Mutirõ** Vol.1, No.3, 2020 Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/249174. Acesso em: 05/08/2022.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manuel, REZENDE, Mônica Cristina da Silva. **A dinâmica Demográfica de Goiás.** Editora: Ellos, Goiânia, 2009.

COIMBRA, Raquel Gonçalves; BARBASTEFANO, Flexa Rafael Garcia. Consórcios públicos de saúde coletiva: uma revisão da literatura. *In:* **Revista Ciência e Saúde,** n 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/QDbb8PkPmpczWtx7ZW9nKGk/. Acesso em: 23/05/2021.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1979.
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT**). Pesquisa CNT de rodovias 2023.** Brasília, 2023. Disponível em: https://www.cnt.org.br/pesquisas. Acesso em 07/03/2024.

CONTINI, Elísio; JÚNIOR, Geraldo Bueno Martha; GASQUES, José Garcia; JUNIOR, Pedro Abel Vieira**. O papel das políticas públicas no Cerrado.** 2020. Disponível em:https://embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1121865/. Acesso em: 22/12/2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora: Ática, São Paulo, 1989ª

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** Editora: Ática, 1ª edição, São Paulo,1989b.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *In:* **Revista Território.** Ano IV, nº 6, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/712915080/ . Acesso em 06/06/2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7ª edição, Editora: Ática, São Paulo, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato**. Interações espaciais.** *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto. Explorações Geográficas: percursos no fim do século. 2ª edição, Editora: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas.** 4ª edição, Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. 2ª ed. Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. Editora Unesp, São Paulo, 2018.

CORRÊA. Roberto Lobato. Rede urbana e Formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *In:* **Revista Território,** Rio de Janeiro, ano V, n" 8, 2000. Disponível em: http://www.laget.eco.br/pdf/08_5_lobato. Acesso em: 15/12/2020.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Hinterlândias, Hierarquias e Redes:** uma avaliação da Produção Geográfica Brasileira. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano. Editora: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional Global:** Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. 2ª edição, Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Wanderley Messias. Políticas territoriais nos anos 50. *In:* **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**, Editora: Contexto, São Paulo, 2000.

COSTA, Wanderley Messias; THÉRY, Hervé. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: Da Geografia Militar a um Pensamento Estratégico Nacional. *In:* **Revista Tamoios,** ano 12, nº 2; São Gonçalo, 2016. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/26780. Acesso em: 04/05/2021.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. Editora: Expressão Popular; 1 ed. São Paulo, 2008.

COSTA, Marco Aurélio; GOMES, Ana Maria Isar dos Santos; ADRIANO, Henrique Soares Rabelo. Política Nacional de desenvolvimento urbano: ambivalências, tensões e contradições. *In:* STEINBERGER, Marilia. **Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais.** Editora: Ler, Brasília, 2017.

COUTO, Ronaldo. Filho explica por que ex-prefeito mudou a sede de Araguaiana para Barra. *In:* **Olhar direto,** 2013. Disponível em:

https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=339386&. Acesso em: 15/06/2023.

DALOSTO, João Augusto Dunk. Ocupação e Infraestrutura de Transporte: O desenvolvimento da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, Brasil *In:* **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, 2019. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/. Acesso em 05/08/2022.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. Editora: Atlas, São Paulo, 1985.

DIAS, Leila Christina. Redes de Informação, grandes organizações e ritmos de modernização. *In:* **Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Rio de janeiro, 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo. Acesso em: 22/09/2022.

DIAS, Leila Christina. Geografia e Qualidade de Vida: Pensando as redes Técnicas. *In:* **Periódicos Geosul.** Santa Catarina, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/. Acesso em: 26/08/2022.

DIAS, Leila Christina; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. *In:* **Revista Caderno CRH**, nº55, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/art*icle/view/19000*. Acesso em: 31/07/2024.

DIAS, Leila Chistina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas.** 16ª ed., Editora Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, 2014.

DIAS, Leila Christina. Redes financeiras e mudanças espaciais na cidade. *In:* FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **Desafios da Metropolização do Espaço.** 1ª Ed. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

DIAS, Leila Christina. Rede Geográfica. *In:* **GEOgraphia,** Universidade Federal Fluminense; vol: 22, n. 49, Niterói, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47614. Acesso em: 20/08/2022.
DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da**. Redes, sociedades e territórios.** [recurso eletrônico] - 3. ed. rev. e ampl. Editora: EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2021.

EGLER, Cláudio C. A. Apontamentos sobre Rede Urbana e Políticas Públicas no Brasil. *In:* Ralfo Matos; Weber Soares. (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** 1ª ed. v. 1, Editora: Garamond, Rio de Janeiro, 2010a.

EGLER, Claudio A.G. Nodalidade e rede de cidades na América do Sul *In:* **Confins** [online], 16 | 2012, Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/7878. Acesso em: 01/03/2022.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *In:* **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**.V.13, N.2, 2011. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400. Acesso em: 30/07/2024.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *In:* **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400. Acesso em: 22/05/2024.

ELIAS, Denise. Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará (Brasil). *In:* **Confins**, nº. 45, 2020. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/27877. Acesso em: 12/10/2023.

ELIAS, Denise. Agronegócio Globalizado e (re)estruturação Urbano-Regional no Brasil. *In:* **revista Geografia.** V. 39, nº. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811. Acesso em: 22/10/2023.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. *In:* **revista Ciência Geográfica**, Vol. XXVI; Bauru, 2022. Disponível em:https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929 Acesso em: 01/06/2024.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul:** Competitividade regional e vulnerabilidade territorial. Tese [doutorado em Geografia]; UFGD, Dourados, 2017. Disponível em; https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/390. Acesso em: 10/08/2024.

FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira. **A rede de cidade e o ordenamento territorial**. 2015. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/. Acesso em: 24/12/2020.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso. *In:* **O olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste**. BNDES, 2014. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/. Acesso em: 19/09/2022.

FERNANDES, M. T. M. Espaço Urbano e Produção de Centralidades Socialmente Segmentadas: em que se firma a centralidade de Campos do Jordão, SP? *In:* **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** G&DR. V. 17, N. 1, p. 393-409, janabr/ 2021. Taubaté, SP. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/. Acesso em: 05 jun. 2022

FREITAS, Maria Ester. Viver a tese é preciso! Reflexões sobre as aventuras e desventuras da vida acadêmica*. **In:*** **Revista de administração de empresas**, São Paulo, 2002.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *In:* **Revista Mercator**. Número especial, 2011. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398. Acesso em: 02/03/2021.

FREDERICO, Samuel. O novo tempo do Cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese [doutorado]; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/. Acesso em: 31/07/2024.

FIBGE, **Censo demográfico 1991**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1992.

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; RIGOTTI, SERRA, Rodrigo Valente. *In:* **Repositório IPEA, Capítulo 1;** 2001. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/. Acesso em: 10/08/2022.

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *In:* **Revista RA´E GA,** Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007. Editora UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/. Acesso em: 10/08/2022.

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim O que são Cidades Médias? *In*: **YouTube canal descomplicado.** por Douglas Sathler; 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PDm8aZASdQ4&t=620s. Acesso em: 05/08/2022.

FILHO, Aucides Goularti. Estado, transportes e planejamento no Brasil: a atuação do GEIPOT na formulação de políticas públicas para os transportes. *In:* **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** V. 12, nº.3, Taubaté, 2016. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2522. Acesso em: 01/08/2024.

FIGUEIREDO, Shalon Silva Souza; JARDIM, Francisco; SAKUDA, Luiz Ojima. **Relatório do Radar Agtech Brasil 2020/2021:** Mapeamento das Startups do Setor Agro Brasileiro. Embrapa, SP Ventures e Homo Ludens: Brasília, 2021. Disponível em: www.radaragtech.com.br. Acesso em: 31/07/2024.

FRASÃO, Gustavo; RIBEIRO, Karol. Atenção primária e Atenção especializada: conheça os níveis de assistência do maior sistema público do mundo. *In:* **Ministério da Saúde –** notícia; saúde explica, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/. Acesso em: 26/06/2024.

GALINDO. E. P.; TAVARES, S. R. Contribuições para uma Agenda Urbana de Interação regional: para interpretação e tipologia de rede urbana para um Brasil mais policêntrico. *In:* **IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agenda Urbana e a construção da PNUD. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13805. Acesso em: 23 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª edição, Editora: Atlas S.A, São Paulo, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de Fronteira. *In:* **Relações CidadeCampo: Fronteiras.** Ed. UFG, Goiânia, 2000.

GASPARI, Gustavo Domingues; DA SILVA, Madianita Nunes. Centralidade e a

cidade contemporânea: reflexões para pensar o direito à cidade na produção da metrópole. *In:* **Revista PerCursos**, v. 19, n.40, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/. Acesso em: 31/08/2022.

GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Explorações geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e Temas. 16ª ed. Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

GREGÓRIO, José Renato Bez. Concepção Gramsciana de "Estado ampliado", aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas. *In:* COSTA, Joaquim Gonçalves da (org.) *et al;* **Estado Território e Políticas Públicas.** [recurso eletrônico], Laboratório de Políticas Públicas-UERJ; Rio de Janeiro, 2019.

HANSSENPFLUG, Dieter. Sobre Centralidade Urbana. *In:* **Revista em Vitrusvius**. Tradução de Adriana Gondran Carvalho da Silva, 2007. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos. Acesso em 29/08/2022.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Editora: Loyola, 17ª edição, São Paulo, 2008.

HENTZ, Carla; MOTTER, Crislaine. Relação campo-cidade: do consumo produtivo a (re)estruturação urbana. *In:* **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, n.2, 2016. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57347. Acesso em: 14/05/2023.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de. Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. *In:* **Mercator - Revista de Geografia** da UFC, vol. 12, núm. 2, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo. Acesso em: 28/11/2022

HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Editora: entrelinhas; Cuiabá, 2005.

HIGA, Tereza Cristina Souza. A integração de Mato Grosso na economia nacional. *In:* HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Editora: entrelinhas; Cuiabá, 2005.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza; GATTI, Flávio. Logística de escoamento da agroprodução mato-grossense e seus impactos na rede urbana regional. *In:* COY, Martin; BARROSO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio de. **Estratégias de Expansão do Agronegócio em Mato Grosso:** os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa. Editora: IABS, Brasília, 2020. Disponível em: https://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/estrategias-de-expansao-do-agronegocio-em-mato-grosso/. Acesso em: 22/04/2023.

IBGE, **Censo Demográfico e Econômico-**Estado de Mato Grosso. Série Regional volume XXIX, Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767. Acesso em: 05/06/2022.

IBGE, **Recenseamento Geral do Brasil**- Mato Grosso, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes. Acesso em: 05/06/2021.

IBGE, **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7308. Acesso em: 06/05/2021.

IBGE, **Sinopse do censo demográfico 2010-** Mato Grosso**.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/. Acesso em: 14/07/2021.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal (PAM).** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117. Acesso em: 10/04/2022.

IBGE, **Censo dos serviços**. (Recenseamento Geral do Brasil) Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br.

IBGE, **Gestão do Território:** redes e fluxos do território. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15795-gestao-do-territorio.html. Acesso em: 22/06/2023.

IBGE. **Nota Tecnica:** Pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2018 – informações de deslocamentos para serviços de saúde. Volume especial; abril, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27332-. Acesso em: 06 junho 2021.

IBGE. **Nota Metodológica:** Região de Influência das cidades 2018. Rio de Janeiro, 2020 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101729. Acesso em: 14/08/2022.

IBGE, **Divisão do Brasil e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Diretoria de Geociência, e Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca. Acesso em: 20/12/2020.

IBGE, **Regiões de Influência das Cidades.** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxosgeograficos. Acesso em: 20/12/2020.

IBGE, **Produto Interno Bruto dos Municípios.** 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html. Acesso em 06/03/2024.

IBGE, **Divisão regional do Brasil em Regiões geográficas imediatas e Regiões geográficas intermediárias 2017**. Coordenação de geografia, Rio de Janeiro, 2017.

Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/. Acesso em: 18/10/2020

IBGE, REGIC- **Regiões de Influência das cidades 2018:** Informações de deslocamentos para comércio. Nota técnica- Comércio. Diretoria de Geociência. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2101&id=3749. Acesso em 16/01/2021.

IBGE, **Divisão urbano Regional**: procedimentos operacionais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias. Acesso em: 16/01/2021.

IBGE, **Arranjos Populacionais e Concentração Urbanas do Brasil**. 2 ed. Rio de janeiro, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros.pdf. Acesso em: 25/02/2021.

IBGE, Tentativa de Classificação das cidades Brasileiras *In:* **Revista Brasileira de Geografia.** Nº 3, setembro, 1946. Disponível em: https://170.84.43.102/index.php/rbg/article/. Acesso em: 3/04/2021.

IBGE, **Censo Demográfico População e Habitação:** quadros de totais para o conjunto da União e de distribuições pelas regiões fisiográficas e unidade Federadas. Série Nacional; Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 16/09/2022.

IBGE, **Estatísticas do cadastro central de empresas 1996**. Diretoria de Pesquisas, Divisão de Cadastro e Classificação. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca. Acesso em 21/09/2022.

IPEA, **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais, Norte, Nordeste e Centro Oeste. Org. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasílias, 2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3103. Acesso em 14/04/2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados. Acesso em: 15/07/2024.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional? *In:* **IPEA**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2693. Acesso em: 08/01/2024.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** Editora: Brasiliense, coleção primeiros passos, 6ª reimpressão, 28ª edição; São Paulo, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LESSA, Viviane. Indústria de Mato Grosso é a que mais cresceu no Brasil em 2022. *In:* **Federação das indústrias do Estado de Mato Grosso** (FIEMT), 2023. Disponível

em: https://www.fiemt.ind.br/noticias/2981/industria-de-mato-grosso-e-a-que-mais-cresceu-no-brasil-em-2022. Acesso: 06/08/2023.

LOBO, Carlos. Movimentos migratórios e a dispersão espacial da população brasileira. *In:* MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (orgs.) **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** Editora: Garamond, Rio de Janeiro, 2010.

LORA, Guilhermo. **Extratos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado.** *In:* PARDIDO OPERÁRIO REVOLUCINÁRIO. Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/por/pdf/49.pdf. Acesso em: 06/04/2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª edição, editora Atlas, São Paulo, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Editora: Centauro, São Paulo, 2001.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste Brasileiro (1943-1967), Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf. Acesso em: 05/06/2021.

MACIEL, Dulce Portilho. Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o oeste. *In:* **IV Jornadas Nacionales Espacio, Memoria e Identidad;** promovido pela Universidad Nacional de Rosario, Rosário-Argentina, 2006. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/53285777/Aragarcas-1943-1968. Acesso em: 29/08/2022.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *In:* **Revista Brasileira de História.** v. 21, nº 41, São Paulo, 2001. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/. Acesso em 22/09/2022.

MACIEL, Marcio Pinheiro. **Pessoas com Deficiências:** Uma abordagem das práticas espaciais no espaço urbano de Barra do Garças-MT. [manuscrito] Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MAIA, Doralice Sátyro; LUCENA, Vilma Guedes de. A expansão periférica e a habitação popular nas cidades do interior do território brasileiro: O processo de urbanização recente em cidades de distintas escalas geográficas- Campina Grande e Patos na Paraíba.*In:* BELLET, [*et al*] Eds. Urbanización, Producción, y consumo en ciudades medias = **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias.** Universidade Estadual Paulista; Edicions de la Universitat de Lleida. Lleida, 2015.

MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, Willian Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. Centro e centralidades nas cidades médias: os caminhos de uma pesquisa. *In:* MAIA, Doralice

Sátyro; SILVA, Willian Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. **Centro e centralidade em cidades médias**. 1 ed. Editora: Cultura Acadêmica; São Paulo, 2017.

MALERBA, Julianna. Conflitos no Campo Brasil 2022: aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental. *In:* **Conflitos no Campo Brasil 2022.** Centro de Documentação Dom Tomás Bauduíno. CPT, Nacional, Goiânia, 2023. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web. Acesso em 18/03/2024.

MARICATO, Ermínia; Royer Luciana. A política urbana e de habitação. *In:* MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco Mil Dias:** O Brasil na era do Lulismo. Editora: Boitempo; Fundação Lauro Campos, São Paulo, 2017.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *In:* **Cadernos Metrópole 21**, 1º sem.; São Paulo, 2009.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. *In:* IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise, 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps_n.12_ensaio2_ministerio12.pdf. Acesso em: 02/01/2024.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando Gomes. Migração e rede urbana: procedências e inserção ocupacional*. In:* **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238677009. Acesso em: 31/03/2024

MEDEIROS, Océlio de. A Caracterização da Fundação Brasil Central e os projetos de sua reorganização. Administração local, conselho diretor. *In:* **Revista do Serviço Público**; maio e junho, Rio de Janeiro, 1948.

MELLO, J. A. V. B.; MELLO, A. J. R; ORRICO FILHO., R. D. (2016), Centralidade baseada em deslocamentos e seus reflexos sobre a estrutura monopolicêntrica da região metropolitana do Rio de Janeiro *In:* **Investigaciones Geográficas**, Boletín, núm. 89, Instituto de Geografía, UNAM, México, 2016. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo. Acesso: 01/09/2022.

MENDES, Isabel Amélia Costa; TREVIZAN, Maria Auxiliadora; CUNHA, Ana Maria Palermo. Campus avançado como extensão universitária. *In:* Revista Scielo Brasil, nº 31, 1978. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/zccGTQ37cz9dxQXqgT63nSk/?format=pdf&lang Acesso em: 12/07/2024.

MENDES, Constantino Cronenberger. Rede urbana, território e desenvolvimento regional. *In:* **Regional, urbano e ambiental**. Ipea, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5495. Acesso em: 17/01/2021.

MENDES, Isabel Amélia Costa; TREVIZAN, Maria Auxiliadora; CUNHA, Ana Maria Palermo da. **Campus Avançado como extensão universitária**. São Paulo, 1978. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/zccGTQ37cz9dxQXqgT63nSk/. Acesso em: 14/07/2024.

MENEZES, Dymilla Francyella Freitas. **Conquistas e resistências:** historicizando as experiências das mulheres em Aragarças e Barra do Garças (1970 a 1990). Dissertação (manuscrito); Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, Goiânia, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15019. Acesso em: 10/05/2023.

MINAYO. Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social.** 29ª ed. Editora: Vozes, Petrópolis, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde**. 2020. Disponível em: https://cnes.datasus.gov.br/. Acesso em: 23/05/2021.

MOVIMENTO PRÓ-LOGISTICA/MT e ESRADEIROS Aprosoja/MT. **Relatório estradeiro BR-080.** 2023**.** Disponível em: http://mplmt.com.br/2022/10/05/estradeiro-br-080-relatorio-2022/. Acesso em: 14/08/2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica**: A valorização do espaço. 2ª ed. Editora: Hucitec, São Paulo, 1987.

MORENO, Gislaine. A inserção de Mato Grosso na economia nacional. *In:* HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Editora: entrelinhas; Cuiabá, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil:** Constituição e problemas de relação. 1ª ed. 1ª reimpressão. Editora: Contexto, São Paulo, 2015.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do território brasileiro. *In:* LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI por uma nova regionalização:** agentes, processos, escalas. Editora: Letra Capital; Rio de Janeiro, 2015.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, corpo do tempo:** a construção geográfica da sociedade. Editora: Consequência, Rio de Janeiro, 2019.

MOURA, Rosa et al. **Rede Urbana Brasileira como Agenda de Pesquisa no IPEA. Retrospecto e Perspectivas.** Brasília, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7419, acesso em: 10/11/2021.

MOTTA, Diana Meirelles da; AJARA, Cesar. Configuração da rede urbana do Brasil. *In:* **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 100, p. 7-25, Curitiba, 2001. Disponível em: https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/222. Acesso em: 20/11/2022.

MOTTA, Marcelo Paiva da. Geografia dos domínios de internet no Brasil. *In:* **Revista Brasileira de Inovação,** Campinas-SP, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/317376701_Geografia_dos_dominios_de_internet_no_Brasil. Acesso em: 30/06/2024.

NASCIMENTO, Ederson; MOTTA, Diana Meirelles da; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Cartografia do sistema urbano das cidades médias brasileiras. *In:* **Geosul.** v. 38, n. 87; Florianópolis, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91993. Acesso em: 22/10/2023.

NASCIMENTO, Ederson. Urbanização, Globalização e Exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. *In:* Revista Geográfica de América Central. V. 2, Nº. 57, Heredia, Costa Rica, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451748499003. Acesso em: 10/03/2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto. Centro e Novas Expressões de Centralidade em Cidades Médias: as respostas do centro tradicional da redefinição do velho. *In:* **Boletim de Geografia** V. 29, n. 1 Maringá, 2011. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article. Acesso em: 22/08/2022

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a Conquistas de Espaços Territoriais e Simbólicos. *In:* **Revista Política e Sociedade**; nº 12 abril, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/index. Acesso em: 13/09/2022.

OLIVEIRA, Léa de. Um olhar sobre a história do Campus Universitário do Araguaia-UFMT. *In:* **Revista Panorâmica**. 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1141. Acesso em: 21/06/2021.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Demografia e Habitação. *In:* GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. **Demanda futura por moradias:** demografia, habitação e mercado. 1ª ed. Editora: da Universidade Federal Fluminense; Niterói, 2018.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo. *In:* **Revista Geo UERJ;** ano 14 nº 23, v. 1, 1º semestre, Rio de janeiro, 2012. Disponível em: https://www.publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj. Acesso em: 04/05/2021.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. *In:* BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire. **Geografia da Soja:** BR-163 fronteira em mutação. Editora: Arquimedes, 1ª Reimpressão, Rio de Janeiro, 2010.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (Re)estruturação urbana e desigualdades espaciais em região e cidade do agronegócio. *In:* **Geographia,** ano 17, n 35, Niterói, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13727. Acesso em: 22/10/2023.

PEREIRA, A. L. dos S. Reflexões sobre o fenômeno da "centralidade" a partir do quadro teórico da "Antropologia da Cidade" *In:* **Revista Ponto Urbe**, Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 11 / 2012. Disponível em:

https://journals.openedition.org/pontourbe/. Acesso em: 02 mar. 2022.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. IPEA, Brasília, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle. Acesso em: 15/09/2022.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed. Editora: Contexto; São Paulo, 2005.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes *In:* CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos:** modos de ver e viver o espaço. Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

RAMOS, Mágdiel Martins. **O papel dos conjuntos habitacionais na produção do espaço urbano de Barra do Garças-MT.** Dissertação (Mestrado); Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França; Editora: Ática, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **O migrante e a cidade:** dilemas e conflitos. Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. Políticas Territoriais e Colonização numa Área da Amazônia Oriental. Editora: Paco, Jundiaí, 2016.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. Geopolítica e a formação de novos *fronts* agrícolas na Amazônia Legal. *In:* KAHIL, Samira Peduti *et al* (org). **O tamanho do Brasil:** Território de Quem? Editora: Max Limonad, São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Zenilda Lopes. Árabes: a produção do espaço urbano em Barra do Garças-MT. *In:* **Anais XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2018. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/site/anais. acesso em: 08/10/2021.

RIBEIRO, Zenilda Lopes. **Palestinos em Barra do Garças**. [entrevista online]; Disponível em: https://laisoaresbarros.wixsite.com/webjorlais. Acesso em: 07/02/2024.

RIBEIRO, Zenilda Lopes. **Diápora Palestina em Barra do Garças-MT**: Reflexões Geográficas sobre a Identidade Translocal. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, DF, 2022.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas:** ensinando sobre o urbano e a região. Tradução: Antonio de Pádua Danesi, Editora: Hucitec, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A política habitacional e a intervenção no espaço urbano. *In:* FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço.** 1ª. Ed. Editora: Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

ROLNIK, Raquel *et al.* O programa Minha Casa, Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *In:* **Caderno Metropolitano.** V. 17 n. 33, São Paulo, 2015. Disponível em:

SINFRA-MT. Secretaria de Estado Infraestrutura e Logística. **Malha rodoviária**. Disponível em: http://www.sinfra.mt.gov.br/malha-rodoviaria. Acesso em: 20 fev. 2022.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915) *In:* **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/. Acesso em: 23/09/2022.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**. Editora: Livraria Progresso Editora, Salvador, 1979.

SANTOS, M. **A metrópole Corporativa Fragmentada:** o caso de São Paulo. Editora Nobel, São Paulo, 1990.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. Editora: Hucitec; São Paulo, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território *In:* SANTOS, M; Maria Adélia A. de Souza; Maria Laura Silveira. **Território, Globalização e Fragmentação.** Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem.** 5ª ed. Editora: da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** Editora: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ªreimpr. Editora: da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2ª ed. 1ª Reimpr. Editora: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**; 3ºedição, 1ª reimpressão, Editora: Da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. Editora: Nobel, São Paulo, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil:** Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora: Record, São Paulo, 2014.

SANTOS, Alexandre Eduardo. Formação Espacial e Rede Urbana: O segmento de rede de Barra do Garças-MT. *In:* **Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias**, UFRJ/ReCiMe, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.geografia.ufrj.br/iii-cimdepe-simposio-internacional-sobre-cidadesmedias/. Acesso em: 12/08/2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais:** os conceitos de território e territorialidade como orientação para uma pesquisa científica. *In:* FRAGA, Nilson Cesar (Org). **Territórios e Fronteiras:** (re)arranjos e perspectivas. editora Insular, Florianópolis, 2011b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1ª edição, editora: outras expressões; São Paulo, 2011a.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise. 2ª ed. Editora: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23° ed. ver e atual. Editora: Cortez, São Paulo, 2007.

SILVA, José Antônio da. Crescimento Populacional e Ocupação Recente em Mato Grosso. *In:* **Cad. Est. Soc.** v. 13, n. 1, p. 127-141, Recife,1997. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/. Acesso em: 10/12/2022.

SILVA, Willian Ribeiro da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. *In:* **Revista Formação** (online) Unesp, v. 1, n 8; 2001. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1209. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. A região administrativa de Presidente Prudente: as cidades pequenas e a dinâmica econômica. *In:* SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas, perspectivas teóricas e formação socioespaciais.** Editora: Paco Editorial, Jundiaí, 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação Geográfica: do método a metodologia. *In:* **Revista Território**, ano IV nº 6, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/. Acesso em: 02/09/2022.

SILVEIRA, Redes e Território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *In:* **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.** Vol. VIII, nº 451, junio, Barcelona, 2003. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/. Acesso em 22/09/2022.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Circulação, Transportes, Logítica e a Dinâmica Capitalista: alguns apontamentos sobre as recentes reestruturações no Brasil. *In:* ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Território e Circulação:** a dinâmica contraditória da globalização. 1ª edição, Editora:Annablume, São Paulo, 2015.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *In:* **Formação** (online). Presidente Prudente-SP, n. 6, 1999. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1167/1168. Acesso em: 02/05/2022.

SOARES PEREIRA, Claudio Smalley. Os espaços do capitalismo global: empresas varejistas, uso do território e transformação urbana no Brasil. *In:* **Revista Conexão política.** V.9 nº. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/12226/html. Acesso em: 07/06/2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócioespacial.** 1ª edição, Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Ronie Cleber de. A expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e o desenvolvimento regional: O caso de Pau dos Ferros-RN. *In:* **IPEA, Universidade e Território:** Ensino Superior e Desenvolvimento Regional no Brasil do Século XXI. Brasília, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11167. Acesso em: 12/06/2024.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; FERREIRA JÚNIOR, Dionel Barbosa. A precarização do habitar e a financeirização do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá. *In:* **Confins-Revista Franco-Brasileira de Geografia, 2020.** Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/34401. Acesso em: 06/01/2024.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. *In:* **Revista Agrária**, nº.6, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313776291. Acesso em: 14/02/2023.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. Editora: Contexto, São Paulo, 1988.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. Editora: UNESP, São Paulo, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas Redes Urbanas: Cidades médias e Pequenas no Processo de Globalização. *In:* **Revista Geografia.** Rio Claro, v. 35, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/. Acesso em 20/06/2022.

SPOSITO, M. E. B. A Estructuração Urbana e Centralidade. S/d. *In:* **Observatório Geográfico de América Latina.** 1991. Disponível em:

http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

SPOSITO, M.E.B. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. *In:* FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. **Desafios da Metropolização do espaço.** 1 ed. Editora: Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

SPOSITO, M. E. B; SPOSITO, S. E. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégicas espaciais de empresas. *In:* **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 2017. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/. Acesso em: 15/11/2023.

STEINBERGER, Marília. Política de Desenvolvimento Regional: uma proposta para debates. *In:* **revista de administração pública.** Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article. Acesso em 20/09/2022.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbanoregional e do público-privado. *In:* ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (Org.). **Cidades médias brasileiras.** IPEA, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo2. Acesso em 27/12/2022.

STEINBERGER, Marília. Território e Federação na retomada de Política Públicas Espaciais pós 2003. *In:* BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (org.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional.** Editora: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *In:* **Revista Nera**, ano 10 N 10; janeiro/junho 2017. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429. Acesso em: 15/12/2022.

THÉRY, Hervé. **Novas paisagens urbanas do programa Minha, Casa Minha Vida**. *In:* Mercartor, v.16, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/Jq8ZCXjKt4CK3wbtNsSwGyh/. Acesso em: 09/01/2024.

UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso. **Plano de integridade.** Cuiabá, 2019. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46427. Acesso em: 14/07/2024

UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso, Vídeo Institucional em comemoração aos 40 anos do Campus Universitário do Araguaia. *In:* **Núcleo de Produção Digital, Cine Clube Roncador.** Pró-Reitoria do Campus Universitário do Araguaia, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6clKNCQJFws, Acesso em: 16/07/2024.

VARJÃO, Valdon, **Revista Gazita Magazine.** (coletânea impressa de acervo pessoal), gráfica de propriedade do autor, Barra do Garças-MT, 1978-1979. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade.** Editora: EDUFBA e EDITUS; 2ª edição, Salvador, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Editora: Global, São Paulo, 1986.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. A formação das cidades e a urbanização. *In:* HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Editora: entrelinhas; Cuiabá, 2005.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnificação do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. *In:* SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 18ª ed. Editora: Record, Rio de Janeiro, 2014.

ZANDONADI, Júlio César. O financiamento imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida na escala regional (arranjos populacionais) de cidades médias brasileiras. *In:* CALIXTO Maria José Martinelli Silva; MAIA, Doralice Sátyro; SPINELLI, Juçara. **Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras**. Editora: consequência, Rio de Janeiro, 2022.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações Tecnológicas, Mudanças nos Padrões Locacionais e na Configuração da Centralidade em cidades médias. *In:* **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245; 2007. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24524.htm. Acesso em 29/08/2022.

Sites consultados

https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=7308&view=detalhes
https://www.cnm.org.br/municipios/registros
https://cidades.ibge.gov.br/
https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc
https://www.ipea.gov.br/portal/
https://www.gov.br/cidades/pt-br
https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3023
https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/1367/energisa-mato-grosso
https://ri.energisa.com.br/a-energisa/nossa-historia/
https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/
https://brasil.mapbiomas.org/
https://brasil.mapbiomas.org/dados-de-infraestrutura/
https://www.cnt.org.br/
https://www.embrapa.br/macrologistica/caminhos-da-safra
https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas
https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/
https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria
https://unemat.br/site/institucional/por-c%C3%A2mpus
https://www.ufmt.br/curso/biomedicinacua/pagina/curso/8395
https://site.univar.io/quem-somos/
https://rggenetica.com.br/
https://santanderimprensa.com.br/santander-abre-agencia-em-barra-do-garcas-mt/

8. APENDICE (s)

APENDICE A

Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

Plataforma Brasil

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PREFEITOS
(Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO)

1- O IBGE classifica a cidade de Barra do Garças como centro intermediário de articulação regional, para você, como ocorre essa articulação regional?

2- Existe algum tipo de dependência política do município de (Pontal do Araguaia /Aragarças-GO) com a cidade e município de Barra do Garças?

3- Na condição de residente no município a muitos anos, e atualmente na condição de gestor público local, como você percebe e entende as relações existentes entre esses três municípios numa situação de divisa entre estados?

4- Há algum projeto de lei ou intenção política de que possa criar um aglomerado urbano entre esses três municípios de modo a beneficiar o planejamento urbano? Se não quais seriam os motivos?

5- No seu entendimento, caso houvesse a criação de uma gestão integrada via determinação política para esses municípios, traria mais benefícios e facilidades de gestão ou maiores complicações?

6- Quais são as parcerias políticas existentes entre os poderes administrativos dos três centros urbanos?

7- Você entende que as cidades de (Pontal do Araguaia /Aragarças-GO) são importantes na composição da centralidade de Barra do Garças, e, portanto, para a vinda de empresas que hoje encontram-se instaladas no município vizinho?

8- Poderíamos entender que mesmo com a dinâmica dos fluxos populacionais, dos deslocamentos para empregos e estudo entre essas cidades, cada município tem se projetado de forma individual para o crescimento econômico e desenvolvimento?

9- O que aproxima essas três cidades e seus poderes políticos-administrativos?

10- Quais são as suas projeções referentes a tendências futuras de crescimento populacional, e urbano com incorporação de mais empresas no município de (Pontal do Araguaia /Aragarças-GO)?

APENDICE B

Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

Plataforma Brasil

ROTEIRO DE ENTREVISTA SECRETÁRIA DE SAÚDE
(Aragarças-GO)

1- Os serviços de saúde pelo Sistema único de Saúde (SUS) ocorre atendendo a uma hierarquia na rede de cidades, nesse contexto, sobre quais condições Aragarças-GO na condição de proximidade com a cidade de Pontal do Araguaia e Barra do Garças no estado de Mato Grosso, atende a população desses municípios vizinhos?

2- Mediante quais condições a população de Aragarças é atendida pelo SUS em Barra do Garças, centro de maior complexidade no atendimento em saúde?

3- Já houve interesse por parte da administração pública de Aragarças em criar um consórcio de saúde interfederativo com o município de Barra do Garças?

4- Em períodos de epidemias, ou de pandemias como a última de Covid19, ocorre uma unificação entre os municípios para a garantia do bem-estar das populações, e acesso mais rápido a equipamentos de saúde como UTIs ou SemiUTIs?

5- Quando ocorre o atendimento de uma pessoa do município vizinho em Aragarças, há o repasse de recurso financeiro dispendido pelo município de origem do paciente?

6- Quais são os principais fatores que impedem uma relação mais conjunta entre os municípios do Arranjo Populacional de Barra do Garças?

7- Existe ações coordenadas em conjunto sob diligência das três secretarias de saúde dos municípios vizinhos? Se sim, quais?

APENDICE C

Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

Plataforma Brasil

ROTEIRO DE ENTREVISTA EMPRESA TRANSPORTES DE GRÃOS

1- Há quanto tempo a empresa atua como transporte de cargas com sede no município de Barra do Garças? A empresa tem filiais em outros municípios?

2- Quais foram os motivos ou estratégias de escolher o município de Barra do Garças para a instalação da empresa? Em algum momento ocorreu por parte dos proprietários intensão ou vontade de abrir outra empresa em outro município que compõem a mesorregião nordeste de Mato Grosso, ou como muitos conhecem, região leste mato-grossense?

3- Quais são os municípios de origem e destino de cada carga (soja, milho)? A escolha do município é em parte realizada pela empresa de transportes, ou é uma decisão que cabe apenas aos proprietários da produção (carga)?

4- Quais são as empresas de commodities onde a empresa tem descarregado mais cargas? Existe algum critério estabelecido por corporações recebedoras de cargas para com as empresas de transportes?

5- Quais são os principais municípios e estados de atuação da empresa? No decorrer desse tempo de serviços prestados, houve redução de coleta de carga em detrimento de outras empresas que estão mais direcionadas ao transporte para o norte de Mato Grosso e norte do país?

6- Considerando os conhecimentos dos proprietários ou de responsável logístico da empresa, está ocorrendo um novo direcionamento do escoamento de commodities (soja e milho) preferencialmente do leste mato-grossense, para portos do norte do Brasil?

7- As políticas públicas federais com construção de pontes, pavimentação de rodovias ou construção da extensão (“braço”) da ferrovia de integração do Centro-Oeste (FICO), projetada para ser implantada em Mato Grosso, poderá alterar significativamente os fluxos de transportes da BR-158. Essas alterações geopolíticas podem afetar esta, e outras empresa de transportes? Se sim, de que forma?

8- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por esta empresa de transportes na execução de suas atividades nos serviços de escoamento de produtos primários? Como é a logística de transportes da empresa?

APENDICE D

PESQUISA PARTICIPANTE PELO *GOOGLE FORMS*
MORADORES DO NOVA BARRA -2023

Olá, me chamo Pollyany, sou professora, e estou cursando o doutorado na Universidade de Brasília (UnB). Este formulário é um procedimento de pesquisa, dentre outros que venho realizando. Hoje preciso da ajuda dos moradores do Bairro Jardim Nova Barra para responderem às perguntas colocadas referende a habitações do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Aqueles que se sentirem à vontade em participar, tenham a certeza de que a contribuição com pesquisa também é um ato de cidadania, sendo fundamental para nossa sociedade.

Nenhuma informação referente a identidade de pessoas será solicitado, e você não gastará mais que cinco minutos para responder às questões.

Agradeço a participação de cada um(a) dos(as) envolvidos(as).

1- A quanto tempo você é morador(a) no Bairro Jardim Nova Barra?
( ) menos de 5 anos ( ) mais de cinco anos ( ) entre 10 e 15 anos
( ) entre 15 e 20 anos ( ) mais de 20 anos

2- A sua residência foi financiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)?

( ) sim ( ) não ( ) financiei por outro programa de financiamento
( ) comprei pronta, e passei pelo financiamento da caixa com o (PMCMV)

3- Qual foi o valor máximo do financiamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)?

( ) até 90 mil ( ) entre 90 e 100 mil ( ) valor máximo de 125 mil
( ) valor acima de 125 mil
( ) valor financiado em outro banco, e programa habitacional

4- Qual município você morava antes de se mudar para Barra do Garças?

Escreva o nome do município _____

5- Se você veio de outro estado, por gentileza, escreva o nome do estado e cidade.

_____

6- Você é a única pessoa da composição familiar, que fez financiamento na Caixa Econômica para adquirir casa pelo (PMCMV)?

( ) sim ( ) não
( ) mais de três pessoas da composição familiar conseguiram a casa pronta com parcelas abaixo de R$: 100,00 mensais.

7- Como você vê a atuação do programa para com a população de renda máxima de três salários-mínimos?
( ) tem possibilitado moradia, o que fez com que muitas pessoas deixassem de pagar aluguel.
( ) tem possibilitado moradia as pessoas, mas os conjuntos habitacionais são longe do centro.
( ) tem possibilitado moradia, em maior número para pessoas que podem pagar parcelas de financiamentos acima de R$: 400,00 mês.
( ) tem possibilitado moradia, mas ainda é necessário distribuir melhor a quantidade de casas produzidas, para a demanda das pessoas com renda até dois salários mínimos.